

RETRATO DE PORTUGAL

Coordenação de António Reis

RETRATO DE PORTUGAL

Factos e acontecimentos

IC INSTITUTO
CAMÕES
PORTUGAL
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO



PORTUGAL 2007

Presidência do Conselho da União Europeia

Círculo de **Leitores**

ISBN 978-972-42-4081-7



CAPA E *DESIGN* GRÁFICO:

Fernando Rochinha Diogo

CARTOGRAFIA:

Fernando Pardal

REVISÃO TIPOGRÁFICA:

Fotocompográfica, Lda.

COMPOSIÇÃO:

Fotocompográfica, Lda.

FOTOMECÂNICA:

Fotocompográfica, Lda.

© **Instituto Camões, Círculo de Leitores, Temas & Debates**

Primeira edição para a língua portuguesa

Impresso e encadernado em Abril e Maio de 2007

por Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda.

Casais de Mem Martins, Rio de Mouro

Edição n.º 7057

Depósito legal n.º 257 837/07

Sumário

Prefácio	— 7 —
Apresentação	— 10 —
Introdução	— 12 —
<u>O Estado</u>	— 21 —
<u>Sociedade</u>	
A sociedade	— 43 —
O território	— 80 —
A língua portuguesa	— 101 —
A comunicação social	— 114 —
A sociedade do conhecimento e da informação	— 131 —
O desporto	— 170 —
<u>O ambiente</u>	— 181 —
<u>A economia</u>	— 203 —
<u>A educação</u>	— 227 —
<u>Cultura</u>	
O património cultural	— 249 —
A literatura	— 264 —
A arquitectura	— 275 —
As artes visuais	— 285 —
As artes do espectáculo	— 297 —
O cinema	— 314 —
<i>Design</i> e moda	— 321 —
Bibliografias	— 337 —
Autores	— 345 —
Créditos fotográficos	— 351 —

Prefácio

Manuel Lobo Antunes
Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus

A terceira Presidência portuguesa da União Europeia (UE), em 2007 (depois de 1992 e 2000), será, assim o esperamos, mais um marco na nossa participação no projecto de integração europeia, assinalando o nosso empenho e a nossa convicção no ideal europeu, com ambição, maturidade e realismo.

Muito se alcançou ao longo destas duas décadas de reencontro de Portugal com a Europa. Consolidámos e aprofundámos a nossa democracia. Lográmos notáveis progressos no tocante ao desenvolvimento económico e à construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Importa não esquecer donde partimos. Enquanto os nossos parceiros europeus construíam a paz europeia, na base da liberdade, da democracia e da prosperidade partilhada, Portugal esteve à margem, «orgulhosamente só», pobre, iletrado, amordaçado e obcecado pelo sonho da manutenção, pela força militar, de um império do Minho a Timor, num tempo em que era impossível parar os ventos da autodeterminação (dos Portugueses e dos povos colonizados).

A revolução do 25 de Abril de 1974 inaugurou uma nova vaga democrática, não só na Europa (Portugal e Espanha), mas também na América Latina. Com a revolução pudemos voltar a olhar para a Europa, iniciando um caminho que deixou bem claro que não poderia haver Europa sem Portugal e Espanha.

Apesar da enorme melhoria das condições económicas e sociais em Portugal, não houve propriamente um milagre europeu. No Portugal de hoje persistem índices e factores de exclusão e desigualdade que nos devem preocupar e mobilizar para a conquista de novas metas, designadamente o reforço da sociedade civil, tendo em vista uma cidadania mais activa e criativa, nos planos político, económico e cultural. Portugal é hoje um país livre e certamente mais próspero do que era, mas persistem alguns atavismos que não desaparecem no espaço de uma geração. A construção de uma sociedade livre, responsável e empenhada é uma tarefa diária. Porém, é inegável que temos hoje oportunidades que são incomparáveis em relação ao Portugal de antanho.

Sinal evidente da mudança é que Portugal se tornou também num país de imigração. A maioria desses imigrantes tem dado um importante contributo para o desenvolvimento económico de Portugal, e é nossa obrigação garantir que a sua integração se faça nas condições que desejamos e defendemos igualmente para os emigrantes portugueses, nomeadamente na Europa.

Há quem argumente que os fundos europeus são o equivalente moderno das especiarias da Índia ou do ouro do Brasil, que em Portugal a riqueza sempre passou, mas nunca se fixou, e que não há razão para que a história mude.

Ora eu creio que a história já mudou. Da Europa não vieram só os fundos com que se construíram as auto-estradas e os carros de grande cilindrada. A participação na aventura europeia trouxe-nos algo muito mais importante: um novo sentimento de pertença na edificação do mais ambicioso projecto de comunidade política e económica à escala mundial. Confrontou-nos com uma nova exigência colectiva, um novo designio, que a todos mobiliza —

Estado, empresas e cidadãos. A Europa impôs-nos uma emulação saudável. Puxou por nós. Obrigou-nos à comparação e à competição com sociedades abertas e dinâmicas.

A nossa condição de país periférico, em relação ao centro político e económico da UE (que se deslocou para leste), obriga-nos, por outro lado, a estar presentes em todos os núcleos de vanguarda da integração europeia. Trata-se de um imperativo estratégico: estar no centro da decisão europeia, participar, moldá-la — na medida das nossas capacidades e dos nossos interesses — e beneficiar da mudança. Este objectivo tem sido plenamente alcançado.

Ao contrário dos habituais profetas da desgraça nacional, orgulho-me dos resultados que alcançámos em apenas duas décadas.

A nossa identidade colectiva sai sempre reforçada quando submetida ao confronto aberto. Encaro com confiança o futuro de um povo que singrou no mar vasto e desconhecido, e que construiu a história de uma nação que caminha para os seus nove séculos, e cuja língua é falada por 240 milhões de pessoas no mundo (a terceira da Europa ocidental, a seguir ao inglês e ao espanhol, e bem à frente do francês e do alemão).

O crescimento e a vitalidade da língua portuguesa, nos seus vários sotaques (açucaramo, crioulo e continental), em termos de número de falantes, de obras publicadas, de conteúdos na Internet, de palavra musicada, etc., garantem a perenidade da nossa cultura e identidade, já não exclusivamente portuguesa, mas como membro de uma família maior, resultado dos nossos laços miscigenados, que nos asseguram uma identidade própria num mundo cada vez mais padronizado e compressor das especificidades culturais. Que melhor homenagem poderia ser feita a Camões, verdadeiro fundador da língua e arauto da sua vocação universalista?

A Europa também ganhou com a adesão de Portugal: não apenas a mera extensão do mercado interno, não apenas a adição de mais dez milhões de consumidores para os produtos dos outros países da UE. A Europa reencontrou-se com um país que apresentou a Europa a muitas partes do mundo e que, em virtude do peso da sua história e da sua cultura, é, entre os países de semelhante dimensão, um dos muito poucos que se podem afirmar como um actor global.

A integração europeia teve um impacto muito significativo na nossa política externa.

Mudou, desde logo, os hábitos de uma diplomacia que era puramente defensiva e orientada para a preservação do regime de então e do império colonial.

Alterou profundamente a nossa relação com Espanha. Ao tempo de Salazar e Franco, entre Portugal e Espanha não havia praticamente nem estradas nem pontes. Os dois ditadores apoiaram-se mutuamente em momentos-chave (sobretudo quando os respectivos regimes estiveram em perigo, face ao desenrolar do conflito mundial), mas suspeitavam profundamente um do outro, mantendo-se fiéis à tradição de desconfiança secular. Hoje Portugal e Espanha são parceiros incontornáveis na UE. As nossas economias estão profundamente interligadas e abriram-se novas perspectivas para o reforço da cooperação, não apenas no plano bilateral mas também no plano externo (por exemplo na América Latina e no Magrebe), com benefícios mútuos cada vez mais evidentes.

A Europa amplificou o nosso poder de influência no mundo. Sem um Portugal plenamente integrado na Europa, muito provavelmente não teria havido autodeterminação do povo de Timor Leste (nem tampouco a UE poderia ter tido uma palavra a dizer num processo que, não obstante as dificuldades actuais, ficará registado como um caso de sucesso na história das Nações Unidas).

A nossa adesão ajudou-nos a restabelecer os laços com os parceiros africanos, depois

dos traumas da descolonização. As nossas relações com os países africanos encontram-se hoje num novo patamar, e a isso não é certamente indiferente o facto de esses países sabermos que Portugal é o seu advogado natural junto da UE.

As próprias relações com o Brasil, sobretudo no plano económico, beneficiaram de um novo impulso após a adesão de Portugal à UE (em resposta ao apelo do então primeiro-ministro, engenheiro António Guterres, as empresas portuguesas investiram fortemente no Brasil, de modo a ganhar a dimensão que lhes permitiria resistir melhor à competição do mercado interno europeu; por outro lado, os investidores brasileiros têm vindo progressivamente a tomar consciência de que uma empresa brasileira criada em Portugal se torna uma empresa europeia, daí retirando todas as vantagens que o espaço económico europeu pode oferecer).

A integração europeia abriu-nos também as portas ao aprofundamento das relações com novas áreas prioritárias para a UE (como as relações com a Rússia, o Mediterrâneo e o Médio Oriente) e aos grandes temas da diplomacia multilateral, em que a UE tem um peso único (no qual podemos projectar os nossos interesses, beneficiando do efeito multiplicador europeu).

A Presidência portuguesa da UE em 2007 terá de se defrontar com uma fase de algum desencanto europeu. A crise que existe — se é que de verdadeira crise podemos falar — é antes uma crise de expectativas, porventura de falta de ambição e de dúvidas quanto ao futuro do projecto europeu.

Vejo esta actual melancolia europeia como uma fase transitória, como uma oportunidade. O inconformismo — esse traço fundamental do carácter dos povos europeus — exigirá que a breve trecho os nossos responsáveis políticos busquem novas respostas para os desafios do mundo de hoje, aos quais só poderemos fazer face através de soluções colectivas, fiéis aos princípios da solidariedade e da coesão europeia.

Esta fase de incerteza quanto ao futuro do projecto europeu será ultrapassada, porque as circunstâncias históricas assim o exigirão. Não é possível adiar indefinidamente o debate e a definição de novas políticas e instrumentos no tocante a questões como o papel da Europa no mundo (e também os seus limites), o aprofundamento da coesão económica e social, a coordenação económica (não basta uma moeda comum), a fiscalidade, a energia, o ambiente ou as migrações.

Por vezes ignoramos inclusivamente o que a Europa representa para tantos. Refastelados no nosso conforto, ciosos dos nossos privilégios, esquecemo-nos de que a Europa é, cada vez mais, sinónimo de esperança, neste mundo injusto, inseguro e desregulado, em que muitos são pura e simplesmente desorbitados do processo de globalização económica. Como temos visto, aqui bem perto de nós, a Europa encarna um sonho pelo qual muitos estão dispostos a morrer.

É com convicção nesta «ideia» — e cientes do que ela significa para tantos, europeus e não europeus — que abraçaremos a tarefa de presidir, durante seis meses, à UE. Esperamos poder contribuir para o seu aperfeiçoamento, que é permanente e que se vai concretizando passo a passo. Fá-lo-emos concentrando-nos naquilo que nos pode unir e conduzir a uma União mais forte, mais útil e com vantagens palpáveis para a vida dos cidadãos europeus e também para o resto do mundo. Parece-me que esta é uma empresa digna, e que merece o empenho de todos os portugueses que nela queiram colaborar.

Apresentação

Simonetta Luz Afonso
Presidente do Instituto Camões

O Instituto Camões — instituição tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros — tem por missão a promoção e a difusão da língua e cultura portuguesas no mundo. No ano de 2007, em que Portugal presidirá, no 2.º semestre e pela 3.ª vez, ao Conselho da União Europeia, o Instituto Camões irá desenvolver um programa específico de actividades, bem como colaborar com inúmeras entidades nacionais e estrangeiras na realização de acções especiais.

Neste contexto, pareceu-nos indispensável criar algumas peças que funcionassem como segmentos dum fio condutor para a comunicação duma imagem qualificada do nosso país, construída a partir das suas grandes realidades, factos e instituições.

Dentro deste espírito, o enorme sucesso e interesse suscitados por uma obra lançada aquando da Exposição Universal de Hannover — *Portugal 2000* — levaram-nos agora à sua actualização e reedição. O grande êxito assentou na forma como apresentava a outros povos e nações — e relembra aos próprios portugueses — as nossas especificidades históricas e culturais e as fórmulas encontradas para se organizar e reger a vida em sociedade.

Tratou-se duma peça de referência, ensaística, informativa e didáctica, fruto dum repto lançado a António Reis, historiador e reconhecido especialista do século xx em Portugal, para coordenar uma obra voltada para o exterior, em que a análise da evolução da sociedade portuguesa, da sua economia e das suas instituições seria complementada por uma panorâmica do renascimento cultural ocorrido desde 1974 até então — o retrato deste país em mudança no último quartel do século xx.

Como parâmetros temporais para essa análise, impunha-se proceder de forma adequada a uma síntese desse percurso. Aos autores de cada capítulo, especialistas e investigadores universitários de alto mérito, pediu-se a concentração em dois *momentos-chave* desta metamorfose: o 25 de Abril e o final do milénio, em que o país investe decididamente na formação e na educação, no desenvolvimento de novas competências e no crescente acesso aos domínios mais elevados do conhecimento.

Durante este período verificaram-se em Portugal extraordinárias evoluções e mudanças de incontornáveis efeitos, consequência do reencontro nacional com a liberdade e a democracia, e duma nova atitude comunicante, participativa e empenhada no diálogo internacional, igualmente e naturalmente marcadas pela adesão à União Europeia, em 1986. Numa época de grandes alterações à escala planetária, tratou-se de um ciclo de impetuosa transformação a nível do território nacional, dos seus habitantes e todos os grandes sectores, desde o económico ao cultural, aqui com manifestas e inovadoras fórmulas criativas — da arquitectura ao cinema, da literatura à ciência, da música às artes plásticas e performativas.

Retomado o projecto, apresenta-se agora uma visão das últimas três décadas. Mais uma vez, e também pela necessidade da actualização da obra, se prova a permanente evolução do país, as novas coordenadas, os novos diálogos, parceiros, inspirações e esperanças.

O peso específico da língua portuguesa, expressão oficial de 200 milhões de habitantes do planeta mas também língua de trabalho e de ciência em fóruns internacionais, o êxito e reconhecimento extramuros de autores e artistas de inspiração contemporânea e as exposições em instituições de renome nas principais capitais mundiais são demonstrações do interesse e da importância da defesa e promoção duma imagem de Portugal antigo e moderno, pioneiro duma globalização que agora se implementa.

Esperamos, pois, que esta obra renovada contribua para um melhor conhecimento de Portugal e dos seus valores e que, através dela, se demonstre com impacto e dignidade o seu trajecto no rumo da expressão, da democratização, da defesa dos direitos humanos, das novas tecnologias e meios de comunicação, das energias renováveis e das preocupações ambientais, indubitavelmente traçados pelo século xx para um novo milénio e, esperamos, um Novo Mundo.

Ao Prof. António Reis e a todos os que colaboraram neste trabalho o meu reconhecimento, bem como à Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que em boa hora o integrou nos seus projectos especiais.

Introdução

António Reis

Trinta e três anos depois do derrube da mais longa ditadura europeia do século xx — logo seguida do fim do mais antigo império colonial europeu e da implantação, num acidentado mas rápido percurso de dois anos, de uma democracia parlamentar —, e vinte e um anos depois da integração europeia, Portugal é hoje um país diferente. Um país que viveu num prazo de tempo de uma geração o que a generalidade dos seus parceiros da União Europeia (a 15) viveu em mais de meio século, e que enfrenta hoje desafios semelhantes. E uma sociedade em acentuado processo de mudança, em busca de índices de desenvolvimento estrutural idênticos aos das sociedades mais avançadas do seu espaço geopolítico.

É o retrato deste país em mudança, em meados da primeira década do século xxi, que aqui, pois, pretendemos deixar esboçado. Um retrato que não pode, porém, ignorar as condicionantes do passado mais ou menos longínquo nem tão-pouco deixar de interrogar os desafios do futuro próximo. Um retrato sujeito, pois, às leis da perspectiva na sua dimensão temporal. Quem muda muda sempre de algo para algo. Em suma, poderíamos desde já formular uma dupla e ambiciosa interrogação: donde vem Portugal, para onde vai Portugal?

Não dispondo de uma clara individualidade natural no conjunto da Península Ibérica nem de uma homogeneidade geográfica interna, sem sequer poder reivindicar uma base étnico-cultural própria, Portugal «foi uma construção dos homens, e

não da Natureza», como bem demonstrou José Mattoso (in *A Identidade Nacional*, 1998). Fruto da vontade dos barões do Condado Portucalense no segundo quartel do século xii, o seu próprio nome remete para um centro administrativo na foz do rio Douro e não para um povo, como acontece com a Alemanha, a França ou a Inglaterra. A sua identidade é, pois, obra de um Estado e de uma administração centralizada no poder régio, cujo território se constituiu ao longo de século e meio, entre 1096 e 1249, numa dupla luta: contra o vizinho reino cristão de Leão e Castela e contra o Islão, cujo domínio se estendia inicialmente até ao rio Douro. Com a conquista do Algarve naquela última data, as suas fronteiras no continente europeu manter-se-ão desde então praticamente intactas, num caso raro de estabilidade e continuidade territorial, e antecipando-se, assim, em mais de dois séculos à unificação do Estado espanhol.

Como compreender que Portugal tenha escapado a esta lógica unificadora do espaço ibérico, que não poupou territórios tão ou mais individualizados como a Catalunha ou o País Basco? Fazendo valer, primeiro, o seu estatuto de reino cristão empenhado no combate à presença muçulmana na Península Ibérica, manobrando, depois, habilmente entre os conflitos dos diversos reinos peninsulares e estabelecendo, em 1373, uma aliança com a Inglaterra, que lhe foi preciosa quando a sua independência se viu seriamente ameaçada, por razões dinásticas, pelo poderoso vizinho castelhano em 1385,

Portugal lança-se, em seguida, na grande aventura da expansão marítima, a partir de 1415, com a conquista de Ceuta no Norte de África. E é saindo da Península e da Europa e repartindo-se pelo mundo que, afinal, garantirá a prazo a sua individualidade política tanto na Península como na Europa.

Tendo na sua origem um complexo conjunto de motivações económicas, políticas e religiosas, cuja hierarquização foi motivo para acerbos polémicas entre os historiadores, o certo é que a construção do império português, na sua primazia cronológica e na especificidade das suas características, contribuirá decisivamente para uma singular relação dos Portugueses com eles próprios e com os restantes povos. E constitui-se, por isso e a nosso ver, em segundo e poderoso factor de identidade e coesão, apesar de, ou talvez mesmo porque, marcado pela mesma intrínseca fragilidade que estivera na origem do próprio reino português. O grande poema épico de Luís de Camões, não por acaso intitulado *Os Lusíadas*, aí está para o confirmar e, simultaneamente, para acentuar esse lado de quase ficção ou de irreal com que os Portugueses viveram a sua aventura marítima e a sua grandeza imperial, como Eduardo Lourenço tão bem soube assinalar (*O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*, 1978, pp. 22-23).

Fragilidade e ficção que irão conhecer a sua imediata confirmação no episódio da transitória perda da independência — em consequência da morte em combate, em 1578, do jovem rei D. Sebastião em Marrocos e da imposição dos direitos dinásticos de Filipe II de Espanha —, bem como no subsequente fenómeno da messiânica crença no regresso do rei desaparecido. A recuperação da independência em 1640 já não conseguirá apagar uma tal visão profética e messiânica da sua história, que um padre António Vieira, nessa se-

gunda metade do século xvii, irá traduzir na sua concepção de Portugal como uma nação eleita e do seu império como o Quinto Império, o de Cristo. Nem tão-pouco permitirá a superação do estatuto de nação subalterna, com a agravante de se acentuar o processo de isolamento cultural em relação à Europa, que a instauração da Inquisição em 1536 viera iniciar e a fidelidade à Contra-Reforma aprofundara.

Ao longo do século xviii, Portugal viverá numa atitude complexa de repulsa e atracção simultânea em relação à Europa das Luzes, ao mesmo tempo que o eixo de gravidade do seu império se desloca do Oriente para o Brasil, cujo ouro irá alimentar uma prosperidade ilusória. Fascinado com D. João V pelas manifestações artísticas da Europa e até pelas suas modas, sensível com o marquês de Pombal aos progressos das ciências e à necessidade de um desenvolvimento económico autónomo, dividido, depois, entre o prosseguimento de uma via reformadora e a reacção conservadora de D. Maria I, Portugal navegará neste século entre os apelos, cuidadosamente filtrados, dos seus «estrangeirados» à modernização europeia e a desconfiança e mesmo a hostilidade de um conservadorismo católico avesso à inovação, numa subtil e delicada dialéctica entre as Luzes e as Trevas.

Com as invasões napoleónicas e a fuga da corte para o Brasil, Portugal parece procurar a sobrevivência fora de si, promovendo a principal colónia a sede do império até 1821. Até meados do século xix, sujeito primeiro à tutela britânica, mergulhado depois na única verdadeira guerra civil da sua história, entre liberais e absolutistas, e nos posteriores conflitos entre as diferentes facções liberais, Portugal experimenta a fragilidade da sua independência na «balança da Europa», ao mesmo tempo que os seus românticos — Garrett e Herculano — o procuram refundar nas suas raízes culturais e históricas, pela poesia, pelo teatro,

pelo romance e pela própria história como ciência. Empenhado na segunda metade deste século em não perder o comboio europeu do desenvolvimento industrial, é, porém, com pessimismo que a sua elite intelectual de então encara a distância que o separa da modernidade europeia, assim prolongando em novo contexto a dialéctica entre as Luzes e as Trevas.

Entre a perda do Brasil em 1822 — transformado, aliás, em império entregue ao filho do seu próprio rei, numa original separação bem diferente da das colónias espanholas da América — e o início do sonho africano no final do século, Portugal busca uma nova forma de existir, envolto num inquieto clima de insegurança e auto-interrogação sobre o seu destino. Antero de Quental e Oliveira Martins, cada um à sua maneira, procedem então a uma espécie de ajuste de contas com a nossa história, num processo sumário de que saem condenados o catolicismo jesuítico e inquisitorial, o absolutismo régio centralista e o próprio império ultramarino. Mas divergirão na alternativa, atraídos pela utopia socialista o primeiro, pela utopia de um cesarismo régio o segundo, ambos comungando, assim, na desconfiança relativamente ao republicanismo parlamentar que começava então a espreitar no horizonte. Será este, todavia, que sairá vencedor em 1910, aproveitando o descrédito da Coroa e sabendo cavalgar na hora certa a onda nacionalista desencadeada pelo Ultimato britânico de 1890, que intimara Portugal a ceder os territórios situados entre Angola e Moçambique.

Entre o renascer da mística nacionalista, com o seu fruto imediato no sonho de um império africano, e a necessidade de acelerar a modernização europeia do país, a República viverá mergulhada numa contradição difícil de sanar. Em vão os seus melhores intelectuais — os «seareiros» António Sérgio, Raul Proença, Jaime Cortesão — tentarão segurar as duas pontas

da meada, combatendo sempre, é certo, as versões mais radicais desse nacionalismo, dessem elas pelo nome de «saudosismo» com Teixeira de Pascoais, ainda no campo republicano, ou de «integralismo lusitano» com António Sardinha, já no campo monárquico. E em vão tentarão salvar a república democrático-parlamentar da sua vertiginosa corrida de 16 anos para o abismo ditatorial, propondo ingenuamente a subordinação dos partidos e dos dirigentes políticos a uma elite de sábios detentores do segredo das melhores reformas institucionais, económicas e educativas para o país.

A instabilidade governativa, os interesses da oligarquia financeira, a fragilidade do tecido económico e social na sequência da crise financeira do pós-Primeira Guerra Mundial abrem caminho à solução ditatorial pela mão do Exército, que acabará por entregar o poder a um académico conservador, de formação católico-tradicionista, especialista em finanças e politicamente ambicioso — Oliveira Salazar. Com ele a mística nacionalista, desconfiada da Europa das democracias liberais e ferozmente anticomunista, será usada como instrumento ao serviço de um Estado forte e de um poder autoritário e centralizado, que fez de um corporativismo mitigado o sucedâneo do regime de partidos e encarou o desenvolvimento económico com reserva mental. E com ele o império será usado não apenas como instrumento de sobrevivência política pessoal mas também como escudo da «civilização cristã e ocidental», numa visão que desafiava ostensivamente os «ventos da História» e levava às últimas consequências, incluindo as de ordem jurídico-constitucional, a mística de um Portugal pluricontinental, estendendo-se do Minho a Timor. Na hora do Terceiro Mundo, era fatal que um tal sonho, afinal um outro modo de sentir o império como ficção, se volvesse em pesadelo e desse origem a um despertar convulso e confuso.

Se a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, pelos seus efeitos perversos no domínio financeiro e institucional, foi em grande parte responsável pelo rápido declínio e queda do regime republicano, as guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné, entre 1961 e 1974, foram por sua vez a causa determinante da queda do regime ditatorial do chamado Estado Novo. Em 1974 como em 1926, as Forças Armadas intervinham em nome das exigências de uma difusa e interiorizada opinião pública que, num caso como no outro, exprimia mais uma recusa do *status quo* do que uma alternativa político-ideológica predefinida. E se, desta feita, assumem o compromisso da instauração de um regime democrático parlamentar e pluralista, nem por isso deixam de se mostrar seduzidas num primeiro momento, graças ao activismo de uma minoria, por modelos revolucionários terceiro-mundistas, que procuravam combinar a sua reconversão em «exército de libertação» com o «recalcado» comunista de décadas. Portugal correu o risco, nesse agitado período de 1974-1975, de sair de um anacronismo histórico para tombar noutro. O vanguardismo revolucionário-militar esbarrou, porém, com profundas resistências de mentalidade de largos estratos da população, eficazmente mobilizados pelos partidos democráticos, com os socialistas de Mário Soares à cabeça, e pela Igreja Católica.

Consumada em curtíssimo prazo de tempo a descolonização, com a independência total para as antigas colónias — com excepção de Timor Leste, que se viu anexado pela Indonésia até 1999, e de Macau, que se manteve sob administração portuguesa até 20 de Dezembro de 1999, por acordo com a República Popular da China —, nem por isso ela foi sentida como um drama, se exceptuarmos o meio milhão de retornados, no entanto logo reintegrados com uma surpreendente rapidez na

sociedade portuguesa. O trauma das guerras coloniais fora, afinal, mais forte. E o potencial trauma do fim do ciclo de mais de cinco séculos de império ver-se-ia, então, facilmente sublimado pelo empenhamento na transição democrática com todos os seus conflitos ideológicos, primeiro, na construção de um destino europeu, com a integração na Comunidade Europeia, depois.

Não terá sido esta a última e derradeira confirmação do que houve de onírico e ficcional na aventura imperial dos Portugueses, como Eduardo Lourenço tem vindo a acentuar? Uma aventura imperial que, afinal de contas, raros e modestos sinais exteriores de poder produziu no seu território europeu e na sua própria capital. Onde está a monumentalidade de Lisboa comparada com a das sedes de outros impérios europeus? A sua majestade reside mais nesse seu magnífico estuário, como que a impelir-nos para o mar Atlântico, do que nos seus edifícios, de onde se destacam mais os mosteiros do que os palácios. Tal como no resto do país, como mostram os casos de Mafra e Tomar. Sintomaticamente, como se o império estivesse sempre fora de nós e fosse da ordem do milagre...

Regressado a si próprio e reencontrado com a liberdade, Portugal lançou-se nos braços da Europa, com o entusiasmo e o frenesi de quem procurava recuperar o tempo perdido nessa espécie de fuga de si próprio e dos tempos do isolamento salazarista e das guerras coloniais. Como que dando razão, com um século de atraso, ao programa das Conferências do Casino dos intelectuais da Geração de 70 e, com meio século de atraso, aos apelos dos intelectuais «seareiros». Foi a sua reconciliação com o espírito de abertura que, em Quatrocentos, o lançou na aventura das descobertas, mas que, em Novecentos, acabou por fechá-lo numa redoma de vidro imune aos novos tempos, após séculos de oscila-

ção entre uma atitude de isolamento e essa atitude de abertura.

As exigências da participação de corpo inteiro na construção da União Europeia comandam, desde então, as mudanças em curso nos diferentes domínios da sociedade portuguesa, como amplamente se documenta ao longo dos sucessivos capítulos desta obra. Mudanças operadas, aliás, em curtíssimo tempo, levando Portugal a fazer em 20 ou 30 anos o que os outros países europeus fizeram ao longo de 50 ou 60, apesar dos atrasos ainda evidentes nos planos económico e educativo. Sem que, como assinala António Barreto («Portugal na periferia do centro: mudança social: 1960 a 1995», in *Análise Social*, n.º 134, 1995, 5.º), tão numerosas e bruscas viragens lhe tenham causado vertigem, graças a uma notável capacidade de adaptação e absorção de conflitos. Mudanças que ainda não foram suficientes, porém, para anular a tensão latente entre as expectativas e a vontade consumista dos Portugueses, ao nível dos europeus dos países mais desenvolvidos, e a inferioridade do tecido económico e produtivo, das competências tecnológicas e da experiência competitiva, que torna Portugal no mais periférico dos países do centro, com as aspirações deste e as debilidades daquele, como sublinha o mesmo autor (*Portugal: 1960/1995: Indicadores Sociais*, 1996).

País de pobres com mentalidade de ricos, como desde as descobertas tantas vezes nos descobrimos? Uma tal dicotomia já não dá conta da inegável melhoria dos índices económicos, sociais e culturais entretanto verificada, que vem relativizar a alegada pobreza sem ignorar a subsistência de ainda preocupantes índices de exclusão e iliteracia, a fragilidade do actual Estado-providência e a permanência de significativas assimetrias de desenvolvimento regional. De uma coisa estão, porém, hoje os Portugueses certos: é de que

só no âmbito da União Europeia, e enquanto seus parceiros activos e intervenientes, poderão recuperar os atrasos que ainda experimentam e enfrentar os desafios da globalização económica e das novas tecnologias.

Seria, todavia, demasiado empobrecedor reduzir o destino de Portugal, ao cabo de uma aventura histórica de quase nove séculos, a uma simples nivelação pelos índices de desenvolvimento estrutural europeus. Como sugere Augusto Santos Silva, a dialéctica do défice e da dissidência em relação à Europa, que, como vimos, tanto marcou a nossa cultura, pode e deve ser superada por uma atitude de *diferença comunicante* (in *Parte Devida*, 1999, pp. 213-214). Uma atitude que, em certa medida, a última Exposição Universal de Lisboa em 1998 simbolizou, ao unir a capacidade de realização e o espírito de modernidade europeus à abertura ao mundo, e ao ligar a nossa memória dos oceanos ao desafio universal da sua preservação ambiental. Uma atitude que deve, porém, ultrapassar a passividade acrítica e estimular sempre a afirmação de uma identidade nacional própria, através da valorização do património e da criatividade cultural e artística, já que não há identidade possível sem memória e sem imaginário próprios. Uma atitude que deve fazer da política lusófona, no plano externo, e duma eficaz política de integração dos imigrantes, no plano interno, a ponte entre a vocação universalista do passado e a afirmação internacional do presente. Para que o inevitável enfraquecimento do Estado nacional não arraste consigo a diluição dessa identidade de que ele foi o principal agente construtor. Para que a globalização incontornável e a sociedade de informação necessária não nos transformem nos «clones» uns dos outros e, em última análise, numa América menor. E para que a realista ocupação do nosso lugar próprio na Europa não nos impeça de saber quem somos, afinal, como destino.

As reflexões constantes desta introdução devem muito ao diálogo interior que mantive com Eduardo Lourenço (O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português, 1978, e Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade, 1999) e José Mattoso (Identificação de Um País, 1985, Portugal: O Sabor da Terra, 1998, e A Identidade Nacional, 1998). Como é óbvio, nenhum deles pode ser res-

pensabilizado por todas as opiniões e interpretações que aqui deixei esboçadas.

Também os colaboradores deste livro, cuja disponibilidade e trabalho agradeço, deram o seu contributo indirecto para esta reflexão introdutória.

A Simonetta Luz Afonso devo a iniciativa da obra, agora em 2.^a edição revista e actualizada, bem como o estímulo e exemplar apoio à sua concepção e coordenação.

Nota ao leitor: o símbolo ⓘ identifica assuntos ilustrados nas páginas a cores.



O Estado



O Estado

António Reis

A Constituição da República Portuguesa

Na primeira década do século xxi, e após um século em que conheceu quatro diferentes regimes políticos (Monarquia Constitucional, I República, Estado Novo e III República), Portugal vive, desde a aprovação da Constituição de 1976, a experiência democrática mais bem-sucedida da sua história.

Nascida da revolução de 25 de Abril de 1974 e do compromisso então assumido pelo Movimento das Forças Armadas de fazer eleger por sufrágio universal e directo uma Assembleia Constituinte, a Constituição de 1976 foi concebida no calor de um processo de transição atravessado por múltiplas contradições, que deixaram a sua marca no texto inicial.

A prática constitucional determinou, porém, que a sua carga programática de pendor fortemente socializante acabasse

por ceder à aplicação das regras de legitimação e funcionamento de uma democracia representativa, com a consequente introdução das modificações adequadas ao carácter o mais abrangente possível próprio de uma Lei Fundamental.

Combinando a preocupação demoliberal na fundamentação da soberania e na organização do poder político com a preocupação igualitária e solidarista na definição das responsabilidades do Estado, a Constituição de 1976, com a ajuda das sucessivas revisões que a aliviaram de uma retórica ideológica demasiado datada, revelou-se apta a estabelecer o quadro institucional mais adequado para a aplicação de um projecto democrático de vida colectiva, com a flexibilidade de meios necessária para se adaptar à evolução histórica.

Cerimónia de promulgação da Constituição e encerramento da Assembleia Constituinte (2 de Abril de 1976).





É hoje pacífica na sociedade portuguesa e para todas as forças políticas representadas no Parlamento a definição de Portugal como «uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária» (artigo 1.º), bem como a definição da República Portuguesa como «um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa» (artigo 2.º). A articulação entre o estabelecimento das regras formais de organização do poder democrático e a definição de objectivos programáticos mínimos no exercício desse mesmo poder é uma imagem de marca da Constituição Portuguesa, que faz dela uma das mais longas do mundo (296 artigos).

Com efeito, num Portugal saído em 1974 de uma longa ditadura conservadora e opressiva, a elaboração da Constituição não podia ficar confinada à consagração de uma carta de direitos, liberdades e garantias e à redacção das linhas gerais de um sistema de funcionamento democrático dos órgãos de soberania. Teria também de dar resposta às prementes expectativas e anseios de mudança social, que esmagadoramente se fizeram sentir, numa dimensão popular que extravasava da redutora expressão utópica com que eram encarnados em sectores minoritários. Graças aos sábios equilíbrios que os deputados constituintes souberam gerar, tanto no respeitante ao controlo recíproco dos diferentes poderes, como no respeitante ao modelo económico-social, foi possível dar a resposta justa aos anseios da sociedade portuguesa, prevenindo tentativas de involução antide-

mocrática e criando um clima de progressiva paz social propício à resolução negociada dos conflitos.

Consolidadas as instituições representativas, reorganizada a vida económica e garantidos os direitos fundamentais dos trabalhadores, ficou aberto o caminho, na década de 80, a duas revisões constitucionais, as quais, sem empobrecerem ou violarem os princípios fundamentais da Constituição de 1976, mais não fizeram do que dispensar algumas válvulas de segurança do sistema então montado, numa salutar confirmação da maturidade democrática do regime instituído por força da revolução de 25 de Abril de 1974. Com efeito, tanto a aceitação de um órgão de soberania político-militar como o Conselho da Revolução, até 1982, como a aposta num forte sector público da economia, até 1989, longe de se revelarem como resultantes de princípios imutáveis da arquitectura institucional do Estado ou da organização económica da sociedade, funcionaram antes como benéficas e úteis almofadas de protecção de uma democracia cujo parto não foi fácil.

Em termos jurídico-constitucionais, o período que decorre entre a aprovação da Constituição de 1976 e a revisão constitucional de 1982 deve, no entanto, ser considerado como um período de transição, durante o qual vigorou o regime de dupla legitimidade dos órgãos do poder político estabelecido na Plataforma de Acordo Constitucional celebrada em 26 de Fevereiro de 1976 entre o Movimento das Forças Armadas e os principais partidos políticos. Um regime em que se combinava a legitimidade democrática dos órgãos emergentes do sufrágio popular (Assembleia da República e presidente da República) com a legitimidade revolucionária do Conselho da Revolução. Por seu lado, com a revisão constitucional de 1989 eliminou-se o equívoco que subsistia entre o que deveria ser entendido como baliza



programática mínima de uma Constituição largamente consensual e o que se afigurava ser antes uma imposição ideologicamente redutora de objectivos mais próprios de um programa partidário e governamental.

Como é natural, toda esta evolução constitucional não se fez sem tensões conflituais e sem posições de voto contrárias. Assim, se em 1976 a Constituição foi aprovada com os votos favoráveis dos partidos de esquerda (Partido Socialista — PS —, Partido Comunista Português — PCP —, Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais — MDP/CDE — e União Democrática Popular — UDP) e do centro-direita (Partido Social-Democrata — PSD) e o voto contrário do partido de direita (Centro Democrático Social — CDS), já as revisões de 1982 e 1989 tiveram a seu favor este último partido e contra o PCP. Em 1980 saiu gorada uma tentativa liderada pelo antigo primeiro-ministro e líder do PSD Sá Carneiro de levar a cabo uma revisão da Constituição pela via referendária não prevista no seu texto, o qual impõe a aprovação de uma maioria qualificada de dois terços dos deputados. Quanto às revisões de 1992 e 1997, limitou-se a primeira a adaptar a Constituição às exigências do Tratado da União Europeia ratificado no ano seguinte, e a última a aprofundar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, além de introduzir algumas alterações no sistema eleitoral, de forma a reforçar a democracia participativa. Ambas tiveram o voto contrário do PCP e do CDS. As revisões de 2001, 2004 e 2005 também não foram unânimes, apesar de os seus principais escopos serem mais limitados: adaptação às exigências de adesão ao Tribunal Penal Internacional (2001), alargamento das autonomias regionais (2004) e possibilidade de referendo sobre tratado europeu (2005). Tal não impediu, porém, e respeitadas que foram sempre as regras processuais da revisão, que Portugal tives-

se ultrapassado, a partir de 1989, a querela constitucional, e se fosse solidificando, ao longo da última década, o necessário consenso em torno da Lei Fundamental.

Este consenso é hoje particularmente forte em tudo o que diz respeito aos princípios fundamentais da Constituição (artigos 1.º a 11.º), aos direitos e deveres fundamentais, incluindo os direitos, liberdades e garantias — pessoais, de participação política e dos trabalhadores — e os direitos e deveres económicos, sociais e culturais (artigos 12.º a 79.º), bem como à organização do poder político (artigos 108.º a 276.º). Mas é mais frágil na parte respeitante à organização económica (artigos 80.º a 107.º), onde se fazem sentir as reivindicações favoráveis ora a um maior peso do Estado na economia (PCP) ora a uma menor intervenção estatal (PSD e CDS).

De entre os princípios fundamentais, para além dos constantes nos já aqui referidos artigos 1.º e 2.º, cumpre salientar o que estabelece o carácter unitário do Estado (artigo 6.º), o que rege as relações internacionais (artigo 7.º), o que exprime as tarefas fundamentais do Estado (artigo 9.º) e o que consagra o papel primordial do sufrágio universal e dos partidos políticos na organização e expressão da vontade popular (artigo 10.º).

A homogeneidade étnica e linguística da sociedade portuguesa, a par da necessidade histórica de coesão face ao poderoso vizinho ibérico, explicam facilmente o carácter unitário do Estado. Foi preciso esperar pela Constituição de 1976 para que fosse reconhecida aos arquipélagos atlânticos dos Açores e Madeira uma especial autonomia político-administrativa com o inerente direito a disporem de órgãos de governo próprio. Quanto à regionalização puramente administrativa do continente, embora constitucionalmente admitida, viu a sua institucionalização em concreto rejeitada no referendo de 1998 por cerca de dois terços dos eleitores votantes, apesar de



uma abstenção ligeiramente superior a 50 por cento. Em compensação têm funcionado órgãos de coordenação do planeamento regional nas cinco regiões-plano em que se encontra dividido o continente: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Já no que respeita aos 308 municípios, a Constituição e a lei vieram consagrar um vasto conjunto de atribuições próprias com os respectivos meios de financiamento. Apesar disso, o poder central continua a ser responsável pela gestão directa de mais de três quartos dos recursos do Estado.

No domínio das relações internacionais, pautadas pelos valores humanistas e pacifistas, assume particular relevo o reconhecimento do direito à insurreição contra todas as formas de opressão, a manutenção de laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa e o empenho no reforço da identidade europeia.

De entre as tarefas fundamentais cometidas ao Estado, para além das directamente decorrentes dos valores liberais e solidaristas do Estado de direito democrático, avultam a protecção e valorização do património cultural, natural e ambiental, a defesa e difusão internacional da língua portuguesa e a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Por último, impõe-se assinalar que a estabilidade constitucional tem sido assegurada por um apertado regime de revisão, quer quanto aos seus termos e prazos, quer quanto aos seus limites materiais. Ao evitar a fórmula referendária, privilegiando a aprovação por maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções, e sem que o presidente da República possa recusar a promulgação da respectiva lei de revisão (artigo 286.º), a Constituição consagrou um mecanismo que aposta na criação de consensos parlamentares interpartidários e previne soluções de ruptura política e social. Ao estabelecer um vasto e significativo conjunto de limites materiais da re-

visão (artigo 288.º), incluindo entre outros a *forma republicana de governo*, a *separação das igrejas do Estado*, os *direitos dos cidadãos e dos trabalhadores*, os *princípios fundamentais de organização do Estado de direito democrático* e a *autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira*, a Constituição procura, também, assegurar a perenidade das principais conquistas históricas, ou mais recentes, do Estado democrático moderno.

Também por estas razões a Constituição de 1976, apesar das controvérsias que suscitou nos primeiros anos da sua vigência, tem vindo a reforçar o seu prestígio, solidez e aceitação, contribuindo decisivamente para que Portugal viva a experiência democrática mais conseguida da sua história.

A organização do poder político e a forma de governo

Na organização do poder político, submetida ao princípio da separação, equilíbrio e controlo recíproco dos poderes, consagrou-se uma forma de governo *semipresidencialista* ou, mais rigorosamente e sobretudo a partir da revisão de 1982, *parlamentarista com correctivo presidencial* (cf. Vitorino, 1994).

O presidente da República, eleito por sufrágio universal e directo para um mandato de cinco anos, sem que seja admitida a reeleição para um terceiro mandato consecutivo, tem o poder de dissolução do Parlamento unicameral (Assembleia da República, composta por 230 deputados eleitos em 20 círculos eleitorais de acordo com o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos) e de demitir o governo, neste caso apenas «quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas» (artigo



O hemiciclo da Assembleia da República.

195.º, n.º 2). Tem ainda o poder de submeter a referendo questões de relevante interesse nacional, mediante proposta da Assembleia da República ou do governo em matérias das respectivas competências (artigos 134.º e 115.º), bem como o direito de veto sobre diplomas emanados da Assembleia da República, ainda que esta possa ultrapassar o veto presidencial confirmando o seu voto por maioria absoluta ou de dois terços, conforme as matérias em causa (artigo 136.º). Por seu lado, o governo, chefiado por um primeiro-ministro, que é nomeado pelo presidente da República, ouvidos os partidos representados na Assembleia e tendo em conta os resultados eleitorais, é responsável perante o presidente da República e a Assembleia da República (artigos 187.º e 190.º). A rejeição do programa do governo pela Assembleia da República, a não aprovação de uma moção de confiança ou a aprovação de uma moção de censura por maioria absoluta dos deputados em efectividade

de funções determinam automaticamente a demissão do governo (artigo 195.º).

Este sistema de governo permitiu superar com relativa facilidade as crises governamentais ocorridas até 1987 e assegurar a estabilidade das instituições. Conduziu, com efeito, quer à neutralização imediata ou a curto prazo de governos de iniciativa presidencial sem base parlamentar de apoio, como aconteceu em 1978-1979 com o III e IV governos constitucionais, quer ao impedimento do prolongamento artificial de governos de base parlamentar precária, como aconteceu em 1978, 1983 e 1985 com o II, VIII e IX governos constitucionais, quer ainda à inviabilização de alternativas de governo no quadro parlamentar com duvidoso apoio na opinião pública, como aconteceu nas dissoluções parlamentares de 1979 e 1987, da responsabilidade, respectivamente, dos presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares.

Tendo a Constituição de 1976 estabelecido um sistema eleitoral proporcional, que di-



ficultava à partida a formação de governos monopartidários com maioria parlamentar absoluta, a estabilidade governativa ficou, durante a primeira década de funcionamento do sistema, muito dependente do maior ou menor sucesso de fórmulas de coligação interpartidária (PSD + CDS entre 1979 e 1983, PS + PSD entre 1983 e 1985) ou da iniciativa presidencial na superação de impasses parlamentares. A evolução política foi, por isso, neste período sempre condicionada pela busca, por parte dos partidos vencedores dos sucessivos actos eleitorais, de fórmulas mais ou menos estáveis de governação, cujo êxito, por sua vez, dependeu, por um lado, do relacionamento institucional entre o primeiro-ministro e o presidente da República, e, por outro lado, do maior ou menor sucesso dos governos no controlo das crises económico-financeiras.

Entre 1976 e 1985 sucederam-se, assim, no poder um governo de maioria relativa do PS, um governo de base parlamentar PS/CDS, três governos de iniciativa presidencial (o último dos quais apenas de gestão com vista à preparação de novas eleições), três governos de coligação PSD/

/CDS (Aliança Democrática — AD) e um governo de coligação PS/PSD (Bloco Central). Porém, entre 1985 e 2002, coincidindo com a integração de Portugal na Comunidade Europeia, foi a vez dos governos monopartidários, primeiro do PSD, inicialmente minoritário e depois com confortáveis maiorias absolutas em 1987 (50,2 % dos votos) e 1991 (50,4 %), depois do PS em 1995 (43,8 %, a escassos quatro mandatos da maioria absoluta) e 1999 (44 %, com metade dos mandatos parlamentares). Entre 2002 e 2005, regressou-se à fórmula de coligação interpartidária (PSD + CDS), a que se sucedeu um novo governo monopartidário do PS, o primeiro com maioria parlamentar absoluta (45 % dos votos nas eleições de 2005).

O presidente Ramalho Eanes (1976-1986) dissolveria a Assembleia da República por três vezes: em 1979, após o fracasso de dois governos de sua iniciativa, destinados a superar o impasse parlamentar gerado pelo derrube do primeiro governo minoritário de Mário Soares e pela ruptura do acordo entre o PS e o CDS para viabilizar o segundo governo de Mário Soares; em 1983, em consequência da crise que afectava a coligação AD; e em 1985, após a ruptura por parte do PSD do acordo governamental com o PS. O presidente Mário Soares (1986-1996), por sua vez, utilizaria o mecanismo da dissolução apenas uma vez, em 1987, depois de o Parlamento derrubar o governo minoritário do PSD de Cavaco Silva, através de uma moção de censura da iniciativa do Partido Renovador Democrático (PRD), liderado pelo ex-presidente Ramalho Eanes. O presidente Jorge Sampaio, por fim, viu-se obrigado em 2002 a dissolver o Parlamento em virtude da decisão do primeiro-ministro socialista António Guterres de apresentar a sua demissão na sequência dos maus resultados do PS nas eleições municipais de Dezembro de 2001, e sem que o seu partido tenha querido propor um novo primeiro-mi-

O general Ramalho Eanes na tomada de posse como presidente da República, em 14 de Julho de 1976.





Mário Soares, presidente da República entre 1986 e 1996.

nistro, dado o impasse parlamentar criado pelos partidos da oposição. As eleições de 2002 dariam então lugar a um novo governo de coligação PSD/CDS, cujo primeiro-ministro, Durão Barroso, se demitiria em Julho de 2004, em consequência da sua aceitação do lugar de presidente da Comissão Europeia. Substituído pelo vice-presidente do PSD, Santana Lopes, ao fim de quatro meses o presidente Sampaio decidiu dissolver o Parlamento e convocar novas eleições, por descrer da capacidade do novo primeiro-ministro de assegurar a estabilidade e a eficácia da acção governativa.

Verifica-se, assim, que, ao longo dos primeiros trinta anos de vigência do actual quadro constitucional, a alternância democrática no poder se traduziu na formação de executivos chefiados ora pelo PS, ora pelo PSD, com a curta excepção dos governos de iniciativa presidencial, que duraram dezasseis meses, e tendo aqueles dois partidos estado coligados apenas uma vez e pelo período de vinte e nove meses. Ou seja, o sentido de voto maioritário oscilou entre o centro-esquerda e o centro-direita, com predomínio para o primeiro durante treze anos (e presumivelmente mais dois até ao final da presente legislatura em 2009) e para o segundo durante cerca de dezassete. O PSD manteve-se como partido do governo durante dezanove anos (1979-1995 e 2002-2005) e o PS durante

treze anos (1976-1978, 1983-1985 e 1995-2002, 2005-2007), com três interrupções (1978-1983, 1985-1995 e 2002-2005), a penúltima das quais de dez anos. A deslocação do voto de uma larga faixa de cerca de 20 % do eleitorado, ora no sentido do PS ora no sentido do PSD, acabou por determinar a referida oscilação. Assistiu-se, por outro lado, a uma significativa diminuição da força eleitoral dos dois partidos dos extremos do leque parlamentar: o CDS, agora designado CDS-PP, de cerca de 16 % para cerca de 7 %, e o PCP, de cerca de 14 % para cerca de 8 por cento. A quebra deste último é parcialmente compensada à esquerda pela emergência, desde as eleições de 1999, de um novo partido — o Bloco de Esquerda (BE) — que atingiu os 6,4 % dos votos nas eleições de 2005.

Por último, note-se que nas onze eleições legislativas realizadas até agora, houve cinco maiorias absolutas obtidas por três forças políticas: a coligação pré-eleitoral AD, chefiada por Sá Carneiro, em 1979 e 1980, o PSD, chefiado por Cavaco Silva, em 1987 e 1991, e o PS, chefiado por José Sócrates, em 2005. O desgaste governativo do PS em duas situações de crise finan-

Jorge Sampaio à saída do Palácio de São Bento, depois de empossado nas funções de presidente da República (1996).





ceira entre 1976 e 1978 e 1983 e 1985, o sucesso da integração europeia a partir de 1986 e o descrédito dos governos de coligação PSD/CDS entre 2002 e 2005 foram factores que contribuíram decisivamente para estes resultados.

Finalmente, entre 1995 e 2002 e entre 2005 e 2006, o PS tornou-se o primeiro partido a colocar dirigentes seus ao mesmo tempo na chefia do governo (António Guterres e José Sócrates) e na Presidência da República (Jorge Sampaio), depois das experiências de coabitação institucional entre um presidente militar e governos de diferentes bases partidárias e entre um presidente socialista e governos do PSD. Actualmente assiste-se à experiência inédita de coabitação entre um presidente eleito em Janeiro de 2006 com o apoio do PSD e do CDS (Cavaco Silva) e um governo do PS.

O sistema partidário, as eleições e a participação política

Para a consolidação e estabilização do sistema democrático muito contribuiu a continuidade quer do sistema de forças partidárias, quer do sistema eleitoral, que se revelou apto a garantir a alternância no poder e a formação de governos de legislatura.

Com efeito, apenas nas eleições de 1985 uma nova força política conseguiu pôr em causa, por um curto período, a hierarquia habitual do xadrez partidário: o Partido Renovador Democrático (PRD), constituído em torno da figura do presidente Ramalho Eanes, que obteve então 18 % dos votos, à custa fundamentalmente do PS, tendo caído nas eleições seguintes, em 1987, para os 5 % e desaparecido depois do mapa parlamentar. De resto, o sistema eleitoral proporcional e a lei em vigor, que não contém nenhuma cláusula-barreira em termos percentuais, têm permitido ocasionalmente a eleição de deputados em re-



O presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, em cerimónia oficial.

apresentação de pequenas forças políticas. Assim aconteceu com a UDP, de extrema-esquerda, que elegeu um deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e nas eleições legislativas de 1976, 1979 e 1980, e com o Partido da Solidariedade Nacional (PSN), conhecido como o «partido dos reformados», que elegeu um deputado para a legislatura de 1991-1995, sempre, em ambos os casos, com menos de 2 % dos votos. Mais recentemente, o BE, uma coligação de três partidos de extrema-esquerda (Partido Socialista Revolucionário — PSR —, UDP e Política XXI) e independentes, elegeu dois deputados em 1999, com menos de 3 % dos votos, para em 2005 se juntar ao grupo dos quatro principais partidos ao eleger oito deputados com 6,4 % dos votos.

Com excepção do BE, qualquer dos cinco principais partidos políticos já experimentou a fórmula da coligação pré-eleitoral. O PCP com a Aliança Povo Unido (APU), que integrou em 1979 o MDP-CDE e, a partir de 1983, o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV), e à qual sucedeu, a partir de 1987, a Coligação Democrática Unitária (CDU), de que passou a fazer parte um pequeno grupo de ex-membros do MDP-CDE — a Intervenção Democrática (ID); o PSD e o CDS, com a já referida AD, em 1979 e 1980; e o PS, com a Frente Republicana



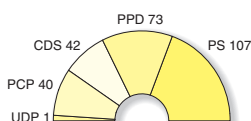
e Socialista (FRS), uma coligação com duas pequenas forças políticas — a Acção Social-Democrata Independente (ASDI) e a União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS), dissidentes, respectivamente, do PSD e do PS — que se apresentou apenas às eleições de 1980. Ao contrário da AD, que configurou uma coligação entre dois dos quatro principais protagonistas do sistema partidário português, aos quais se associaram na altura um pequeno partido monárquico e o episódico Movimento Reformador, tanto a APU e a CDU como a FRS se apresentaram como coligações claramente hegemonizadas pelo PCP e pelo PS, respectivamente.

Neste quadro, os dois maiores partidos, o PS e o PSD, polarizam actualmente cerca

de três quartos do eleitorado e de 85 % dos mandatos parlamentares. Representam em Portugal as duas maiores famílias políticas europeias: os socialistas do Partido Socialista Europeu (PSE) e os democratas-cristãos do Partido Popular Europeu (PPE). No caso do PSD, porém, esta filiação é relativamente recente (1997), pois anteriormente estivera ligado ao Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas. Quanto ao CDS, que representou inicialmente a família democrata-cristã europeia, viria a associar-se aos gaulistas franceses em 1993 no Grupo da Aliança dos Democratas Europeus (actual União para a Europa das Nações), onde se tem mantido apesar de ter entretanto recuperado a sua inspiração democrata-cristã.

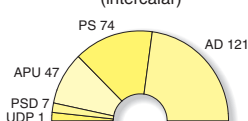
Composição da Assembleia da República por grupos parlamentares

25-04-1976

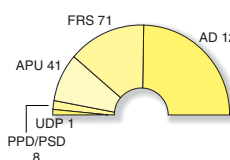


02-12-1979

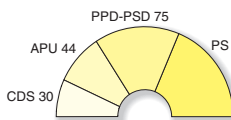
(intercalar)



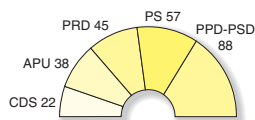
05-10-1980



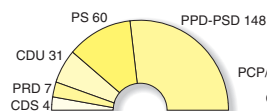
25-04-1983



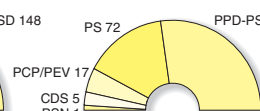
06-10-1985



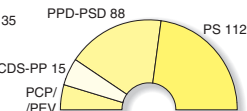
19-07-1987



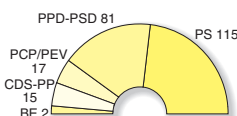
06-10-1991



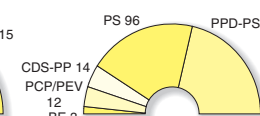
01-10-1995



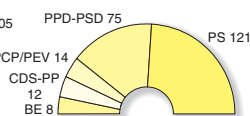
10-10-1999



17-03-2002



20-02-2005





O seu posicionamento crítico relativamente às teses federalistas do PPE estivera na origem do seu afastamento deste partido europeu. O PCP e o BE, por seu lado, têm vindo a integrar o Grupo Unitário da Esquerda Europeia. Actualmente, o PS dispõe de 12 deputados no Parlamento Europeu, o PSD de sete, o CDS-PP e o PCP de dois cada, e o BE de um.

Do ponto de vista programático, qualquer dos quatro partidos parlamentares mais antigos tem conhecido a sua evolução. O PS, fundado em 1973 na Alemanha a partir da Acção Socialista Portuguesa (ASP) de Mário Soares, cedo abandonou a componente marxista do seu ideário inicial para se situar no campo social-democrata reformista, tendo, aliás, sido precursor das viragens entretanto experimentadas no mesmo sentido pelos partidos socialistas da Europa Latina, a partir da década de 80. O PSD, onde convergiram inicialmente as linhas de orientação social-cristã, liberal e social-democrata, veio a subalternizar progressivamente esta última em favor das primeiras, no âmbito de uma actuação governativa ou de uma estratégia oposicionista ditadas por um evidente pragmatismo. O CDS-PP, de matriz democrata-cristã e pretendendo inicialmente um posicionamento centrista, veio, no início dos anos 90, a adoptar uma orientação populista, conservadora e assumidamente de direita, para, mais recentemente, lhe acoplar a sua inspiração original. O PCP, que na revolução de Abril de 1974 era conhecido como o partido comunista mais ortodoxamente marxista-leninista da Europa Ocidental, tem vindo a conhecer, após a queda dos regimes comunistas na antiga União Soviética e na Europa do Leste, uma lenta mas progressiva evolução, que o leva hoje a aceitar a democracia política pluralista e representativa como uma componente essencial do seu modelo de sociedade. Quanto ao BE, fundado só em 1999, cedo se libertou da matriz esquerdista tradicional dos partidos trotskista e

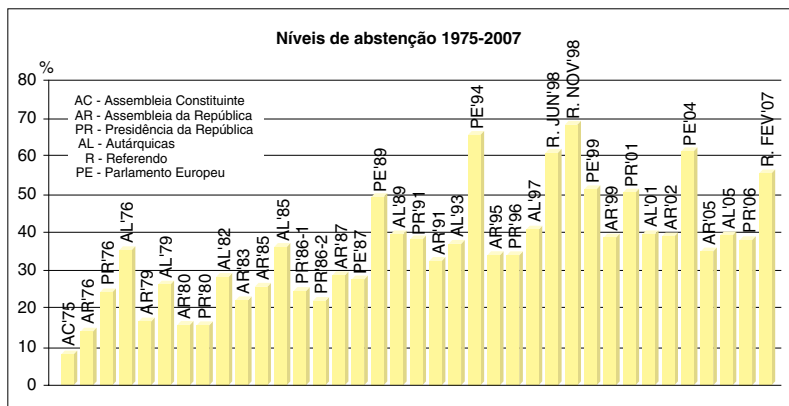
maoísta que estiveram na sua origem, para adoptar o perfil ideológico de uma esquerda moderna, sensível a causas morais e culturais de natureza fracturante e empenhada em lutas sociais no quadro da democracia representativa e participativa.

Dos cinco partidos parlamentares, aquele que sempre conheceu uma mais equilibrada implantação no território nacional é, sem dúvida, o socialista, enquanto os sociais-democratas e os populares têm os seus bastiões no Norte e Centro, os comunistas na Grande Lisboa e no Alentejo e os bloquistas nos principais centros urbanos. Quanto aos arquipélagos atlânticos, a hegemonia dos sociais-democratas nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores foi, em relação a esta última, quebrada, a partir de 1996, pelos socialistas, que ganharam então, pela primeira vez, as respectivas eleições regionais.

A principal fonte de financiamento dos partidos políticos tem sido o orçamento do Estado, na base do número de votos obtido por cada um nas eleições legislativas, desde que atinjam um mínimo de 50 000. A lei estabelece também limites às despesas das campanhas eleitorais.

Também no que toca ao estatuto dos titulares dos cargos políticos e ao respectivo regime de incompatibilidades, impedimentos e responsabilidades, caminhou-se ao longo da primeira metade da década de 90 para a definição de um quadro mais rigoroso das condições de exercício dos cargos e mandatos, hoje, todavia, acusado de uma excessiva rigidez com prejuízo para o recrutamento qualificado dos agentes políticos. A preocupação que esteve na base da lei aprovada em 1995 reflectia, porém, o crescente sentimento de distanciação e desafeição do eleitorado em relação aos seus representantes políticos, traduzido em taxas de abstenção cada vez mais altas.

Com efeito, entre 1975 e 2005, a abstenção eleitoral cresceu de uns modestíssimos e nunca mais igualados 8,3 % nas



Fonte: in <http://eleicoes.cne.pt> (2007).

eleições para a Assembleia Constituinte para uns preocupantes 37,7 % nas últimas eleições para a Assembleia da República, embora com tendência para estabilizar nesta ordem de valores. Também as eleições autárquicas e presidenciais têm conhecido este fenómeno, ainda que em menor escala, com as primeiras a verem a taxa de abstenção crescer de 35,4 % para 39,1 %, e as segundas de 24,5 % para 37,4 por cento. A confirmar o progressivo desinteresse da população portuguesa pela participação política estiveram os resultados dos dois primeiros referendos nacionais, ambos em 1998: o que incidiu sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e o que inquiria sobre a institucionalização em concreto das regiões administrativas no continente. Ambos deram a vitória aos partidários do «não», mas nenhum dos dois obteve a participação da maioria mínima de metade mais um dos eleitores, necessária para que os seus resultados pudessem ser considerados vinculativos. No primeiro caso, a taxa de participação que-
dou-se em 31,9 % e no segundo em 48,1 %. Apesar disso, nenhum dos partidos parlamentares partidários do «sim» exigiu a publicação das leis aprovadas na Assembleia da República, conscientes da inconveniência política de tal acto. Em 2007 um novo referendo sobre a despenalização da inter-

rupção voluntária da gravidez, quando feita até às dez semanas, deu a vitória ao «sim» por 59,2 % dos votos, com uma taxa de abstenção de 56 por cento.

O elevado abstencionismo numa forma de participação política directa da população em decisões de alcance nacional sobre temas que inequivocamente as afectam é susceptível de leituras contraditórias. Tanto pode querer significar uma manifestação de preferência pelos mecanismos de democracia representativa como forma de resolução dos problemas políticos como pode confirmar ao mais elevado grau a tendência para o indiferentismo, o desinteresse ou a desafeição pelas questões públicas, que uma parte crescente do eleitorado tem vindo a revelar.

São, porém, múltiplas e variadas as causas da abstenção eleitoral. A chamada abstenção crónica, correspondente aos eleitores que, por razões ideológicas ou por puro indiferentismo, se recusam sistematicamente a votar, não ultrapassará, segundo estudos recentes (Jorge de Sá e Luís Reto, in *Diário de Notícias* de 10 de Outubro de 1999), os 15 % do total do eleitorado. Já a abstenção flutuante, resultante quer de factores técnico-administrativos, como mudanças de residência, quer de factores aleatórios de ordem pessoal, atingirá 32 %. Por último, a abstenção selecti-



va, motivada pela falta de informação, pela ocasional ausência de identificação com um partido ou ainda pela insuficiente dramatização do combate político — como corolário, aliás, da crescente estabilidade do sistema democrático e da diminuição da conflitualidade social — situar-se-á nos 24 por cento. A estes últimos factores acresce igualmente a sensação de impotência de muitos cidadãos em relação à partidocracia dominante, bem como a chamada crise das ideologias, com o consequente sentimento de diluição das fronteiras partidárias e o correlativo fenómeno de mediatização e fulanização da vida política (cf. Cruz, 1994). Por último, mas não menos importante, o caldo individualista e hedonista da cultura pós-moderna é de molde a desincentivar qualquer tipo de comportamento participativo, e faz-se sentir particularmente nas gerações mais jovens, que já não experimentaram a privação das liberdades imposta pela ditadura.

Os inquéritos disponíveis para o início da década de 90 demonstram, no entanto,

que o desinteresse pela política é notoriamente mais elevado em Portugal (entre 68 % e 82 %) do que na média de seis a dez países da União Europeia (entre 55 % e 58 %). Comparado com a Alemanha, onde a taxa de desinteresse oscila entre os 30 % e 45 %, o contraste é ainda maior (cf. *idem*).

Em contrapartida, assiste-se à proliferação de outras formas menos tradicionais de intervenção na vida da comunidade, como a assinatura de petições, a participação em manifestações de protesto ou em movimentos de defesa de causas concretas ou ainda o apoio a formas de pressão de cariz neocorporativo. O direito de petição para defesa dos direitos dos cidadãos, da Constituição, das leis ou do interesse geral, bem como o direito de acção popular para promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infracções contra a saúde pública, os direitos dos consumidores, a qualidade de vida e a preservação do ambiente e do património cultural e assegurar a defesa dos bens públicos estão, aliás, consagrados na Consti-

Manifestação, em 1999, sob a forma de cordão humano, a favor da intervenção das tropas da ONU em Timor Leste, em resultado dos violentos confrontos que tiveram lugar na sequência do referendo acerca da independência daquele território.





tução Portuguesa (artigo 52.º), ainda que o último seja raramente exercitado.

Com o objectivo de reforçar as possibilidades de participação política dos cidadãos, a revisão constitucional de 1997 alargou o leque de matérias passíveis de referendo nacional e local, concedeu o direito de iniciativa da lei e do referendo a grupos de cidadãos eleitores, e acabou com o monopólio partidário na apresentação das listas de candidatos aos órgãos concelhios do poder local, mantendo embora esse monopólio nas candidaturas à Assembleia da República.

Está, entretanto, em aberto a possibilidade de rever a lei eleitoral para a Assembleia da República em moldes que proporcionem uma maior aproximação entre os eleitores e os seus representantes. A adopção de círculos uninominais, a par de círculos plurinominais, constitucionalmente permitida, com salvaguarda da proporcionalidade do sistema, tem vindo a ser encarada pelos dois maiores partidos como uma forma de contribuir para aquele objectivo.

O sistema judicial

Abolidos os tribunais especiais e garantida a independência dos juizes na sequência da implantação do regime democrático, a Constituição consagrou uma organização judicial, assente em vários tipos de tribunais, e um estatuto próprio para os magistrados.

Assim, para além do Tribunal Constitucional, criado com a revisão constitucional de 1982 e que herdou as funções de fiscalização da constitucionalidade das leis, até então atribuídas ao Conselho da Revolução, foram definidas três categorias de tribunais: o Supremo Tribunal de Justiça e os tribunais judiciais de primeira e de segunda instância; o Supremo Tribunal Administrativo e os demais tribunais administrativos e fiscais; e o Tribunal de Contas. Os primeiros são os tribunais comuns em maté-

ria cível e criminal, aos segundos compete o julgamento das acções e recursos contenciosos que tenham por objecto dirimir os litígios emergentes das relações jurídicas administrativas e fiscais, e ao terceiro incumbe a fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe, nomeadamente da Conta Geral do Estado, incluindo a da Segurança Social, e das contas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A revisão constitucional de 1997 aboliu a existência permanente dos tribunais militares, limitando a sua constituição, para o julgamento de crimes de natureza estritamente militar, ao período de vigência do estado de guerra. É ainda admitida a existência de tribunais marítimos, tribunais arbitrais e julgados de paz.

A desgovernamentalização das estruturas judiciárias levou a um estatuto de grande independência dos juizes, que gozam de uma considerável margem de autogoverno, gerida, no que toca aos juizes dos tribunais judiciais, pelo Conselho Superior da Magistratura. Este órgão é presidido pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça e composto por dois vogais designados pelo presidente da República, sete eleitos pela Assembleia da República e sete juizes eleitos pelos seus pares. Por sua vez, o Ministério Público goza igualmente de autonomia e de estatuto próprio, separado do da magistratura judicial. Tem como órgão directivo a Procuradoria-Geral da República, presidida por um procurador-geral da República (nomeado pelo presidente da República, sob proposta do governo, para um mandato de seis anos) e integrando o Conselho Superior do Ministério Público, que inclui membros eleitos pela Assembleia da República e membros eleitos pelos magistrados do Ministério Público. Tanto os magistrados judiciais como os magistrados do Ministério Público são formados, desde 1979, no Centro de Estudos Judiciários, organismo respon-



sável pela sua qualificação técnica e científica.

As garantias e a qualidade das soluções consagradas constitucionalmente no domínio da organização judicial não foram, porém, suficientes para dar resposta cabal aos desafios colocados por uma crescente procura da justiça por parte de cidadãos ciosos dos seus novos direitos e impulsionada pela dinâmica económica e social dos últimos vinte e cinco anos, apesar da excessiva desigualdade social no acesso ao direito que continua a caracterizar o sistema. Tanto os agentes do aparelho judicial como os seus utentes convergem de há muito no reconhecimento do estado de crise permanente da justiça portuguesa.

A acumulação dos processos pendentes, a lentidão das decisões e o acentuado risco das prescrições são consequências inevitáveis da carência de meios humanos e de instalações condignas, do atraso na informatização do sistema, do burocratismo administrativo, dos hábitos de prolixidade e erudição na redacção das sentenças, da falta de assessoria de apoio aos juízes, da sobrecarga com contenciosos menores, da ausência de mecanismos alternativos de resolução dos conflitos, de formalismos excessivos na interpretação da lei e do excesso de garantismo que estimula a litigância interminável para quem possui recursos avultados e bons advogados. Para além do descrédito para a justiça e do sentimento de impunidade que resultam de tal estado de coisas, com as consequências perversas que se imaginam, não são também despendidos os custos brutais que daqui decorrem para o funcionamento das empresas e da economia em geral.

O consenso sobre o diagnóstico e a terapêutica da crise da justiça tem-se vindo a impor ultimamente. Reflexo disso é a recente assinatura, em Setembro de 2006, de um «pacto para a justiça» entre o partido do governo e o principal partido da oposição, o qual parece conter as medidas de

tratamento mais urgentes e, sobretudo, a vontade de as aplicar, superando os factores de inércia do sistema e os corporativismos instalados.

As Forças Armadas

Com a revisão constitucional de 1982, que extinguiu o Conselho da Revolução e pôs fim ao sistema de autogoverno em que se encontravam desde a revolução de 25 de Abril de 1974, as Forças Armadas passaram a estar integralmente subordinadas ao poder político democrático. A eleição do primeiro presidente da República civil em 1986 veio, por seu turno, reforçar no plano simbólico essa dependência, aproximando-as ainda mais do estatuto que as caracteriza nas democracias ocidentais.

A lei e a prática política dominante preocuparam-se, entretanto, em salvaguardar a isenção e o apartidarismo da instituição militar, conferindo-lhe ainda um apreciável grau de autonomia no plano estritamente organizativo, no âmbito de um modelo constitucional e legal de controlo político que corresponsabiliza equilibradamente o presidente da República, o governo e a Assembleia da República (cf. Vitorino, 1998).

Assim, o presidente da República, que exerce por inerência o cargo de comandante supremo das Forças Armadas, nomeia e exonera os principais chefes militares (chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e chefes dos estados-maiores do Exército, da Armada e da Força Aérea), sempre sob proposta do governo. A partir de 1995, a escolha dos nomes propostos pelo governo deixou de estar condicionada por uma lista prévia de três nomes seleccionados pela própria instituição militar, que passou a desempenhar um papel meramente consultivo. A Assembleia da República detém, por sua vez, vastas competências legislativas no domínio da defesa nacional, definição dos deveres



dela decorrentes e bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das Forças Armadas, para além de tudo o que diga respeito às restrições ao exercício de direitos por militares, em nome do estrito apartidarismo dos seus membros. Por via dos seus poderes orçamentais e da competência para aprovar as chamadas leis de programação militar, que fixam o montante e a distribuição dos investimentos em equipamento, exerce igualmente uma importante responsabilidade de controlo da instituição. Por último, existe ainda, com dignidade constitucional e funções consultivas, o Conselho Superior de Defesa Nacional, presidido pelo presidente da República e integrando o primeiro-ministro, alguns ministros, dois deputados, os presidentes dos governos regionais dos Açores e da Madeira e os chefes militares.

A reconversão de umas Forças Armadas empenhadas ao longo de mais de uma década numa guerra colonial em três frentes e chamadas depois a desempenhar um delicado papel de condução da transição para um regime democrático acabou por se processar num ambiente de tranquilidade e sem sobressaltos. A plena integração de Portugal no concerto das democracias europeias, reforçada pela adesão à Comunidade Europeia, e a alteração do cenário geoestratégico contribuíram igualmente para a progressiva diminuição do seu peso específico interno. Mas se eliminaram quaisquer tentações de envolvimento das Forças Armadas em missões de segurança interna, fora das situações de excepção do estado de guerra ou dos estados de sítio e de emergência, reforçaram, em compensação, a sua importância como instrumento da diplomacia e da política externa portuguesa num mundo em que, após a queda do império soviético, as missões internacionais de paz se tornam cada vez mais frequentes.

A revisão constitucional de 1997 reflectiu esse facto ao incluir um novo número no actual artigo 275.º, que explicitamente lhes

atribui a incumbência de satisfazer os compromissos internacionais do Estado português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte. As Forças Armadas portuguesas participaram ou participam, deste modo, em missões da Organização das Nações Unidas (ONU) em Angola, Moçambique, Líbano, Timor Leste e Sara Ocidental, e em missões da NATO (North Atlantic Treaty Organization, Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN) ou da UE na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo, no Afeganistão e República do Congo. Em finais de 1999 integraram também a Interfet — força internacional que, com mandato do Conselho de Segurança da ONU, interveio em Timor Leste para pôr termo à violência desencadeada pelo Exército indonésio e as milícias locais contra a população, que em referendo se

Soldados portugueses integrados numa força da NATO em missão na Bósnia-Herzegovina (1996).





pronunciara esmagadoramente pela independência. E entre Janeiro de 2000 e 2002 participaram com um contingente de 800 homens na Untaet, a administração transitória da ONU que preparou a transição para a independência do novo Estado de Timor Leste. Para além disso, designam forças aéreas e navais para o Comando do Atlântico da NATO e forças terrestres e aéreas para o Comando da Europa da NATO, designadamente para o seu Corpo de Reacção Rápida, assegurando assim os compromissos do Estado português no âmbito da Aliança Atlântica. Têm ainda forças atribuídas à União da Europa Ocidental (UEO). Também as acções de cooperação técnico-militar com os novos países africanos de expressão portuguesa e as missões de interesse público (fiscalização da pesca e da poluição ambiental na Zona Económica Exclusiva e nas águas territoriais, operações de busca e salvamento, obras de engenharia ao serviço da qualidade de vida das populações) se viram revalorizadas neste novo contexto.

O Exército foi naturalmente o ramo que sofreu a mais substancial redução de efectivos, que passaram de cerca de 170 000, em 1973, para cerca de 23 000, em 2006. Na Armada a redução foi de 18 000 para 11 000 e na Força Aérea de 16 000 para 8000. A carreira militar foi aberta em 1993 às mulheres e o serviço militar obrigatório viu o

seu tempo drasticamente reduzido para oito meses no Exército, sendo quase integralmente substituído pelo voluntariado nos restantes ramos. A partir da revisão constitucional de 1997, deixou de ser uma obrigatoriedade constitucional, passando a lei a regular as suas formas. Em 2003 foi integralmente substituído pelo regime de voluntariado profissionalizado.

As relações com os estados lusófonos

No contexto da política externa e das relações internacionais do Estado português assumem particular relevo os laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa, a que se refere o artigo 7.º da Constituição.

As feridas das guerras coloniais deram rapidamente lugar a sentimentos de ligação afectiva e cultural e de respeito mútuo com os povos das ex-colónias africanas, traduzidos numa política de cooperação e solidariedade a vários títulos exemplar e que recolhe o apoio de todos os quadrantes partidários portugueses. O regresso de Portugal à sua matriz europeia foi, assim, acompanhado por uma redefinição da sua vocação extra-europeia, no desempenho de um papel de ajuda diplomática, económica e cultural que é hoje reclamado de Cabo Verde a Timor Leste.

A constituição em 1997 da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representou simultaneamente o coroamento de um processo de normalização e aprofundamento das relações com os novos estados de língua oficial portuguesa e o Brasil e o ponto de partida para iniciativas conjuntas no plano político, económico e cultural, no respeito pelas instituições democráticas e pelos direitos humanos, que contribuam igualmente para a afirmação desta comunidade no sistema internacional.

Neste contexto assume ainda particular importância o apoio que tem vindo a ser

Primeiro-cabo dirigindo uma autometralhadora.





Cimeira constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

canalizado pelo Estado português para a reconstrução e desenvolvimento de Timor Leste, directamente e através da sensibilização da comunidade internacional, bem como a colaboração com a ONU em todo o processo que conduziu à independência daquela antiga colónia portuguesa do Extremo Oriente.

A relação com a União Europeia

A participação activa de Portugal no processo de unificação política europeia e a sua integração no núcleo de países fundadores do euro veio naturalmente redefinir os limites da soberania do Estado, alienando em prol da União Europeia algumas das suas funções tradicionais e limitando significativamente o alcance de outras. Tratou-se do preço a pagar para vencer o atraso estrutural da sociedade portuguesa e conferir-lhe padrões superiores de qualidade de vida. Não foram apenas as competências do banco central português que se viram substancialmente reduzidas em função da adopção do euro. Foram também os órgãos de soberania em geral — presidente da República, Assembleia da República, governo e tribunais — que, em consequência da realização do projecto de

unificação política, se têm visto progressivamente lateralizados pelas próprias características e exigências do processo de decisão comunitário e pelo inevitável alargamento do âmbito de matérias objecto do ordenamento jurídico comunitário. Sem esquecer o crescente peso da tecnoburocracia administrativa nacional, que se reporta muitas vezes directamente à Comissão Europeia e à sua estrutura administrativa, assim contribuindo também para a relativa perda de poder dos órgãos de soberania enquanto tal (cf. Vitorino, 1994).

A consciência das inevitáveis limitações de soberania postuladas pela crescente integração europeia não só não inibe como estimula uma intervenção mais activa do Estado português nas instituições comunitárias, onde se vem batendo por soluções que, beneficiando a União Europeia no seu conjunto, se repercutem igualmente de forma positiva no desenvolvimento da sociedade portuguesa e na salvaguarda dos interesses nacionais. Foi este o espírito que presidiu à negociação da Agenda 2000, onde, apesar das dificuldades de uma conjuntura restritiva, foi possível garantir a continuidade de importantes ajudas estruturais até 2006, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. E foi este também o espírito que conduziu à aprovação de um novo arti-



go no Tratado da União sobre as regiões ultraperiféricas, onde se incluem os Açores e a Madeira, que assim passam a dispor do direito a políticas específicas de apoio. Do mesmo modo, também as preocupações portuguesas com a luta contra o desemprego e a exclusão social, com o reforço dos direitos de cidadania europeia e com a cooperação no combate à criminalidade organizada, à droga e ao terrorismo têm merecido o devido acolhimento nas instâncias comunitárias e no Tratado da União.

Fiel à sua vocação europeísta, o Estado português vem-se igualmente batendo pela consolidação e operacionalidade dos mecanismos da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), no âmbito dos quais assume particular relevo a instituição da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), futura herdeira da UEO, em articulação com a NATO. E mostrou-se, por outro lado, empenhado no processo de alargamento da União Europeia, como forma de consolidação das democracias emergentes fora das suas actuais fronteiras e consequente diluição de focos de tensão.

A Presidência portuguesa da União Europeia no primeiro semestre do ano 2000, ao fazer aprovar a chamada «estratégia de Lisboa», deu um importante contributo para a implementação de um modelo de desenvolvimento económico, social e cultural capaz de responder aos desafios da globalização. Da Presidência portuguesa no 2.º semestre de 2007 espera-se um novo impulso para esta estratégia, a par de novos contributos para a superação da crise institucional vivida pela União desde o fracasso do processo de aprovação do seu tratado constitucional.

Os desafios do futuro imediato

O Estado de direito democrático possui hoje em Portugal uma solidez nunca antes atingida no passado.

No plano constitucional, mais do que caminhar para novas revisões, importa hoje sobretudo potenciar as benfeitorias introduzidas na revisão de 1997 com vista ao reforço dos mecanismos da democracia participativa. Se o esquema de funcionamento dos órgãos de soberania da democracia representativa, assente numa equilibrada repartição de competências e num eficaz controlo recíproco de poderes, tem provado globalmente bem, é, de facto, na esfera da utilização dos instrumentos da democracia participativa que se justifica agora sobretudo apostar, até como forma de revalorizar a democracia representativa aos olhos do cidadão comum.

O uso das novas tecnologias com vista à facilitação do exercício do direito de voto e ao reforço das relações interactivas entre os eleitos e os eleitores e entre os membros do governo e os cidadãos, o estímulo ao uso do referendo local e a recente adopção de medidas de discriminação positiva para assegurar a igualdade dos sexos no acesso a cargos políticos constituem-se em outros tantos contributos para garantir a «democracia das cidadãs e dos cidadãos». Sem esquecer, como é óbvio, a aposta permanente e com bons juro a prazo numa educação para a cidadania e na extensão a todos dos benefícios da sociedade de informação — condições basilares de uma cidadania activa.

No plano da organização administrativa do Estado, urge combinar a reforma dos serviços periféricos da administração central, visando uma melhor coordenação horizontal e territorial das políticas públicas, com o prosseguimento da descentralização de competências não apenas para os municípios mas também para as áreas metropolitanas, no respeito do princípio da subsidiariedade. A desburocratização da administração pública em geral e a sua aproximação aos cidadãos, com a melhoria substancial dos serviços prestados, são ainda hoje imperativos urgentes e de in-



Uma das Lojas do Cidadão, símbolo da desburocratização da administração pública e da sua aproximação aos cidadãos.

questionável actualidade, apesar dos esforços que têm vindo a ser empregues e da crescente utilização dos recursos das tecnologias de informação, na sequência do recente programa Simplex.

Uma justiça mais rápida e eficiente, mais próxima e acessível aos cidadãos e com os meios adequados para combater a corrupção e a criminalidade económica é hoje uma exigência generalizada da sociedade portuguesa. Mais do que dramatizar a sua relação com os agentes políticos, importa rendibilizar ao máximo as virtualidades da orgânica instituída e conferir-lhe os meios práticos de actuação.

No plano da defesa e da política externa, por último, tudo indica que o Estado

português está no bom caminho, cada vez mais empenhado em assumir por inteiro as suas responsabilidades no âmbito da União Europeia e de outras organizações e alianças internacionais como o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), a ONU e a NATO. O reforço dos mecanismos democráticos de controlo dos poderes da União Europeia deve, porém, merecer-lhe uma atenção permanente. Tal como o reforço dos poderes ou mesmo a criação de instâncias internacionais de regulação da globalização económica em curso. Continuar a apostar a fundo nas relações com os países de língua portuguesa é também um imperativo incontornável.



Sociedade

A sociedade

O território

A língua portuguesa

A comunicação social

**A sociedade do conhecimento
e da informação**

O desporto



A sociedade

João Ferreira de Almeida
Luís Capucha
António Firmino da Costa
Fernando Luís Machado
Anália Torres

A sociedade portuguesa tem sido, ao longo das últimas décadas, cenário de intensas transformações. Num primeiro plano, importa destacar um conjunto de processos de fundo, de carácter estrutural, que se manifestam em Portugal com maior intensidade desde os anos 60. Tais processos sociais — comportando vectores de permanência e de mudança, de continuidade ou de inflexão de tendências, em combinações por vezes surpreendentes — influíram de maneira decisiva, se bem que mais subterrânea e gradual do que imediatamente aparente, quer no desencadeamento, em 1974, da ruptura política com o longo período anterior de regime ditatorial, quer na subsequente modernização das instituições e da economia, dos valores culturais e dos estilos de vida. Tudo aponta para que o futuro próximo continue a ser fortemente marcado por esse conjunto de processos estruturais.

Em simultâneo, noutro plano, sobressaem as mudanças mais directamente reportáveis à acção colectiva, as quais influenciaram, por sua vez, com impactes variáveis, aquelas transformações estruturais, acentuando-as, esbatendo-as ou reorientando-as, numa sequência que foi pontuando, de forma saliente, a vida social do país. São disso exemplos notáveis as acções políticas e os movimentos sociais que presidiram ao referido derrube da ditadura e, em seguida, à consolidação das instituições democráticas, na segunda metade dos anos 70. São-no, igualmente, as orientações estratégicas que, a nível político, levaram à integração na Europa comunitária, desde meados dos anos

80, e às etapas sucessivas de participação portuguesa no processo de construção da União Europeia (UE).

Incluem-se aqui, também, políticas públicas com incidência económica, social e cultural extremamente significativa, mesmo que de sentido variável ao longo do período em análise, como as nacionalizações das grandes empresas, na década de 70, e a sua posterior privatização, gradualmente em curso a partir da segunda metade dos anos 80. Assinalem-se também as políticas de modernização de infra-estruturas e liberalização gradual da economia, na primeira parte da década de 90, e as de integração no espaço da moeda europeia, desenvolvidas desde a segunda parte da década de 90 e culminando com a entrada em circulação do euro em 2002.

Noutros domínios, mas com idêntica relevância, pode destacar-se a crescente prioridade política atribuída aos processos de qualificação escolar, profissional e científica da população; ou a promoção de acções emblemáticas de revalorização da visibilidade cultural do país no palco internacional, como foi o caso da Exposição Mundial de Lisboa (Expo 98); ou as políticas de solidariedade social como as que, em particular na segunda metade dos anos 90, tomaram como objecto o combate às formas tradicionais e novas de pobreza e exclusão social. São ainda de referir, a nível da UE, a contribuição portuguesa para o lançamento, na viragem do milénio, da «agenda de Lisboa», focada na procura de maior competitividade europeia no quadro do processo de globalização, e, a nível na-



O Pavilhão da Utopia, palco de inúmeros espetáculos e uma das principais atrações durante a Expo 98, agora designado Pavilhão Atlântico.

cional, as recentes políticas de equilíbrio das contas públicas e de racionalização do Estado, bem como medidas no sentido da mudança de paradigma tecnológico na economia — políticas estas que assentam, tanto as de âmbito internacional como as de âmbito nacional, na prioridade ao conhecimento e à inovação.

A respeito de todo este conjunto de aspectos, relativos à sociedade portuguesa tal como ela se tem vindo a configurar e tende a projectar-se no futuro imediato, interessa relembrar um conjunto suficientemente elucidativo de elementos informativos e analíticos, se bem que em registo condensado.

Evoluções demográficas e recomposições sociais

Os processos de recomposição social pelos quais a população portuguesa tem vindo a passar desdobram-se em diversas dimen-

sões, nomeadamente demográficas, geográficas, educativas e socioprofissionais. Em cada um desses aspectos podem observar-se dinâmicas específicas; mas mais importantes ainda são as convergências e as tensões que se estabelecem entre elas, assim como as articulações recíprocas e os efeitos que vão tendo umas nas outras, quer nas vertentes que decorrem acentuadamente do contexto internacional (em particular, do espaço europeu), quer nas vertentes em que prevalecem especificidades nacionais (Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998; Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2002).

Nos anos 60, a população portuguesa era ainda em grande medida rural e trabalhava em formas de agricultura tradicional, quer de assalariamento precário, muito em especial nos latifúndios do Sul, quer de pequeno campesinato proprietário ou rendeiro, predominante nas regiões do Centro e do Norte. Verificavam-se então altas taxas



de natalidade e um perfil demográfico caracterizado por uma pirâmide etária de base larga e topo afilado. As condições de vida muito difíceis, às quais na altura se vinha ainda somar o recrutamento militar em massa dos jovens do sexo masculino, enviados pelo regime de então para as forças armadas da Guerra Colonial, tudo foi contribuindo para que essa população se envolvesse em intensos movimentos migratórios. Procurava, assim, vias de acesso a vida melhor, quer na emigração para a Europa mais desenvolvida — sobretudo para França e para a Alemanha —, quer nas migrações internas para as principais cidades, muito em especial para as áreas em industrialização de Lisboa e do Porto.

A obtenção de emprego na indústria ou nos serviços pessoais, por um lado, e o acesso à maior escolarização dos filhos, por outro, foram dois dos vectores dinamizadores, ou, pelo menos, duas das consequências decisivas destes movimentos populacionais. Com elas veio a inserção em modos de vida urbanos e o começo de outros processos fundamentais: uma significativa mudança dos valores sociais prevalentes e dos comportamentos a eles associados, bem como alterações globais de tendências, envolvendo o decréscimo da natalidade e a diminuição da dimensão dos agregados domésticos, com as respectivas implicações sociodemográficas e socioculturais, ou ainda a aceleração sem precedentes da concentração da população numa estreita faixa urbanizada do litoral do país, com a correspondente desertificação gradual do resto do território.

Alguns destes processos estão em curso até hoje. Outros sofreram inflexões.

Quanto à evolução da estrutura demográfica, a tendência de fundo é para um progressivo duplo envelhecimento da população, «na base» e «no topo», ou seja, para a diminuição da proporção de jovens e para o aumento da taxa de idosos (ver quadro da p. 47).

As consequências são multifacetadas — tal como já anteriormente tinha acontecido, ou está em plena manifestação, de um modo mais geral, no conjunto dos países europeus —, em aspectos como os das mudanças nos padrões de consumo, nos sistemas de valores ou nas relações intergeracionais, ou ainda como os das implicações nas políticas de educação, de segurança e de assistência social. Voltar-se-á, adiante, a algumas destas questões.

Pelo seu lado, a evolução oscilante do peso relativo da faixa intermédia dos «adultos» — primeiro decrescente, depois em crescimento acentuado e, mais recentemente, em quase estacionaridade — só se compreende tendo em conta a conjugação das tendências continuadas para a diminuição das taxas de natalidade e de mortalidade com os movimentos migratórios globais. Na década de 60 e na primeira metade da década de 70, aos fluxos emigratórios de intensidade máxima sucede um abrandamento a que se articula, na segunda metade da década de 70, o regresso de parte dos emigrantes europeus e, sobretudo, o retorno de muitos dos antigos residentes nas ex-colónias, depois do derube da ditadura e da sua institucionalização como países independentes. A partir da década de 80 aumenta o volume da recepção a imigrados, em particular provenientes desses novos países africanos. Progressivamente, vai-se-lhes juntando um forte contingente de brasileiros e de imigrados vindos de países do Leste europeu.

No plano geográfico, a progressiva desertificação do interior rural continua a acentuar-se, acompanhada da concentração da população na faixa litoral urbana, muito em especial nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, ou, mais recentemente, também em algumas cidades próximas daquelas (Setúbal, Leiria, Aveiro, Braga) e na região turística do Algarve. Estas assimetrias regionais são, aliás, fonte de importantes problemas de desenvolvi-



mento e de qualidade de vida, se bem que, em certo sentido, de ordem diametralmente oposta, consoante estejam em causa as regiões em abandono ou, pelo contrário, aquelas em que a população se aglomerou rapidamente, muitas vezes sem estruturas urbanas adequadas e sem o planeamento territorial necessário.

A respeito dos perfis de qualificação escolar da população, a sociedade portuguesa apresenta também uma dupla face: melhorias rápidas, a partir de situações muito atrasadas relativamente recentes, por um lado (ver quadro da p. 47); mas também fortíssimo défice, comparativamente com as situações correntes nos países da UE, por outro.

A taxa de analfabetismo ainda hoje se aproxima dos 10 %, colocando o país, deste ponto de vista, em situação semelhante àquela em que se encontravam algumas das regiões mais avançadas da Europa há um século atrás. A avaliação seria no entanto incompleta e unilateral se não se registassem, igualmente, numa perspectiva histórica, as mudanças significativas que se operaram neste domínio. Bastará recordar que, nos anos 60, a taxa de analfabetismo atingia valores de mais de 30 % e 60 % da população não atingia sequer o 4.º ano de escolaridade. A diminuição do

analfabetismo faz parte, de resto, de um movimento de escolarização da população portuguesa que, vindo de trás, só depois de 1974 se generalizou a todo o país e a todas as camadas sociais. É já com o regime democrático que a escolaridade obrigatória universal se fixa, primeiro, em seis anos, e, mais recentemente, em nove anos.

Também quanto ao ensino secundário e ao ensino superior, ainda hoje a situação é, comparativamente, muito atrasada. Na população portuguesa dos 25 aos 64 anos, perto de 75 % completou, no máximo, o ensino básico (nove anos de escolaridade). As fracções que possuem uma formação de nível secundário e de nível superior pouco ultrapassam, para cada um desses graus, os 12 por cento. Ora a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), para esses dois níveis de escolaridade, já passava dos 40 % e 20 %, respectivamente, no início dos anos 2000. E bastantes países da UE ultrapassavam muito estes valores.

Mas também aqui a progressão foi significativa ao longo das décadas anteriores e, sobretudo, nos tempos mais recentes. Em 1970 a percentagem dos portugueses entre os 25 e os 64 anos com um diploma do ensino superior não ultrapassava signifi-

Antigos terraços de cultivo abandonados, reflexo da desertificação das regiões rurais.



**Evoluções demográficas e recomposições sociais**

Indicadores (%)	1960	1970	1981	1991	2001
População de 0-14 anos	29,2	28,4	25,5	20,6	16,0
População de 15-64 anos	62,8	61,9	63,1	66,0	67,6
População de 65 e + anos	8,0	9,7	11,4	13,4	16,4
Taxa de analfabetismo	33,1	25,6	18,6	11,0	9,0
População de 25-64 anos com o ensino superior	—	—	3,9	6,4	12,8
População de 25-64 anos com o ensino secundário	—	—	3,3	5,5	12,7
População de 25-64 anos com menos escolaridade	—	—	92,8	88,1	74,5
Estudantes na população dos 20-24 anos	1,7	3,5	5,8	11,8	23,9
Estudantes do sexo feminino no ensino superior	29,5	43,6	45,0	55,0	55,2
Taxa de actividade global	37,5	39,4	42,5	44,6	48,2
Taxa de actividade masculina	63,8	62,1	53,3	54,3	54,8
Taxa de actividade feminina	13,0	19,0	29,0	35,5	42,0
População activa no sector primário	43,6	31,7	19,7	11,2	5,0
População activa no sector secundário	28,9	32,3	38,7	37,4	35,1
População activa no sector terciário	27,5	36,0	41,6	51,4	59,9
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	6,0	3,0	4,4	8,5	11,9
Profissionais técnicos e de enquadramento	2,6	4,9	7,9	11,7	16,7
Trabalhadores independentes	3,8	7,3	7,2	8,5	4,8
Agricultores independentes	14,1	15,2	11,3	6,2	2,2
Empregados executantes	14,6	19,4	26,0	27,1	32,3
Operários industriais	30,6	34,0	36,0	34,3	30,3
Assalariados agrícolas	28,3	16,2	7,2	3,7	1,8

Fontes: INE, *Censos*; OCTES.

cativamente um ponto percentual, apesar de ter aumentado bastante desde 1960. A partir daí, o crescimento tem sido bastante acentuado. No início do século XXI, passou-se dos 10 %. O que vai a par do facto de Portugal ser o país da UE em que, ultimamente, o número de estudantes do ensino superior tem tido uma taxa de aumento mais elevada. Se em 1960 a fracção de estudantes na população entre 20 e 24 anos era de 1,7 %, em 2001 atingia já 23,9 %, menos do que um quarto da população dessa faixa etária, mas muito acima do que acontecia poucos anos antes.

A diferença entre os actuais perfis de escolaridade da população e os dos respectivos pais é, assim, muito grande. Os efeitos de recomposição social implicados neste processo são altamente significativos, quanto às distribuições de qualificações escolares, em si mesmas, e quanto às suas repercussões em planos como os das ocupações profissionais, dos estilos

de vida, dos *status* sociais e dos padrões culturais.

Em todo o caso, apesar do crescimento dos níveis de escolarização, a distância gritante e persistente em relação às médias dos países da UE ou da OCDE, ou mesmo um certo atraso a este respeito comparativamente com os países europeus com níveis de desenvolvimento mais próximos — que também vão subindo, uns e outros, os seus padrões de formação escolar —, coloca ao futuro de curto e, sobretudo, de médio prazo questões sérias de qualificação, de empregabilidade e de competitividade, de modernização e desenvolvimento, a solicitar investimentos profundos e alargados neste domínio.

Um dado revelador de outra faceta destas dinâmicas é o da proporção crescente de mulheres no ensino, e, o que é particularmente significativo, no ensino superior. Actualmente, a população jovem a frequentar as universidades, e aquela que obtém



diplomas universitários, é, em maioria muito relevante, do sexo feminino. Esta preponderância foi ganha em poucos anos. Coexistem, na população portuguesa, escalões etários mais novos em que as mulheres são mais escolarizadas do que os homens e escalões mais idosos em que o défice de escolarização é superior nas mulheres. Por exemplo, a grande maioria dos analfabetos acima referidos são mulheres idosas.

Isto indicia que os processos de recomposição social têm sido ainda mais rápidos na parte feminina da população do que na parte masculina. A par das mudanças no domínio da fecundidade e na esfera conjugal, analisadas um pouco mais à frente, o estatuto social das mulheres tem sofrido grandes alterações, podendo mesmo dizer-se que este constitui um dos principais vectores de transformação da sociedade portuguesa contemporânea. Para isso têm contribuído, de maneira destacada, as referidas recomposições socioeducacionais, assim como outras, não menos marcantes, de ordem socioprofissional.

Neste último plano das recomposições sociais destacam-se três linhas principais de transformação estrutural, aliás claramente interligadas entre si e com as dinâmicas acima identificadas (ver quadro da p. 47).

Uma dessas tendências pesadas tem a ver, precisamente, com a entrada em força das mulheres na esfera profissional e com a feminização da população activa. Nas décadas consideradas, a taxa de actividade profissional feminina mais do que triplicou. Hoje em dia já se aproxima bastante da taxa de actividade masculina, sobretudo nas faixas etárias mais jovens. Entre as razões de tal evolução contam-se os processos de emigração e mobilização militar dos anos 60 e primeira metade de 70, protagonizados sobretudo pelo sexo masculino (pelo menos nas primeiras fases, quanto à emigração), solicitando maior envolvimento feminino na esfera profissional. Contam-se, também, mais recentemente, quer

necessidades prementes de responder a constrangimentos económicos básicos perante padrões de consumo em mutação, quer dinâmicas socioculturais de procura de autonomia e emancipação pessoais por parte das mulheres. Tudo isso foi facilitado, ainda, pelas tendências positivas de escolarização feminina já assinaladas.

No entanto, seja qual for a ponderação das causas, o que parece indiscutível é o alcance dos efeitos desta tendência na reconfiguração do panorama social do país e na especificidade das respectivas dinâmicas de modernização. Importa referir, aliás, que a taxa de actividade feminina em Portugal se aproxima muito mais das que na UE atingem níveis elevados, em países como a Suécia, a Dinamarca, a Finlândia ou o Reino Unido, do que das muito mais baixas prevalentes em países como a Espanha, a Itália ou a Grécia, com outras maiores proximidades em termos socioeconómicos e socioculturais.

Outra tendência de fundo, esta respeitante ao peso relativo dos sectores de actividade económica, traduz-se principalmente no decréscimo acentuado da população activa no sector primário e, ao inverso, na terciarização acentuada do emprego. Em 1960, quase metade da população activa trabalhava ainda no sector primário. A quebra foi rápida a partir daí, mantendo-se no entanto um conjunto de populações ligadas à actividade agrícola, boa parte delas, aliás, em situação defensiva perante as dificuldades de emprego noutros sectores ou, ainda, em muitos casos, recorrendo a formas de pluriactividade, perante as necessidades de complementar remunerações baixas ou pensões de reforma ainda mais escassas. O emprego no sector secundário, após um processo de crescimento considerável, acompanhando o processo de industrialização, nomeadamente da industrialização intensiva em mão-de-obra, nos anos 60 e 70, estagna nos anos 80 e tem vindo a decair, embora em ritmo mais



lento do que o da média da UE. O crescimento do terciário intensifica-se dos anos 70 até à actualidade. Para tal contribuíram a expansão dos serviços do Estado-providência, em desenvolvimento após o 25 de Abril de 1974 (nomeadamente os serviços de educação, de saúde e de segurança social), a modernização de alguns sectores empresariais e dos serviços prestados às empresas e, ainda, o alastramento de diversos tipos de serviços pessoais, respondendo aos novos estilos de vida urbanos.

Uma terceira faceta destas transformações é claramente revelada pelas sucessivas fases de recomposição da estrutura de classes sociais, tal como iniciada pelas principais categorias socioprofissionais pelas quais se distribui a população activa.

O declínio rápido das categorias ligadas à agricultura manifesta-se de forma muito mais acentuada nos assalariados agrícolas do que nos pequenos agricultores independentes. Quanto aos trabalhadores independentes dos serviços, comércio, oficinas e artesanato, depois de uma duplicação do seu peso relativo entre 60 e 70, conheceram uma relativa estabilização, e depois uma descida significativa, acompanhada de processos de recomposição interna. Coexistem neles dois segmentos principais: um, correspondendo à matriz tradicional do trabalho independente, é um segmento pouco escolarizado e envelhecido; o outro, inversamente, mais jovem e mais escolarizado, acompanha as tendências de modernização social, económica e tecnológica, respondendo a novas oportunidades de mercado, nomeadamente no campo cada vez mais diversificado da prestação de serviços.

Relativamente aos assalariados de base, observam-se dois processos distintos. Os operários industriais, depois de atingirem o máximo valor percentual no começo da década de 80, parecem ter entrado num processo lento, mas provavelmente irreversível, atendendo às tendências de

inovação tecnológica e de realocização industrial a nível planetário, de uma certa retracção do seu peso relativo. Pelo contrário, os empregados executantes dos escritórios, comércio e serviços têm agora mais do dobro da expressão percentual que tinham nos anos 60. O contraste tem também outras manifestações, muito em especial o facto de o operariado ser maioritariamente masculino, enquanto os empregos executantes de base nos escritórios, comércio e serviços tendem a ser cada vez mais preenchidos por mulheres, já neles maioritárias pelo menos desde o início dos anos 80.

Por fim, no que respeita às duas categorias que ocupam lugares mais elevados na estrutura de classes, registam-se acréscimos importantes de valor absoluto e peso relativo. Do lado dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, o maior acréscimo vem, primeiro, da expansão das pequenas e médias empresas no tecido económico português e, mais recentemente, do acréscimo de dirigentes organizacionais e profissionais liberais. É uma categoria social com presença feminina fraca, sobretudo nos empresários e dirigentes. Quanto às novas classes médias assalariadas dos profissionais técnicos e de enquadramento, com inserção predominantemente urbana e níveis médios ou superiores de formação escolar, qualificação profissional e posição organizacional, são a categoria com taxas de crescimento mais elevadas no período considerado, e uma das mais feminizadas.

Pode falar-se, pois, de protagonismos sociais contrastantes, indiciando a predominância de lógicas distintas na constituição das duas categorias sociais que usufruem de maiores recursos e influência na sociedade portuguesa actual. A actividade empresarial, por um lado, e a formação universitária, por outro, são as vias institucionais privilegiadas, mas em grande parte dissociadas, que têm levado ao aumento



do número e do peso relativo destas duas categorias sociais. São, por isso, também, as duas vias responsáveis por grande parte dos fluxos de mobilidade social ascendente que ocorreram em Portugal nestas últimas décadas.

Estruturas familiares e situação das mulheres

Em Portugal, nos últimos trinta a quarenta anos, tal como aconteceu nos restantes países da UE e na maioria dos países ocidentais, verificaram-se mudanças significativas nos indicadores demográficos referentes aos comportamentos familiares: desceram as taxas de natalidade e da nupcialidade, diminuiu a dimensão média dos grupos domésticos e a percentagem de famílias complexas; em contrapartida, aumentou a taxa de divórcio, subiram os nascimentos fora do casamento, aumentaram os agregados de pessoas sós (ver quadro da p. 51). A par destas transformações, a subida da taxa de actividade feminina e, sobretudo, a crescente participação de mães com filhos pequenos no mercado de trabalho, com óbvios impactes directos na vida familiar, foi também extremamente nítida.

A configuração resultante dos indicadores referidos permite reconhecer, em termos gerais, que Portugal acompanhou os outros países europeus no sentido global das transformações ocorridas, mas não deixa de manter alguma especificidade da do que partiu para o mesmo movimento de patamares diferentes e conheceu ritmos de transformação eles próprios particulares. Antes ainda de situar comparativamente Portugal no contexto internacional, vale a pena, de forma genérica, caracterizar as mudanças referidas.

Porque descem a natalidade e a nupcialidade? Porque aumentam o divórcio e os nascimentos fora do casamento? Porque é crescente o número de mulheres que trabalham fora de casa e se quer manter nessa si-

tuação? A resposta a estas perguntas, bem como o alcance e o sentido das transformações ocorridas, é mais claramente perceptível quando se procura interpretar de forma conjugada as oscilações dos referidos indicadores com valores e opiniões a respeito da família. O que resulta desta análise cruzada é que se está em presença de uma valorização específica da vida familiar.

Na verdade, sempre que em inquéritos sobre valores se confrontaram os Portugueses e, de resto, os Europeus, com questões relativas à importância da vida familiar ou do casamento, as respostas foram inequívocas. A vida afectiva e familiar é sempre considerada da máxima importância para a felicidade pessoal (Almeida e Guerreiro, 1993; Torres, Mendes e Lapa, 2006). Abordagens mais qualitativas permitiram ainda salientar que se sobrevalorizam os aspectos de maior flexibilidade e plasticidade das formas familiares, se dá mais atenção ao conteúdo relacional do que aos aspectos formais e institucionais, o que poderá contribuir para explicar quer a descida da nupcialidade, quer os nascimentos fora do casamento e o aumento do divórcio (Torres, 1996; 2002). Insiste-se numa visão mais igualitária da relação entre cônjuges e nessa lógica a actividade feminina no exterior é vista também como propiciadora de maior autonomia das mulheres. Reduz-se o número de filhos esperando-se da relação fortes gratificações emocionais, valorizando-se ainda o respeito pela vontade própria dos descendentes, com esbatimento dos procedimentos e das lógicas autoritárias. Nas relações de interajuda entre gerações, tende a sublinhar-se idealmente a dimensão afectiva em detrimento da lógica da prestação de serviços. A visão laica e secular do casamento sobrepõe-se à perspectiva sacramental na generalidade dos países europeus (Ester, Halman e De Moor, 1994) e, embora o casamento católico tenha descido, mais significativa do que essa descida parece ser a tendência para o en-



carar numa perspectiva ritualista e pragmática (Almeida *et al.*, 1998; Torres, 2002). Numa palavra, e ao contrário do que numa primeira fase de surgimento destas mudanças se pretendeu fazer crer com a ideia de crise da família, o que declinou foram apenas as configurações familiares e os valores de carácter mais tradicionalista.

São estas tendências gerais no plano dos valores que contribuem para explicar a transformação dos indicadores demográficos que se verificou em toda a Europa. Mas se o movimento foi na mesma direcção, os países partiram de diferentes patamares. O indicador demográfico em maior convergência em toda a UE é provavelmente o índice sintético de fecundidade, ou a descendência média, já que se situa sempre abaixo da reposição das gerações. Contudo, mesmo aqui se verificam variações sensíveis, registando os países nórdicos valores para os índices sintéticos de fecundidade acima dos países da Europa do Sul.

Que especificidades apresenta Portugal, nos aspectos focados, em relação aos outros países europeus? Como nos distinguimos? Em que nos aproximamos? Em Portugal, tal como no resto da Europa do

Sul, a entrada na vida conjugal faz-se pelo casamento e não pela coabitação, sendo por isso a nupcialidade mais alta e menores os valores dos que vivem em união de facto, por referência aos países da Europa do Centro e do Norte. No Sul, temos maior número de famílias complexas e menos pessoas a viver sós.

Distinguimo-nos, porém, dos outros países do Sul em diversos indicadores. Os valores do divórcio e os dos nascimentos fora do casamento, apesar de serem mais baixos do que na Europa do Centro e do Norte, são mais elevados do que na Itália, na Espanha e na Grécia. Quanto à taxa de actividade feminina, tal como em relação a outro conjunto de indicadores referentes à situação das mulheres, que referiremos adiante, estamos mais próximos dos países nórdicos do que dos da Europa do Centro e muito mais distantes da Europa do Sul.

Diversos factores podem explicar estas especificidades. Portugal tinha ainda no início dos anos 60, como se viu, uma estrutura social marcadamente tradicional, com fortes assimetrias sociais, grande peso da agricultura, indústria pouco modernizada, serviços incipientes ligados a lógi-

Evolução dos indicadores demográficos relativos à família (1960-2004)

	1960	1970	1981	1991	1999	2004
Índice sintético de fecundidade ¹	3,2	3,0	2,1	1,6	1,5	1,4
Taxa bruta de nupcialidade ²	7,8	9,4	7,8	7,3	6,9	4,7
Taxa de divórcio ³	0,1	0,1	0,7	1,1	1,8	2,2
Casamentos católicos	90,7	86,6	74,6	72,0	66,4	57,1
Nascimentos fora do casamento ⁴	9,5	7,3	9,5	15,6	20,8	29,1
Dimensão média dos grupos familiares	3,8	3,7	3,4	3,1	2,8*	2,8**
Agregados domésticos de pessoas sós	11,5	—	—	12,9	—	15,5
Agregados domésticos de famílias complexas ⁵	15,4	—	—	13,9	—	10,4

¹ Número de filhos por mulher em idade fecunda 15/49 anos; ² Casamentos 1000/pop. média; ³ Divórcios 1000/pop. média; ⁴ Total de nados-vivos nascidos fora do casamento por 100 nados-vivos; ⁵ Os critérios para a definição deste tipo de famílias pode ser encontrado em Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall (1998: 49).

* Recenseamento de 1991.

**Recenseamento de 2001.

Fontes: INE, Estatísticas Demográficas, 2004; recenseamentos da população de 1981, 1991 e 2001; Almeida, Costa e Machado, 1994; Torres, 1996; Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998; Aboim, 2003.



cas tradicionais, uma população com baixos níveis de formação escolar. São lógicas sociais que tendem a valorizar uma perspectiva mais tradicionalista da família. As mudanças entretanto ocorridas no plano económico e social, o crescimento das chamadas classes médias e, mais tarde, a abertura no plano das liberdades e das ideias permitida pelo 25 de Abril de 1974 tiveram impacto nas práticas e nos valores referentes à família. Podemos falar assim de uma convergência, ainda que tardia e relativa, com os restantes países europeus. Mantêm-se algumas especificidades, num processo a que se chamou de «modernidade inacabada» (Machado e Costa, 1998).

No próprio cenário nacional podemos encontrar diferenças significativas nos indicadores demográficos que temos vindo a referir. As regiões do Norte e do Centro apresentam, de forma consistente, diferenças em relação às de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (ver quadro abaixo).

Tudo indica que no Norte e no Centro se tende a valorizar mais as instituições, já

que é aí que mais se casa, menos se coabita, menos filhos há fora do casamento, mais se pratica o casamento católico e menores são os valores do divórcio. Em Lisboa e Vale do Tejo, bem como no Algarve e um pouco menos no Alentejo, são sempre mais elevados do que no Norte e Centro os valores que apontam para perspectivas menos tradicionalistas.

Apesar de estas serem diferenças que permanecem ao longo das últimas décadas, a verdade é que o sentido global das transformações é o mesmo. Isto é, também no Norte e no Centro tendem a descer indicadores como o casamento católico, a nupcialidade e a natalidade, e a subir os nascimentos fora do casamento e o divórcio. Os valores são porém consistentemente inferiores aos das regiões do Sul, com excepção, para alguns deles, da região do Grande Porto.

Estas diferenças não impedem a notável convergência de opiniões que se verifica a nível nacional quando analisamos as respostas a inquéritos sobre a família, a conjugalidade, o divórcio e outros aspectos.

Indicadores demográficos por regiões (2004)						
NUTS II	Casamentos católicos	Em união de facto*	Nados-vivos fora do casamento	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa bruta de natalidade
	%	%	%	‰	‰	‰
Portugal	57,1	3,7	29,1	4,7	2,2	10,4
Continente	58,8	3,7	—	4,6	2,2	10,3
Norte	68,0	2,1	19,5	5,2	1,9	10,2
Centro	60,7	2,8	24,2	4,6	2,0	9,2
Lisboa e Vale do Tejo	47,2	6,1	41,4	4,3	2,7	11,5
Alentejo	49,4	4,7	34,7	3,8	1,8	9,2
Algarve	37,6	7,3	45,8	3,9	2,4	11,7
R. A. Açores	23,7	1,9	20,4	6,2	2,6	12,5
R. A. Madeira	38,6	2,3	25,2	6,0	2,5	12,2

* Proporção de indivíduos que declararam viver em união de facto no recenseamento de 2001.
Fontes: Estatísticas Demográficas, 2004; recenseamento da população de 2001; Carrilho, 2004.



tos relacionados como, por exemplo, a simetria entre homens e mulheres na família e no trabalho. É possível que mais do que serem modernos, muitos portugueses gostem da ideia da modernidade, deixando claramente para trás as práticas correspondentes. Por exemplo, em relação à divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, os homens portugueses estão entre aqueles que menos nelas participam com as mulheres mas são, simultaneamente, dos que mais consideram que estas podem e devem trabalhar fora de casa em paridade com os homens.

E quanto à situação das mulheres? Como se viu atrás, a evolução da participação das mulheres no mercado de emprego é muito significativa em Portugal (ver quadro da p. 47). Comparando os dados do recenseamento de 1981 com os de 2001 conclui-se pela existência de mais 900 000 mulheres com actividade económica em 2001 havendo, em contrapartida, apenas mais 90 000 homens do que há vinte anos atrás (Torres, 2004). Esta espectacular progressão feminina no mercado de trabalho traduz-se na presença muito significativa de mulheres em várias categorias socio-profissionais, das menos qualificadas às mais qualificadas¹. Quanto às últimas, de resto, verifica-se que há mesmo hoje mais mulheres quadros médios e superiores do que homens². Não pode no entanto deixar de se sublinhar, em simultâneo, a forte concentração de mulheres em sectores de menor qualificação.

Esta grande proximidade entre os sexos quanto à presença no mercado de trabalho

traduz-se no facto de a diferença entre homens e mulheres perante a actividade económica, o que habitualmente se designa por segregação ocupacional, ser das menores da Europa a 15 e a 25. Portugal aproxima-se aqui, novamente, dos países nórdicos e agora também de alguns dos parceiros europeus mais recentes da Europa a 25. Em 2004, a diferença quanto à participação directa na actividade económica entre homens e mulheres na Suécia, na Finlândia e na Dinamarca situava-se sempre abaixo ou na zona dos 10 % (7,7 %, 9 % e 10 %, respectivamente) e em Portugal subia para 15 %, tal como na Hungria, e para um pouco menos (14 %) na Estónia. Mas tais diferenças em países como a Espanha, Itália ou Grécia atingiam nos três países do Sul os 23 %.

É claro que as distinções entre homens e mulheres perante o mercado de trabalho não se resumem à proporção quantitativa das respectivas participações. A discriminação feminina no emprego está relacionada com a inserção das mulheres em certas actividades e ocupações, em geral menos qualificadas, e em sectores de actividade globalmente mais mal remunerados. Mesmo quando ocupam lugares mais qualificados tendem a não ocupar os lugares de topo dessas carreiras, pelo efeito que se tem chamado de «tecto de vidro». A esta discriminação estão associados factores ideológicos, como aqueles que contribuem para que se atribua às mulheres, mesmo quando trabalham fora de casa, situação da grande maioria, o essencial das responsabilidades familiares. Assim, as diferenças de remuneração entre os sexos, embora se tenham esbatido sobretudo a partir dos anos 80, são ainda significativas. No caso português as mulheres, em 1994, ganhavam apenas cerca de 72,6 % do salário dos homens em profissões manuais e 70,1 % em profissões não manuais. Em 2000, as mulheres tinham remunerações base que eram apenas 77,6 % das masculinas, assinalando assim

¹ Os números absolutos são concludentes: em 1981 havia 2 649 000 homens activos passando em 2001 para 2 742 000, enquanto as mulheres activas eram 1 377 000 em 1981 e passam para 2 248 000 em 2001.

² Quanto aos quadros médios e superiores em 2001 as mulheres constituíam um contingente de 456 140, enquanto os homens atingiam os 450 180. Desagregando as categorias chega-se à conclusão de que esta diferença não se alimenta fundamentalmente dos quadros médios mas, sobretudo, dos quadros superiores e dos grupos profissionais mais qualificados (Torres, 2004).



uma fraca progressão³. Dados de inquéritos nacionais revelam também que mesmo para níveis de escolaridade semelhantes (ensino básico e secundário) os homens, em termos de remuneração média líquida mensal, situam-se no escalão de rendimento imediatamente acima do das mulheres, auferindo entre 375 e 750 euros, enquanto a maioria destas se concentra no grupo de rendimentos até aos 375 euros⁴ (Torres *et al.*, 2004). Comparando a nossa realidade com a de outros países da Europa quanto às diferenças salariais entre homens e mulheres verificamos que em 2000 a nossa diferença se situava, como já se referiu, nos 22,4 % mas esse valor era inferior na Hungria (19,5 %), na Espanha (18,5 %), na Finlândia (17,8 %), na França (16,4 %) e na Noruega (14,5 %)⁵.

A particularidade mais relevante da força de trabalho feminina portuguesa em relação às congéneres europeias, em todo o caso, é o facto de o trabalho ser basicamente a tempo completo e o facto de as mães com filhos pequenos não abandonarem a actividade laboral. Portugal era assim o país da UE a 15 em que as mães de filhos pequenos e as mulheres de forma global trabalhavam mais horas. Trata-se de uma situação que, como existem fracos apoios em termos de equipamentos públicos e cada vez menos se pode contar com o recurso aos familiares para tomar em permanência conta das crianças, se traduz em sobrecarga financeira para as famílias ou em más soluções socioeducativas, como se conclui em estudos recentes (Torres e

Silva, 1998; Torres *et al.*, 2004). Os grupos domésticos com menos recursos económicos são também aqueles que com menos ajudas podem contar, o que, evidentemente, agrava os respectivos problemas.

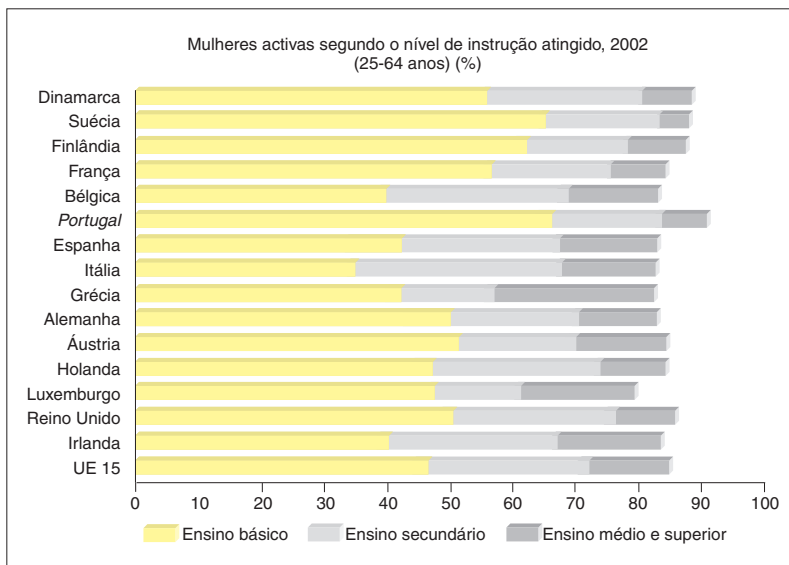
Outros resultados de pesquisa têm mostrado que, parecendo indispensável a participação das mulheres na actividade económica para o equilíbrio mínimo dos orçamentos familiares, devido também aos baixos salários dos homens em Portugal, não são apenas razões de natureza financeira que explicam a nossa taxa de actividade feminina elevada. O trabalho profissional constitui igualmente um elemento muito importante no plano da identidade social das mulheres, as quais afirmam que ele lhes confere mais autonomia e auto-estima (Torres, 2004; Torres, Mendes e Lapa, 2006). No entanto, as horas ocupadas no trabalho pago associadas a uma divisão muito desigual do trabalho não pago — as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos —, num quadro de escassos apoios institucionais, significam inevitavelmente sobrecarga de trabalho para as mulheres (Torres *et al.*, 2004).

Característica também relevante da participação feminina na actividade económica, quer das portuguesas, quer das outras europeias, é o facto de se verificar uma correlação positiva entre os maiores níveis de escolaridade obtidos e a participação no mercado de trabalho. Como se pode ver no gráfico ao lado, que mostra a elevadíssima média de participação na actividade das mulheres da Europa a 15 com ensino superior (85 %), as mulheres portuguesas com este nível de ensino são as que mais participam no mercado de trabalho (91 %). Estes resultados confirmam, por outro lado, que não são só razões de natureza financeira que explicam o crescimento da taxa de actividade feminina. Trata-se de uma tendência estrutural das sociedades contemporâneas, bem marcada na sociedade portuguesa.

³ Cf. INE, Perfil Género, www.ine.pt.

⁴ O inquérito a que estes dados se referem foi realizado em 1999 e aplicado a uma amostra representativa de homens e mulheres entre os 20 e os 50 anos ao nível nacional (continente). Trata-se, por isso, de uma amostra da população jovem com uma média de idades de 37 anos (Torres *et al.*, 2004). O que, associado ao facto já conhecido da nossa baixíssima escolaridade média, contribui de certo para explicar que estes valores quanto ao rendimento líquido mensal sejam tão baixos.

⁵ Cf. United Nations Economic Commission for Europe, www.unece.org.



Fonte: TORRES, Anália, *Vida Conjugal e Trabalho*, Oeiras, Celta Editora, 2004.

Quando se analisam os dados sobre a frequência universitária, verifica-se que em toda a UE há mais mulheres do que homens a frequentar as universidades. Em Portugal assume valores acima da média: em 2001, 55,2 % dos estudantes portugueses que frequentavam a universidade eram mulheres (ver quadro da p. 47). Se a frequência assume estes valores, a finalização dos diplomas é ainda mais favorável às mulheres em Portugal: no ano lectivo de 2004-2005 65 % dos diplomados eram mulheres⁶. Ainda quanto à participação na vida universitária, vale a pena salientar que as mulheres portuguesas têm sido das mais representadas em cursos ditos tradicionalmente masculinos. No ano lectivo de 1992-1993 em Engenharia e Arquitectura as mulheres constituíam 28 % dos estudantes (média europeia: 18 %), em Ciências Naturais eram 61 % (média europeia: 44 %) e em Matemáticas 45 % (média europeia: 28 %). A percentagem de mulheres com grau de doutoramento exis-

tente em 2001 parece confirmar esta tendência que se esboçava no início dos anos 90. Em primeiro lugar, Portugal (51,7 %) surge logo a seguir à Itália (51,8 %) sendo estes os únicos países da Europa a 15 em que se verifica ligeira supremacia das mulheres doutoradas relativamente aos homens, embora na Europa a 25 a Lituânia (52,5 %) e a Estónia (51,7 %) ultrapassem ligeiramente estes valores. Em segundo lugar, é interessante verificar a distribuição das doutoradas por áreas científicas. Aqui Portugal destaca-se claramente de todos os outros países da Europa a 25 quase sempre por ser o país em que as mulheres têm uma participação mais elevada em áreas de formação habitualmente mais masculinizadas. Assim, para valores registados em 2001, em «ciência, matemáticas e computação» Portugal tem uma percentagem de mulheres doutoradas de 49,8, quando a média da Europa dos 15 é de 35,7 %, em «engenharia e construção», 39,1 %, quando a média é de 20,6 %, e em «ciências sociais, gestão e direito», 46,1 %, quando a média é 39,3 % (European Commission, 2003).

⁶ Fonte: Observatório da Ciência e Ensino Superior (OCES/MCTES).



Esta tendência vinha já, de resto, a esboçar-se também nos anos 80, e explica-se também pela falta enorme de quadros na ciência que o crescimento universitário e a mudança política em 1974 vieram revelar (Amâncio, 2003). Embora também se verifique que há predominância de mulheres nos recursos humanos em ciência e tecnologia (mais de 70 %) e mesmo no número de investigadores, a verdade é que quando se trata de lugares de senioridade académica, eles são basicamente ocupados pelos homens. Em Portugal a percentagem de mulheres que ocupa este tipo de lugares atinge apenas os 23,9 %, sendo, ainda assim, a mais elevada da Europa dos 15, onde a média é de 15,2 % (European Commission, 2003).

Como explicação para a existência em Portugal de mais mulheres em lugares habitualmente mais ocupados por homens têm sido apontados factores da história recente. Entre eles, como se referiu, a Guerra Colonial (1961-1974), que, mobilizando os jovens do sexo masculino, abriu para as

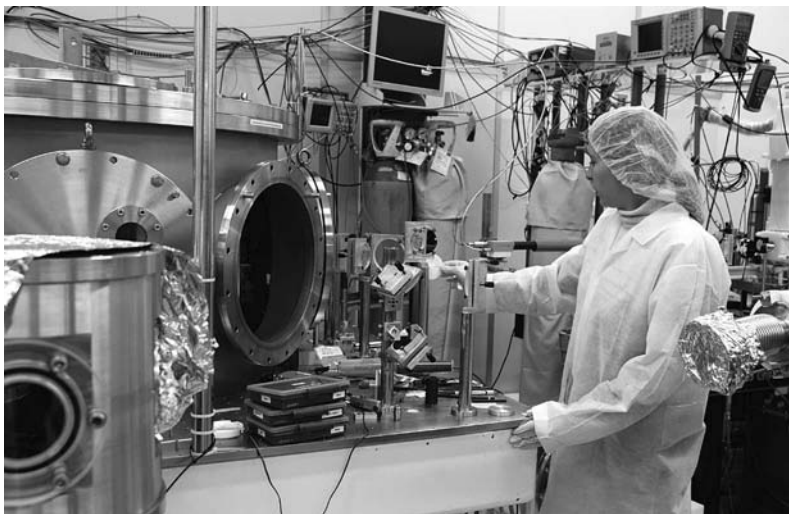
mulheres com maiores níveis de instrução oportunidades de emprego (professorado, função pública, empresas). Uma vez no mercado de trabalho, outras condições favoráveis, como a obtenção de apoios domésticos pagos a baixo preço, permitiram-lhes a conservação do emprego mesmo depois de terem filhos. As jovens desse tempo serão hoje as mães das que frequentam os cursos superiores, dispostas, também elas, a conciliar o trabalho com a vida familiar. Com efeito, vários resultados de pesquisa convergem no sentido de mostrar a influência do modelo materno na disposição para a actividade económica exterior das jovens mulheres.

Também estas especificidades não impedem, contudo, a discriminação feminina. Persistem na sociedade portuguesa fortes assimetrias entre homens e mulheres que ficam bem patentes na distância em relação à participação nos órgãos do poder político. A representação das mulheres no parlamento nacional ficava-se até à passada legislatura pelos 13 %, situando-se Portugal no conjunto dos países da UE que menos favorecem a respectiva participação política (Viegas e Faria, 1999). Assinale-se que na legislatura iniciada em 1999 essa representação subiu para os 19 %, atingindo os 21,3 %, em Fevereiro de 2005, aquando das últimas eleições legislativas.

No que se refere à violência sobre as mulheres, por outro lado, os últimos anos têm sido de tentativa clara de denúncia pública destas situações. Mudou a lei, que considera agora a violência doméstica como crime semipúblico. Várias organizações não governamentais têm tido papel relevante no processo de denúncia deste atentado aos direitos humanos e foi criado recentemente um grupo de missão a nível governamental contra a violência doméstica. Os números da violência são difíceis de detectar mas cruzando várias fontes tem sido avançado que Portugal é, no contexto Europeu, um dos países com maior incidên-

Jornada no Parlamento sobre participação feminina na política.





Em Portugal é elevado o número de mulheres que desempenham funções em contexto científico e tecnológico. Laboratório de lasers intensos do Instituto Superior Técnico.

cia de violência doméstica, havendo uma mulher em cada três vítimas desse tipo de crime, enquanto a média Europeia seria de uma em cinco mulheres. Estudos mais aprofundados têm apontado para uma situação gravosa, encarada ainda por parte de muitas mulheres com resignação e passividade (Lourenço, Lisboa e Pais, 1997).

Migrações e minorias

Portugal tem sido, do ponto de vista migratório, um país de todos os fluxos. Para além das migrações internas, de fixação virtualmente definitiva, que, sobretudo nos anos 60 e 70, levaram à extrema litoralização do país, há a registar, no plano externo, quatro importantes movimentos de população: emigração, retorno das ex-colónias, regresso de emigrantes e imigração. À excepção do segundo, todos eles são fluxos em aberto.

A emigração acompanha a história portuguesa como um dos seus factores estruturais. Ela foi contínua e numericamente significativa até meados da década de 50, em que se procurava principalmente destinos não europeus — Brasil, Estados Unidos da América (EUA), Venezuela —, e co-

nhece uma viragem a partir dessa data. Os novos destinos preferenciais passam a ser os países desenvolvidos da Europa, com grande destaque para França, e verifica-se um enorme incremento das saídas. Entre 1955 e 1974, com o pico máximo na segunda metade dos anos 60, o total de saídas, legais e clandestinas, é estimado em 1,6 milhões, um número pesadíssimo face à dimensão do país (Peixoto, 1999).

Se, em termos de demografia geral, a emigração foi responsável por uma perda sensível de população, muito maior do que aquela que autoridades e números oficiais reconheceram na altura, por outro lado, juntamente com as migrações internas, ela afectou de modo particularmente grave as regiões interiores do país, sob a forma de abandono dos campos, e também de muitas zonas menos desenvolvidas da faixa litoral. Os efeitos negativos foram multiplicados pelas dinâmicas de desenvolvimento desigual da própria sociedade portuguesa e levaram à progressiva desvitalização demográfica, económica e social de muitas dessas áreas, processo cujas marcas são ainda hoje visíveis e que é de difícil recuperação.



À hemorragia dos anos 60 do século xx seguiu-se um abrandamento das saídas, embora nada que se pareça com uma paragem. Depois de um período de estagnação, entre 1975 e princípio dos anos 80, a emigração voltou a crescer a partir de meados dessa década. Há novos protagonistas e modalidades migratórias e novos e velhos pontos de chegada, dentro e fora do espaço europeu. Voltam a registar-se saídas para os EUA, mas agora também para o Canadá e a Austrália, ao passo que na Europa países como a Suíça e a Inglaterra passam a integrar as rotas da emigração portuguesa, ao mesmo tempo que se assiste a nova procura de destinos tradicionais, como a Alemanha, esta já nos anos 90 (Peixoto, *op. cit.*).

Os números conhecidos das saídas consideradas permanentes são relativamente baixos e dizem respeito, principalmente, a movimentos para fora do continente europeu. Já as saídas ditas temporárias, e predominantemente intra-europeias, são consideráveis e acabam, muitas vezes, por se tornar permanentes, ou de ciclo não determinável, dadas as crescentes facilidades de mobilidade no espaço europeu. Embora o registo oficial das saídas não o deixe antever, a contabilização dos residentes portugueses nos países de chegada não engana. O caso da Suíça é, a este respeito, revelador: entre 1981 e 1991, os portugueses ali recenseados passam de 13 000 para 100 000, a quarta comunidade de residentes estrangeiros naquele país (Baganha e Peixoto, 1996).

Se a imigração é hoje, no plano dos movimentos populacionais, a maior novidade, contribuindo para equilibrar uma balança migratória durante muito tempo deficitária, pode falar-se também de uma nova emigração portuguesa, de contornos ainda pouco conhecidos.

Mas o movimento populacional mais espectacular do pós-Abril de 1974 foi, sem dúvida, a chegada, entre 1974 e 1975, de mais de meio milhão de portugueses prove-

niente das ex-colónias africanas — 61 % de Angola, 33 % de Moçambique e 6 % de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (Pires *et al.*, 1984). Apesar do carácter súbito e de massa desse movimento, ele foi em poucos anos plenamente absorvido pela sociedade portuguesa, no que se pode considerar como um dos mais notáveis e bem-sucedidos processos de adaptação estrutural do Portugal contemporâneo.

As redes familiares e de amizade, em primeiro lugar, e, depois, os apoios estatais à reinserção económica foram decisivos para que o acolhimento desse vasto contingente tivesse sido, apesar de tudo, fácil. A própria composição da população retornada, mais jovem e escolarizada e com maior proporção de activos do que a média nacional, contribuiu para a sua rápida integração, de que resultaram impactes positivos no plano do rejuvenescimento demográfico, da qualificação profissional e da iniciativa económica, com o surgimento de pequenas empresas um pouco por todo o país. De referir, igualmente, a difusão de novos valores e estilos de vida, reforçando as dinâmicas de mudança cultural que o 25 de Abril de 1974 tinha já desbloqueado.

O regresso de emigrantes, por seu lado, começa a tomar dimensão ainda antes de 1974, e intensifica-se depois daquela data. Entre 1973 e 1981 calcula-se que voltaram a Portugal perto de 200 000 emigrantes, metade dos quais a partir de França. Depois disso, verifica-se uma redução, mas sem solução de continuidade. Num período mais recente, 1986-1993, por exemplo, há elementos que apontam para um fluxo de regresso da ordem dos 21 000 a 34 000 indivíduos por ano, sendo previsível que essas entradas continuem a ocorrer a ritmo significativo (Peixoto, *op. cit.*).

Sem os impactes concentrados do retorno de África, pode dizer-se que o regresso de emigrantes representa já um peso importante na balança migratória portuguesa e que tem efeitos não desprezáveis, mas ain-



da pouco estudados, em termos económicos, sociais e culturais. Dois aspectos merecem ser destacados, desse ponto de vista.

Um é o facto de, tanto quanto se sabe, os pontos a que se regressa serem frequentemente aqueles de onde se partiu. Se esse movimento está longe de ser suficiente para inverter o processo de desertificação e desvitalização que afectou as zonas interiores do país, ele concorre, tal como já acontecera com o retorno das ex-colónias, para lhe atenuar os efeitos.

O segundo tem a ver com as idades dos emigrantes que regressam e com o modo como se dá a sua reinserção na sociedade e na economia. A par daqueles que só voltam depois de reformados, outros regressam ainda em idade activa, e trazem descendentes menores de idade, minorando, portanto, o envelhecimento populacional das respectivas áreas de residência, e trazendo efeitos locais positivos em termos económicos e de recomposição socioprofissional (Amaro, 1985).

A imigração económica, finalmente, é um processo que, embora com antecedentes que remontam já a meados da década de 60, só se torna notório a partir dos anos 80 (Esteves, 1991; Machado, 1997; Pires, 1999). Nessa fase, Portugal, bem como os restantes países do Sul da Europa, passa a integrar os percursos do amplo e contínuo movimento migratório sul-norte, do qual se tinha mantido à margem, já que até aí tinha sido, tal como Espanha, Itália ou Grécia, exportador e não importador de mão-de-obra. Alguma dessa migração procura Portugal apenas como ponto de passagem, mas muita visa fixar-se, especialmente na região de Lisboa e Vale do Tejo e noutras zonas mais desenvolvidas do litoral do país.

Até ao final da década de 90 tratava-se, essencialmente, de migrantes procedentes das antigas colónias africanas e secundariamente do Brasil. Eles começam a chegar aos milhares em evidente sincronia com a política de generalização de obras públi-

Contentores com pertences de população portuguesa regressada das ex-colónias africanas, em Setembro de 1975.





cas e a expansão da construção civil, sectores que depressa ficaram estruturalmente dependentes do trabalho imigrante.

Dadas, também, a ausência de um efectivo controlo de entradas — ao mesmo tempo que os países europeus centrais o aumentavam —, e a rápida formação de redes migratórias, facilitando a vinda e inserção de novos interessados, a migração africana multiplicou-se praticamente por três num período de dez anos, passando de 38 000 pessoas, em 1986, para cerca de 110 000, em 1996. Os cabo-verdianos representam aproximadamente metade deste contingente, seguindo-se angolanos e guineenses. Moçambicanos e são-tomenses constituem populações de pequena dimensão.

Quanto aos brasileiros, o seu número cresceu de forma igualmente rápida nesse período de dez anos: de 7500 para mais de 20 000. A composição socioprofissional dessa primeira vaga brasileira é, contudo, bastante diferente da africana. Se esta se destinava, basicamente, à construção civil, do lado masculino, e aos serviços pessoais e domésticos, do lado feminino, no caso brasileiro um segmento desqualificado coexistia, em partes iguais, com muitos profissionais científicos e técnicos integrados nos sectores da saúde, *media*, publicidade, entre outros.

A transição do milénio coincidiu com uma alteração substancial do quadro da imigração. Quando muitos pensavam que Portugal já tinha absorvido a imigração que podia absorver, foram legalizados, entre 2001 e 2002, através das chamadas autorizações de permanência, mais de 170 000 novos imigrantes laborais (Pires, 2002).

Surpresa também foi a origem de muitos desses imigrantes. Mais de 100 000 eram oriundos de países da Europa de Leste, com destaque para a Ucrânia (mais de 60 000), Moldávia e Roménia. Menos surpreendentemente, um segundo conjunto numeroso veio do Brasil e mais imigran-

tes chegaram dos vários países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Com poucas excepções, independentemente da sua origem nacional e do seu nível de qualificações — particularmente elevado no caso dos provenientes de países do Leste — estes imigrantes chegaram para integrar os segmentos secundários e mais desqualificados do mercado de trabalho. A única diferença é que, dentro desses sectores de trabalho manual e executante, se assistiu à diversificação de localizações, com os imigrantes de países de Leste, em particular, a entrarem na agricultura e na indústria transformadora, o que também mudou parcialmente a geografia nacional da imigração (Baganha, Marques e Góis, 2004).

Além da componente lusófona e da de Leste, um terceiro segmento da imigração económica é o constituído por asiáticos — chineses, indianos, paquistaneses, bengaleses. A imigração a partir desses países tem crescido pouco a pouco desde meados dos anos 90, mas não tem peso quantitativo comparável com as anteriores. Em 2006, os asiáticos de nacionalidade estrangeira eram cerca de 25 000, o correspondente a 5 % do total de estrangeiros.

Como constante que é do sistema migratório internacional, há ainda a somar aos números oficiais da imigração económica uma proporção não facilmente determinável de imigrantes ilegais. Basta dizer que as autoridades portuguesas, na linha do que tem sido feito noutros países europeus, realizaram já três operações extraordinárias de regularização dos migrantes nessas circunstâncias, em 1993, 1996 e 2001, que, em conjunto, legalizaram mais de 230 000 pessoas (Pires, 2003). Apesar de o controlo de entradas ter passado a ser mais rigoroso, é provável que a proporção de ilegais, mesmo não atingindo aqueles valores, seja hoje outra vez significativa.

Sendo largamente maioritários, os estrangeiros residentes em Portugal não se cingem, contudo, aos que integram os seg-



Imigrantes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras regularizando as suas situações.

mentos menos desejáveis do mercado de trabalho. Para além dessa imigração económica, ou laboral, há outra, que pode designar-se por profissional, oriunda de países da UE (Pires, 1999). São quadros superiores, profissionais científicos e técnicos, empresários, que formam uma fileira migratória já com alguma tradição, mas que só em tempos recentes, especialmente depois da adesão portuguesa, se torna numericamente expressiva. Há, por outro lado, também oriunda da UE, uma pequena migração do «sol e do Sul» que traz reformados dos países do Norte para amenas paragens portuguesas, especialmente no Algarve. Assim, o efectivo de estrangeiros da UE passa de 24 000 em 1986 para 43 000 em 1996 e 77 000 em 2006, destacando-se ingleses e espanhóis.

Tudo somado, e sem contar com imigrantes ilegais, podemos falar, então, de perto de 500 000 estrangeiros em Portugal, cerca de 5 % do total da população residente, valor que já não é dos mais baixos no espaço europeu.

Apesar da recomposição verificada nas origens nacionais dos imigrantes, a parte lusófona da imigração mantém-se dominante. Perto de metade dos estrangeiros é oriunda dos PALOP e do Brasil e quatro

das cinco populações mais numerosas são lusófonas: por ordem, brasileiros, ucranianos, cabo-verdianos, angolanos e guineenses. Os brasileiros, se contabilizarmos os imigrantes em curso de legalização ao abrigo de um acordo recente entre os governos dos dois países, são já cerca de 100 000. Se, do lado dos originários dos PALOP, contássemos os que entretanto adquiriram nacionalidade portuguesa, teríamos também um número global significativamente maior.

A constituição, em Portugal, de minorias etnicamente diferenciadas decorre em larga medida, como se vê, da imigração laboral, segundo uma lógica que é comum a muitos outros países europeus. Falar de etnicidade, ou, mais recentemente, de multiculturalismo, é falar, em suma, da imigração sedentarizada. Ainda que vista inicialmente como provisória, tanto pelas sociedades receptoras, como pelos próprios migrantes, é sabido que muita da migração laboral que se dirigiu à Europa do segundo pós-guerra acabou por se fixar definitivamente. O caso português, ainda em início de ciclo, não se afastará provavelmente desse padrão.

O espaço da etnicidade em Portugal não é, no entanto, constituído só por minorias es-



trangeiras. Há também minorias etnicamente diferenciadas cujos membros são cidadãos portugueses: é o caso dos ciganos, estimados em 25 000 a 30 000, cuja presença no país é, como se sabe, muito antiga; dos indianos, em número superior a 30 000 e subdivididos em comunidades distintas; e dos 30 000 ou 40 000 luso-africanos, ou seja, portugueses de origem africana que, além da nacionalidade, têm um perfil sociocultural que os diferencia dos migrantes laborais com a mesma procedência.

Do ponto de vista da composição social e da identidade cultural há diferenças acentuadas entre as várias minorias, o que significa que cada uma delas se encontra em posição diferente quando comparada com o perfil médio da população portuguesa. Algumas têm uma condição social globalmente desfavorecida, outras não, algumas utilizam línguas próprias na comunicação quotidiana, outras expressam-se exclusivamente em português, enquanto do ponto de vista religioso se encontram filiações variadas.

Para visualizarmos melhor a diversidade das minorias podemos distribuí-las ao longo de dois eixos cruzados, um que vai dos contrastes às continuidades sociais e outro dos contrastes às continuidades culturais. No primeiro eixo consideram-se como dimensões pertinentes a composição socioprofissional e de classe, a composição sociodemográfica ou a localização espacial; no segundo eixo retêm-se a orientação da sociabilidade, a filiação religiosa e a língua. Num sistema de eixos assim definido, as várias minorias presentes na sociedade portuguesa distribuem-se por um conjunto muito diversificado de posições (Machado, 1992; 2002).

Cabo-verdianos (Saint-Maurice, 1997), guineenses e santomenses distinguem-se da população portuguesa mais por contrastes sociais do que por contrastes culturais. Aí predomina a inserção quase sempre precária no sector da construção civil

e obras públicas e nos serviços pessoais e domésticos e condições de existência globalmente desfavorecidas, acompanhadas por concentração residencial. Em contrapartida, muitos têm sociabilidades interétnicas alargadas; só um sector pequeno dos guineenses contrasta com os portugueses em termos religiosos; e, no plano linguístico, a existência de crioulos próprios, em todos os três casos, não impede, regra geral, o uso corrente do português. Já angolanos e moçambicanos, sendo também contrastantes socialmente, mais os primeiros do que os segundos, são culturalmente mais contínuos, dada a inexistência de contrastes significativos seja em termos linguísticos, religiosos ou de sociabilidades.

Em posição inversa estão as comunidades de indianos portugueses (Malheiros, 1996). No plano socioprofissional os contrastes médios com a população portuguesa são reduzidos, já que a localização mais comum é a das actividades comerciais por conta própria, ou mesmo, no caso particular dos ismaelitas, empresas de alguma dimensão. No plano cultural, porém, os contrastes são acentuados. Além de sociabilidades fortemente autocentradas e de alguma concentração residencial, há demarcação em termos religiosos e, em alguns sectores, também em termos linguísticos.

Ciganos e luso-africanos, por sua vez, ocupam ainda outras posições no espaço da etnicidade, diferentes entre si e de qualquer das anteriores. Os primeiros acumulam contrastes do lado social e cultural — desfavorecimento socioeconómico, precariedade profissional, fechamento relacional —, ao passo que os segundos acumulam continuidades — localizações maioritariamente de classe média, múltiplas sociabilidades cruzadas com portugueses, auto-identificação católica largamente maioritária e uso corrente do português, mesmo no intragrupo.

Quanto aos brasileiros, as continuidades linguísticas, religiosas e de sociabilidade são evidentes, embora do lado social



encontremos uma larga maioria em situação de contraste, em virtude, sobretudo, do tipo de inserção socioprofissional dominante. Não podemos esquecer, contudo, que a imigração brasileira tem uma composição dual, e que há outro sector, constituído por profissionais altamente qualificados, cujos contrastes sociais, a existirem, são «para cima».

Finalmente, no que se refere às populações provenientes do Leste europeu, apesar de os estudos até agora feitos não serem suficientes para avaliar o seu posicionamento nas várias dimensões do espaço da etnicidade, dir-se-á que a situação global é mais de contraste do que de continuidade. Há contrastes de composição socioprofissional, embora não de perfil educacional nem de localização residencial, e há contrastes linguísticos e religiosos. Do ponto de vista das sociabilidades, dimensão de integração fundamental, parece haver mais fechamento do que abertura.

Definido deste modo, o espaço da etnicidade é, tendencialmente, um espaço em movimento. Ele pode transformar-se por via de mudanças eventuais no perfil sociocul-

tural de novos migrantes que cheguem, mas, sobretudo, pela dinâmica dos contrastes e das continuidades, à medida que se prolonga o tempo de residência dos já fixados. Tanto no plano social como no cultural, os contrastes e as continuidades poderão, assim, reproduzir-se ou reconverter-se nos seus opostos.

Porque permite antever, mesmo que parcialmente, algumas linhas de evolução futura desse espaço, vale a pena referir o que se sabe hoje acerca dos jovens oriundos das diferentes minorias. Por razões que têm a ver com o calendário migratório e os tempos de residência de cada população migrante, só existem «segundas gerações» de jovens no caso dos imigrantes africanos e dos indianos portugueses. Nos restantes casos, os descendentes de imigrantes são, por enquanto, sobretudo crianças.

O que se vai sabendo sobre os descendentes de imigrantes africanos mostra que os contrastes sociais se reduzem face à geração anterior, seja por via da escolaridade, bastante mais alta do que a dos seus pais e mães, seja porque conseguem alguma mobilidade profissional (Machado, Ma-

As diversas filiações religiosas das comunidades imigrantes em Portugal reflectem a sua heterogeneidade. Templo hindu.





tias e Leal, 2005; Machado, no prelo). Embora muitos desses jovens conheçam insucesso e abandono escolar, a sua situação não é substancialmente diferente da dos jovens autóctones de idêntica condição social.

Claramente pior, em termos escolares e profissionais, estão os jovens ciganos. Por sua vez, os filhos dos indianos portugueses têm, maioritariamente, desempenhos escolares acima da média nacional e parecem conseguir encontrar nas pequenas e médias actividades empresariais das suas famílias uma inserção profissional relativamente desafiada.

Já do lado cultural, enquanto os jovens indianos e ciganos, por razões diferentes, não parecem afastar-se muito dos seus pais, no que toca ao fechamento das sociabilidades, os das minorias africanas têm sociabilidades interétnicas fortes, que fazem mesmo com que a auto-designação por origens nacionais, muito importante na geração dos seus ascendentes, vá perdendo sentido.

O futuro das minorias imigrantes joga-se também, finalmente, no plano político. A situação de desfavorecimento de muitos dos seus membros significa, actualmente, vulnerabilidade à exclusão social e défice de cidadania. Há, no entanto, processos de sinal contrário, que não deixarão de contribuir para alterar tal situação. Deles são exemplo os efeitos correctores das políticas sociais, a extensão a muitos imigrantes do direito de votar e ser eleitos localmente, o acesso hoje menos difícil à nacionalidade portuguesa por parte dos seus filhos ou ainda a crescente intervenção pública do associativismo imigrante.

Políticas, instituições e parceiros sociais

Um dos aspectos mais salientes dos processos de transformação da sociedade portuguesa nas últimas décadas prende-se com a criação e desenvolvimento de um

sistema de políticas públicas de protecção social, solidariedade e de prestação de cuidados de saúde que mudaram profundamente o quadro institucional do país, tanto no plano da organização estatal como no plano do papel desempenhado pelos parceiros sociais. Tal sistema não poderia deixar de produzir impactes profundos nas estruturas sociais e na qualidade de vida das populações.

Em 25 de Abril de 1974 não existia um sistema público de segurança social e de acesso a cuidados de saúde de carácter universal. Só há poucos anos se tinha iniciado a criação de esquemas de previdência para certos segmentos dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços, geridos essencialmente segundo a lógica dos seguros sociais, com o Estado a reservar para si uma mera função de «coordenador». Ainda no início dos anos 70, apenas 17 % dos membros de famílias de assalariados rurais e 70 % dos trabalhadores do comércio, indústria e serviços eram abrangidos por esses esquemas. De fora ficava a maior parte da população, nomeadamente o campesinato, a classe mais numerosa de então.

Como o tecido produtivo se apresentava marcado por uma ruralidade muito deprimida e tradicionalista e pela incipiência relativa da indústria e dos serviços, com baixíssima produtividade e geradores de muito escassos rendimentos, a pobreza atingia valores da ordem dos 40 % da população total. Embora atenuada, ainda hoje essa marca permanece. Portugal mantém-se como um dos países europeus com mais pobres entre a sua população.

O problema da pobreza e da desigualdade social persiste, então, como um dos principais problemas da sociedade portuguesa, que, porém, tem vindo a registar progressos significativos. Por exemplo, os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1997, 2006) mostram como o «índice de desen-



volvimento humano» duplicou em menos de quatro décadas, passando de 0,460 em 1960 para 0,904 em 2004, com registos intermédios de 0,588 em 1970, 0,807 em 1980 e 0,883 em 1995. A taxa de mortalidade infantil, a qual reflecte de algum modo o nível do conforto e o funcionamento dos sistemas de saúde e de protecção, foi diminuindo de modo muito significativo, de 77,5 crianças que morreram antes de completarem um ano de idade por cada mil nascidos-vivos em 1960, para 55,5 em 1970, 24,3 em 1980, 11,0 em 1990, 6,4 em 1997 e 4 em 2004, segundo a mesma fonte. Portugal alcançou a taxa da UE, quando 40 anos antes o conjunto desses países tinha atingido já um valor inferior a metade do de Portugal.

A esperança de vida à nascença, outro indicador de qualidade de vida de uma população, tem vindo igualmente a crescer. Para os homens, passou de 61,2 anos em 1960 para 64,2 em 1970, 67,7 em 1980, 70,4 em 1990, 71,4 em 1996/1997 e 74,9 em 2004/2005, aproximando-se da média na UE, que era superior 6,2 anos a Portugal em 1960. Para as mulheres, os mesmos valores médios europeus são de 72,9 anos em 1960 e 80,5 em 1996, enquanto em Portugal eram de 66,8 em 1960, 70,8 em 1970, 75,2 em 1980, 77,4 em 1990, 78,7 em 1996/1997 e 81,4 em 2004/2005, o que significa que as mulheres portuguesas praticamente tenham atingido a média europeia. No total, a esperança média de vida dos Portugueses era em 2004/2005 de 78,2 anos.

Inserido num contexto relativamente ao qual apresenta ainda hoje algumas vantagens importantes, Portugal tem vindo, de facto, a conhecer, no plano da qualidade da sociedade, um percurso de melhoria acentuada, quando olhamos um arco temporal alargado, apesar da irregularidade no ritmo dessa melhoria resultante de diferentes conjunturas económicas e políticas.

Para esse percurso contribuiu um melhor desempenho global da economia, apesar da estagnação verificada em anos como 1983 e 1993 e, de forma mais duradoura, desde 2002. Importa porém realçar o papel decisivo desempenhado pelo estabelecimento de um sistema de políticas sociais do tipo das que caracterizam os países mais desenvolvidos da Europa e que, embora com as marcas históricas de menor desenvolvimento típicas da Europa do Sul, instituíram um Estado-providência em Portugal. De modo lento mas contínuo, essas políticas têm vindo a substituir as formas privadas — nomeadamente familiares — em que anteriormente assentava a protecção, naturalmente muito modesta e totalmente insatisfatória, da maioria da população.

Um exemplo claro é o que se passa na saúde. Até 1979, à excepção de pequenos grupos de trabalhadores dos sectores mais organizados da economia ou da administração pública que beneficiavam das «Caixas de Previdência» corporativas e de regimes especiais, o pagamento dos cuidados de saúde era atribuído aos pacientes e às suas famílias. A assistência aos pobres era prestada pelas Misericórdias. O governo tinha também a responsabilidade dos cuidados preventivos — embora a saúde preventiva nunca tenha sido, até hoje, uma área de investimento efectivo, apesar da instituição dos médicos de família, que viam, porém, a funcionar num registo algo distante dessa abordagem —, cuidados maternos, saúde das crianças e certas doenças infecciosas e mentais. Alguns sectores possuíam igualmente sistemas de seguros que cobriam alguns dos riscos de saúde.

Após o 25 de Abril de 1974 produziram-se grandes reformas institucionais. Em primeiro lugar, os hospitais centrais e os das Misericórdias passaram para a tutela do Estado em 1975. Os hospitais locais foram integrados nos centros de saúde, criados



por todo o país, numa escala no mínimo concelhia. Cerca de 2000 unidades médicas e postos de saúde, que operavam no quadro do sistema de protecção social, passaram também para o sistema estatal de saúde. Em 1979 a reforma atingiu o ponto máximo com a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), visando a criação de um sistema universal e completo de cuidados de saúde gratuitos.

O sistema nacional de saúde engloba três subsistemas:

- o SNS, com cobertura universal e gratuita, gerido pelo sector público e financiado quase exclusivamente pelos impostos, apesar da existência de taxas moderadoras;

- regimes especiais de certas categorias profissionais, cobrindo um quarto da população, que são financiados pelo Estado (no caso do regime dos funcionários públicos), pelos trabalhadores e pelos empregadores;

- sector privado, financiado pelos clientes e por organismos terceiros (companhias de seguros, mutualidades).

O SNS integra uma rede de unidades de cuidados especializadas e de hospitais de diversos níveis territoriais, alguns dos quais também especializados. Integra ainda uma rede de malha fina de centros de saúde, no quadro dos quais funcionam os médicos de família, serviços de medicina

comunitária e saúde pública e também serviços de urgência. Para além dos organismos centrais de administração, a gestão é assegurada a nível regional pelas administrações regionais de saúde ou pelos governos regionais da Madeira e dos Açores.

O esforço com a saúde tem vindo a crescer de modo muito acentuado (ver quadro da p. 67), sendo que Portugal se encontra entre os países da OCDE que apresentam melhores indicadores em matérias como a parte do produto interno bruto (PIB) gasta no sector, a despesa com produtos farmacêuticos no total das despesas de saúde ou o número de médicos por mil habitantes. Apesar de partir de um nível de 2,8 % do PIB em 1970, contra cerca de 6,2 % na OCDE, Portugal cresceu para 5,8 % em 1980 (6,7 para a OCDE), 6,5 % em 1990 (7,3 na OCDE) e 9,6 % em 2003 (pouco acima de 8,2 % no espaço económico que nos tem servido de referência). Os indicadores são, porém, relativamente piores quando olhamos para o volume de despesas por cada habitante, ao número de camas em hospital, ao rácio de enfermeiros/cama e ao número médio de consultas médicas por pessoa/ano.

O pior comportamento destes indicadores revela lacunas existentes no sistema. Criado num contexto em que os recursos não abundavam, fortemente atravessado

Centro de Saúde de Tarouca.





Hospital distrital de Viana do Castelo.

Indicadores de saúde em Portugal e nalguns países da OCDE

	Despesas com cuidados de saúde, em % do PIB			Despesas de saúde por habitante (US\$)			Despesas farmacêuticas (% do total das despesas de saúde)			Médicos/1000 habitantes		
	2003		1993	2003		1993	2003		1993	2003		1993
Bélgica	9,6		8,1	2827		1601	16,6	f	17,4	3,9	a	3,4
República Checa	7,5		6,7	1298		760	21,9		19,4	3,5		2,9
Dinamarca	9		8,8	2763		1763	9,8		8,5	2,9	a	2,6
Finlândia	7,4		8,3	2118		1430	16		12,3	2,6		2,1
França	10,1	b	9,4	2903	b	1878	20,9		17,5	3,4		3,2
Alemanha	11,1		9,9	2996		1988	14,6		13,2	3,4		2,9
Grécia	9,9		8,8	2011		1077	16		16,6	4,4	e	3,8
Hungria	7,8	a	7,7	1115	a	638	27,6	a	28,4	3,2		2,9
Irlanda	7,3	a	7	2386	a	1039	11	a	10,7	2,6		2,0
Itália	8,4		8	2258		1529	22,1		20,2	4,1		3,8
Luxemburgo	6,1	a	6,2	3190	a	1891	11,6	a	12,2	2,7	i	2,1
Holanda	9,8		8,6	2976		1701	11,4		11	3,1		2,6
Polónia	6,0	a	5,9	677	a	378	:		:	2,5		2,2
Portugal	9,6		7,3	1797		881	23,4	g	25,6	3,3		2,9
Eslováquia	5,9		:	777		:	38,5		:	3,1		:
Espanha	7,7		7,5	1835		1089	21,8		19,2	3,2		2,5
Suécia	9,2	a	8,6	2594	a	1644	13,1	a	10,9	3,3	a	2,7
Reino Unido	7,7	a	6,9	2231	a	1232	15,8	f	14,8	2,2		1,7
EUA	15		13,2	5635		3357	12,9		8,6	2,3	a	1,9

Fonte: OCDE, OECD Health Data 2005.

(:) não disponível; (I) quebra nas séries; (a) 2002; (b) estimado; (e) 2001; (f) 1997; (g) 1998; (h) 1995; (i) 1994.



por interesses corporativos cuja influência nas políticas públicas é um traço comum aos países do Sul europeu, obrigado a dar respostas mínimas a exigências e reivindicações de direitos cada vez maiores da população, forçado a fazer em muito pouco tempo todo o investimento necessário, tanto em termos de infra-estruturas como de

pessoal qualificado, com o resultado de carências notórias num e noutro domínio, o sistema de saúde tornou-se simultaneamente um bem indispensável para a população e um dos principais campos requerendo uma intervenção reformadora.

Outro conjunto decisivo de políticas sociais inaugurado com a revolução de Abril é o de protecção social. Foi também lançado num período desfavorável do ponto de vista económico para assegurar a sua sustentação. O facto de não existir tradição contributiva, o baixo nível dos salários (e, logo, das contribuições), uma atitude nem sempre responsável por parte dos contribuintes — nomeadamente de um sector conservador dos empregadores —, que fogem às obrigações definidas na lei, o processo de envelhecimento da população, o desemprego e as despesas de protecção que ele acarreta e a pressão com vista ao aumento das prestações colocam actualmente o sistema de segurança social português perante um quadro complexo de opções estratégicas.

Por um lado, pede-se-lhe que se desenvolva, que melhore os seus níveis de cobertura e de desempenho, de modo a atingir os padrões normais dos países mais desenvolvidos da Europa, que, aliás, contam com as transferências sociais como um mecanismo poderoso na prevenção da pobreza (ver quadro ao lado). Na verdade, Portugal ainda é, na UE, e apesar de uma evolução positiva, dos países que menos gasta com as despesas sociais. No nosso país a despesa com a protecção social não chegava a 2,8 % do PIB em 1960 e cresceu para 7,5 % em 1975. Um novo impulso foi dado a partir de meados dos anos 80, quando o valor atingiu 11,0 % (sendo a média europeia de 22,2 %). Em 1990 o valor era já de 16,3 % e não cessou de se aproximar do esforço social praticado na Europa desde essa data, tendo as despesas com a protecção social em Portugal atingindo a proporção de 24,3 % do PIB, con-

Taxa de pobreza (2003)		
	1	2
UE25	25 (s)	15 (s)
UE15	25 (s)	15 (s)
Bélgica	29 (b)	15 (b)
República Checa	21	8
Dinamarca	32 (b)	12 (b)
Alemanha	23	15
Estónia	25	18
Grécia	24 (b)	21 (b)
Espanha	22	19
França	24	12
Irlanda	36 (b)	21 (b)
Itália	:	:
Chipre	20	15
Letónia	24	16
Lituânia	23	15
Luxemburgo	23 (b)	10 (b)
Hungria	17	12
Malta	:	:
Holanda	23 (p)	12 (p)
Áustria	24 (b)	13 (b)
Polónia	31	17
Portugal	26 (p)	19 (p)
Eslovénia	16	10
Eslováquia	28	21
Finlândia	28	11
Suécia	:	:
Reino Unido	29	18

Fonte: Eurostat.

1. Taxa de pobreza antes das transferências sociais, calculada como 60 % do rendimento mediano.

2. Taxa de pobreza depois das transferências sociais, calculada como 60 % do rendimento mediano.

(:) não disponível; (s) estimativas do Eurostat; (b) quebra nas séries; (p) valor provisório.



tra 28,3 % na Europa dos 15 e 28,0 % na dos 25 (ver quadro abaixo).

O sistema, criado em 1994 no quadro da preparação da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), compreende hoje uma organização centralizada no Instituto de Segurança Social, que coordena a acção de cinco cen-

tros regionais de segurança social (as secretarias nos governos regionais da Madeira e dos Açores são autónomas). Do ponto de vista substantivo, o sistema divide-se em duas componentes básicas. Por um lado, o sistema misto de repartição e capitalização com contribuições obrigatórias por parte de trabalhadores e em-

Despesas com a protecção social, em % do PIB na UE							
	1994	1996	1998	2000	2001	2002	2003
UE25	:	:	:	26,9	27,1	27,4	28,0
UE15	28,4	28,4	27,5	27,2	27,5	27,7	28,3
Bélgica	28,7	28,6	27,6	26,8	27,7	28,8	29,7
República Checa	:	17,6	18,6	19,6	19,5	20,2	20,1
Dinamarca	32,5	31,2	30,0	28,9	29,2	29,9	30,9
Alemanha	27,7	29,4	28,9	29,3	29,3	29,9	30,2
Estónia	:	:	:	14,4	13,6	13,2	13,4
Grécia	22,1	22,9	24,2	26,3	27,0	26,4	26,3
Espanha	22,8	21,9	20,6	19,6	19,4	19,6	19,7
França	30,2	30,6	30,0	29,3	29,5	30,2	30,9
Irlanda	19,7	17,6	15,2	14,1	15,0	15,9	16,5
Itália	26,0	24,8	25,0	25,2	25,6	26,1	26,4
Chipre	:	:	:	:	15,2	16,4	:
Letónia	:	:	:	15,3	14,3	13,8	13,4
Lituânia	:	:	:	15,8	14,7	14,1	13,6
Luxemburgo	22,9	24,1	21,7	20,3	21,3	22,6	23,8
Hungria	:	:	:	19,8	19,8	20,7	21,4
Malta	:	18,8	18,9	16,9	17,7	18,0	18,5
Holanda	31,7	30,1	28,4	27,4	26,5	27,6	28,1
Áustria	28,9	28,8	28,4	28,3	28,6	29,2	29,5
Polónia	:	:	:	20,1	21,5	21,9	21,6
Portugal	21,3	20,4	21,2	21,7	22,8	23,7	24,3
Eslovénia	:	24,0	24,8	24,9	25,3	25,2	24,6
Eslováquia	:	19,8	20,2	19,5	19,1	19,2	18,4
Finlândia	33,8	31,4	26,9	25,3	25,5	26,2	26,9
Suécia	36,8	33,8	32,2	31,0	31,5	32,5	33,5
Reino Unido	28,6	28,0	26,9	27,0	27,5	26,4	26,7

Fonte: Eurostat, Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 14/2006, ESSPROS.

(:) não disponível.



pregadores, o qual tem vindo a integrar diversos subsistemas especiais que foram sobrevivendo, e que assegura aos beneficiários (trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes) e aos seus familiares a cobertura dos riscos típicos dos modelos de protecção europeus: velhice, sobrevivência, apoio à família, doença, desemprego, invalidez, morte, entre outros. Por outro lado, subsidiado através do Orçamento de Estado, o sistema de solidariedade assegura um conjunto de direitos quer a pessoas que não contribuíram, na maior parte dos casos dada a inexistência de esquemas de protecção a elas dirigidos enquanto foram activas (é o caso das pensões sociais criadas a seguir à revolução de 1974), quer a pessoas e famílias de baixos rendimentos (é o caso do Rendimento Social de Inserção, que veio substituir as prestações casuísticas e dependentes da disponibilidade orçamental que caracterizava a assistência social antes de 1996).

O sistema de solidariedade nacional envolve ainda a acção social, nomeadamente o enquadramento de serviços prestados em equipamentos sociais, incluindo o apoio económico àqueles que funcionam numa lógica não lucrativa de solidariedade, com base em associações como as Misericórdias ou outras instituições particulares de solidariedade social, as quais gerem cerca de 90 % da oferta pública de equipa-

mentos de apoio à infância e à velhice. São apoiados um pouco mais de 9000 equipamentos sociais que, por sua vez, abrangem cerca de 350 000 pessoas.

O principal contingente dos beneficiários da protecção social são pensionistas, que perfaziam 2 593 381 pessoas em 1998, distribuídas pelo regime geral, pelo regime especial de segurança social das actividades agrícolas (RESSAA), pelo regime não contributivo de protecção social e equiparado (RNCE), pensão social e regime transitório dos rurais. Em Dezembro de 2004 o seu número era de 2 647 110, 82,0 % dos quais do regime geral, 13,4 % do RESSAA e 4,6 % do regime não contributivo (ver quadro abaixo). O país tinha de facto conhecido uma enorme evolução se compararmos estes dados com os 187 300 pensionistas em 1970 e com os 861 700 que resultaram do salto dado após 1974.

O Rendimento Social de Inserção é a actual designação para a política que, em 1996, foi lançada com o título de «Rendimento Mínimo Garantido». Importa fazer referência específica a essa medida por ser geralmente considerada a sua instituição como um passo dado em Portugal (e ainda por dar nos restantes países do Sul europeu) no sentido de completar o modelo de Estado social. Depois de um período de crescimento de beneficiários entre 1997 e 1999, quando eram, respectivamente,

Pensionistas por regime e por eventualidade

	Invalidez			Velhice			Sobrevivência			Total		
	Dezembro 2001	Dezembro 2004	Taxa 1/ Média	Dezembro 2001	Dezembro 2004	Taxa 1/ Média	Dezembro 2001	Dezembro 2004	Taxa 1/ Média	Dezembro 2001	Dezembro 2004	Média
Regime geral	291 271	277 120	-1,6	1 183 335	1 351 665	4,5	519 164	542 387	1,5	1 993 770	2 171 172	2,9
RESSAA	19 296	13 161	-12,0	318 679	259 036	-6,7	92 334	81 666	-4,0	430 309	353 863	-6,3
R. não cont.	46 777	48 434	1,2	54 750	71 584	9,3	3 320	2 057	-14,7	104 847	122 075	5,2
Total	357 344	338 715	-1,8	1 556 764	1 682 285	2,6	614 818	626 110	0,6	2 528 926	2 647 110	1,5

Fonte: Relatório Nacional de Estratégia (Centro Nacional de Pensões). 1/ Taxa anual média entre Dezembro de 2001 e Dezembro de 2004.



116 835 e 431 903, correspondendo a 1,2 % e 4,3 % do total da população portuguesa, o número de beneficiários desceu para 320 155 em 2002 (3,1 % da população), sendo que 62 % do abandono resultou de aumento dos rendimentos como consequência dos 173 257 indivíduos envolvidos em planos de inserção (dos quais estavam dispensados os 25 % de beneficiários que eram trabalhadores e outros 25 % de pessoas incapacitadas para o trabalho). Depois de 2002, devido aos efeitos da crise económica e ao impacto das restrições orçamentais na dotação dos serviços com o pessoal necessário ao acompanhamento das famílias e dos contratos de inserção, tem-se verificado de novo um aumento do número de beneficiários e um abaixamento da qualidade e do número de programas de inserção oferecidos.

Na sequência de uma tradição muito antiga, o sistema conta também com as associações mutualistas, que foram florescentes no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando eram a única alternativa para sectores que se organizaram para garantir a sua própria providência. Elas conheceram uma crise no período da ditadura, cuja ideologia relegava para as famílias a principal responsabilidade da protecção, não apostando no seu desenvolvimento no quadro da universalização de direitos e deveres. Após o 25 de Abril a situação alterou-se, e as associações de socorros mútuos aprestam-se para assumir o papel que faz com que, na reforma em curso, se tornem no segundo pilar do sistema de protecção, embora o peso relativo seja bastante diminuto.

O terceiro pilar do sistema é constituído pelos seguros privados, cuja regulação está concebida de modo a não inviabilizar a sustentabilidade do primeiro pilar, o do sistema público.

O sistema de protecção social em Portugal não se pode limitar a recuperar o atraso que ainda apresenta, dado que se

vê confrontado com novas necessidades emergentes de processos demográficos, económicos e familiares que requerem a sua reforma, por um lado para responder a um novo tipo de exclusão social resultante dos próprios processos de mudança, sem deixar de atender as expectativas de outros sectores dos contribuintes, e, por outro lado, para assegurar a solidariedade com as gerações futuras.

A resposta a estes desafios tem vindo a ser procurada numa nova geração de políticas sociais. Três traços as caracterizam:

— o alargamento do conceito de solidariedade, dirigida não apenas às gerações futuras, mas também aos mais desfavorecidos actualmente, num quadro de diversificação dos esquemas e das suas lógicas, assegurando o Estado a oferta de serviços públicos e a protecção básica do conjunto dos cidadãos, com base na contribuição de todos para o sistema, independentemente da escolha por esquemas alternativos, nomeadamente o mutualista e os seguros privados;

— a adopção de uma estratégia de combate à pobreza, através da discriminação positiva, beneficiando mais os sectores em piores condições e, principalmente, através do desenvolvimento de um conjunto de políticas activas de reinserção;

— começa a discutir-se, por último, a adopção de políticas de emprego assentes no conceito de «flexissegurança», visando qualificar a população, apoiar a modernização do tecido económico, contribuir para o aumento da produtividade e prevenir o desemprego, oferecer protecção a todos os que fiquem desempregados e oportunidades para um rápido retorno ao trabalho e, ainda, a reinserção de desempregados de longa duração que perderam os laços com o mercado.

Para além da diversificação dos esquemas implícita na ideia dos três pilares, o novo conceito de solidariedade que atravessa a reforma da protecção social tra-



duz-se noutras medidas, como o recurso à capitalização dos excedentes do sistema público de modo a garantir a sua sustentação futura (num contexto de previsível crescimento da taxa de dependência dos pensionistas), da opção, para quem o quiser fazer, da capitalização privada (seguros que, porém, não dispensam a contribuição solidária para o sistema), a discriminação positiva dos beneficiários de mais baixos recursos, através de aumentos superiores à média das pensões de baixo valor e a valorização das carreiras contributivas, principalmente as mais longas, com vista ao aumento da idade real de reforma.

O aumento das pensões mais baixas, o Rendimento Social de Inserção, o mercado social de emprego, novas medidas de apoio às famílias com crianças pobres e a concentração de recursos em projectos de desenvolvimento comunitário nos «bairros críticos» das grandes cidades constituem o elemento essencial de medidas específicas de combate à pobreza. Ela é, em Portugal, uma das mais elevadas da Europa, retomando o crescimento de 19 % em 2000 para 21 % em 2003, depois de uma queda entre 1995 e 2000, e atinge não apenas populações tipicamente vulneráveis, mas também e em larga escala pensionistas de todos os regimes e muitos trabalhadores empregados.

Esta última realidade associa-se ao facto de Portugal ter um mercado de emprego caracterizado, de modo geral, por elevados níveis de emprego — incluindo o das mulheres, em crescimento — e níveis de desemprego que foram sendo baixos até que, após 2002, o crescimento económico baseado num modelo intensivo em mão-de-obra pouco qualificada começa a dar mostras de estar em crise, com repercussões imediatas no crescimento do desemprego, sem que por isso se verificasse — pelo contrário — um aumento da produtividade do trabalho (ver quadros das pp. 73 e 74). Todos os indicadores, como o das re-

munerações dos salários mais baixos, da estabilidade dos vínculos laborais, da qualificação dos empregados e dos níveis de qualificação dos jovens que se apresentam no mercado, melhoraram entre 1995 e 2001, após a recuperação da crise de 1993. Para isso contribuíram os programas de reconversão das empresas, modernização do tecido produtivo, criação de infra-estruturas de formação e lançamento de vastos programas de formação profissional e emprego co-financiados pelos Fundos Estruturais. Tal não impede que se possam detectar problemas e debilidades estruturais de grande relevo.

Um deles tem a ver com a fraca qualificação da mão-de-obra empregada, incluindo uma boa parte dos jovens que encontram mais facilmente emprego com baixas qualificações escolares do que quando as têm médias. Os baixos níveis de qualificação traduzem-se em menor produtividade, enorme dificuldade de adaptação e níveis de empregabilidade que não facilitam a reconversão em caso de crise nos sectores ou nas empresas menos modernizados, que elegem, aliás, os baixos níveis salariais e outros aspectos geradores de menor qualidade do emprego como principal factor de competitividade. Por outro lado, o desemprego de longa duração atinge uma proporção muito forte entre o conjunto dos desempregados, que cresceu fortemente desde 2001 e só agora parece estar a dar mostras de poder estabilizar entre os 7 e os 8 por cento. Por fim, uma parte importante da população encontra-se em situação de exclusão do mercado, muitas vezes reproduzida de geração em geração.

Por esta razão, o Plano Nacional de Emprego coloca as suas prioridades nas políticas de educação e de formação da população jovem e activa e, por outro lado, na modernização tecnológica, de modo a aumentar a empregabilidade dos trabalhadores e a adaptabilidade das empresas. Outra prioridade é a prevenção do desemprego



de longa duração, através da formação e da activação dos desempregados, aos quais os serviços, entre outras coisas, devem oferecer um Plano Individual de Emprego com vista ao regresso sustentado ao mercado.

Os serviços de emprego e formação, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional, colaboram no terre-

no com os serviços de educação, das finanças — para desenvolver o que as políticas fiscais podem ter de estímulo ao emprego —, da saúde, da promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, da economia, entre outros, para mudar em profundidade a face do país.

Este programa implica, naturalmente,

Taxa de emprego na UE (15-64 anos)

	1995a00	1999a00	2000	2001a00	2002a00	2003a00
UE25	:	61,9	62,4	62,8	62,8	62,9
UE15	60,1	62,5	63,4	64,0	64,2	64,3
Bélgica	56,1	59,3	60,5	59,9	59,9	59,6
República Checa	:	65,6	65,0	65,0	65,4	64,7
Dinamarca	73,4	76,0	76,3	76,2	75,9	75,1
Alemanha	64,6	65,2	65,6	65,8	65,4	65,0
Estónia	:	61,5	60,4	61,0	62,0	62,9
Grécia	54,7	55,9	56,5	56,3	57,5	58,7
Espanha	46,9	53,8	56,3	57,8	58,5	59,8
França	59,5	60,9	62,1	62,8	63,0	63,3
Irlanda	54,4	63,3	65,2	65,8	65,5	65,5
Itália	51,0	52,7	53,7	54,8	55,5	56,1
Chipre	:	:	65,7	67,8	68,6	69,2
Letónia	:	58,8	57,5	58,6	60,4	61,8
Lituânia	:	61,7	59,1	57,5	59,9	61,1
Luxemburgo	58,7	61,7	62,7	63,1	63,4	62,2
Hungria	:	55,6	56,3	56,2	56,2	57,0
Malta	:	:	54,2	54,3	54,4	54,2
Holanda	64,7	71,7	72,9	74,1	74,4	73,6
Áustria	68,8	68,6	68,5	68,5	68,7	68,9
Polónia	:	57,6	55,0	53,4	51,5	51,2
<i>Portugal</i>	<i>63,7</i>	<i>67,4</i>	<i>68,4</i>	<i>69,0</i>	<i>68,8</i>	<i>68,1</i>
Eslovénia	:	62,2	62,8	63,8	63,4	62,6
Eslováquia	:	58,1	56,8	56,8	56,8	57,7
Finlândia	61,6	66,4	67,2	68,1	68,1	67,7
Suécia	70,9	71,7	73,0	74,0	73,6	72,9
Reino Unido	68,5	71,0	71,2	71,4	71,3	71,5

(:) não disponível.



uma participação activa dos parceiros sociais, actores centrais neste campo. Existem em Portugal cerca de 331 sindicatos, 26 federações sindicais, 39 uniões sindicais e cinco confederações sindicais, das quais duas (a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Na-

cional — CGTP-IN — e a União Geral dos Trabalhadores — UGT) são maioritárias, bem como 450 associações, 21 federações, nove uniões e seis confederações patronais. É-lhes pedido que acordem políticas macroeconómicas capazes de sanear as contas públicas, de tornar mais transpa-

Taxa de desemprego na UE						
	1995	2000	2001	2002	2003	2004
UE25	:	8,6	8,4	8,8	9,0	9,1
UE15	10,1	7,7	7,3	7,6	8,0	8,1
Bélgica	9,7	6,9	6,6	7,5	8,2	8,4
República Checa	:	8,7	8,0	7,3	7,8	8,3
Dinamarca	6,7	4,3	4,5	4,6	5,4	5,5
Alemanha	8,0	7,2	7,4	8,2	9,0	9,5
Estónia	:	12,8	12,4	10,3	10,0	9,7
Grécia	9,2	11,3	10,8	10,3	9,7	10,5
Espanha	18,4	11,1	10,3	11,1	11,1	10,6
França	11,1	9,1	8,4	8,9	9,5	9,6
Irlanda	12,3	4,3	4,0	4,5	4,7	4,5
Itália	11,2	10,1	9,1	8,6	8,4	8,0
Chipre	:	4,9	3,8	3,6	4,1	4,6
Letónia	:	13,7	12,9	12,2	10,5	10,4
Lituânia	:	16,4	16,5	13,5	12,4	11,4
Luxemburgo	2,9	2,3	2,1	2,8	3,7	5,1
Hungria	:	6,4	5,7	5,8	5,9	6,1
Malta	:	6,7	7,6	7,5	7,6	7,4
Holanda	6,6	2,8	2,2	2,8	3,7	4,6
Áustria	3,9	3,6	3,6	4,2	4,3	4,8
Polónia	:	16,1	18,2	19,9	19,6	19,0
Portugal	7,3	4,0	4,0	5,0	6,3	6,7
Eslovénia	:	6,7	6,2	6,3	6,7	6,3
Eslováquia	:	18,8	19,3	18,7	17,6	18,2
Finlândia	15,4	9,8	9,1	9,1	9,0	8,8
Suécia	8,8	5,6	4,9	4,9	5,6	6,3
Reino Unido	8,5	5,4	5,0	5,1	4,9	4,7

Fonte: Eurostat, extraction, EU Labour Force Survey (EU-LFS).
(:) não disponível.



rentes e funcionais os mercados, de participar no esforço de qualificação dos jovens e dos activos, de modernização das empresas e de contribuição para a qualidade da sociedade, a coesão social e a conciliação do trabalho com a vida familiar por via de práticas socialmente responsáveis.

Jovens e valores sociais

A evolução demográfica em Portugal desde os anos 50, mas particularmente a partir dos anos 80, tem vindo a provocar importantes efeitos em várias dimensões da vida social, alguns dos quais inevitavelmente se prolongarão e se aprofundarão no futuro.

Recorde-se que, num quadro de estabilidade tendencial do conjunto da população e independentemente dos saldos líquidos migratórios, o que vai sendo mais significativo nas tendências globais verificáveis nesse plano é o duplo envelhecimento no topo e na base da distribuição etária. O primeiro deve-se ao alargamento da esperança de vida. O envelhecimento na base, por seu turno, tem a ver com o forte declínio da natalidade, que em 1997 apresentava já uma taxa bruta de 11,4, quando em 1960 tinha ainda um valor de 24,1, bem como da quebra da fecundidade, que estava em 2004 nos 1,4 filhos por mulher em idade fértil, a comparar com os 3,2 no início dos anos 60 (ver quadro da p. 51). Tão profundas transformações, tempos atrás provavelmente não esperáveis, com esta dimensão, em países da Europa do Sul, relacionam-se com um conjunto complexo de factores.

Portugal desruralizou-se aceleradamente desde o segundo pós-guerra (ver quadro da p. 47), alterando por aí muitos dos valores tradicionais, dos comportamentos e dos modos de vida da sua população. Essa população modificou também significativamente a sua composição, urbanizando-se, fixando-se nas regiões litorais, transferindo a sua actividade económica, em muitos casos, para o sector dos serviços. Fortes mo-

bilidades sociais ascendentes somam-se, também, a essas evoluções.

Se os níveis de literacia dos Portugueses, as suas competências efectivas em termos de leitura, escrita e cálculo, estão ainda bem longe de atingir patamares satisfatórios, a verdade é que o acesso e frequência dos diversos graus de ensino são hoje também marcadamente superiores aos atingidos nos anos 60. E recorde-se também que as mulheres estão a aproveitar as oportunidades oferecidas pelo sistema, sendo já maioritárias, como se viu, no ensino superior, quer em termos de frequência, quer em termos de graduação (ver quadro da p. 47).

O crescimento recente da actividade exterior feminina, com uma claríssima dominante de trabalho em tempo integral, fez que se atingissem, por seu turno, valores extremamente elevados. A diferença percentual de actividade económica entre homens e mulheres está hoje entre as menores da UE.

No plano dos movimentos espaciais, prolonga-se a cultura secular de emigração dos Portugueses, embora o volume dos emigrantes seja muito menor do que o verdadeiro êxodo dos anos 60 e tenda a ter também uma forte componente sazonal. Do lugar da imigração foram já enunciadas as mais recentes tendências, sendo de sublinhar a sua inédita dimensão recente, bem como a diversidade, igualmente recente, da respectiva composição.

A revolução de Abril de 1974, finalmente, ao repor um sistema democrático longamente afastado, gerou ela própria um vasto conjunto de oportunidades e de consequências na vida social, económica e política do país. Se aqui se retomam, sinteticamente, estes factores principais de mudança, é porque além de eles se ligarem entre si, também necessariamente se articulam com as dimensões demográficas antes enunciadas. Desde logo, a habitual classificação das gerações, utilizada quer em termos administrativos quer com objectivos analí-



cos, parece cada vez mais problemática à luz dos desenvolvimentos recentes, que ao mudarem os contextos sociais põem em crise as fronteiras intergeracionais. É para tentar superar a incomodidade dessa inadequação que começam a surgir propostas de classificações híbridas, como, por exemplo, a de «novos velhos», ou a de «jovens adultos».

Como é sabido, o progressivo envelhecimento no topo, em Portugal e no contexto europeu, põe problemas cada vez mais prementes aos modelos de organização social, que estavam genericamente impreparados para uma tal transformação. E quanto aos jovens?

Não se pode evidentemente esquecer que falar de juventude implica um duplo arbitrário: por um lado definir operacionalmente as tais fronteiras indecisas do ciclo de vida, por outro homogeneizar de forma implícita algo que é, na sociedade, extremamente diversificado. Se quisermos, em todo o caso, resumir alguns aspectos básicos da evolução estrutural recente dos sectores jovens em Portugal, poderemos dizer que eles têm vindo a diminuir o seu peso relativo no conjunto da população, que aumentaram a escolaridade, que vivem mais nas cidades e no litoral, que casam menos, mais tarde e mais civilmente, que vêem adiada a entrada no mercado de trabalho e adiam também o nascimento do primeiro filho, que reduzem a sua descendência global e a aumentam fora do casamento (Figueiredo, Silva e Ferreira, 1999).

O fenómeno que mais transversalmente parece então afectar esses sectores de jovens portugueses é, porventura, o que respeita à mudança radical nos modelos de acolhimento e integração de que a sociedade tradicionalmente dispunha.

Com efeito, os percursos que costumavam conduzir à passagem à idade adulta, se bem que se diferenciavam entre si conforme as classes sociais, eram razoavelmente rígidos, normalizados e, por isso

mesmo, previsíveis. Progressivamente, em particular por influência do aumento do desemprego e da precarização do trabalho — de que os jovens estão entre as vítimas preferenciais —, essas transições não apenas tendem a prolongar-se no tempo, como assumem um carácter de imprevisibilidade e de risco, imprevisibilidade e risco que, embora sob diferentes formas, passaram a afectar mesmo alguns sectores provenientes de famílias com maiores recursos.

Toda essa incapacidade de integração normalizada vai gerando, por parte dos jovens, diferentes estratégias adaptativas, originando, do mesmo passo, transições pautadas por culturas performativas que se alimentam do risco, da incerteza e da aventura (Pais, 1998a) e (AAVV, 1999).

O que se passa, então, é que os jovens não vão tendo outro remédio senão o de se transformarem em especialistas práticos em lidar com a incerteza.

Os rituais emancipatórios próprios da afirmação identitária das gerações jovens tendem a intensificar-se nos seus modelos e conteúdos, investindo fortemente os comportamentos quotidianos.

Isso mesmo se revela numa certa cultura e numa certa prática do excesso, do desafio e da transgressão, com variadíssimas manifestações. Elas vão dos desportos radicais ao *piercing*, do consumo de droga a certas formas de criminalidade, da sinistralidade rodoviária à música e ao vestuário. Ou seja, essas culturas performativas — que obviamente não se configuram necessariamente como práticas «desviantes» — atravessam as diversas dimensões de vida das camadas juvenis, incluindo, em particular, as dimensões lúdicas, conviviais e de lazer. Por aí se afirmam identidades e diferenças.

A incerteza e, frequentemente, a fragilidade dos modelos de inclusão social fazem com que a transição para a idade e para a sociedade adultas não só se prolongue no tempo como possa ter retrocessos.



A designação «geração yô-yô» (Pais, 1996; Walter *et al.*, 1999) pretende justamente mostrar como, em muitos casos, as transições que parecem consumadas através dos seus indicadores habituais — o trabalho, o casamento, a nova casa — são afinal reversíveis, podem voltar atrás, porque sobreveio o desemprego, porque houve divórcio, porque se voltou à casa paterna, porque se tornou à condição estudantil. Tudo recomeçará mais tarde, numa nova entrada convencional na vida adulta.

O sistema de ensino, instituição socializadora por excelência, constitui bom exemplo das dificuldades crescentes na integração dos jovens, como mostra o preocupante volume de abandonos do sistema, bem como os níveis altos de iliteracia de muitos dos que o frequentam ou frequentaram.

Mesmo a universidade, onde já só chegam os que passaram um complexo sistema de filtros sociais, parece continuar a revelar distância e por vezes choque entre os seus próprios modelos organizativos, os seus procedimentos, as suas pedagogias prevaletentes e alguns dos valores «exteriores» da juventude.

Como se vão traduzindo os novos processos sociais no conjunto desses valores dos jovens, se entendermos valores como sistemas de preferências, relativamente duradouras, que constituem referências para os respectivos comportamentos?

Estudos recentes mostram que os jovens portugueses têm posições menos conservadoras do que as gerações mais velhas, o que evidentemente não surpreende. Eles tendem, com efeito, a valorizar a liberdade de expressão e a tolerância, valorizando também claramente as relações afetivas. Os mais instruídos, em particular, defendem a liberdade pessoal, apostam na auto-realização e na igualdade de oportunidades, consideram de forma positiva os esforços em prol da democracia, da ecologia e da convivência multicultural (Pais, 1998b).



Manifestação anti-racista.

Os estudantes do ensino superior confirmam, por seu turno, a centralidade que para eles têm certas esferas da vida social, em particular as que se referem à família e aos amigos, ao mesmo tempo que atribuem pouca importância ao poder e se distanciam das organizações políticas e religiosas. Mas expressam confiança, em contrapartida, no futuro científico, tecnológico, económico e político do país (Almeida, 1990; Almeida, Costa e Machado, 1988; Costa, Machado e Almeida, 1990; Machado, Costa e Almeida, 1989).

Se os valores dos jovens parecem indicar um caminho global de modernidade, terá isso algum valor preditivo para o futuro da sociedade portuguesa? Estaremos perante um mero efeito de ciclo de vida, que a chegada à idade adulta se encarregará de reabsorver e normalizar em posturas mais conformistas? Ou haverá aqui, pelo contrário, um efeito geracional que tenderá a prolongar-se na cultura e nos valores futuros? O cenário mais provável irá no sentido da última hipótese colocada.

As jovens gerações viveram, com efeito, condições sociais muito significativamente diferentes das dos seus pais, a benefício de um conjunto de transformações rápidas a que atrás se aludiu, e que no pós-guerra, em particular a partir dos anos 60, modificaram significativamente o país.



Trata-se de processos que nada leva a crer que se interrompam ou que invertam o seu percurso. A ser assim, então, a continuidade e o aprofundamento de tais processos tenderão a reatualizar os efeitos, no mesmo sentido, que vêm exercendo sobre as dimensões simbólicas da sociedade portuguesa.

Diversos estudos parecem confirmar, desde já, a prevalência de certas configurações de valores com âmbito mais global e mais intergeracional.

Como sempre acontece, só se pode falar aqui de tendências, que não são nem partilhadas por todos os grupos sociais, nem isentas de manifestações de sinal contrário. Elas têm sido, por outro lado, marcadas por uma sucessão de conjunturas de ciclo alto atravessadas pelo país, que vão da instauração democrática aos primeiros efeitos positivos, nos planos político, económico e social, da integração europeia. Eventuais alterações de conjuntura afectarão necessariamente, de forma mais ou menos acentuada, algumas dimensões de tais tendências. A começar, por exemplo, pelo continuado optimismo pró-europeu dos Portugueses, que se manifesta também, com clareza, nas camadas jovens (Pais, 1999) mas que recentemente se tem justamente vindo a atenuar, senão mesmo a inverter.

Enunciem-se, então, algumas dessas tendências de valores de alcance muito geral. Elas têm por principais protagonistas, além de muitos dos sectores mais jovens, a população activa urbana e, em particular, a que detém maiores recursos em capital escolar e cultural.

Cada vez com intensidade e transversalidade mais significativas tem-se afirmado o que, à falta de melhor designação, se pode chamar o valor da realização pessoal. Estratégias e projectos autocentrados vão ganhando prioridade, de forma consistente, caracterizando formas de individualismo em geral moderadas. Nas socieda-

des camponesas, o colectivo, aldeão e familiar, constituía o princípio e o fim de todas as dimensões relevantes da vida. Ele justificava sacrifícios, adiamento ou renúncia a prazeres, preparação laboriosa e defensiva de um futuro incerto e geralmente ameaçador. Esse «mundo que nós perdemos», com a rápida desruralização, deu lugar a novas lógicas e constrangimentos. É verdade que os sectores urbanos continuam, como no passado, a atribuir importância primordial à afectividade e à família, o que justamente contribuirá para lhes temperar o individualismo. Mas já preferem o modelo simétrico e autónomo de organização familiar, com mais igualdade e menos sacrifícios individuais. E valorizam, por outro lado, o conteúdo intrínseco do trabalho, o prazer que dele retiram. Eles estão menos dispostos a adiamentos daquilo que consideram poder ser a sua felicidade.

Uma segunda tendência de valores, que se liga de resto a essa recusa de adiamentos, diz respeito à generalização do cepticismo em relação a objectivos sistémicos, a modelos de sociedade globais e fechados, projectados no futuro.

Vai-se afirmando, pelo contrário, um pragmatismo que prefere as regulações processuais, deixando entre parênteses objectivos globais e heróicos a favor de uma manipulação mais directa, quotidiana e exequível daquilo que pode, de facto, influenciar o futuro. A desconfiança revelada em relação a instituições políticas, a partidos, não se comunica assim a outras formas de participação social e a outros objectivos de natureza colectiva. Não se trata portanto, ao afirmar-se essa tendência, de um refúgio sistemático na esfera privada da vida, como mostra também a importância e o investimento atribuídos às dimensões profissionais.

Uma terceira tendência tem a ver com a convivência mais fácil de valores distintos, com a interiorização da tolerância e a habitação à alteridade.



A consolidação da democracia constitui certamente e simultaneamente factor e efeito dessa maior tolerância, que se prolonga mesmo ao convívio dos valores geralmente mais rígidos, que costumam ser os de natureza moral, religiosa e política.

A abertura da sociedade portuguesa, facilitando contágios de proveniência exterior directamente no plano simbólico, a complexificação e diversificação dos processos sociais, tudo tem contribuído para julgamentos menos crispados sobre os modelos e as referências diferentes dos outros.

Um último valor que vale a pena referir diz respeito ao que se pode chamar o artesanato das ideias. As ideologias, como sistemas organizados de compreensão do mundo que são também instrumentais para os comportamentos, estão longe de mor-

rer, ao contrário do que alguns profetas recorrentemente afirmam. O que vai estando claramente mudado é o modo como a elas se recorre.

Tais ideologias costumavam, além de serem tomadas por reciprocamente exclusivas, ser adoptadas ou rejeitadas em bloco. Era-se católico ou não. Era-se marxista ou não. Hoje a tendência vai no sentido de cada cidadão, cada grupo, reivindicar autonomia na escolha, na combinação e na gestão de elementos do campo simbólico, independentemente da respectiva origem e em função do que cada um julga útil e adequado.

Esta prevalência do «por medida», esta rejeição do pronto-a-pensar, constitui assim mais um dos valores que parecem afirmar-se e difundir-se entre os Portugueses.

O território

Vítor Matias Ferreira
Alexandra Castro

Apresentação

O texto aqui apresentado¹ procura abordar, de modo necessariamente sucinto, o território português, em torno das suas assimetrias, polarizações e reordenamentos. Para tal, três áreas temáticas permitem desenvolver essa abordagem, não só numa perspectiva diacrónica, mas também privilegiando a actual configuração territorial, bem como os respectivos sinais de mudança socioespacial. Num primeiro momento, articulam-se os processos migratórios com as respectivas formas de povoamento, havendo lugar, então, para constatar determinadas situações de polarização territorial. Ainda em relação a esta primeira área analítica, houve a preocupação de assinalar aqueles processos em três momentos muito particulares: desde os anos 60; depois de 25 de Abril de 1974; finalmente, a partir de 1985, altura em que Portugal passou a integrar a então designada Comunidade Europeia.

Num segundo ponto, de mais amplo desenvolvimento analítico, as referidas assimetrias são abordadas em torno do perfil da organização territorial do país. Assim, interioridade e litoralização constituem as duas faces daquele mesmo processo de territorialização, em função do qual procurámos averiguar as condições para o surgimento de uma «nova ordem» territorial. Sublinha-

mos, assim, as formas de uma ocupação territorial litoralmente atlântica, bem como o papel das infra-estruturas no (re)ordenamento do território, o que nos permitiu detectar alguns elementos de mudança do país, quer ao nível socioeconómico, quer, obviamente, no respectivo quadro territorial.

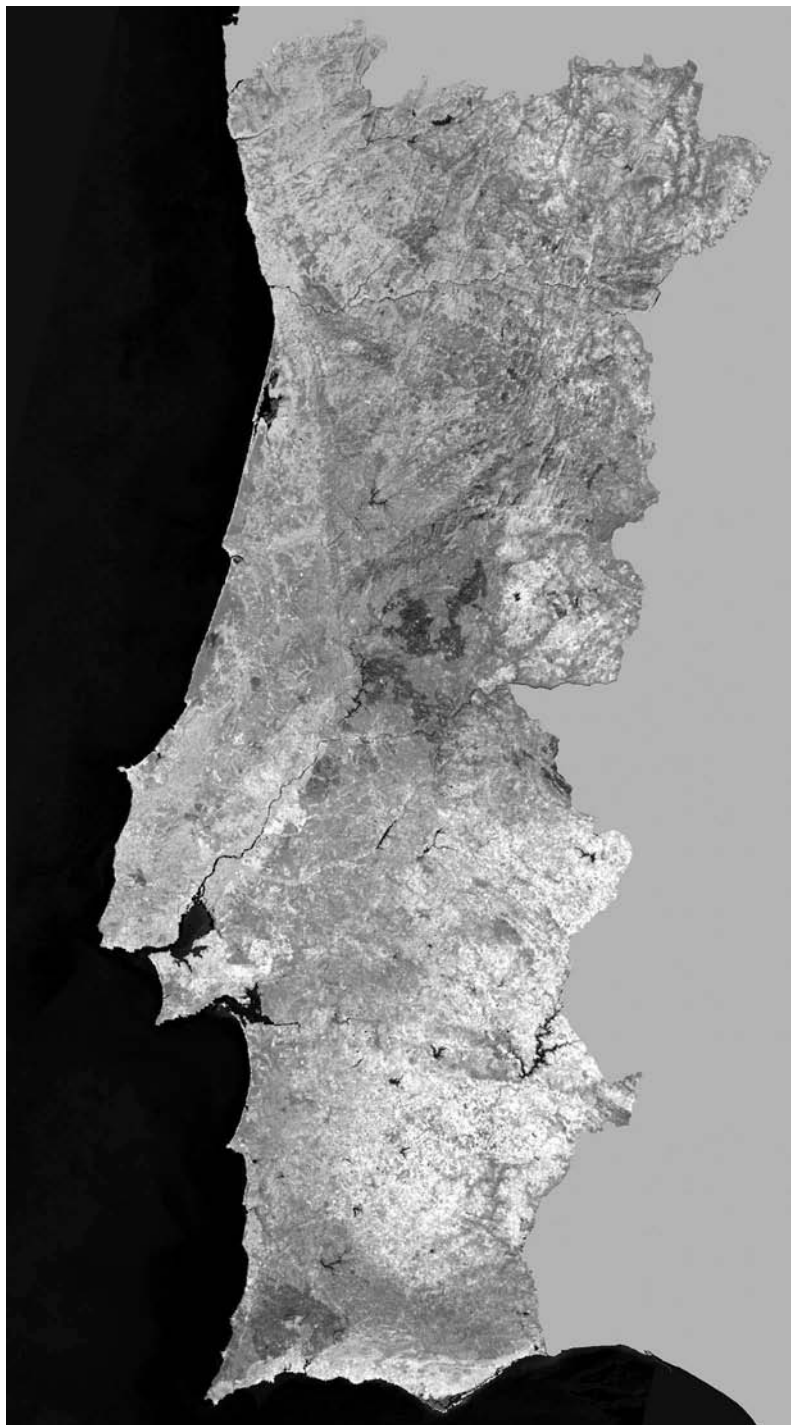
Finalmente, num último ponto, questionamos a passagem de um posicionamento apoiado, fundamentalmente, numa estrutura de «rede urbana», para uma abordagem centrada em torno da problemática das «redes de cidades», o que nos permitiu destacar o papel de determinados aglomerados urbanos, particularmente de natureza metropolitana, no actual contexto globalizado e transnacional. E se, nesse mesmo contexto, Lisboa e Porto se confrontam com a necessidade de uma profunda reestruturação metropolitana, o território nacional, no seu conjunto, deverá atravessar uma alargada reorganização socioespacial, potenciando, então, uma malha urbana «em rede», sobretudo no interior, mas também no respectivo litoral. Haverá lugar, assim, para destacar a importância destas «centralidades urbanas», no quadro de um necessário reordenamento territorial do país.

Migrações e povoamento: a polarização territorial

Da emigração às migrações internas: a dupla diáspora dos Portugueses

Portugal sempre foi um país de migrantes, tomando este «sempre» num ciclo significativamente amplo, nomeadamente, desde o início da época moderna. Realmente,

¹ A versão original deste texto, tal como referido na apresentação deste livro, foi publicada na obra colectiva coordenada por António Reis, *Portugal: Anos 2000*, Círculo de Leitores, 2000. A presente versão, a convite e de acordo com os termos desse mesmo convite da Presidência do Instituto Camões, corresponde, assim, a uma «revisão/actualização» do texto original e da respectiva bibliografia.



Portugal continental em foto de satélite.



desde Quinhentos que temos relatos circunstanciados dessa diáspora lusitana, como se o país fosse sempre demasiado «pequeno» face à imaginária dimensão de «outros mundos». E sem dúvida que essa permanente «disponibilidade» para partir — mas, muitas vezes, com a esperança do regresso... — haveria de determinar a condição migrante dos Portugueses.

Naturalmente, essa condição haveria de se manter, em moldes não menos dramáticos, na época contemporânea. Mas, agora, com um duplo direccionamento. Com efeito, se se mantém a tendência ancestral para a efectiva e literal emigração de populações, para fora do país, contudo, um outro movimento, não necessariamente independente do anterior, irá atingir proporções determinantes no actual povoamento do território nacional: o movimento das migrações internas, na generalidade direccionado do interior para o litoral do país, com duas grandes áreas de polarização demográfica, Lisboa e Porto.

Esse duplo direccionamento migratório irá ser fortemente empolado a partir dos anos 60. Era um período de intenso crescimento económico, sobretudo na Europa, contemporâneo de um renovado optimismo capitalista. Nessa medida, também em Portugal, o «condicionamento industrial» não conseguia impedir alguma intensificação capitalista, nomeadamente através de uma progressiva implantação de sectores de capital intensivo, mas também à custa de baixos custos comparativos da força de trabalho, como foi o caso da instalação, em diversas áreas estratégicas, de diversas empresas multinacionais.

Assim, a emigração do continente irá orientar-se, fundamentalmente, para a Europa, em especial para França e, mais tarde, também para a Alemanha, enquanto, em relação às regiões autónomas, aqueles fluxos emigratórios irão projectar-se, no caso dos Açores, sobretudo para os Estados Unidos da América e para o Canadá, e, no

caso da Madeira, fundamentalmente para a África do Sul. Se tivermos presente anteriores movimentos da população portuguesa, com outros destinos, nomeadamente para o Brasil, para além da longa colonização africana, constatamos que, efectivamente, a emigração portuguesa parece não ter limites, nem históricos, nem muito menos geográficos!

Por outro lado, em relação aos fluxos imigratórios, isto é, das migrações internas, particularmente no continente, eles irão determinar uma ocupação sucessiva do litoral, como dissemos, mas num processo que, alegoricamente, poderíamos titular de algum «cinismo urbano», na medida em que as populações são, efectivamente, «atraídas» pelas cidades, mas inexoravelmente «empurradas» para as diversas periferias daqueles aglomerados urbanos.

Ainda em relação àquele processo migratório «além-fronteiras», que referimos atrás, sabemos que se intensificou, em grande medida, até à crise económica, à escala mundial, dos anos 70. Em Portugal, a revolução de 1974 acabou por potenciar, a este nível, aquela mesma inversão dos movimentos migratórios anteriores: com efeito, a partir daquela crise internacional, regista-se um progressivo regresso de emigrantes, sobretudo da Europa, a que se irá juntar, no quadro do processo de descolonização africana, um forte contingente de populações oriundas daqueles territórios (cerca de meio milhão de pessoas).

Deste modo, os anos sucessivos àquele crise irão registar alguma recomposição social e territorial, sendo certo, porém, que aquela tendência para a litoralização nos processos de ocupação do território se irá acentuar ao longo dos anos 80. E se, no final dessa década, as duas regiões metropolitanas (Lisboa e Porto) tendem a estabilizar os respectivos fluxos migratórios e demográficos, serão sobretudo as diversas «conurbações urbanas» (manchas de ocu-



Emigrantes de partida para a Alemanha Ocidental (1964).

pação territorialmente contígua, ainda que apresentando algumas descontinuidades espaciais), em especial no continente português, que irão polarizar a concentração maioritária da população portuguesa.

A ruptura política e as «experiências» territoriais

Como vimos no ponto anterior, a ruptura política de 1974, ao mesmo tempo que «coincidiu» com um certo refluxo migratório, acabou por determinar um «excedente» demográfico, oriundo quer do regresso significativo de emigrantes, quer do retorno das antigas colónias portuguesas. De registar, desde já, que desse «retorno» populacional, sobretudo de África (cerca de meio milhão de pessoas, como dissemos atrás), quase metade acabou por se fixar no espaço metropolitano de Lisboa, o que permitiu contrariar, de algum modo, uma tendência para uma relativa regressão demográfica daquele território, de resto à semelhança do que estava acontecendo noutros espaços urbano-metropolitanos da Europa.

E se, aparentemente, foi possível constatar um processo de relativa integração so-

cial daquelas populações, sobretudo as regressadas de África — o que não significa, necessariamente, que se possa falar de «integração cultural»! — certamente que são já visíveis significativos efeitos ao nível socioproductivo e territorial, resultantes daquele «retorno» demográfico. E não só no caso da região de Lisboa, mas, fundamentalmente, nas zonas centro e norte do continente, num movimento populacional a que seria necessário articular um significativo incremento de pequenas e médias empresas, num processo que se desencadeará ao longo dos anos 80, mas que acabará por ter um enorme impacto na década seguinte.

Em todo o caso, são de registar algumas «experiências» territoriais, no seguimento da revolução de Abril de 74, sendo certo que, como parece evidente, não foi tanto a esse nível que se registaram as mudanças mais significativas. Com efeito, outras áreas críticas, ainda que directa ou indirectamente articuladas com a questão territorial, estiveram no centro dos debates e, sobretudo, no centro das reivindicações sociais e dos confrontos políticos.

Uma dessas áreas tem a ver com o secular «problema da habitação», em torno



do qual se centrou uma aposta política muito forte, lançada ainda naquele ano de 1974: tratou-se do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) (directamente dependente do governo, através da então Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo) e claramente direccionado para os bairros «degradados» de várias cidades do país, com particular destaque para os casos de Lisboa («barracas») e do Porto («ilhas»). Esse programa tinha como ambição reconverter e qualificar aqueles bairros, mantendo os residentes nos respectivos locais. A intensa mobilização social da época, associada a uma confrontação política permanente, extremou os objectivos daquele programa «habitacional». Com a mudança radical daquela conjuntura política (a partir do 25 de Novembro de 1975), a *erradicação* deu-se, não com as «barracas», nem com as «ilhas», mas, precisamente, com aquele programa político e urbanístico!

Ainda no quadro habitacional, é de registar uma outra situação, de evidentes impactos territoriais, que se generaliza desde o início dos anos 70 e que, significativamente, se irá intensificar no pós-25 de Abril: tratou-se da *construção ilegal*, associada a um processo sistemático de

loteamentos de amplas zonas rurais, que, deste modo, se iam «urbanizando»! Um tal incremento de «habitação clandestina», muito acentuado em diversas zonas periféricas das cidades, teve uma expressão muito significativa nas zonas norte e sul da região de Lisboa, desencadeando, então, uma generalizada ocupação *difusa* desse mesmo território. Com a institucionalização (legal, mas sobretudo financeira) das *autarquias locais* (em 1979, com a primeira Lei das Finanças Locais) inicia-se, então, um lento (ainda que, por vezes, desequilibrado) processo de ordenamento territorial (sobretudo em termos de saneamento básico, estruturas viárias, etc.), a par da edificação de diversos equipamentos de natureza colectiva.

Esboçam-se, então, no quadro democrático entretanto institucionalizado, os primeiros instrumentos de intervenção territorial, como foi o caso do que, mais tarde, veio a ser designado de *plano director municipal*. E não deixa de ser significativo assinalar que os primeiros enquadramentos urbanísticos desses planos, desde os inícios dos anos 80, tivessem consignado, aos respectivos municípios, competências na esfera económica e social, para além, naturalmente, das decorrentes directamen-

Bairro clandestino da Serra da Luz, Odivelas.





te da respectiva administração local do respectivo território. A presunção de uma suposta «exorbitância» de funções municipais, aliada a uma eventual conflitualidade de atribuições, nos diversos escalões de planeamento — em relação aos quais, desde os anos 70, se reabriam, periodicamente, o debate e as propostas —, implicou que a actual figura daqueles planos (de 1990) acabasse por ser bastante mais específica e restritiva.

Em todo o caso, até meados dos anos 80, o traço territorial mais significativo decorre, sobretudo, da progressiva institucionalização e da correspondente intervenção, do que então se designava de «poder local», isto é, a capacidade institucional e o exercício político da administração do território, confinante com as respectivas autarquias locais. Essa mesma actuação político-institucional — em muitos casos, com impacto notavelmente positivo, quer ao nível da estruturação e do equipamento do respectivo território, quer enquanto redescoberta de processos e de identidades de natureza local, num conjunto articulado de dimensões nem sempre pacíficas face ao próprio poder central — contribuiu, contudo, mas de modo decisivo, para a inclusão da dimensão *territorial* nos projectos políticos de desenvolvimento económico e social do país. Registe-se, no entanto, um dos aspectos mais críticos do referido «poder local», enquanto responsável por processos extensivos e intensivos de ocupação do território, na base de múltiplos licenciamentos de «urbanização».

A integração comunitária e o «regresso» territorial à Europa

A partir de 1985, com a integração de Portugal na então designada Comunidade Europeia, aquela dimensão territorial começa a ser, então, progressivamente assumida, tanto no discurso técnico e analítico, como na prática política e, a este nível, em termos da gestão local, mas também ao nível



Planos directores municipais de Matosinhos e do Seixal.

do governo central. Deste modo, aquela dimensão passa a integrar, pelo menos enquanto intenção política, os projectos, os programas e as propostas, independentemente dos respectivos domínios sectoriais ou temáticos. A par desta progressiva assunção territorial, uma outra componente irá determinar a presente conjuntura «comunitária», de modo indelével — reportamo-nos ao domínio disciplinar e técnico-político do *ambiente*.

Realmente, de modo progressivo e através de um processo moroso, muitas vezes conflitual, mas apontando para uma necessária compatibilidade entre aquelas duas componentes, desde finais dos anos 80, mas sobretudo ao longo da década seguinte, o ordenamento do território tem vindo a confrontar-se com o necessário e correspondente equilíbrio ambiental. A sucessiva integração, no quadro institucional português, das directivas comunitárias consagrando aquela inelutável compatibilidade acabou por ter, mau grado as presumidas contradições económicas, um claro efeito «pedagógico» e, nessa medida, acabou por determinar uma postura politicamente irrecusável!

No quadro estrito do ordenamento do território, o referido período correspondeu a uma conjuntura de afirmação de diversas figuras de planeamento territorial, de acordo com a escala de referência, mas também em função de objectivos mais específicos. De resto, a experiência dos planos directores municipais, ainda que na sua



modalidade mais restrita de sistematização de funções e de regulamentação de usos dos respectivos espaços concelhios, aconselhava, se não mesmo exigia, outras escalas de ordenamento territorial.

Tal foi o caso dos *planos regionais de ordenamento do território* (cuja figura legal inicial é de 1983), que suportaram várias vicissitudes, quase sempre no quadro das necessárias compatibilidades de níveis de planeamento territorial, para além do permanente debate sobre atribuições e competências em relação a cada uma das respectivas escalas de intervenção territorial. A tendência actual é para entender aqueles planos regionais sobretudo como instrumentos de enquadramento estratégico de organização territorial. A este nível, é de referir, ainda, outras figuras de planeamento (nomeadamente, os «planos de ordenamento da orla costeira»), para além da progressiva institucionalização e regulamentação — ainda que num contexto de frequentes focos de tensão e de conflitualidade — das reservas agrícola e ecológica, à escala nacional, de resto em paralelo com a progressiva consolidação dos parques e reservas naturais. É já dos finais dos anos 90 a publicação da Lei de Bases de Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, estando no momento presente em discussão pública o que se prevê vir a constituir o Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território

Constata-se, assim, um progressivo, ainda que contraditório, processo de planejar, a diversas escalas, a organização territorial e o ordenamento urbano do país, ao mesmo tempo que, nem sempre de modo compatível, se vão sedimentando determinadas lógicas de ocupação desse mesmo território. Ou seja, se a referida conjuntura beneficiou, amplamente, dos famigerados «fundos estruturais» da actual União Europeia — nomeadamente, na estruturação viária, no saneamento, etc., aos quais regressaremos adiante —, as dinâmicas territoriais

decorrentes desses volumosos investimentos não terão alterado, significativamente, algumas das lógicas mais pesadas de conjunturas anteriores.

Deste modo, parece persistir a lógica da litoralização, a que se vem associar uma incessante urbanização difusa, mas mantendo, em grandes manchas territoriais, uma acentuada desertificação económica e social. Ou seja, no dealbar de uma nova década e de um novo milénio, o país procura, ainda, formas mais equilibradas de ocupação do respectivo território — ao mesmo tempo que, de modo indelével, se orienta para um necessário, ainda que não exclusivo, «regresso» territorial à Europa. Mas, antes de procurar dar conta de alguns elementos de mudança, precisamos, por isso, de sintetizar o respectivo diagnóstico territorial.

Interioridade e litoralização: uma nova ordem territorial?

Uma ocupação litoralmente atlântica

É possível partir de uma constatação, relativamente consensual em relação a vários autores, que poderíamos sintetizar dando conta de um país litoralmente ocupado, com uma condição territorial *assimétrica, desequilibrada e «invertida»*! Consta-se, portanto, que Portugal é um país litoralmente (e literalmente) «encostado» ao Atlântico. Tendo atingido os dez milhões de habitantes, apresenta, contudo, uma ocupação demográfica profundamente assimétrica. Com efeito, grande parte da população do continente distribui-se ao longo da costa atlântica (ocidente e sul do país), na qual os dois únicos espaços metropolitanos (Lisboa e Porto) concentram mais de 40 % daqueles residentes. Por outro lado, a ocupação territorial dos Açores e da Madeira segue, igualmente, aquela lógica de litoralização atlântica, em que as principais cidades e «vilas urbanas», quase to-



das de implantação oceânica, concentram, praticamente, a totalidade da população insular.

Em todo o caso, aquela distribuição assimétrica da população não se realiza de uma forma homogénea ao longo daquela litoralização, apresentando alguma dispersão, a par de zonas com densidade demográfica elevada. Assim, nos inícios da década de 90, era possível constatar a configuração, no continente português, de uma extensa «*conurbação urbana*» ligando a Península de Setúbal (zona sul da região metropolitana de Lisboa) até à região de Braga (a norte do território metropolitano do Porto). Deste modo, no quadro regional — e excluindo o caso do Algarve, que apresentou, na penúltima década de recenseamento (1981-1991), um crescimento realmente empolado por uma induzida procura turística — a região do Alentejo, de modo dramático, e a do Centro, em moldes

menos acentuados, são as regiões que perderam para as restantes, particularmente a do Norte e a de Lisboa e Vale do Tejo, significativamente as regiões em que se situam os referidos espaços metropolitanos do país!

Os dados estatísticos mais recentes (2001) não vieram alterar significativamente aquela lógica de ocupação do território, ainda que introduzindo pequenos reequilíbrios demográficos em determinadas zonas do país continental. Com efeito, se ao longo da última década a quase totalidade das regiões (estatísticas) do continente registou alterações positivas na respectiva ocupação populacional — com excepção do Alentejo — tais alterações tiveram uma distribuição regional bastante assimétrica. Assim, se no caso do Alentejo aquela diminuição foi praticamente residual (inferior a 1 %), no Algarve, em grande medida pelas razões já anteriormente

A região metropolitana do Porto, evidenciando a conurbação urbana que liga a península de Setúbal à região de Braga.





referidas, a respectiva alteração demográfica (de cerca de 16 %) terá sido, de longe, a mais elevada no contexto regional do país. E se a região Centro vê crescer (de 4 %) a respectiva população, tanto a região Norte, como a de Lisboa, acabaram por intensificar (em cerca de 6 %) a sua já anterior macrocefalia demográfica (ainda que relativamente «bicéfala») no contexto da ocupação territorial do continente.

Como vimos atrás, regista-se, assim, uma *bipolarização* na ocupação territorial do país, em que a par daquela urbanização, simultaneamente concentrada e difusa, mas, ao fim e ao cabo, atlântica, se confronta com uma acentuada desertificação do interior, tanto continental — ainda que apresentando algumas «bolsas urbanas» — como insular. Uma tal situação resultou, fundamentalmente, como então dissemos, de um profundo processo de êxodo rural e de atracção urbana que, desde os anos 60, se acentuou fortemente, não só para os principais centros urbanos do país, mas também para o estrangeiro. Tratou-se, pois, de um círculo territorialmente pouco virtuoso, da emigração-desertificação-emigração! E muito embora, nos últimos anos, se tenha vindo a registar, como observámos, alguma sedimentação demográfica e urbana em certos centros urbanos — inclusive no próprio interior do país, como veremos melhor adiante — aqueles movimentos de atracção e de repulsão atingiram uma inércia muito forte, acentuando, assim, aquela bipolarização territorial e demográfica.

Foi um tal «retrato» territorial, uma tal imagem a «voo de pássaro», realista na sua visão macro, que nos levou, emblematicamente, ao encontro da metáfora de José Saramago, a partir da qual o país, em especial o continente, estaria, então, voando numa «jangada» assente na sua frente de água, rumo ao Atlântico profundo, deixando para trás um território desertifica-

do e, por isso, ingratamente abandonado! E conquanto a metáfora tenda a realizar-se — cumprindo, assim, o «destino» de Portugal? —, é necessário aprofundar aquela imagem global.

Já vimos que aquela dita «conurbação», ao longo do litoral do continente, não corresponde a uma ocupação homogénea, em termos de níveis de densificação demográfica do respectivo território. Aparecem, assim, «cachos» de áreas, ditas urbanas, mas ainda ao longo de uma faixa costeira cuja largura não supera os 40 km (Baptista, 1995: 23). Mas uma constatação importante a reter daquela não homogeneidade territorial é que os índices de crescimento de ocupação física daquelas áreas apresentavam valores mais acelerados do que o respectivo crescimento demográfico (MPAT, 1993), isto é, o ritmo de ocupação territorial é *superior* às respectivas necessidades demográficas! Por outro lado, a concretizarem-se as múltiplas áreas a «urbanizar», previstas na maior parte dos planos directores municipais, aquela oferta poderia chegar ao triplo da actual população do país!

Estamos, assim, perante um processo de «conquista» e de ocupação de solo *não-urbano* (e, significativamente, assim restará, em muitos casos, aguardando uma infra-estruturação espacial e uma integração territorial), configurando, deste modo, situações periféricas de espaços, eles próprios «suburbanos» de determinados aglomerados. Mas regressando aos «cachos urbanos», anteriormente assinalados ao longo da orla costeira do continente, é importante sublinhar que neles se localiza boa parte da actividade produtiva — e desta, a que mais significativamente atravessou processos de modernização tecnológica — a par de uma especialização dos serviços (que grosseiramente poderíamos designar de terciário «avançado»), com particular destaque para as mencionadas regiões metropolitanas (em especial a de Lisboa).



Como então dissemos, aquela configuração territorial decorreu, em grande parte, de um importante processo de recomposição socioprodutiva, nas duas últimas décadas. Um tal processo implicou uma relativa desindustrialização (a uma escala muito menor do que a atingida nos restantes países da comunidade europeia), um significativo crescimento do terciário, sobretudo dos sectores centrados no trabalho independente, a par de uma intensificação dos grupos sociais técnicos, científicos e empresariais. Efectivamente, num arco temporal de mais de trinta anos, o perfil socioprofissional da população activa portuguesa mudou profundamente (cf. Almeida, Costa e Machado, 1994).

Mais especificamente, aquele perfil aparece determinado por um importante crescimento de «empresários e dirigentes» (recuperando, desse modo, um peso relativo «perdido» nas duas décadas anteriores), ao mesmo tempo que se verifica um significativo crescimento, quer dos «profissionais técnicos e de enquadramento» (que duplica a respectiva importância relativa, entre 1981 e 1992), quer dos «trabalhadores independentes». O único grupo socioprofissional que, para além dos anteriores, vê aumentar (mas muito ligeiramente) o seu peso relativo, naquela última década, é o correspondente aos «empregados executantes». Todos os restantes grupos têm quebras significativas e, nalguns casos, aparentemente de modo irreversível (como é a situação dos produtivos do sector agrícola)².

Um tal perfil acentua o surgimento de uma «nova classe média», cuja composição social aparece muito determinada por aqueles profissionais técnicos e de enquadramento, para além do peso, não despidendo, dos ditos empresários e dirigentes

— efectivamente, boa parte dos quais ligada ao incremento, sobretudo nas duas últimas décadas, de pequenas e médias empresas. Em todo o caso, aquele perfil «contribui decisivamente para que o peso global das classes médias, de inserção predominantemente urbana, seja hoje um dos traços mais marcantes da estrutura de classes em Portugal» (Machado e Costa, 1998: 36). Isto é, a sociedade portuguesa não só reforçou a sua implantação territorial em determinadas zonas da sua orla costeira, como se transformou, maioritariamente (65 % da população activa) em população «terciária», de «colarinhos brancos», sendo que um quarto do total da população activa tem funções de direcção e de enquadramento! Curiosamente, a um perfil de uma população activa precocemente terciarizada parece corresponder um outro perfil de um território supostamente urbanizado!

Trata-se, portanto, de um território bastante contrastado. E, no entanto, como dissemos atrás, o país teve mudanças significativas sobretudo a partir dos anos 80. Observemos, então, a *diferenciação regional* que ao longo desse período se foi cristalizando, nomeadamente a partir de um estudo governamental (cf. MPAT, 1993), que embora já um pouco longínquo não deixou de ilustrar uma imagem assimétrica e polarizada do continente português e que, deixando marcas profundas no respectivo território, tarda a ser superada. A partir de um conjunto de indicadores, tanto de «desempenho económico» (rendimento *per capita*, emprego, produtividade industrial e consumo privado), como ao nível dos «factores estruturais» (*stock* de infra-estruturas, recursos humanos, estrutura produtiva e condições de vida), para os anos 1981, 1986 e 1991, aquele estudo construiu um *índice sintético*, a partir do qual «é possível retirar conclusões sobre o desenvolvimento das disparidades regionais» (*op. cit.*, 165-172).

² É de admitir, nesta mesma publicação, precisamente no capítulo dedicado à sociedade (p. 43), uma actualização do perfil indicado, que, no entanto, não deverá ter alterado significativamente as proporções relativas entre aquelas diferentes categorias socioprofissionais.



O Teatro Viriato, em Viseu, um dos pólos de dinamização cultural da cidade.

Com efeito, um tal «índice sintético» condensa uma avaliação inter-regional, que nos permite quantificar, num quadro comparativo, algumas das observações que temos vindo a desenvolver. Desde logo, o destaque das regiões metropolitanas, particularmente a de Lisboa, que apresenta, face à média nacional, os valores mais elevados nos três momentos de aferição — significativamente, ao nível regional, é mesmo a *única* que apresenta um índice «positivo» (na medida em que todas as restantes estão abaixo da média). É certo que a região do Porto apresenta o segundo valor mais elevado. No entanto, em termos comparativos, mas no quadro dos espaços inter-regionais, é a região do Algarve — e não, curiosamente, a região do Norte — que se situa naquela segunda posição.

E se a conclusão daquele estudo é relativamente optimista na avaliação final, afirmando que «se verificou uma indubitável diminuição das disparidades regionais», é o próprio estudo que sublinha que aquelas melhorias ocorreram em «situações de grande carência», isto é, em «algumas das áreas mais deprimidas do país». Ou seja, as disparidades regionais diminuíram, mas num confronto com as situações mais dramaticamente carenciadas! E não deixaria de ser significativo reorganizar o anterior «índice sintético» em função de outras

componentes — e, nesse caso, talvez fosse possível concluir, por exemplo, até que ponto o referido «*stock* de infra-estruturas», nomeadamente as estruturas viárias (vd. ponto seguinte), não acabou por constituir, ao fim e ao cabo, o indicador discriminante daquela diminuição das disparidades regionais!

Como noutro momento dissemos, parece inegável que Portugal atravessou, desde os anos 80, um importante processo de mudança, sendo, contudo, muito desiguais os sectores, as dimensões e o alcance desse mesmo processo. Em todo o caso, uma tal mudança tendeu a acentuar-se, precisamente, nos lugares onde uma importante dinâmica de desenvolvimento económico, social e cultural já se encontrava em curso — e daí que a litoralização do país se tenha vindo a acentuar, mau grado alguns (bons) exemplos em certas zonas do interior.

Um indicador mais recente, agora de natureza predominantemente qualitativa, decorrente da avaliação da «qualidade de vida nos municípios do Continente» [cf. Ferrão (coord.), 2004], permite uma leitura territorial mais desagregada e mais específica, mas que não parece contrariar as observações anteriores. Uma tal avaliação, tipificada entre as posições extremas de «maioritariamente favorável» e «maiorita-



riamente desfavorável», mostra como, também a este nível, a maior parte dos municípios situados no litoral do continente se posiciona naquele tipo de melhor «qualidade de vida». Com uma posição análoga, são referenciados, igualmente, conjuntos de municípios dispersos pelo interior do país, na generalidade em espaços polarizados pelos centros urbanos que, nas duas últimas décadas, têm vindo a ter um protagonismo social e cultural significativo (como é a situação de Évora e, em parte, o caso de Viseu). No extremo oposto, «maioritariamente desfavorável», situa-se a generalidade dos municípios raianos e do interior mais «profundo», mas também de modo muito acentuado em largas manchas no Centro e no Sul do território continental. Em todo o caso, o estudo que estamos seguindo sublinha que «perfis de qualidade de vida idênticos podem associar-se a contextos socioeconómicos e territoriais distintos» e que, sob muitos aspectos, aqueles perfis «reflectem, sobretudo, processos de natureza estrutural e de escala supralocal (dinâmicas demográficas, perfis de especialização económica, etc.)» (*op. cit.*: 56). Mas sobre estes tópicos, caracterizando a situação actual do país, no quadro das suas assimetrias territoriais e dos respectivos processos de diferenciação económica e social, haveremos de regressar adiante, precisamente no ponto que encerra a abordagem deste texto.

Das (infra-)estruturas ao (re)ordenamento do território?

É possível constatar uma estreita articulação entre, por um lado, o sistema de transportes, entendido como as infra-estruturas, os modos de transportes, os operadores e os utentes e, por outro, a organização do território, não só na localização das cidades, sua forma e distribuição espacial, mas também nas relações que se estabelecem entre aqueles aglomerados urbanos. E se até há pouco tempo a implantação das in-

fra-estruturas de transportes jogava, sobretudo, com as distâncias geográficas e as relações de proximidade, hoje colocam-se como factores fundamentais, que determinam as condições de acessibilidade e as condições competitivas entre territórios, novas dimensões económicas e sociais (custo, tempo, fiabilidade, equidade, etc.), bem como os respectivos impactes ambientais e territoriais.

Os transportes terrestres no país são aqueles que mais têm determinado as relações que se estabelecem no território continental e insular, já que o transporte aéreo tem um carácter fundamentalmente internacional e o transporte marítimo não tem desempenhado um papel preponderante, ainda que o território nacional apresente um litoral atlântico de dimensões muito significativas. De registar, no entanto, nos últimos anos, uma distribuição mais equilibrada dos investimentos pelos vários modos de transporte. A título ilustrativo refira-se a ampliação e melhoria das condições de serviços dos aeroportos; a renovação e modernização da rede ferroviária e a ampliação e ligação rodoferroviária dos cinco principais portos do país (MEPAT, 1999).

A rede ferroviária modernizou-se, mas não avançou na construção de novos eixos alternativos no sentido de ligar os territórios mais desprovidos de acessibilidade — efectivamente, as zonas mais desprovidas nesse domínio são as que registam fenómenos marcantes de exclusão social! Desta forma, foi na rede rodoviária que se colocou o desafio da ligação, emergindo no território nacional um eixo muito dinâmico, em termos de volume de tráfego, de infra-estruturas de transporte de grande capacidade e de proximidade relativa entre as cidades. Este eixo estende-se desde o Alto Minho, pelo litoral, até à região metropolitana de Lisboa e é complementado com o litoral algarvio, ainda que não seja seguro que as cidades abrangidas por este eixo consigam todas promover a sua integração com os territórios en-



volventes. De facto, algumas cidades, embora fazendo parte desta área, não parecem vir a beneficiar dos investimentos nos sectores rodoviário e ferroviário. Outros territórios parecem mesmo ficar excluídos dos sistemas nacionais de acessibilidades rodoviárias, como por exemplo o Alto Douro, o Centro Interior e o Sul do Alentejo (DGOT-DU, 1997).

As intervenções mais recentes ao nível das acessibilidades não permitem, pois, afirmar que se está perante um modelo territorial mais equilibrado. Ao fim e ao cabo, o estabelecimento de ligações rodoviárias e/ou ferroviárias no território português nem

sempre foi acompanhado de um planeamento prospectivo eficaz e com equidade, a nível territorial e do sistema de mobilidade, em paralelo com a situação de o transporte ferroviário estar a ser desactivado em muitas zonas do país. Por outro lado, regista-se também, após a conclusão de determinados eixos de acessibilidades, um incremento de ocupação das áreas circundantes, geralmente em «mancha de óleo», com inevitáveis problemas de congestionamento que acabam por pôr em causa a estrutura criada. Um dos grandes factores que determinaram e continuam ainda a determinar este congestionamento diz respeito à intensificação da mobilidade individual diária, sobretudo feita com recurso ao transporte privado.

De facto, a mobilidade individual é um processo em crescimento contínuo, independentemente das condições sociais e territoriais. Embora se registem diferenças de mobilidade entre os vários grupos socioeconómicos, um dado de uma grande regularidade diz respeito às deslocações individuais nas áreas urbanas, entre a residência e as áreas de concentração de comércio e serviços. Fenómeno que se agrava pela existência de um sistema de transportes públicos insuficientemente coordenado, em termos de percursos, horários, tarifas e comodidade, convidando (!) inevitavelmente à utilização do transporte individual, com a consequente paralisia dos centros urbanos. Efectivamente, o parque automóvel individual tem crescido e sido renovado constantemente e as previsões não apontam para qualquer abrandamento a curto prazo — em 1987 havia no continente um veículo automóvel para cada 3,8 habitantes e passados dez anos existe um veículo por 2,4 habitantes. Certamente que a década seguinte não estará invertendo uma tal tendência!

Os movimentos pendulares, enquanto indicadores de níveis de mobilidade intra-urbana e metropolitana, revelam, igual-

A rede ferroviária portuguesa



Fonte: CP.



Apesar da modernização da rede ferroviária portuguesa há zonas do país que não beneficiam dos seus serviços.

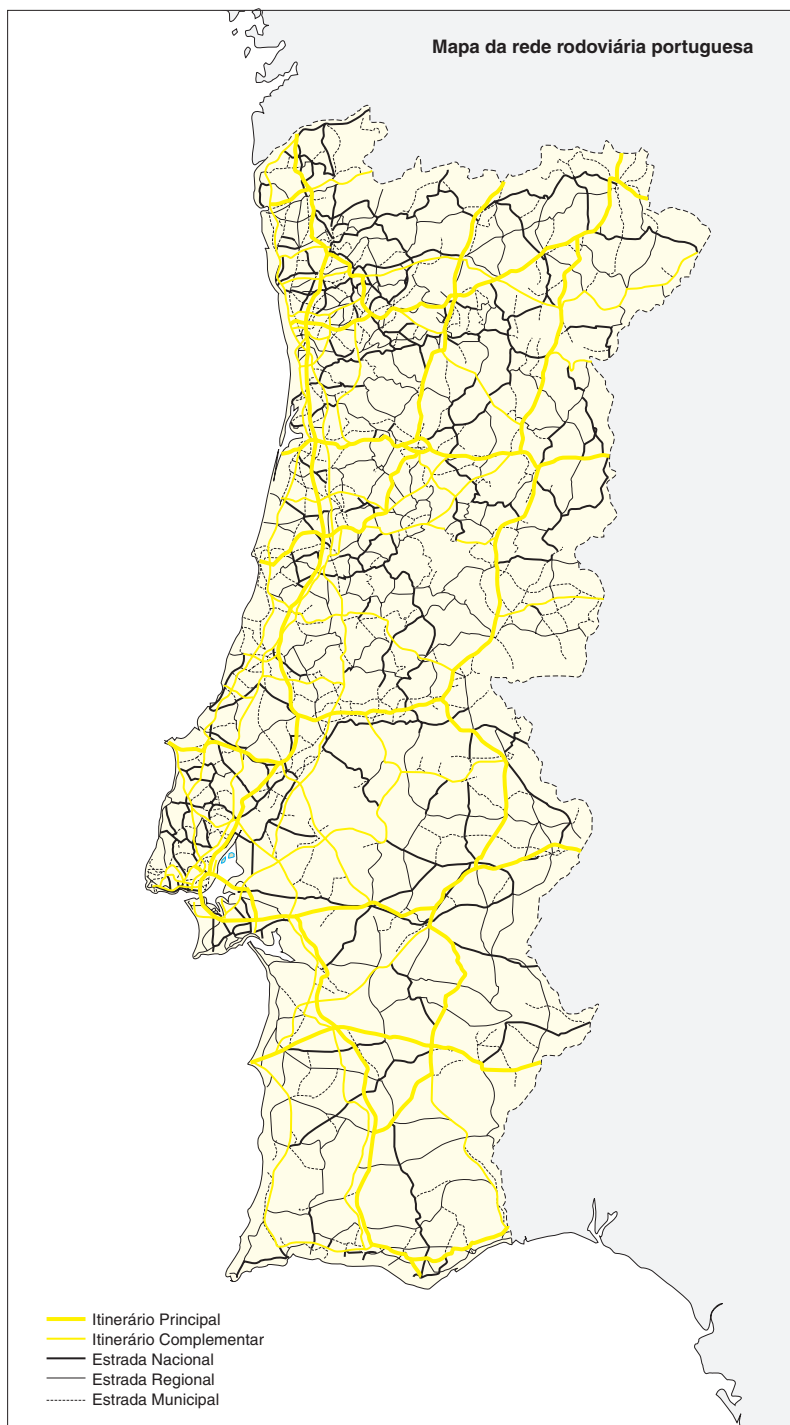
mente, especificidades quanto ao modelo territorial das suas dinâmicas. Uma breve análise destes movimentos nas duas regiões metropolitanas do país, ou seja, aquelas que concentram a maior intensidade de movimentos pendulares, revela que a modernização das infra-estruturas viárias e de comunicações ou de apoio às actividades económicas não tem sido totalmente acompanhada de infra-estruturas de suporte à vida urbana. Estes movimentos pendulares apresentam, no entanto, para as duas regiões metropolitanas, características bastante diversas.

Na região metropolitana de Lisboa, a cidade central desempenha uma atracção muito forte sobre os concelhos vizinhos, fazendo aumentar a intensidade dos movimentos diários e, consequentemente, o congestionamento de tráfego ao longo dos dias úteis. Esta situação ocorre com a cristalização de um modelo radioconcêntrico que vigorou durante décadas, com o aumento da população residente nas diversas periferias e com uma concentração do emprego maioritariamente na cidade de Lisboa. Em todo o caso, nos últimos anos registaram-se algumas mudanças significativas, não só devido a uma estrutura territorial mais polinucleada, inclusive com uma progressiva oferta de emprego em muitos desses núcleos urbanos, mas também na existência de ligações transversais

àquela lógica dominante. Na região metropolitana do Porto, para além de as deslocções diárias serem de natureza mais extensiva, elas repercutem-se, assim, num território mais vasto. De registar que esta região teve um processo de crescimento

Congestionamento de tráfego no acesso a Lisboa.





Fonte: Instituto de Estradas de Portugal.



metropolitano de características relativamente distintas das de Lisboa, revelando, hoje, uma configuração com algumas especificidades, que, nomeadamente, se traduz pela capacidade de atracção elevada, em termos de fixação de emprego, por parte dos concelhos sob a influência directa ou indirecta da cidade do Porto.

Importa, pois, referir que se os recentes investimentos não permitiram consolidar um modelo territorial mais equilibrado, os últimos e importantes progressos, ao nível dos transportes e das comunicações, tendem a implicar alterações profundas nas formas de entendimento do espaço e do tempo pelos agentes socioeconómicos. Com as novas tecnologias de transportes e comunicações, a distância passa a ser mais facilmente vencida, ao mesmo tempo que os territórios podem ganhar maiores dimensões territoriais independentemente da contiguidade física. E no entanto, «no que se refere às acessibilidades inter-urbanas e apesar dos ganhos muito significativos de mobilidade alcançados nos últimos quinze anos, persistem disparidades evidentes. Ao implicar custos acrescidos, sobretudo em áreas onde a densidade demográfica e institucional é particularmente baixa, a inacessibilidade pode alimentar círculos viciosos de subdesenvolvimento incompatíveis com as metas de convergência real europeia e nacional a que todos aspiram» (Ferreira e Marques, 2002: 24-26).

Os sinais de mudança territorial

Como reafirmámos atrás, é consensual admitir que se registaram importantes mudanças no quadro territorial português, sobretudo desde meados da década de 80. Destacámos, assim, algumas dessas mudanças, boa parte das quais visíveis a uma escala local da organização territorial, para além do impacto significativo das intervenções mais estruturantes, ao nível socioespacial, em grande medida decorrentes dos investimentos no sistema viário, em infra-

-estruturas de transporte e de comunicações e num conjunto de equipamentos e de intervenções territoriais, de natureza regional ou nacional. Simultaneamente, registámos, também, alguma inércia em lógicas anteriores de intensa sedimentação territorial, que tendem a minimizar, se não mesmo a contrariar, aquele voluntarismo político de um novo ordenamento territorial do país.

Poderíamos, assim, sintetizar a actual situação do território português, entre uma inércia muito forte de polarização assimétrica nas formas de ocupação territorial e, por outro lado, alguns sinais de mudança daquele quadro socioespacial. Por outro lado, vimos que uma das mudanças mais significativas desse quadro tem a ver com a forma como o país se tem vindo a «urbanizar» — expressão altamente dúplice, uma vez que não tem sido sinónimo de incremento da urbanidade (entendida como «qualidade do urbano»), mas como mero processo extensivo de ocupação do território. Nessa medida, um maior reequilíbrio no ordenamento territorial não poderá ignorar as determinantes e os condicionamentos, decorrentes daqueles mesmos processos de urbanização.

Entre os diversos autores que comunicam o diagnóstico anterior, independentemente da avaliação crítica daqueles processos de urbanização, registemos as observações de um estudo de J. Félix Ribeiro (1998) que, efectivamente, sistematizam aquele quadro dilemático da condição do território português. Depois de dar conta da caracterização básica do sistema urbano nacional, o autor enumera um certo número de factores (*op. cit.*: 38), dos quais nos permitimos destacar alguns dos que apontam para tendências pesadas, mas também para elementos de mudança, daquele mesmo sistema urbano.

Registando, à semelhança da maior parte dos autores, um abrandamento do ritmo de crescimento da população nas re-



giões metropolitanas de Lisboa e do Porto, sublinha-se, no entanto, que aquele abrandamento é acompanhado «por intensos movimentos de reorganização interna». Contudo, em relação a esses territórios metropolitanos, no início da década de 90, o mesmo autor (*op. cit.*: 37) coloca a contradição entre um «índice de primazia» (relação entre a população das duas principais cidades), considerado «o mais baixo de entre os quinze países europeus» e o «índice de macrocefalia» (diferença populacional das duas cidades em relação às restantes), que, naquela altura, «era dos mais elevados entre aqueles mesmos países».

Dos restantes factores e face à situação, já anteriormente avançada, da litoralização territorial, o autor destaca «o aprofundamento das assimetrias na estrutura de povoamento entre o litoral e o interior, com as situações de declínio demográfico a atingirem, principalmente, algumas áreas urbanas do interior». Sublinhando que o crescimento de alguns aglomerados urbanos tem implicado, por sua vez, «o esvaziamento das zonas rurais envolventes», o autor alerta para a possibilidade de se estar perante «um importante factor de estrangulamento, a prazo, dos processos de crescimento» daqueles centros urbanos.

Um outro factor que merece destaque tem a ver com a «forte associação entre crescimento urbano e processos de extensificação produtiva». Uma tal tendência pesada em determinadas regiões do país — que nos levou a sublinhar, anteriormente, o paradoxo de uma ocupação territorial muito superior às respectivas necessidades demográficas — corresponde, para o autor que vimos citando, «menos a uma reestruturação efectiva do território, do que a um lento processo de concentração dos impactos da industrialização e urbanização difusas, com base em iniciativas empresariais endógenas».

Eis o quadro territorial, bastante contraditório, em que, por vezes, os próprios si-

nais de mudança apresentam, paradoxalmente, uma inércia pesada, contrariando aquela mesma mudança! Razão para que se coloque aquele quadro territorial, como diversos autores defendem, numa dinâmica diferente, potenciando sinergias entre «redes de cidades» e desenvolvendo essa dinâmica num outro enquadramento (nomeadamente, ao nível do território ibérico). Uma tal mudança deverá implicar, certamente, a necessidade de intervenções estratégicas, em determinadas áreas, procurando criar «massa crítica» territorial de um novo ordenamento socioespacial. Eis o que nos falta ainda averiguar.

Da rede urbana às redes de cidades

O papel das cidades no actual contexto transnacional

Sabemos a importância decisiva que as cidades têm vindo a assumir no actual contexto de acentuada globalização do capitalismo. Entre outras razões, que razões de espaço nos impedem de desenvolver, parece importante destacar que aquele mesmo processo de globalização, exactamente porque se projecta numa direcção transnacional — questionando, profundamente, os limites «nacionais» da economia e da sociedade —, acaba por colocar os espaços regionais, com forte componente urbana e metropolitana, como os «lugares» estratégicos de afirmação, de competitividade, mas também de cooperação, no referido contexto global.

Essa mesma premissa foi de algum modo desenvolvida em estudo entretanto publicado (cf. Ferreira, 2004), o que nos permite avançar, sem mais delongas, para o remate deste texto. Dito isto, parece importante destacar, desde já, o papel que poderão vir a representar os dois espaços urbano-metropolitanos do país, nomeadamente porque eles se situam, também, como *centros* privilegiados de duas regiões



estratégicas do continente: referimo-nos, como é óbvio, às regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto. E para ilustrar esse papel, poderíamos regressar ao estudo anteriormente citado de J. Félix Ribeiro (1998), cujas observações prospectivas sobre os «grandes desafios de médio/longo prazo» do sistema urbano nacional aparecem retomadas, quase literalmente, no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006 (PNDES). Centremo-nos, pois, neste mesmo plano (MEPAT, 1999: 54).

Desde logo, duas proposições importantes: antes de mais, a necessidade do «reforço das áreas (ou futuras regiões) metropolitanas de Lisboa e Porto», uma vez que constituem «as aglomerações melhor colocadas para protagonizar papéis de intermediação do país com o exterior e assegurar a sua inserção nas dinâmicas da economia europeia e mundial». Com efeito, segundo aquele plano, «são estes os centros nacionais com maior capacidade de

atração e de fixação de fluxos, de iniciativas e de recursos indispensáveis ao desenvolvimento».

Em complemento com a proposição anterior, reconhece-se a urgência em reorganizar aquelas regiões metropolitanas, de forma a «reduzir a expressão dos fenómenos de suburbanização, com particular destaque na área metropolitana de Lisboa, procurando caminhar para a consolidação de estruturas multipolares». Curiosamente, no texto de origem de Félix Ribeiro (*op. cit.*: 41), este autor acrescenta um comentário à proposta anterior, que nos parece de extrema importância. Admite, assim, que em relação à reorganização daqueles espaços metropolitanos, seria de «ponderar a vantagem de operacionalizar as entidades “Grande Lisboa” e “Grande Porto”, reconfigurando-as por forma a envolver concelhos das duas margens dos rios Tejo e Douro, permitindo, com essa “recentragem” sobre os rios, deixar es-

Vista aérea de Lisboa/Almada.





paço de afirmação a cidades médias mais distantes, mas localizadas nas respectivas áreas metropolitanas».

Esta última proposta, determinante, como dissemos, do ponto de vista territorial, abriria, assim, a possibilidade de constituição *efectiva* de duas metrópoles, Lisboa e Porto — e já não essa entidade, territorialmente híbrida e politicamente amorfa, que dá pelo nome de «área metropolitana»! —, que, deste modo, se assumiriam com «massa crítica» territorial capaz de se projectarem como cidades metropolitanas face ao exterior do país. Assim, um novo modelo territorial para os espaços metropolitanos de Lisboa e do Porto não deixaria de colocar, frontalmente, a necessidade de um novo reordenamento do território do país, considerando, assim, as cidades e as «vilas urbanas» — eufemismo que pretende sublinhar que o que está em causa não são meras designações administrativas, mas, ainda, a questão da «massa crítica»,

neste caso avaliada em função da respectiva condição urbana — como componentes fundamentais de projecção e estruturação do respectivo território nacional.

Portugal no mapa territorial da Europa

Parece incontornável admitir, hoje, o papel decisivo da dimensão territorial nos projectos e nas políticas de desenvolvimento económico e social do país, tal como fomos sublinhando em páginas anteriores. É essa mesma inclusão territorial na economia e na sociedade que pode vir a comportar propostas de reordenamento socioespacial, nomeadamente no quadro de uma progressiva adequação e integração do país no *mapa territorial* da Europa. E se já vimos a necessidade de um novo estatuto metropolitano para as duas principais cidades do país, aquele reordenamento obriga a questionar a organização do restante território. Desde logo e voltando a citar o PNDES (*op. cit.*: 41), a necessidade de

Foto aérea de Porto/Gaia.





«qualificação e estruturação dos contínuos urbanos (ou “conurbações urbanas”) existentes nas faixas litorais ocidental e meridional, de forma a controlar e resolver os problemas associados ao seu crescimento rápido e desordenado e a conter efeitos de polarização excessiva das aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto».

Complementarmente, de acordo, ainda, com o referido plano, aquele reordenamento implicará «a dinamização dos centros urbanos localizados em áreas de perda, enquanto última oportunidade para manter social e economicamente activas as regiões mais desfavorecidas do país e a criação e consolidação de “eixos de cidades” no interior, explorando a maior conectividade tornada possível pela melhoria da rede de transportes». Ainda numa mesma abordagem de potenciação de *redes de cidades* — e já não, como se defendia nos anos 70, enquanto «rede urbana» hierarquizada e monolítica ao nível nacional — e numa postura contrariando as profundas assimetrias territoriais do país, aquele plano propõe, ainda, «o avanço de redes de concertação e de cooperação transfronteiriça, aproveitando as novas condições de acessibilidade do território continental com o exterior».

Curiosamente, num estudo coordenado por Nuno Portas, partindo embora de uma formulação e de um enquadramento diferentes dos que temos vindo a seguir, é invocada a necessidade de articulação do que os autores consideram como as «duas» cidades, a cidade «herdada» e a «emergente», numa postura analítica que, em termos prospectivos, procura «um designio desejável, mas de longa duração» (Portas *et al.*, 2002: 9). Em termos alegóricos, aquelas «duas» cidades, a «herdada» e a «emergente» — numa distinção que, ao fim e ao cabo, é de todos os tempos, na medida em que a cidade «emergente» de hoje será a «herdada» de amanhã! — encontram, no entanto, uma correspondência significativa num eixo problemático que, em última ins-

tância, remete para uma discussão mais ampla sobre *memória e projecto da urbanidade*³. Mas com uma ressalva fundamental, política e sociologicamente decisiva: nem aquela «memória» se cristaliza, inexoravelmente, num passado, eventualmente próximo; nem, por outro, aquele «projecto» se reporta, exclusivamente, a um futuro, sempre incerto, como sabemos. Por isso, aquela dicotomia urbana das «duas» cidades, sendo descritivamente aliciante, em termos analíticos comporta elevados riscos interpretativos e, portanto, também propositivos, fazendo-nos recordar o «dualismo» social e urbano dos anos 60 do século passado. Em termos um tanto esquemáticos, poderíamos considerar, então, que o desafio de um diferente ordenamento urbano do país não teria de se centrar, propriamente, na diversidade daquelas «duas» cidades, mas na respectiva articulação *sistémica e urbana*, que, entre outros designios, deveria tender, assim, para «criar cidade» onde ela (ainda) não existe.

Trata-se, portanto, de introduzir uma nova dinâmica territorial, potenciando, simultaneamente, sinergias e complementaridades (cf. Ferrão, 1997) entre redes de cidades e de «vilas urbanas», não só no interior do país, mas também nos espaços aparentemente descontínuos do litoral, num quadro de assumida projecção para a sua envolvente europeia e configurando, desse modo, um novo ordenamento do território nacional. E isso tanto no continente, como nos espaços insulares, particularmente no caso dos Açores, em que a efectiva descontinuidade territorial pode vir a ser parcialmente contrariada com propostas consistentes de articulação urbana, agora no quadro dos diversos aglomerados daquele arquipélago.

É de uma nova dinâmica territorial que se trata, efectivamente, polarizada em torno

³ Subtítulo da obra de Ferreira, 2004, já anteriormente referida.



das cidades e dos centros urbanos, muito embora se constate, ainda, «um Portugal continental interior funcionalmente organizado em torno de um número reduzido de centros urbanos e um litoral funcionalmente mais complexo e organizado em torno de vários centros urbanos» (INE, 2004: 2). Mas para além dessa assimetria, bastante persistente, como temos vindo a registar, «o final do século xx parece confirmar que, justapondo-se às dicotomias norte/sul do Portugal tradicional e litoral/interior do Portugal moderno, se afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, de pequena dimensão, tanto no litoral como no interior» (Ferrão, s. d.: 7-8). Esta mesma constatação leva o autor a concluir que se o país se

encontra, no final da década de 90, «especialmente mais desequilibrado», a geografia das dinâmicas territoriais observadas registam, igualmente, um país «socialmente menos heterogéneo» (Ferrão, *op. cit.*).

Como parece evidente, a presente proposta de «redes de cidades» não constitui, só por si, uma panaceia para resolver as assimetrias e os desequilíbrios territoriais. Realmente, o que aquela proposta pressupõe é uma lógica diferente de ordenar o território, procurando contrariar algumas das inércias pesadas nas formas de ocupação desse mesmo território. Em última instância, as questões em debate jogam, sobretudo, com a criação ou reconversão de diversas polaridades urbanas e metropolitanas num sistema *em rede*, de modo que, em simultâneo, possam vir a assumir uma centralidade territorial e uma condição urbana, isto é, um estatuto pleno de *cidade* e uma qualidade efectiva de *urbanidade*.

A língua portuguesa

Ivo Castro

Em Portugal, poucas instituições se identificam mais claramente com a unidade da nação e do território do que a língua.

O país gaba-se de possuir uma das fronteiras mais antigas da Europa, acabada de desenhar no século XIII e depois disso conservada praticamente com o mesmo traçado até aos dias de hoje, com muito ligeiras alterações. Dizer que a fronteira terrestre, separadora em relação a Espanha, se tem revelado ao longo de todo este tempo mais estável que a outra fronteira, a linha de costa atlântica que corre desde a foz luso-galega do rio Minho até à foz de águas mediterrânicas do Guadiana, é um dito de espírito que merece ser examinado a sério. De facto, a fronteira sólida, após

uma passageira indefinição inicial na região de Ribacoa, resistiu inalterada a oito séculos de temperamental política externa luso-espanhola, se exceptuarmos mínimas rectificações de traçado e a perda da vila alentejana de Olivença, cuja anexação há dois séculos não é para muitos portugueses um assunto encerrado. Enquanto isso, a fronteira líquida tem passado por consideráveis redesenhos, que vêm até aos dias de hoje e prometem continuar: além do cíclico vaivém do perfil das praias, registou-se o avanço da extensa frente marítima da ria de Aveiro, pequenas ilhas foram integradas no continente (Peniche, Baleal, Vimeiro) e portos de mar ficaram sem mar (Atouguia da Baleia), tudo isto afectando a parte ocidental do território português, onde a

As penínsulas do Baleal e de Peniche, duas ilhas «assimiladas» pelo continente.





população mais se tem concentrado e onde a circulação é intensa e constante.

Mesmo com estas pequenas mudanças, o mapa do território português continua a ser o mesmo que os homens e a história traçaram inicialmente. Um país estreito e longo, com maior distância entre pontos situados no Norte e no Sul que entre nascente e poente. Por isso, um país onde podemos esperar que sejam particularmente sensíveis as diferenças entre os homens do Norte e os do Sul, já que vivem em ambientes físicos e humanos muito contrastados. Os primeiros, descendentes dos originários habitantes do Noroeste da Península Ibérica, distribuem-se por planícies costeiras estreitas e muito povoadas, por vales abrigados e com grandes desníveis de altitude, e ainda por planaltos que prolongam a meseta ibérica, tudo isto recortado e condicionado por numerosas linhas de montanha, que são responsáveis por uma cadeia de consequências: muita chuva para a agricultura, alimento para populações densas, exportação de gente para outras terras. Daqui saiu o grosso da emigração portuguesa, mas antes, e principalmente, já havia saído o complemento populacional de que as terras do Sul de Portugal, romanizadas e depois islamizadas, careciam para se integrarem no novo Estado que os cristãos do Norte criaram durante o processo da Reconquista (séculos XI-XIII). O Sul tí-

pico, por seu lado, é formado por uma vastidão de terras planas e secas, pouco habitadas fora de cidades dispersas, onde a influência do ar ameno do Mediterrâneo é cortada por ameaças de um deserto que não anda longe. A ocupação deste espaço por colonos vindos do Norte, no dia seguinte à conquista militar cristã, constituiu um mecanismo essencial para a construção do Estado. Sem esses colonos, que se aculturaram rapidamente em zonas de interesse estratégico, não teria sido possível assegurar com eficácia a manutenção da linha de cidades, vilas e castelos que serviram de guarda à fronteira e a mantiveram em bom estado de conservação. Não é de esquecer que a fronteira que separa Portugal de Espanha poderia ter tido um percurso muito diverso, se os planos de Afonso Henriques, o rei fundador, tivessem sido coroados de êxito pela conquista de Sevilha e das terras andaluzas que se lhe seguem para sudeste; ou, inversamente, se Afonso X de Castela e Leão tivesse podido dar alguma substância ao título de «rei dos Algarves», que sempre usou com orgulho.

O facto de o Sul do país ter sido repovoado a partir do Norte e basicamente por portugueses, embora com uma quota de colonos estrangeiros, é grandemente responsável pela coesão interna da nação. Mas também está na origem do conflito

Uma típica paisagem do Norte Interior português.

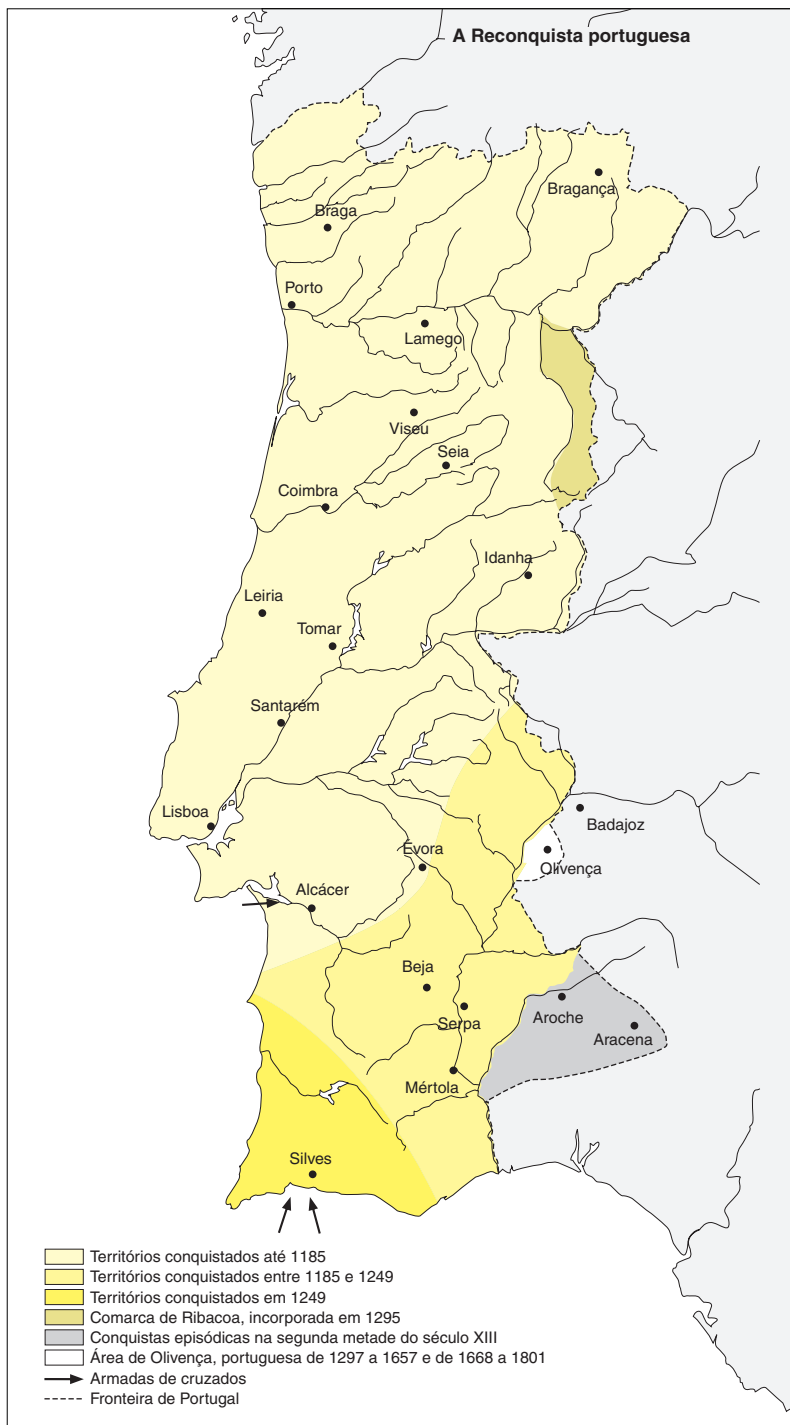




A sul, a característica lhanura das planícies alentejanas.

cultural que tradicionalmente opõe a parte fundadora de Portugal (as províncias do Norte e do vale do Douro, polarizadas modernamente na cidade do Porto) à parte que se tornou portuguesa em consequência da Reconquista cristã (as Beiras, que têm muitas características de transição, o vale do Tejo e o Sul alentejano e algarvio). Foi aqui, no eixo de cidades formado por Coimbra, Lisboa e Évora, que, ainda na Idade Média, se instalou o centro do poder, com todas as suas manifestações e decorências: residência da corte, centro político, económico e cultural, porta aberta à expansão ultramarina, fonte difusora de inovações. Este último aspecto é especialmente importante, porque a partir do século xv assiste-se a uma espécie de devolução de influências, passando o Norte fundador ao estatuto de região periférica e assumindo o Sul recém-povoado o papel de distribuidor do jogo. A rivalidade entre norte e sul, que continua a fazer parte do quotidiano nacional, tanto na política, como na actividade económica e mesmo desportiva, não é, pois, uma criação recente, mas um dado da estrutura que, ao longo dos tempos, se tem manifestado por muitas formas e símbolos, por vezes com pitoresco: os antropólogos, por exemplo, discutem a que latitude a comida deixa de ser temperada com salsa e passa a sê-lo com coentro. Um homem do Sul associa aos Galegos o homem do Norte, que em troca o apelida de mouro.

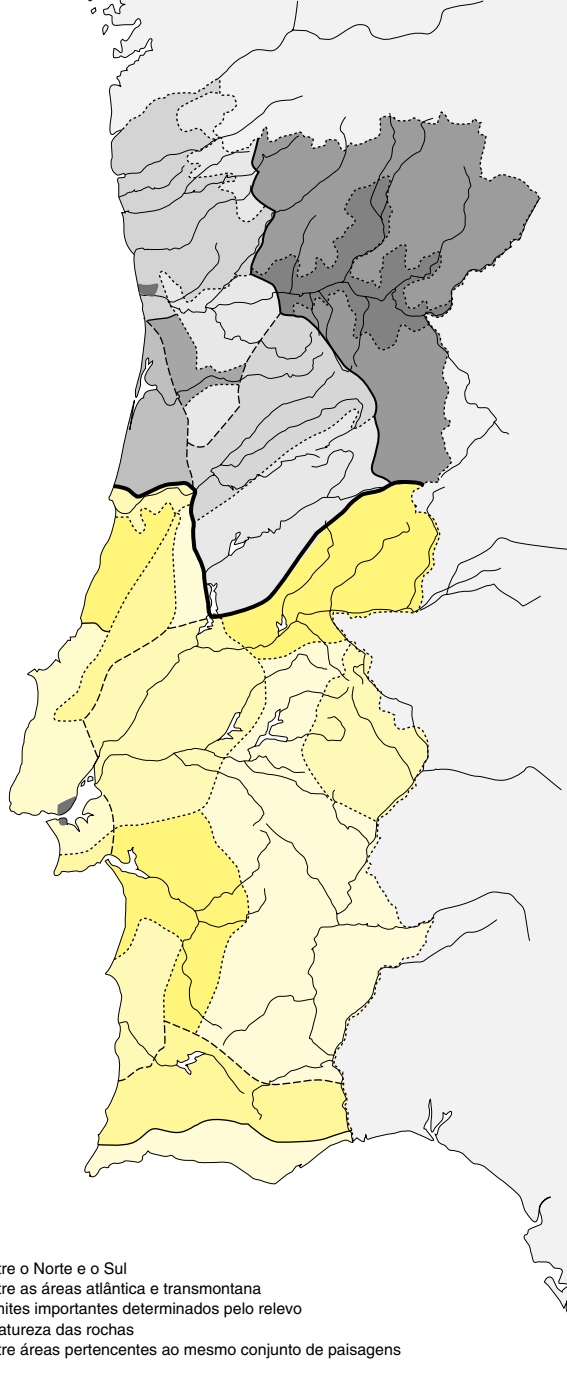
Quer isto dizer que, no pequeno rectângulo português, habita uma sociedade que facilmente se distingue dentro do mosaico ibérico, mas que, no seu interior, não é absolutamente homogénea, antes retira a sua coesão e a sua personalidade das energias desenvolvidas por tensões tectónicas que o confronto norte-sul desprende. Na segunda metade do século xx, o geógrafo Orlando Ribeiro desenvolveu a teoria dos dois Portugais — um dominado pelo Mediterrâneo e outro, a norte, subdividido entre a influência do Atlântico e a influência da meseta ibérica. Num país que despertou tarde para a modernidade, não surpreenderá que esta repartição seja tão válida para os tempos da fundação da nação e do Estado, como para a época em que se lançaram os Descobrimentos, como ainda para os anos finais do governo de Oliveira Salazar. E está longe de ter perdido a validade nos dias de hoje em muitos dos seus aspectos; mas não dá conta do movimento migratório de abandono do campo, que se tem generalizado no Norte: as populações rurais concentram-se nas cidades interiores ou, mais ainda, deslocam-se para o litoral, onde começam a surgir megalópoles, ainda que à reduzida escala do país. Assim, afirma-se um novo tipo de contraste, entre interior e beira-mar, materializado numa larga frente costeira, fortemente urbanizada, onde se concentra a população e a vida activa, frente essa que começa no litoral minhoto e segue para sul marcada por



Fonte: adaptado de Ribeiro, 1955.



As divisões geográficas de Portugal (segundo Orlando Ribeiro)



Fonte: adaptado de Ribeiro, 1974, 189.



uma rede de grandes cidades polarizadas: Viana do Castelo, Braga-Guimarães, Grande Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Grande Lisboa, Setúbal e, após um hiato na costa alentejana, toda a frente algarvia. As afinidades comuns a todos os pontos desta frente costeira — residência urbana e suburbana, tipos de actividade, acesso a bens e serviços, gostos e comportamentos — escapam em larga medida ao tradicional contraste norte-sul, que poderão vir a neutralizar.

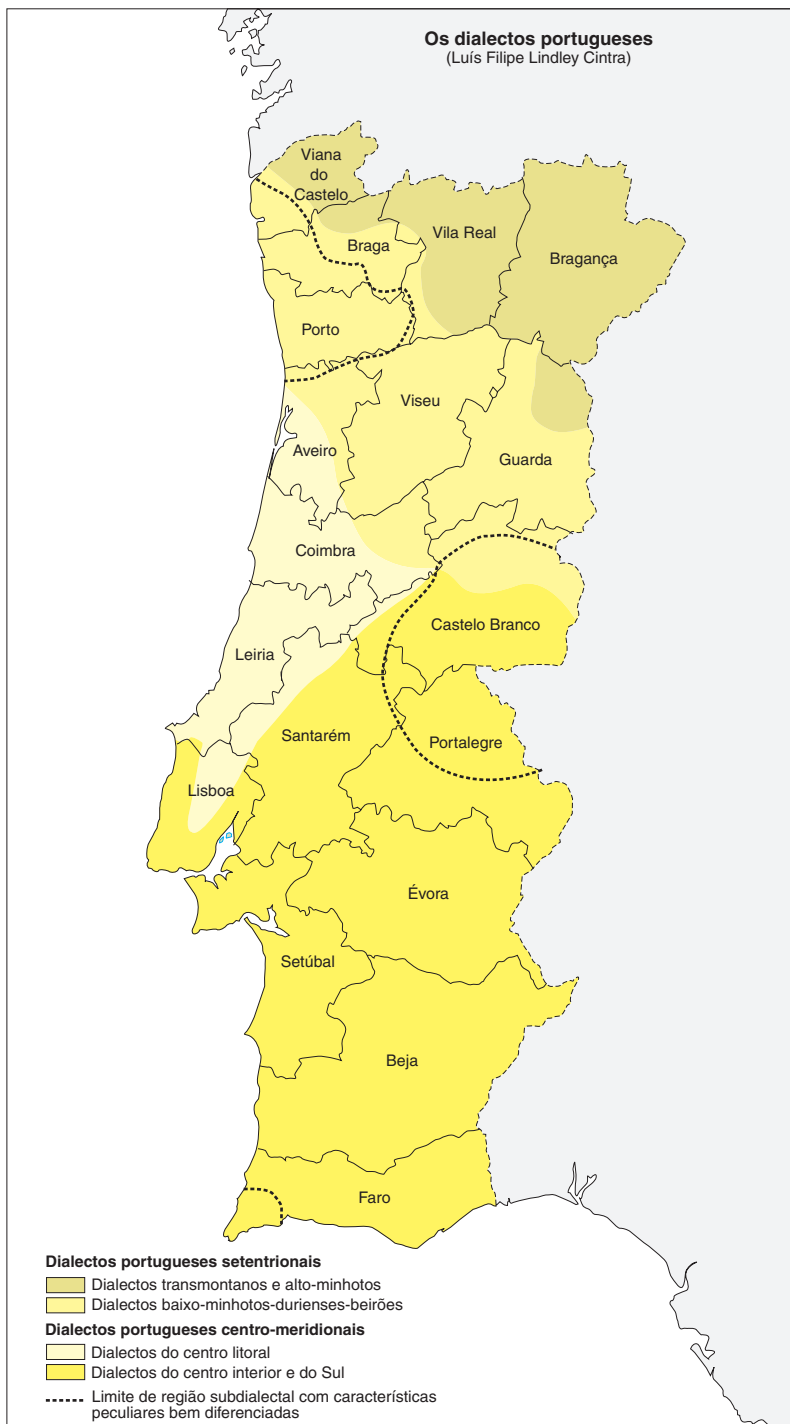
E a língua? A língua tem estado presente a tudo isto, em todos os terrenos, momentos e episódios, como testemunha, como interveniente e como registo.

No canto noroeste da Península Ibérica (Galiza, ocidente de Astúrias e norte de Portugal, até ao paralelo de Aveiro), uma variedade de latim falado tinha ficado isolada a partir dos séculos v-vi, sofrendo evolução própria que conduziria à primitiva língua galego-portuguesa, caracterizada por algumas mudanças fonológicas originais no quadro românico: queda das consoantes *l* e *n* em posição intervocálica (*palatianu* > *paação*), fusão dos grupos *pl*, *fl*, *cl* numa consoante afrincada palatal *tch* (*plorare* > *tchorar*, *flamma* > *tchama*, *clamare* > *tchamar*). Com a Reconquista e a constituição do reino de Portugal, essa língua setentrional deslocou-se para sul e para leste, ocupando quase exactamente o território recentemente definido pelas armas. A leste, a nova fronteira com os reinos de Leão e Castela torna-se também uma fronteira linguística: do lado leonês e castelhano faz-se a ditongação *é* > *ié* e *ó* > *ué* (lat. *terra* > *tierra*, lat. *cova* > *cueva*), enquanto no espaço galego-português essas mesmas vogais latinas são mantidas (*terra*, *cova*). A nitidez da fronteira é absoluta: onde a língua muda, o país passa a ser outro.

A sul, o processo é diverso: nas terras reconquistadas, os colonos misturam-se entre si e com a população existente. En-

quanto esta aprende a falar galego-português, os colonos reaprendem-no, pois acham-se misturados diversos dialectos, que se fundem, homogeneizam e mudam de características: numa espécie de banalização generalizada, apagam-se os traços muito típicos e privativos de um dialecto, prevalecem os traços comuns à maioria. Isto não é aparente imediatamente, pois serão precisos séculos para se constatar que certos traços linguísticos não se aclimataram bem a sul, dando lugar a substituições e perdas que surgem como inovações dialectais das províncias meridionais e progressivamente se expandem em direcção a norte, num lento movimento de refluxo que, no terreno, não terminou ainda.

A deslocação do poder político para Lisboa conferiu preeminência a estes dialectos do centro e sul, que serviram de pedestal à elaboração, a partir do séc. xv, de uma norma culta (e uma língua literária) afastada dos dialectos setentrionais e do galego, que tinham servido de base à língua dos cancioneiros trovadorescos. Assim, desaparece a maior parte dos hiatos que caracterizavam o português antigo (*paaço* > *paço*, *maestre* > *meestre* > *mes-tre*), fundem-se em *ão* várias terminações nasais (*pan* > *pão*, *non* > *não*, *sunt* > *são*, etc.), mantém-se intacto o sistema de sete vogais tónicas que vinha do latim vulgar mas inicia-se uma característica redução do vocalismo átono, regularizam-se muitas irregularidades morfológicas de género e número, os verbos *haver* e *ser* perdem para *ter* o papel de auxiliares que mantêm em francês e italiano, desenvolve-se uma verdadeira originalidade do português (o infinitivo pessoal ou flexionado); o léxico moderniza-se sob a influência do latim. O mapa dialectal português da época clássica pouco difere do actual, como foi descrito por Lindley Cintra: a norte, na área inicial da língua, mantêm-se ainda traços antigos como os ditongos *ou* e *êi*, a afrincada *tch*, a distinção entre sibilantes apicais,



Fonte: adaptado de Cintra, 1971, por Segura e Saramago, 2001.



grafadas s, e sibilantes predorsais grafadas c, ç ou z (*servo/cervo, passo/paço, co-ser/cozer*); nos dialectos do centro e sul, aqueles traços foram abandonados: *ou* monotonga para *ô* e *êi* para *ê* (ou mantém-se como *âi*, na região de Lisboa), *tch* funde-se com *x* (pelo que *chávena* e *xícara* começam pelo mesmo som *x*), as apicais são substituídas pelas predorsais (*passo=paço*), em final de sílaba o *s* torna-se palatal (*pastos* soa *paxtux*). Estas mudanças começam a manifestar-se no Sul do país pelo século *xvi* e avançam progressivamente para norte, mas ainda hoje não eliminaram as formas antigas, que subsistem em Trás-os-Montes, Alto Minho e Beira Alta, ou seja, nas terras interiores (mas o Norte atlântico já acolheu a maior parte das inovações). O português moderno, na sua face falada, é o resultado da generalização das mudanças ocorridas no Sul, que, depois de assumidas pela norma-padrão, aproximadamente definida como as variedades oral e escrita usadas pelos portugueses educados e pelos meios de comunicação, facilmente penetram nos ambientes urbanos do litoral, mesmo os setentrionais.

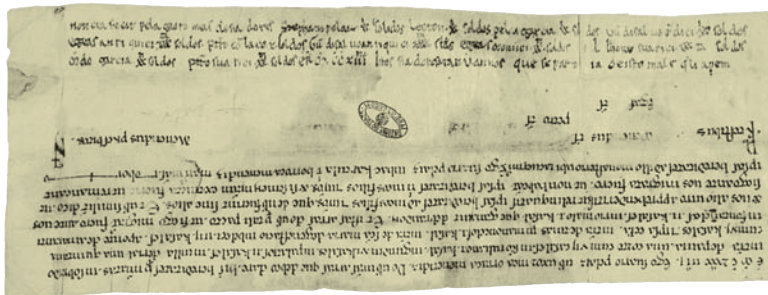
Graficamente, temos uma língua nascida no Norte, que avança para sul à medida que o território cresce e os povos se deslocam; que se adapta e transforma nos novos territórios; que refluí para a sua origem e a moderniza. É quase perfeita esta adequação entre língua, sociedade e território,

que não terá equivalência fácil no resto da Europa. Os resultados mais salientes desta adequação são o monolinguismo e o débil dialectalismo.

De facto, Portugal é um país quase monolingue: além do português, apenas existe no seu território uma outra língua, o mirandês, que tem estatuto oficial de língua minoritária e sobrevive numa estreita região da fronteira nordeste, com poucos milhares de falantes, nenhum deles privativo. O muito recente fenómeno do acolhimento de imigrantes estrangeiros não alterou totalmente este quadro de monolinguismo, pois a maior parte dos chegados (brasileiros e africanos) já têm o português como língua materna, enquanto os oriundos da Europa de leste não revelam dificuldades de aculturação linguística. Mesmo assim, estão a formar-se bolsas de predomínio de línguas estrangeiras, sobretudo crioulos, restando saber como evoluem. O sistema oficial de ensino tem apontado, mesmo nas escolas de forte população crioula, para uma formação em português; do mesmo modo, tem submetido os alunos de origem brasileira e africana à norma linguística portuguesa, no que é ajudado pelo contacto situacional a que se acham diariamente expostos. Se esta orientação, que é politicamente condicionada, se mantiver, é provável que prevaleça a integração linguística dos descendentes de imigrantes e não surja um quadro de multilinguismo.

Por outro lado, a diferenciação dialectal

O mais antigo documento datado (1175) em português é a Carta de Fiadores de Paio Soares Romeu.





Rosto da primeira gramática portuguesa, de Fernão de Oliveira (1536).

portuguesa é bastante tênue: a manutenção de traços antigos no Norte e a sua ausência nos dialectos do Sul e ainda nos arquipélagos dos Açores e da Madeira (que eram desertos antes da colonização portuguesa) não é suficiente para criar barreiras de compreensão interdialectal. As marcas dialectais não travam a comunicação, apenas servindo para identificar a proveniência regional de cada falante, se este, ao mudar-se para um ambiente urbano, não se desembaraçar delas. Por vezes, observa-se em alguns indivíduos (p. ex., políticos de actual região) o fenómeno inverso de exacerbamento de traços dialectais de pronúncia e léxico, com fins práticos evidentes. Mas a concentração da população em cidades da frente costeira, a submissão de toda a população nacional a um sistema bastante unificado de comunicação audiovisual (com destaque para apenas quatro canais generalistas de televisão) que difunde uma mesma variedade sociolectal que serve de norma-padrão, e ainda o sistema de ensino, que não privilegia a colocação de professores na sua região de origem, actuam conjuntamente como poderosos elementos unificadores de um pa-

norama linguístico que já não se mostrava predisposto à diferença.

Este panorama linguístico português seria ainda menos variado, e mesmo um pouco banal, se a relação entre língua, território e sociedade se tivesse restringido aos limites europeus que até agora estiveram sob consideração. Mas a partir do século xv Portugal deu início à sua expansão para fora da Europa, ocupando ilhas desertas do Atlântico e pontos de escala ao longo da costa africana, antes de se atrever a uma ambiciosa lançada em direcção ao Oriente, caracterizada pelo domínio de rotas marítimas no Índico e no Pacífico, com apoio em pontos estratégicos distribuídos pelo litoral circundante. Mantiveram-se sob domínio português até à segunda metade do século xx alguns desses pontos: Goa, Timor Leste, Macau. Outros, como Malaca e Ceilão (Sri Lanka), foram cedo transferidos para outras potências coloniais, mas conservaram a memória da efémera ocupação portuguesa na arquitectura, em traços culturais e na língua. Do século xvii em diante, Portugal empenhou-se noutros continentes: garantiu a posse de extensas zonas do litoral africano, a partir das quais viria a formar Angola e Moçambique, mas principalmente dedicou-se à construção do Brasil.

Esta expansão transportou a língua portuguesa para novos territórios, onde se associou às línguas locais para produzir terceiras línguas (os crioulos do litoral africano e asiático) ou onde criou raízes para os dialectos transplantados da Europa. Pensou-se durante algum tempo que apenas algarvios e alentejanos teriam povoado o Brasil, por não serem aí evidentes os traços típicos dos dialectos setentrionais, mas o povoamento foi feito com imigrantes oriundos de todas as províncias de Portugal, cujos dialectos sofreram, na colónia, as mesmas mudanças simplificadoras que após a Reconquista tinham sofrido no Sul do país. Assim, é provável que no século xvi e ainda no xviii a língua falada no Brasil fosse muito



semelhante à de Portugal (quanto à escrita, isso é indiscutível). Ainda hoje, nos confins de Mato Grosso, sobrevivem relíquias como a pronúncia *tchorar*, que também se encontra em Trás-os-Montes, na outra extremidade do espaço lusofalante: isso prova que traços característicos dos dialectos setentrionais estiveram presentes na colonização do Brasil. Mas não tiveram vida longa: do século XVII para o XVIII, a evolução da língua em Portugal e na colónia brasileira deixou de seguir caminhos paralelos, não sendo transmitidas à colónia algumas inovações ocorridas na Europa, e vice-versa. Um exemplo paradigmático: até ao século XVI, a posição mais frequente do pronome pessoal átono era a próclise, an-

tes do verbo (**lhe disse**), posição que depois foi substituída pela posposta, ou ênclise (**disse-lhe**). Esta mudança afectou apenas o português europeu (PE), enquanto o português brasileiro (PB) conservou a próclise tradicional. Surgiu assim um dos grandes traços distintivos entre as duas variantes da língua.

Outros traços de gramática, facilmente sentidos por quem faça um pouco de comparatismo, são: a) quando o objecto directo é um pronome da 3.ª p., o PB usa a sua forma tónica (*Vi **ele** ontem na rua*), enquanto o PE usa a forma átona (*Vi-**o** ontem na rua*); b) embora a frase de sujeito não expresso *Iremos todos ao cinema amanhã* seja possível tanto no PE como no PB, este



Fonte: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/geografia>, mapas V (América), III (África) e IV (Ásia).



usa com maior frequência a frase com pronome sujeito: **Nós** iremos todos ao cinema amanhã. Em compensação, há casos de sujeito nulo que só podem ocorrer no PB: a frase *Não usa mais freio* supõe no PB um sujeito não expresso com valor genérico-indefinido, o que no PE requer o pronome clítico *se*: *Não se usa mais freio*; c) o PB pode construir frases na voz activa com um sujeito que o PE não admite: *A balança está consertando* ou *O relógio quebrou o ponteiro* (PE: *A balança está a ser consertada* ou *O ponteiro do relógio quebrou-se*); d) no caso do vocalismo átono, o PB caracteriza-se pela conservação do sistema do português clássico (*nêcês-sáriô*, *cômôdô*), enquanto no PE as vogais átonas sofreram elevação (*ê* > *e*, *ô* > *u*,

â > *â*) ou desapareceram (*necessáriu* > *n'sáriu*, *cómu* > *cómedu* > *cóm'du*).

O comportamento destas vogais tem duas utilidades gerais: mostra que o PE pode ser mais inovador e instável que o PB, contrariamente a uma ideia muito comum, e mostra que a evolução previsível do português em África não seguirá o caminho do PB, como defende outra ideia comum. Com efeito, quando a vogal átona é seguida de *l*, o PE excepcionalmente não efectua a sua elevação, mantendo a vogal tal como o PB (*álmeidâ*, e não *âlmeidâ*; *vóltár*, e não *vultár*), mas o português africano segue nestes casos a regra geral da elevação (*âlmeidâ*, *vultár*), sendo neste aspecto mais inovador que as outras variantes. É natural que em África o português venha a adquirir





variantes nacionais, como as que tem em Portugal e no Brasil: por variante nacional deve entender-se um conjunto de normas cultas, escritas e faladas, e de normas dialetais e sociolectais próprias do território, da sociedade e da cultura de cada um dos estados. Para isso apontam os comportamentos regionais da língua, além de um facto de ordem demográfica apercebido recentemente: tanto em Angola como em Moçambique, acha-se concentrada em torno das capitais uma parte considerável da população, misturando-se, convivendo e mesmo constituindo família pessoas que, por serem de etnias e línguas nacionais diferentes, apenas podem comunicar entre si em português. Enquanto para estas pessoas o português é uma língua segunda, dominada com maior ou menor apuro, para a geração dos seus filhos o português já é a língua materna. E as gerações seguintes seguirão, provavelmente, o mesmo caminho.

O que contribuirá para reforçar um facto actual: a língua portuguesa é, a nível mundial, uma das mais faladas como língua materna. À sua frente apenas estão o mandarim, o espanhol, o inglês, o bengali e o hindi. Destas, apenas o espanhol e o inglês partilham com o português a característica de serem línguas multinacionais, faladas desde a nascença por cidadãos de diferentes nações. Enquanto o mandarim é falado apenas por chineses (e não todos), o português é a língua materna de todos os portugueses, de quase todos os brasileiros (menos os ameríndios), de uma parte crescente dos angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses (embora em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe tenham grande peso os respectivos crioulos) e, finalmente, de segmentos da população em Timor, Goa e Macau. No ano 2000, o português era a língua materna de, pelo menos, 180 milhões de pessoas distribuídas por todos os continentes e era língua oficial de sete estados,

aos quais se agregou pouco depois Timor. Por estes motivos, o português é uma língua multinacional, veículo de comunicação entre os cidadãos dos estados que a têm como oficial, e é também uma língua internacional, servindo de porta de entrada, como língua segunda, para os falantes originários de outras línguas.

Esta condição multinacional, associada à dispersão geográfica, tem reflexos sobre a unidade da língua. É certamente prematuro afirmar que o português constitui uma «família de línguas», à semelhança do que se defende para o inglês, ou aconteceu há milénio e meio com o latim, mas as condições de geografia, sociedade e comunicação permitem admitir que a fragmentação do seu sistema linguístico venha a ocorrer no futuro. A construção e a consolidação das diversas variantes nacionais poderão ser os primeiros passos nessa direcção. Ou melhor, poderão ser longas marchas constituídas por inúmeros pequenos passos que não têm consciência da direcção a que apontam.

A nível das atitudes conscientes, o tema da unidade da língua motivou, durante o século xx, o aparecimento de dois modos típicos e claramente distanciados de reacção: uma *pulsão unificadora* e uma *pulsão separativa*. A pulsão unificadora atingiu o zénite com o acordo ortográfico luso-brasileiro de 1945, que aspirava a reunificar através de uma ortografia comum as variantes nacionais em todas as suas manifestações, mesmo lexicais, sintácticas e fonológicas. E prosseguiu com novos tentames ortográficos nos anos 80, manifestando-se hoje como substrato do conceito de lusofonia e como justificativo de organizações políticas como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cujas modestas realizações alguns consideram sintomáticas para o devir da pulsão unificadora.

Poderia dizer-se que o zénite da pulsão separativa se situou na recusa brasi-



leira de aderir ao acordo de 1945, efectivamente dividindo o campo entre dois códigos ortográficos: um privativo do Brasil, outro comum a Portugal e às suas antigas colónias. Mas importantes manifestações separatistas tinham ocorrido anteriormente, com origem no Brasil, em sectores da cultura. Hoje, destaca-se a pulsão separativa nas preocupações de muitos linguistas, não só brasileiros, mas também portugueses e africanos, os quais argumentam que a separação de placas tectónicas em marcha no espaço do português terá ultrapassado a variação entre normas da mesma língua (fase das variantes nacionais) e já se configura como a criação de gramáticas distintas, o que é

equivalente, em linguagem técnica, a falar de novas línguas (fase da família de línguas).

O conflito de pulsões e a sugestão de vias de saída encontram-se formulados de modo quase emblemático em Eduardo Lourenço, que, no mesmo livro (*A Nau de Ícaro*) em que afirma que portugueses e brasileiros «nunca formar[ão] um conjunto, no sentido de comunidade linguístico-cultural», lucidamente reconhece que para uns e outros (e também para os africanos) a língua constitui o «único elo incontornável». O que talvez equivalha a dizer que, mesmo nos momentos de crise, a discussão se fará com palavras e frases, e silêncios, da língua portuguesa.

A comunicação social

Rui Assis Ferreira

A imprensa

Evolução histórica e estrutura do mercado

Apesar do desenvolvimento cultural e científico registado nos séculos xv e xvi e da rápida introdução da imprensa no país (1487), as primeiras publicações periódicas editadas em Portugal, ainda no século xviii (*Gazeta, Mercúrio Português*), tiveram existência limitada, por se destinarem, sobretudo, a apoiar o esforço de guerra inerente à restauração da independência nacional e aos confrontos militares com a vizinha Espanha (1640-1668).

Seria preciso esperar até 1809 para se assistir ao aparecimento do primeiro jornal diário, publicado em Lisboa. Nesta cidade chegariam a editar-se, em 1820, cinco quo-

tidianos, a que acresciam os dois publicados no Porto.

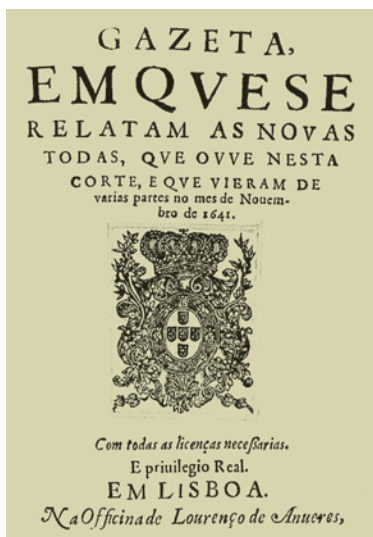
É, porém, a partir de 1834 que a imprensa portuguesa começa a aproximar-se da vitalidade própria do jornalismo moderno, por força da sua crescente profissionalização humana e tecnológica. Inicialmente concebida como simples tribuna individual, a imprensa periódica passa a assumir-se como verdadeiro fórum de debate dos grandes temas nacionais e internacionais, num movimento a que esteve ligado, nos Açores, aquele que ainda hoje é o mais antigo jornal português — *O Açoreano Oriental* (1835).

Na segunda metade do século xix surgem os principais diários do país — *O Comércio do Porto, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Primeiro de Janeiro, O Século, Diário Popular, República, Diário de Lisboa* —, alguns dos quais (*Diário de Notícias, Jornal de Notícias*) com publicação que chegou aos nossos dias. Pelo caminho ficaram títulos «históricos» de grande notoriedade (*O Século, Diário Popular, República e Diário de Lisboa*), que não conseguiram resistir, em anos recentes, às transformações ocorridas no sector.

Já nos anos 70 do século xx, observa-se um assinalável desenvolvimento da imprensa semanal, em torno de projectos jornalísticos inovadores e claramente desalinhados do poder político dominante, quer nos últimos anos do marcelismo (caso do *Expresso*), quer na fase mais radical da revolução de 1974 (caso do *O Jornal*).

À época da revolução de 1974, um significativo número dos quotidianos portu-

A Gazeta, uma das primeiras publicações periódicas portuguesas, que dava conta dos sucessos das lutas da Restauração, em 1641.





Alguns exemplos da imprensa portuguesa.

gueses encontrava-se na posse de grandes grupos económicos, em especial dos ligados à banca e aos seguros. Não surpreende, por isso, que a nacionalização destes sectores, em Março de 1975, tenha transferido para o Estado a grande maioria dos diários então publicados.

Tal circunstância, inédita na Europa Ocidental, revelou-se potenciadora de intervenções manipuladoras da informação, ao serviço das forças político-partidárias dominantes ou mais activas. Isto mesmo foi particularmente visível entre os movimentos militares de 11 de Março e 25 de Novembro de 1975, período durante o qual os movimentos mais radicais da esquerda procuraram hegemonizar os órgãos de comunicação social do sector público.

Com a progressiva consolidação dos mecanismos próprios da democracia representativa, a imprensa estatizada foi perdendo a sua razão de ser, ao ponto de cessar a publicação ou regressar à posse do sector privado da economia.

As décadas de 80 e 90 são marcadas por diversas modificações na estrutura do mercado da imprensa diária, com o aparecimento de novos periódicos (*Correio da*

Manhã, *Público*, *Diário Económico*, *24 Horas*) e a extinção de outros (*Jornal Novo*, *A Tarde*, *A Tribuna*, *O Diário*, *Portugal Hoje*, *A Capital*).

Também na imprensa não diária se registaram desenvolvimentos significativos, prolongados, aliás, já neste século. O universo dos semanários de informação geral, continuando embora a contar com os já clássicos *Expresso* e *Visão*, viu nascer as *news magazines* *Focus* e *Sábado*, assim como, mais recentemente, o semanário *Sol*; mas assistiu, em contrapartida, ao desaparecimento de alguns semanários que chegaram a atingir certa expressão (*O Jornal*, *Tempo*, *O País*, *O Independente*).

Paralelamente, verifica-se um crescimento do número de publicações especializadas. O fenómeno é mais notório no domínio das revistas femininas, ou da imprensa chamada «rosa» (de características marcadamente mundanas), e no dos periódicos desportivos, tendo até a expansão destes últimos determinado a conversão em quotidianos dos trisemanários históricos (*A Bola* e *Record*), que exibem, hoje, conjuntamente com o *Jogo*, tiragens entre as mais elevadas da imprensa diária.



Fachada do edifício da Lusa — Agência de Notícias de Portugal, em Lisboa.

Se é facto que os títulos generalistas apresentam sinais de quebra da circulação paga, nos dois últimos anos, certo é também que o advento dos jornais gratuitos (*Jornal da Região, Metro, Destak*) trouxe mais leitores, bem como novos públicos, ao sector, a ponto de o somatório das suas tiragens corresponder, hoje, às vendas conjuntas dos cinco principais quotidianos portugueses.

Particularmente atomizado é o subsector dos jornais regionais, que exhibe um número de títulos (superior a 700) deveras contrastante com a sua real dimensão jornalística e empresarial. Na verdade, o conjunto das tiragens médias declaradas situa-se perto dos 4500 exemplares, muito embora 300 das publicações recenseadas não logrem atingir, por número, as 2500 cópias.

Sobra, pois, à imprensa regional portuguesa, em títulos, aquilo que lhe falta em estruturas empresariais e valores de circu-

lação: ela representa apenas 1/4 dos jornais e revistas distribuídos em Portugal.

Cabe aqui assinalar que o Estado mantém, desde fins dos anos 70, um sistema de apoios à imprensa regional, assente, fundamentalmente, na comparticipação do pagamento da sua expedição postal e na atribuição de incentivos à iniciativa empresarial e ao desenvolvimento multimédia, assim como à qualificação dos recursos humanos e à investigação (estendendo-se, nalguns casos, às rádios locais).

Agência noticiosa

Remonta a meados dos anos 40 do século transacto a criação, em Portugal, das primeiras agências de notícias.

Existe, a partir de Fevereiro de 1987, uma única empresa de vocação nacional e internacional — a Lusa —, com importante presença editorial e fotográfica nos conteúdos das publicações de informação geral. Nela se reúnem, sob a forma de sociedade comercial, capitais públicos (dominantes) e privados (oriundos dos órgãos de comunicação social, que são, naturalmente, os principais clientes da agência).

Um contrato de prestação do serviço público disciplina as relações entre o Estado e a agência noticiosa, tanto no que respeita à delimitação das obrigações por esta assumidas, em termos de cobertura noticiosa, quer no que se refere às contrapartidas financeiras que, a esse título, lhe são devidas (17 665 935 euros, em 2005).

A Lusa dispõe de uma rede de delegações e correspondentes que cobre todo o mundo da lusofonia, por forma a favorecer os fluxos informativos entre os países e comunidades de língua portuguesa.

Está sujeita ao regime jurídico aplicável às empresas jornalísticas, tal como estabelecido pela Lei de Imprensa.

Consumo

Portugal apresenta reduzido índice de leitura dos jornais diários, espelhado nos ele-



mentos divulgados pelo Anuário Estatístico da UNESCO (41 exemplares vendidos por cada 1000 habitantes).

Os trabalhos de campo realizados junto da população, para levantamento dos níveis de iliteracia, confirmam este cenário: somente um em cada cinco dos portugueses consome quotidianamente publicações periódicas, sendo ainda de assinalar que os tempos de leitura registados no país, em 1995, se alimentavam essencialmente das legendas televisivas (85 %).

Sendo certo que os hábitos de leitura variam consideravelmente entre os países do Norte e do Sul da Europa, com manifesta ascendência dos primeiros, a situação portuguesa é tributária, em especial, dos níveis de analfabetismo aqui existentes (9 % da população, em 2004), assim como da hegemonia do consumo televisivo, ele próprio constituído em autêntico colete de forças imposto à progressão dos outros *media*.

De resto, a tendência detectável no plano mundial traduz um progressivo recuo dos jornais diários, superados pelo crescimento do audiovisual e dos novos serviços da sociedade de informação.

Em Portugal, o controlo das tiragens da imprensa periódica (jornais e revistas) é feito através dos mecanismos da auto-regulação. Dos últimos dados fornecidos pela associação competente, a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), relativos ao ano de 2005, decorre o seguinte alinhamento, em número de exemplares de tiragem média, por edição:

Quadro legal

Ao longo da sua história, os periódicos portugueses conheceram diversos momentos de fortes restrições à liberdade de informação. Embora os períodos mais gravosos tenham coincidido com a longa noite da Inquisição e do Estado Novo (o regime autoritário de Salazar e Caetano), o próprio liberalismo e a I República não foram capazes de erguer edifícios jurídicos aptos à sustentação de uma imprensa livre e independente.

Deve-se ao 25 de Abril de 1974 o estabelecimento de um modelo consolidado de respeito pelas liberdades de expressão e informação, ambas com vigoroso assento na Constituição de 1976 (ainda hoje vigente, embora com diversos ajustamentos). O actual regime jurídico do sector jornalístico alicerça-se no Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99) e na Lei de Imprensa (Lei n.º 2/99), ambos de 13 de Janeiro de 1999.

O primeiro destes diplomas define o enquadramento normativo da profissão, assegurando-lhe níveis de protecção dos mais elevados na Europa — ilustrados por um amplo direito de acesso às fontes de informação, pelo respeito da cláusula de consciência e do sigilo profissional, pela protecção da liberdade de expressão dos jornalistas e pela sua participação na orientação editorial dos respectivos órgãos de comunicação social.

O acesso à actividade jornalística está condicionado à emissão de título profissional próprio, da competência de uma comis-

- *Maria* (revista feminina): 315 600;
- *Nova Gente* (revista social): 159 400;
- *Expresso* (semanário generalista): 128 168;
- *TV Guia* (revista televisiva): 139 700;
- *Correio da Manhã* (matutino generalista): 118 254;
- *Visão* (revista semanária generalista): 99 683;
- *Jornal de Notícias* (matutino generalista, Porto): 98 637;
- *Record* (matutino desportivo, Lisboa): 86 964;
- *Activa* (revista feminina): 85 400;
- *Sábado* (revista semanária generalista): 50 918;
- *Público* (matutino generalista, Lisboa/Porto): 50 701;
- *Diário de Notícias* (matutino generalista, Lisboa): 37 909.



são presidida por um magistrado e integrada também por representantes dos órgãos de comunicação social e dos jornalistas.

A Lei de Imprensa postula, por seu turno, a clara rejeição dos mecanismos censórios, que haviam marcado uma presença asfixiante, em Portugal, entre 1926 e 1974. Dela constam preceitos que visam, entre outros objectivos, garantir a transparência da propriedade das publicações, definir a competência dos directores e dos órgãos colegiais representativos dos jornalistas (os conselhos de redacção), assegurar o exercício dos direitos de resposta e de rectificação e determinar a responsabilidade civil e penal emergente dos actos ilícitos cometidos através da imprensa.

A rádio

Evolução do sector

Data dos anos 30 o início da actividade das principais estações radiofónicas portuguesas: o Rádio Clube Português (RCP) (1931), privado, a Emissora Nacional (EN) (1935), pública, e a Rádio Renascença (RR) (1936), ligada à Igreja Católica.

Já antes, porém, tinham sido instaladas, sobretudo em Lisboa, diversas outras rádios, de pequena dimensão, recenseadas em número de 28 entre 1914 e 1939. Projectos eminentemente pessoais, dependendo do voluntarismo dos seus fundadores, mais do que de verdadeiras estruturas profissionalizadas, parte destas estações acabou por ficar pelo caminho que outras percorreram até hoje.

Desde cedo o Estado chamou a si o controlo — primeiro directo, depois por desconcentração de poderes — de um operador radiofónico (a EN), incumbido, ainda em 1931, de explorar as virtualidades do novo *medium*, tanto nas suas vertentes informativas e recreativas como no seu potencial propagandístico.

Em 1974, aquando do Movimento dos Capitães, o sector apresentava-se oligopo-

lizado por três grandes redes de cobertura nacional — RCP, EN e RR —, mais ou menos sujeitas ao controlo do regime, incorporando, além disso, uma dezena de pequenos postos emissores, de âmbito local.

Apesar da restauração da democracia em Portugal e das novas oportunidades que ela trouxe à expressão radiofónica, a configuração do mercado nacional manteve-se inalterada até à década de 80, altura em que o país assistiu à multiplicação de estações locais «piratas», constituídas à margem das leis então vigentes e fruto de iniciativas tipicamente voluntaristas.

Os poderes públicos acabaram por ser sensíveis à pressão das circunstâncias — até porque o fenómeno recolhia apoios evidentes na população e nos próprios órgãos da administração local —, revendo, no sentido da abertura, toda a disciplina jurídica da radiodifusão sonora e promovendo o subsequente licenciamento de cerca de três centenas de emissoras locais.

Após este esforço regularizador, a paisagem radiofónica portuguesa assumiu aquele que é o seu figurino actual, com uma grande diversidade de operadores de âmbito concelhio (355 recenseados em fins de 2005) e a manutenção de um núcleo restrito de emissores nacionais (aos quais se vai progressivamente reunindo a TSF, estação originariamente local, pertencente ao grupo Controlinveste).

Observa-se, no entanto, uma clara tendência para a constituição de cadeias radiofónicas, entre os operadores locais, com o duplo propósito de alargamento das correlativas áreas de cobertura (associado ao crescimento das receitas publicitárias) e de obtenção de economias de escala. Trata-se de um fenómeno controverso, manifestamente influenciado pela concentração dos meios e estruturas empresariais, mas susceptível de desfigurar os padrões de diversidade que presidiram à abertura do sector.

O serviço público de radiodifusão sonora continua a ser assegurado, em regime de



Moderno estúdio radiofónico da TSF.

concessão, por uma empresa de capitais do Estado. Inicialmente constituída como empresa pública (1975), a Radiodifusão Portuguesa, SA (RDP), está hoje formalmente organizada como sociedade anónima, por influência da tendência flexibilizadora que tem caracterizado, nos últimos anos, a gestão do sector público da economia. Para além de três canais de cobertura nacional, dois dos quais dirigidos a audiências específicas, de dois serviços de programas regionais (cobrindo, respectivamente, os arquipélagos da Madeira e dos Açores) e de diversos centros de programação local, a RDP dispõe ainda de dois serviços internacionais, por onda curta e satélite, atingindo um deles todos os continentes e sendo o outro especialmente dirigido para as comunidades africanas de expressão portuguesa.

Consta de um contrato de concessão o conjunto de missões atribuídas à RDP, enquanto titular do serviço público de radiodifusão sonora. O respectivo custo é suportado, essencialmente, pela afectação de uma parte da «contribuição para o audiovisual» — taxa criada pela Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto, para financiamento dos serviços públicos de rádio e televisão —, já que a empresa não difunde mensagens publicitárias.

Deve assinalar-se — como excepção que é, a nível europeu — o facto de a utilização da onda curta, para a realização de emissões internacionais, não ser exclusiva do serviço público, uma vez que também a privada RR, pertencente à Igreja Católica, dispõe de idêntica facilidade.

Desde 1996 que as rádios locais têm acesso, a par da imprensa sobretudo regional, a apoios financeiros do Estado, visando a actualização tecnológica dos seus equipamentos, incluindo o *software* utilizado, e a emissão *online* dos respectivos serviços de programas.

Dada a quase saturação do espectro analógico, é de esperar que qualquer evolução sectorial fique dependente da passagem à transmissão digital, nomeadamente ao sistema DAB. Para tanto, foi já atribuída à RDP, por concurso público, a instalação e exploração da rede de suporte das futuras emissões, mas a área de cobertura destas, tal como o parque de aparelhos receptores existentes no país, são ainda limitados.

Entretanto, a Internet não deixa de se revelar como estrutura alternativa de distribuição dos serviços de programas, em concorrência com as ondas hertzianas. A partir da segunda metade dos anos 90



LOGIN

Acesso à Internet | Mail | Messenger | Videos

sapo.pt

Pesquisar

Viagens | Shopping | Imóveis | Classificados

FAÇA DA TSF A SUA HOMEPAGE

JORNAL DE NOTÍCIAS | DIÁRIO DE NOTÍCIAS | DN MADEIRA | AÇORIÃO ORIENTAL | JORNAL DO FUNDÃO

TSFonline

Com o cartão de crédito Barclaycard transfira dinheiro para a sua conta bancária em 48h, sem encargos.

TSF RÁDIO | TSF EM DIRECTO | PODCAST | TICKER | DOSSIERS | PDV/TELEMÓVEIS | TEMPO/TRANSITO | Pesquisa TSF Online

PRIMEIRA | PORTUGAL | INTERNACIONAL | ECONOMIA | DESPORTO | VIDA | CIÊNCIA | ARTES | DOSSIERS | PROGRAMAS E ENTREVISTAS | GRELHA TSF | FREQUÊNCIAS | ARQUIVO PROGRAMAS | RSS

☒ PODCASTING / XML

Podcasting na TSF

A TSF é a primeira rádio portuguesa a oferecer alguns dos seus programas em podcast – uma técnica que permite ouvi-los quando e onde quiser.

O que é?

O podcasting é a técnica de distribuição de conteúdos áudio através da Internet. A sua grande vantagem é que cada um dos ouvintes da TSF pode escolher os seus programas, construindo uma espécie de programação pessoal, sem estar dependente dos horários da rádio e da própria ligação à Internet: a partir do momento em que o programa é recebido no computador pessoal, pode ser ouvido onde e quando quiser.

O que é que é preciso fazer?

1º É fundamental instalar um programa agregador, de acesso livre, que funcionará como organizador e receptor dos podcasts. Existem vários, alguns dos quais são (a escolha é sua):

- iTunes
- Doppler Radio
- Juice
- News Interceptor

2º Depois de instalar o programa-agregador escolhido, acrescente os códigos RSS dos programas da TSF que pretende receber (onde aparece "add feed" ou apenas "add"). A partir daí, sempre que os programas forem actualizados irá recebê-los automaticamente no agregador escolhido.

3º Se pretender passar os programas em causa para um leitor de áudio digital (na maior parte das vezes em formato mp3), até pode deixar o aparelho sintonizado com o computador. Mas essa já é uma opção pessoal.

Lista de canais disponíveis no TSF Online:

Quinta, 22 de Fevereiro de 2007 10:57 h

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- "APITO DOURADO" Investigações terminadas no Verão, diz PGR (08:46 / 22Fev)
- CDS Ribeiro e Castro desvaloriza eventual declaração de Portas (07:51 / 22Fev)
- MÉDIO ORIENTE Quarteto apola governo palestino que reconheça Israel (23:52 / 21Fev)
- AÇORES SATA cancela nove voos devido ao mau tempo (23:07 / 21Fev)
- LIGA CAMPEÕES FC Porto arranca empate frente ao Chelsea (22:20 / 21Fev)
- MÚSICA Chirgichin no São Jorge (21:44 / 21Fev)
- LISBOA/GEBALIS Nogueira Pinto refuta irregularidades (21:14 / 21Fev)
- TRÁFICO DROGA Oito detidos com mais de 16 quilos de cocaína (20:32 / 21Fev)
- ITÁLIA Prodi apresenta demissão

A rádio adapta-se às preferências dos ouvintes: algumas estações oferecem já serviços de podcast, que permitem escutar os programas que quiser, quando quiser, através do computador.

torna-se patente uma progressiva presença das rádios no ciberespaço, quer na produção de *sites* de natureza informativa ou recreativa, quer na simples difusão *online*, com a possibilidade de *download* para disco e pesquisa por assunto.

Consumo e audiências

Apesar do rápido crescimento inicial — seis vezes, entre 1933 e 1940 — do parque de receptores, em Portugal, e da inegável popularidade granjeada por algumas das estações, certo é que o consumo da rádio nunca conseguiu opor-se eficazmente ao advento do seu concorrente televisivo.

Mesmo assim, o tempo médio diário de

escuta, por adulto, manteve-se relativamente estabilizado entre 1994 (195 minutos) e 2002 (191 minutos), sem revelar excessivo desgaste perante a multiplicação da oferta de programas de televisão — não só dos canais hertzianos terrestres, mas também dos recebidos por satélite ou por cabo.

Em termos gerais, pode dizer-se que a RR ocupa o primeiro lugar na hierarquia das audiências, com valores que superam o consumo conjunto de todas as rádios locais.

Em moldes mais segmentados, a Mark-test (empresa de estudos de audiência) refere os seguintes valores de *share*, para o primeiro trimestre de 2006, no tocante às estações de maior audição:

- RFM (Grupo Rádio Renascença): 21 %;
- Rádio Comercial (privada, grupo Media Capital): 13,5 %;
- Rádio Renascença (Igreja Católica): 13,1 %;
- Antena 1 (serviço público): 6,5 %.



Quadro legal

Adoptado, na sua versão inicial, em 1988 (Lei n.º 87/88, de 30 de Julho), e revisto em 1997 (Lei n.º 2/97, de 18 de Janeiro) e 2001 (Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro), o regime jurídico da radiodifusão sonora submete o acesso à actividade a uma licença atribuída, mediante concurso público, pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a principal instância reguladora do sector.

No enunciado dos fins da radiodifusão sonora, a lei confere particular atenção aos casos do serviço público — especialmente sujeito à observância do pluralismo interno e à difusão de programas formativos ou destinados a públicos minoritários — e das estações de cobertura local ou regional, concebidas como instrumento de afirmação e preservação das diferentes identidades que compõem o todo nacional.

Ocupa-se, ainda, da salvaguarda das liberdades de expressão e informação, das exigências mínimas de programação própria e da defesa da cultura nacional — de que a utilização da língua portuguesa é instrumento determinante.

A publicidade difundida através da rádio (nos seus aspectos qualitativos e quan-

titativos), o direito de antena dos partidos políticos e das organizações sindicais, profissionais e patronais, os direitos de resposta e rectificação e o estatuto sancionatório dos operadores preenchem as restantes áreas de regulação da Lei da Rádio, em moldes idênticos aos adoptados na generalidade dos estados comunitários.

O essencial do regime vigente completa-se com o diploma regulador do processo de licenciamento das estações radiofónicas — a Portaria n.º 121/99, de 15 de Fevereiro.

A televisão

Evolução histórica

Tal como ocorreu noutros países, a investigação e a experimentação televisiva tiveram diversos cultores em Portugal, ainda antes do início das emissões regulares. Entre os seus pioneiros contam-se nomes como os de Adriano de Paiva (em finais do século XIX), Abílio Nunes dos Santos e Álvaro de Oliveira (estes nos anos 30-40).

É a partir de 1955, com a criação da Rádio Televisão Portuguesa, SARL (RTP), que se acelera o processo de lançamento da televisão portuguesa, que haveria de

A regie do novo Centro de Produção da RTP, inaugurado em Março de 2007.





concretizar-se, através de uma primeira fase de transmissões experimentais, em Setembro de 1956.

No mês de Março do ano seguinte deu-se o início das emissões regulares, que passaram a dispor de um segundo canal a partir de Dezembro de 1968. A transmissão a cores, de forma contínua, teve lugar em Março de 1980, com base no sistema PAL.

A percentagem de lares portugueses equipados com receptores de TV era, em 2003, de 99 por cento. Por outro lado, o Observatório Europeu do Audiovisual (OEA) assinalava, já em 1996, existir mais do que um aparelho em 57,3 % dos lares. Esta taxa de penetração dos segundos televisores era das mais elevadas da Europa, apenas suplantada pelos 57,5 % registados em Espanha.

Desde o começo da sua actividade, a RTP assumiu o papel de elemento integrante do aparelho ideológico do regime, situação que, conjugada com o impacto inerente à radiotelevisão, enquanto *medium*, deu particular relevo estratégico à ocupação dos estúdios e emissores da estação, na revolução de 25 de Abril de 1974.

Porém, a salvaguarda institucional dos direitos fundamentais, operada com a Constituição de 1976, não assegurou, por si só, a completa autonomização da RTP dos desígnios dos poderes dominantes, e muito menos a exigível imunização da empresa às frequentes oscilações do xadrez político-partidário.

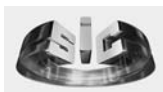
Daí que para ela tenham sido nomeados (ainda pelo governo) cerca de 20 diferentes presidentes, entre 1975 e 1996.

A esta instabilidade gestionária haveria que fazer acrescer, em 1991, a desanexação da rede de emissores da RTP (que viria a ser integrada no operador público de telecomunicações), bem como a abolição da taxa de televisão (que concorria com a publicidade, enquanto fontes de financiamento da estação), factores que os analistas associam recorrentemente à progressiva degradação económico-financeira da concessionária do serviço público, que atingiu o seu auge em 2001.

Para tanto contribuiu igualmente a multiplicação de exigências dirigidas à RTP, tanto no número de canais produzidos e difundidos — os dois nacionais, as emissões

O teletexto, oferecido por todos os canais portugueses, constitui um serviço acrescentado à utilização habitual da televisão.





Os logótipos dos quatro canais televisivos portugueses: RTP 1, canal 2, SIC e TVI.

internacionais (RTP-Internacional, lançada em 1992), a RTP-África (1997), a programação própria dos centros regionais das ilhas atlânticas (Madeira e Açores), as emissões regionais de informação (Lisboa, Porto, Bragança, Coimbra, Évora e Faro) e a difusão do teletexto — como na contribuição para a produção cinematográfica nacional e para as acções de cooperação com as antigas colónias africanas.

À semelhança de algumas das suas congéneres europeias, a RTP viveu, então, momentos de particular dificuldade, agravados pela inépcia do próprio Estado, que lhe entregava, à época, apenas parte das indemnizações compensatórias a que se encontrava contratualmente obrigado. A esta erosão das receitas provenientes do orçamento do Estado veio, entretanto, somar-se o declínio dos proveitos comerciais, ditado pela expansão dos canais privados e consequente redução da audiência do serviço público.

De facto, a revisão constitucional de 1989, ao eliminar o monopólio público da actividade televisiva, abriu a porta à instalação de canais privados em Portugal. Isso veio a acontecer logo após a adopção da Lei da Televisão de 1990, ao abrigo da qual começaram a emitir a Sociedade Independente de Comunicação (SIC) (Outubro de 1992) e a Televisão Independente (TVI) (Fevereiro de 1993), os primeiros operadores sem qualquer ligação ao Estado.

Já em 1998-1999 o país assistiu ao nascimento, nas redes de cabo, de dois novos canais, ambos temáticos: a Sport TV e o Canal de Notícias de Lisboa (CNL), que acabou por se converter na SIC Notícias (com programação informativa 24h por dia).

Os anos que se seguiram ficaram ligados, aliás, à expansão do universo de ca-

nais explorados pela SIC (grupo Impresa) através da TV Cabo (operadora controlada pela Portugal Telecom — PT), em moldes que lhe asseguraram a exploração de um conjunto de seis serviços de programas, um dos quais transmitido por satélite e com cobertura internacional.

A principal operadora portuguesa de telecomunicações, a mesma PT, desenvolveu igualmente uma estratégia de forte presença no mercado dos canais televisivos, nomeadamente em regime de *pay tv*, sendo detentora, ainda que indirectamente, de diversos serviços de programas especializados em conteúdos cinematográficos.

O satélite e o cabo

Até à dinamização da oferta de serviços de programas nacionais, Portugal mostrou-se sintomaticamente exposto ao consumo de canais estrangeiros.

O principal instrumento utilizado pelos portugueses para acederem a programação alternativa começou por ser a recepção directa por satélite, que levou à constituição de um parque receptor servindo cerca de 280 000 pessoas, já em 1998. A popularidade destes canais levou, inclusivamente, a que algumas autarquias chamassem a si a iniciativa de instalar dispositivos de retransmissão, por via hertziana, das emissões captadas do espaço, para melhor corresponderem ao interesse dos municípios.

O recurso à via satelitária tem igualmente lugar para a transmissão de programas sujeitos à jurisdição do Estado português. É o caso de dois dos canais nacionais antes referidos — a Sport TV e o CNL —, assim como das emissões internacionais da RTP e, mais presentemente, da SIC.

A partir de 1994 teve lugar a cablagem do país, essencialmente a cargo da TV Ca-



bo-Portugal, que dispõe de uma quota de mercado próxima dos 90 por cento.

Dados recolhidos pela Anacom — Autoridade Nacional de Comunicações revelam a rápida penetração do cabo em Portugal, que alcançou, no primeiro trimestre de 2006, um total de 3 914 000 lares, com 1 400 000 subscritores.

A oferta actual das redes existentes abrange perto de seis dezenas de canais, incluindo os distribuídos por assinatura (a pagamento). Por força das características geográficas do país, a infra-estrutura do cabo carece de complemento, para cobertura das zonas menos acessíveis, através da emissão por satélite.

Consumo e audiências

Em média, os Portugueses gastam a ver televisão, por dia, 212 minutos (dados de 2005, recolhidos pela Marktest/Mediamonitor). Trata-se de um nível de consumo intermédio aos mínimos (152 para a Suécia, 153 para a Suíça) e máximos (252 para a Turquia, 240 para a Hungria) europeus.

Em matéria de audiências, verifica-se uma acesa disputa da liderança entre os canais SIC e TVI, muito embora a RTP 1 venha evidenciando, nos últimos anos, alguns sinais de recuperação. Os números revelados pela Marktest/Mediamonitor, para Setembro de 2006, atribuem a primazia do *share* à TVI (28,6 %), seguida da SIC (26,5 %), da RTP 1 (24,7 %) e do segundo canal de serviço público (6,1 %).

Pela análise dos programas mais vistos na televisão hertziana, podem surpreender-se as preferências dos consumidores: as transmissões de futebol e os programas de ficção ligeira, em especial telenovelas, ou os *reality-shows*, todos falados em português.

Por seu turno, a programação própria do cabo começa a marcar presença mais forte junto dos telespectadores portugueses, fenómeno este verificável pela duplicação do seu *share*, só entre Janeiro e Junho de 1999 (de 1,5 para 3,4 %, segundo

dados da Marktest). De acordo com a mesma empresa de estudos de mercado e audiência, o *share* conjunto do vídeo e dos canais próprios do cabo atingia já, em Setembro de 2006, os 14,2 por cento.

Os canais mais populares são, aqui, os consagrados ao desporto, cinema ou documentário.

Quadro legal

À semelhança das transformações democráticas ocorridas na disciplina jurídica dos restantes *media*, também a televisão ficou a dever à revolução de 25 de Abril de 1974 a garantia das liberdades fundamentais. Contudo, a RTP, no plano factual e também normativo, foi alvo de acusações várias, atinentes à sua alegada dependência do poder político, questão esta que não está ainda completamente resolvida.

Até 1990, prevaleceu, em Portugal, um modelo monopolista, em que o Estado, através da RTP, detinha o exclusivo da actividade televisiva. Nesse mesmo ano, porém, a lei ordinária veio consagrar a passagem a um regime dualista, no qual coexistem operadores privados/comerciais e a concessionária do serviço público.

À evolução registada no país não foi estranha, por certo, a adesão portuguesa à então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, como já não o havia sido, antes disso, a admissão no Conselho da Europa (CE).

De facto, toda a regulação portuguesa da televisão é largamente tributária dos princípios e regras dimanados daquelas organizações internacionais, por muito que Portugal se tenha antecipado, nalguns domínios (por exemplo, a disciplina da publicidade ou do exercício dos chamados «direitos exclusivos»), à normalização europeia, ou mantenha níveis de protecção jurídica do jornalismo superiores aos da generalidade dos estados-membros do CE.

A conhecida directiva Televisão sem Fronteiras (directiva 89/552/CEE, de 3 de



Outubro de 1989) foi transposta para o direito interno português logo em 1990, tal como a sua revisão de 1997 (directiva 97/36/CE, de 30 de Junho) teve pronto acolhimento nas Leis da Televisão de 1998 (Lei n.º 31-A/98, de 14 de Julho) e 2003 (Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto, actualmente em vigor), assim como no Código da Publicidade (Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, na versão do Decreto-Lei n.º 275/98, de 9 de Setembro).

São estes, pois, os diplomas moduladores do direito português da televisão, que se caracteriza, na sua formulação legal, por elevados graus de tutela da liberdade de programação e dos direitos dos consumidores.

O acesso à actividade faz-se mediante licença, precedida de concurso público, quando o operador se sirva da transmissão hertziana terrestre, ou através de simples licença, no caso da televisão por satélite ou por cabo. Como corolário da desgovernamentalização do sector, incumbe à ERC a autoridade administrativa independente para os *media* — a atribuição destes títulos, válidos por períodos de 15 anos. Os candidatos devem possuir um capital mínimo de 1 000 000 euros, para os canais temáticos, ou 5 000 000 euros, para os generalistas.

Não existem, hoje, quaisquer restrições ao investimento na televisão, em função da nacionalidade dos capitais envolvidos (ainda que não comunitários), o que não pode deixar de ser entendido como reflexo da integração europeia em que Portugal está envolvido. Também não existem regras específicas *antitrust* — aplicando-se à actividade o regime geral de defesa da concorrência —, muito embora o legislador português se tenha preocupado em assegurar a transparência da propriedade dos operadores.

No presente estágio legislativo, apenas os canais de cobertura nacional se encontram regulados; as condições de exercício da televisão de âmbito local ou regional foram remetidas, pela lei, para diploma pró-

prio (ainda por adoptar), com intenção claramente dilatória da exploração desses novos mercados.

Nos termos da lei, «a liberdade de expressão do pensamento através da televisão integra o direito fundamental dos cidadãos a uma informação livre e pluralista», não podendo os poderes públicos, salvo os tribunais, «impedir, condicionar ou impor a difusão de quaisquer programas». A soberania assim reconhecida aos canais televisivos está somente condicionada pelos limites usuais nos estados democráticos, nomeadamente a protecção da dignidade da pessoa humana e a prevenção do crime. Tal como a normação europeia — tanto da União Europeia (UE) como do CE —, a lei portuguesa exige uma rigorosa identificação dos programas susceptíveis de afectar os públicos mais vulneráveis, remetendo para horário nocturno, posterior às 23h, a sua difusão.

Ainda antes da introdução, no espaço comunitário, de normas reguladoras do exercício de direitos exclusivos, já Portugal procurara acautelar, na legislação de 1990, o direito do público à informação. A actual Lei da Televisão retoma esse mesmo objectivo, desenvolvendo-o agora a partir dos princípios introduzidos, em 1997, na directiva TSF. Dada a popularidade usufruída pelo desporto, entre os telespectadores portugueses — como, aliás, nos demais estados-membros —, a lista de eventos que não podem ser transmitidos exclusivamente em canais de acesso condicionado é essencialmente composta de acontecimentos inseridos nas grandes competições desportivas, nacionais e estrangeiras.

Em matéria de difusão de obras audiovisuais, as regras vigentes procuram assegurar a defesa da programação criativa originariamente produzida em língua portuguesa (que deve ocupar um mínimo de 15 % do tempo de emissão de cada operador), tal como a transmissão maioritária, em



sintonia com o regime estabelecido pela UE, de obras audiovisuais de origem europeia, com especial relevo para as oriundas de produtores independentes.

Os direitos de resposta (perante referências ofensivas) e de rectificação (face a informações apenas erróneas) são de consagração clássica, na lei portuguesa, mesmo se pouco utilizados pelos consumidores televisivos. A sua tutela cabe à ERC (cuja intervenção é graciosa) e, alternativamente, aos tribunais. Os partidos da oposição parlamentar beneficiam, no serviço público (e só neste), de um direito especial de réplica às declarações políticas do governo, aí produzidas, que directamente os atinjam.

Para preservação do património arquitectónico da televisão, os registos de emissões qualificáveis como de interesse público, «em função da sua relevância histórica ou cultural», estão sujeitos a um regime de depósito legal e acessíveis, nessa medida, aos investigadores.

Da Lei da Televisão consta igualmente o modelo do serviço público que o Estado deve assegurar, por expressa cominação constitucional. Entre ele e a concessionária — uma empresa de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos —, estabelece-se um contrato que disciplina as obrigações de programação, de prestação de serviços específicos, de produção original, de inovação e desenvolvimento tecnológico, de cooperação com os países lusófonos e de manutenção de canais internacionais, a par da fiscalização do cumprimento dessas missões e das medidas sancionatórias correspondentes.

Entre as obrigações características do serviço público conta-se a cedência de tempos de antena aos partidos políticos e ao governo, assim como às organizações sindicais, patronais, profissionais e de defesa do ambiente e do consumidor.

Por determinação da lei, o financiamento do serviço público é assegurado através de verbas consignadas, para o efeito, no

Orçamento do Estado (as chamadas «indemnizações compensatórias»), com um horizonte plurianual (quatro anos). Os montantes consignados ao período de 2004 a 2007 situam-se em 492 350 euros.

Com a reorganização imprimida ao sector empresarial do Estado pela Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto, a primitiva taxa da rádio deu lugar à «contribuição para o audiovisual», passando a ser partilhada pelas empresas concessionárias dos serviços públicos radiofónico e televisivo. Este último passou, assim, a contar com proveitos mais consistentes, aos quais acrescem — como, de resto, já acontecia — os decorrentes da exploração da publicidade.

Note-se, todavia, que a RTP viu ser simultaneamente reduzida a duração das suas emissões publicitárias, agora limitadas a seis minutos por hora, o que corresponde a 50 % do tecto legal aplicável aos serviços de programas não codificados.

Apesar disso, o conjunto das medidas tomadas a partir de 2003 (que incluiu a efectiva consolidação do passivo da empresa e a redução da sua carga estrutural) assegurou à concessionária do serviço público uma base de receitas suficiente e estável, que lhe permitiu superar a grave crise financeira por que passou em 2001-2002.

Os novos media

Embora a televisão por cabo e por satélite seja uma relativa novidade tecnológica para os Portugueses, é nos serviços audiovisuais da anunciada sociedade de informação que se podem descortinar, também em Portugal, os grandes suportes mediáticos do futuro.

Entre eles, a comunicação *online* assenta sobretudo na Internet, apesar de alguns progressos feitos pelo cabo, no domínio do *video-on-demand*.

De acordo com elementos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos ao primeiro trimestre de 2005, 42,5 % dos



agregados domésticos dispunham de computador pessoal, e 19 % de acesso à Internet; a percentagem de ligações em banda larga representa 63 % do total nacional.

O acesso é assegurado por um conjunto de 15 fornecedores, devidamente habilitados.

É entre os homens com menos de 24 anos que se encontram os principais consumidores. Vinte e cinco por cento dos utentes da Internet usa-a quase diariamente, com uma média de consumo diário entre 30 a 60 minutos.

Os mais importantes jornais portugueses estão disponíveis na Internet, em edição electrónica, no que são seguidos por um já significativo número de outros órgãos de comunicação social (incluindo títulos da imprensa regional). Começaram, entretanto, a surgir alguns exemplos de publicações apenas editadas na Internet, viradas para segmentos particulares do público, com apetência de informação especializada (como a económica).

O alargamento à Internet dos serviços disponíveis, em pleno processo de convergência da comunicação de massas, da informática e das telecomunicações, criou novas dinâmicas no sector audiovisual, particularmente complexas do ponto de vista da regulação e do dimensionamento dos grupos económicos.

Entre elas, conta-se o advento de vários «canais televisivos» — também disponíveis através do acesso por ADSL — de âmbito autárquico, que se vão posicionando como verdadeiros precursores da televisão local, num cenário legislativo que vem pecando pelo conservadorismo.

Expoentes deste mesmo fenómeno são, ainda, os serviços *online* surgidos, nos últimos anos, em redes electrónicas instaladas, em espaços circunscritos, pelas grandes empresas de transportes (em especial o metropolitano), ou de natureza primordialmente empresarial/institucional (farmácias, hospitais, gasolinehas...).

Não existe em Portugal, neste momento, qualquer norma específica para a comunicação pública na Internet, facto que terá decerto a ver com a convicção — ainda maioritária, no quadro da UE — da possibilidade de extensão à Internet da disciplina normativa dos *media* convencionais, assim como das normas de tutela dos direitos da personalidade e de valores jurídico-penais relevantes.

A publicidade

A distribuição do investimento publicitário pelos diferentes *media* revela, em Portugal, um manifesto ascendente da televisão, cuja quota de mercado subiu 10 % entre 1992 e 1995, como resposta ao aparecimento dos novos canais SIC e TVI.

Decorridos onze anos, a significativa multiplicação dos serviços de programas disponíveis em Portugal, por via dos diferentes suportes de distribuição, tinha elevado a quota da televisão para 70,8 % (um valor particularmente elevado no contexto comunitário), deixando a larga distância os demais meios — a imprensa com 17,8 %, o *outdoor* com 6,7 %, a rádio com 4,4 % e o cinema com 0,4 % (dados da Marktest, reportados aos meses de Janeiro a Agosto de 2006).

Os números revelam a elasticidade do mercado e a sua margem de progressão: em 1997 — ano a que se reportam os últimos elementos publicados pelo OEA —, o total de investimento em publicidade atingiu 698 milhões de euros, sugerindo um crescimento de 70 % para os valores previsivelmente atingidos no final de 1999.

Quando referido ao produto interno bruto (PIB) português, aquele montante corresponde a 0,83 %, valor que ocupa o segundo lugar no *ranking* comunitário, logo a seguir aos 0,93 % do Reino Unido.

O regime legal da comunicação publicitária está inserido no chamado Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, com as altera-



ções subsequentes. Nele se transpõem os normativos comunitários relevantes na matéria — designadamente a directiva sobre publicidade enganosa e a directiva TSF —, a par das regras vazadas na Convenção Europeia sobre Televisão Transfronteiras, do CE.

A lei portuguesa consagra, assim, os princípios fundamentais da licitude, veracidade, identificabilidade e separabilidade das mensagens publicitárias, enquanto valores que percorrem transversalmente todo o direito da publicidade. Por outro lado, contém preceitos especificamente dirigidos à protecção dos menores e à regulação de certos produtos mais sensíveis, como as bebidas alcoólicas, medicamentos, jogos de fortuna ou azar e veículos automóveis.

O patrocínio rege-se por padrões idênticos aos europeus, com a particularidade de se admitirem referências ao *sponsor*, no interior dos programas, nas mesmas condições previstas para a inserção de mensagens publicitárias — isto é, em conformidade com o detalhado leque de exigências fixadas pela directiva TSF.

Em sede de Lei da Televisão estabelecem-se os limites quantitativos à publicidade por ela difundida. Às percentagens máximas consentidas pela UE — 20 % por hora de emissão, com um tecto diário tendencialmente fixado em 15 % —, aplicáveis à generalidade dos canais portugueses, somam-se os contingentes especificamente impostos aos de acesso condicionado ou de televenda e autopromoção (10 %), bem como as restrições previstas, para o serviço público, pelo respectivo contrato de concessão (eliminação da publicidade comercial do seu segundo canal e fixação de um *plafond* de seis minutos por hora nas emissões do primeiro canal).

Incumbe a uma autoridade independente — a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria de Publicidade (CACMP) — a punição das infracções detectadas pelos órgãos fiscalizadores, em especial o Instituto do Consumidor (IC).

Por seu turno, e a montante da intervenção do Estado, os diversos participantes no processo publicitário agruparam-se em torno de uma entidade comum — o Instituto Civil de Autodisciplina da Publicidade (ICAP) —, para preservação dos princípios éticos aplicáveis ao sector.

Os grupos económicos

Com a devolução à iniciativa privada da maior parte dos órgãos de comunicação absorvidos pelo Estado em 1975, o tecido empresarial dos *media* portugueses ganhou uma plasticidade renovada.

Apesar da estreiteza do mercado, os grupos económicos nele constituídos apresentam já uma dinâmica apreciável, até porque aberta a sinergias de âmbito internacional.

São quatro os grupos dominantes: Controlinveste, Impresa, Media Capital e Cofina, ainda que controlando segmentos distintos da comunicação social.

O primeiro, criado por Joaquim Oliveira, detém uma quota maioritária dos jornais diários, para além de uma estação radiofónica de referência (a TSF).

O grupo Impresa, do antigo primeiro-ministro Pinto Balsemão, tem forte presença no mercado dos semanários e da imprensa especializada, sendo também titular de vários canais televisivos, entre os quais um de grande audiência (a SIC).

O grupo Media Capital, maioritariamente detido pelos espanhóis da Prisa, controla um leque diversificado de órgãos de comunicação, da imprensa à rádio e à televisão (a TVI), com boas *performances* sobretudo nos dois últimos sectores.

O grupo Cofina, liderado pelo empresário Paulo Fernandes, revela maior implantação na área da grande imprensa, generalista e temática.

A presença de investimentos estrangeiros na comunicação social portuguesa vem-se tornando, aliás, uma tendência relativa-



mente estabilizada: para além da ligação da Prisa à Media Capital, um outro grupo espanhol — o Recoletos — é igualmente proprietário de dois periódicos portugueses (um diário e um semanário) especializados em economia, tal como, antes, a brasileira Abril, proprietária da TV Globo, havia investido na SIC. Notícias recentes deram também conta do aumento da participação detida pelo grupo alemão RTL na Media Capital.

Estamos, pois, perante um mercado que se reforça como verdadeira área de negócio, mais do que como cenário de influência política de interesses a ele estranhos. A ausência, em Portugal, de regras restritivas da concentração multimédia facilita a criação das sinergias e economias de escala inerentes à constituição de agrupamentos económicos mais competitivos, sem que o legislador tenha descortinado neste fenómeno, até ao momento, uma ameaça ponderosa aos valores do pluralismo.

Em qualquer caso, o governo em fun-

ções acaba de tornar pública uma proposta de lei sobre a concentração dos *media*, com o intuito primacial de prevenir a constituição de situações de posição dominante, susceptíveis de proporcionarem a emergência de práticas violadoras da diversidade e da concorrência.

Os órgãos reguladores

O regime autoritário e censório vigente no país até 1974 inibiu a emergência de estruturas ágeis de aplicação da deontologia profissional, susceptíveis de oporem à intervenção compulsiva do Estado os valores da auto-regulação.

Com o restabelecimento da democracia, a ética jornalística — cuja observância é assegurada pelo Conselho Deontológico do sindicato — passou a assumir o seu próprio papel na disciplina normativa do sector, precedendo outras esferas de acção — em particular a administrativa e a judicial.

Página online da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

http://www.erc.pt/index.php?top=noticias&lang=pt&mainLevel=8

Apple Mac Amazon eBay Yahoo! News

ERC

Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Início Sobre a ERC Deliberações Jurisprudência Legislação Registos Monitorização Perguntas Frequentes

Notas à Imprensa

Ligações Úteis

A ERC contrata...

Concursos Públicos

NOTÍCIAS EM DESTAQUE

2007-02-09 **Reunião sobre verificação de quotas de música**
ERC reúne pela primeira vez com grupo de contacto destinado a avaliar o impacto, nos sistemas de informação dos operadores da radiodifusão, do projecto de verificação do cumprimento dos artigos 44-A e seguintes da Lei da Rádio

2007-02-09 **Manuel Maria Carrilho ouvido pela ERC**
Manuel Maria Carrilho e o Presidente da Associação Portuguesa das Empresas de Comunicação e Relações Públicas, Alexandre Cerveira, ouvidos em audição do Conselho Regulador

2007-02-09 **ERC reúne com o Director da Visão**
Na sequência da reunião realizada no passado dia 21 de Janeiro com o jornalista Rui Costa Pinto, o Conselho Regulador reuniu ontem com o Director da Revista Visão, Pedro Camecho

2007-02-08 **Abertura das propostas candidatas ao concurso de audição à RTP e à RCP**
Realizou-se no dia 6 de Fevereiro, nas instalações da ERC, o acto público de abertura das propostas apresentadas no âmbito do concurso público para audição às empresas concessionárias de serviço público de rádio e televisão

2007-02-06 **Conselho Regulador atenta aos factos vindos a público sobre o Jornal da Madeira**
A propósito do Relatório de Tribunal de Contas sobre o financiamento do Jornal da Madeira e das declarações do Presidente do Governo Regional, a ERC recorda que está a avaliar, desde Outubro, o pluralismo na imprensa escrita e serviços televisivos

OUTRAS NOTÍCIAS

2007-02-02 **ERC aplica ao cumprimento da lei na divulgação de sondagens após o final da campanha eleitoral**

2007-02-01 **Grupo de trabalho que junta ERC e operadores de televisão reúne pela primeira vez**

2007-02-01 **ERC reúne com o jornalista Rui Costa Pinto**

2007-01-24 **ERC dá por encerrado processo de mediação sobre tempos de antena na RTP**

2007-01-15 **Tempos de Antena na RTP com mediação da ERC**

PESQUISA

NEWSLETTER

inscreva a sua email e reciba todas as nossas notícias e novidades



No sistema legal português, a ERC — órgão independente que funciona junto do Parlamento — exerce as funções de instância reguladora por excelência.

Ao abrigo da própria Constituição e da Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, cabe-lhe salvaguardar o direito à informação e a liberdade de imprensa, garantir o pluralismo, a diversidade e a independência da comunicação social, com especial incidência sobre os órgãos de comunicação do Estado, atribuir as licenças ou autorizações dos operadores de rádio e televisão, zelar pela isenção e o rigor informativos, fazer respeitar os direitos de antena, resposta e rectificação e assegurar a protecção dos públicos sensíveis.

Dos cinco membros que compõem o Conselho Regulador da ERC, quatro são eleitos pelo Parlamento, por maioria qualificada de dois terços, e o quinto cooptado pelos demais.

Todos eles exercem um único mandato de cinco anos, durante o qual têm garantias de independência e inamovibilidade.

Com a ERC coexistem dois órgãos reguladores independentes de âmbito mais circunscrito, em termos temáticos: a Comissão Nacional de Eleições, que vela pelo respeito dos princípios que vinculam os órgãos de informação, durante as campanhas eleitorais ou referendárias, e a CACMP, que se ocupa da punição dos ilícitos dessa área.

A RTP e a RDP, concessionárias, res-

pectivamente, dos serviços públicos de televisão e rádio — embora agrupadas numa *holding*, denominada «Rádio e Televisão de Portugal, SGPS» — estão sujeitas à intervenção de um Conselho de Opinião, órgão colegial de composição sociocultural diversificada com poderes essencialmente opinativos. A excepção a esta natureza consultiva foi aberta com a criação, em ambas as concessionárias (RDP e RTP), do cargo de provedor, cujo titular carece de voto favorável do Conselho de Opinião.

Tanto o provedor do ouvinte como o provedor do telespectador dispõem de mandatos bienais, renováveis uma única vez, durante os quais desempenham o papel de mediadores entre os destinatários de ambos os serviços públicos e as empresas deles concessionárias, em moldes que integram a análise das queixas e sugestões recebidas, a par da emissão de pareceres dirigidos aos órgãos de administração e aos responsáveis pela programação.

Dentro do campo audiovisual encontram-se ainda outras duas instâncias reguladoras com relevo, muito embora situadas na esfera da administração clássica: o ICP-ANACOM, órgão de tutela do sector das telecomunicações e responsável por toda a gestão do espectro radioelétrico, e o Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, entidade que promove a indústria de programas e a exibição dos conteúdos por ela gerados.

A sociedade do conhecimento e da informação

Luís Magalhães
Maria de Lurdes Rodrigues

Papel estruturante do sistema de ciência e tecnologia

«A capacidade de criar, difundir e usar conhecimento e informação é cada vez mais o principal factor para o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida» (OCDE, 1999). Por esta razão, o sistema de ciência e tecnologia (C&T) assume um papel estruturante de importância fundamental para o progresso económico e social, afirmando-se em cada país como uma infra-estrutura básica para a economia e a sociedade baseadas no conhecimento. Por outro lado, «os países estão crescentemente integrados numa economia global, através de fluxos internacionais de bens, serviços, investimento, pessoas e ideias», reforçando uma tendência que se tinha afirmado na ciência de forma precursora (*op. cit.*).

Como a economia baseada no conhecimento requer novas habilitações e competências, a qualidade dos recursos humanos é o factor principal subjacente à invenção e difusão da tecnologia.

A qualificação dos recursos humanos apoia-se necessariamente no sistema científico, mesmo nos aspectos de formação técnica. De facto a dimensão e a qualidade do sistema de C&T, em estreita ligação com as instituições do ensino superior, é um elemento essencial para a actualidade e permanente actualização do ensino e da formação. Na verdade, o sistema de C&T desempenha um papel fun-

damental no estímulo à criatividade, ao uso do conhecimento, à inovação, à modernização, à actualização contínua, ao desenvolvimento de atitudes empreendedoras, à internacionalização, à adopção de procedimentos sistemáticos de avaliação, ao reforço da cultura científica e tecnológica.

À semelhança de grande parte dos indicadores sociais e económicos do país, os indicadores do sistema científico e tecnológico português apresentavam no início da década de 80 um acentuado atraso face aos outros países da União Europeia (UE).

Nos últimos vinte anos, após a entrada na UE, este atraso tem vindo a ser recuperado, com o sistema científico a revelar um enorme dinamismo e vitalidade. Embora ainda muito aquém dos níveis que se observam noutros países, encontramos numa janela de oportunidade associada a uma força de trabalho científico jovem, altamente qualificada, muito internacionalizada e em rápido crescimento, o que pode permitir atingir, na próxima década, dimensões próximas da média europeia. A janela de oportunidade é, portanto, muito estreita. Para a aproveitar é essencial uma permanente atenção às oportunidades, às necessidades e aos recursos no preciso momento em que vão surgindo, e uma grande flexibilidade para enfrentar as mudanças nas mais variadas facetas: poli-



Análise de sequências e evolução molecular.

tica, legislativa, institucional e de lideranças científicas.

Falaremos neste texto do passado recente e das perspectivas futuras para a C&T em Portugal, no novo quadro definido pelas exigências da sociedade do conhecimento e da informação.

Num primeiro momento identificam-se os factores decisivos para o arranque do desenvolvimento científico do país, a partir de meados da década de 60 até à entrada na UE. Na segunda parte descreve-se, em números, a evolução do sistema científico e tecnológico caracterizada, nos últimos vinte anos, pela abertura ao exterior e a aproximação aos padrões da Europa. Seguidamente analisam-se os principais eixos orientadores da política científica e tecnológica e as medidas de acção nas quais se baseia o desenvolvimento e crescimento assinalados. Na quarta parte apresentam-se os dois instrumentos de intervenção política para o período 2000-2006 relativos à ciência, tecnologia e inovação e ao desenvolvimento da sociedade da informação. Depois descrevem-se os

aspectos principais do período 2002-2005 nas duas áreas. Segue-se uma apresentação da iniciativa Ligar Portugal, aprovada em Julho de 2005 para a área da sociedade da informação e da iniciativa Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal lançada em Março de 2006, ambas no âmbito do Plano Tecnológico iniciado em 2005.

Finalmente, para concluir, apresenta-se uma reflexão em torno dos principais desafios e obstáculos a ultrapassar para a construção da sociedade do conhecimento e da informação no nosso país.

Uma «descolagem» difícil

Em Portugal, a partir do final da Segunda Guerra Mundial fizeram-se múltiplos esforços e lançaram-se várias iniciativas no sentido de fomentar a investigação.

Todavia, como nos mostram vários estudos, até ao início da década de 70 não se pode falar em sistema científico nacional, nem em política científica (Gago, 1990; Ruivo, 1998). Falta ao sistema dimensão e



massa crítica, e os esforços surgem marcados pela escassez de recursos humanos e financeiros. A ausência de políticas de formação de recursos humanos consequentes, as hesitações e a falta de convicção nas medidas e iniciativas tomadas no que respeita à criação e apoio das instituições, a falta de continuidade de políticas, são o principal obstáculo ao arranque e sustentabilidade do crescimento.

Só com a integração na UE se dá um verdadeiro impulso e ocorre a «descolagem» do desenvolvimento científico em Portugal. A integração de Portugal na UE, em 1986, foi percebida como uma oportunidade decisiva para o desenvolvimento científico, desta vez alicerçado na internacionalização e na abertura ao exterior, como eixo de enraizamento e garante de qualidade.

Em matéria de C&T viveu-se, portanto, um longo período marcado pela dispersão das medidas, a falta de coerência e de visão estratégica, a escassez de recursos financeiros efectivamente mobilizados, daí resultando um fraquíssimo impacte.

O voluntarismo e a acção de alguns cientistas e políticos apostados no desenvolvimento da ciência em Portugal foram dificilmente integrados no quadro do regime totalitário. Durante o período do Estado Novo, o diminuto desenvolvimento do sector é da exclusiva responsabilidade do Estado, cuja acção revela uma visão imediatista, centralizadora e uniformizadora das actividades de investigação e desenvolvimento (I&D), e tem como principais efeitos o isolamento e fecho do país em si mesmo e uma excessiva concentração em Lisboa.

Assim, as actividades de investigação desenvolvem-se quase exclusivamente em laboratórios do Estado, institutos e juntas de investigação, de âmbito sectorial, criados ao longo da vigência do Estado Novo (entre 1945 e 1960), concentrados em Lisboa e dispendo de reduzidos recursos financeiros. A principal missão destas instituições era

desenvolver investigação aplicada para a resolução dos problemas sectoriais, sem estratégias de internacionalização e ligação ao exterior, seja entre si ou com universidades e empresas.

Deste longo período destaca-se como relevante para o desenvolvimento do sistema científico nacional o papel das organizações internacionais. Em 1964 e nos anos subsequentes foi decisivo o relacionamento com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), designadamente na elaboração de análises e diagnósticos da situação da ciência em Portugal e no apoio à definição de estratégias de acção política. Mas decisivo foi também o quadro de relações com o Comité Científico da NATO (North Atlantic Treaty Organization, Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN), cujo programa de bolsas de estudo permitiu iniciar uma política de formação avançada de cientistas portugueses no exterior do país.

Em 1974 a instauração do regime democrático e, posteriormente, a política de crescimento e expansão regional e a abertura do sistema de ensino superior constituíram importantes factores de contexto, indispensáveis ao processo de desenvolvimento do sistema científico.

De facto, o regime que resultou do 25 de Abril de 1974, para além de um contexto político aberto e democrático no qual emergiram novos e mais diversificados actores, vem proporcionar a definição de novas regras e, no que respeita especificamente à ciência, vem introduzir um factor potenciador do desenvolvimento científico que se revelou decisivo.

Trata-se do crescimento do ensino superior, da sua expansão e diversificação regional: ao mesmo tempo que são absorvidos os recursos humanos doutorados formados no estrangeiro nas décadas de 60 e 70, criam-se as condições e instituem-se os mecanismos para a realização



de doutoramentos no país. A disponibilidade de recursos humanos, ainda que em número limitado, gerou uma dinâmica potenciadora de novas necessidades e novas oportunidades para o desenvolvimento de actividades de investigação nas universidades, tendente a melhorar o nível do ensino e também o das actividades de investigação. Esta dinâmica manteve-se até hoje.

Nos quinze anos mais recentes na órbita das universidades e respectivas faculdades e departamentos criaram-se centros de investigação, instituições de *interface*, instituições privadas sem fins lucrativos, constituindo-se um ambiente de funcionamento mais flexível e adoptando-se modalidades operativas de transferência e de valorização de conhecimento científico.

Neste processo as instituições de investigação ligadas ao sector do ensino superior afirmaram a sua capacidade de investigação. Abriram-se novas necessidades de recursos humanos com formação avançada. Colocaram-se ao país novos padrões de qualidade.

Várias gerações de portugueses contribuíram, em várias épocas, para o desenvolvimento científico e lutaram pela afirmação da ciência como motor de desenvolvimento do país. Mas só nos anos mais recentes este sonho antigo se tornou realidade, tendo para tal contribuído a vontade política, o apoio da comunidade europeia e o consenso nacional estabelecido em torno da questão científica.

Na verdade, a «descolagem» do nosso sistema científico dá-se apenas a partir de 1986, com a entrada de Portugal na UE, com a definição de um programa político de acção e a mobilização da comunidade científica do país, e com o estabelecimento de um consenso nacional em torno da importância do desenvolvimento do sistema científico.

Nessa altura, o Programa Mobilizador de

Ciência e Tecnologia (1987-1990) desempenhou um papel determinante, tendo marcado uma nova atitude em relação às oportunidades de constituição de novas equipas de projecto submetidas a concurso nacional, bem como a adopção de um sistema de avaliação aberta e transparente. É também desta altura o início programado do desenvolvimento de áreas científicas como a astronomia e astrofísica, a biologia molecular, a biotecnologia, as tecnologias de informação e comunicação, a ciência e engenharia de materiais.

Desde então os principais instrumentos de acção estratégica têm sido os programas operacionais inseridos no I, II e III Quadro Comunitário de Apoio: Programa CIENCIA (1990-1993), Programa PRAXIS XXI (1994-1999), Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação / Ciência e Inovação (2000-2006) e Programa Operacional Sociedade da Informação / Sociedade do Conhecimento (2000-2006). Estes dois últimos programas previram praticamente a duplicação de recursos financeiros para a C&T em relação ao período anterior do Quadro Comunitário de Apoio.

É de notar, contudo, que o processo de desenvolvimento e crescimento que se observa principalmente ao longo dos últimos vinte anos não foi sempre regular, revelando o sistema alguma permeabilidade a oscilações de conjuntura e a hesitações políticas.

Para os próximos anos, a iniciativa Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal lançada em Março de 2006 prevê, entre outros aspectos, o reforço do orçamento público de C&T para 2007 com 250 milhões de euros mais do que em 2006 (aumento de 77 % do financiamento competitivo do sistema de C&T pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia — FCT), a contratação de pelo menos 1000 novos doutorados até 2009, o aumento em 60 % do número de novas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.



Portugal na Europa e aberto ao mundo: 1995 a 2002

O principal traço da C&T em Portugal no período 1995-2002 é a aproximação aos padrões da Europa e a abertura ao exterior. O enorme crescimento do sistema científico pode ser observado nos indicadores de dimensão, isto é, nos recursos humanos e financeiros afectos a actividades de investigação. Mas outros indicadores de resultado e desempenho, como sejam a produção científica e internacionalização, revelam que este crescimento tem sido acompanhado da melhoria dos níveis de qualidade.

Recursos humanos de ciência e tecnologia

Os recursos humanos especializados em I&D em Portugal cresceram regularmente, bem como o número de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas. Pode dizer-se que a formação avançada de recursos humanos tem constituído o motor do desenvolvi-

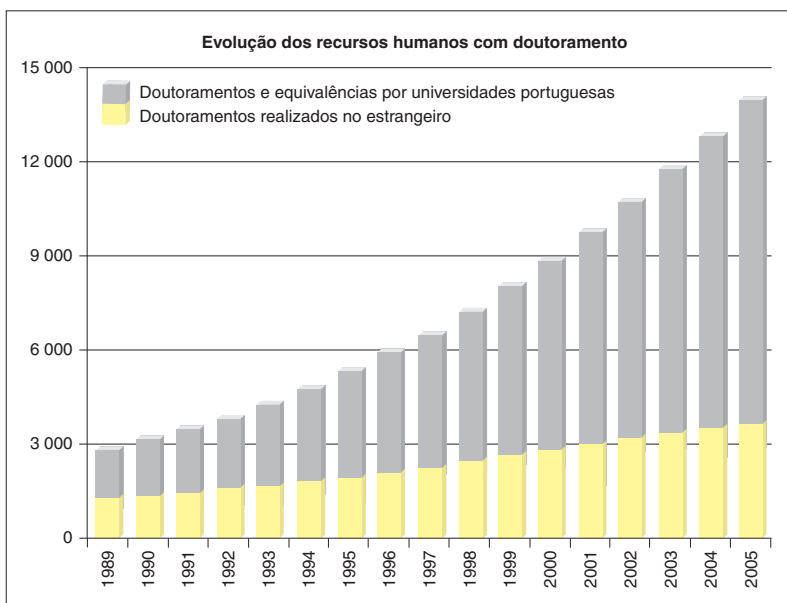
to e da recuperação do atraso científico e tecnológico.

Em 1988, existiam em Portugal 6600 investigadores ou 10 800 pessoas, isto é, 1,4 % da população activa; em 1997, 13 500 investigadores ou 22 000 pessoas, representando 2,9 % da população activa; em 2003, 20 200 investigadores ou 35 900 pessoas, correspondendo a 3,7 % da população activa.

Na verdade, no período 1997-2003 Portugal foi um dos países da UE com maior crescimento anual médio de investigadores (4,5 %), quando na UE25 foi 2,8 %, embora tenham tido crescimentos anuais médios superiores a Suécia (4,6 %), a Áustria (5,7 %) e a Finlândia (7,0 %).

Apesar do crescimento verificado, em 2003 o número de investigadores em Portugal em relação à população activa era ainda apenas cerca de dois terços da UE25, menos de metade de Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo, cerca de um terço da Suécia e menos de um quarto da Finlândia (Eurostat, 2006).

O número anual de doutoramentos reali-



Fonte: OCT/OCES, *Doutoramentos Realizados ou Reconhecidos por Universidades Portuguesas*, 1970-2005.



zados ou reconhecidos por universidades portuguesas passou de cerca de 100 em 1980 para 590 em 1997 e 1030 em 2003. Estima-se que o número de doutorados a trabalhar no país tenha passado de 1700 em 1985 para 11 800 em 2003.

O crescimento anual do número de doutorados portugueses é próximo de 9 %, um valor muito elevado que se manteve nesta ordem de grandeza ao longo do período 1995-2002. Em alguns domínios científicos o crescimento anual médio de doutorados foi muito superior à média, como por exemplo em Engenharia Bioquímica (24 %), Gestão (21 %), Filosofia (19 %), Estudos Literários (18 %), Psicologia (14 %), Linguística (14 %), Geografia (14 %), Biologia (13 %) e Ciências da Terra e do Espaço (12 %).

Os programas de formação têm procura do garantir a qualidade da formação e a diversificação de oportunidades, através de incentivos à realização de doutoramentos no estrangeiro: as bolsas atribuídas para realização de doutoramento no estrangeiro representaram no período considerado 46 % do total (OCES, 2006a; 2006c).

Com início em 1997, a atribuição de bolsas no âmbito de unidades e projectos de investigação financiada pela FCT foi descentralizada para as instituições científicas. Foi um processo exemplar em que simulta-

neamente se promoveu maior descentralização, responsabilização, transparência, rigor de avaliação, eficiência e anúncio público das oportunidades, a nível nacional, num ponto unificado de acesso nas páginas da FCT na Internet.

Introduziram-se esquemas de apoio à contratação de recursos humanos, em especial de doutorados, no âmbito dos programas de apoio às instituições de investigação: unidades de I&D, laboratórios do Estado e laboratórios associados.

De 1996 para 2001, o investimento da FCT destinado a bolsas e contratação de recursos humanos aumentou 80 por cento. Ao mesmo tempo descentralizou-se progressivamente parte deste investimento para aplicação pelas instituições de investigação. Em 2001, 30 % do total foi aplicado descentralizadamente pelas instituições de investigação, no âmbito dos programas de apoio às instituições científicas e de projectos de I&D (OCT, 2002).

Recursos financeiros para ciência e tecnologia

A despesa em I&D, a preços constantes de 1995, era em 1988 de cerca de 273 milhões de euros, isto é, 0,41 % do produto interno bruto (PIB); em 1995 era 460 milhões de euros, 0,57 % do PIB; em 2001 era 838 milhões de euros, 0,85 % do PIB.

Evolução da despesa em actividades de I&D por sector de execução (milhares de euros, preços constantes de 1995)

	1988		1990		1992		1995		1997		1999		2001	
		%		%		%		%		%		%		%
Empresas	67 016	25	99 051	26	103 713	22	96 227	21	121 198	23	161 400	23	266 608	32
Estado	90 214	33	96 533	25	105 714	22	124 313	27	130 682	24	198 846	28	173 954	21
Ens. superior	92 608	34	136 690	36	205 542	43	170 429	37	216 070	40	274 562	38	307 238	36
IPSFL	22 846	8	47 088	13	62 811	13	69 068	15	71 676	13	76 783	11	90 363	11
TOTAL	272 684	100	379 362	100	477 780	100	460 037	100	539 626	100	711 591	100	838 163	100

Fonte: OCT, *Principais Indicadores de Ciência e Tecnologia em Portugal*, 1988-1995; *Sumários Estatísticos*, IPTN, 1997, 2001.



**Evolução do potencial científico e tecnológico:
número de investigadores em per milagem da população activa
e despesa em I&D em percentagem do PIB**

	Investigadores/população activa (%)	Despesa I&D/PIB (%)
1988	1,4	0,41
1990	1,6	0,51
1992	2,0	0,61
1995	2,4	0,57
1997	2,8	0,62
1999	3,1	0,76
2001	3,4	0,85
2003	3,7	0,78

Fonte: OCES, *Potencial Científico e Tecnológico Nacional: 1982-2001: Duas Décadas de Evolução do Esforço em I&D em Portugal*, 2003; OCES, *Sumários Estatísticos: IPCTN 03*, 2006.

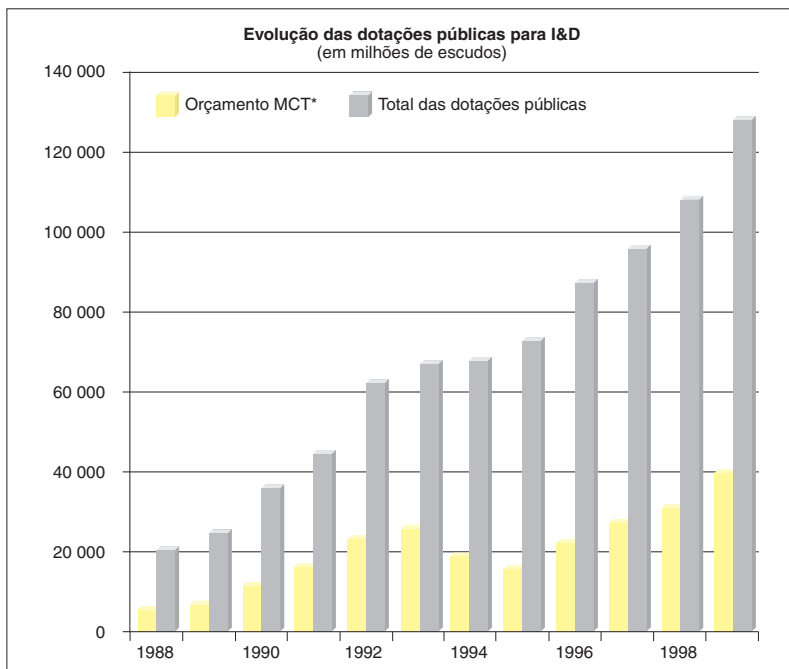
Assim, a despesa em I&D em Portugal cresceu entre 1995 (0,57 % do PIB) e 2001 (0,85 % do PIB) a uma taxa média anual de 9,5 % (a preços constantes), contrastando com o decréscimo ocorrido entre 1992 (0,61 %) e 1995 (0,57 %), depois de uma década de crescimento continuado. A quebra no crescimento do financiamento das actividades de I&D em Portugal entre 1992 e 1995, depois de uma década de crescimento continuado e apesar do aumento dos recursos humanos e do esforço de formação pós-graduada, foi particularmente negativa para a recuperação do atraso científico e tecnológico de Portugal.

Por outro lado, apesar do elevado crescimento verificado, a despesa em I&D em Portugal ficou ainda num valor muito baixo. Na verdade, na globalidade da UE25 a despesa em I&D em 2001 era 1,9 % do PIB. Assim, a despesa de I&D em relação ao PIB em 2001 foi em Portugal 40 % da UE25 e inferior a um quarto da Suécia e da Finlândia. O principal factor que contribui para as diferenças é a dimensão dos recur-

sos humanos afectos a actividades de investigação, tanto investigadores como técnicos (Eurostat, 2006).

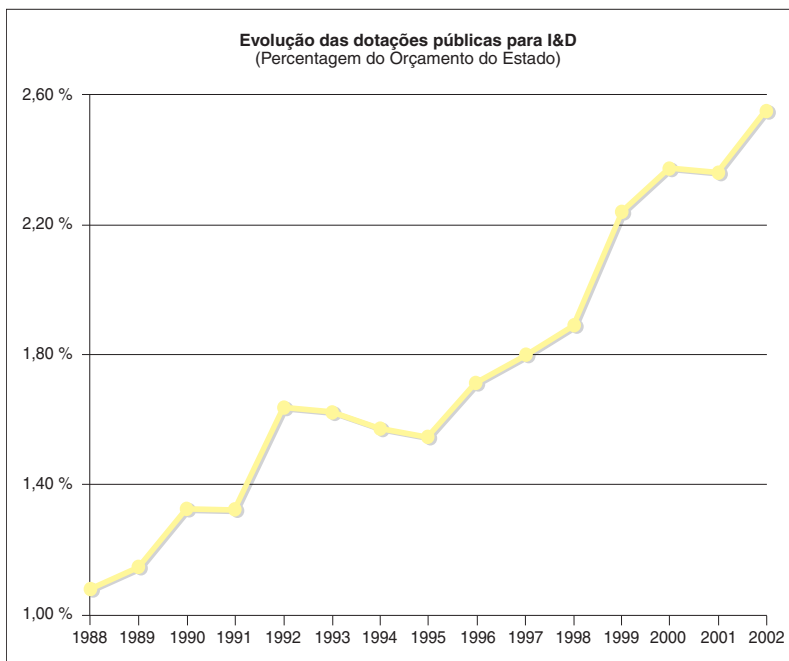
O esforço realizado para a recuperação deste atraso é visível em primeiro lugar no acentuado crescimento das dotações públicas para C&T no período 1995-2001, em particular o crescimento do orçamento da principal agência financiadora do sistema, que passa, a preços constantes de 2003, de 100 milhões de euros em 1995 (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica — JNICT), para 300 milhões de euros em 2002 (FCT). Uma parte substancial destas verbas é canalizada para o financiamento directo das instituições e unidades de I&D, para programas de formação avançada em C&T e para o apoio de programas, projectos e outras actividades de I&D (OCT, 1998).

A distribuição de recursos financeiros por sector de execução mostra que em 1997 a despesa de I&D nas empresas era apenas de 22 % do total, contra cerca de 50 % na UE e 60 % na OCDE. Contudo, a despesa de I&D nas empresas, entre



(*) Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia até 1995, Ministério da Ciência e da Tecnologia de 1995 a 2000.

Fonte: OCT, *Dotações Orçamentais*, 1986-1999.



Fonte: OCT, *Dotações Orçamentais*, 1986-2002.



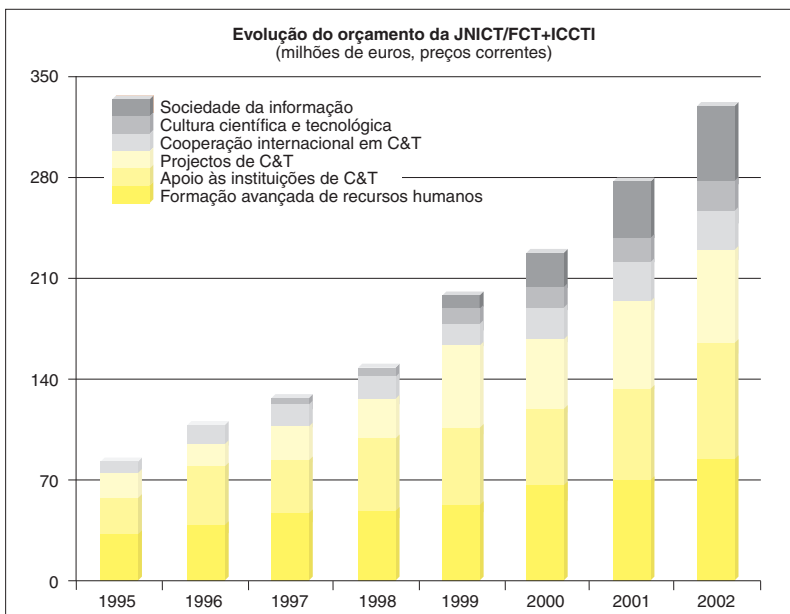
1995 e 2001, apresentou um crescimento anual médio da ordem de 20 %, invertendo uma tendência de decréscimo verificada desde 1990. O crescimento anual médio da despesa em I&D nas empresas entre 1995 e 2001 foi significativamente mais elevado do que o crescimento anual médio da despesa global em I&D, o qual foi, como se viu acima, 9,5 por cento. Assim, em 2001, a despesa em I&D nas empresas era 32 % da despesa total em I&D. Em relação ao PIB, a despesa em I&D nas empresas decresceu de 0,14 % em 1990 para 0,11 % em 1995 e cresceu deste ano para 2001, quando foi 0,27 % do PIB (Eurostat, 2006).

Sendo certo que a menor incidência de I&D empresarial em Portugal, quando confrontada com a dos países mais desenvolvidos, se deve em primeiro lugar a uma estrutura industrial com pouco peso de sectores intensivos em I&D, devem encarar-se estes sinais de dinamismo como uma tendência positiva mas de alcance ne-

cessariamente limitado se não se verificarem alterações significativas na estrutura da especialização (Fernandes, 1998).

A melhoria da formação dos recursos humanos nas empresas portuguesas é certamente outro dos factores que mais contribuirá para o desenvolvimento tecnológico e a inovação no tecido económico nacional.

Tradicionalmente as empresas nacionais tinham uma pequena fracção de quadros com formação superior, em consonância com o baixo grau de formação da população portuguesa: actualmente os diplomados do ensino superior são apenas cerca de 8 % do total da população activa, enquanto a média nos países europeus é de 14 por cento. Quando nestes cálculos se recorta apenas o sector empresarial em Portugal (excluindo portanto a administração pública e o trabalho independente) a proporção referida desce para cerca de metade. O défice de qualificações no tecido económico e social é ainda



* Gráfico construído com base nos orçamentos da principal agência financiadora do sistema de C&T: JNICT até 1997, FCT de 1997 a 2002, a que foi acrescido o orçamento do Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI).

Fonte: *Grandes Opções do Plano*, 1995-2002.



penalizador de qualquer política tecnológica, mas a situação está no entanto a mudar rapidamente, por força do crescimento e abertura do sistema de ensino superior.

De facto, para os anos mais recentes, o número de diplomados do ensino superior no total dos trabalhadores nas empresas com pelo menos um diplomado aumenta sempre nas empresas de criação mais recente, em todos os ramos de actividade e escalões de dimensão das empresas.

Esta tendência é decisiva, não só porque os recursos humanos com formação superior são agentes imprescindíveis para o processo de inovação tecnológica dentro das empresas e na relação destas com as universidades e as instituições científicas, como pelo que indicia de mudança de ati-

tude das novas gerações de empreendedores em relação aos factores intangíveis de competitividade.

Tendo como pano de fundo esta mudança e considerando o aumento continuado, na última década, do número de diplomados do ensino superior, bem como de recursos humanos com formação pós-graduada, pode dizer-se que estão finalmente criadas condições reais que possibilitam a colocação no tecido empresarial de quadros altamente qualificados de forma mais significativa.

Por outro lado, é interessante observar que o aumento na despesa de I&D nas empresas entre 1995 e 2002 se deve fundamentalmente a novas empresas que não existiam ou não declaravam actividades de I&D em 1995, as quais iniciaram activida-

**Produção científica portuguesa:
número de publicações* por ano, por área e por tipo de documento**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Publicações em revistas classificadas												
<i>Physical, Chemical and Earth Sciences</i>	329	392	436	509	541	573	668	788	879	1071	1123	1382
<i>Life Sciences</i>	230	242	298	353	426	511	513	628	699	854	835	894
<i>Clinical Medicine</i>	75	104	125	135	168	207	181	271	274	352	351	356
<i>Agriculture, Biology, and Environmental Sci.</i>	98	103	168	156	209	258	272	317	388	424	468	550
<i>Engineering, Computing & Technology</i>	160	152	184	180	218	271	340	349	416	510	549	555
<i>Social and Behavioral Sciences</i>	26	24	50	47	50	61	92	52	72	85	163	110
<i>Arts & Humanities</i>	8	24	19	19	34	18	28	22	22	37	44	32
[1] Subtotal	925	1040	1279	1398	1645	1899	2093	2427	2749	3333	3533	3878
[2] Publicações não classificadas	48	55	70	145	238	316	310	391	445	490	576	508
Total de Publicações [1] + [2]	973	1095	1349	1543	1883	2215	2403	2818	3194	3823	4109	4386
Artigo	735	844	945	1088	1333	1555	1906	2164	2293	2709	3047	3214
Artigo em actas	97	107	140	205	213	257	229	300	434	548	473	601
Nota	62	45	82		68		125	103				
Recensão	6	8	16	17	27	23	40	32	38	54	79	79
Outras	74	92	167	167	183	276	227	321	430	511	510	488

(*) Método de contagem fraccionada.

Fonte: *Institute for Scientific Information, National Citation Report for Portugal, 1981-2001.*



des com recursos humanos mais qualificados e em sectores de actividade tecnologicamente avançados.

Produção científica

A produção científica referenciada internacionalmente, ou seja, os trabalhos de investigadores de instituições científicas portuguesas publicados em revistas de reconhecido mérito internacional, é um importante indicador do desempenho dos sistemas científicos.

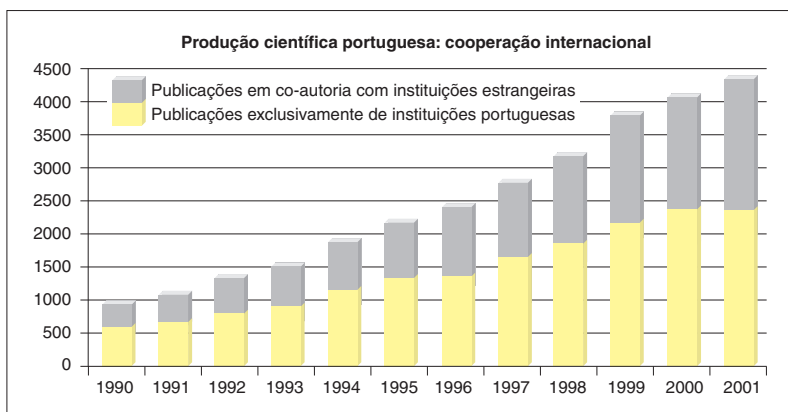
A produtividade científica nacional tem crescido significativamente. No período 1990-1995, Portugal foi o primeiro país da UE em crescimento do número de publicações científicas referenciadas no *Science Citation Index (SCI)* — um crescimento anual médio de 12 %, triplo da OCDE e mais que duplo da UE (OCDE, 1999). Enquanto o número de investigadores em Portugal duplicou de 1988 para 1997, o número de publicações referenciadas no *SCI* mais que triplicou, na verdade foi 3,5 vezes superior (OCT, 1999b). No período 1995-1999, Portugal voltou a ser o primeiro país da UE em crescimento do número de publicações científicas referenciadas ao *SCI*, com um crescimento anual médio de 16 %, mais de cinco vezes e meia superior à média da UE15 e mais do dobro do país com o segundo maior valor. Neste

período, o crescimento em publicações foi o dobro do crescimento em investigadores (EC, 2001).

Por outro lado, a produção científica em co-autoria é um bom indicador de cooperação internacional. Em 1997, 41 % dos artigos com participação portuguesa referenciados internacionalmente foram trabalhos de cooperação internacional, o que traduz um aumento significativo face aos 28 % registados em 1980/1981. No período 1995-1999, os artigos em co-autoria de investigadores em Portugal com investigadores no estrangeiro foram 51 % do total de artigos publicados, destacadamente o maior valor observado na UE15 (EC, 2003). É um evidente sintoma de uma crescente abertura científica e tecnológica do país e de uma posição favorável em termos de cooperação científica internacional num contexto de globalização.

As parcerias científicas do país alargaram-se após a adesão à UE: cresce significativamente a colaboração com a Alemanha, Espanha e Itália. As colaborações com o Reino Unido, os Estados Unidos da América (EUA) e a França continuam, contudo, a ser as mais frequentes.

Por domínios científicos a cooperação científica de equipas portuguesas com equipas de instituições do Reino Unido é particularmente importante nas Ciências



Fonte: Institute for Scientific Information, National Citation Report for Portugal, 1990-2002.



da Terra, Ciências Médicas, Ciências Químicas, Biomédicas e Biologia. Os EUA têm um lugar importante na cooperação em Ciências Biomédicas, Ciências Químicas e Física. A França está presente sobretudo na cooperação científica em Ciências do Universo e tem um lugar significativo em Física, Ciências Médicas e Ciências Químicas.

O alargamento da cooperação internacional é evidente também na participação de equipas de investigação portuguesas em projectos internacionais como o EUREKA.

No 4.º Programa-Quadro de Investigação da UE (1994-1998), o número de participações de instituições portuguesas foi de 1551 em 1117 projectos, 158 dos quais como instituições-líderes, quando o número total de projectos aprovados no âmbito desse programa-quadro foi 13 738 (OCT, 1999c). No 5.º Programa-Quadro de Investigação da UE (1999-2002), o número de projectos com participação de instituições portuguesas foi 1442 em 1071 projectos, 158 dos quais como instituições-líderes, num total de 11 327 projectos.

O crescimento e a abertura científica e tecnológica do país à colaboração internacional são os dois traços distintivos da

evolução da C&T em Portugal, que entra agora, talvez, numa nova etapa da sua história.

Garantir a qualidade e o crescimento sustentado

Se é indiscutível o crescimento e a abertura do sistema científico nacional nos últimos quinze anos, o crescimento sustentado não está ainda garantido e não se alcança automaticamente.

Os principais indicadores estatísticos revelam que o sistema científico está ainda longe da robustez necessária à sobrevivência e auto-reprodução independentes, dadas a sua actual dimensão, o acelerado crescimento e a fragilidade e juventude de grande parte das instituições que o constituem.

A quebra no crescimento da despesa de I&D, entre 1992 e 1995, não traduz apenas hesitações da acção política, mas também revela as dificuldades do sistema científico, ainda frágil, para se afirmar e defender dessas mesmas hesitações.

O programa político para a C&T seguido de 1995 a 2002 propôs, justamente, uma estratégia para superar definitivamente o atraso, reforçar as instituições e garantir a qualidade.

Vejam as suas principais linhas de orientação:

- aumento e qualificação dos recursos humanos afectos a actividades de I&D, como base e garantia de um crescimento sustentado;
- desenvolvimento e consolidação de uma cultura de avaliação externa e independente e institucionalização de mecanismos de auto-avaliação e de acompanhamento externo;
- reforço e qualificação das instituições científicas e tecnológicas, da sua organização, liderança e capacidade de programação estratégica;
- reforço da internacionalização e da participação de Portugal nos grandes or-

Inclusão de embriões em meio.





Preparação de embriões de codorniz para injeção de DNA.

ganismos internacionais de I&D, com vista a assegurar níveis de qualidade segundo padrões internacionais;

- promoção de projectos de investigação científica e tecnológica de elevada qualidade internacional, num quadro de estabilidade e rigor de avaliação, contemplando projectos orientados para temas de interesse público e associados ao reforço da capacidade de participação nos grandes organismos científicos internacionais;

- estímulo à investigação tecnológica aplicada e à inovação, em particular através de projectos de investigação em consórcio entre instituições científicas e empresas, liderados e comparticipados pelas empresas;

- promoção da cultura científica junto das populações mais jovens através do desenvolvimento do ensino experimental das ciências e outras iniciativas, em articulação com as instituições científicas;

- reforma legislativa do sistema científico e tecnológico, contemplando a criação de instituições de administração da política científica e tecnológica adaptadas à nova realidade nacional, a definição do regime jurídico das instituições de investigação, a revisão do estatuto da carreira de investigação e a revisão do estatuto do bolseiro de investigação;

- institucionalização de mecanismos regulares de observação e análise do sistema científico e tecnológico para divulgação

de informação sobre o seu estado e tendências e para apoio à definição da política científica e tecnológica;

- recuperação do atraso no lançamento das fundações para a sociedade da informação, através da generalização das acessibilidades e competências básicas na população, do desenvolvimento das ciências e tecnologias da informação e da comunicação, do estímulo à disponibilização de conteúdos na Internet.

A observação dos volumes financeiros investidos no período referido nos programas de formação avançada, no reforço das instituições científicas, no apoio a projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, no alargamento da participação portuguesa em organizações científicas intergovernamentais, na promoção da cultura e da educação científica são talvez a expressão mais evidente da importância que se atribui a estas componentes do desenvolvimento científico e da vontade política de centrar nelas o esforço para vencer o atraso científico.

Aumento dos recursos humanos com elevadas qualificações científicas

Entre 1994 e 2002 foram financiadas 11 950 bolsas de formação avançada, das quais 2670 de mestrado e 5900 de doutoramento. Do total das bolsas de doutoramento concedidas, 46 % foram para doutoramentos no estrangeiro, correspondendo ao objectivo de continuar a estimular uma contribuição significativa de doutoramentos nas melhores universidades estrangeiras, como factor de internacionalização, relacionamento directo com as redes científicas internacionais e de importação de práticas diferentes na nossa sociedade.

Avaliação, qualidade, rigor e transparência

Os sistemas de avaliação são de importância central para a qualidade, internacionalização e funcionamento geral dos sistemas



científicos. Visam sempre a tomada de decisões relativamente à optimização dos recursos financeiros, à racionalização ou reforma das instituições, ao aumento da produtividade e qualidade da produção e da actividade científica.

Como vimos, a partir de 1964 os programas de avaliação do sistema científico nacional e das políticas governamentais, monitorizados pela OCDE, foram decisivos para o arranque do desenvolvimento científico do país.

De novo, a partir de 1996 foi desencadeada uma profunda mudança do sistema de avaliação, considerando que esta é um elemento essencial para o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional e uma garantia da sua qualidade. Tal mudança, desencadeada pela FCT, consistiu basicamente na revisão, clarificação e divulgação dos procedimentos de avaliação de instituições científicas, de projectos de investigação e de candidaturas a bolsas. A avaliação de projectos e instituições apoia-se essencialmente em painéis de avaliadores maioritariamente compostos por cientistas de instituições estrangeiras; e envolvem a interacção directa entre proponentes e avaliadores em sessões de apresentação pública das candidaturas de projectos ou unidades de investigação. Outro aspecto importante foi a inclusão nos critérios de avaliação da qualidade dos resultados de projectos financiados anteriormente em que a equipa participou e da contribuição dos projectos para a integração de novos investigadores.

Assim, foi concretizado um processo de avaliação coerente e transparente, cuja qualidade é reconhecida pela comunidade científica nacional e sublinhada internacionalmente, o que permitiu encetar um modelo regular e responsável de financiamento de I&D, conferindo condições de estabilidade e responsabilização às instituições de investigação.

A avaliação das instituições científicas que envolveu todos os laboratórios do Estado e mais de 350 unidades de investigação, de todas as áreas do conhecimento, financiadas pela FCT, seguiu os princípios enunciados.

Do processo de avaliação dos laboratórios do Estado resultaram algumas medidas que integraram a primeira fase de um programa de apoio à sua reforma, iniciado em 1998 com constituição de equipas de projecto orientadas para temas específicos de interesse público: prevenção e redução de riscos (sísmico, radiológico e nuclear, de degradação das construções), ciências e tecnologias do mar, investigação científica tropical. O estímulo ao rejuvenescimento dos investigadores e à modernização e flexibilização da gestão de projectos de investigação nos laboratórios do Estado é concretizado pela disponibilização de financiamentos, em parte condicionados ao recrutamento de novos investigadores e à adopção de regras de autonomia de gestão pelos investigadores responsáveis pelos projectos. Por outro lado, também as promulgações do Regime Jurídico das Instituições de Investigação e da revisão do Estatuto da Carreira de Investigação determinaram a reformulação da orgânica interna dos laboratórios e da sua gestão e funcionamento.

Da avaliação das unidades de investigação resultou um conhecimento mais pormenorizado do estado do sistema científico e tecnológico nacional, não só a nível de cada unidade, mas também de cada domínio científico e do conjunto do sistema. O processo de avaliação estimulou, também, a mudança de lideranças científicas, a definição de orientações estratégicas, a internacionalização das actividades, a qualificação das actividades científicas, a organização e o alargamento de oportunidades de formação de doutoramento e pós-doutoramento e a participação na promoção da cultura científica.



Foi constatado um elevado potencial para uma actividade científica de grande qualidade internacional, ainda que entravado por alguns factores. Em primeiro lugar, deficiências estruturais na organização e constituição das unidades, atribuíveis a políticas anteriores de financiamento que privilegiavam a dimensão e a inserção em certas áreas prioritárias, em detrimento da qualidade e dos resultados da investigação. Em segundo lugar, dificuldades de compatibilização da actividade científica com a actual organização do ensino universitário, nomeadamente a exígua disponibilidade de tempo dos docentes para a investigação resultante de cargas lectivas excessivas, a falta de apoio administrativo e técnico e a rigidez nas contratações de recursos humanos.

Reforço e qualificação das instituições científicas

O Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, talvez o mais importante programa de reforço das instituições científicas, passou a disponibilizar financiamentos de base e programático definidos na sequência de avaliação internacional periódica. Integram o programa cerca de 335 unidades de todas as áreas do conhecimento. O montante global de financiamento do programa aumentou significativamente no período 1995-2002: passou de 7,5 milhões de euros em 1995 e 1996 para 20 milhões de euros em 1997, 28 milhões de euros em 1999, 30 milhões de euros em 2000 e 35 milhões de euros em 2001 (OCT, 2002).

Além de dotar as unidades de recursos financeiros para o seu funcionamento, este programa tem servido de estímulo para a reorganização interna e orientação programática das instituições, o reforço da sua autonomia e capacidade de captação de fundos no exterior do sistema, e das condições para geração de emprego científico, na sequência das recomendações resul-

tantes das avaliações periódicas internacionais.

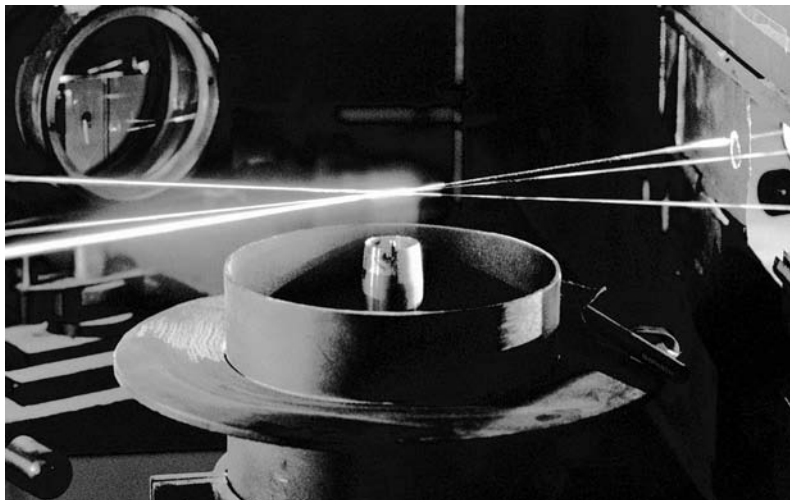
Toda a informação relativa ao processo de avaliação tem sido publicada e amplamente divulgada. Tanto os resultados das avaliações como a informação geral sobre as unidades de investigação são também disponibilizados na Internet. A informação sobre as unidades, incluindo listas exaustivas das suas equipas de investigação, respectivas áreas de interesse e endereços de correio electrónico é actualizada anualmente pelas próprias unidades através da Internet e depois tornada pública. Constituiu-se, assim, um eficaz instrumento de interligação e comunicação entre os investigadores e entre as instituições.

Reforço da internacionalização científica e tecnológica

O reconhecimento da importância da cooperação internacional como instrumento essencial no desenvolvimento e na melhoria da qualidade do sistema científico e tecnológico — no quadro da crescente globalização social e económica — conduziu à promoção de uma política de cooperação internacional.

Um conjunto de grandes laboratórios internacionais desempenha um papel destacado na abertura de novas perspectivas científicas, no acesso a instrumentação avançada e no reforço e qualificação de competências das comunidades científicas participantes. Por estas razões, desde 1995 foi desenvolvida uma política de adesão e participação de Portugal nas grandes instalações científicas internacionais:

— renovação do mandato do Comité Misto Portugal-CERN até 2007, assegurando a continuação do aconselhamento no financiamento das actividades científicas nos domínios do CERN e o prosseguimento do acordo sobre o treino de jovens engenheiros portugueses no CERN, instituição a que Portugal aderiu em 1985;



Medição simultânea de velocidade e concentrações pontuais num jacto de CO₂.

— iniciativa para a criação de uma Agência Europeia dos Oceanos;

— acordo entre Portugal e a Agência Espacial Europeia (ESA) em 1996, abrindo a possibilidade de participação de empresas e instituições de investigação em programas opcionais, nomeadamente no programa ARTES, e subsequente negociação e concretização da adesão plena de Portugal à ESA em 1999;

— adesão de Portugal ao Laboratório Europeu de Biologia Molecular, ao Laboratório Europeu de Radiação Sincrotrão,

ao Ocean Drilling Programme através do consórcio europeu formado na Fundação Europeia da Ciência e ao Grupo Consultivo para a Investigação Agrária Internacional;

— abertura das negociações para a adesão plena de Portugal ao Observatório Europeu do Sul (ESO);

— participação nas redes fundamentais de cooperação científica multilateral como a iniciativa EUREKA, COST (nomeadamente nos domínios de telecomunicações, transportes, produtos florestais, biotecnologia e agricultura) e CYTED-IBEROEKA.

Ensaio de combustão e desenvolvimento de queimadores.



Promoção de projectos de investigação de elevada qualidade

O financiamento de projectos de I&D cresceu substancialmente em todas as áreas científicas e tecnológicas, acompanhado da clarificação dos processos de concurso e avaliação, bem como da adopção de regras mais adequadas de disponibilização de financiamentos.

Para além dos concursos de projectos abertos a todas as áreas científicas, foram promovidos concursos orientados para domínios específicos de interesse público, em parceria e comparticipação com outras



entidades. Salientam-se deste conjunto os seguintes programas: Investigação Científica Aplicada a Incêndios Florestais, Investigação sobre a Comunidade Cigana, Investigação Científica no Domínio das Relações Sociais de Género e das Políticas para a Igualdade entre Homens e Mulheres, Investigação no Domínio da Segurança Social e das Políticas Sociais, Programa Integrado para as Ciências Sociais e Humanas, Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no Domínio da Conservação da Natureza, Investigação Científica e Tecnológica em Temas Relacionados com a Promoção da Língua e da Cultura Portuguesa no Estrangeiro (Programa Lusitânia).

São, também, de natureza específica os concursos abertos anualmente para projectos no quadro de programas de cooperação internacional, nomeadamente: Investigação Científica e Tecnológica no Âmbito do Acordo de Cooperação com o European Laboratory for Particle Physics (CERN), Acções de Ciência e Tecnologia em Astronomia no Âmbito do Acordo de Cooperação com o European Southern Observatory (ESO).

Foram, ainda, preparados novos programas orientados para algumas áreas de importância significativa: Ciências e Tecnologias do Mar, Processamento Computacional da Língua Portuguesa, Ciências e Tecnologias Aeroespaciais. No âmbito dos dois primeiros programas foram já abertos concursos específicos para projectos de investigação.

Adicionando a tudo isto os projectos de investigação com participação empresarial, apoiados através da Agência de Inovação, encontravam-se em curso no ano 2001 cerca de 2326 projectos de investigação (a maioria de dois ou três anos de duração), totalizando um financiamento total da ordem dos 200 milhões de euros distribuídos por todas as áreas científicas numa base concorrencial e competitiva.

Inserção das ciências sociais e humanas na política científica

As Ciências Sociais e Humanas foram ao longo da história de desenvolvimento científico do país objecto de secundarização ou mesmo marginalização sistemática. Particularmente negativa foi a definição de prioridades do Programa Ciência, que excluiu as Ciências Sociais e Humanas de todos os programas-financiamento para a criação de infraestruturas, para apoio a projectos de investigação e programas de formação avançada.

No período 1995-2002 foram lançadas várias iniciativas tendentes a colocar estes domínios do conhecimento em plano de igualdade de oportunidades no que respeita à política científica. Em particular, foram tomadas medidas visando o reforço das unidades de investigação, o aumento do número de doutorados e investigadores, o apoio a projectos de investigação e estímulo à internacionalização. Destacam-se o lançamento em 1996 do Programa Integrado para as Ciências Sociais e Humanas e o levantamento da produção científica nacional em publicações nacionais e estrangeiras.

Todos os programas para apoio a projectos, formação avançada e apoio ao funcionamento das unidades de investigação passaram a abranger todas as áreas do saber, sendo esta considerada uma condição essencial para o desenvolvimento equilibrado do sistema científico.

Estímulo à investigação tecnológica aplicada e à inovação

Como vimos, as questões relacionadas com a capacidade tecnológica e a inovação empresarial no nosso país estão estreitamente associadas à história da nossa indústria, inscrevem-se na própria estrutura industrial e no tradicional défice de recursos humanos nos diferentes níveis de qualificações.

A modernização e abertura da sociedade portuguesa em geral e as transforma-



ções de natureza estrutural que ocorrem lenta mas solidamente permitem algum optimismo nesta matéria. Estas transformações são visíveis em alguns indicadores gerais. Por exemplo, Portugal foi em 1985-1996 o país da UE com mais elevado crescimento anual de valor acrescentado em indústrias baseadas em conhecimento (*knowledge-based industries*): o dobro do global da OCDE e mais do dobro da UE.

Neste processo de modernização foi certamente decisiva a democratização e o alargamento do sistema de ensino superior, mas foi também determinante o benefício da acção de muitos outros agentes e sectores.

Através da Agência de Inovação foi desenvolvido um vasto conjunto de iniciativas, visando reforçar a capacidade tecnológica e a inovação empresarial. Foram desenvolvidos mecanismos de apoio às empresas na identificação de problemas e necessidades através da realização de auditorias tecnológicas; a identificação de resultados de investigação e de tecnologias com interesse para o tecido empresarial; o apoio à circulação dessa informação e ao encontro entre a oferta e a procura de tecnologias, nomeadamente pela organização de bolsas de contacto.

O emprego científico nas empresas foi promovido através de incentivos à mobilidade dos recursos humanos entre as universidades e as empresas, de apoios à contratação de doutores e mestres pelas empresas, à formação avançada (em particular em mestrados e cursos de especialização na indústria com a colaboração das universidades) e a estágios de engenheiros em instituições científicas estrangeiras com tecnologias de ponta, como é o caso do CERN, ESO e NASA.

A investigação tecnológica aplicada tem sido directamente apoiada, sobretudo os projectos realizados em consórcio, criando laços e hábitos de cooperação

entre o mundo empresarial e a investigação e estimulando as relações e a transferência de conhecimentos, competências e tecnologias. Estes aspectos têm a maior importância quando se reconhece claramente que «a inovação já não depende apenas do desempenho independente das empresas, universidades e institutos de investigação, mas, crescentemente, de como estas instituições cooperam» (OCDE, 1999).

A Agência de Inovação assegurou, com grande sucesso, a promoção da indústria portuguesa no CERN, promovendo um aumento acentuado da venda de bens e serviços portugueses àquela prestigiada e exigente organização científica. Depois de ter permanecido em valores muito baixos durante um longo período desde a adesão de Portugal ao CERN em 1985, o valor dos contratos aumentou 10 vezes de 1996 para 2001, altura em que atingiu 6,8 milhões de euros (OCT, 2002).

Por outro lado, foi aplicado em 1997 um sistema de benefícios fiscais às actividades de I&D de empresas, o qual veio a ser fortemente responsável por Portugal ter sido o país da OCDE onde, entre 1990 e 1998, se verificou um maior crescimento dos incentivos fiscais desta natureza, o que o colocou como terceiro país da OCDE nos incentivos fiscais às actividades de I&D, a seguir à Espanha e ao Canadá (OCDE, 1999).

Promoção da cultura científica e tecnológica: o Programa Ciência Viva

Ao longo dos anos 90 foram realizados vários inquéritos à cultura científica dos Europeus, aplicados também em Portugal, incidindo sobre os conhecimentos científicos, mas também sobre atitudes e representações perante a ciência (OCT, 1998). Os resultados relativos a Portugal, no quadro da comparação internacional, confirmam a necessidade de um programa especial de reforço da cultura científica e tecnoló-



Robótica submarina: catamarã Delfim.

gica e de enraizamento da ciência na sociedade em geral. Arrisca-se pouco ao afirmar que este é talvez o campo onde os objectivos e a acção política, nos últimos anos, têm sido mais inovadores a nível internacional e reveladores de uma larga visão estratégica.

Em termos evolutivos, a situação da população portuguesa tinha melhorado no que respeita aos indicadores de conhecimento e de compreensão dos métodos científicos, bem como no que respeita à confiança na ciência, mas tinha-se agravado no que respeita à insegurança cognitiva e a um conjunto de indicadores de atitudes, relativos ao interesse e à curiosidade pelos temas científicos.

O estado da cultura científica dos Portugueses era em primeiro lugar explicado pelas condições da sua aprendizagem, bem como pela escassez das oportunidades de contacto com o mundo da ciência e da tecnologia: os resultados dos inquéritos mostraram que o nível de escolaridade, pelas

oportunidades de aprendizagem e socialização que a escola proporciona, era a variável que mais explicava os diferentes níveis de conhecimento científico, bem como as representações e atitudes perante a ciência; o conhecimento, em particular, distinguia-se por um défice quase total de ensino experimental das ciências e por uma reduzida afirmação do ensino tecnológico.

Segundo os resultados do inquérito internacional de caracterização dos níveis de desempenho dos alunos (de 9 e 13 anos), os desempenhos médios das crianças portuguesas, tanto em matemática como em ciências, eram particularmente fracos, embora tivessem apresentado melhores resultados os alunos que afirmavam realizar ou assistir a experiências na sala de aula.

No que respeita a outras oportunidades de contacto com o mundo da ciência e da tecnologia, registava-se a escassez de museus, revistas de divulgação, programas



de televisão e rádio, etc., sejam eles destinados à população adulta ou mais jovem.

Foi lançado em Junho de 1996 o Programa Ciência Viva, que elegeu como princípios orientadores a importância da escola e do ensino experimental das ciências na formação da cultura científica e tecnológica.

A política de difusão da cultura científica e tecnológica em Portugal envolveu duas dimensões: os jovens como alvo e o envolvimento de instituições científicas como estratégia para a promoção da qualidade. Isto é, o envolvimento dos cientistas e das instituições científicas nas várias iniciativas, e a importação, para esta linha de intervenção, dos mecanismos de concurso, avaliação independente, acompanhamento e apresentação pública de resultados, práticas que são há longa data seguidas pelas instituições científicas.

Foram quatro os instrumentos fundamentais de acção do Programa Ciência Viva:

- um programa — Ciência Viva na Escola — de apoio e financiamento de projectos para o desenvolvimento do ensino experimental das ciências, com o envolvimento da comunidade científica e educativa. Entre 1996 e 2001 foram realizados cinco concursos anuais, de que resultaram cerca de 3120 projectos, abrangendo mais de 2000 escolas, 5000 professores e meio milhão de jovens (cerca de 40 % de toda a população escolar correspondente), o que representou um investimento de 24 milhões de euros (OCT, 2002);

- o programa de Geminação Escolas-Instituições Científicas, para realização de actividades conjuntas e disponibilização de apoio técnico e científico, que consagra uma perspectiva de colaboração regular e partilha de recursos e conhecimentos entre escolas e instituições científicas;

- uma rede nacional de centros Ciência Viva, concebidos como espaços interactivos de divulgação científica para a população em geral, mas também como platafor-

mas de desenvolvimento regional científico, cultural e económico, através do envolvimento dos actores regionais mais activos nestas áreas, sendo objectivo deste instrumento criar nos próximos anos uma rede de centros com nós em todos os distritos. O primeiro centro foi inaugurado em 1997 no Algarve, ao qual se seguiram o Planetário do Porto, o Exploratório Infante D. Henrique de Coimbra, o Centro de Ciência do Europarque da Feira. No Parque das Nações, em Lisboa, foi criado o Pavilhão do Conhecimento — Ciência Viva, como centro nacional de recursos para toda a rede de centros Ciência Viva, o qual abriu ao público com um conjunto de exposições apresentadas pelos melhores centros de ciência de todo o mundo. Em 2002 foi aberto o Centro Ciência Viva de Vila do Conde;

- a organização de campanhas nacionais de divulgação científica, estimulando o associativismo científico e proporcionando à população oportunidades de observação e de contacto directo e pessoal com cientistas e instituições científicas de diferentes áreas do saber. Estas campanhas de âmbito nacional e de acesso livre e gratuito decorrem sob o signo da experimentação, entendida como verificação empírica do saber, confrontação da teoria com a prática e observação activa em interacção com especialistas das áreas do saber abrangidas.

Recuperação do atraso no lançamento das fundações para a sociedade da informação

A emergência da sociedade da informação resulta da crescente importância, centralidade, transversalidade e presença da informação nos mais variados domínios da acção social, marcando a configuração assumida pelas modernas sociedades contemporâneas.

Neste contexto, a capacidade de produção, acumulação, processamento e tro-



ca da informação tem vindo gradualmente a constituir-se como factor determinante da produtividade e competitividade das economias numa rede integrada, geometricamente variável e global. É claro que a capacidade de produção, gestão e disseminação da informação depende, em grande medida, da capacidade tecnológica evidenciada pelas unidades económico-sociais, condicionando-se fortemente, por essa via, o grau de desenvolvimento e implantação da sociedade da informação.

A capacidade tecnológica não se circunscreve ao grau de desenvolvimento da dimensão infra-estrutural da sociedade da informação, ou seja, ao investimento na criação e permanente expansão de redes de comunicação e informação. A potenciação destas infra-estruturas por uma articulação com o sistema de I&D é condição essencial para a permanente criação de conhecimento, processos e produtos e para a formação dos recursos humanos necessários à inovação tecnológica e à consolidação do processo produtivo baseado no conhecimento científico. Por outro lado, a capacidade tecnológica é ainda subsidiária do grau de disseminação das tecnologias e do grau de utilização ou apropriação social das mesmas, sendo, neste capítulo, decisivo o papel do sistema de ensino na formação qualificada dos recursos humanos e a acessibilidade generalizada e simples dos sistemas de informação e comunicação à população geral.

A articulação virtuosa destes sistemas requer uma particular atenção dos decisores públicos e privados. No cerne desta articulação estão as condições de distribuição e de acesso dos utilizadores a equipamentos, serviços e conteúdos; o desenvolvimento, interconectividade e disponibilidade das redes; os custos e outras condições gerais de utilização e acesso.

Assim, para além do esforço de investimento em capital fixo e em infra-estruturas,



Gel de agarose com DNA digerido com enzimas de restrição.

é decisivo o investimento em saber e conhecimento, nomeadamente em investigação, no desenvolvimento de aplicações, de *software* e de conteúdos informacionais, a par da formação dos recursos humanos e criação de competências em todos os níveis de ensino e qualificação.

Em Portugal, como em outros países, os desafios de um programa político para desenvolvimento da sociedade da informação são inúmeros.

A partir de 1995, o reconhecimento político da centralidade da informação e do conhecimento nas sociedades contemporâneas, força motriz do desenvolvimento, conduziu à definição da sociedade da informação como novo sector público de intervenção, transversal e prioritário, que passou a figurar nos instrumentos de planeamento da acção governativa e nos instrumentos de concertação social.

As medidas de intervenção centraram-se numa primeira fase em:

- criação da Missão para a Sociedade da Informação e elaboração do Livro Verde da Sociedade da Informação, aprovado pelo governo em 1997 e subsequentemente apresentado à Assembleia da República, no qual se combinaram grandes opções estratégicas e um corpo articulado de medidas concretas de acção;
- melhoria da rede de computação científica e seu alargamento a laboratórios



Carro ecológico construído no âmbito de um projecto de ensino experimental das ciências.

do Estado, institutos politécnicos, museus e centros de ciência, associações científicas, educativas e culturais, escolas do 1.º ao 12.º anos e bibliotecas públicas, constituindo-se na infra-estrutura de comunicação para uma verdadeira rede nacional de conhecimento;

— dinamização de iniciativas para as escolas, a administração pública, as instituições produtoras ou utilizadoras de informação e as empresas.

Dum conjunto vasto de iniciativas destacam-se seguidamente aquelas que vieram a revelar-se decisivas para o processo de desenvolvimento.

A Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade

A criação da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS) suportou-se num significativo alargamento de larguras de banda e acessibilidades ao estrangeiro e no reforço decisivo da rede científica nacional, que, para além das universidades, institutos e centros de I&D a elas associados, passou também a incluir laboratórios do Estado, institutos politécnicos, escolas do 1.º ao 12.º ano, associações científicas, educativas e culturais, bibliotecas públicas e museus, à medida que estas entidades eram ligadas à Internet.

A rede permite o crescente desenvolvimento das comunicações entre as comuni-

dades científica, tecnológica, escolar e sociocultural: docentes e alunos das várias escolas, assim como utilizadores das bibliotecas municipais, têm hoje possibilidade de acesso à Internet, reduzindo-se, por essa via, as desigualdades resultantes dos diferentes graus de acesso à informação.

O Programa Internet na Escola

Em 1997, foi criado no seio do Ministério da Ciência e da Tecnologia a Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa (UAR-TE), com o objectivo de desenvolver o Programa Internet na Escola em colaboração com a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), entidade responsável pela gestão da RCTS e pelo registo dos domínios .pt de Internet. Este programa visou a ligação das escolas à Internet, através da instalação de computadores multimédia nas bibliotecas/mediatecas das escolas e da manutenção funcional deste sistema. Desta forma, todos os jovens, ao longo do seu percurso escolar, passaram a ter não só acesso a obras em CD-ROM como também à possibilidade de recorrer ao uso da Internet como espaço privilegiado de recursos de informação e expressão.

Em Setembro de 1999 estava já assegurada a ligação à Internet de todas as cerca de 1700 escolas do 5.º ao 12.º anos, públicas e privadas, 220 escolas do 1.º ciclo, 80



entidades de natureza associativa cultural, científica e educativa, cerca de 250 bibliotecas públicas e 15 museus.

A partir de 1998 foram lançadas as bases de expansão faseada a todas as escolas primárias, que se realizará em colaboração com as entidades promotoras, designadamente as autarquias, e incluirá os centros de Formação de Professores.

Milhares de alunos e professores foram sensibilizados, de forma sistemática e prática, para as potencialidades pedagógicas da Internet: maior amplitude e rapidez nos processos de pesquisa e recolha da informação, maior autonomização e democratização no acesso à informação e na comunicação entre escolas e com a sociedade, familiarização da população discente com as tecnologias e processos tecnológicos que encontrarão numa futura inserção profissional.

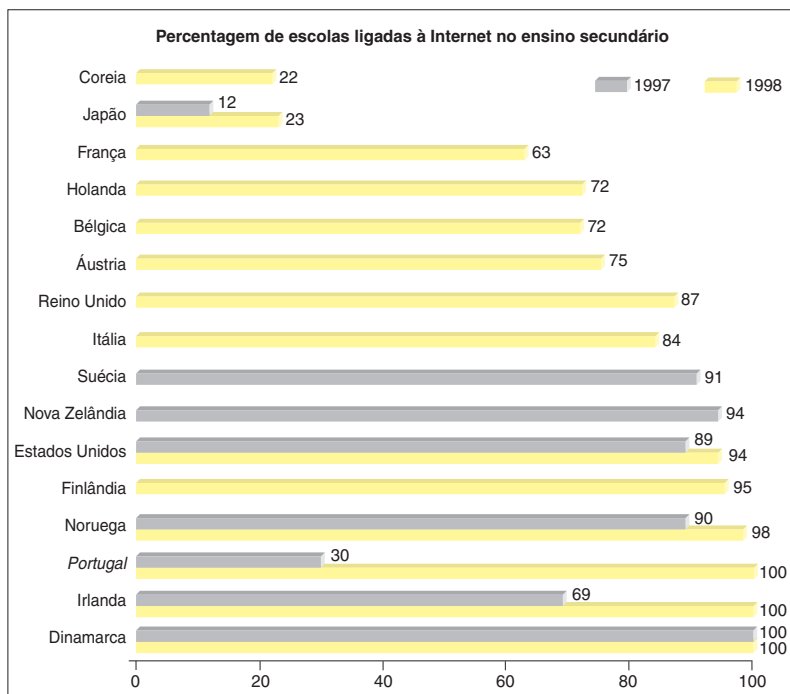
Portugal juntou-se, assim, aos países na vanguarda da ligação das escolas à Inter-

net, ao mesmo tempo que introduziu novas formas de apropriação e generalização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e o conceito inovador de uma rede computacional que junta instituições do ensino superior, outras instituições científicas, escolas, bibliotecas públicas, museus e associações científicas, educativas e culturais — uma verdadeira Rede Nacional do Conhecimento.

Em 2001 foi concluída a ligação à Internet de todas as escolas do 1.º ciclo do ensino básico, também através da RCTS, fazendo com que Portugal fosse um dos primeiros países do mundo a assegurar a ligação à Internet de todas as escolas do 1.º ao 12.º ano.

A Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais

O programa Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais teve como objectivo contribuir para que esses



Fonte: Secretariado da OCDE, de acordo com dados nacionais.



cidadãos pudessem usufruir dos benefícios das novas TIC, como factor de integração social e de melhoria da respectiva qualidade de vida. Além de outras medidas foi determinado que as direcções-gerais, serviços equiparados e os institutos públicos disponibilizem a sua informação na Internet de forma a que a mesma possa ser acedida, efectivamente, pelos cidadãos com necessidades especiais.

Assim, Portugal colocou-se na vanguarda das preocupações com a acessibilidade de cidadãos com necessidades especiais às modernas TIC, liderando a nível europeu as iniciativas nesta matéria.

O Programa Cidades Digitais

O Programa Cidades Digitais, lançado em 1998, é um conjunto articulado de projectos centrados, numa primeira fase-piloto, em cidades pré-seleccionadas e hoje já aberto a outras cidades do país. Trata-se de projectos demonstrativos cujas aplicações vão desde a melhoria da vida urbana ao combate à exclusão social, passando pelo combate à interioridade e pela melhoria da competitividade de sectores económicos integrados na economia digital.

Na primeira fase do programa foram aprovados os seguintes projectos:

— Aveiro; integração de serviços públicos por redes telemáticas para melhorar a vida urbana nas suas diversas vertentes, envolvendo um vasto número de agentes locais;

— Marinha Grande; destinado à indústria dos moldes, visa, em parceria com as associações representativas do sector, reforçar a competitividade económica através de processos avançados de telecomunicações e de novos serviços digitais e de comunicação que permitam trabalho simultâneo de concepção e análise entre clientes e fornecedores situados em pontos diversos do globo;

— Bragança; a colaboração entre vários agentes locais visa especialmente a cons-

trução de um modelo de acompanhamento e estímulo ao uso generalizado de meios telemáticos, especialmente da Internet, em todo o tipo de instituições, do ensino à vida empresarial, com o objectivo de combater a interioridade;

— Guarda; tem também como principal objectivo o combate à interioridade;

— Grande Lisboa e Setúbal; procura contribuir para a integração de minorias étnicas, em colaboração com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. O projecto Com as Minorias foi desenvolvido por sete associações de imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa que funcionam como pólos difusores.

A Iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico

No plano da promoção da Economia Digital, destaca-se a Iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico.

O regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital veio a ser aprovado em decreto-lei a 2 de Agosto de 1999. Portugal colocou-se, assim, entre os três primeiros países europeus a definirem legislação explícita e inovadora sobre a matéria, significativamente antes das primeiras iniciativas reguladoras da Comissão Europeia.

Foi, também, aprovada a equiparação da factura electrónica emitida e transmitida por via electrónica, à factura em papel, regulando igualmente a sua forma de conservação.

A par da generalização das práticas de comércio electrónico no tecido empresarial português, o Estado também foi envolvido nesta dinâmica modernizadora, ao estimular-se a utilização do comércio electrónico por parte da administração pública.

A promoção do crescimento de conteúdos portugueses na Internet

Considerando essencial que Portugal tenha na Internet a máxima visibilidade e projec-



ção possíveis, foi definido como objectivo estratégico multiplicar por mil os conteúdos portugueses no ciberespaço, num prazo curto.

Trata-se de um objectivo cuja concretização exige a mobilização nacional de recursos e esforços. Considerando, porém, a utilidade de que se reveste a informação detida por entidades públicas, o governo consagrou em Agosto de 1999 a obrigatoriedade de as direcções-gerais e serviços equiparados, bem como os institutos públicos, disponibilizarem em formato digital na Internet as respectivas publicações, os formulários que utilizam e ainda toda a informação que produzam e seja objecto de publicação.

O Programa de I&D em Processamento Computacional da Língua Portuguesa

Considerando que o desenvolvimento e a disponibilidade de instrumentos computacionais de tratamento da língua portuguesa escrita e falada, e a sua disponibilização no mercado mundial, é uma questão estratégica para o próprio futuro da língua portuguesa e, simultaneamente, para o desenvolvimento económico e social em Portugal, foi iniciado um programa de investigação e desenvolvimento em processamento computacional da língua portuguesa. O programa a desenvolver em parceria com entidades nacionais e estrangeiras visa a criação de produtos de *software*, de tratamento da escrita e da voz em português e a sua difusão e utilização mundiais. Foram já abertos concursos para projectos de I&D.

O programa tem como objectivos principais desenvolver sistemas computacionais que conheçam e reconheçam a língua portuguesa, permitindo compreender melhor a estrutura da língua portuguesa, a sua evolução e relações com outras línguas, e desenvolver instrumentos de melhoria da comunicação homem-máquina e da comunicação humana com o auxílio do computador, e instrumentos de procura e acesso



Projecto de ensino experimental de estatística.

em língua portuguesa da informação disponível em formato electrónico noutras línguas.

Constituiu-se, também, um centro de recursos para o processamento computacional da língua portuguesa que mantém permanentemente acessíveis na Internet um catálogo de *corpora*, léxicos, dicionários e ferramentas computacionais, um catálogo de instituições, projectos e investigadores, uma lista de publicações, um serviço de acesso remoto a *corpora* de português, um repositório de teses e outros trabalhos, um sistema de procura e um *forum* sobre assuntos relacionados com o processamento computacional da língua.

Trata-se de um acervo sistemático e muito completo de recursos que, embora traduzindo uma situação modesta relativamente à disponibilidade de materiais na área e à dimensão da comunidade que nela trabalha, situa Portugal entre os poucos países que dispõem de tão exaustiva informação aberta, na Internet, sobre o processamento computacional da sua língua. Os recursos existentes são claramente muito insuficientes, mas a sua inventariação, disponibilização aberta e manutenção de serviços de pesquisa e interligação fácil com os vários actores constitui um ponto de partida imprescindível para desenvolvimentos futuros.



Planeamento do desenvolvimento científico e tecnológico para 2000-2006

A preparação do Livro Branco do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Português (2000-2006), em particular os documentos e análises elaborados na sequência das avaliações de instituições científicas e tecnológicas, as discussões e debates em variadas sessões organizadas em vários pontos do país e o debate suscitado no Forum Permanente da Política Científica e Tecnológica, desde Julho de 1998, permitiram uma participação alargada da comunidade científica e tecnológica e de outros agentes sociais e económicos na identificação das necessidades e oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico no futuro próximo. Os resultados deste processo de planeamento e consulta vieram a integrar o Plano de Desenvolvimento Regional para 2000-2006 e propostas para o novo Quadro Comunitário de Apoio.

O Programa Ciência, Tecnologia e Inovação e o Programa Sociedade da Informação visaram responder aos pontos levantados no processo descrito definindo os instrumentos de acção para desenvolver as condições do florescimento da sociedade do conhecimento e da informação. De um ponto de vista financeiro, corresponderam a mais do que duplicar para o período 2000-2006 as dotações que estiveram disponíveis em 1994-1999.

O Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (em 2004 designado Programa Operacional Ciência e Inovação) teve como orientação estratégica de médio prazo vencer o atraso científico do país, aproximando-o da média dos países da UE. Para além do aprofundamento das linhas de acção desenvolvidas e aplicadas de 1995 a 1999 e descritas na secção anterior, foram previstos novos aspectos que se indicam a seguir.

— formar, qualificar e criar emprego científico, promovendo uma sólida base de

qualificação, a criação de emprego científico, a inserção de doutorados nas empresas e nas instituições científicas e tecnológicas e o reforço das lideranças científicas. Pretendem-se atingir os níveis médios europeus de qualificação científica ampliando e consolidando a dinâmica de crescimento dos últimos anos;

— criar uma rede moderna e coerente de instituições científicas, através do desenvolvimento de uma rede coerente de instituições de C&T, devidamente articuladas entre si e com o tecido social e económico, e embebidas nas redes europeias de C&T. Destaca-se neste contexto a criação da rede de laboratórios associados, o lançamento da Biblioteca Nacional de C&T em Rede [em 2003 designada Biblioteca do Conhecimento Online (b-on)] e a previsão de redes de Observação e Monitorização, suportadas por laboratórios de referência, especialmente no domínio do controlo ambiental e da saúde pública;

— estimular a cooperação entre instituições de I&D e empresas e criar uma rede de centros de valorização dos resultados da investigação científica, reforçando o impacto da investigação em consórcio entre empresas e instituições científicas com a abertura de concursos orientados, nomeadamente com o lançamento de programas intersectoriais de carácter estruturante e maior alcance estratégico. Criar uma rede de centros de valorização, junto às instituições científicas ligadas ao ensino superior, com uma forma organizativa ligeira e permitindo uma melhor cobertura do espaço nacional. Apoiar a integração das oportunidades de I&D nos grandes programas de investimento público;

— pôr a tecnologia no mapa da cultura: Como Se Fazem as Coisas? Promover a ciência para todos, no âmbito do Programa Ciência Viva, a iniciativa Como Se Fazem as Coisas? estimulará, de forma organizada à escala nacional, visitas guiadas às empresas e outras instituições tecnológi-



Projecto de ensino experimental à distância.

cas, produção de materiais de apoio e divulgação e disponibilização telemática de conteúdos formativos relativos às tecnologias e aos processos de produção. Importante é ainda o estímulo ao desenvolvimento de conteúdos de divulgação científica e tecnológica, designadamente para as redes telemáticas e os *media*, com o objectivo de promover o acesso da divulgação da ciência a todos os cidadãos.

O Programa Sociedade da Informação (em 2004 designado Programa Operacional Sociedade do Conhecimento) foi orientado para estimular a acessibilidade e a participação, assim como o desenvolvimento e a experimentação, estimulando ainda a coordenação estratégica das intervenções sectoriais e regionais de promoção do uso social das tecnologias da informação. Este programa-base pressupôs a complementaridade com outros instrumentos e programas sectoriais (na economia, educação e formação, saúde, cultura, transportes, administração pública, justiça, ambiente, etc.). As principais linhas de acção foram as seguintes:

— desenvolver competências, através do lançamento de um processo nacional de formação e certificação de competên-

cias básicas em tecnologias da informação e associar um diploma de competências básicas em tecnologias da informação à conclusão da escolaridade obrigatória, de modo a que nenhum aluno a termine sem certificação de competências nessas tecnologias;

— aumentar a acessibilidade e os conteúdos em formato digital, criando condições para a generalização do uso de computadores e da Internet, a multiplicação dos conteúdos portugueses na Internet, a oferta maciça de produtos adaptados ao mercado familiar, a instalação de espaços públicos de acesso à Internet em todas as freguesias do país e a disponibilização livre de informação pública em formato digital, para uso de cidadania assim como para a produção de conteúdos de valor acrescentado;

— promover a utilização e interconexão de redes de alto débito, através do lançamento e execução do primeiro Plano Nacional das Auto-Estradas da Informação e do estímulo à oferta, à interconexão, ao uso e à regulação das redes de banda larga. É importante ainda o programa de disponibilização de uma rede de alto débito para fins científicos e educativos assim como



para demonstração de serviços novos de grande utilidade social (RCTS-2) e sua articulação com os programas internacionais (Programa Internet 2, etc.);

— estender o Programa Cidades Digitais a todo o país, privilegiando os eixos da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação.

A sociedade da informação e a ciência e a tecnologia no período 2002-2005

No âmbito do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI) foi lançado em 2001 o concurso público para a generalização do Programa Cidades Digitais, e criados os primeiros espaços Internet públicos, que ainda hoje são um dos mais importantes meios de acesso à Internet em Portugal. Também em 2001 foi aprovado o decreto-lei que criou o Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação, e a Comissão Interministerial para a Sociedade de Informação lançou um concurso para avaliação dos sítios na Internet de organismos integrados na administração directa e indirecta do Estado. Muito em especial, todas as escolas do país estavam ligadas à Internet no final de 2001.

Em Novembro de 2002 foi estabelecida a Unidade de Missão Inovação Conhecimento (UMIC) para definir e orientar as políticas da Sociedade de Informação e Governo Electrónico em Portugal. O seu plano de acção, aprovado em Junho de 2003, estava assente em sete pilares de actuação: i) uma sociedade da informação para todos; ii) novas capacidades; iii) qualidade e eficiência dos serviços públicos; iv) melhor cidadania; v) saúde ao alcance de todos; vi) novas formas de criar valor económico; e vii) conteúdos atractivos.

A UMIC apresentou a Iniciativa Nacional para a Banda Larga em Agosto de 2003.

Esta iniciativa foi aprovada pelo governo com o objectivo de massificar o acesso e a utilização da banda larga em Portugal, contribuindo, por um lado, para «o aumento dos níveis de produtividade e a competitividade da economia nacional» e, por outro, para «uma maior coesão social».

As orientações referidas foram adoptadas para a reprogramação do POSI, que recebeu um apreciável reforço financeiro em 2004, com base na reserva de programação aprovada nas negociações com a Comissão Europeia em 2000, e passou a designar-se Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POSC).

As actividades da UMIC organizaram-se em torno de iniciativas de carácter legislativo e em projectos específicos para atingir os objectivos enunciados na Iniciativa Nacional para a Banda Larga. As medidas legislativas cobriram áreas como o governo electrónico, cidadãos com necessidades especiais, assinatura e factura electrónicas, direitos de autor, dados pessoais e privacidade, comércio electrónico, compras públicas electrónicas, acesso ao *Diário da República*, reutilização de informação pública e direitos para passagem de infra-estruturas de banda larga. Outras das medidas de natureza programática incluíram a redefinição da linha de acção Cidades Digitais, que passou a designar-se Regiões Digitais, o lançamento do Campus Virtual do ensino superior (e-U) e da b-on, concretizando a Biblioteca Nacional de C&T em Rede prevista em 1999 nos programas operacionais preparados para o Quadro Comunitário de Apoio III e preparada de 2000 a 2003 pelo Observatório das Ciências e Tecnologias/da Ciência e do Ensino Superior, e vários programas no âmbito da administração pública (nomeadamente através do portal do cidadão e da dinamização do sistema de compras públicas electrónicas).

Na área da ciência, o período 2002-2005 correspondeu a uma retracção do desen-



volvimento que se vinha sentindo desde 1995. A despesa em I&D, que em 2001 tinha chegado a 0,85 % do PIB, desceu para 0,78 % do PIB em 2003. O orçamento da FCT, a preços constantes de 2003, decaiu de 2002 até 2004, descendo para 220 milhões de euros, valor da ordem de grandeza do orçamento dessa agência quatro anos antes, no ano 2000. Mas mais grave ainda, a execução financeira efectiva da FCT, a preços constantes, decresceu em 2002 e 2003 a ponto de neste último ano ter sido inferior ao que tinha sido cinco anos antes, em 1998. As dotações orçamentais públicas para actividades de I&D relativamente ao PIB indicam que em 2005 Portugal (0,73 %) se situava um pouco abaixo da média da UE25 (0,74 %) e da UE15 (0,76 %), mas muito abaixo de países como a França (0,94 %) e a Finlândia (1,04 %) (Eurostat, 2006).

A despesa em I&D nas empresas decresceu de 0,27 % do PIB em 2001 para 0,26 % do PIB em 2003. O sistema de incentivos fiscais à I&D empresarial foi descontinuado em 2003.

O número de bolsas atribuídas para doutoramento e pós-doutoramento diminuiu significativamente, assim como as bolsas de investigação atribuídas no âmbito de projectos e unidades de I&D. Foi interrompido o estímulo à inserção de doutorados nas instituições de I&D e foi abrandada a inserção de doutorados nas empresas. A contratação de investigadores no âmbito dos programas de apoio às instituições de I&D (unidades de I&D, laboratórios do Estado e laboratórios associados) foi fragilizada por atrasos e reduções de financiamento.

Foram interrompidos os Projectos de Apoio à Reforma dos Laboratórios do Estado previstos no Quadro Comunitário de Apoio III, inactivada a Comissão Internacional de Aconselhamento e Avaliação, suspensão a concretização das suas recomendações e retirada autonomia financei-

ra aos laboratórios do Estado quando a Comissão Internacional recomendava mais autonomia.

O concurso anual para projectos Ciência Viva na Escola não deixou de ser aberto depois de 2002. O Orçamento do Estado para o Programa Ciência Viva teve um corte de 60 % de 2002 para 2003. Foi posta em causa a possibilidade de manter o principal Centro Ciência Viva — o Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações, em Lisboa.

Ciência, tecnologia, sociedade da informação e qualificação de recursos humanos no centro da estratégia política

No âmbito das eleições legislativas de 2005 foi proposto um ambicioso Plano Tecnológico com as seguintes linhas de orientação: convocar Portugal para a sociedade da informação, imprimir um novo impulso à inovação empresarial, vencer o atraso científico e tecnológico e qualificar os recursos humanos.

No final de Julho de 2005 foi lançada a iniciativa Ligar Portugal, que estabelece as orientações gerais para as políticas de promoção da sociedade da informação em Portugal com o horizonte de 2010, e responde aos desafios colocados pela iniciativa da Comissão Europeia i2010 — Sociedade de Informação Europeia para o Crescimento e Emprego. Os seus objectivos gerais incluem: promover uma cidadania moderna, garantir a competitividade do mercado nacional de telecomunicações, assegurar a transparência da administração pública, promover a utilização crescente das TIC pelo tecido empresarial, assegurar o desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica, estimular o desenvolvimento científico e tecnológico.



Entre as múltiplas áreas a explorar como particularmente apropriadas a beneficiar de um aproveitamento intenso das TIC salientam-se: a modernização e abertura do ambiente escolar; a modernização da administração pública; a distribuição de informação de interesse público, designadamente sobre riscos públicos, ambiente, segurança alimentar, saúde, ou segurança interna; a sistematização de rotinas de monitorização e acompanhamento para correcção de políticas e actualização de acções.

No programa Ligar Portugal é sublinhado que as oportunidades proporcionadas pelas TIC devem contribuir para qualificar as organizações portuguesas elevando-as aos níveis de exigência, eficiência, competência e produtividade dos países mais desenvolvidos, posicionando-nos colectivamente como uma sociedade onde:

- o conhecimento e a informação são valores culturais, sociais e económicos fundamentais;

- se promove a inclusão social de todos os cidadãos, a colaboração entre pessoas e instituições, o trabalho cooperativo em rede;

- o desenvolvimento tecnológico se torna um poderoso instrumento de criação de riqueza, crescimento económico e emprego, e é elemento crucial da competitividade do sector empresarial nacional;

- a apropriação social das TIC é associada a uma cultura de verdade e transparência, de avaliação lúcida e objectiva, de liberdade de expressão e acesso à informação, de eficiência organizativa e de abertura internacional.

Mencionam-se algumas concretizações das orientações da iniciativa Ligar Portugal (UMIC, 2006):

- em Janeiro de 2006 ficaram ligadas em banda larga todas as escolas públicas do 1.º ao 12.º ano, com excepção de um pequeno número das que iam deixar de funcionar no Verão de 2006;

- em Novembro de 2005 foi aprovado um sistema de deduções fiscais para facilitar a compra de computadores por famílias com estudantes, por dedução fiscal até 250 euros e metade do custo de computador e ligação de terminal, numa aquisição realizada num período de três anos a partir de 1 de Dezembro de 2005;

- em 2005/2006, no âmbito da Equipa de Missão Computadores, Redes e Internet na Escola (CRIE) houve mais de 11 000 actividades dirigidas à construção de portefólios electrónicos, 11 600 à construção de páginas da escola na Internet, 5400 a projectos em colaboração, com o envolvimento de 18 instituições do ensino superior, 18 centros de recursos virtuais, 6583 escolas (89 % de todas as escolas do 1.º ciclo), 17 417 professores, 967 monitores, 175 111 alunos, 27 517 visitas a escolas com uma duração conjunta de cerca de 137 000 horas, tendo sido atribuídos no seu âmbito mais de 71 274 diplomas de competências básicas em TIC, dos quais mais de $\frac{3}{4}$ a alunos do 4.º ano de escolaridade, mas também a 2207 professores;

- também em 2005/2006, a CRIE promoveu a formação de formadores de professores em TIC, envolvendo 573 participantes, 228 entidades formadoras, 34 acções de formação, 18 centros de Competência em TIC com plataforma colaborativa Moodle, e também promoveu a formação de 15 109 professores, em 175 projectos, e a disseminação da utilização de plataformas colaborativas Moodle a 2940 professores. Também foram apetrechadas 1309 salas de TIC com 19 635 computadores, em 1159 escolas;

- em 2006, a iniciativa Escolas, Professores e Computadores Portáteis do Ministério da Educação reforçou 1100 escolas com 26 000 computadores portáteis para cerca de 11 600 professores e para actividades práticas com cerca de 200 000 alunos;

- em 2005/2006 foram criados 32 cursos de especialização tecnológica (CET)



em TIC, envolvendo 16 escolas do ensino superior, em 11 localidades;

— em 2005, o número de instituições do ensino superior com redes sem fios no âmbito da iniciativa e-U passou de 8 para 57, chegando a uma cobertura de 85 % de todo o ensino superior, um conjunto de escolas com mais de 300 000 estudantes que inclui todas as instituições públicas de ensino superior. Dado que esta rede tem *roaming* interinstitucional, ficou assegurada a integração de todas as universidades e politécnicos num *campus* virtual único;

— organizou-se a Rede de Espaços Internet, que tem por objectivo integrar numa comunidade organizada o actual conjunto de 840 espaços Internet em efectivo funcionamento em vários pontos no país com vários tipos de origem que constituem a mais ampla rede de locais de acesso público gratuito na Europa onde se disponibiliza regularmente a utilização de computadores e da Internet, com apoio por pessoal próprio (monitores);

— em 2005 foi mais que duplicada a largura de banda das ligações internacionais à RCTS, atingindo 2,5 Gbps, e a largura de banda entre Lisboa e Braga passou de 1 Gbps para 10 Gbps, em consequência da instalação e aquisição pela FCCN de uma ligação em fibra óptica entre as duas cidades, o que permitiu assegurar ligações a 10 Gbps às sete maiores universidades — de Lisboa, Técnica de Lisboa, Nova de Lisboa, de Coimbra, de Aveiro, do Porto e do Minho — e, portanto, a 60 % do sistema do ensino superior e a 78 % das universidades com unidades de investigação aprovadas pela FCT, e ainda alargar a banda das ligações aos institutos politécnicos do Porto e Coimbra;

— na Cimeira Portugal-Espanha de Novembro de 2005 ficou acordado que os dois países completariam as suas redes de educação e investigação em fibra óptica até às respectivas fronteiras Alentejo-Extremadura e Minho-Galiza, de forma a asse-

gurar um anel redundante de ligação em fibra, com vantagens mútuas em termos de aumento da ligação internacional em banda larga e de segurança de persistência de ligações se houver um corte na linha. Os concursos para aquisição destas instalações já foram abertos. Estas ligações vão finalmente permitir ligar a RCTS à rede GÉANT2 da União Europeia a 10 Gbps, resolvendo o problema que se arrastava há vários anos de Portugal ser o único país da UE15, com a excepção da Grécia, que não tinha acesso a esta largura de banda para ligação às redes de investigação e educação dos outros países. Também está em preparação a extensão da fibra óptica da RCTS a todas as capitais de distrito, permitindo assegurar este tipo de ligação a todas as instituições do ensino superior público;

— o número de registos de domínios na Internet em .pt cresceu 36 % do início ao fim de 2005, tendo atingido cerca de 80 000 domínios. Em Março de 2006 entraram em vigor novas regras com o objectivo de facilitar o registo de domínios e permitir reduzir em 40 % os custos de registo ao passar-se para um sistema de registo totalmente *online*. Estas alterações permitiram em Agosto de 2006 ultrapassar 100 000 domínios registados, antecipando a meta estipulada para o final de 2006. Foi, também, assegurado o registo automático de domínios .pt para empresas constituídas pelo sistema Empresa na Hora e Empresa Online;

— a b-on disponibiliza o acesso ilimitado e permanente nas instituições de investigação e do ensino superior aos textos integrais de mais de 16 750 publicações científicas internacionais de 16 editoras, através de assinaturas negociadas a nível nacional com essas editoras. Em 2005, o número de artigos descarregados por utilizadores desta biblioteca foi de 3,4 milhões, quando em 2004 tinha sido 2,1 milhões, números que ilustram uma utilização muito elevada;



— em Abril de 2006 foi lançada a Iniciativa Nacional GRID. Presentemente estão ligados em GRID mais de 2000 computadores, estando previsto o seu alargamento para 5000 a breve trecho. A FCT abriu um concurso público para projectos no âmbito desta iniciativa;

— foi assegurada a adaptação para Portugal das Licenças Creative Commons que permitem a partilha aberta de conhecimento e obras pelos seus autores de uma forma simples, eficaz e muito flexível, disponibilizando um conjunto de licenças-padrão que garantem protecção e liberdade, com alguns direitos reservados. A versão portuguesa destas licenças foi lançada a 13 de Novembro de 2006;

— foi iniciado em meados de 2005 o projecto de desenvolvimento do cartão do cidadão com o objectivo de começar a ser disponibilizado em 2007, permitindo a Portugal integrar o grupo dos primeiros países da UE a disponibilizarem um cartão de identificação electrónico e ser um dos países com mais serviços desmaterializados que utilizam este tipo de cartões;

— o passaporte electrónico português foi disponibilizado em 28 de Agosto de 2006, depois de o respectivo projecto ter sido iniciado apenas no 2.º trimestre de 2005, permitindo a Portugal recuperar o atraso a ponto de ser o 11.º país da UE a emitir passaportes electrónicos;

— o Sistema de Certificação Electrónica do Estado foi criado em Junho de 2006, na sequência de um processo iniciado em Novembro de 2005, com o objectivo de assegurar a emissão e gestão de assinaturas electrónicas na administração pública, assegurando o funcionamento de uma infra-estrutura de chaves públicas (PKI — Public Key Infrastructure) própria, o que, além de outras aplicações, vai permitir a desmaterialização completa do processo legislativo;

— em Junho de 2006 foi substituída a publicação do *Diário da República* em papel pela sua publicação electrónica, facilitando

o acesso gratuito ao *Diário da República* integral na Internet e permitindo poupar 27 toneladas de papel por dia;

— em 2006, além de uma reorganização destinada a facilitar a utilização pelos cidadãos, o Portal do Cidadão passou a integrar uma Plataforma de Pagamentos Electrónicos que, entre outras possibilidades, permite emitir referências para pagamentos pelo Multibanco e, portanto, também a partir de casa ou do trabalho através de *homebanking*. A utilização do Portal do Cidadão cresceu significativamente do princípio ao fim de 2005, nomeadamente 46 % em tráfego, 32 % em sessões e 29 % em visitantes únicos;

— o Portal da Empresa foi disponibilizado publicamente no final de Junho de 2006. Entre outros serviços, ficaram disponíveis a criação completa de uma empresa pela Internet — Empresa Online —, um consultório electrónico para assuntos relacionados de actividade empresarial em que as respostas a solicitações são asseguradas pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento e o Dossier Electrónico da Empresa, onde os vários processos de cada empresa com a AP são reunidos e disponibilizados de forma fácil e segura aos sócios da empresa;

— do início ao fim de 2005 verificou-se o alargamento significativo do Programa Nacional de Compras Electrónicas (PNCE): o número de processos de agregação e negociação realizados passou de 27 para 52, o número de organismos envolvidos passou de 19 para 370 e o número de categorias de produtos consideradas passou de quatro para 12. Em 2006, o PNCE foi estendido a todos os ministérios e generalizado no seio de cada ministério, contando já com o envolvimento de cerca de 800 organismos e com a realização de mais de 94 processos de agregação e negociação. Têm sido constituídas unidades ministeriais de compras que centralizam os processos



de compra ao nível dos correspondentes ministérios e foi constituída a Agência Nacional de Compras Públicas, que irá iniciar funções em 2007;

— o valor total negociado no PNCE desde o início do programa já atingiu 40 milhões de euros, com cerca de 20 % de poupança. Do início ao fim de 2005 verificou-se um crescimento de 33 % no valor total negociado no programa em relação à soma dos dois anos anteriores, e só no 1.º semestre de 2006 o valor das compras públicas electrónicas foi cerca do dobro da soma dos três anos anteriores, o que ilustra a recente aceleração da evolução do programa;

— o governo determinou em Agosto de 2005 que a administração pública deve adoptar a emissão e o recebimento preferencial de facturas electrónicas a partir do início de 2007. Foi preparada por um grupo de trabalho, com a participação de entidades da administração pública e individualidades da sociedade civil, a revisão de projectos de legislação relativos à factura electrónica e a elaboração de um Guia da Factura Electrónica. Entre Julho e Novembro, decorreram projectos-piloto com o envolvimento de dezenas de entidades públicas de quase todos os ministérios, várias entidades prestadoras de serviços de facturação electrónica e vários fornecedores. Com estes projectos-piloto demonstrou-se concretamente o funcionamento de vários sistemas de recepção e emissão de facturas electrónicas pela administração pública e uma filosofia de partilha de serviços com sede nas secretarias-gerais dos vários ministérios que permite formas práticas de generalização de facturas electrónicas em toda a administração pública, sendo que as entidades envolvidas nos projectos-piloto já permitem a adopção de facturas electrónicas para os organismos de todos os ministérios envolvidos.

Relativamente à observação e *benchmarking* da sociedade da informação, destacamos:

— a utilização de computadores pela população com nível educacional secundário e superior é das mais elevadas da UE25, respectivamente 87 % e 91 %;

— a utilização de Internet pela população com nível educacional secundário e superior é das mais elevadas da UE25, respectivamente 80 % e 87 %;

— verificou-se de 2005 para 2006 um crescimento de 32 % nos organismos da administração pública central com ligações em banda larga superiores a 2 Mbps;

— verificou-se de 2005 para 2006 um crescimento de 68 % das câmaras municipais com ligações em banda larga superiores a 2 Mbps;

— verificou-se no último ano um crescimento de 40 % nas câmaras municipais com fóruns de discussão entre o executivo camarário e os cidadãos na Internet;

— verificou-se um crescimento anual médio de 2004 para 2006 de 118 % nos hospitais com ligações em banda larga superiores a 2 Mbps;

— os sítios de hospitais na Internet com informação sobre prevenção e cuidados de saúde duplicaram de 2004 para 2006 (agora em 50 % dos sítios);

— os sítios de hospitais na Internet com indicações sobre procedimentos em caso de emergência médica quadruplicaram de 2004 para 2006 (agora 30 % dos sítios);

— um terço dos hospitais fez encomendas *online* em 2005, dos quais um terço também efectuou pagamentos *online*;

— 96 % das grandes empresas, 83 % das médias empresas e 59 % das pequenas empresas estão ligadas à Internet por banda larga; no *ranking* da UE25 para as grandes empresas Portugal está no 2.º lugar (com outros dois países);

— 48 % das grandes empresas, 31 % das médias empresas e 25 % das pequenas empresas utilizam a Internet ou outras redes electrónicas para efectuar e/ou receber encomendas de bens e/ou serviços;



— Portugal subiu muito no Ranking de Disponibilização Completa Online de Serviços Públicos Básicos, de Outubro de 2004 para Abril de 2006: i) de 15.º para 11.º nos 28 países da UE25 + Noruega, Islândia e Suíça; ii) de 13.º para 10.º na UE25; iii) de 11.º para 7.º na UE15. Estes dados da última avaliação da disponibilização *online* dos serviços públicos básicos, relativos a Abril de 2006, foram disponibilizados pela Comissão Europeia a 29 de Junho de 2006. De Outubro de 2004 a Abril de 2005, Portugal ultrapassou no indicador de disponibilização completa a Alemanha, a Espanha, a Irlanda, a Islândia e a Itália, e no indicador de sofisticação a Espanha, a Holanda, a Islândia e a Itália. Os valores de Portugal nos dois indicadores são agora superiores à média dos países em todos os grupos considerados. A subida de Portugal foi a 5.ª maior dos 28 países nos dois indicadores;

— de acordo com o Eurostat, no envio de formulários electrónicos a organismos públicos em países da UE15, Portugal encontra-se entre os cinco primeiros na percentagem de indivíduos e entre os três primeiros na percentagem de empresas;

— a entrega de declarações de IRS pela Internet em 2006 ultrapassou 2,2 milhões, um valor muito elevado em âmbito internacional, dado que corresponde a mais de 40 % da população activa; todo o IVA é tratado exclusivamente pela Internet.

Em Março de 2006 foi lançada a iniciativa Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal. Com metas ambiciosas já para 2009, esta iniciativa adopta as seguintes cinco grandes orientações:

— apostar no conhecimento científico e na competência científica e técnica, medidos ao mais alto nível internacional;

— apostar nos recursos humanos e na cultura científica e tecnológica;

— apostar nas instituições de I&D, públicas e privadas, no seu reforço, responsabilidade, organização e infra-estruturação em rede;

— apostar na internacionalização, na exigência e na avaliação;

— apostar na valorização económica da investigação;

A concretização desta iniciativa envolve reforçar já o orçamento público de C&T para 2007, com 250 milhões de euros mais do que em 2006 (aumento de 77 % do financiamento competitivo do sistema de C&T pela FCT).

Entre as medidas da iniciativa Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal, referem-se algumas das suas primeiras concretizações:

— lançamento em Abril de 2006 dos primeiros concursos para contratos-programa com instituições científicas, públicas ou privadas, visando o financiamento de contratos individuais de trabalho de investigação para doutorados através de competição aberta e avaliação internacional de mérito. Os contratos-programa permitirão a contratação nova de pelo menos 1000 doutorados até 2009 e serão orientados com vista ao reforço de massas críticas ou à criação de novas equipas, assim como à mobilidade dos investigadores;

— aumento em 60 % do número de novas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento e antecipação de cinco meses do início das bolsas do concurso aberto em 2006;

— criação em 2006/2007 de um programa de doutoramento em investigação clínica associado aos estágios da carreira médica, com o objectivo de envolver 300 doutorandos até 2009 e criar bolsas de integração na investigação (em centros de I&D reconhecidos) de estudantes de mestrado e licenciatura;

— criação do Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia, sediado em Braga, como organização internacional de excelência promovida por Espanha e Portugal, mas aberta à adesão ulterior de outros países, prevista para 200 investigadores a serem recrutados internacionalmente;



— criação de quatro novos laboratórios associados nas áreas de nanotecnologia e energia e transportes;

— criação da rede de parcerias internacionais de C&T de grande dimensão, compreendendo instituições de ensino superior e de investigação, assim como empresas, em associação com organizações científicas internacionais, universidades estrangeiras e outras entidades científicas e tecnológicas de excelência mundial. A primeira destas parcerias foi o Programa MIT-Portugal, a que se seguiram acordos de parceria com a Carnegie Mellon University e a Universidade do Texas em Austin;

— reforma dos laboratórios do Estado com base nas recomendações de um grupo internacional de trabalho: cinco laboratórios do Estado foram extintos ou integrados noutras instituições; dois foram criados (Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Laboratório de Recursos Biológicos Nacionais); foi concedido o estatuto de laboratório do Estado ao Instituto de Medicina Legal; foi decidida a instituição do modelo inovador de consórcio de I&D, com a natureza de entidade privada sem fins lucrativos, articulando laboratórios do Estado, laboratórios associados, empresas e outras entidades nacionais ou estrangeiras, começando com a constituição de quatro consórcios (BIOPLIS para biologia e biotecnologia, Física-N para física nuclear e de altas energias e computação distribuída, RISCOS para prevenção e mitigação de riscos naturais e ambientais, OCEANO para oceanografia); foi criado o Centro Internacional de Vulcanologia nos Açores; foi criado na FCT um Programa Mobilizador dos Laboratórios do Estado, centrado no apoio ao desenvolvimento de núcleos e redes de I&D, no seu envolvimento em parcerias nacionais e internacionais e na mobilização competitiva das capacidades de I&D mais relevantes em cada instituição; foi decidida a criação de um comité científico

e técnico internacional para acompanhamento da reforma;

— apoio à criação de 75 novas empresas de base tecnológica, *spin offs* de universidades, desde meados de 2005;

— criação de 22 centros de valorização de resultados de investigação e transferência de ideias e conceitos inovadores para o tecido empresarial que integram uma rede que opera em instituições do ensino superior, incluindo todas as 14 universidades públicas;

— criação de nove redes de colaboração com objectivos de excelência e o desenvolvimento de *clusters* de inovação e conhecimento que integram empresas, centros e institutos de investigação, universidades, politécnicos, centros tecnológicos, organismos públicos e associações empresariais, as quais envolvem 158 entidades, incluindo 87 empresas;

— retomou-se a realização de concursos para projectos Ciência Viva nas escolas, com a aprovação em 2006 de cerca de 900 projectos. Realizaram-se cerca de 700 estágios de estudantes em laboratórios de investigação durante os meses de Verão de 2006. A Ciência Viva no Verão mobilizou milhares de portugueses, nos meses de Agosto e Setembro, nomeadamente em actividades de astronomia, biologia, geologia, visitas a faróis e engenharia. Procedeu-se à actualização e expansão da Rede de Centros Ciência Viva, que agora tem 13 centros em vários pontos do país, estando prevista a abertura de mais cinco até final de 2008.

O sistema de incentivos fiscais à I&D empresarial, descontinuado em 2003, foi retomado e reforçado em 2005, colocando novamente Portugal entre os países da OCDE com sistemas mais significativos de incentivos fiscais às actividades de I&D em empresas.

Sabe-se que o aumento significativo do orçamento público para C&T de 2005 para 2006 (11 %) e o aumento ainda maior de 2006 para 2007 (22 %) iniciaram a retoma



do crescimento do financiamento das actividades de I&D.

Depois de um decréscimo entre 2002 e 2003, as dotações públicas para C&T voltaram a crescer mas só em 2005 chegaram ao valor que tinham tido três anos antes, a preços constantes, tendo depois crescido acentuadamente para 2006 e para 2007. A partir de 2004, o orçamento da FCT teve aumentos significativos, embora só em 2006 tenha ultrapassado o valor que tinha tido em 2002. No âmbito da iniciativa Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal, a FCT teve um crescimento orçamental para 2007 muito elevado, com o seu orçamento a atingir 543 milhões de euros, a preços correntes.

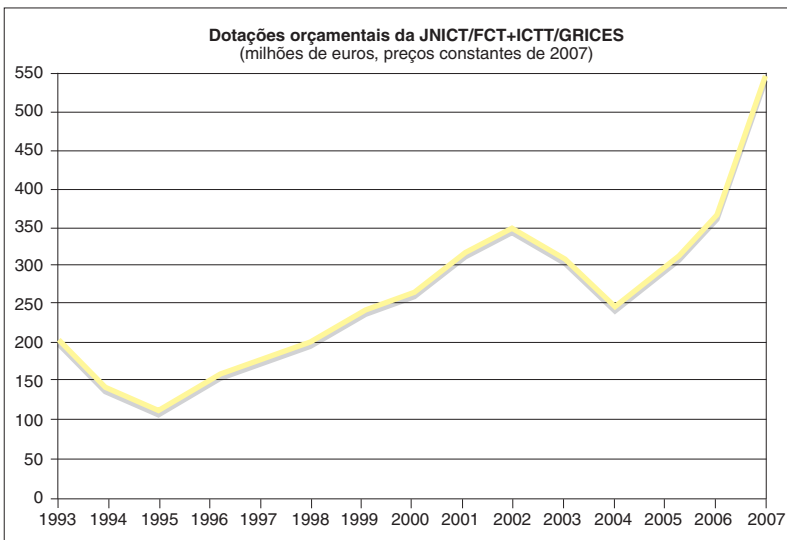
O desafio de ultrapassar os obstáculos no caminho da sociedade do conhecimento

Portugal poderá dispor em 2010 de um sistema científico de dimensão equivalente à média dos países da UE em recursos hu-

manos e em investimento público em C&T. É, ainda, necessário ajustar os valores da despesa em I&D por investigador e assegurar o crescimento da despesa de I&D nas empresas, mas no essencial pode dizer-se que o dinamismo e o ritmo de crescimento mantidos no período 1995-2001 e retomados desde 2005 constituíram um motor que nos poderá colocar em 2010 muito próximo dos restantes países da Europa.

Fragilidades crónicas das instituições científicas, escassez e instabilidade nas dotações públicas para C&T, concentração geográfica e fraca participação das empresas nas actividades de investigação começam também a ser ultrapassadas.

Mas o crescimento sustentado não se alcança automaticamente. Aos progressos registados é necessário adicionar um esforço continuado, sem abrandamentos. A falta de persistência pode fazer correr riscos graves, como aconteceu com a interrupção do crescimento do investimento em C&T em 1992-1995 e, depois, em 2002-2005.



Fonte: OCT/OCES. Dotações orçamentais da JNICT até 1997, da FCT de 1998 a 2007, a que foram acrescidas as dotações orçamentais do ICCTI de 1998 a 2002 e do GRICES de 2003 a 2006 (as funções de cooperação internacional em C&T passaram da JNICT para o ICCTI em 1997, transitaram deste para o GRICES em 2003 e para a FCT em 2007).



Na verdade, são vários e difíceis os obstáculos que é necessário vencer no futuro imediato em Portugal para se atingir o desenvolvimento científico e tecnológico avançado necessário para obter os elevados benefícios da sociedade do conhecimento e da informação:

— disponibilidade apropriada de tempo de docentes universitários para a investigação. Alguns dos principais obstáculos que é necessário ultrapassar, sublinhados nas avaliações internacionais dos institutos e centros de investigação associados às universidades, situam-se ao nível da gestão universitária. Em particular, é necessário que, ao contrário do que se verifica presentemente, a excelência científica dentro das universidades tenha representação e determine de forma decisiva a gestão das universidades, ou seja, que a ciência assuma um lugar na orientação das universidades. É essencial uma gestão moderna e eficiente dos recursos humanos docentes e discentes, em termos do impacte final dos resultados das actividades universitárias nas componentes de ensino/aprendizagem, investigação e prestação de serviços à sociedade. Elevadas cargas lectivas e prolongados períodos escolares de aulas e exames constituem sérias limitações a uma disponibilidade apropriada para actividades de investigação, num contexto competitivo global, sem que se revelem funcionais em termos de oportunidades de aprendizagem acrescidas. Este ponto assume maior relevo quando se tem em conta o muito elevado peso dos doutorados a trabalhar nas universidades ou em instituições privadas sem fins lucrativos a elas associadas em relação ao total do país, pois fica então claro que a eficiência do sistema científico e tecnológico nacional depende de forma crítica da disponibilidade de tempo de docentes universitários para actividades científicas e tecnológicas e da eficiência da investigação universitária;

— formas flexíveis de enquadramento e

contratação de investigadores e de técnicos de apoio à investigação. É necessário ultrapassar as dificuldades que se observam na contratação de investigadores, abrindo oportunidades para jovens cientistas e a possibilidade de rejuvenescimento das equipas de investigadores com estabilidade contratual. O baixo número de técnicos envolvidos no apoio às actividades de investigação em Portugal constitui outro obstáculo cuja ultrapassagem não se situa apenas ao nível dos recursos financeiros e das oportunidades de formação, parecendo requerer formas flexíveis de enquadramento e contratação;

— inserção rápida e flexível de jovens doutorados. A inserção rápida e flexível de jovens doutorados nas várias entidades com actividades de I&D, públicas e privadas, é crítica para a evolução do sistema científico e tecnológico. O sistema universitário encontra-se, em algumas instituições, ainda fortemente carente deste tipo de recursos, comparativamente ao que se verifica em muitos dos países da OCDE, mas as carências são mais evidentes nos institutos politécnicos, nas empresas e nos laboratórios do Estado. Enfrentam-se obstáculos de natureza institucional e estrutural que é necessário remover. É de salientar que não se trata apenas de oportunidades de contratação, mas também de efectivas oportunidades para trabalho de investigação com tempo apropriado e de alta produtividade, para a afirmação de percursos científicos e tecnológicos próprios e para a liderança de actividades de I&D ao alcance dos doutorados mais novos. Não se devem subestimar as dificuldades de equilíbrio institucional associadas ao influxo acentuado de novos investigadores e à substituição de lideranças. Estas dificuldades terão de ser resolvidas nos próximos anos para que as oportunidades que resultam da jovem e dinâmica força de trabalho científico que se tem constituído sejam adequadamente aproveitadas;



— mobilidade institucional dos investigadores. Um outro obstáculo de monta é o que se depara à mobilidade de investigadores entre diferentes instituições e sectores. Sabendo-se a importância da diversidade de experiências e da expansão de redes de relações pessoais numa sociedade do conhecimento e da informação, esta questão assume uma importância crucial. No entanto, a mobilidade em Portugal é diminuta. É, portanto, essencial remover os obstáculos à mobilidade de docentes e investigadores entre universidades dos vários pontos do país, e entre universidades, empresas, laboratórios do Estado e institutos politécnicos;

— reforço do investimento privado em C&T. No que respeita ao investimento privado em ciência e tecnologia, as expectativas devem ter em conta que Portugal não dispõe de uma indústria dependente da investigação científica, e que não é previsível que venha a dispor a curto prazo, seja por deslocação das indústrias actualmente noutras localizações geográficas seja por alteração profunda da actual estrutura industrial. Apesar de a evolução mais recente no sector empresarial relacionado com altas tecnologias e com a constituição de novas empresas inovadoras ser muito animadora, o baixo peso relativo do sector privado nas despesas de I&D traduz, sem dúvida, um obstáculo de monta que necessita de ser progressivamente ultrapassado. Dado que o investimento em I&D depende essencialmente dos recursos humanos de I&D, um aumento significativo do investimento privado em C&T está essencialmente ligado à capacidade e ao interesse de aumentar significativamente os recursos humanos de I&D em empresas;

— formação superior de elevada qualidade para uma fracção maior da população. A um nível mais geral encontramos o obstáculo, já sublinhado anteriormente, da baixa qualificação geral da população portuguesa, onde a formação superior apre-

senta valores muito baixos relativamente à maioria dos países da UE e da OCDE. Este é um obstáculo que não pode ser ultrapassado num período curto, mas que está subjacente à baixa qualificação média dos recursos humanos em todos os sectores da actividade económica, em particular nas empresas. A inovação e a incorporação de conhecimento nas várias actividades económicas e sociais ficam claramente limitadas por esta situação. Ultrapassar este obstáculo, com níveis de qualidade de formação superior elevados, constitui um enorme desafio;

— enraizamento social e robustez do desenvolvimento científico e tecnológico. Aos aspectos referidos, é necessário acrescentar o factor anteriormente identificado como de fragilidade do desenvolvimento científico e tecnológico. Efectivamente, a vulnerabilidade deste desenvolvimento a alterações políticas, revelada há bem pouco tempo e já ilustrada neste texto, mostra que o desenvolvimento presente se encontra dependente de orientações políticas, da militância de vários actores e de um ambiente geral de reconhecimento da importância do investimento no desenvolvimento científico que foi possível constituir, e que, em conjunto, formam uma conjuntura favorável.

Numa fase em que não está assegurada a estabilidade e o enraizamento social profundo do sistema de C&T, não é claro que este sistema, deixado a si próprio em condições mais habituais, não regreda mesmo no que respeita aos seus presentes pontos de apoio fundamentais: avaliação independente por pares qualificados, rigor e estabilidade de procedimentos, transparência dos processos de decisão, ampla e aberta informação pública, reforço da internacionalização, convergência dos níveis de financiamento para os valores observados nos países mais avançados, ligação do sistema científico à inovação empresarial, ao desenvolvimento da



sociedade da informação, à educação científica e à difusão da cultura científica e tecnológica, aprofundamento das parcerias com outros actores sociais (escolas, empresas, autarquias, outras entidades da administração pública, etc.). Esta referência, mantida na íntegra a partir da edição deste texto em 2000, não só se revelou premonitória como, infelizmente, parece manter a actualidade.

Em suma, como se referiu no início, encontramos-nos perante uma janela estreita que dá acesso às oportunidades da sociedade e economia do conhecimento. Para as aproveitar é necessária a contribuição empenhada de todos os actores e instituições do sistema científico e tecnológico

e grandes e rápidas mudanças institucionais.

Os problemas que se enfrentam são ainda grandes e de resolução complexa. A novidade, porém, é que há bem poucos anos o atraso era enorme e não se adivinhava sequer que a ciência, a tecnologia, a sociedade da informação e a qualificação de recursos humanos assumissem o papel central na estratégia política nacional e que fosse possível ambicionar num prazo relativamente curto o desenvolvimento científico e tecnológico que se encontra agora ao alcance, se soubermos ultrapassar os obstáculos que ainda se encontram no nosso caminho para a sociedade e a economia do conhecimento.

O desporto

Ilídio Trindade

A leste algo de novo

O motorista do autocarro baixou o som do rádio, falou com o intérprete e deu a novidade: «Há uma revolução em Portugal!»

A equipa de futebol do Sporting deixava a cidade de Madeburgo, onde, na noite anterior, fora afastada da final da Taça dos Vencedores das Taças.

A presença do Sporting numa estrada da então Alemanha de Leste acabou por ser a notícia que marcou desportivamente o 25 de Abril de 1974. A comitiva queria regressar ao país, mas havia as dificulda-

des resultantes de uma revolução: as fronteiras estavam fechadas e a tropa nas ruas.

As dúvidas que, naqueles momentos, terão percorrido os sportinguistas eram semelhantes às que se sentiam em Lisboa, às primeiras horas dessa manhã. Muito rapidamente, porém, deram lugar a uma esmagadora onda de adesão popular ao movimento militar, pondo termo a um regime marcado pela Guerra Colonial, pela censura e pelo controlo da sociedade pelo Estado, a que naturalmente não fugia o desporto.

A actividade do desporto escolar até então tinha sido praticamente controlada pela organização de juventude criada pelo regime de Salazar, a Mocidade Portuguesa, mas o seu raio de acção era curto, pois a escolaridade era baixa.

O desporto assentava nos clubes, nas associações e federações. A prática desportiva resumia-se às competições federadas e em todo o país não havia mais de 130 000 praticantes distribuídos por 39 federações. Três jornais desportivos saíam três vezes por semana e o canal da televisão estatal dedicava meia hora ao desporto, à segunda-feira, e dois blocos informativos ao domingo, de 10 minutos, à tarde, e de meia hora, à noite, quase inteiramente preenchidos com futebol.

O hóquei em patins era a modalidade nacional por excelência, somando vitórias em mundiais e europeus e alimentando grande rivalidade com a Espanha.

O ciclismo tivera os seus tempos heróicos com os despiques entre José Maria

Portugal foi campeão mundial de hóquei em patins em 1947.





Nicolau (Benfica) e Alfredo Trindade (Sporting), que foram decisivos para a implantação nacional dos dois clubes de Lisboa. Seguiu-se Alves Barbosa, com um décimo lugar na Volta a França. O último rei das estradas foi Joaquim Agostinho, que já tinha ganho três Voltas a Portugal quando se deu o 25 de Abril e iria depois afirmar-se como grande trepador na *Vuelta* e no *Tour*.

Nos Jogos Olímpicos, Portugal conquistara sete medalhas, em desportos considerados elitistas: três em hipismo, três em vela e uma em esgrima.

O futebol dominava. Primeiro com as equipas do Sporting, nos anos 40 e 50. Dessa época recorda-se um quinteto atacante conhecido pelos «cinco violinos», onde pontificava José Travassos, o primeiro português a entrar numa selecção da Europa. Seguiu-se o Benfica: uma vitória na Taça Latina (1950), duas vitórias na Taça dos Campeões Europeus (1961 e 1962) e mais três presenças em finais europeias. O Sporting também entrou na história com a vitória na Taça dos Vencedores das Taças (1964). Mas foi no Mundial de Inglaterra que o futebol pôs o país a seus pés. Uma recuperação sensacional frente à Coreia do Sul (de 0-3 para 5-3), o terceiro lugar no campeonato e as exhibições de Eusébio, eleito como melhor jogador do torneio, foram arrasadores. Portugal, cercado e criticado praticamente pelo resto do mundo, devido à Guerra Colonial, empolgava-se com a magia do seu futebol. E assistia com deleite à afirmação internacional que lhe era negada noutros campos.

Os clubes viviam a sua época de ouro. Eram dos poucos espaços onde havia alguma liberdade: os cidadãos elegiam directamente dirigentes e lutavam por causas comuns, ao contrário do que acontecia na restante sociedade. Debaixo do guarda-chuva dos clubes e do futebol desenvolviam-se as outras modalidades,



Eusébio, o Pantera Negra, ícone do futebol português.

criavam-se laços de solidariedade e muitos jovens tinham a rara oportunidade de uma vivência cívica. O controlo da actividade associativa do desporto escapava um pouco ao governo — apesar de todos os dirigentes terem de ser aprovados pela Direcção-Geral dos Desportos, as paixões da defesa dos emblemas tinham mais força que as desgastadas convicções do Estado Novo.

Contra os desportistas de bancada

Quando se dá o 25 de Abril faltam três jornadas para o final do campeonato, o Sporting tem mais um ponto que o Benfica, mais dois que o Setúbal e mais três que o Futebol Clube do Porto. E mantém o avanço até final. São muitos os milhares de apoiantes sportinguistas que festejam no seu estádio o título de campeão nacional, mas muitos outros milhares terão estado na mesma altura em manifestações, comícios, reuniões de esclarecimento, plenários sindicais, a viver os primeiros dias de liberdade. Aqueles tempos são de mobilização política, que afasta gente dos clubes e das bancadas.



A revolução também destrói importantes apoios do futebol. As nacionalizações que se seguem põem em causa muito do seu suporte económico. A descolonização seca os viveiros africanos de grandes futebolistas, bem como de outros atletas que rumavam das colónias para a metrópole. O país defronta-se com sérios problemas e aplica energias e dinheiro no saneamento básico, estradas, reformas, pensões e aumentos salariais.

Mas há a outra face. Os cidadãos toman consciência dos benefícios que podem retirar do desporto. São lançadas campanhas de promoção desportiva. O atletismo, o futebol, o ciclismo e o badminton são as modalidades mais divulgadas. Os jornais escrevem contra os desportistas de bancada, apelando à prática desportiva.

Sem dinheiro e sem recurso às colónias, o futebol português começa a importar maciçamente jogadores brasileiros, a maioria sem qualidade técnica. O próprio Benfica, que se gabava de só ter jogadores portugueses, acaba com essa tradição. Os primeiros indícios de que a travessia do deserto estava a chegar ao fim só surgem com o apuramento do Benfica para a final da Taça UEFA (1983) e do Futebol Clube do Porto para a final da Taça das Taças (1984). Finalmente, no Europeu de 1984 a selecção nacional recupera prestígio, sendo afastada da final pela França, que viria a ser campeã.

Os ventos sopram de feição para o aumento de praticantes. O número de federados duplica de 1974 para 1985 (260 000). As federações passam de 38 para 46 e os clubes com actividade federada de 2400 para 4000. O investimento dos dinheiros públicos no desporto aumenta e a partir de 1978 há um novo objectivo: a formação.

Surgem também os primeiros programas de apoio à alta competição, que se reflectem particularmente no atletismo. Car-

los Lopes ganha uma medalha de prata nos 10 000 metros dos Jogos de Montreal (1976) e dá o tiro de partida para as grandes vitórias internacionais do meio-fundo português. Seguem-se o triunfo de Rosa Mota, em Atenas, na primeira maratona dos Campeonatos da Europa (1982) e, depois, três medalhas nos Jogos Olímpicos de Los Angeles: o ouro de Lopes, na maratona, e o bronze de Rosa Mota e António Leitão, respectivamente na maratona e nos 5000 metros.

Chega a altura de olhar para as carências do parque desportivo. A medida mais visível é a obrigatoriedade do arrelvamento dos campos de futebol. Mas os grandes investimentos só irão ser feitos com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1986) e com os fundos europeus.

Portugal, destino desportivo

No final de Dezembro de 1985, quando os contabilistas se desdobravam na assistência a seminários — para dominarem as regras da aplicação de um novo imposto, o IVA, que passaria a vigorar no dia 1 de Janeiro seguinte, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) —, reúnem-se em Coimbra os presidentes dos 16 clubes da primeira divisão do Campeonato Nacional de Futebol. Objectivo: criar uma associação dos clubes profissionais portugueses.

A associação lá se formou. E no essencial serviu de alavanca à Liga, que hoje é responsável pela organização dos campeonatos profissionais. As grandes mudanças no futebol internacional estavam a chegar.

As transmissões televisivas trazem dinheiro ao futebol na mesma proporção que afastam espectadores das bancadas. O acórdão Bosman, do Tribunal Europeu, consagra a liberdade contratual dos profissionais do desporto e cria a influente «clas-



se» dos empresários. As grandes equipas são vistas como grandes companhias produtoras de espectáculos. Acaba aquilo que se designava «por amor à camisola».

As novas orientações políticas e os apoios comunitários canalizam avultados meios para as regiões e autarquias. A criação de riqueza passa a ser mais desconcentrada. A hegemonia dos dois grandes clubes de Lisboa é sucessivamente enfraquecida. Surge um grande poder desportivo, o Futebol Clube do Porto, que conquista um título europeu de futebol (1987) e cinco títulos de campeão nacional consecutivos, entre 1995 e 1999.

Com a liberdade contratual, os melhores futebolistas portugueses passam a jogar no estrangeiro. Portugal é cada vez mais um país com uma boa escola de formação de jogadores e uma selecção nacional bem cotada. A equipa principal chega às meias-finais do Europeu de 2000 e entre 1989 e 2000 são ganhos dois títulos mundiais de sub-20 e cinco títulos europeus de juniores.

A melhoria das condições de vida e o aumento dos tempos livres levam mais pessoas à prática desportiva. Surgem novos desportos ligados à aventura, ao mar e à natureza e em muitos casos apoiados por sectores empresariais. As empresas de produtos e serviços desportivos também emergem. A procura desportiva é diversificada e a estrutura tradicional do desporto federado deixa de ser dominante. Um estudo oficial divulgado no final da década de 90 mostra que, da faixa etária dos 15 aos 74 anos, em cada 100 portugueses 27 procuram a prática desportiva e 23 são praticantes regulares. Mas destes 23 apenas quatro estão integrados no desporto federado.

O apoio directo do Estado ao desporto federado eleva-se a sete milhões de contos (35 milhões de euros) em 1989. A maior parte desse montante destina-se à actividade administrativa e competitiva das federações, que são agora 68. Uma outra

parte desse apoio é encaminhada para a preparação dos atletas integrados na alta competição.

A participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de Atlanta é bem o espelho da evolução do desporto português, que deixou de estar assente no futebol e no meio-fundo do atletismo. Além de uma medalha de ouro no atletismo (Fernanda Ribeiro, nos 10 000 metros) e de uma medalha de bronze na vela, os Portugueses obtêm dois quartos lugares (futebol e voleibol de praia), um sexto lugar (disco feminino) e mais quatro sétimos lugares (atletismo, fosso olímpico e duas disciplinas de vela).

A mesma diversidade surge a nível associativo. Há clubes que se dedicam apenas a uma modalidade, e com grande sucesso, como o ABC de Braga (já chegou à final da Taça dos Campeões Europeus de andebol) ou o Maratona de Portugal (várias vezes campeão europeu de corta-mato). Clubes dos Açores e Madeira ascendem aos escalões principais do futebol e conquistam títulos nacionais em várias modalidades.

Os grandes clubes fazem «curas de emagrecimento» e optam por especializar-se em duas ou três modalidades. Outros constituíram sociedades desportivas para as áreas profissionais. Enfim, deixaram de ser «clubes guarda-chuva».

A Carta das Instalações Desportivas Artificiais de 1998, elaborada pelo Instituto Nacional do Desporto, mostra o crescimento exponencial de equipamentos que têm entrado ao serviço das populações. Em pavilhões e salas de desporto, os metros quadrados construídos por habitante ultrapassam o índice de referência europeu aconselhado. Curiosamente, nas regiões do litoral, em particular Lisboa e Setúbal, onde há mais praticantes desportivos, encontram-se os mais baixos índices de construção desportiva por habitante. Em contrapartida, as regiões do interior ou mais deprimidas, como os distritos da Guarda, Beja, Vila Real, Évora e Castelo Branco,



A euforia do Euro 2004: milhares de apoiantes saúdam a selecção nacional por onde quer que ela passe.

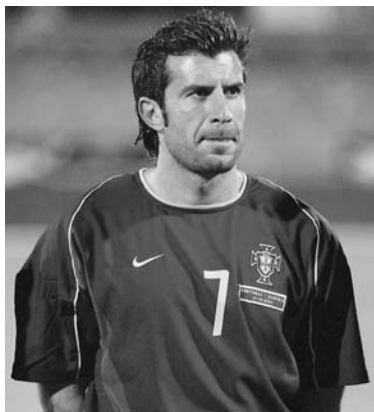
apresentam os maiores índices de construção desportiva.

A Expo 98 acaba por ter também um papel decisivo para o desporto português. Dando como exemplo o êxito da Exposição Mundial de Lisboa, governo e dirigentes desportivos entram na corrida à organização das grandes competições desportivas. Além de dezenas de bons campos de golfe, Portugal tem agora modernas instalações em diversas áreas.

É neste contexto que Portugal ganha a

corrida à organização do Campeonato da Europa de Futebol de 2004 em competição com a Espanha e com a candidatura conjunta da Áustria e da Hungria. No mesmo contexto se pode ver a realização em Portugal do Mundial de Crosse e do Master de Ténis (2000), do Mundial de Pista Coberta e do Mundial de Ciclismo (2001), da Gymnaestrada e do Mundial de Andebol (2003) e do Europeu de Judo (2004).

Portugal, depois de ser um destino turístico, é também um destino desportivo.



A euforia do Europeu

Poucos acontecimentos terão mobilizado tanto a atenção dos Portugueses como o Campeonato Europeu de Futebol de 2004 ¹. Oito estádios novos e dois recuperados serviram de palco a uma competição que recebeu elogios organizativos de todos os quadrantes e propiciou momentos de exemplar convívio entre os adeptos dos 16 países finalistas.

Luís Figo, antigo capitão e número 7 da selecção nacional.



Com o treinador José Mourinho, o F.C. Porto venceu a Taça UEFA (2003) e a Liga dos Campeões (2004).

Portugal e a Grécia chegaram à final, acabando o triunfo (1-0) por pertencer ao onze helénico. O estádio novo do Benfica (duas vezes campeão europeu de clubes e cinco vice-campeão) recebeu em clima de festa o encontro, depois de, ao longo de todo o campeonato, as ruas das cidades portuguesas terem ostentado muitos milhares de bandeiras nacionais, num ambiente inabitual em Portugal.

O Campeonato Mundial de Futebol da Alemanha (2006) provocou idêntica euforia. A equipa portuguesa fez uma campanha exemplar, tendo chegado às meias-finais. A geração de Luís Figo e Rui Costa



despedia-se das grandes competições com um segundo lugar no Europeu e um quarto no Mundial.

Cristiano Ronaldo disputa a posse da bola com Georgios Seitaridis durante a final Portugal-Grécia do Euro 2004.





Sérgio Paulinho (à esquerda), vencedor da medalha de prata da prova de estrada nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004.

No que respeita a clubes continuou a afirmação internacional do Futebol Clube do Porto: orientado por José Mourinho,

triunfou na Taça UEFA (2003) e na Liga dos Campeões (2004). O Sporting, no seu novo estádio, foi finalista vencido na Taça UEFA (2005).

A realização de grandes acontecimentos continuou a diversificar-se. Em 2006 e 2007, Lisboa foi o ponto de partida do histórico rali que termina em Dakar **1**. O Tall Ships Race, a regata dos grandes veleiros, passou por Lisboa no Verão de 2006.

Nos Jogos Olímpicos, a participação em Sydney foi modesta, com duas medalhas de bronze, apesar de uma delas ter sido pela primeira vez no judo (Nuno Delgado). Já em Atenas ocorreu uma das melhores presenças olímpicas de sempre. Francis Obikwelu, nos 100 metros, e Sérgio Paulinho, na prova de estrada do ciclismo, ganharam medalhas de prata, e Rui Silva, nos 1500 metros, a medalha de bronze. Desta participação destaca-se também o alargamento das modalidades que obtiveram classificações entre o quarto e o oitavo lugares: atletismo

Chegada de veleiros ao porto de Lisboa para participar na apresentação da Tall Ships Race 2006.





Vanessa Fernandes celebra a vitória no Campeonato Europeu de Triatlo Feminino (2006).

(duas vezes), canoagem, judo (duas vezes), trampolins, vela (três vezes) e triatlo. Os resultados traduzem a continuada afirmação internacional do judo e da vela e o apareci-

mento da jovem atleta do triatlo, Vanessa Fernandes, que apenas com 21 anos é tri-campeã europeia e vice-campeã mundial.

Em termos quantitativos, o desporto federado também cresce. Dados divulgados pelo Instituto do Desporto de Portugal mostram que, no final de 2004, há quase 402 000 praticantes federados. Em relação a 1986 regista-se um aumento de 50 por cento. Nestes oito anos, o futebol (28,4 %), o voleibol (15,7 %) e o andebol (10,2 %) foram as modalidades que mais progrediram.

Fora da área federada, os desportos individuais e de contacto com a natureza (*surf* ou caminhada) ganham cada vez mais praticantes informais. Nos centros urbanos assiste-se ao aparecimento explosivo de ginásios e de clubes de bem-estar. A Associação de Ginásios e Academias de Portugal estima que, em 2006, haja mais de mil desses espaços, com 500 000 associados, o que representa uma facturação anual de 300 milhões de euros. Um bom negócio.



0 ambiente

.....



O ambiente

Viriato Soromenho-Marques

Esboço geográfico de Portugal

Sobre Portugal escreveu o filósofo Hegel nas suas *Lições sobre Filosofia da História Universal* (*Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*): «É em Portugal que os rios de Espanha encontram a sua saída para o mar. Dever-se-ia crer que, tendo a Espanha rios, deveria ter também uma relação com o mar; mas essa relação foi especialmente desenvolvida por Portugal» (Hegel, 1968: 197).

Na verdade, se Portugal, para além de ser um dos mais antigos estados-nação do mundo, desempenhou na história da humanidade um papel de significado universal, capaz de transcender a sua pequena dimensão territorial e demográfica, tal facto ficou a dever-se, entre outras causas, como argutamente sublinha Hegel, à relação especial com o mar, que atingiu o seu auge no longo período dos Descobrimentos, iniciado no primeiro quartel do sé-

culo xv, e que se prolongaria nos feitos de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Álvares Cabral, e muitos outros navegadores e guerreiros.

A geografia de Portugal — mesmo depois de o ciclo imperial se ter cumprido entre o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, em 10 de Setembro de 1974, e a devolução da administração de Macau





à República Popular da China, em 20 de Dezembro de 1999 — continua a ser marcada por uma (des)continuidade onde o Atlântico assume a nota dominante.

O tronco essencial do território português situa-se no extremo ocidental da Península Ibérica, com uma latitude definida pelos paralelos 37° N e 42° N e uma longitude que varia entre os 6° W e 9° 30' W. Contudo, 1240 km para oeste da massa continental estende-se o arquipélago dos Açores, com as suas nove ilhas organizadas em três grupos (Oriental, Central e Ocidental). Mais a sul, distando 900 km de Portugal Continental, e a 600 km do litoral marroquino, localiza-se o arquipélago da Madeira, constituído pelas ilhas habitadas da Madeira e Porto Santo, e pelos ilhéus desabitados das Desertas e Selvagens. No total, o território português estende-se por 91 905,955 km², com uma população que, devido a um recente fluxo de imigração, já ultrapassa os 10 milhões de habitantes. A sua disseminação pelo Atlântico (só no território continental a linha costeira esten-

de-se por 832 km) faz de Portugal o país da União Europeia (UE) com a mais extensa Zona Económica Exclusiva (ZEE).

A visão mais compreensiva da geografia portuguesa, entendida na sua multiplicidade de aspectos, do revelo à biogeografia, passando pela caracterização cultural das suas populações, está hoje acessível nas obras de grandes mestres como Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach (que iniciou a sua carreira científica, como professor de Geografia, em Hannover, antes da Primeira Guerra Mundial), Suzanne Daveau e Manuel Viegas Guerreiro, entre outros.

Orlando Ribeiro oferece-nos uma impressionante representação geográfica quando nos propõe ver a terra e a cultura portuguesas marcadas por uma dialéctica entre as características predominantemente atlânticas do Norte litoral e as componentes mediterrânicas, dominantes na parte mais extensa do território. A Cordilheira Central, que é o fenómeno marcante do relevo continental português, não seria, assim, um factor de abrupta separação entre um Norte mais montanhoso e um Sul de relevos mais suaves, mas antes um elemento de mediação para o factor mais actuante na paisagem portuguesa: o trabalho humano que se perde na bruma de muitos milénios de ocupação humana.

A dialéctica atlântico-mediterrânica seria a base para uma identificação das três divisões regionais fundamentais do território continental português: o Norte Atlântico, o Norte Transmontano e o Sul. Contudo, numa análise mais fina, Orlando Ribeiro identifica um total de 23 sub-regiões (ver mapa da p. 184), o que nos dá uma imagem da grande diversidade do território português. Outras linhas de contraste podem ser identificadas em Portugal Continental: a) o contraste entre um Norte, com grande disponibilidade hídrica e maior densidade demográfica, e um Sul mais seco e mais escasso do ponto de vista populacional; b) o contraste entre o Litoral e o

Inverno no Nordeste Trasmontano.





A serra da Arrábida: paisagem mediterrânica portuguesa.

Interior, que explica, por um lado, o modo como a ocupação humana se debruça numa linha litoral que vai de Braga a Setúbal, complementada por uma mais recente que coincide com o litoral algarvio, e por outro, certos aspectos da continuidade do revestimento arbóreo desde Trás-os-Montes ao Alentejo e Algarve, onde se observam, entre outras espécies, carvalhos, castanheiros, sobreiros, azinheiras, oliveiras, figueiras e amendoeiras; c) o contraste entre as Terras Altas e as Terras Baixas, onde se destacam os arcaicos contornos da vida agropastoril, das plantações de vinha e de árvores de fruto (Ribeiro, 1991: 131 ss.).

De excepcional interesse e beleza são os dois arquipélagos atlânticos portugueses. Ambos se situam na região biogeográfica da Macaronésia (arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde e algumas zonas do litoral norte-africano). Os Açores, fruto de um vulcanismo mais recente, surpreendem pela diversidade das paisagens. A Madeira destaca-se pela sua

floresta de laurissilva, que a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) classificou em Dezembro de 1999 como de interesse mundial. A laurissilva madeirense, composta por espécies como o til, vinhático, loureiros e os raros cedros, é uma relíquia viva de uma floresta outrora dominante numa vasta zona que se estendia a grande parte da Europa meridional. Com as alterações climáticas, nomeadamente, a sucessão de períodos glaciares, esta flora resistiu apenas na região macaronésia (Quintal, 1999: 16).

No que concerne ao povo, talvez se possa afirmar que a mais marcante característica da identidade cultural portuguesa reside, por um lado, na antiguidade do povoamento do seu território continental matricial, e no profundo cruzamento de povos e etnias, desde os Celtas e os Iberos, aos Romanos, Germanos (em particular, os Suevos), Árabes, e todos os outros povos



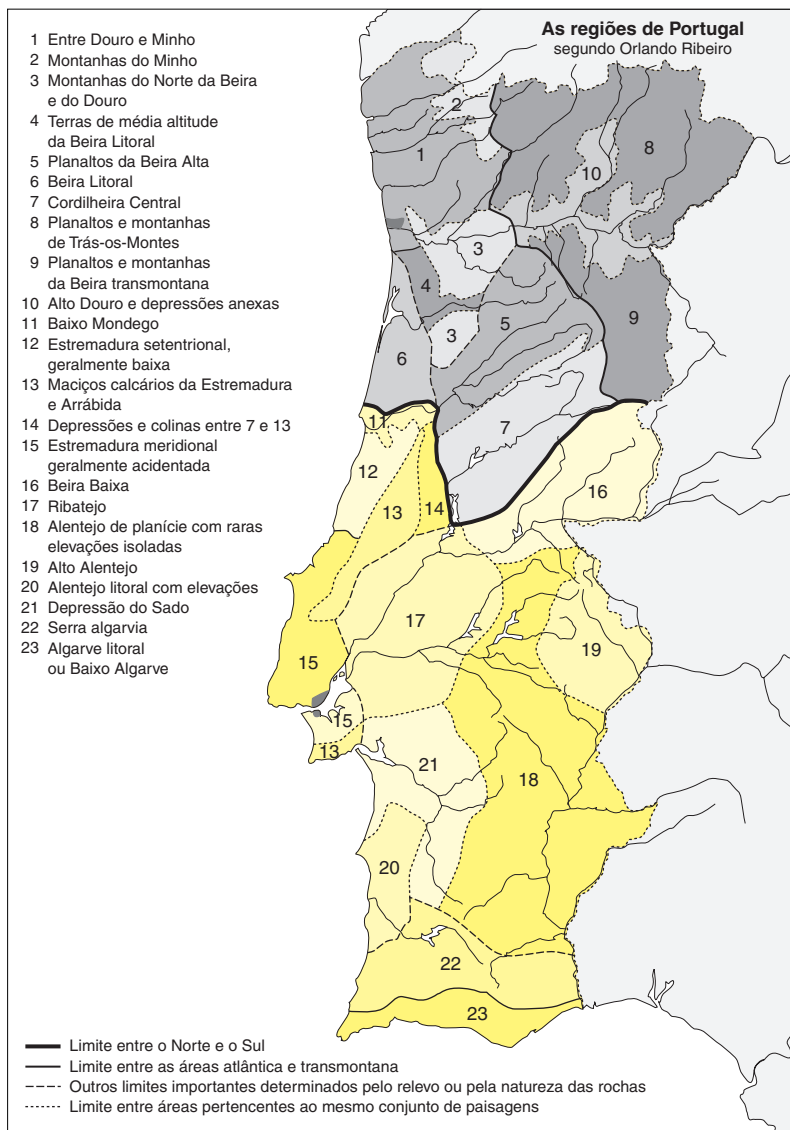
que a Reconquista e a era dos Descobrimentos e do império fizeram convergir com o destino português.

Consciência ambiental e sociedade em Portugal

Portugal não foi pioneiro da consciência ambiental, porque também não foi pioneiro

da modernidade, com o seu cortejo de revoluções industriais, que marcaram a ascensão da vaga de destruição e alteração dos ecossistemas planetários que caracteriza a história dos últimos dois séculos.

Em relação à política de conservação da natureza, salienta-se o trabalho pioneiro das personalidades, quase todas provenientes do meio académico e científico,



Fonte: adaptado de Ribeiro, 1991, 173.



Ilha da Madeira: paisagem laurissilva na ribeira da Janela.

que em 1948 fundaram a Liga para a Protecção da Natureza (LPN). Um pouco antes, destaque-se o excelente estudo de Francisco Flores, que, num ensaio publicado em 1939 pela *Revista Agronómica*, faz o balanço, possível na altura, das doutrinas e políticas de conservação da natureza à escala internacional (Flores, 1939).

Na literatura encontramos, entre outras, duas obras pioneiras da consciência ambiental: *Os Pescadores* de Raul Brandão (1923), uma verdadeira e premonitória denúncia do que é a destruição dos recursos piscícolas por uma pesca industrial sem escrúpulos, e a grande obra de Aquilino Ribeiro *Quando os Lobos Uivam* (1958), que

Açores: lagoa do Fogo, em São Miguel. Um ecossistema belo e frágil.





mostra a forma como as políticas florestais intensivas, ligadas em especial à expansão da indústria das celulosas, são também ameaças para as formas culturais ligadas à vida serrana e ao mundo rural (Queirós, 1997: 175-180).

Os principais obstáculos ao desenvolvimento precoce tanto de uma consciência como de uma política ambientais em Portugal explicam-se pela longa persistência de características pré-modernas na sociedade portuguesa: desde o forte acento rural, até à baixa competitividade do frágil tecido industrial, não esquecendo a incapacidade do Estado em matéria de educação pública. A existência de quase meio século de ditadura (1926-1974) veio ainda agravar mais o défice de participação cívica, que é um dos fatores capitais para a formação das políticas ambientais.

A primeira fase da política pública de ambiente em Portugal

Em 19 de Junho de 1971 foi criada a Comissão Nacional do Ambiente — presidida antes e após o 25 de Abril de 1974, por José Correia da Cunha — que pode ser considerada como a primeira instituição portuguesa responsável pela orientação de uma política pública de ambiente.

Embarcações pesqueiras em Sesimbra: a pesca, um desafio ecológico e social.



O governo de Marcelo Caetano, isolado na cena internacional devido à sua política colonial, levou a sério o convite. Portugal far-se-ia representar por amplas e qualificadas delegações, tanto na Conferência de Estocolmo, como nas diversas reuniões preparatórias entretanto realizadas. No âmbito da preparação da referida conferência foi, igualmente, redigido o primeiro relatório sobre o estado do ambiente, que seria publicado também no ano de 1971.

Há um quarto de século, Portugal seguia a tendência mundial para a criação de estruturas que progressivamente tornariam o ambiente num horizonte integrador de políticas públicas, anteriormente omissas ou fragmentadas por outros organismos executivos. No entanto, a semelhança da realidade portuguesa com a de outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) não era isenta de limites claros e fundamentais. Enquanto a criação de estruturas políticas na área do ambiente por parte de governos como o dos EUA, da Suécia, da Alemanha, etc., era o resultado de uma década de movimentações cívicas e democráticas intensas, realizadas ao longo dos anos 60, a criação da Comissão Nacional do Ambiente, em Portugal, resultava predominantemente não de uma *pressão endógena* irreprimível da sociedade civil — cuja capacidade de expressão democrática estava bloqueada pela longa letargia de uma ditadura policial repressiva —, mas era o efeito, inversamente, de uma *reação a um impulso externo*.

Outro momento capital da presença do «impulso externo», com tudo o que tem de implicações positivas e negativas, ocorre no estudo da integração portuguesa na então Comunidade Europeia. Algumas das condições políticas fundamentais para se poder falar de uma política de ambiente já existiam nos anos 70, logo após a revolução de Abril, nomeadamen-



te o pioneiro reconhecimento de direitos do ambiente na sua Constituição, em 1976. Por outro lado, e trata-se de mais um traço positivo, Portugal dispõe desde 1983 de um importante e original instrumento de ordenamento do território: a Reserva Ecológica Nacional. Contudo, só a partir de 1986, na sequência da adesão à Comunidade Europeia, é que assistimos a uma aceleração dos dispositivos tendentes a permitir uma mais ágil política de ambiente.

O estado do ambiente em Portugal: breve visão de conjunto

Apesar do declínio de alguns indicadores económicos nos últimos anos, Portugal tem conhecido taxas de crescimento muito elevadas, não apenas desde a entrada na Comunidade Europeia, mas no decurso de um longo período iniciado uma década antes da revolução de 1974: os indicadores económicos e sociais provam-no amplamente (Barreto, 1996). O impacte ambiental desse crescimento deve ser meditado com prudência.

Esse crescimento tem sido conseguido à custa de uma alta intensidade energética, com um excessivo consumo de matérias-primas no processo de transformação industrial, à custa também da produção de elevadas quantidades de resíduos, mesmo de resíduos perigosos, para não falarmos do crescimento exponencial de resíduos sólidos urbanos, onde Portugal apresenta uma das situações mais críticas no quadro da OCDE. Isso significa que o aumento do produto interno bruto português está a ser conseguido, comparativamente com a média dos outros países da UE ou da OCDE, à custa de um maior desperdício de energia, tanto na produção como, e sobretudo, nos transportes, e através de uma mais acentuada pressão sobre os recursos e matérias-primas, com

todos os problemas que lhe estão associados em termos de resíduos urbanos e industriais.

Importa averiguar as grandes linhas de força que caracterizam o estado do ambiente em Portugal.

Alterações climáticas

Em termos comparativos o contributo de Portugal para as alterações climáticas é sensivelmente inferior ao do dos seus congéneres europeus. Por essa razão, Portugal conseguiu obter, no Acordo de Partilha de Responsabilidades (2002), assinado entre os países da UE no âmbito do cumprimento conjunto do Protocolo de Quioto (1997), autorização para aumentar em 27 % a sua emissão dos seis gases de estufa objecto de acordo, entre 1990 e 2012. Estudos recentes, contudo, revelam que as tendências apontam para um resvalar muito significativo nestas metas podendo atingir 53 % a mais em relação aos dados-base de emissão em 1990 (mais 26 % que o nível autorizado). O governo assumiu já uma ultrapassagem de aproximadamente 10 % (5,8 milhões de toneladas/ano de dióxido de carbono equivalente), que será coberta através dos mecanismos previstos no Protocolo de Quioto. Em 2004, de acordo com o Instituto do Ambiente, o aumento nacional das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) já tinha ultrapassado os 41 por cento.

Apesar da existência e actualização de instrumentos de política pública que visam o combate às alterações climáticas no nosso país, como sejam o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) (com duas versões publicadas em 2004 e 2006) e o Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão (PNALE), cuja segunda versão, para o período 2008-2012, foi produzida em 2006, a verdade é que as razões para o desvio ascendente nas emissões de GEE continuam a manter-se. As causas situam-se, essencial-



Petroquímica em Sines: dificuldades em cumprir as metas do Protocolo de Quioto.

mente, nos sectores da produção de energia eléctrica (a queima de combustíveis fósseis nas centrais termoeléctricas) e dos transportes, em particular a combinação das emissões crescentes dos automóveis particulares e do transporte rodoviário de mercadorias. Para corrigir estas tendências negativas terão de ser tomadas medidas rigorosas e radicais na alteração da política de transportes, principalmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, apostando na melhoria dos meios colectivos e no incremento da circulação de mercadorias por caminho-de-ferro e por via marítima.

Energia

O sistema energético nacional é caracterizado por uma forte dependência externa e consequente crescimento da factura energética. Em 2001, 84 % da energia consumida no nosso país foi importada. Na UE, apenas o Luxemburgo ultrapassa Portugal na dependência do petróleo: cerca de 70 % do total da energia primária, contra 40 % da média da União.

Entre 1990 e 2004 Portugal aumentou os seus consumos primários de energia em 50 por cento. Tal crescimento traduz-se, igualmente, no aumento excessivo da intensidade energética da nossa economia, apesar de alguns factos positivos ocorridos nos últimos anos: entraram em funcionamento duas centrais termoeléctricas de ciclo combinado a gás natural (Tapada do Outeiro e Carregado); verifica-se desde então um maior recurso à co-geração (com gases quentes aumenta-se a produção de electricidade) para a produção de energia.

Ainda que Portugal não seja rico em combustíveis fósseis, o mesmo não se pode dizer das energias renováveis, cuja utilização não só é recente como está ainda longe do seu grande potencial, com excepção da hidroeléctrica. As medidas até aqui tomadas têm-se cingido, essencialmente, ao sector da produção eléctrica. Tal é o caso do Programa E4, Eficiência Energética, Energias Endógenas, que visa atingir em 2010, o valor de 39 % de toda a electricidade produzida a partir de origem renovável. Mais recentemente, novas iniciativas foram



tomadas, prevendo-se um forte incremento na energia eólica e solar fotovoltaica.

Transportes

As emissões de poluentes associadas aos transportes têm vindo a aumentar. Como já vimos, em conjunto com o sector da produção energética, são os responsáveis pelas emissões de GEE. Para além do dióxido de carbono, os transportes são ainda responsáveis por emissões de monóxido de carbono, óxidos de azoto e partículas, poluentes igualmente precursores do ozono de superfície. Estudos recentes confirmam o forte impacto negativo da poluição rodoviária sobre a saúde pública, em particular nos centros urbanos.

No que toca à sinistralidade rodoviária, tem-se registado uma tendência positiva que importa acentuar. Portugal passou de 2262 mortos em 1980 para 1316 em 2001. Em 2006 esta tendência aprofundou-se ainda mais no sentido positivo.

No domínio do transporte ferroviário, ao longo da última década o total da extensão das linhas ferroviárias em operação tem vindo a diminuir (menos 302,8 km entre 1991 e 2001). Mas o investimento aumentou na modernização: a extensão de linhas electrificadas cresceu significativamente (mais 443,7 km entre 1991 e 2001), sobretudo em áreas de grande densidade populacional.

No que respeita à actividade portuária e transporte marítimo importa referir que, apesar da publicação do livro branco do sector em 1997, têm continuado a existir muitas hesitações quanto ao verdadeiro potencial deste modo, nomeadamente quanto ao transporte marítimo de curta distância: os nossos portos perderam competitividade no que concerne ao comprimento e profundidade dos cais e na estrutura do parque de máquinas de manobra e transporte que os servem.

No domínio dos transportes aéreos, a evolução do número de passageiros trans-

portados registou um acréscimo claro entre o ano de 1991 e o ano de 2001. A componente doméstica teve contudo uma redução, a que não será estranho o desenvolvimento de auto-estradas. A opção pela construção de um novo Aeroporto Internacional de Lisboa, na Ota, continua a causar acesas discussões e está longe de reunir o consenso nacional desejável.

Conservação da natureza

Portugal apresenta, em comparação com outros parceiros da UE, um património natural relativamente rico e diversificado, o que confere ao país uma particular responsabilidade na protecção de uma riqueza que deve ser considerada património comum dos Europeus.

A conservação da natureza em Portugal resulta da conjugação de uma variada legislação nacional e internacional, onde se incluem as directivas sobre *habitats* e aves (de cuja conjugação resulta a Rede Natura 2000), a Convenção de Ramsar, assim como diversos programas e iniciativas do Conselho da Europa e da UNESCO. A Lei-Quadro das Áreas Protegidas (1993) consagra uma tipologia com quatro categorias principais de áreas, da qual sobressai a Rede Nacional de Áreas Protegidas, que integra um parque nacional, 13 parques naturais, nove reservas naturais, seis paisagens protegidas e cinco monumentos naturais. A estas áreas juntam-se, ainda, vários sítios classificados. Se contarmos todos os modelos de protecção, incluindo a Rede Natura 2000, Portugal tem mais de 20 % do seu território abrangido por algum estatuto de protecção.

Apesar da entrada em vigor, em 2001, da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), a política pública neste domínio continua a apresentar dificuldades cuja superação tarda a ocorrer. Entre elas devem destacar-se: contraste significativo entre as competências e os meios materiais e humanos



Cegonhas-brancas em Alcácer do Sal: a diversidade biológica que é preciso defender.

colocados à disposição do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) para o desempenho da sua ampla missão (alargada, há já alguns anos, à gestão do litoral); atraso crónico na entrada em vigor de instrumentos reguladores essenciais para a conservação da natureza; insuficiente capacidade de implementação e fiscalização dos planos já existentes; dificuldades endémicas na coordenação com as actividades agrícola, florestal, cinegética, extractiva, turística e energética (incluindo as energias renováveis). Na gestão das áreas protegidas ocorre, regra geral, um baixo nível de adesão aos objectivos de conservação por parte das autarquias e populações residentes nas respectivas áreas.

Solos, florestas e agricultura

O uso do solo em Portugal está condicionado por limitações naturais significativas. Sessenta por cento é originado a partir de xistos, grauvaques e granitos, são solos delgados, de baixa fertilidade e facilmente vítimas de erosão. Quinze por cento da área total dos solos é proveniente de areias e arenitos, dificilmente retendo água e nutrientes. Cerca de 10 % derivam de calcários, sendo delgados e pedregosos.

Tradicionalmente, a área de exploração agrícola tem sido muito superior aos 10 % de solo considerados com aptidão agrícola. Com a entrada na Comunidade Europeia temos assistido a uma diminuição da área cultivada e a um aumento da área florestada.

As espécies arbóreas dominantes em Portugal Continental são o pinheiro-bravo, o sobreiro, o eucalipto (cujo crescimento exponencial tem revelado impactes ambientais muito negativos), a azinheira e o pinheiro-mansinho. Apesar de Portugal participar nas iniciativas internacionais que visam promover a floresta de uso múltiplo, e o respeito pela floresta como *habitat* e ecossistema, a verdade é que as grandes extensões de monocultura de pinheiro-bravo e eucalipto estão na origem de grandes incêndios estacionais, que, nos últimos anos, têm diminuído, em virtude de uma estratégia mais organizada de combate.

Grandes mudanças sociais e demográficas levaram a grandes alterações neste domínio. A superfície agrícola e florestal corresponde a cerca de 71 % do território continental, nas regiões de Entre Douro e Minho, na Beira Litoral e no Algarve. Entre 1989 e 1999 registou-se um decréscimo de 31 % no número de explorações agrícolas e de 3,6 % no total da superfície agrícola utilizada (SAU).

Um dos maiores riscos para os solos agrícolas reside no facto de uma grande parte das áreas de maior produtividade, como é o caso do Ribatejo Oeste e da Orla Costeira Algarvia, se encontrarem em zonas de forte pressão para a mudança de uso de solo, nomeadamente a expansão urbana e industrial, empreendimentos turísticos, procura de segunda habitação, entre outros fins.

Um terço do território nacional está exposto a um grave processo de desertificação, que acaba por interagir negativamente com a forte tendência para o despovoamento do interior e do mundo rural em geral.



A área florestal abrange cerca de 38 % do território continental, correspondendo a 12 400 empresas, responsáveis por 3 % do emprego e 11 % das exportações. A fragilidade do sector florestal, em particular face aos incêndios estivais, está fortemente relacionada com o elevado grau de desordenamento do sector, que se traduz em vastas áreas de plantio monoespécífico (sobretudo de pinheiro-bravo e eucalipto), com escassa ou nula manutenção. Uma das raízes fundamentais deste desordenamento reside na pulverização da propriedade. Apesar da produção de numerosos diplomas, a capacidade de dar uma resposta à degradação do sector florestal continua marcada pelo insucesso, como as calamitosas áreas áridas em 2003 e 2005, infelizmente, o demonstram.

Recursos hídricos

As deficiências estruturais na política da água foram o objectivo estratégico principal dos investimentos efectuados no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio II e III (1994-2006). Apesar dos progressos

realizados (ver caixa na p. 192), a verdade é que Portugal continua a enfrentar uma série de desafios significativos neste domínio:

- a enorme dependência portuguesa face a Espanha (o país da UE com maior capacidade de armazenamento hídrico) quanto aos caudais dos rios internacionais. Foi assinada em 1998 uma nova convenção para a gestão das bacias luso-espanholas, cujo alcance tem sido encarado com algum cepticismo por muitos especialistas (ver mapa na p. 193);

- o atraso crónico na elaboração de instrumentos estratégicos de planeamento, como ocorreu com o Plano Nacional da Água (2001) e os Planos de Bacia Hidrográfica;

- a insuficiente monitorização da qualidade das águas subterrâneas, apesar de muitos municípios continuarem a depender de aquíferos para assegurar o abastecimento para consumo humano;

- a dificuldade em garantir um abastecimento de água à população em perfeitas condições de qualidade. Calcula-se que existam 200 000 pessoas servidas por

Paisagem agrícola no Alentejo: o futuro do ambiente passa por um melhor ordenamento do território.





Visão geral sobre a situação da política hídrica portuguesa em 1995-2004

- Um valor muito apreciável na disponibilidade hídrica (6200 m³/per capita/ano);
- um contraste profundo entre as áreas do Norte e Sul do país (nas regiões meridionais ocorrem secas cíclicas e registam-se períodos de intensa escassez hídrica);
- Portugal é um país de jusante, que partilha com a Espanha as bacias hidrográficas de cinco importantes rios internacionais: Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana. Aproximadamente 56 % dos recursos hídricos anualmente disponíveis em Portugal são gerados a montante, em Espanha (ver mapa na pág. 193);
- em 1995, apenas 79,6 % da população portuguesa se encontrava ligada a sistemas de abastecimento de água para consumo humano. Em 1984 esse valor era bastante menor: 52 %. A média na UE é de 91,5 por cento. Em 1998 este valor subia para próximo de 90 por cento;
- apenas 55 % da população era servida em 1995 por sistema de drenagem de águas residuais. Em 1998 este valor subiu para cerca de 65 por cento;
- apenas 21 % da população se encontrava servida em 1995 por um adequado sistema de tratamento de águas residuais. Em 1998 este valor subiu para cerca de 40 por cento;
- em 2003, no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2000-2006), atingiram-se os seguintes valores: 92 % da população servida com água potável no domicílio; 74 % da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais; 60 % da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais ligadas a sistemas de tratamento.

Fontes: MARN, *Instituto da Água, Recursos Hídricos de Portugal Continental e Sua Utilização*, vol. 1, Lisboa, 1995; Direcção-Geral do Ambiente, *Relatório sobre o Estado do Ambiente*, 1998; Instituto do Ambiente, *Relatório do Estado do Ambiente*, 2004.

água de qualidade deficiente, sobretudo em concelhos do interior;

— uma visão restritiva do planeamento hídrico, tendendo a concentrar-se nos usos agrícola, industrial e para consumo humano, subestimando-se a importância da dimensão ecológica. Essa tem sido a razão principal de uma polémica persistente em torno dos limites do regadio, no âmbito da futura e gigantesca barragem do Alqueva (rio Guadiana);

— fortes desperdícios de água, tanto nos usos agrícolas, como nas perdas nos sistemas de distribuição de água para consumo humano. Por negligência continuamos a perder cerca de 40 % da água para consumo humano na rede de distribuição, assim como na actividade agrícola;

— lentidão na transposição do exigente enquadramento jurídico europeu da água, bem como dificuldades na adopção da visão integrada que este promove. Continua por preencher a necessidade de uma extensa e coerente adopção dos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador.

Litoral e oceanos

Com a maior ZEE da Europa, pela conjugação entre a sua vasta linha de costa continental e a extensa área oceânica correspondente aos arquipélagos dos Açores e Madeira, Portugal tem todas as condições físicas e naturais para ser o país europeu onde uma visão integrada da gestão do litoral e dos oceanos mais se justificaria inteiramente.

Passemos em revista algumas das principais características do estado do ambiente neste domínio:

— Portugal tem no seu litoral zonas particularmente sensíveis, protegidas por convenções internacionais, como a de Ramsar para a salvaguarda das zonas húmidas. Destacam-se, de norte para sul, a ria de Aveiro, os estuários do Tejo e do Sado e a ria Formosa;

— o litoral português é particularmente vulnerável à poluição por hidrocarbonetos, devido à travessia diária de centenas de petroleiros. Um dos doze maiores derrames da história ocorreu na costa portu-



guesa, em Janeiro de 1975, com o petro-leiro *Jacob Maesk*, responsável pela descarga de 84 000 toneladas de crude. Também em 2002, o país esteve muito perto de sofrer graves danos na sequência do naufrágio do *Prestige* na costa da Galiza;

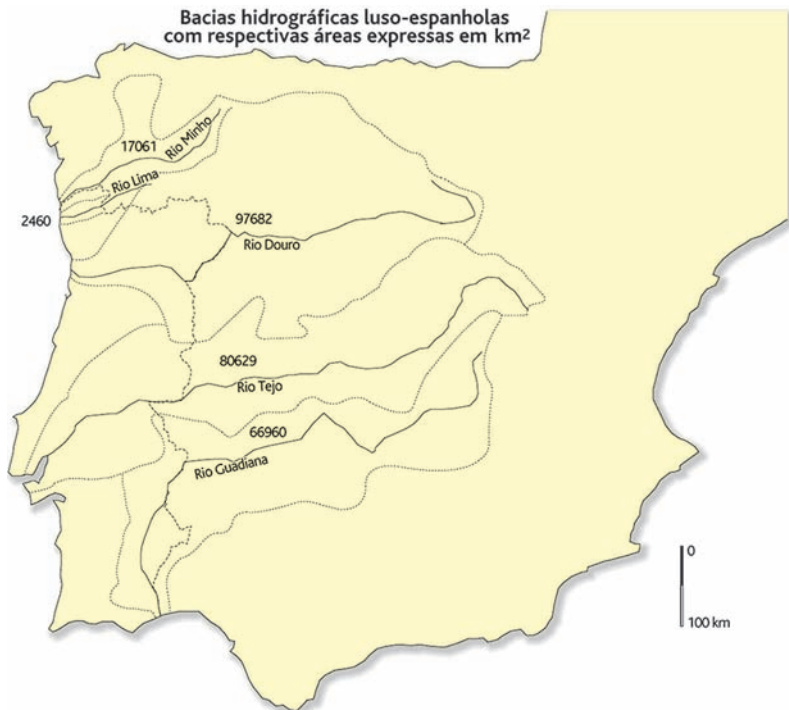
— o nosso litoral regista elevados níveis de erosão (como é o caso do troço abrangendo Espinho, Cortegaça e Furadouro): registam-se pressões dos sectores do turismo e da construção; tem ocorrido uma forte diminuição da deposição de sedimentos em virtude da alteração do caudal de rios fortemente intervencionados por obras hidráulicas (< 85 % da área drenada) e, eventualmente, no âmbito de mudanças globais profundas, associadas às alterações climáticas;

— do ponto de vista económico, Portugal é particularmente sensível à evolução dos *stocks* das espécies piscícolas com

maior interesse comercial. Por outro lado, as situações de deficiente qualidade das águas balneares têm um reflexo negativo na importante actividade turística. Outro aspecto, que tem sido relevante para a diminuição dos impactes ambientais nas zonas costeiras, é o processo de profunda reestruturação da política portuária nacional, onde a protecção ambiental e uma maior racionalização dos recursos têm sido duas prioridades estratégicas;

— as pressões turísticas são também responsáveis por alguns conflitos significativos no que concerne ao ordenamento do litoral. Os planos de ordenamento da orla costeira (POOC) têm enfrentado resistências fortes por parte de governos municipais e de alguns grupos económicos;

— Portugal tem lutado para manter a protecção dos oceanos como um tópico em aberto na agenda ambiental internacional. Nesse sentido, podemos registar como



Fontes: adaptado de VEIGA DA CUNHA et al., 1980, e de CORREIA; SILVA, 1996.



A costa algarvia: exemplo da pressão turística sobre o litoral.

positivo o facto de ter sido atribuída a Portugal, no âmbito da UE, a Agência Europeia para a Segurança Marítima, que, infelizmente, continua sem ter instalações adequadas ao seu pleno funcionamento.

O ar

Apesar da exposição das áreas mais densamente povoadas de Portugal aos ventos oceânicos, o país apresenta algumas áreas críticas em matéria de poluição atmosférica. O aumento da urbanização e o grande incremento do transporte rodoviário estão entre as causas principais para a degradação da qualidade do ar na Europa e em Portugal.

As áreas mais sensíveis, às quais correspondem as estações de uma rede de medição da qualidade de ar, que se deve considerar insuficiente, são as áreas urbanas, em particular Lisboa e Porto, e algumas zonas industriais, como é o caso de Barreiro-Seixal, Estarreja e Sines. A rede de medição da qualidade do ar está a cargo das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), e o resultado do tratamento da informação traduz-se na produção do índice da qualidade do ar

(IQAr). Os poluentes abrangidos nesse índice são os seguintes: o dióxido de azoto, o dióxido de enxofre, o ozono, o monóxido de carbono e partículas inaláveis. Apesar das insuficiências de cobertura, tem-se registado uma melhoria no funcionamento dos mecanismos de informação à população em caso de ultrapassagem dos valores-limite, efectuando-se já diariamente uma previsão da qualidade do ar para o dia seguinte. No que respeita à qualidade do ar, Portugal tem um contencioso com a Comissão Europeia dados os elevados níveis de partículas inaláveis em algumas estações de monitorização: tem de diminuir imenso as emissões de partículas inaláveis, em particular com origem no tráfego (em Lisboa e Porto).

Entre 1990 e 2003 houve uma redução significativa da emissão de substâncias acidificantes (da ordem dos 15 %), nomeadamente pelo significativo decréscimo nas emissões de dióxido de enxofre, que tem sido objecto de reduções nos combustíveis usados nas centrais térmicas e na gasolina e gasóleo. Registou-se, igualmente, um ligeiro aumento nos últimos anos na emissão das substâncias precursoras do ozono tro-



posférico, a saber, óxidos de azoto, compostos orgânicos voláteis não metálicos, o monóxido de carbono e o metano, o que compromete o cumprimento por Portugal tanto das metas do Protocolo de Gotemburgo para 2010 como dos objectivos da directiva da UE sobre tectos de emissão nacionais para o mesmo ano.

No que ao ozono estratosférico diz respeito, as avaliações efectuadas pelo Instituto de Meteorologia (IM) indicam que Portugal tem sofrido perdas de 3 % por década, ao longo dos últimos trinta anos, valores semelhantes aos obtidos em outras regiões do hemisfério norte, situadas à mesma latitude. Por outro lado, o estudo do processo de implementação do Protocolo de Montreal (1987) mostra que o combate às substâncias responsáveis pela depleção da camada de ozono se tem limitado à adopção das directivas europeias nesse domínio.

Resíduos

Os maiores sucessos têm ocorrido na área dos resíduos sólidos urbanos (RSU). A partir de 1996 foi lançado um Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU). Em Janeiro de 2002, a última de 328 lixeiras municipais, no continente português, deixou de receber resíduos. Repare-se que em 1997 apenas 48 % dos RSU tinham um destino final considerado aceitável. Encontra-se, actualmente, em preparação a segunda versão desta estratégia (PERSU II).

Os aspectos negativos no que concerne aos RSU situam-se no enorme incremento da sua capitação ao longo da última década, em paralelo com o aumento da capacidade aquisitiva da população portuguesa. As medidas tomadas no sentido de uma estratégia preventiva fundada na trilogia da redução-reutilização-reciclagem têm-se revelado insuficientes. As metas de reutilização estão longe do estabelecido pelo governo e a criação da Sociedade Ponto Verde (voltada para a reciclagem de

resíduos de embalagem) terá ainda de se esforçar muito de modo a poder contribuir para uma efectiva mudança de curso num sentido mais favorável, permitindo ao país o atingir das metas de reciclagem fixadas no quadro europeu.

Alguns progressos têm, igualmente, ocorrido nos resíduos hospitalares, com o encerramento de obsoletos sistemas de incineração localizados em numerosas unidades hospitalares. Contudo, a situação já não é tão favorável no que respeita aos resíduos industriais perigosos. Por duas vezes, em finais da década de 80 e em 1994-1995, foi tentada a construção de um sistema de incineração dedicada para este tipo de resíduos. Entre 1998 e 2002 foi tentada uma solução na base da co-incineração em duas unidades cimenteiras. As soluções alternativas para os diferentes segmentos de resíduos, como os solventes ou os óleos usados, têm suscitado debate e iniciativas. O XV Governo Constitucional, por seu turno, pretendeu implementar uma opção distinta baseada em Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos. Em 2006, o governo voltou à opção da co-incineração, sem que os protestos de autarcas e associações cívicas tivessem conhecido abrandamento.

Prevenção e mitigação de riscos naturais e ambientais

Entre os principais riscos naturais e ambientais identificáveis no nosso país devem destacar-se:

— o *risco sísmico*. Em Portugal é uma ameaça latente, imprevisível no tempo, com repercussões potencialmente catastróficas na parte sudoeste do território, particularmente em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. Na faixa litoral algarvia e no litoral ocidental a sul de Peniche acrescenta-se o perigo de maremoto;

— os *incêndios florestais*, que constituem o maior risco das florestas portugue-



Os incêndios florestais: gravíssimos prejuízos ambientais, económicos e sociais.

sas. Deles têm resultado um número elevado de acidentes pessoais (mais de 50 mortos nas últimas décadas) e prejuízos económicos de centenas de milhões de euros. Em três anos (2003 a 2005) arderam aproximadamente 8 % de todo o território nacional (não só florestas, mas sim toda a área, incluindo Açores e Madeira): cerca de 880 000 hectares!;

— as *cheias e inundações*, que no território de Portugal Continental se verificam sobretudo nas áreas urbanizadas das planícies aluviais dos principais rios do país (ex: Tejo, Douro, Mondego, Sado e Guadiana), mas também em pequenas bacias hidrográficas sujeitas a cheias rápidas ou repentinas;

— os *fenómenos de erosão* no litoral, que no último século têm uma etiologia complexa: i) a diminuição do afluxo de sedimentos, sobretudo a partir dos anos 1950, na sequência da construção de barragens; ii) a ocupação desregrada da faixa litoral, com construção de habitações e infra-estruturas; iii) a subida eustática do nível do mar em consequência da expansão térmica oceânica;

— a *erosão hídrica do solo*, que se caracteriza pela remoção do material superficial do solo, conduzindo à degradação dos seus potenciais agrícola e ecológico;

— a *desertificação*: trata-se de um processo complexo que abrange cerca de um terço da área continental do país. As situações de risco mais grave situam-se no Alentejo, particularmente na bacia do Guadiana, no litoral algarvio, vale do Douro, em Trás-os-Montes e zona da raia na Beira Baixa;

— as *alterações climáticas*: para além dos impactes económicos negativos, cons-

Cheias na bacia do Tejo.





A desertificação dos solos: uma das consequências das alterações climáticas.

tituem um factor transversal e catalisador no incremento de múltiplos riscos. No longo prazo, e de acordo com os resultados do Projecto SIAM Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures (publicados em dois relatórios, em 2002 e 2006), as consequências projectadas para o nosso país, incluindo as regiões autónomas da Madeira e Açores, como resultado do incremento das altera-

ções climáticas, seriam muito graves, contando-se entre elas: a) mais desertificação; b) mais incêndios; c) mais fenómenos extremos (tal foi o caso da onda de calor de Julho-Agosto de 2003, que terá causado, só em Portugal, um excesso de cerca de 2000 mortes; d) propagação de vectores de doenças hoje consideradas extintas ou controladas (como é o caso da malária).

Conclusões e perspectivas

Em síntese, apesar dos passos institucionais positivos já levados a cabo nas políticas públicas de ambiente, Portugal continua a manifestar grandes dificuldades em enfrentar as maiores ameaças ambientais, em particular as que se prendem com cinco domínios fundamentais: a) contribuição para as alterações climáticas; b) erosão costeira e desertificação; c) perda de biodiversidade; d) expansão descontrolada da área construída; e) excessivo desperdício de água nos usos urbano e agrícola.

Para se poder inverter esta situação, poderemos reduzir a cinco as grandes prioridades de longo prazo da política ambiental portuguesa:





Almada: um pormenor da desarmonia urbana.

— *mais e melhor informação*: Portugal tem de se apetrechar com os meios científicos e técnicos para ser capaz de ter uma imagem permanentemente actualizada do estado do ambiente, nas suas diversas frentes. Sem uma base de dados ambiental permanentemente actualizada não será possível abandonar o campo inseguro das decisões políticas tomadas sem uma fundamentação objectiva suficiente;

— *mais e melhor planificação*: Portugal precisa de planos para serem efectivamente executados. Planos nas áreas do desenvolvimento sustentável, de modo a introduzir a fiscalidade verde como meio de concretizar os princípios consagrados do poluidor-pagador e do utilizador-pagador; na área dos resíduos de todos os tipos; nas esferas da educação ambiental e da conservação da natureza; nos domínios da segurança no trabalho, saúde pública (através de programas de acção nas áreas do ambiente e saúde), agricultura; padrões de consumo; no âmbito da conservação, eficiência e substituição energéticas; no do-

mínio do urbanismo, transportes e infra-estruturas; no horizonte fundamental da política hídrica, envolvendo as águas interiores, mas também a orla costeira e os oceanos. Para dar coerência e cimentar todos esses planos Portugal necessita de uma verdadeira e operacional Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável;

— *mais e melhor coordenação*: a política de ambiente não é da exclusiva competência do Ministério do Ambiente. Ela deve ser pensada e executada como política do conjunto do governo e baseada em largos consensos políticos e sociais. Todos os segmentos da administração pública, nomeadamente as autarquias, devem estabelecer objectivos ambientais e formas de coordenação para o seu cumprimento. Sem essa coordenação, a produção de planos, programas e estratégias não se traduzirá na modelagem positiva e transformadora da realidade, mas antes numa ruidosa ineficácia burocrática;

— *melhor participação*: a política de ambiente visa atingir a sustentabilidade,



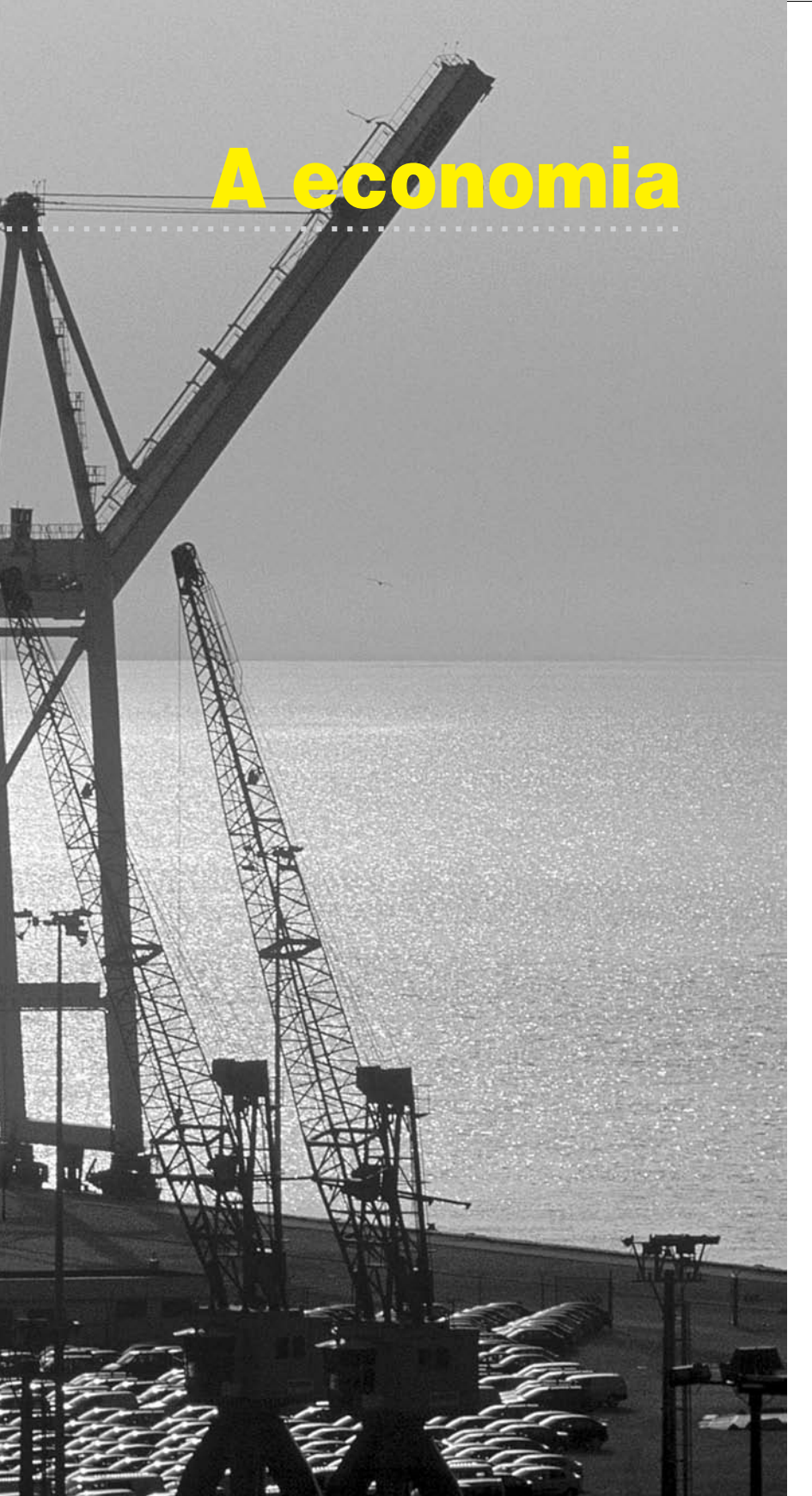
isto é, contrariar a presente rota de colisão entre a nossa civilização tecnocientífica e os ecossistemas naturais de que dependemos. A sociedade civil tem de ter, quer através de cada cidadão, quer por via dos diversos tipos de associativismo, uma palavra a dizer tanto na formulação como na implementação das políticas sectoriais e globais do ambiente. A participação das organizações não governamentais de ambiente (ONGA) deve ser ampliada e a sua voz escutada, em particular a daquelas cujo contributo para a agenda ambiental portuguesa tem sido mais relevante, como é o caso da Quercus-Associação Nacional de Conservação da natureza, da Liga para a Protecção da natureza (LPN) e do Grupo

de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA);

— *maior responsabilização*: é preciso que os responsáveis e agentes políticos e económicos sejam responsabilizados pelos seus actos. As políticas têm de ser monitorizadas e avaliadas. Isso implica, entre outras coisas, uma maior celeridade nos mecanismos da justiça, sem o que o Estado de direito não passará de pura retórica. Um mais rigoroso acompanhamento da execução das políticas permitirá verificar qual o grau de fiabilidade da informação usada, qual o êxito dos planos e da sua implementação, e quais os resultados permitidos por modalidades crescentemente complexas de coordenação e participação.



A economia

A black and white photograph of a port scene. In the foreground, several large gantry cranes are silhouetted against a bright, shimmering body of water. Below the cranes, a large number of cars are parked in neat rows. The sky is clear and bright, and the overall scene suggests a busy industrial or commercial environment.

A economia

João Ferreira do Amaral

A descrição da evolução da economia portuguesa nos últimos trinta anos pode ser facilitada pela partição deste período em quatro subperíodos.

Consideraremos, em primeiro lugar, o período dos quase doze anos que vão da revolução de 25 de Abril de 1974 à adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) (1986), em que o país, ao mesmo tempo que instituiu o poder democrático, teve de enfrentar dois choques petrolíferos e as consequências imediatas da descolonização.

No segundo período — 1986-1990 — a economia portuguesa beneficiou de um conjunto extremamente favorável de condições, que resultaram da melhoria do funcionamento da economia mundial e dos impactes positivos imediatos da adesão à CEE.

O terceiro período, que vai de 1991 a 1998, foi o da política de convergência destinada a permitir a adesão do país à zona do euro, o que efectivamente veio a suceder.

Finalmente, o último período, de 1999 à actualidade, é o da inserção da economia europeia na moeda única.

A evolução económica do 25 de Abril à adesão à CEE

Quando se dá a revolução de Abril de 1974 a economia portuguesa encontra-se em profundo desequilíbrio (Amaral, 1999). O crescimento económico das duas décadas anteriores tinha sido, é certo, muito rápido, tendo o produto interno bruto (PIB)

aumentado a uma taxa média anual de 6 % anuais, o que permitiu que o rendimento *per capita* tivesse triplicado nesses vinte anos. No entanto, este forte crescimento foi acompanhado por desequilíbrios crescentes em diversos domínios. A agricultura quase estagnou e viu o seu peso no PIB diminuir de 26 % em 1953 para 11 % vinte anos depois, sendo o crescimento induzido fundamentalmente pela indústria transformadora e pela construção, a que se juntou o turismo já na década de 60. Foi um período de intensa industrialização, acompanhada pelo correspondente urbanismo, bem expresso no crescimento do peso na economia do investimento em habitação.

Foram-se assim desenvolvendo as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, constituindo este desenvolvimento um dos factores do rápido crescimento do sector da construção civil, sendo, ao mesmo tempo, causa de significativa concentração de meios financeiros na actividade especulativa sobre preços de terrenos.

A industrialização trouxe consigo um forte acréscimo da produtividade e de bem-estar.

No entanto, só foi possível financiar esta industrialização de forma relativamente suave devido à emigração, não só por esta resolver eventuais problemas de desemprego, como também pelas remessas que os emigrantes continuavam a enviar para Portugal a partir dos países onde trabalhavam. A emigração tinha aumentado principalmente a partir da década de 60, tendo desde essa altura e até 1973 saído para a Europa, em particular França, cerca de um



quarto da população activa portuguesa. A necessidade de importar matérias-primas e equipamentos decorrente da industrialização e a relativa estagnação da agricultura agravaram significativamente o défice comercial com o exterior. No entanto, este défice, na década de 60, era mais que compensado pelas remessas dos emigrantes, cujo saldo chegou a atingir 8 % do PIB em 1973. Nestas condições, encontrava-se escondida uma situação de grande vulnerabilidade, pois a economia estava cada vez mais dependente da importação de produtos essenciais sem que as receitas das exportações permitissem uma cobertura adequada.

Um outro desequilíbrio estrutural era o relativo ao capital humano. A Guerra Colonial, desencadeada a partir de 1961, ia exigindo um esforço financeiro crescente do Estado, deixando para plano secundário o investimento público em infra-estruturas e em educação. Mas mesmo antes da guerra a educação estivera longe de constituir uma prioridade do regime ditatorial. Isso levou a que no início dos anos 70 a população portuguesa apresentasse um baixíssimo nível de escolaridade por comparação com os restantes países europeus.

Este período assistiu também a uma abertura significativa da economia portuguesa em relação ao exterior, através da participação na Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) desde o início, em 1960, o que proporcionou um crescimento muito rápido das exportações de mercadorias.

Mas o crescimento mais rápido veio não das exportações de mercadorias mas sim dos serviços, em particular do turismo. As exportações de serviços passaram de 3,2 % do PIB em 1953 para 5,4 % em 1973. No entanto, e como se referiu acima, apesar de rápido, o crescimento das exportações de mercadorias e de serviços não foi suficiente para compensar o maior aumento das importações.

Com uma agricultura estagnada e uma mão-de-obra rural que emigrava para o exterior ou para as áreas metropolitanas, o crescimento tornou-se também muito desequilibrado em termos espaciais, tendo largas zonas do interior sofrido um forte despovoamento, enquanto as actividades industriais se concentravam no litoral. Era, pois, um crescimento rápido mas que estava minado por desequilíbrios profundos que tornavam a economia muito vulnerável a qualquer crise conjuntural que entretanto surgisse. E isso sucedeu, de facto, em 1973, com a primeira crise do petróleo.

O aumento do preço internacional do petróleo registado naquele ano levou ao acelerar de tensões inflacionistas já existentes, tendo o crescimento dos preços atingido mais de 25 % nos finais de 1973, inícios de 1974. Ao mesmo tempo, a balança comercial desequilibrava-se ainda mais em virtude da quadruplicação da factura petrolífera, tudo isto num clima de especulação financeira proporcionado pelos movimentos de fusão no sector bancário, que acima referimos.

Dá-se então neste contexto a revolução de 25 de Abril de 1974.

Aos governos saídos da revolução deparava-se, assim, uma economia em crise, a que se juntaram novos problemas que surgiram na sequência da mudança de regime. Destes, o mais grave foi porventura o do retorno, durante 1974 e 1975, de mais de 500 000 retornados das ex-colónias (mais de 5 % da população portuguesa; ver Pires *et al.*, 1984) fugindo das dificuldades decorrentes da descolonização.

A partir de certa fase da revolução, as autoridades consideraram que para consolidar o novo regime era necessário destruir a base económica de apoio ao anterior, que se considerava residir no poder dos grandes grupos económico-financeiros e dos grandes proprietários rurais. Daí que, no seguimento do golpe militar abortado de 11 de Março de 1975, as autorida-



A redução da emigração em meados dos anos 70 mostrou até que ponto esse factor social era fundamental para a economia portuguesa.

des tivessem decidido nacionalizar todas as instituições bancárias portuguesas e a maior parte da indústria de base e dos grandes serviços públicos. O sector nacionalizado, ou sector empresarial do Estado, como veio a ser chamado, passou a representar 8 % do PIB e 18 % do investimento do país.

Por outro lado, tentou-se resolver o problema do sector agrícola através de uma reforma agrária, que se entendeu principalmente como a expropriação de latifúndios na zona sul do país. Assim, cerca de um milhão de hectares passaram para propriedade do Estado (embora temporariamente, como se verificaria mais tarde), tendo a exploração dessas terras passado a ser realizada por unidades colectivas de produção.

Entretanto, a inflação que vinha da crise do petróleo provocou um surto de reivindicações salariais que, conjuntamente com a fixação de um salário mínimo logo em 1974, levou, no período de 1974-1976, a um aumento de 51 % nas remunerações pagas, fazendo crescer muito o peso das remunerações no rendimento nacional, mas pondo em risco a competitividade das indústrias de exportação.

Quando, em 1976, se instituiu o regime constitucional com a entrada em funções do I Governo Constitucional, presidido por Mário Soares, a situação económica portuguesa apresentava-se muito difícil. As naturais perturbações da revolução e a crise internacional decorrente do choque petrolífero tinham feito baixar o PIB em 1975 quase 5 por cento. A inflação continuava elevada, embora tivesse sofrido uma desaceleração em 1975 em relação a 1974. O problema do desemprego apresentava-se muito complexo, com os retornos das ex-colónias e com a redução drástica da emigração imposta pelas autoridades dos países de destino normal da emigração portuguesa para a Europa, países que estavam, eles próprios, a braços com aumentos significativos do desemprego. A redução do fluxo de emigração, só por si, punha em causa o precário equilíbrio do modelo de crescimento prosseguido antes do 25 de Abril, em que, como se viu, a emigração tinha um papel amortecedor fundamental.

Dadas estas dificuldades, não é de admirar que entre 1974 e 1976 o nível de vida tenha descido, uma vez que a população cresceu cerca de 7,7 % nesse período e o consumo privado apenas 4,4 por cento.



Vista em perspectiva, no entanto, a queda foi inferior ao que as dificuldades poderiam fazer prever. Isso só foi possível devido a um aumento grande do défice com o exterior, tendo a taxa de cobertura das importações pelas exportações, agravada pela perda das exportações para as antigas colónias, descido de 60 % em 1973 para 41 % em 1976. Foi no entanto possível, durante algum tempo, sustentar este desequilíbrio com o exterior utilizando as reservas de ouro e divisas acumuladas desde a década de 60 e recorrendo ao endividamento no exterior.

No entanto, rapidamente se estava chegando aos limites das possibilidades de financiar os défices crescentes da balança de transacções correntes (8,2 % do PIB em 1976 e 9,2 % em 1977). Alguma coisa teria de ser feita para reduzir decisivamente o défice.

Assim, logo em Fevereiro de 1977 o governo decidiu desvalorizar 15 % o escudo (Lopes, 1996) para tentar incentivar as exportações, ao mesmo tempo que reforçava algumas restrições às importações e impunha um tecto salarial também de 15 por cento. Simultaneamente, para evitar consequências sociais demasiado negativas, instituía-se um cabaz de compras de produtos essenciais a preços subsidiados.

Entretanto, o crescimento económico tinha voltado a ser positivo em 1976 e em 1977, muito sustentado pelo aumento da despesa pública. Este crescimento não induzido pelas exportações acabava, porém, por agravar o défice externo em virtude do aumento que provocava nas importações de matérias-primas e de bens de consumo.

Confrontadas com o nível excessivo de défice externo, que a desvalorização do escudo em Fevereiro de 1977 não conseguira inflectir, as autoridades intensificaram negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com vista à obtenção de um acordo para um programa de estabilização

da balança de pagamentos. Esse acordo foi assinado em Maio de 1978 já pelo governo seguinte (II Governo Constitucional, de novo presidido por Mário Soares), e veio a revelar-se um instrumento eficaz para reduzir o desequilíbrio externo. Na realidade, no ano seguinte, 1979, em resultado da aplicação do programa resultante do acordo, a balança de transacções correntes estava de novo equilibrada. Para isso, tinha sido necessário desvalorizar mais o escudo e impor limites rigorosos ao crédito bancário.

Quanto ao défice público em 1978, em vez de diminuir aumentou e manteve-se elevado em 1979, não contribuindo assim para o equilíbrio externo.

O problema que se tinha agravado em 1977-1979 era a inflação, devido à necessidade de desvalorizar mais o escudo, pelo que o novo governo que entretanto tomara posse deu, em 1980, prioridade à redução da inflação. Este objectivo foi, na verdade, conseguido através de uma valorização pontual do escudo. No entanto, por esse ano de 1980, começavam-se a sentir as consequências do segundo choque petrolífero. De novo, o aumento geral de preços do petróleo e o crescimento da respectiva factura vieram perturbar intensamente o funcionamento da economia portuguesa, num momento em que mal estava refeita ainda dos efeitos do programa de 1978. Mas a situação internacional piorou ainda de outra forma.

Registavam-se então uma apreciação do dólar e um aumento significativo das taxas de juro internacionais, o que constituía um peso adicional sobre os encargos que a economia portuguesa tinha de pagar pelo seu endividamento no exterior. A juntar ao défice acrescido da balança comercial, tudo isto se traduziu, assim, num agravamento do desequilíbrio da balança de transacções correntes com o exterior. Desta forma, a partir de 1980 a economia portuguesa começou a acumular défices exter-



nos que, numa primeira fase, foram sendo cobertos através do recurso à dívida externa, que duplicou em pouco mais de quatro anos. Em 1982 o défice da balança de transacções correntes representava 13,8 % do PIB e começava a ser difícil encontrar financiadores externos que não exigissem garantias excessivas para realizarem os empréstimos.

Em meados de 1983, o novo governo saído das eleições entretanto realizadas, dirigido de novo por Mário Soares, considerou o reequilíbrio externo a prioridade absoluta da política económica e acordou novo programa de estabilização com o FMI (Lopes, 1996), o qual deveria abranger o restante do ano de 1983 e a totalidade de 1984. O programa impunha uma forte desvalorização do escudo, um aumento da taxa de juro, limites mais estritos ao crédito bancário e uma significativa redução da despesa pública, em particular do investimento e dos subsídios aos preços de certos bens. Impunha também um imposto extraordinário sobre o rendimento e, ao mesmo tempo, as negociações salariais para 1984 fizeram-se com base em valores muito inferiores à inflação esperada. O programa teve um enorme sucesso do ponto de vista do reequilíbrio externo, pois o défice da balança de transacções correntes desceu drasticamente em 1984 e registou-se em 1985 um pequeno saldo positivo. No entanto, os custos sociais e económicos resultantes do programa foram também muito elevados.

Devido ao acelerar da desvalorização do escudo, a inflação cresceu até cerca de 30 %, o que levou os salários reais a descerem em 1984 cerca de 8 %, valor que dificilmente encontra paralelo na Europa em situações de paz. A redução da procura interna devido ao aumento da taxa de juro, à limitação do crédito e à redução do défice público (desta vez efectivamente conseguida, ao contrário de 1978) levou a que o valor do PIB em 1984 descasse quase 2 %, o

que não se verificava desde 1975, o período mais instável da revolução. A formação bruta de capital fixo desceu 25 % em 1983-1984, atrasando a modernização da economia e prejudicando o crescimento futuro. A queda do PIB levou a um aumento do desemprego para quase 9 % da população activa, ao mesmo tempo que muitos trabalhadores preferiam trabalhar sem receberem temporariamente o seu salário, para manterem os seus postos de trabalho. O nível de vida desceu significativamente, tendo o consumo privado registado uma quebra de quase 3 por cento. Surgiram situações sociais muito difíceis, tendo-se detectado numerosos casos de subnutrição nalgumas zonas do país, em particular na península de Setúbal.

Enquanto se realizava esta difícil política de reequilíbrio externo, com as consequências sociais que descrevemos, prosseguiram a bom ritmo as negociações finais para a entrada na CEE, a qual Portugal tinha solicitado desde 1977. As negociações foram terminadas a tempo de o tratado de adesão vir a ser assinado em 1985, sendo Portugal um dos membros da CEE, em adesão simultânea com a Espanha, a partir de 1986.

É possível, em perspectiva, ter uma visão geral do período de 1974 a 1985.

A economia portuguesa demonstrou uma notável flexibilidade, conseguindo com êxito absorver choques de grande dimensão: os dois choques petrolíferos e as principais consequências da descolonização.

O choque petrolífero de 1973-1974 teve como consequência acabar com os equilíbrios precários das décadas anteriores, criando uma situação de aberto desequilíbrio que obrigou a um ajustamento de grande dimensão, agravado pelo segundo choque, cujos efeitos se fizeram sentir a partir de 1980. Com respeito à descolonização, a economia conseguiu integrar no mercado de trabalho grande parte dos retornados e ultrapassar a perda dos merca-



dos privilegiados das ex-colónias, de uma forma que se revelou muito mais eficaz do que noutros países europeus que sofreram situações semelhantes. Tudo isto enquanto se instalavam as novas instituições democráticas e se tentava democratizar o poder económico.

Nestas condições e dadas as circunstâncias adversas, o crescimento global pode ser considerado muito satisfatório, com uma taxa média anual de crescimento do PIB de 2,2 % entre 1974 e 1985, da mesma ordem de grandeza da média comunitária. Os sectores sociais, educação, saúde e, especialmente, segurança social desenvolveram-se em grande ritmo e o sector público empresarial manteve um alto nível de investimento, embora nem sempre bem orientado.

Mas os aspectos negativos são também patentes. As dificuldades políticas tornaram impossível a existência de governos estáveis que executassem uma política de médio prazo que permitisse desfazer bloqueios tradicionais, em particular o da quase estagnação da agricultura, que se man-

teve, sendo o sector perturbado pela instabilidade resultante da polémica sobre a reforma agrária.

Por outro lado, a necessidade de absorver as consequências da descolonização, apoiando os retornados e integrando os funcionários públicos das ex-colónias, a subida das despesas sociais e o saldo negativo de algumas empresas públicas fizeram elevar o défice do sector público administrativo.

Finalmente, mas não em último lugar, os custos dos ajustamentos conjunturais incidiram principalmente sobre os salários. Em parte este ajustamento justificava-se, uma vez que os aumentos salariais de 1974 foram claramente excessivos. Porém, a verdade é que, na globalidade, os salários acabaram por sofrer mais que o previsível, o que terá provavelmente a ver com o facto de os trabalhadores privilegiarem mais o emprego que os aumentos salariais.

Na realidade, embora a taxa de desemprego tivesse subido, principalmente em 1984, o certo é que não atingiu níveis in-comportáveis e nem sequer os valores de

Manifestação pela reforma agrária.





Cerimónia de assinatura da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

outros países europeus que enfrentaram neste período condições muito menos adversas.

Com a adesão à CEE uma nova era vai começar.

Da adesão à CEE à política de convergência (1986-1990)

A adesão de Portugal à CEE coincide com a adesão da Espanha e é praticamente simultânea também da entrada em vigor do Acto Único Europeu. Ambas estas coincidências vão ter grandes consequências sobre a evolução da economia portuguesa, embora a segunda, na sua maior parte, se faça sentir apenas depois de 1990.

Quando da adesão, Portugal tinha já uma larga experiência de condições de livre comércio na Europa. Membro fundador da EFTA em 1960 (onde, contudo, gozava de um regime especial), tinha assinado em 1972 um acordo comercial com a CEE. E embora durante o período mais aflitivo de desequilíbrio externo tivesse aumentado algumas das suas barreiras ao comércio, introduzindo uma sobretaxa à importação e restrições quantitativas, pode dizer-se que

em relação aos países comunitários Portugal era uma economia relativamente aberta (Mateus, 1998). A CEE era, aliás, já na altura, o principal destino das exportações portuguesas. A adesão implicou o abatimento das restrições ainda existentes e a adopção da pauta exterior comum, o que se realizou dentro do calendário previsto sem consequências de maior.

Já no que respeita às relações com Espanha se verificou um impacte muito significativo. Embora vizinhos, os países ibéricos constituíam duas economias praticamente de costas voltadas. Assim, ainda em 1985 as exportações portuguesas para Espanha não ultrapassavam 4 % do total. Com a adesão simultânea dos dois países tudo se modificou. Abateram-se as barreiras comerciais e rapidamente a Espanha passou a ser o principal fornecedor de Portugal e o seu segundo maior cliente, a seguir à Alemanha (na actualidade, é já a Espanha o país nosso maior cliente). A adesão trouxe, assim, um impacte imediato positivo na criação de comércio entre os dois países.

O segundo impacte imediato de grande importância foi o dos fundos estruturais. A entrada de fundos estruturais desde 1986, a que se seguiu a respectiva dupli-



cação em 1989 e de novo uma duplicação em 1994 (invocando o princípio do reforço da coesão económica e social constante do Acto Único Europeu), teve um duplo efeito positivo: permitiu, em primeiro lugar, um crescimento muito rápido do investimento em infra-estruturas públicas, que tinha sido reduzido, principalmente em 1983 e 1984 devido às restrições orçamentais derivadas do programa de reequilíbrio externo, assim como a realização de um grande número de acções de formação profissional, domínio que até aí era quase inexistente.

O segundo aspecto positivo foi o de os fundos comunitários terem permitido um financiamento externo sem custo na altura em que as remessas dos emigrantes perdiam peso relativo no PIB (de 9 % em 1985 para 6,7 % em 1990), acompanhando a progressiva saída da vida activa no estrangeiro dos emigrantes que tinham abandonado o país na década de 60.

Estes estímulos próprios da economia portuguesa, acompanhados pelo bom momento da economia internacional (em particular da europeia), pelas quedas do preço do petróleo e do dólar (que provocaram um enorme ganho de razões de troca com o exterior) e ainda pela descida das taxas de juro internacionais, permitiram que a economia portuguesa crescesse muito rapidamente sem problemas externos pela primeira vez desde o 25 de Abril. Foi um período de grande optimismo, que ficou conhecido pelo período áureo do «cavaquismo», do nome do então primeiro-ministro Cavaco Silva, que, permanecendo dez anos seguidos à frente do governo, reflectiu uma estabilidade política desconhecida desde 1974. Entre 1986 e 1990 o PIB cresceu ao ritmo de 5,5 % ao ano, o que o aproximou do crescimento que se registara durante o «arranque» da economia portuguesa nos anos 50 e 60. Este crescimento foi induzido fundamentalmente pelo investimento e pelas exportações (em particular

para Espanha), ambos com taxas de crescimento anual próximas dos 10 por cento. A inflação anual, embora ainda elevada (11 % na média dos cinco anos) foi muito inferior à média do período anterior (superior a 20 %), e o défice do sector público não excedeu em nenhum ano os 8 % do PIB contra uma média superior a 10 % nos cinco anos anteriores. As taxas de escolarização a partir do 8.º ano de escolaridade aumentaram muito significativamente, com especial relevância para o ensino superior, que registou um aumento de 40 % no número de alunos entre 1986 e 1990. O investimento público em vias de comunicação teve um grande impulso e os indicadores sociais melhoraram substancialmente, registando, por exemplo, a mortalidade infantil uma diminuição de 17,8 por mil em 1985 para 10,9 por mil em 1990 (INE, 1992).

O crescimento continuava assente basicamente na indústria (esta apoiada por um programa especial financiado pela Comunidade Europeia, o Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa — PEDIP), na construção civil (em resposta ao investimento público) e no turismo, enquanto a agricultura revelava dificuldades de adaptação à política agrícola comum, apesar de também apoiada num programa especial comunitário para Portugal, o PEDAP, para além de receber os apoios gerais do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).

Novos grupos económicos se foram sedimentando em torno da grande distribuição, da construção civil e de alguns sectores industriais. No entanto, e apesar da instalação de novos bancos privados, o sector financeiro continuava a ser maioritariamente público, uma vez que as privatizações só se realizariam nos anos 90.

O impacto dos fundos estruturais comunitários tornou-se sensível não só nos respectivos sectores como também a nível



macroeconómico, passando a soma do Fundo Especial para o Desenvolvimento Regional (FEDER), FEOGA-orientação e PEDIP de 2,4 % da formação bruta de capital fixo em 1986 para 6 % em 1990.

Neste período, os salários reais cresceram cerca de 4 % ao ano, o que permitiu que o consumo privado aumentasse 5 % ao ano, reflectindo um aumento de bem-estar também traduzido por outros indicadores, como o aumento de 15 % na proporção de famílias possuidoras de automóvel ou o de 42 % das que dispunham de telefone.

Graças ao crescimento económico elevado, o desemprego baixou, passando de quase 9 % da população activa em 1985 para 4,6 % em 1990.

Foi possível introduzir uma maior disciplina orçamental, embora o défice continuasse elevado, e duas reformas fiscais de tomo foram introduzidas: a aplicação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) desde 1986 e a aplicação dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e colectivas (IRC) a partir de 1989.

Beneficiando de um crescimento económico rápido, auferindo um ganho de 15 pontos percentuais nas suas razões de troca com o exterior e um montante significativo de fundos estruturais, o país vivia o seu melhor momento de prosperidade desde o 25 de Abril, a que se vinha juntar uma estabilidade governamental por que muitos ansiavam.

No entanto, apesar desta prosperidade global, persistiam ou agravavam-se alguns problemas estruturais: a agricultura não conseguiu sair da sua crise estrutural, agora agravada pela perda de razões de troca nos preços dos produtos agrícolas, e continuou o despovoamento demográfico e económico do interior.

Em 1990, cerca de três quartos da população concentrava-se em zonas do litoral correspondentes a 30 % da área do continente. Só a região de Lisboa e Vale do Tejo

produzia nesse ano 48 % do valor acrescentado nacional.

Esta distribuição desequilibrada da população e das actividades económicas agravou o congestionamento das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sem que fosse possível às autoridades responder com a criação de uma dotação conveniente de infra-estruturas. Alargou-se assim a cintura de pobreza e de inferior qualidade de vida nas zonas da Grande Lisboa e do Grande Porto. No entanto, estes anos de aumento rápido da prosperidade iriam brevemente chegar ao fim devido à mudança do enquadramento comunitário.

Em 1988, a actual União Europeia (UE) decidiu avançar para a realização da moeda única. As autoridades portuguesas decidiram que Portugal devia aderir rapidamente, o que levou a que a política económica portuguesa passasse a ser fortemente condicionada por este objectivo a partir dessa altura e, em particular, a partir da aprovação do Acordo de Maastricht nos finais de 1991.

Da política de convergência à moeda única (1991-1998)

Não foi a adesão à moeda única o único factor condicionante da política macroeconómica neste período. Em consequência da realização do mercado interno estabelecido pelo Acto Único Europeu de 1987, Portugal, tal como todos os restantes países da então CEE, tinha-se comprometido a liberalizar os movimentos de pessoas, bens, serviços e capitais. A liberalização de mercadorias não foi especialmente importante dada a longa tradição de comércio livre a que já fizemos referência, embora tenham sido eliminadas algumas barreiras que ainda persistiam.

Como se disse, o impacte mais importante em termos de comércio externo tinha sido o resultante das relações com a Espa-



na, e derivou mais da adesão à CEE dos dois países que da realização do mercado interno.

A liberalização de serviços não foi também muito actuante neste período, com excepção da que se refere aos serviços financeiros.

A liberalização da circulação de pessoas podia ter tido um efeito pronunciado face à tradição da emigração portuguesa para países europeus, em particular França e Alemanha. Tanto assim era que no tratado de adesão foi estabelecido um período de transição para a liberalização do movimento de trabalhadores de Portugal para os países da CEE.

A verdade é que a realização do mercado interno veio a acabar com essas restrições mas nem por isso se notou um efeito muito significativo de recrudescimento da emigração, embora alguns indicadores apontem para a sua manutenção em níveis significativos, em particular no que respeita à emigração sazonal.

A difícil situação de emprego nas economias europeias e o crescimento rápido do salário real em Portugal na segunda metade da década de 80 poderão explicar esta relativa contenção da emigração, embora esta não deixe de constituir uma possibilidade sempre presente na sociedade portuguesa.

O impacto mais significativo da realização do mercado interno foi indubitavelmente a liberalização do movimento de capitais. Portugal tinha adoptado tradicionalmente um regime muito restritivo nesta matéria. A exportação e importação de capitais era sujeita a autorização por parte do Banco de Portugal, a taxa de câmbio e alguns valores das taxas de juro eram também fixados pelo Banco de Portugal. A liberalização do movimento de capitais foi gradual a partir de 1990, estando concluída em Dezembro de 1992. Implicou, evidentemente, que o valor do escudo deixasse de ser fixado administrativamente e as taxas de juro

passassem a ser determinadas no mercado monetário. As consequências foram muito profundas, em particular na forma de actuação da política económica.

As intervenções do Banco de Portugal na política monetária passaram a ser indirectas, abandonando-se desde 1991 os limites ao crédito bancário (que, como se viu, tinham sido um eficaz instrumento de política nas situações de dificuldade da balança de pagamentos, e o valor da taxa de câmbio do escudo passou a estar dependente da política monetária e, em particular, do valor que esta conseguisse para a taxa de juro. Para além disso, o carácter especulativo dos mercados cambiais em todo o mundo tornava o valor da taxa de câmbio do escudo muito incerto, mesmo apesar das intervenções do Banco de Portugal no mercado monetário ou nos mercados cambiais.

No início dos anos 90 estava, assim, posta em causa a utilização da taxa de câmbio para melhorar rapidamente a competitividade externa da economia portuguesa, instrumento que tinha sido muito eficaz em 1977-1978 e 1983-1984 para repôr o equilíbrio da balança de transacções correntes. Esta perda do instrumento cambial tornou-se definitiva a partir de 1999 com a adesão à moeda única.

Foi, no entanto, a adesão à moeda única que atraiu a maior parte das atenções da política económica portuguesa a partir do início da década.

Embora as condições de adesão à moeda única só se tornassem plenamente definidas com a aprovação do Tratado de Maastricht, já se sabia, em 1990, que para Portugal poder entrar teria de reduzir o seu ritmo de inflação pois o diferencial de crescimento de preços então existente entre Portugal e a média comunitária era demasiado elevado para permitir uma inserção suave na moeda única, qualquer que fosse o seu processo de criação.

Acresce que a liberalização do movi-



Edifício do Banco de Portugal.

mento de capitais exigia, também, alguma estabilização do valor externo do escudo para fazer ganhar credibilidade às autoridades monetárias portuguesas e tornar o escudo menos vulnerável a especulações nos mercados cambiais. Essa estabilização implicava também, necessariamente, uma redução do ritmo da inflação. O combate anti-inflacionista passou, pois, a constituir um objectivo da política macroeconómica com uma prioridade que nunca tinha tido desde o 25 de Abril, embora, como se viu acima, já tivesse condicionado de alguma forma a política económica em 1980.

A estratégia seguida para a redução da inflação foi a estabilização da taxa de câmbio nominal do escudo. O fundamento desta estratégia era facilmente compreensível. Sendo Portugal uma economia aberta, se fosse possível estabilizar o escudo, isso permitiria então que os preços das importações crescessem menos, apenas ao ritmo de crescimento dos preços internacionais, muito inferior ao da inflação portuguesa. Esse menor crescimento de preços das im-

portações permitiria às empresas portuguesas alguma descompressão dos custos e portanto um menor crescimento de preços, o que, por sua vez, levaria a um menor crescimento de salários e assim sucessivamente. Para estabilizar o escudo era necessário seguir uma política monetária restritiva, fazendo aumentar a taxa de juro o suficiente para incentivar a procura de activos em escudos e fazer subir o valor destes. Mas este aumento inicial da taxa de juro, que certamente iria ter efeitos negativos sobre o crescimento e o investimento, poderia mais tarde ser eliminado desde que o escudo estabilizasse, a inflação descasse e a política económica das autoridades portuguesas ganhasse credibilidade. A política orçamental e a política de rendimentos, por seu turno, deveriam complementar a política monetária fazendo, respectivamente, reduzir o défice orçamental e moderar a evolução dos salários.

Esta política anti-inflacionista veio a ser reforçada após serem conhecidas as condições que o Tratado de Maastricht im-



pôs para a adesão dos estados à moeda única.

Recordemos essas condições:

— ingresso no mecanismo das taxas de câmbio no Sistema Monetário Europeu (SME) e estabilidade cambial, ou seja, não desvalorização das respectivas paridades desde pelo menos dois anos antes da data de realização da moeda única;

— inflação não superior ao valor, acrescido de 1,5 pontos percentuais e taxa de juro não superior ao valor, acrescido de dois pontos percentuais de, respectivamente, a média dos ritmos inflacionistas e a taxa de juro dos três países com menor inflação;

— dívida pública não superior a 60 % do PIB;

— défice orçamental não superior a 3 % do PIB.

Estes critérios deveriam verificar-se no período de referência, que, tirando a estabilidade cambial, era o ano anterior à decisão sobre quem entraria na moeda única, podendo ser este 1996 ou 1998 (como acabou por ser na realidade). Assim, a prioridade anti-inflacionista veio a ser reforçada, pois Portugal tinha na altura um diferencial superior a oito pontos percentuais relativamente à média dos três países de menor inflação, muito acima, portanto, dos 1,5 pontos percentuais admissíveis.

Mas, ao mesmo tempo, tornava-se imperiosa a adesão ao SME para cumprir o critério da estabilidade cambial.

Para além disso era necessário, também, conseguir uma redução do défice orçamental, embora esta fosse, à partida, mais fácil de obter, uma vez que o défice em 1991 era de 6,7 % do PIB, não parecendo demasiado afastado do máximo admissível de 3 % do PIB (o critério da dívida pública, cuja inclusão no tratado na forma em que o foi é dificilmente compreensível, veio a ser gradualmente posto para segundo plano como condição de acesso à moeda única).

A partir do conhecimento destas condições, a política monetária, no seguimento do que já vinha fazendo desde 1990, manteve um valor elevado da taxa de juro e isso permitiu uma grande entrada de capitais que levou à estabilização da taxa de câmbio nominal do escudo em 1991.

Esta estabilização permitiu, em Abril de 1992, a entrada do escudo na banda larga do mecanismo das taxas de câmbio do SME. O escudo sofreu as vicissitudes deste sistema entre 1992 e 1994, o que levou, por duas vezes, à desvalorização da sua paridade de entrada no SME (Novembro de 1992 e Maio de 1993), mas, a partir de 1994, a taxa de câmbio do escudo estabilizou definitivamente.

Os resultados desta política sobre a inflação foram os previstos. O índice de preços no consumidor desacelerou gradualmente de cerca de 11 % em 1991 para pouco mais de 4 % em 1995 e menos de 3 % em 1997 e 1998, o que permitiu cumprir os critérios de Maastricht relativos à inflação e à taxa de juro.

Estrutura da despesa interna (%)

	1973	2005
Consumo privado	65,0	65,2
Consumo público	10,9	21,1
Investimento	33,0	22,3
Exportações	18,7	28,6
Importações (-)	27,6	37,3
PIB	100	100

Fontes: Banco de Portugal, *Séries Longas*, 1973; Banco de Portugal, *Relatório de 2005*, 2005.

Já quanto à redução do défice do sector público, ela revelou-se ao princípio surpreendentemente difícil. Ainda em 1993 o défice rondava os 7 % do PIB e só em 1997 se cumpriu o critério dos 3 por cento. A redução ficou a dever-se, em grande parte, à diminuição dos encargos da dívida pública, redução derivada directamente



te da redução da taxa de juro proporcionada pela redução da inflação e indirectamente pela redução do *stock* de dívida pública em resultado das receitas das privatizações, começadas em 1989 mas aceleradas desde 1995, que foram na sua maior parte aplicadas na redução da dívida pública.

Outro factor de redução do défice foi o aumento de cobrança de impostos, sensível principalmente a partir de 1996 e resultado da melhoria da situação económica e das medidas tomadas de combate à evasão fiscal.

Em 1998 constatava-se que, indubitavelmente, a política de convergência, prosseguida desde 1990 por dois governos sucessivos de base partidária diferente (dirigidos por Cavaco Silva, primeiro, e António Guterres, depois), tinha sido um êxito face à finalidade pretendida. E, por isso, a economia portuguesa, contrariando o que, no início, tinha sido a previsão de muitos, foi admitida em 1998 na moeda única sem que fossem levantados obstáculos a essa admissão.

No entanto, os custos associados à política de convergência foram também muito elevados.

A estabilização da taxa de câmbio do escudo quando a inflação interna era muito superior à dos países nossos parceiros ou concorrentes comerciais levou a uma perda de competitividade das empresas portuguesas face ao exterior. Isso traduziu-se numa desaceleração pronunciada do crescimento das exportações e também na penetração facilitada no mercado português de produtos estrangeiros, principalmente oriundos de Espanha, eliminando alguma produção interna.

Verificou-se, assim, imediatamente, uma desaceleração ou mesmo quebra da produção de bens transaccionáveis com o exterior, em particular da indústria e agricultura.

Por outro lado, devido à estabilização

da taxa de câmbio numa situação de inflação interna, os preços dos bens transaccionáveis cresceram muito menos que os preços dos bens protegidos da concorrência externa, incentivando assim as actividades não afectadas por esta, ligadas ao mercado interno, em prejuízo das outras, com consequências importantes, no imediato e a prazo, sobre o agravamento do défice da balança comercial.

Sem surpresa, face ao grau de abertura da economia portuguesa, o crescimento global desacelerou fortemente em 1991-1998 relativamente ao período de 1986-1990. A taxa média de crescimento anual do PIB entre 1991 e 1998 foi apenas de 2,6 %, pouco superior à média comunitária (2 %) e pouco superior também à taxa do período entre 1974 e 1985 (2,2 %), em que o país tinha enfrentado dificuldades de toda a ordem.

Taxas de crescimento médio anual (%)

	PIB (vol.)	Emprego	Produtividade (vol.)
1974-1985	2,2	-0,4	2,6
1986-1990	5,5	1,1	4,4
1991-1998	2,6	0,3	2,3
1999-2005	1,5	0,8	0,7

Fonte: *Economie Européenne*, n.º 65 e suplemento A, Outono/1999; Banco de Portugal, *Relatório de 2005* [para 1999-2005].

O crescimento não foi mais baixo ainda devido à entrada reforçada de fundos comunitários no âmbito dos I e II Quadros Comunitários de Apoio (1989-1993 e 1994-1999, respectivamente) — que permitiram um crescimento importante de sectores de bens não transaccionáveis com o exterior como a construção civil e certos serviços — e devido também à explosão, a partir de 1996, do crédito ao consumo e à habitação em resultado da redução das taxas de juro então verificada.



No início da política de convergência e face às dificuldades dos sectores produtores de bens transaccionáveis, o desemprego aumentou gradualmente, chegando a 7,3 % da população activa em 1996. A partir desse ano e devido à reanimação económica resultante da expansão do consumo e do investimento em habitação o desemprego baixou e rapidamente, não ultrapassando em 1999 4,6 % dos activos.

No entanto, a relativa penalização dos sectores de bens transaccionáveis fez agravar o défice comercial e de forma mais pronunciada assim que a procura interna acelerou a partir de 1996. Este défice foi em parte coberto pelo aumento de fundos estruturais comunitários, mas isso não foi suficiente para evitar a ocorrência desde essa altura de défices crescentes na balança de transacções correntes.

Um outro motivo de preocupação neste período foi o relativamente baixo crescimento da produtividade global (2,3 % em média anual), não muito superior ao da média comunitária (1,7 %) e certamente insuficiente para reduzir significativamente o desnível de produtividade média que existe entre a economia portuguesa e a média comunitária.

Este baixo crescimento da produtividade de terá ficado a dever-se em parte ao reduzido crescimento, entre 1991 e 1995, da formação de capital fixo em equipamento (1,9 % em média anual), fruto do baixo crescimento global desse período e das elevadas taxas de juro próprias da política de convergência.

A partir de 1996, porém, o investimento em equipamento apresentou um crescimento muito rápido, cerca de 10 % ao ano, o que abre boas perspectivas para o crescimento futuro da produtividade.

Ao mesmo tempo, os investimentos em capital humano continuaram, em todo este período, a um ritmo muito intenso, aumentando de novo as taxas de escolarização e o volume das acções de formação profis-



Ponte Vasco da Gama.

sional, também aqui constituindo um factor muito favorável para o desenvolvimento futuro da economia portuguesa.

Foi neste período que se aceleraram as privatizações. Iniciadas em 1989, elas permitiram ao Estado português arrecadar, até 1998, cerca de 3500 milhões de contos (Ministério das Finanças, 1999), o equivalente a cerca de 18 % do PIB deste último ano), sendo um factor importante na redução da dívida pública, uma vez que, como se disse, as respectivas receitas foram maioritariamente aplicadas nessa redução. Desta forma foi possível, no período, reduzir por esta via a dívida pública em cerca de 1800 milhões de contos (quase 10 % do PIB de 1998).

A privatização dos bancos permitiu, por outro lado, a criação ou o desenvolvimento de grupos financeiros, algumas vezes associados a outras actividades, em particular aquelas que mais tinham proporcionado o desenvolvimento de grupos no período anterior.

O poder das instituições financeiras foi reforçado no início da década de 90 pela enorme transferência de dinheiro da economia para o sistema bancário, que ocorreu devido ao grande diferencial entre taxas de juro activas e passivas, que foi então tolerado pelas autoridades monetárias e que resultava da deficiente concorrência do sector. Embora isso tivesse tornado mais sólido o sistema financeiro, nas



fases iniciais do processo de privatizações, a verdade é que prejudicou a actividade económica empresarial, que teve de suportar taxas de juro, sobre o crédito que contraía, muito superiores às que os depositantes obtinham pela remuneração dos seus depósitos.

À medida que esta concorrência se desenvolveu, o diferencial foi-se reduzindo, estando de novo, no final do período, dentro de níveis normais.

Para além do sector financeiro, extremamente dinâmico neste período, com o desenvolvimento do mercado de capitais (em parte ligado às privatizações), de fundos de investimento e do crédito ao consumo, também o sector das telecomunicações, objecto de privatização e de liberalização no âmbito comunitário, tem revelado um grande dinamismo, sendo no final

da década um dos sectores de maior rentabilidade e expansão.

A privatização dirigiu-se também noutro sentido, ou seja, para a atribuição a entidades privadas da construção e exploração de infra-estruturas, nomeadamente pontes (como a de Vasco da Gama, sobre o Tejo) e auto-estradas.

As privatizações e a política seguida para algumas das empresas que ainda se mantinham com forte participação pública levaram, na segunda metade da década, a um aumento muito grande do investimento de empresas portuguesas no estrangeiro, em particular em países como o Brasil, Moçambique e alguns países do Leste europeu.

A dimensão que o fenómeno tomou constituiu uma novidade na economia portuguesa, tradicionalmente avessa ao investimento no estrangeiro. Ao mesmo tempo, constituiu um sinal positivo das novas capacidades empresariais portuguesas no sentido de uma internacionalização que ultrapassa a tradicional abertura comercial.

No entanto, já o investimento estrangeiro não revelou a dimensão que se esperaria e que as boas condições do país justificariam.

Depois de um crescimento muito acentuado na primeira metade da década, de que o exemplo mais evidente é o da instalação, em 1995, pela Ford e pela Volkswa-

A Autoeuropa, fábrica de veículos automóveis instalada em Portugal pela Ford e pela Volkswagen.





gen, da Autoeuropa, empresa exportadora de veículos automóveis, que representou o maior investimento estrangeiro em Portugal (395 milhões de contos, 2,5 % do PIB) com grande impacto na balança comercial portuguesa (10 % das exportações de mercadorias), a verdade é que o investimento estrangeiro em Portugal se reduziu, sendo até, em 1998, inferior ao investimento português no estrangeiro.

Para lá de todas estas transformações, algumas delas traduzindo uma profunda modificação de comportamentos anteriores, mantinham-se dificuldades no sector agrícola, em crise persistente, e o próprio sector industrial, muito afectado pela apreciação real do escudo causada pela política de convergência, viu a sua produção reduzir-se nos anos de 1992 a 1994.

Em compensação, a construção, o turismo, os serviços financeiros, a grande distribuição, as telecomunicações e os serviços prestados às empresas, muitas vezes em resultado de *outsourcing*, tiveram um desenvolvimento muito rápido e, em geral, criador de emprego, nalguns casos de elevado nível de qualificação.

A redução da inflação permitiu que, ao longo da década, os salários reais crescessem com a produtividade, não se podendo dizer, portanto, que tenham sido os salários a suportar o essencial do custo do ajustamento, ao contrário do que tinha sucedido até 1985.

No entanto, a política de convergência, como se disse, penalizou significativamente o emprego e essa foi a principal causa do agravamento das desigualdades registado na primeira metade da década. Porém, a subsequente melhoria do emprego e a criação do Rendimento Mínimo Garantido em 1996 tiveram um efeito redutor das desigualdades.

Outra fonte de desigualdades não registou, contudo, melhorias assinaláveis. Referimo-nos à resultante das assimetrias litoral-interior, que não registaram qual-

quer redução apreciável, pese embora o novo dinamismo de algumas áreas até aí consideradas do «interior» como Viseu, fruto em grande parte da melhoria das vias de comunicação, especialmente sensível nesta fase.

Avaliado em conjunto, este período pode caracterizar-se como da convergência nominal, do crescimento e modernização do sector financeiro, das privatizações, do desenvolvimento de grupos económico-financeiros, do investimento português no estrangeiro e da crise dos sectores tradicionais produtores de bens transaccionáveis.

Em 1999 realiza-se a moeda única. É um novo período que começa, e em que novos desafios se desenham no horizonte.

Balanço e perspectivas

Ao entrar na moeda única, a economia portuguesa enfrentou uma situação inédita, tanto ao nível interno como internacional.

A nível internacional, a globalização da economia, assente na globalização financeira, no poder crescente das empresas transnacionais e em novos impulsos à liberalização do comércio mundial, com a entrada em força da China e também da Índia nesse comércio, criou um ambiente competitivo mais difícil mas, ao mesmo tempo, gerador de novas oportunidades. Neste tipo de ambiente, a reduzida dimensão económica torna-se muitas vezes uma condição adversa, principalmente quando se verifica um movimento geral de fusões e aquisições de alguns gigantes empresariais.

Mas também é verdade que alguns dos grupos económicos portugueses se têm mostrado, nos últimos tempos, bastante dinâmicos a nível internacional, chegando por vezes a atingir um peso significativo em alguns produtos dos respectivos sectores de actividade.



O sector das telecomunicações é um dos que mais se modernizou nos últimos anos. Edifício PT-TMN.

A nível interno a principal novidade resulta da união monetária. Portugal deixou de ter uma política monetária e cambial autónoma e a política orçamental tem a sua margem de manobra muito reduzida devido ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (que impõe um limite máximo ao défice das contas públicas) e também à inevitável harmonização fiscal. Isso significa que o país deixou de ter autonomia no essencial da política económica e que são as políticas de âmbito microeconómico as que terão possibilidade de ter efeitos sobre as melhorias de competitividade da economia portuguesa.

Neste nível, as melhorias dos últimos anos têm sido patentes, ainda que insuficientes.

As atitudes empresariais têm-se modernizado de forma muito sensível, a mão-de-obra é hoje muito mais qualificada do que antes da adesão à CEE, as novas gerações beneficiam de elevadas taxas de escolarização.

O sector financeiro e as telecomunicações são dois dos sectores onde a modernização foi mais profunda, possibi-

litando assim um bom apoio à actividade produtiva.

Outro trunfo importante são os elevados financiamentos de fundos comunitários que continuaram e continuarão a beneficiar a economia portuguesa, permitindo prosseguir os esforços de modernização de infra-estruturas e de desenvolvimento da sociedade de informação, o que não deixará de ter, directa ou indirectamente, um impacto significativo na competitividade empresarial.

Um domínio que do ponto de vista microeconómico pode assumir muita importância é o das relações das empresas com o Estado. E, nesse aspecto, é geralmente reconhecida a necessidade de profundas transformações na forma de funcionamento da administração pública e na justiça de forma a poderem acompanhar a modernização que ocorre na actividade privada. O recente aligeiramento dos processos burocráticos que permitem, desde agora, a criação de uma empresa em uma hora apenas são um bom exemplo de medidas desburocratizadoras com real impacto positivo na vida empresarial.



No entanto, todas estas melhorias não têm sido suficientes para permitir um crescimento satisfatório da economia portuguesa.

Com efeito, desde 2002 que a nossa economia diverge da média comunitária. As razões desta divergência devem ser procuradas no impacte negativo das transformações que entretanto ocorreram no contexto mundial e europeu. A concorrência dos novos países emergentes no comércio mundial como a China, e o alargamento da UE aos países do Leste da Europa vieram criar uma situação difícil ao nosso sector exportador, que tem sofrido quebras importantes nas suas quotas de mercado. Por outro lado, a política de convergência para a moeda única e a ausência do instrumento cambial têm impedido que se restabeleça de novo o equilíbrio entre a produção de bens transaccionáveis e não transaccionáveis, rompido a favor destes desde o início da década de 90.

O resultado tem sido o acumular de défices da balança corrente externa e um consequente aumento rápido do endividamento da economia portuguesa em relação ao exterior, que tem como contrapartida interna um aumento do endividamento dos agentes económicos, em particular das famílias. O endividamento das famílias é hoje equivalente a 117 % do rendimento disponível, o que torna a economia familiar muito vulnerável a aumentos da taxa de juro e a aumentos do desemprego, cuja taxa, entretanto, em resultado do fraco crescimento económico, registou um incremento rápido de 3,9 % da população activa em 2000 para 7,6 % em 2005.

O défice do sector público manteve-se em nível elevado (em alguns anos bastante superior a 3 % do PIB) até 2005, em parte devido à própria desaceleração da economia. Desde aquele ano, no entanto, o governo de José Sócrates tem dado prioridade à redução do défice público,

Estrutura sectorial do PIB (%)

	1973	2003
Agricultura e pesca	12	4
Indústria e energia	29	20
Construção	11	7
Serviços	49	69

Fontes: Banco de Portugal, *Séries Longas*, 1973; Banco de Portugal, *Relatório de 2004*.

com resultados positivos já significativos, estimando-se que o défice possa alcançar um valor inferior a 3 % do PIB já em 2008. Parece evidente que a economia portuguesa não está a adaptar-se bem ao novo enquadramento resultante da globalização e da moeda única, o que leva muitos a interrogar-se se será possível, sem política macroeconómica própria, garantir condições de crescimento estável a uma economia sujeita a choques frequentes e intensos decorrentes da globalização.

Vista em perspectiva, a evolução económica desde o 25 de Abril é, no entanto, francamente positiva, pesem embora as difíceis condições que a sociedade portuguesa enfrentou em boa parte desse período e que enfrenta actualmente.

A primeira constatação que se pode assinalar é que a economia e a sociedade portuguesas se modernizaram aceleradamente. O nível de vida, medido pelo rendimento *per capita*, aumentou a 2 % ao ano e convergiu para a média comunitária (UE15), representando agora 65 % desta média (mais 5 pontos que em 1973).

A protecção social alargou-se extraordinariamente, o horário de trabalho diminuiu, os indicadores sociais melhoraram em bom ritmo e as taxas de escolarização tiveram um aumento impressionante, colocando-se ao nível europeu. O número de doutorados quintuplicou.

A economia abriu-se mais ao exterior, o Estado aumentou a sua despesa em educação e saúde, o que fez aumentar o peso



A criação de parques de escritórios de serviços denota o crescimento do sector terciário. Arquiparque, Oeiras.

do consumo público na despesa interna. Continuou a investir-se uma parcela importante do PIB.

Taxa de desemprego (%)	
1974-1985	6,9
1986-1990	6,1
1991-1998	5,9
1999-2005	5,4

Fontes: *European Economy*, suplemento A, Outono/1999; Banco de Portugal, *Relatório de 2005* [para 1999-2005].

Novos comportamentos foram, entretanto, surgindo mais próximos de países de mais alto nível de vida. Os valores próprios do mundo rural perderam peso, a taxa da poupança das famílias desceu de 24 % para cerca de 9 % do rendimento disponível, o respectivo endividamento aumentou muito nos últimos três anos e os empresários portugueses começaram a investir no estrangeiro.

A economia terciarizou-se. A estrutura produtiva alterou-se, reforçando o peso dos serviços (49 % do PIB em 1973 e 69 % em 2003), reduzindo-se significativamente o da indústria e energia (29 % em 1973, 20 % em 2003) e diminuindo o da construção (11 % em 1973, 7 % em 2003) e da agricultura e pesca (12 % em 1973, 4 % em

2003). Também em termos de emprego o sector terciário ganhou peso (actualmente 57 % do total), por compensação da perda do primário e do secundário.

No sector industrial, perderam peso as indústrias tradicionais e ganharam importância sectores de mais elevado nível tecnológico, em particular o sector das máquinas e do material de transporte, que é hoje o de maior peso na indústria.

Inflação (deflacionador do consumo privado) — taxa de variação média anual (%)			
1974-1985	1986-1990	1991-1998	1999-2005
22,2	12,2	5,8	3,0

Fontes: *European Economy*, suplemento A, Outono/1999; Banco de Portugal *Relatório de 2005* [para 1999-2005].

Emprego por grandes sectores. Estrutura (%)		
	1973	2004
Primário	24,2	12,0
Secundário	35,8	31,1
Terciário	40,0	56,8
Total	100	100

Fontes: Banco de Portugal, *Séries Longas*, 1973; DPP, *Informação Económica*, 2004.



A economia soube adaptar-se a impactos exógenos negativos como os dos choques petrolíferos e dos efeitos da descolonização, sem quedas insuportáveis do nível de vida nem aumentos in comportáveis do desemprego, embora tenham sido os salários reais a suportar o essencial dos ajustamentos. Tem tido, contudo, muito mais dificuldade em adaptar-se ao choque global actual.

O processo de redução da inflação, necessário para aderir à moeda única, conseguiu plenamente os seus objectivos.

A adesão à CEE foi um sucesso e o país soube aproveitar bem os fundos comunitários que foram postos à sua disposição, em particular no que respeita às infra-estruturas. Em especial a construção de estradas permitiu uma grande redução do tempo dos transportes terrestres, contribuindo para a maior comunicação entre regiões e para menores custos de transporte.

No entanto, neste início de século são também visíveis desequilíbrios importantes:

A sociedade portuguesa aprofundou o seu dualismo entre as novas gerações, com alto nível de escolaridade e com fácil acesso à informática, e os mais idosos, de relativamente fraco nível de instrução, com uma taxa de analfabetismo ainda elevada.

Outro dualismo, que se foi aprofundando ao longo do tempo, é o relativo ao agravamento da desertificação económica e demográfica do interior face ao litoral e principalmente às áreas metropolitanas. Nem a actuação geralmente dinâmica do poder local democrático criado depois do 25 de Abril nem as novas vias de comunicação têm sido suficientes para contrariar este processo.

Em particular o sector agrícola continua a evidenciar baixos níveis de produtividade/homem e a empregar uma proporção ainda elevada (11,6 %) do total do emprego. Esta mão-de-obra é relativamente idosa e apresenta um nível de instrução inferior à média nacional, sendo dificilmente

transferível para outros sectores de actividade.

Continua a verificar-se um grande desnível entre a produtividade média portuguesa e a comunitária. O crescimento da produtividade em Portugal tem sido insuficiente, em particular nos últimos seis anos, apesar embora os grandes investimentos em capital físico e humano, o que tem como consequência uma menor competitividade externa.

Finalmente, o tradicional défice comercial da economia portuguesa tem-se agravado, e as exportações, que em cerca de 80 % se dirigem para países da União Europeia, apesar da muito significativa mudança nos últimos anos (com o aumento de peso das máquinas e dos veículos e a redução dos sectores mais tradicionais, como por exemplo o vestuário e calçado, que reduziu o seu peso de 30 % para 13 % do total das exportações nos últimos quinze anos), continuam ainda muito dependentes de produtos tradicionais ou utilizadores de recursos naturais que estão a sofrer uma concorrência acrescida de países com custo de mão-de-obra muito baixos com a liberalização do comércio mundial (fileira têxtil e calçado, 18 % das exportações, fileira florestal, 9 %).

Em relação aos serviços, o turismo, que corresponde a cerca de 3 % do PIB, continua a afirmar-se como uma actividade dinâmica de exportação, sendo responsável (com as viagens) por um saldo líquido positivo na balança corrente de cerca de 2,7 % do PIB.

Por outro lado, as formas de financiamento, sem encargos, dos défices da balança corrente com o exterior actuaes neste período (remessas de emigrantes e depois fundos comunitários) perdem peso em relação à dimensão da economia.

A sociedade portuguesa regista também, à semelhança de muitas outras, um processo acelerado de envelhecimento (o peso da população de 65 e mais anos no



Estrutura do comércio externo em 2005 (%)

	Exportações	Importações
Agrícolas e alimentares	8,8	12,0
Energia	4,3	14,7
Químicos	10,5	13,6
Têxteis, peles e couro	5,4	4,2
Madeira, cortiça, pasta e papel	9,1	4,2
Vestuário e calçado	12,6	3,4
Minérios e metais	9,0	9,2
Máquinas e aparelhos	18,7	19,9
Veículos e outros materiais de transporte.	14,0	12,5
Outros	7,8	6,2
Total	100	100

Fonte: Ministério da Economia, GEE.

total quase duplicou nos últimos trinta anos), o que origina uma pressão intensa sobre o sistema de segurança social. Medidas recentemente tomadas permitem garantir a sustentação do sistema por algumas décadas, mas a questão do envelhecimento continua a constituir um desafio difícil para a economia portuguesa, principalmente porque coincide com as dificuldades competitivas acima referenciadas.

Neste contexto, a liberalização do comércio mundial, a ausência de política macroeconómica própria, a redução do peso

de formas utilizadas no passado para o financiamento do défice comercial, como sejam as remessas de emigrantes e os fundos estruturais, e os efeitos polarizadores da própria integração europeia, reforçando o centro face às periferias, são os principais factores condicionantes a ter em conta.

No entanto, a impressionante capacidade que a economia portuguesa tem mostrado de vencer os difíceis desafios que nos últimos trinta anos se lhe têm posto fornece um bom apoio aos muitos que pensam que saberá corresponder da melhor forma a estes novos desafios.



A educação



A educação

Guilherme d'Oliveira Martins

A educação como prioridade¹

A educação constitui a primeira prioridade das políticas públicas. Tal exigência resulta da consciência de que o atraso acumulado ao longo de décadas só poderá ser superado com um esforço redobrado do Estado e da sociedade na qualificação das pessoas como factor de dignificação, de eficiência e de equidade.

O desenvolvimento da educação e da formação das pessoas, o progresso nas qualificações dos cidadãos e a aposta nas pessoas exigem um forte compromisso da sociedade. Trata-se de compreender, antes do mais, que a educação e a formação das pessoas constituem os modos de transformar as atitudes e os comportamentos sociais e humanos no sentido de estabelecer uma relação fecunda e criadora na sociedade e com a natureza, colocando os escassos recursos disponíveis e os frutos do progresso ao serviço da sociedade e das pessoas.

A sociedade do conhecimento e da aprendizagem está a constituir-se num processo que obriga: à melhoria de qualidade da educação básica, na lógica da criação de uma cultura de iniciativa, de responsabilidade e de cidadania activa; à expansão e diversificação da formação inicial dos jovens com a criação de um ensino secundário que prepare melhor para a vida activa, apostando na qualificação, na relevância das formações, na produtividade e elevada empregabilidade das novas gerações; à promoção de uma autêntica aprendizagem ao longo da vida, na lógica da educação permanente e do reconhecimento das aprendizagens adquiridas, bem como à

criação de condições para o desenvolvimento da sociedade da informação.

Entenda-se, desta forma, que à lógica do sistema abstracto se contrapõe hoje a perspectiva da escola como espaço de relação, de aquisição de conhecimentos e transmissão de saberes, de compreensão, tolerância e respeito mútuo. E se, muitas vezes, se refere o atraso educativo português, a verdade é que este resulta de factores acumulados e de uma desvalorização durante muitas décadas da função formativa, a que hoje se somam a abertura de fronteiras, a comparação com os melhores sistemas e a competição internacional, que exigem esforços ainda mais intensos nas aprendizagens, para que o atraso não se agrave, já que os países mais desenvolvidos não param nem esperam por nós...

Vislumbram-se, assim, novos horizontes inerentes à afirmação e consolidação de uma «sociedade aberta», na qual a igualdade de oportunidades se deve abrir à liberdade de iniciativa e a regulação de políticas públicas completa a concorrência e a competitividade.

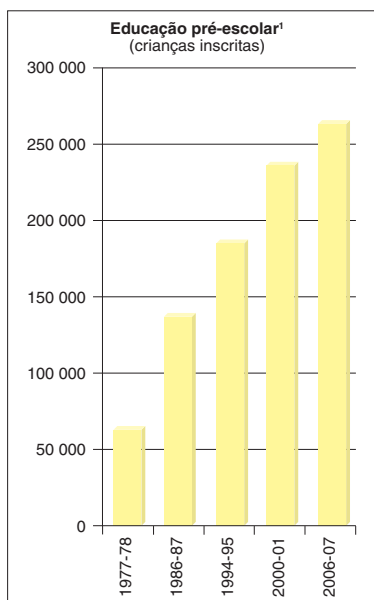
É neste sentido que a educação, como primeira prioridade, se adequa às exigências do desenvolvimento humano num mundo e numa Europa em que a mobilidade e a complexidade caracterizam as relações sociais e em que a inovação e o conhecimento são factores essenciais do

¹ A actualização bibliográfica deste texto, baseou-se em elementos estatísticos das seguintes entidades: Instituto Nacional de Estatística; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministério da Educação; OCDE («Education at a Glance»);



progresso. *Educação para todos, construção de uma sociedade educativa ou de aprendizagem, valorização da formação ao longo da vida e da relevância dos conhecimentos e aprendizagens, educação básica de qualidade e ensino secundário com maior ligação à vida activa, ensino superior para o maior número nas melhores condições, forte aposta no rigor científico, nas tecnologias e nas artes* — eis alguns dos pontos fundamentais dos quais temos de partir.

A noção moderna de desenvolvimento sustentável e a exigência da mobilização de recursos disponíveis em torno do «capital social» obrigam a dar à educação e à formação maior importância. A coesão social, a qualidade das instituições, o desenvolvimento de uma cidadania activa, o rigor económico, a empregabilidade, a consciência da necessidade de dar combate a todas as formas de exclusão exigem que as políticas públicas de educação e formação se constituam em instrumentos fundamentais de desenvolvimento.



¹ 2005-06 e 2006-07: dados preliminares.
Fonte: GIASE — Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo.

Taxa de analfabetismo (10 e mais anos)	
Ano	Taxa
1991	11,0
2001	9,0

Fonte: INE (Recensamento da população).

Partindo de níveis baixos de qualificação, a sociedade portuguesa está hoje confrontada com a exigência de dar continuidade ao esforço muito significativo que foi levado a cabo com resultados práticos positivos na última década — quer no lançamento da rede nacional de educação pré-escolar, que permitiu um efectivo aumento na pré-escolarização (58 % em 1995, 77 % em 2003) entre os três e os cinco anos de idade em jardins-de-infância, quer na forte valorização operada nos ensinos básico e secundário e na expansão e consolidação do ensino superior, na valorização das carreiras docentes, na formação contínua de professores e na concretização de uma cultura de avaliação — quer institucional, quer relativamente à docência, aos conhecimentos e aprendizagens.

Os estudos realizados sobre a história da educação revelam, ao longo do tempo, uma persistente ineficácia das políticas postas em prática, designadamente no século xx, quando até havia uma forte consciência sobre a importância da instrução pública. Infelizmente, apesar de todos os esforços e da intencionalidade reformadora, mantiveram-se os níveis elevados de analfabetismo (75 % em 1900, 25 % em 1972) e os baixos níveis de escolarização — a que houve que responder com muita persistência e determinação. No início dos anos 70, a escolaridade obrigatória passou de quatro para seis anos, e com a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) de 1986 viria a ser alargada para nove anos. A abertura rápida do sistema gerou naturais dificuldades, antes do mais pelas carências em infra-estruturas e em pessoal docente, verifican-



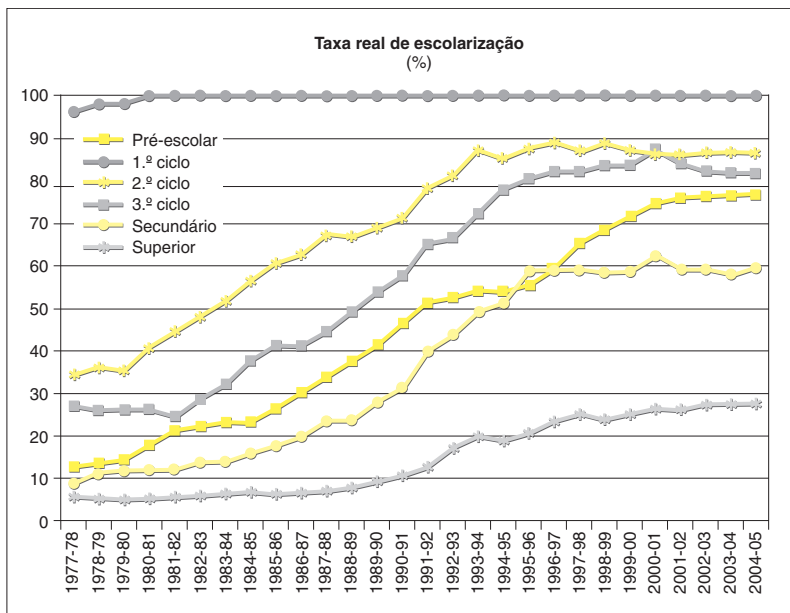
do-se, a partir de meados dos anos 90, uma estabilização geral quer pelo aumento das taxas de escolarização, a atingirem praticamente os 100 % nos 15 anos de idade, quer pela ligação positiva entre medidas sociais (rendimento mínimo) e prevenção do abandono escolar precoce, quer ainda pela melhoria dos níveis de formação inicial de educadores e professores. Apesar de haver ainda um esforço intenso a levar a efeito com vista a garantir a consagração de instrumentos de avaliação da qualidade e a asunção de uma cultura de responsabilidade, de eficiência e de justiça, o certo é que a situação alcançada permite um balanço positivo dos resultados obtidos.

Escolarização e qualificação

Verifiquemos, através de alguns indicadores, a evolução ocorrida nos anos 90 no sistema educativo português, que justificou um forte investimento traduzido no crescimento de 1 % do peso das despesas da educação

no produto interno bruto (PIB). Com mais alunos, mais escolas e exigências de melhor formação de educadores e professores, tornou-se indispensável dar um salto na qualificação da rede educativa. Assim, a taxa de escolarização aos 18 anos passou de 45 % em 1991 para 62 % em 2001 e a percentagem da população com nível de instrução médio e superior evoluiu no mesmo período de 6,3 % para 10 por cento. Por outro lado, a população entre os 18 e os 24 anos que não se encontra a frequentar qualquer grau de ensino, segundo o nível de instrução, registou uma evolução de 1991 para 2001 de 64 % com formação inferior ao secundário, para 45 % — o que constitui, apesar do grande avanço, um valor muito alto se comparado com os outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Este esforço levou, aliás, a que os índices mais elevados de insucesso escolar se tenham deslocado do 1.º e 3.º ciclos do ensino básico para o ensino secundário e que o máximo de abandono escolar tenha deixa-



Para os anos lectivos de 1977-78 a 1987-88 incluiu-se os alunos do Ensino Médio.

Fonte: GIASE — Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo.



do de se situar no ensino básico para se situar no ensino secundário. O facto de os índices de insucesso escolar e do abandono se terem reduzido significativamente no ensino básico (as taxas de retenção e de desistência registaram em 1996-1997 o valor de 15,2 %, contra 13 % em 2002-2003) e de o ensino secundário registar agora as maiores taxas relativas de insucesso e abandono (35,7 % em 1996-1997 contra 33,7 % em 2002-2003) determina que este nível de ensino e a faixa etária 15-18 anos sejam hoje considerados estratégicos e prioritários.

Para esta evolução positiva contribuíram a consolidação da escolaridade obrigatória de nove anos, as concepções e aplicações de programas interministeriais contra o insucesso e o crescente peso dos serviços na economia portuguesa, correspondendo ao incremento de 12 % do peso relativo do sector terciário de 1985 e 1997 (42,4 % para 54,9 %) e à redução do sector primário de 10 % (de 23,8 % para 13,5 %, nos mesmos períodos), que determinou uma maior importância da questão das competências e capacidades da população activa e das responsabilidades do sistema educativo, em especial do ensino secundário.

Actualmente, continuam a ser áreas de particular vulnerabilidade da situação educativa portuguesa: a saída de jovens do sistema sem preparação ou qualificação profissional; a estrutura de habilitações da população caracterizada pela existência de 80 % dos activos com formação até aos nove anos de escolaridade, com inexpressiva representação das formações secundárias ou de qualificação profissional de nível III; a produtividade dos activos portugueses ser de apenas 66 % do valor médio da produtividade do espaço da União Europeia (UE); uma convergência menos acelerada em Portugal do que nos restantes países da coesão, no que respeita à proporção de empregados com formações superiores, apesar da evolução muito rápida

registada em Portugal na frequência do ensino superior.

Estes dados levam-nos a pôr a ênfase na necessidade de continuidade na aposta estratégica na prioridade educação/formação — com especial atenção à existência de ofertas formativas diversificadas no ensino secundário. Do mesmo modo, impõe-se uma forte aposta na relevância das formações secundárias e superiores e na valorização do binómio avaliação/empregabilidade, desde que ligado às prioridades estratégicas de desenvolvimento do país. Daí a necessidade de promoção da qualidade e de contrariar activamente os elevados níveis de insucesso e de abandono nas formações pós-secundárias — articulando mais intensamente políticas de educação/formação profissional — e de prosseguir com a criação de instrumentos de observação de entradas na vida activa e de orientação vocacional e profissional. Com efeito, a existência de desempregados com formações superiores não se deve ao excesso global de diplomados, mas a uma irregular distribuição dos mesmos.

Importa agora tirar consequências adequadas, designadamente quanto à evolução demográfica. A quebra na taxa de natalidade, a redução da taxa de crescimento migratório e uma evolução que acentua a redução da importância relativa dos jovens entre os 0 e os 14 anos e a elevação da proporção de indivíduos com 65 e mais anos conduz-nos, ainda, à valorização da educação de adultos e à criação de instrumentos de certificação de adquiridos.

Por outro lado, a irregular distribuição da população nas diferentes regiões, a falta de mobilidade e a forte tendência para a concentração urbana determinam a necessidade de dar resposta através da adequação do parque escolar às novas necessidades educativas e de formação e da criação de escolas completas, nas áreas



Aula de educação para adultos.

metropolitanas de Lisboa e Porto e nas principais cidades do litoral. Enquanto até ao final dos anos 90 houve que dar resposta ao crescimento da população escolar, depois dessa altura do que se trata é de reorganizar a rede existente. Também a redução da população em áreas rurais, designadamente do interior, e a pulverização da rede escolar do 1.º ciclo (com 60 % das escolas com um ou dois lugares docentes e cerca de metade das escolas com menos de 16 alunos) conduziu ao processo de encerramento das escolas de menor dimensão e de agrupamento horizontal e vertical de estabelecimentos de ensino, potenciado pelo regime de autonomia escolar e pela criação de centros de recursos e de uma gestão integrada, de modo a garantir uma maior ligação da escola ao meio, uma melhor utilização das instalações e do pessoal docente, em ligação estreita com as orientações no domínio do ordenamento do território.

Importa ainda referir a necessidade de uma ligação cada vez mais estreita entre a evolução do sistema educativo e as opções nos campos social e económico. A vida comunitária, a articulação com as decisões das empresas e dos agentes económicos,

a tomada de consciência da necessidade de coordenação entre as políticas de educação, formação e emprego, o equilíbrio entre o progresso científico e a compreensão da importância das tecnologias, entre a teoria e a prática — tudo isso nos conduz à atribuição de crescente importância no investimento no factor humano como recurso insubstituível, para o qual é indispensável haver referenciais de qualidade.

Revela-se, pois, indispensável: a estreita articulação dos sistemas educativo e formativo, mobilização de recursos e a procura conjunta de respostas diversificadas que visem a melhoria generalizada das qualificações dos jovens e dos activos portugueses; a reorientação da oferta do sistema educativo nas formações recorrentes, visando a construção de respostas diversificadas destinadas a apoiar a reinserção no mercado de trabalho dos activos que, ao longo da vida, mudam de emprego ou mesmo de profissão; a valorização da pertinência e da qualidade das formações em função do dinamismo desejado para a actividade económica e a preocupação de apoiar os jovens na transição para a vida activa, bem como a renovação dos processos e tempos escolares, pela integração e



utilização no processo de aprendizagem dos alunos e formandos de todas as potencialidades das tecnologias, em especial as da informação e comunicação, e de uma concepção dos perfis de docência adequados às novas exigências.

Olhando o futuro — considerando os factores mobilizadores das energias disponíveis, no sentido de uma mudança orientada para a qualidade, para a exigência e para o rigor —, constituem objectivos fundamentais de acção: não só prosseguir na melhoria da qualidade da educação básica e secundária, contribuindo para uma cultura de iniciativa, de responsabilidade e de cidadania activa; mas também guiar e promover o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento em Portugal.

No fundo, a escola é o centro da vida educativa; o aluno é o objectivo fundamental de todas as acções da educação; o conhecimento e a compreensão do mundo que nos rodeia visam incentivar a cidadania livre e responsável, o espírito autónomo e crítico, o rigor científico e a sensibilidade artística — aqui está a força essencial de uma aposta séria no factor humano e no diálogo entre saberes e culturas.

O sistema educativo

Em Portugal, o sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

A educação pré-escolar

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, complementar da acção educativa da família, e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Segundo a LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/1997, de 19 de Setembro, e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto), «a rede da educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder

central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e de instituições de solidariedade social» (art.º 5.º, n.º 5). A frequência deste nível de educação é facultativa, «no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar» (art.º 5.º, n.º 8) — ainda que o Estado apoie as instituições integradas na rede pública.

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro) estipula a complementaridade com a acção educativa da família e o favorecimento da formação e do desenvolvimento equilibrado da criança, «tendo em vista a plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário». Compete ao Estado contribuir «activamente para a universalização da oferta da educação pré-escolar.

Por estabelecimento de educação pré-escolar entende-se a instituição que presta «serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando actividades educativas e actividades de apoio à família». Cabe aos pais e encarregados de educação participar na direcção dos estabelecimentos, desenvolver uma relação de cooperação com agentes educativos numa perspectiva formativa, dar parecer sobre o horário de funcionamento e participar, em regime de voluntariado e sob a orientação da direcção pedagógica da instituição, em actividades educativas de animação e atendimento. Por seu turno, cabe ao Estado criar uma rede pública de educação pré-escolar, generalizando a oferta dos respectivos serviços de acordo com as necessidades, apoiar a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar por outras entidades da sociedade civil, definir as normas gerais a que obedece o subsistema e prestar apoio às zonas carenciadas. A participação das autarquias e a



iniciativa das instituições da sociedade civil no desenvolvimento da educação pré-escolar é expressamente referenciada como muito relevante (art.ºs 7.º e 8.º).

Consagra-se uma tutela pedagógica única do Ministério da Educação, o que não se verificava antes da lei de 1997, sendo as redes da educação pré-escolar constituídas por uma rede pública e uma rede privada, complementares entre si, visando a oferta universal e a boa gestão dos recursos públicos. Havendo uma complementaridade entre as funções educativa e social, consagrou-se também uma cooperação entre os ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, de modo a assegurar a qualidade pedagógica e o apoio aos pais e famílias na componente socioeducativa, de acordo com o princípio da diferenciação positiva. Assim, a componente educativa da educação pré-escolar é gratuita e as restantes componentes são comparticipadas pelo Estado, de acordo com as condições socioeconómicas das famílias, com o objectivo de promover a igualdade de oportunidades.

A educação escolar

A educação escolar compreende o ensino básico, secundário e superior. O ensino básico — universal, obrigatório e gratuito — tem a duração de nove anos. Ingressam no ensino básico as crianças que comple-

tem seis anos até 15 de Setembro do ano de inscrição, podendo, a requerimento dos pais, inscrever-se as crianças que perfazam seis anos entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro. A frequência do ensino básico é obrigatória até aos 15 anos de idade. A gratuidade abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, se necessários.

O ensino básico

O ensino básico compreende três ciclos: o 1.º ciclo, de quatro anos, é da responsabilidade de um professor único, que pode ser auxiliado por outros professores em áreas especializadas; o 2.º ciclo, de dois anos, organiza-se por «áreas interdisciplinares de formação básica», havendo, predominantemente, um professor por área; o 3.º ciclo, de três anos, é organizado «segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas», com um professor por disciplina ou grupo de disciplinas. No 1.º ciclo, pretende-se assegurar «o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora» — tendo, a partir de 2005, si-

Estabelecimento escolar integrado. Jardim-de-Infância/Escola Básica do 1.º Ciclo Prof. João Dias Agudo, Mafra.





do introduzido o ensino do inglês para os alunos do ciclo inicial, considerando a necessidade de responder aos desejos da mundialização. No 2.º ciclo, aponta-se para a «formação humanística e artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes positivas e conscientes, perante a comunidade e os seus problemas reais importantes». Por fim, o 3.º ciclo visa a «aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inscrição na vida activa, com respeito pela realização autónoma de pessoa humana» (cf. art.º 8.º da LBSE). No ensino

básico, ainda que em «escolas especializadas», podem ser reforçadas diversas componentes — como o ensino artístico ou a educação física e desportiva.

O ensino secundário

O ensino secundário, com a duração de três anos, organiza-se segundo formas diferenciadas. A identidade própria deste nível de ensino levou a que seja caracterizado não apenas por constituir uma via para prosseguimento de estudos, mas também por representar o termo de estudos formais em vias predominantemente orientadas para a vida activa — em especial profissionais, tecnológicas e artísticas. Nesse sentido, há um especial incentivo às «componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizantes e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos». Há, assim, permeabilidade e intercomunicabilidade entre os diversos cursos — quer orientados para a vida activa, quer para o prosseguimento de estudos. No ensino secundário, cada professor é responsável por uma só disciplina e podem ser criados estabelecimentos espe-

Escola Secundária José Gomes Ferreira, Lisboa.





cializados, «destinados ao ensino e à prática de cursos de natureza técnica ou de índole artística».

Visa-se, deste modo, valorizar a formação básica, em condições de igualdade de oportunidades e complementá-la com uma formação secundária orientada para a inserção na vida activa ou para o prosseguimento de estudos. Neste sentido, a *educação para todos*, como objectivo geral, é orientada por uma forte preocupação de relevância de formação no processo de desenvolvimento na sociedade. Compreende-se, assim, que, teoricamente, se dê realce à autonomia individual do aluno e ao respeito da autonomia dos outros, a um perfil activo e empreendedor e a uma preocupação de qualidade e rigor, do mesmo modo que se valoriza a cultura humanística e científica, o espírito crítico, a boa utilização das línguas e das linguagens, a ligação entre teoria e a prática e a percepção da complexidade, do pluralismo e do diálogo entre saberes e culturas.

Hoje, a experiência positiva das escolas profissionais, que atribuem simultaneamente o diploma do ensino secundário e uma certificação profissional de nível III, determinou a definição de um objectivo de alargamento desse ensino à rede pública de modo a obter uma maior relevância nas formações e uma mais fácil entrada na vida activa — a partir de uma coordenação das políticas educativas e de formação profissional.

A educação especial, o ensino de adultos, o ensino à distância, o ensino português no estrangeiro, bem como a formação profissional constituem «modalidades especiais de educação escolar». Há, portanto, um tratamento específico de determinadas categorias de alunos — atendendo, no caso da educação especial, às necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e mentais ou a meras dificuldades de aprendizagem. Assim, não só a educação especial se processa em instituições específicas «quando comprovada-



Jovens surdos-mudos obtendo formação profissional como encadernadores no Centro de Formação de Beja.

mente o exijam o tipo e grau de deficiência do educando», mas também se prevê a organização de formas de educação especial que visem a integração do deficiente, numa perspectiva de educação inclusiva.

Há ainda os cursos de educação e formação e o «ensino recorrente», para pessoas que já não se encontram na idade de frequência dos ensinos básico e secundário — a que têm acesso, no nível básico, os alunos a partir dos 15 anos, e, no nível secundário, a partir dos 18 anos.

Pretende-se garantir que este ensino não seja apenas de segunda oportunidade nem constitua um factor de exclusão, havendo que distinguir a resposta para os jovens com insucesso escolar, para quem importa encontrar soluções motivadoras de uma melhoria das aprendizagens relevantes e orientadas para uma rápida inserção na vida activa, da resposta para os adultos que regressam à vida escolar, para quem tem de haver o reconhecimento e a certificação de formações adquiridas informalmente e o apoio a iniciativas descentralizadas de educação e formação.

Nesta linha de preocupações, a iniciativa Novas Oportunidades, lançada em Dezembro de 2005, visa reforçar o ensino profissionalizante de nível secundário. O objectivo definido é o de envolver mais de 650 000 jovens em cursos técnicos e profissionais,



pretendendo-se que em 2010 metade do total das vagas de nível secundário corresponda a este segmento. Por outro lado, há também o objectivo de formar os activos que entraram na vida profissional com baixos níveis de escolaridade, pretendendo-se qualificar um milhão de activos até 2010 — o que obriga a incrementar a oferta de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e a alargar a rede de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências.

A preparação para a vida activa exige, assim, que a formação profissional seja considerada também uma modalidade especial de acção educativa. Trata-se de abranger não só quem não concluiu ainda a escolaridade obrigatória, mas também os que já a concluíram — sendo neste último caso especialmente importantes os aspectos relativos ao aperfeiçoamento e à reconversão profissionais. O sistema português prevê expressamente a inclusão da formação profissional na lógica educativa — com base na articulação entre as políticas da educação e a acção dos organismos especificamente encarregados das questões do emprego e da formação profissional.

Por outro lado, prevê-se o ensino à distância, «mediante o recurso aos multimédia e às novas tecnologias da informação» — em termos de complementaridade no ensino regular ou em alternativa à educação escolar. O ensino à distância privilegia a educação de adultos e a formação contínua de professores.

Considerando a expansão da língua portuguesa no mundo e a proliferação de comunidades de emigrantes portugueses, o Estado incentiva a «criação de escolas portuguesas nos países de língua oficial portuguesa e junto das comunidades de emigrantes portugueses» (art.º 25.º, n.º 2, da LBSE). O «ensino da língua e da cultura portuguesas aos trabalhadores emigrantes e seus filhos» deverá corresponder a «cur-

sos e actividades promovidas nos países de emigração em regime de integração ou de complementaridade relativamente aos respectivos sistemas educativos» (n.º 3). Acresce que o Estado promove ainda a divulgação e o estudo da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro mediante acções e meios diversificados que visem, nomeadamente, a sua inclusão nos planos curriculares de outros países e a criação e manutenção de leitorados de portugueses, sob a orientação de professores portugueses em universidades estrangeiras.

Importa ainda referir a educação extra-escolar — abrangendo esta a luta contra o analfabetismo literal e funcional, a promoção da literacia, a necessidade de corrigir desigualdades de oportunidades educativas e profissionais, o favorecimento de atitudes de solidariedade social e da participação na vida comunitária, a preparação profissional e técnica e a ocupação dos tempos livres. Estamos perante a educação e formação ao longo da vida ou a educação permanente — que visa uma continuidade da acção educativa, o aumento dos conhecimentos, o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e a superação de carências educacionais.

Os planos curriculares dos ensinos básicos e secundário, apesar de estabelecidos à escala nacional, comportam a existência de conteúdos flexíveis, susceptíveis de integrar componentes de índole regional e local. Inclui-se em todos os ciclos uma área de formação pessoal e social — que pode ter componentes ecológicas, de defesa do consumidor, de educação familiar e sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde ou a educação cívica para a participação nas instituições democráticas. O ensino da moral e da religião das diversas confissões religiosas integra-se nos currículos mas é facultativo — com base no reconhecimento constitucional da liberdade religiosa.



A administração e a gestão dos estabelecimentos de ensino orienta-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo. A direcção de cada estabelecimento ou agrupamento de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios — com representantes eleitos de professores, alunos e pessoal não docente. Segundo a lei em vigor, a participação dos alunos circunscreve-se ao ensino secundário.

Em lugar de um modelo único de gestão, adoptou-se uma matriz flexível, a partir da ideia de que a «escola, enquanto centro das políticas educativas, tem [...] de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com uma nova atitude de administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança» (Decreto-Lei n.º 115-A, de 4 de Maio) — prevendo-se designadamente a celebração de «contratos de autonomia», que visam reforçar o autogoverno e a responsabilização nos estabelecimentos educativos.

A LBSE instituiu ainda o Conselho Nacional de Educação, com funções consultivas relativamente à política de ensino, estando nele representadas, além da Assembleia da República, forças sociais, culturais e económicas «na procura de consensos alargados» na área da educação.

O Estado reconhece ainda um estatuto especial ao ensino particular e cooperativo — «como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos» (art.º 57.º, n.º 1, da LBSE). Quando os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo adoptem planos e programas próprios, o seu reconhecimento carece de análise, caso a caso, considerando a qualidade dos respectivos currículos e as condições pedagógicas da sua aplicação. O Estado fiscaliza e apoia, dentro

destes parâmetros, quer pedagógica quer tecnicamente, o ensino particular e cooperativo.

Saliente-se ainda que, na perspectiva de rede integrada, são celebrados com estabelecimentos do ensino particular e cooperativo contratos de associação, que permitem a satisfação das necessidades do serviço público com financiamento do Orçamento de Estado.

O ensino superior

O *ensino superior* compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, correspondendo desde 2002 ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Segundo a LBSE, o primeiro «visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica» e o segundo «visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior» (art.º 11.º, n.ºs 3 e 4).

O acesso ao ensino superior está aberto a todos os que estejam habilitados com um curso secundário ou equivalente e que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência. O regime de acesso deverá obedecer aos princípios de: democraticidade, equidade e igualdade de oportunidades; objectividade dos critérios utilizados para a selecção e seriação dos candidatos; universalidade de regras para cada um dos subsistemas de ensino superior; valorização do percurso educativo do candidato do ensino secundário, nas suas componentes de avaliação contínua e provas nacionais, traduzindo-se a relevância para o acesso ao ensino superior do sistema de certificação nacional do ensino secundário no processo de seriação; coordenação dos estabelecimentos de ensino superior para a realização da avaliação; selecção e seriação, de forma a evitar a



proliferação de provas a que os candidatos venham a submeter-se; carácter nacional do processo de candidatura à matrícula e inscrição nos estabelecimentos de ensino superior público, sem prejuízo da realização, em casos devidamente fundamentados, de concursos de natureza local; e a realização das operações da candidatura pelos serviços da administração central e regional da educação (art.º 12.º da LBSE).

Dentro do respeito dos princípios indicados, o processo de avaliação da capacidade para a frequência, bem como o de selecção e seriação dos candidatos ao ingresso em cada curso e estabelecimento de ensino superior é da competência desses mesmos estabelecimentos.

Cabe ao Estado, além da criação de condições de igualdade de oportunidades, assegurar progressivamente a eliminação de restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior (*numerus clausus*) e estabelecer as condições para que os cursos existentes e a criar correspondam globalmente às necessidades sociais de formação e qualificação, às aspirações individuais e à ele-

vação do nível educativo, cultural e científico do país.

Têm ainda acesso ao ensino superior os indivíduos maiores de 23 anos que, não estando habilitados com um curso do ensino secundário ou equivalente e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova da capacidade para a sua frequência.

No ensino superior são conferidos os graus académicos de licenciado, mestre e doutor. Na sequência da Declaração de Bolonha para o ensino superior e respectiva alteração da LBSE, foi suprimido o grau académico de *bacharel*, no ensino superior, quer universitário, quer politécnico (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março).

O grau de *licenciado*, conferido no ensino universitário e politécnico, corresponde agora a um período de estudos compreendido entre seis e oito semestres curriculares. O grau de *mestre* é adquirido através do ensino universitário e politécnico, e é conferido (concluída a licenciatura) após um novo ciclo de estudos com uma duração compreendida entre três e quatro semestres. Já o grau de *doutor* só pode ser

Edifício do Departamento de Engenharia Electrónica da Universidade de Coimbra, Pólo II.





Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

conferido pelo ensino superior universitário (LBSE, art.ºs 14.º e 15.º).

Os estabelecimentos de ensino superior podem realizar cursos não conferentes de grau académico cuja conclusão com aproveitamento conduza à atribuição de diploma. Prevê-se ainda o princípio do reconhecimento mútuo do valor de formação e competências adquiridas entre os ensinos universitário e politécnico.

Ainda de acordo com a redacção do art.º 34.º da LBSE, os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário adquirem a qualificação profissional através de cursos superiores organizados de acordo com as necessidades do desempenho profissional no respectivo nível de educação e ensino.

A formação dos educadores de infância e professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação e em estabelecimentos de ensino universitário (art.º 34.º, n.ºs 3 e 5, da LBSE).

O ensino universitário é ministrado em universidades e em escolas universitárias não integradas e o ensino politécnico em

escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros. As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados por departamentos e por outras unidades, podendo integrar escolas superiores do ensino politécnico. As escolas do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, segundo critérios de interesse regional e/ou da natureza das escolas.

A articulação entre o ensino superior e a investigação científica é especialmente posta em destaque no sistema português. Assim, a LBSE prevê que «nas instituições de ensino superior serão criadas as condições para a formação de investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento» (art.º 18.º, n.º 2). Deste modo, é atribuída ao Estado a competência para «incentivar a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas, no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura tendo particularmente em vista os interesses da colectividade» (art.º 18.º, n.º 5).



As universidades públicas portuguesas beneficiam de um regime constitucional de autonomia — «são pessoas colectivas de direito público e gozam de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar» (art.º 3.º, n.º 1, Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro).

Esta autonomia assenta na tradição histórica da universidade portuguesa, que tem a sua origem na fundação, pelo rei D. Dinis, do Estudo Geral, em data próxima de 1290, o qual se situou primeiro em Lisboa, vindo a ser transferido para Coimbra (1308). Até ao século xvi, a universidade seria sediada ora em Lisboa ora em Coimbra, onde D. João III a viria fixar definitivamente no ano de 1537. Em 1598 a instituição seria dotada de novos estatutos, que vigorariam com pequenas alterações até 1772, altura em que se operou a chamada «reforma pombalina» conduzida por Se-

bastião José de Carvalho e Melo, de cariz iluminista e centralizador — influenciando decisivamente a vida das instituições universitárias, a partir de então. Refira-se, ainda, a criação em 1558 dos Estudos de Évora, cuja responsabilidade foi entregue aos padres jesuítas.

No século xx, a moderna Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto foram constituídas, respectivamente, pelos decretos de 22 de Março e 19 de Abril de 1911, e a Universidade Técnica de Lisboa pelo de 2 de Dezembro de 1930.

Nos últimos anos assistiu-se ao surgimento de novas universidades públicas e privadas, designadamente nos grandes centros. Merecem destaque, no início dos anos 70, a entrada em funcionamento da Universidade Católica Portuguesa, ao abrigo do art.º xx da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, e a criação da Univer-

Aspecto do edifício principal da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.





Universidade de Aveiro.

sidade Nova de Lisboa, bem como das universidades de Aveiro e do Minho e ainda do Instituto Universitário de Évora (hoje universidade).

Também nos anos 70, verificou-se o surgimento, no sector público, dos institutos universitários de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Açores e Madeira (que passarão, posteriormente, a universidades) e da Universidade do Algarve.

Após a publicação da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, as universidades públicas têm o direito de elaborar os seus estatutos, sujeitos a homologação do ministro da Educação, que apenas pode ser recusada por desrespeito à Constituição e às leis aplicáveis.

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) assegura globalmente a coordenação e a representação das universidades. Estas colaboram na formulação de políticas nacionais de educação, ciência e cultura e são ouvidas no processo de criação pelo Estado de novas universidades.

A autonomia universitária abrange os seguintes aspectos:

- a capacidade de livre definição, programação e execução da investigação e

demais actividades científicas e culturais (autonomia científica);

- a faculdade de criação, suspensão e extinção de cursos bem como a competência para a elaboração de planos de estudo e programas das disciplinas e definição dos métodos de ensino, estando o ensino médico submetido a legislação especial (autonomia pedagógica);

- o poder de dispor de património próprio, de gerir verbas anuais atribuídas pelo Orçamento do Estado, de obter receitas próprias e de as gerir anualmente através de orçamentos privativos — num contexto de autonomia administrativa e financeira;

- o poder de punir, nos termos da lei, as infracções disciplinares praticadas por docentes, investigadores e demais funcionários e agentes (autonomia disciplinar).

O Estado assume a responsabilidade de garantir às universidades as verbas necessárias ao seu funcionamento — nos limites das disponibilidades orçamentais.

São órgãos do governo das universidades: a *Assembleia da Universidade*, o *reitor*, o *Senado Universitário* e o *Conselho Administrativo*. A *Assembleia da Universidade* assegura a representação por eleição dos diferentes corpos da instituição



(professores, restantes docentes, investigadores, estudantes e funcionários), existindo paridade entre docentes e estudantes eleitos e equilíbrio na representação das unidades orgânicas independentemente da sua dimensão; a estes acrescem os membros por inerência (p. ex., reitor, vice-reitores, presidentes dos órgãos de gestão das unidades orgânicas e os órgãos de governo dos estabelecimentos integrados, presidentes das associações de estudantes). A *Assembleia da Universidade* discute e apura os estatutos da universidade e suas alterações, elege o reitor e decide sobre a sua substituição. O *reitor* é eleito para um mandato de quatro anos pela Assembleia da Universidade, por escrutínio secreto, de entre os professores catedráticos de nomeação definitiva, nos termos estabelecidos pelos estatutos de cada universidade. O ministro só pode recusar a nomeação do reitor com base em vício de forma do processo eleitoral. Os vice-reitores são nomeados pelo reitor. Este representa e dirige a universidade, propondo, designadamente, velando pela observância das leis e dos regulamentos e superintendendo na gestão académica, administrativa e financeira.

O *Senado Universitário* aprova, entre outras medidas, as linhas gerais de orientação da universidade, os projectos orçamentais, os relatórios e as contas bem como a criação, suspensão e extinção de cursos, estabelecimentos e estruturas da universidade; exerce ainda o poder disciplinar e fixa o valor das propinas a pagar pelos alunos. A composição do Senado Universitário é definida pelos estatutos de cada universidade, devendo a representação dos diversos corpos respeitar regras aplicáveis à Assembleia da Universidade.

O *Conselho Administrativo* tem a seu cargo a gestão administrativa, patrimonial e financeira e é composto pelo reitor, por um vice-reitor, pelo administrador ou pelo funcionário administrativo de categoria

mais elevada, e ainda por um representante dos estudantes.

Em cada faculdade ou unidade orgânica da Universidade deverão existir obrigatoriamente os seguintes órgãos: assembleia de representantes, conselho directivo, conselho pedagógico e conselho científico ou conselho pedagógico-científico.

O ensino superior politécnico foi criado em 1979 e 1980 com o objectivo de apetrechar o país com cursos de formação mais curta e profissionalizantes, concebidos como instrumentos de desenvolvimento regional. Por outro lado, o ensino politécnico deverá construir um elo privilegiado nas relações entre o sistema educativo e o tecido económico e empresarial. A sua criação envolveu 13 institutos, integrando escolas de nível médio já existentes — constituindo-se, deste modo, um sistema binário de ensino superior que a LBSE consagrou. A lei de gestão e autonomia dos institutos politécnicos mantém orientações existentes para as universidades, como o da criação de cursos, que permaneçam sujeitos a aprovação pelo Ministério da Educação.

O Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 16/94, alterado pela Lei n.º 37/94 e pelo Decreto-Lei n.º 94/99) consagra que as instituições de ensino não estatal (onde não se inclui a Universidade Católica Portuguesa, por ser concordatária) são de iniciativa de empresas, cooperativas ou fundações criadas especialmente para o desenvolvimento do ensino superior, exigindo-se o reconhecimento oficial de interesse público para poderem atribuir graus académicos. O processo de reconhecimento da instituição é apreciado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, estando sujeito a uma apreciação final de uma comissão de especialistas. O reconhecimento dos cursos segue um processo semelhante, envolvendo a apreciação dos requisitos legais aplicáveis. A organização das instituições do sector particular e cooperativo é mais flexível do



que as da rede pública, assentando, porém, na separação entre os órgãos de natureza científica ou pedagógica e órgãos de natureza administrativa e financeira. Dispõem obrigatoriamente de reitor ou presidente, director, conselho científico e conselho pedagógico. A autonomia do ensino superior é completada pela existência de um sistema nacional de avaliação que abrange todas as instituições de ensino superior, incidindo sobre a qualidade do respectivo desempenho pedagógico e científico. Este sistema (criado pela Lei n.º 38/94) assenta num processo de auto-avaliação, avaliação externa e meta-avaliação, cabendo ao *Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior* o acompanhamento e harmonização do processo. O sistema baseia-se na participação das instituições avaliadas, na autonomia e imparcialidade da entidade avaliadora, na audição de docentes, bem como na divulgação dos relatórios de avaliação correspondentes a cada instituição. As actividades de avaliação iniciaram-se nas universidades públicas e foram generalizadas às restantes instituições de ensino superior.

O financiamento do ensino superior baseia-se numa relação triangular Estado-instituição-alunos e no pagamento de uma propina de valor moderado anual, o que define o Estado como o principal financiador da componente educativa. Os fundos canalizados pelo Orçamento de Estado são orientados para as actividades educativas e de investigação. As instituições dispõem ainda de receitas próprias que decorrem de contratos de prestação de serviços que celebrem.

Desde 1994 existe uma fórmula acordada com as instituições para determinar o orçamento de funcionamento, que trouxe maior transparência e equidade na distribuição do financiamento pelas instituições. A legislação sobre financiamento introduziu a possibilidade da celebração de contratos-programa e de desenvolvimento entre o Estado e as instituições de ensino, dando um passo importante no sentido da programação plurianual das escolas bem como medidas significativas no sentido de consagrar a flexibilização da gestão financeira e administrativa, o que permitiu a consolidação da autonomia universitária.

Instituto Politécnico da Guarda.





A acção social escolar no ensino superior registou um incremento muito significativo nos últimos anos. A partir de 1999 foi introduzido um sistema de empréstimos aos estudantes, com o objectivo de possibilitar a sua autonomização financeira. Este instrumento, aplicável aos estudantes carenciados e com aproveitamento escolar, destina-se, numa primeira fase, aos alunos dos últimos anos dos cursos de licenciatura, prevendo-se um posterior alargamento.

A evolução do ensino superior foi dominada no final dos anos 80 pela forte expansão da iniciativa particular e cooperativa. Entre 1987 e 1992, o número de vagas do ensino superior público aumentou cerca de 40 % enquanto as vagas do privado aumentaram 250 por cento. Em 1995 a introdução de exames obrigatórios para conclusão do ensino secundário fez diminuir os candidatos nos anos seguintes. A partir de 1996 a procura do ensino superior passou a ser menor do que as vagas oferecidas conjuntamente pelos ensinos público e privado.

A redução do número de candidatos conjugada com o crescimento das vagas do ensino superior público introduziu uma redução da importância relativa do sector privado, que representa actualmente cerca de um terço do total de alunos.

Em suma, o sistema público de ensino superior, compreendendo as instituições sob tutela exclusiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como outras tuteladas conjuntamente com outros ministérios, é constituído por 49 instituições: 14 universidades, cinco instituições universitárias não integradas, 15 institutos politécnicos e 15 escolas politécnicas não integradas. O sistema privado, por seu lado, compreende 103 instituições: 14 universidades (onde se inclui a Universidade Católica Portuguesa), 33 escolas universitárias não integradas em universidades, dois institutos politécnicos e 54 escolas

politécnicas não integradas em institutos politécnicos ou universidades.

Educação para todos e escola democrática

A *educação para todos* e a *escola democrática* são peças fundamentais para a consolidação do nosso processo de desenvolvimento e para a resposta ao desígnio nacional de vencer o atraso estrutural que nos separa dos países europeus mais desenvolvidos, no prazo de uma geração. A qualidade, o combate à ignorância, a luta à uniformidade, à indiferença e à exclusão, a valorização da liberdade, da autonomia individual, da solidariedade e de um sentido aberto de comunidade — eis o que tem de constituir prioridade absoluta de uma sociedade desenvolvida. Daí a necessidade de, cada vez melhor, assegurar a ligação entre educação e formação, o apoio às vias tecnológicas, profissionalizantes e artísticas no ensino secundário e a concretização de uma ideia mobilizadora de educação permanente.

Educar é suscitar a autonomia e a responsabilidade — mas é também dar resposta activa às necessidades de criatividade social. Em Portugal, no fim do século xx e no limiar de um novo tempo, precisamos de qualificações relevantes para os nossos jovens. A competitividade, a mobilidade e a concorrência exigem-no.

A qualidade das aprendizagens, a exigência na avaliação, a internacionalização, a capacidade de competir, a empregabilidade constituem desafios a que não poderemos deixar de corresponder. Só poderemos superar o atraso, bem evidente nos elevados níveis de abandono escolar, de saídas antecipadas e precoces e do insucesso educativo, através de mais trabalho, melhor organização e de objectivos mais ambiciosos.

Hoje, na Europa, o fundamental do que está a ocorrer já não tem só a ver com a



criação de instrumentos económicos e monetários, mas com a sua consolidação através de mais e melhor formação das pessoas que livremente circulam e que dão o melhor de si ao projecto comum que estamos a construir. E é preocupante verificar que na UE se acumulam atrasos que importa ultrapassar. A livre circulação das pessoas obriga a uma maior qualidade dos sistemas de ensino, ao incentivo à convergência entre eles e ao reconhecimento mútuo de diplomas e formações. Eis porque a *dimensão europeia na educação* terá uma importância

crescente como oportunidade, estímulo e desafio a todos os países europeus, uma vez que a inovação e conhecimento, o rigor e a equidade são a chave do desenvolvimento e da modernização nos dias de hoje.

«Nós somos, em última análise, o método, o processo, a forma e o modo» — dizia-nos Rómulo de Carvalho, educador e cientista. A educação tem esse acicate — o de partir das pessoas concretas, do professor, do aluno, do educador, da escola. Raízes e horizontes, presente e futuro encontram-se permanentemente...



Cultura

O património cultural

A literatura

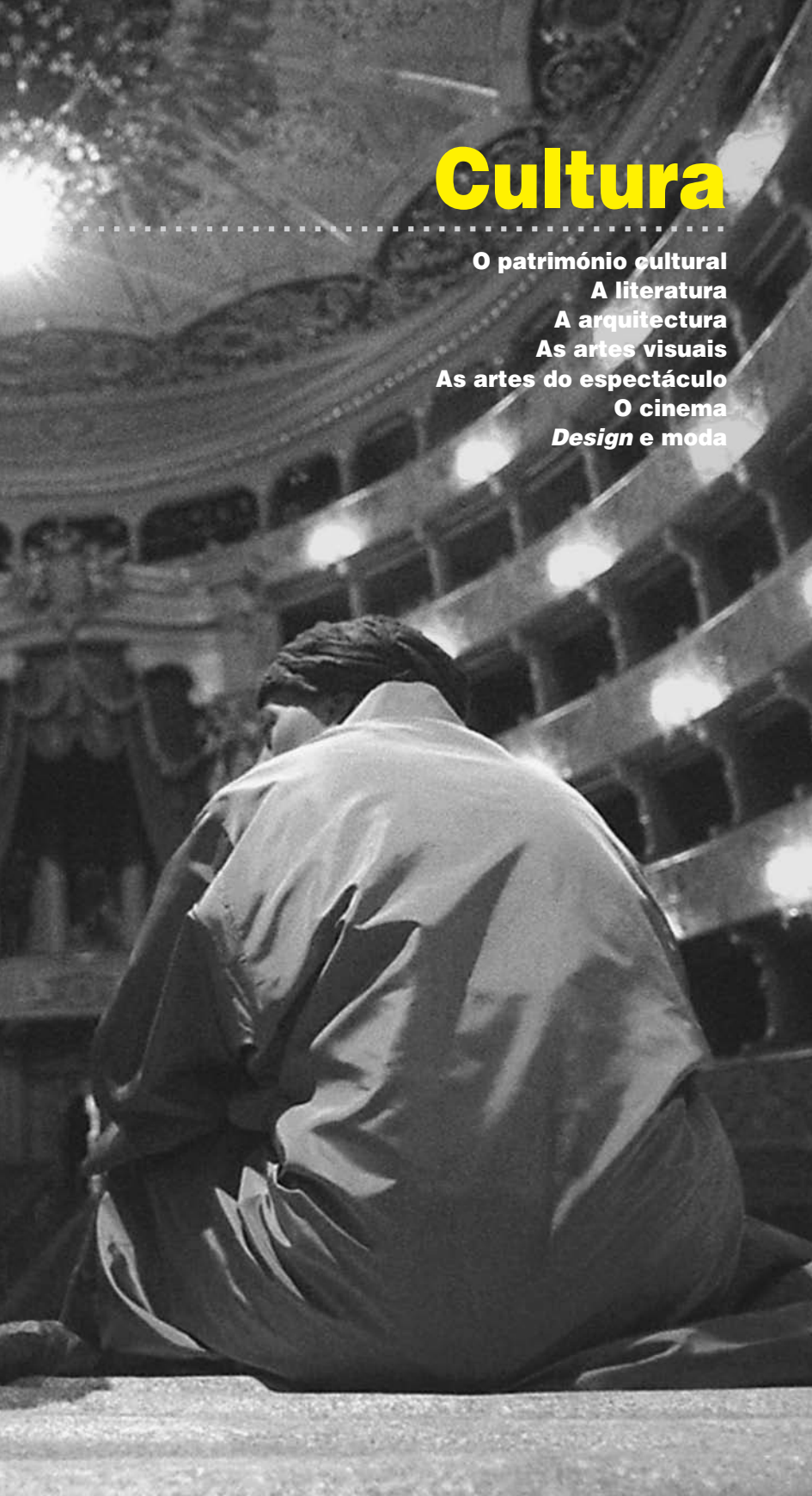
A arquitectura

As artes visuais

As artes do espectáculo

O cinema

Design e moda



O património cultural

Fernando Pereira Marques

Em Portugal, o processo de construção da ideia de património, enquanto legado das gerações passadas indispensável para preservar a memória e cimentar a identidade nacional, não foi muito diferente do observável um pouco por toda a Europa, sobretudo a partir do Renascimento. André de Resende (1500?-1573), erasmista e espírito cosmopolita perseguido pela Inquisição, foi um precursor dos estudos arqueológicos (*De antiquitatibus Lusitaniae*). Quase dois séculos mais tarde, no reinado de D. João V, sob o impulso da então recém-criada Academia Real de História Portuguesa Eclesiástica e Secular, o decreto régio de 13 de Agosto de 1721 prefiguraria a primeira legislação portuguesa de protecção do património cultural, essencialmente na sua componente arqueológica. Ainda no século XVIII constituíram-se colecções particulares na Universidade de Coimbra, na Academia das Ciências, no Paço da Ajuda e,

na centúria seguinte, outras ganhariam um carácter público.

Homens de letras e de acção, como os românticos Almeida Garrett e Alexandre Herculano, contribuiriam para a formação de uma consciência patrimonial nesse século XIX em que as guerras civis, mas sobretudo a incúria e a ignorância, provocaram inúmeras delapidações e destruições de bens arquitectónicos e artísticos. Em 1836, o espólio proveniente das ordens religiosas extintas foi guardado na Academia de Belas-Artes de Lisboa, entretanto surgida. Mostrado, a partir de 1869, na chamada Galeria Nacional de Pintura, situada nas instalações dessa academia (antigo Convento de São Francisco), viria a constituir o essencial do recheio do Museu de Belas-Artes e Arqueologia inaugurado, com pompa e circunstância, em 1884, num edifício — conhecido por Palácio das Janelas Verdes — que fora dos condes de Alvor, antes de nele se instalar o marquês de

O Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.





Pombal. É hoje o Museu Nacional de Arte Antiga.

Anos mais tarde (1893) foi criado o Museu Etnográfico Português, que teria sucessivas designações até adoptar a actual de Museu Nacional de Arqueologia. Está instalado desde 1903 no Mosteiro dos Jerónimos.

Nesta segunda metade de Oitocentos, estabilizadas as instituições monárquicas constitucionais, o país envereda por um período de relativo desenvolvimento e modernização, mesmo se a uma escala e a um ritmo distintos do que se passava no resto da Europa, tornada mais próxima pelo telégrafo e os caminhos-de-ferro. Começar-se-á a proceder ao levantamento e classificação dos monumentos, e à criação de instrumentos legislativos e funcionais capazes de permitir a sua salvaguarda. Tarefas que prosseguirão com a I República (1910-1926), durante a qual se empreenderá mesmo um inventário geral e sistemático dos bens móveis e imóveis existentes a nível nacional.

No discurso da tomada de posse do primeiro governo que Portugal teve após a revolução democrática de 25 de Abril de 1974, o general António de Spínola, presidente da República, disse a dado passo: «Terão de facultar-se a todos idênticas oportunidades de acesso aos bens da cultura e da educação, estimulando paralelamente o florescimento do nosso património cultural. Neste domínio, há que consolidar a força vinculadora da língua portuguesa como afirmação de uma História de que nos honramos e traço da união das comunidades lusíadas ou lusófilas que por essa via se manterão unidas independentemente dos estatutos políticos.»

Era significativa esta referência à importância do património cultural nesse acto oficial, realizado num momento ainda de grande agitação e quando prioridades de gestão política imediata se impunham. Isto apesar de, nos termos utilizados, se

reflectirem laivos de uma visão da cultura — e da língua — predominante e até instrumentalmente nacionalista, o que não era de estranhar naquele contexto de transição.

Com efeito, em coerência com a natureza autoritária do regime derrubado em 1974, fora uma concepção de política cultural enquanto propaganda que prevalecera durante toda a sua vigência. Nesta perspectiva, o Estado tinha em relação ao património responsabilidades de preservação e até de restauro, na medida em que «Os monumentos que o Passado nos legou constituem, como se sabe, um dos mais preciosos quinhões da nossa herança de povo civilizador, de povo-guia; são, por assim dizer, páginas vivas da história da nacionalidade», ao que o autor deste texto, que durante muito tempo funcionou como base programática da política do Estado Novo no domínio do património arquitectónico, acrescentava referindo-se ao trabalho efectuado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN): «Uma nova actividade se desenvolveu então, à sombra do Estado, guiada pelo dever, engrandecida pelo culto da Arte e da Tradição, aquecida pela mais viva fé nacionalista» (*Boletim dos Monumentos Nacionais*, n.º 1, Setembro de 1935: 5-7).

Os primeiros anos de institucionalização e de estabilização da democracia foram difíceis e complexos. Não obstante, começaria a ganhar consistência, ao nível do poder, mesmo se de forma não linear, uma política cultural norteada por outros valores e objectivos, assentando em estruturas e normas adequadas às novas realidades democráticas. Neste quadro, a própria ideia de património cultural evoluiu, deixou de estar sujeita ao espartilho predominantemente monumental em que estivera durante o Estado Novo, alargando-se para outros horizontes e linguagens, expressões artísticas e saberes que, quando muito, a



ditadura confinara ao papel de decoração folclórica com fins turísticos. Recorde-se, a talhe de foice, o contributo que deu para a dignificação, a divulgação e o estudo da cultura popular portuguesa, nomeadamente no que concerne à música, a vasta e paciente recolha iniciada nos anos 60, em todo o país, à margem dos organismos oficiais, pelo etnólogo de origem corsa Michel Giacometti.

Estes factos virão a reflectir-se na forma como a Constituição de 1976 reconhece a importância do património que, desde logo, é considerado matéria na esfera de reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República. O artigo 78.º («Fruição e criação cultural»), no seu n.º 1, enuncia o direito «à fruição e criação cultural» dos cidadãos, ao mesmo tempo que prescreve o «dever de preservar, defender e valorizar o património cultural». No n.º 2, alínea c), entre várias incumbências do Estado, consigna-se a de «Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum». De notar, ainda, que no artigo 52.º, n.º 3, alínea a), é explicitado o direito de acção popular, pessoalmente ou através de associações, visando a defesa do património.

Preconiza-se, deste modo, no texto constitucional, a participação dos cidadãos, suportada por direitos e por deveres indissociáveis de um feixe de responsabilidades que cabe ao Estado e aos poderes públicos assumir. Por outro lado, adoptam-se noções mais amplas e ideologicamente neutras, como a de «identidade cultural comum», bem distinta da «fé nacionalista» constante na doutrina do regime anterior. Mas uma vez enunciados estes princípios enformadores do que se poderá considerar uma política cultural democrática, faltava agora transcrevê-los para a lei ordinária e, sobretudo, para a prática governativa quotidiana.

Imediatamente após o derrube da ditadura viveu-se uma fase de radicalização e de profunda ideologização dos conflitos, de eclosão de lutas sociais e de inevitável instabilidade governativa. Não obstante, logo em Novembro de 1974 foi nomeada uma comissão interministerial de conservação do património. Esta comissão, como muitas outras então constituídas, teria poucas hipóteses de desenvolver uma acção minimamente eficaz na situação existente. No plano da orgânica do Estado era necessário romper com o passado e criar instituições renovadas. Mas a efervescência de tipo revolucionário em que o país vivia impunha outras prioridades a nível do poder ou que, pelo menos, assim eram consideradas por quem o exercia.

Apesar disto foi ganhando forma e consistência a actuação da administração em relação ao património nas suas diversas componentes. Tanto mais que surgia uma nova geração de técnicos e de especialistas, com competência e vontade para inovar e renovar. No que se refere aos arquivos, por exemplo, no início da década de 80 deram-se os primeiros passos para a construção de instalações condignas destinadas ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o arquivo central nacional. Na sua génese este estava instalado numa das torres do castelo de Lisboa destruída pelo terramoto de 1755 («tombo» significava um cadastro de propriedades e direitos). Na sequência deste evento, os documentos da Coroa e da administração régia que se conseguiram salvar foram transferidos para o Mosteiro de São Bento, onde também veio a funcionar o Parlamento com o advento do liberalismo no século XIX. Actualmente, nas novas instalações situadas na Cidade Universitária de Lisboa, inauguradas em 1990, ao arquivo régio dos primórdios juntaram-se o fundo da Inquisição, documentos medievais de mosteiros e ordens religiosas extintas, da polícia política do Estado Novo, de ministérios e organismos ofi-



O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que alberga toda a documentação histórica oficial portuguesa.

ciais, de personalidades públicas, como Salazar, e vários acervos relativos a África, ao Brasil e ao Oriente.

Os problemas neste sector dos arquivos não se resumiam só às instalações, uma vez que se herdara do passado recente enormes fragilidades no que se refere a métodos, a técnicas, ao enquadramento normativo e à definição de critérios de preservação dos documentos. O que principiou a ser suprido através de vária legislação que foi elaborada, nomeadamente a que estabelece o regime geral dos arquivos e património arquivístico nacionais (Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro), assim como de um maior investimento dos governos, inclusive nos arquivos distritais. De registar também um maior interesse e empenhamento por parte dos municípios e entidades privadas (empresas, universidades, fundações), o que explica que se registre um significativo aumento do número de arquivos existentes em todo o país: 88 em 1988, quase três centenas na década seguinte, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

A situação dos museus, incluindo os nacionais, tornara-se muito crítica nos anos após a revolução e vários encontravam-se mesmo encerrados por falta de meios, de pessoal ou por causa de outras insuficiên-

cias técnicas e científicas. No início da década de 80 foram tomadas medidas para alterar tal estado de coisas.

Em Junho de 1980 foi reaberto ao público (estava encerrado desde 1973), com duas exposições temporárias (uma sobre Columbano e outra subordinada ao tema Meio Século de Arte Portuguesa 1900-1950), o Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Painéis de São Vicente, atribuídos a Nuno Gonçalves. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.





porânea. Este foi fundado em 1911 para reunir as obras — pinturas, esculturas e desenhos — que, sendo posteriores a 1850, se encontravam no então Museu de Belas-Artes (das Janelas Verdes), cobrindo o período que vai do romantismo à actualidade. Hoje em dia, na sequência de uma intervenção projectada pelo arquitecto francês Jean Wilmotte, as suas instalações foram profundamente remodeladas e melhoradas.

O Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia também passaria por uma importante fase de reestruturação. Fundado por José Leite de Vasconcelos, insigne etnólogo e autor de obras de referência — como *As Religiões da Lusitânia* —, possui um vasto e diversificado acervo que vai desde os mais antigos vestígios da ocupação humana do território português até ao final da época romana. Urgia reorganizá-lo, assim como repensar os seus espaços e serviços. Neste momento esse museu evidencia um grande dinamismo, patente nas exposições e nas actividades que promove. Está planeada a sua ampliação.

Igualmente por esta altura entraria em execução a primeira fase das obras de beneficiação e de ampliação das instalações do Museu Nacional de Arte Antiga. Reabriu

em 1994 muito transformado, melhorando-se, significativamente, o aproveitamento do antigo palácio onde se mantém instalado e a qualidade da exposição das suas colecções. A de pintura reúne obras que vão do século XIV ao XIX, oriundas das diversas escolas europeias. Entre as portuguesas, de origem marcadamente conventual, destacam-se os famosos *Painéis de São Vicente de Fora* — do nome do convento de Lisboa onde no século passado foram descobertos —, cuja autoria é atribuída a Nuno Gonçalves (século XV). Muitas mais obras-primas nele existem, como as *Tentações de Santo Antão*, de Jerónimo Bosch — é bastante forte a presença flamenga do século XVI —, o *São Jerónimo*, de Albrecht Dürer, a *Fonte da Vida*, de Hans Holbein, e são múltiplos os autores de primeira plana, como, percorrendo os séculos, Quentin Metsys, Hans Memling, Lucas Cranach, Francisco Zurbaran, Pieter de Hooch, Fragonard, Tiepolo ou Gustave Courbet.

Não menos relevantes são as demais colecções: a de desenhos e de estampas; a de escultura, que reúne milhares de peças, na sua maioria de carácter religioso e que cobre o período que vai de finais do século XII ao início do século XIX; a de ouri-





vesaria, que abrange os mesmos oitocentos anos, cujas peças são essencialmente de feitura nacional, apesar de reunir também valiosos trabalhos devidos a artífices estrangeiros; a de cerâmica, formada por cerca de 7500 peças portuguesas e estrangeiras, incluindo muitas oriundas do Extremo Oriente; a de têxteis, composta por peças muito diferenciadas pela técnica e função, que vão do século XIV até ao XIX; a de mobiliário português de várias épocas; as designadas por orientais, que reúnem peças marcadas pelo relacionamento estabelecido, aquando dos Descobrimentos, entre os Portugueses e os povos do Oriente, onde se podem realçar os biombos japoneses de arte namban (séculos XVI-XVII). Nos últimos tempos, uma nova e empenhedora direcção tem procurado inserir este museu nos circuitos internacionais, possibilitando que nele fosse exposta, em 2006, a rica colecção de pintura doada pelo Dr. Gustav Rau à UNICEF (United Nations International Children's Emergency Fund, Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas) e estabelecendo um protocolo de cooperação com o Museu do Ermitage, de Sampetersburgo, para periodicamente serem promovidas, em Lisboa, mostras de algumas das suas imensas riquezas patrimoniais.

Ainda nos anos 80, no sentido de reunir, salvaguardar e permitir o acesso do público a alguns acervos artísticos e históricos dispersos, foram criados a Casa-Museu de Anastácio Gonçalves (em Lisboa, cujo recheio é composto por uma colecção de pintura portuguesa, porcelana chinesa dos séculos XIII a XVIII, mobiliário nacional e estrangeiro dos séculos XVII e XVIII, além de ourivesaria, têxteis, relojoaria, vidros e medalhística), o Museu D. Diogo de Sousa (em Braga, que reúne colecções de arqueologia do Norte do país e peças de arte sacra medieval, tendo-lhe ainda sido atribuída a tutela das ruínas de Bracara Augusta) e o Museu do Mosteiro de Santa

Maria da Vitória (na Batalha). Por outro lado, o Museu do Azulejo foi autonomizado em relação ao Museu de Arte Antiga, de forma a potenciar condignamente a crescente importância do seu recheio. Este museu, instalado no quinhentista Convento da Madre de Deus (Lisboa), contém um dos mais valiosos e originais acervos do património artístico português, que permite seguir a história do azulejo até aos nossos dias, ilustrada por muitos espécimes de diversos padrões e técnicas, assim como admirar magníficos painéis recuperados de igrejas desaparecidas ou de outras origens. Aliás, o próprio convento e a sua igreja são repositórios de azulejaria dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Oportunas foram também as medidas tomadas, ou pelo menos iniciadas, na área fundamental da conservação e restauro, como a reformulação do quadro de pessoal e a redefinição da orgânica do Instituto de José de Figueiredo, a elaboração de protocolos com outros serviços para formar técnicos, e outras concernentes à carreira dos profissionais dessa área. Este instituto, fundado em 1936 pelo crítico de arte e antigo director do Museu de Arte Antiga que lhe deu o nome, é a mais qualificada instituição nacional nos domínios da conservação e restauro, da investigação e da formação, o interlocutor credenciado dos seus congéneres a nível internacional e de instituições como a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e o Conselho da Europa. Passou a designar-se Instituto Português de Conservação e Restauro até ser integrado num novo organismo em 2006.

De referir que, neste mesmo contexto, o Estado interveio de forma a que a Fundação Ricardo Espírito Santo, instituição criada em 1953 e dedicada especialmente ao estudo e defesa das artes decorativas, pudesse superar a grave crise financeira com que se deparava. O que aconteceu man-



tendo-se ela em actividade, assim como o seu Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas (Lisboa).

Com a extinção da Junta Nacional de Educação — vinda da orgânica da ditadura —, em 1977, e a dissolução das comissões municipais de arte e arqueologia, abriu-se um vazio no que se refere à tutela político-administrativa das actividades arqueológicas. No ano seguinte foi criada uma comissão *ad hoc* que elaborou um Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, publicado logo de seguida. Entretanto, autarquias mais sensibilizadas para estas questões voltaram a constituir, sobre bases diferentes, comissões municipais com objectivos idênticos aos das que tinham sido dissolvidas. Mas foi com a formação, em 1980, do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), depois Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), e no quadro do seu Departamento de Arqueologia, que se avançou na descentralização das tarefas de defesa e conservação do património arqueológico, criando-se serviços regionais em três zonas do país: Norte, Centro e Sul. Por esta altura foi finalmente elaborado um Plano Nacional de Escavações, já previsto numa lei datada de... 1965 (Decreto n.º 46 349, de 22 de Maio). Em 1997 a arqueologia viria a autonomizar-se com um organismo próprio, o Instituto Português de Arqueologia (IPA).

Em 2006 a orgânica do Ministério da Cultura e dos seus serviços sofreu uma profunda alteração. No que concerne à área que aqui nos ocupa, o IPPAR deu origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGPAA), que absorveu o IPA e a pioneira Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Por sua vez, o Instituto Português de Museus (IPM) fundiu-se com o Instituto Português de Conservação e Restauro, transformando-se no Instituto dos Museus e da Conservação (IMC).

Poder-se-á dizer que, não obstante a lentidão crónica do Estado na concretiza-

ção de muitas das metas traçadas pelos governos que se iam sucedendo, as dificuldades em superar ancilosamentos estruturais e os meios escassos disponibilizados para a área da cultura, observou-se, a partir dos anos 80, como que a assunção de uma nova vontade política. Mudança também observável no que concerne à sensibilidade da sociedade global, como era provado pelo aparecimento de múltiplas associações locais ou regionais dedicadas à defesa dos respectivos legados patrimoniais, facto este incentivado por campanhas animadas pela administração central e até pelo maior interesse que o ainda emergente poder autárquico democrático começava a manifestar em relação a tais assuntos.

Em 1985 deu-se mais um passo importante na construção do enquadramento administrativo e legislativo para a protecção do património cultural, capaz de corresponder às exigências dos novos tempos. Com efeito, em 8 de Julho seria promulgada a Lei do Património Cultural (Lei n.º 13/85), emanada da Assembleia da República e votada favoravelmente por todos os grupos parlamentares. Tratava-se de um esforço sério de actualização e sistematização jurídica, dada a dispersão e, em muitos casos, a desactualização das leis existentes herdadas da I República ou do Estado Novo.

Nessa lei adoptava-se uma definição de património que incluía a noção de bens imateriais; introduziam-se novos critérios e uma nova tipologia de classificação (monumentos, conjuntos e sítios), assim como de processamento da mesma; enunciavam-se, em coerência com a Constituição, os direitos e os deveres dos cidadãos na protecção do património, quer recorrendo a institutos como a acção popular, quer organizando-se em associações; definiam-se regimes fiscais que propiciassem as tarefas de defesa do património; estabeleciam-se as formas e o regime de protecção e as responsabilidades de autarquias, de pro-



prietários ou de detentores de bens. Um capítulo definia o regime específico para o património arqueológico, contendo disposições como a da figura de «reserva arqueológica de protecção» ou a da obrigação em formular, anualmente, um plano de trabalhos arqueológicos, entre muitos outros aspectos.

Algumas vozes se elevaram contra esta lei considerando-a excessivamente estatizante e interventiva, nomeadamente no que se refere à Igreja. A verdade, porém, é que não obstante a sua eficácia ter sofrido pelo facto de nunca haver sido regulamentada, ela desempenhou um decisivo papel fundador. Diversas circunstâncias não permitiram a reciação de um clima favorável e consensual semelhante ao que esteve na génese dessa lei, pelo que foi entre acesas controvérsias técnicas e político-partidárias que, em 2001, foi promulgada uma nova lei de Protecção e Valorização do Património Cultural. Trata-se de um texto, neste momento ainda por regulamentar, que vem suprir algumas carências da legislação an-

terior e proceder a actualizações necessárias no que concerne ao conceito e âmbito do património cultural, às garantias, direitos e deveres dos cidadãos nesta matéria, às formas e regimes de protecção, à valorização, às atribuições do Estado, regiões e autarquias, aos benefícios e incentivos fiscais e, finalmente, à tutela penal e contra-ordenacional.

Diga-se, a este propósito, que a assinatura de uma nova Concordata com a Santa Sé, em 2003, transferiu para a responsabilidade directa do Estado a gestão do valioso património da Igreja Católica. Realce-se, também, a entrada em vigor, em 2004, de uma lei-quadro que, entre outros aspectos, institucionaliza a rede portuguesa de museus nacionais (120 na actualidade) e prevê um conselho, na dependência directa do(a) ministro(a) da Cultura, pelo qual, entre outras atribuições, deverá passar a credenciação dos mesmos.

Em 1976 Portugal foi admitido no Conselho da Europa, o que lhe permitiria vincular-se às principais convenções e acordos

As ruínas romanas de Conímbriga, um dos mais belos testemunhos da presença romana no território português.





Museu de Tavares Proença, em Castelo Branco.

emanados dessa organização, associando-se aos esforços desenvolvidos por ela em prol da salvaguarda e valorização do património cultural dos estados-membros, no âmbito mais geral da defesa da herança civilizacional do espírito europeu. Dez anos mais tarde, num acto decisivo para passar a ocupar o lugar que lhe cabe no concerto das nações que compõem o Velho Continente, Portugal integrava, oficialmente e como membro de pleno direito, a Comunidade Europeia. Punha-se fim ao isolamento a que o país fora condenado por quase meio século de ditadura, criavam-se as condições para se abrir à Europa e ao mundo, para projectar internacionalmente a sua identidade cultural.

Em 1982 realizou-se em Portugal a XVII Exposição Europeia de Arte, centrada no tema dos Descobrimentos e do Renascimento na Europa, permitindo mostrar e valorizar a cultura nacional, nas suas várias expressões, incluindo a do património histórico. Nove anos depois Portugal foi o país convidado do festival Europália, que se realizou na Bélgica. Graças a isto exibiram-se, no coração da Europa em construção, os mais relevantes aspectos da cultura nacional, desde a Idade Média até aos nossos dias, através de dezoito exposições: a

arte portuguesa nos séculos XII a XV, a arte indo-portuguesa, a arte na vida quotidiana no Brasil, a arte no apogeu do barroco, a sociedade e a arte no tempo das feitorias dos séculos XV e XVI, entre outros temas. Não faltaram iniciativas sobre criadores contemporâneos, como os pintores Amadeu de Sousa Cardoso, Eduardo Viana ou Vieira da Silva; entre muitas outras nos domínios da música, do teatro, da dança e da literatura.

Neste contexto da internacionalização da cultura portuguesa, devem-se ainda referir a presença imaginosa e criativa na Expo 92 de Sevilha e na 2000 em Hannover, a realização de Lisboa Capital Europeia da Cultura, em 1994, as actividades desenvolvidas no quadro das comemorações dos Descobrimentos, assim como, na sua diversidade de linguagens e particular dimensão, o grande evento que foi a Exposição Universal de 1998.

O impacto de algumas destas realizações, reforçado pelo afluxo de fundos comunitários, no âmbito de programas como o Prodiatec e o Programa Operacional da Cultura (POC) (351 milhões de euros de 2000 a 2006), ajudou a uma continuada mobilização de esforços e a que se procedesse a importantes intervenções em mo-



numentos, conjuntos e sítios. Prosseguiria a acção de requalificação de vários museus nacionais, como o Museu de Etnologia (Lisboa), que entre as suas várias colecções possui uma de arte africana muito valiosa, composta por milhares de peças; o Museu Monográfico de Conímbriga, cujo espólio provém, na sua maior parte, das escavações efectuadas nas ruínas de um dos mais valiosos sítios arqueológicos existentes em território português, a cidade romana desse nome situada perto da actual Coimbra; o Museu de Soares dos Reis (no Porto, cujo acervo é composto por pintura do século XVI à actualidade, por escultura dos séculos XIII, XIV e XIX — onde se destacam obras do artista que deu o nome ao museu —, mas também por peças de artes decorativas, joalharia, ourivesaria, cerâmica e mobiliário); o Museu de Tavares Proença (Castelo Branco, em cujo acervo se destacam peças de arqueologia de várias épocas, colecções de pintura, escultura, tecidos, bordados, mobiliário, cerâmica, numismática, utensílios e trajes regionais); o Museu do Abade Baçal (Bragança, que possui colecções de arqueologia, arte sacra, epigrafia, numismática, etnografia do

século XVIII até ao XX e pintura dos séculos XVIII e XIX); o Museu Machado de Castro (Coimbra, assente sobre um dos mais monumentais criptopórticos conhecidos do mundo romano, destacando-se, das suas valiosas colecções, a de escultura, com peças que vão da Idade Média ao Renascimento). Entre outros museus e monumentos nacionais onde há intervenções em curso, estão também o Museu dos Coches (instalado, desde a sua fundação, em 1905, no antigo picadeiro do Palácio de Belém), que reúne uma rara e preciosa colecção de carruagens e outras viaturas dos séculos XVII ao XX (existe uma extensão deste museu no Palácio Ducal de Vila Viçosa), e o magnífico Convento de Cristo, em Tomar, cuja irradiação internacional aumentaria ao tornar-se cenário de grande parte do romance de Umberto Eco *O Pêndulo de Foucault*.

Refira-se, também, a abertura de novos museus nacionais, como o Museu do Traje (inaugurado em 1977 e premiado pelo Conselho da Europa no ano seguinte) e o Museu do Teatro (1985), ambos em Lisboa. Mais recentemente (1999), num outro quadro institucional, fruto da colaboração entre

O Cromeleque de Almendres, perto de Évora.





Fachada principal do Convento de Mafra, cuja construção inspirou Memorial do Convento de José Saramago.

o Ministério da Cultura e a Fundação de Serralves, realce-se a criação do Museu de Arte Contemporânea do Porto, instalado num edifício construído de raiz segundo projecto do arquitecto Álvaro Siza Vieira, e, ainda nesses anos 90, do museu da Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, em Lisboa, dedicado à obra desses dois pintores.

Vestígios das populações mais remotas, como dólmenes ou antas neolíticas, restos de povoados (castros ou citânias); ruínas deixadas pelas civilizações que precederam a nacionalidade portuguesa — romanos, visigodos, árabes —; arquitectura religiosa: conventos e mosteiros de Cister e dos Templários, templos românicos dos paroquiais e conventuais às sés catedrais de Braga, Lamego, Porto, Coimbra, Lisboa; obras-primas do gótico, de Alcobaça à Batalha ou à Sé da Guarda, e do manuelino (transição nacional do gótico para o Renascimento), do barroco do século XVII, do *rocaille* no século seguinte (do célebre Convento de Mafra — que inspirou Saramago — à Torre e Igreja dos Clérigos no Porto); arquitectura militar, de que estão inventariados mais de 150 castelos e fortalezas, dos quais 85 monumentos nacionais;

mais de 4000 imóveis classificados a nível nacional... Tudo isto corresponde a uma riqueza patrimonial difícil de sintetizar nestas páginas e que obriga o Estado a manter um empenhamento financeiro que tem aumentado nos últimos anos: entre 1995 e

A Igreja dos Clérigos e a sua emblemática torre, no centro do Porto.





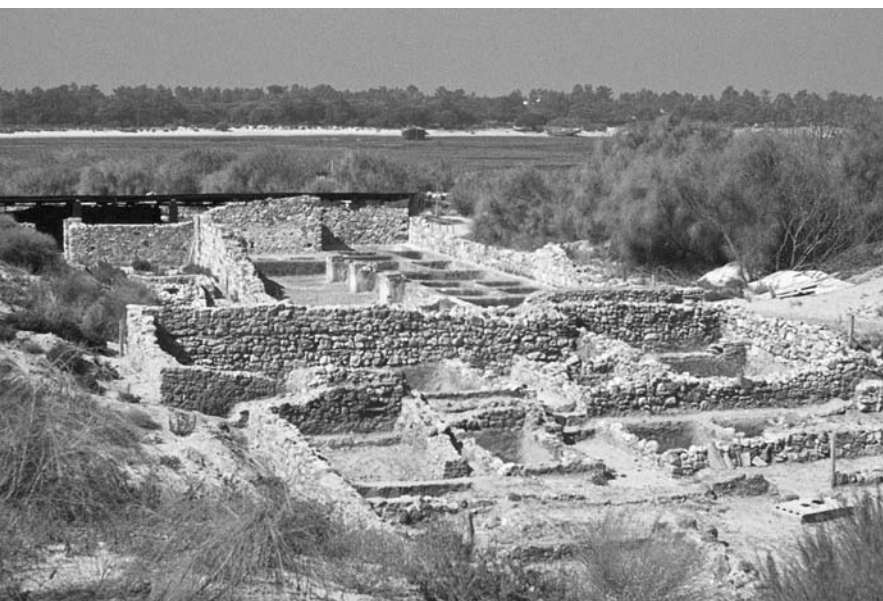
1999 correspondeu, só no orçamento do Ministério da Cultura, a cerca de 67,7 milhões de contos (sem arquivos). O IPM, para os equipamentos museológicos que tutela (29), dispôs, entre 2000 e 2006, além das dotações do Orçamento de Estado, de cerca de 26 milhões de contos do III Quadro Comunitário de Apoio. No entanto, a actual situação de crise e de contenção orçamental conduziu a uma retracção nesse empenhamento: em 2006 o orçamento do IPPAR sofreu um decréscimo, somando cerca de 42,6 milhões de euros (3,5 milhões para os serviços dependentes); o do IPM registou um aumento (26,7 milhões de euros e 11,9 para os serviços dependentes); o do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) tinha atribuídos 8,7 milhões de euros (2,9 para os serviços dependentes); o IPA contava com uns 5,3 milhões para despesas correntes e investimento.

Meios sempre escassos face ao muito que há para fazer, como a constituição de reservas nacionais, a reestruturação das actividades de conservação e restauro —

inclusive no que se refere à formação de técnicos —, sem esquecer o prosseguimento da inventariação de bens móveis e imóveis, para o que importa estreitar a colaboração entre organismos do Estado, particulares e a Igreja Católica. Ainda hoje, e por exemplo no âmbito da arqueologia, sítios pré-históricos em várias regiões do país, ou romanos, como na península de Tróia ou na ria Formosa (perto de Tavira, ruínas da cidade de Balsa, do século I a. C.), só para citar estes casos, não estão, infelizmente, devidamente protegidos nem valorizados.

Neste sentido da valorização e da protecção, após o roubo de algumas jóias da Coroa aquando de uma exposição na Holanda, avançou-se, finalmente, com a elaboração de uma Lista de Tesouros Nacionais. Ou seja, de bens que pela sua «exemplaridade única, raridade, valor testemunhal de cultura ou civilização, relevância patrimonial e qualidade artística» exigem especiais condições de conservação. Esta lista foi adoptada e publicada em 2006, compreendendo 1696 peças organizadas em

As ruínas romanas de Tróia.





Edifício do Museu de Arte Contemporânea da Fundação de Serralves.

414 conjuntos e estando, uma parte substancial delas, nas colecções dos museus Nacional de Arqueologia, de Arte Antiga e Machado de Castro.

Um acontecimento como a descoberta das gravuras pré-históricas no vale do Côa, que deu origem a vivas polémicas que ultrapassaram fronteiras, obrigou o poder político a opções de grande significado cultural, a uma actuação mais expedita e sensibilizou a sociedade civil em geral para a importância da cultura enquanto factor de desenvolvimento. Em Foz Côa foi criado um parque abrangendo a área onde se concentram núcleos diversificados de arte rupestre, há visitas guiadas e está prevista a criação de um museu, apesar de não se terem concretizado algumas expectativas mais ambiciosas quanto ao afluxo de visitantes e ao impacte dessa descoberta na região.

Diversos aspectos ilustram uma evolução positiva na relação do país e dos poderes com o património, como o ter-se consolidado, nos últimos anos, o acompanhamento arqueológico na elaboração dos planos directores municipais, e o observar-se um crescente investimento na renovação dos museus das autarquias, fundações, associações, universidades, ou até a criação de outros novos. Actualmente já ultrapassam as duas centenas os

museus existentes no país recenseados pelo INE (258, 120 integrando a rede nacional), o que permite, paulatinamente, acabar com o desequilíbrio entre a concentração de equipamentos culturais em Lisboa e Vale do Tejo e a escassez registada no resto do território.

De entre os museus privados é impossível não citar o Museu Calouste Gulbenkian (Lisboa), que reúne excepcionais colecções de pintura e escultura, tapeçarias, porcelanas de várias épocas e origens. Alguns dos mais recentes equipamentos municipais ou particulares tornam-se verdadeiros pólos de dinamização cultural, em zonas durante muito tempo carenciadas neste domínio, e não só. É o caso do Museu e Campo Arqueológico de Mértola — para citar um exemplo —, ou de outros vocacionados para a etnologia, o artesanato, os saberes e as tradições locais, como, a título de ilustração, o Ecomuseu Municipal do Seixal (1982) ou o Museu do Trabalho Michel Giacometti (1995), em Setúbal, instalado numa antiga fábrica de conservas e que já foi premiado pelo Conselho da Europa (1998).

O Museu de Arte Contemporânea da Fundação de Serralves, no Porto, tornou-se um fenómeno de impacte cultural, se se tiver em conta que, em 2005, ultrapassou a maior parte dos museus a nível nacional,



Algumas exposições do Centro de Exposições do Centro Cultural de Belém têm registado grandes êxitos no domínio da afluência de visitantes.

com 362 904 visitantes. Mas é positiva, em geral, a evolução dos indicadores referentes a outros, como o Museu Nacional dos Coches (356 322), os museus da Fundação Calouste Gulbenkian (201 655), o Museu Nacional de Arte Antiga (143 784) e o Centro de Exposições e Museu do Design do Centro Cultural de Belém (144 638).

Graças ao incremento da cooperação entre o Estado, municípios e privados através do mecenato, vários projectos têm sido viabilizados ou se anunciam cheios de potencialidades. É o caso da instalação no Centro Cultural de Belém da valiosa colecção do empresário Joe Berardo (já parcialmente exposta no Museu de Arte Contemporânea de Sintra), sobre a qual assentará, a partir de 2007, o Museu-Colecção Berardo de Arte Moderna e Contemporânea. Neste mesmo âmbito, assinala-se que vai ser construída em Cascais, com traça do arquitecto Eduardo Souto de Moura, uma Casa das Histórias e Desenhos de Paula Rego, que contará, à partida, com cento e vinte obras cedidas pela pintora.

As escolas começam a desempenhar, de forma sempre mais efectiva, o papel

que lhes cabe na sensibilização e consciencialização das novas gerações em relação à riqueza patrimonial do seu país. Facto que contribui, certamente, para que cresça de ano para ano o número de visitantes dos museus (3,8 milhões em 1984, 8,97 milhões em 2004, segundo o INE) assim como de monumentos e sítios (1,8 milhões em 1995, 2,7 milhões em 1998, segundo o último apuramento do INE).

Nesta linha se situa a evolução do associativismo dedicado à temática do património, em sentido lato, sustentado no sentido cívico de cidadãos organizados, infelizmente nem sempre devidamente incentivados e apoiados. É possível estimar em cerca de centena e meia as associações existentes a nível nacional, havendo algumas a destacar pelo seu pioneirismo, como a Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, activa desde 1909 (se bem que só com estatutos publicados em 1982), cujos membros, residentes na localidade, zelam por esse monumento que a embeleza. Releve-se, ainda, o significado do aparecimento em vários museus de grupos de amigos, por vezes bastante



activos, como é o do Museu Nacional de Arqueologia.

Entre as várias convenções subscritas e ratificadas (1979) pelo Estado democrático nesta área, encontra-se a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, da UNESCO. Desde então foi atribuída dimensão mundial e a qualidade de património da humanidade a vários monumentos e sítios ❶. Monumentos — todos classificados em 1983 — são o Convento de Cristo, em Tomar (começado a construir no século XII pelos Templários, nele se encontram plasmados estilos de vários períodos, nomeadamente o manuelino), o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha (complexo monacal dos mais ricos do ponto de vista arquitectónico, começou a ser construído em finais do século XIV e é considerado o berço do manuelino), o Mosteiro dos Jerónimos (que, mandado construir por D. Manuel I para os monges hieronimitas, no primeiro quartel do século XVI, apesar das destruições sofridas, é uma obra-prima do manuelino no seu apogeu) e a Torre de Belém (verdadeiro *ex libris* de Lisboa, fortaleza construída entre 1515 e 1521, com objectivos de defesa do porto, é considerada um dos exemplares mais típicos da arte manuelina). Quanto aos sítios, mereceram

essa distinção o centro histórico de Angra do Heroísmo (em 1983), o centro histórico de Évora (1986), o Mosteiro de Alcobaça (1989), a paisagem cultural de Sintra e o centro histórico do Porto (1996). Mais recentemente foram distinguidos as gravuras de arte rupestre do vale do Côa (1998) a floresta laurissilva da Madeira (1999), a Região Vinícola do Alto Douro (2001), o Centro Histórico de Guimarães (2001) e a paisagem dos vinhedos do Pico (2004).

Território situado no extremo ocidental da Europa, cruzamento de povos e culturas, país cioso da sua independência e identidade cujas fronteiras se mantêm praticamente inamovíveis desde o século XIII, Portugal possui, de norte a sul, do Minho ao Algarve e às ilhas atlânticas, um rico património cultural acumulado no decurso dos tempos que sofreu os efeitos de guerras, invasões, catástrofes naturais, mas também, por vezes sobretudo, as consequências da ignorância e da incúria dos seus próprios habitantes e governantes. Agora, consolidados os valores da democracia e da cidadania, tem-se recuperado muito do tempo perdido, preservando, salvaguardando e valorizando tudo o que de material e imaterial são bens de história, de memória e de cultura. Para melhor construir o futuro.

A literatura

Fernando Pinto do Amaral

Talvez o aspecto mais importante das transformações sofridas pela literatura portuguesa nos últimos trinta anos consista na perda de importância da ideia de vanguarda e no progressivo desaparecimento dos movimentos literários que marcaram o século xx até aos anos 1960/1970 (modernismo, neo-realismo, surrealismo, experimentalismo, etc.). De facto, cada escritor não se apresenta hoje como o porta-voz de uma mensagem colectiva, mas simplesmente como o detentor de um olhar pessoal, que procura exprimir o seu universo, numa atmosfera plural e marcada por algum decréscimo de confiança na leitura da história e na ideia de futuro — um futuro que nos reserva uma incógnita e que se mostra aberto a certas pulsões irracionais que voltam à superfície e se condensam, ao nível político, em conflitos nacionalistas ou religiosos que o início do século xxi veio infelizmente agravar.

Agora que se encontra já integrada (ou exorcizada) a sombra tutelar de Fernando Pessoa — que é hoje considerado um dos maiores poetas europeus do século xx —, a

paisagem poética está disseminada por um mosaico em que se destacam, por exemplo, dois autores recentemente falecidos — Sophia de Mello Breyner Andresen e Eugénio de Andrade. Este último cultivou uma depuração que o levou à expressão lírica de um erotismo que traduz um conhecimento poético da existência e tem descido cada vez mais à simplicidade do real, auscultando os elementos terrestres. Também muito depurada se apresenta a obra de Sophia, cujo rigor clássico confere limpidez e autonomia às suas palavras, fazendo-as penetrar na substância de cada sensação ou de cada objecto, numa respiração que eleva a sua linguagem acima das flutuações afectivas do «eu».

Outros nomes fundamentais da nossa poesia neste início de milénio são alguns dos sobreviventes da década de 50, que poderão dividir-se em vários sectores: por um lado, os que pretenderam revalorizar a linguagem poética, como Pedro Tamen (que joga, de forma inventiva, lúdica e lúcida, com as palavras, adivinhando-lhes um sentido e transmitindo-o de modo irónico

Fernando Pessoa



Sophia de Mello Breyner



Eugénio de Andrade





David Mourão-Ferreira



Natália Correia



Alexandre O'Neill

ou oblíquo), Fernando Guimarães (cuja poesia se abre a uma dimensão estética, auto-reflexiva e simbólica) ou Fernando Echevarría, permeável a um apelo metafísico no rendilhado neo-barroco dos seus versos; noutros poetas agudizou-se uma consciência trágica da existência, carregada de memórias (António M. Couto Viana, Raul de Carvalho, José Bento), enquanto um lirismo erótico surgia, por exemplo, em Alberto de Lacerda ou no malogrado David Mourão-Ferreira, autor cuja oficina poética se sustenta numa força emocional que ultrapassa em muito a faceta amorosa que em geral lhe é associada.

Quanto às heranças do surrealismo, além de Natália Correia e Alexandre O'Neill (que ocupou um lugar único pelo modo como soube retratar com ironia corrosiva mas enternecida as peculiaridades portuguesas), deve sublinhar-se o nome de Mário Cesariny de Vasconcelos, recentemente falecido, cuja escrita oscila entre um registo sarcástico ou de paródia face às convenções sociais e um lirismo amoroso de recorte bretoniano, embora de perfil homossexual. Já sem qualquer ligação a este movimento se situa a magnificente obra de Herberto Helder, neste momento reconhecido como um dos nossos maiores poetas vivos, cujos textos cortam o fôlego ao leitor graças à energia das imagens e das metáforas, deixando-o à mercê de uma linguagem simultaneamente alquímica e vulcânica.

E assim chegamos aos anos 60, período em que é possível identificar três grandes linhas na poesia portuguesa: uma delas configura-se na luta política (sobretudo estudantil) contra o regime de Salazar. Nesta tendência (muitas vezes musicada através de canções de protesto) salientam-se as obras de Manuel Alegre e Fernando Assis Pacheco — o primeiro mais clássico e o segundo mais auto-irónico; a segunda corrente («poesia experimental») proclamava a necessidade de uma pesquisa linguística a nível fonético, morfo-sintático ou mesmo gráfico, na linha da poesia concreta brasileira (casos de Ana Hatherly, E. M. Melo e Castro ou Alberto Pimenta); finalmente, avultaram as propostas agrupadas sob o conjunto de *plaquettes* Poesia-61, influenciadas pelas obras de Sophia, Eugénio de Andrade e por outro autor ainda muito prolífico nos nossos dias, António Ramos Rosa, cuja poesia corresponde a uma poética e se define por uma constante interrogação das relações entre o real e a linguagem. Deste modo, a atitude dos poetas de 61 (Gastão Cruz, Fiama Hasse Pais Brandão, a já malograda Luiza Neto Jorge, além de Casimiro de Brito e Maria Teresa Horta) atribuía grande ênfase à linguagem e caracterizava-se por uma desconfiança perante as convenções de um subjectivismo na altura sentido como demasiado sentimental.

Este pendor para a rarefacção do sentido não subsistiu na escrita dos poetas de



Fernando Assis Pacheco



Ruy Belo



Al Berto

61 ou dos seus próximos (p. ex. Armando Silva Carvalho), vindo a desembocar em estilos mais fluentes, como veio a acontecer com Fiamma ou Gastão Cruz — Fiamma apostando numa «metafísica humilde» e Gastão mais disfórico, com uma atitude por vezes melancólica e ultimamente seduzida pela revisitação da infância. De qualquer modo, começou a gerar-se a partir da década de 70 uma certa renovação, talvez mais sensível após a revolução de 25 de Abril de 1974, mas não apenas derivada da mudança política. Tal viragem pode ser parcialmente compreendida em função de uma certa asfixia do lirismo ou do recalçamento da subjectividade, fenómeno que chegara a provocar um complexo de inferioridade do coração em face do intelecto. As causas têm raízes amplas, mas o facto é que alguns autores regressaram a uma efusão lírica mais próxima de uma experiência partilhável com o leitor. Tal regresso vinha já sendo antecipado por Ruy Belo (morto em 1978), a cujos textos foram alguns jovens poetas colher, por um lado, um fôlego discursivo capaz de lidar com os grandes temas do amor, do tempo ou da morte e, por outro lado, um à-vontade coloquial ligado às emoções do quotidiano.

Perante a multiplicidade de valores desde então divulgados, parece tarefa inglória qualquer esquematização de temas ou motivos atribuíveis em conjunto aos poetas. Em todo o caso, começaria por citar a reve-

lação tardia e discreta de António Osório: cultor de um estilo humilde e rente às coisas naturais e humanas, também ele veio a ser relevante na renovação ocorrida nos últimos trinta anos, protagonizada por vozes hoje em dia já consagradas, como as de Nuno Júdice (talvez o mais prolífico e traduzido poeta desta geração, cujos textos re integram de modo muito criativo numerosas tradições literárias, num processo por vezes contaminado por uma ironia que vampiricamente se alimenta desses códigos e produz belíssimos resultados), João Miguel Fernandes Jorge (que vagueia ao sabor de uma memória circunstancial e se dispersa pelos mil fragmentos de um quotidiano sobre o qual vai reflectindo), Vasco Graça Moura (encarando a realidade sob um permanente véu de ironia, melancolicamente apta a recuperar uma atitude maneirista e carregada de referências culturais), Joaquim Manuel Magalhães (que, além de um intenso poeta lírico, tem representado uma das vozes críticas de maior relevo) ou ainda o já desaparecido Al Berto, cujo narcísico *pathos* homossexual se alarga numa fecunda imaginação onírica e em reminiscências eróticas em que o sentido do excesso alterna com a mais profunda melancolia.

Apesar desta recuperação da experiência humana, a poesia actual mantém-se ciente das questões da (in) comunicabilidade da escrita e da sua (in) adequação ao real. Basta ver um caso tão notável como o



de António Franco Alexandre, portador da inquietação de uma fala por vezes suspensa num quase-silêncio em que o que fica dito se subentende de modo subtil.

Seja como for, diversas linhas de rumo se poderiam ainda traçar na poesia mais recente, alguma já revelada nas décadas de 80 e 90: uma delas assume contornos neo-expressionistas em que o essencial tem a ver com a intensificação do sentido no texto. Aí se situam os dilacerantes percursos eróticos de Isabel de Sá, Fátima Maldonado, Eduardo Pitta, Helga Moreira, Fernando Luís Sampaio ou, *last but not the least*, Luís Miguel Nava (assassinado em Bruxelas em 1995), que em poucos anos construiu uma obra escassa mas plena de coerência e densidade, veiculando um imaginário pessoal fortemente erótico. Uma tendência mais suave tende a evocar memórias de um passado afectivo algo tranquilo ou cicatrizado, exprimindo-se por exemplo nas obras de Hélder Moura Pereira, João Camilo dos Santos ou Miguel Seras Pereira, mas também no alcance elegíaco que atravessa a poesia de Paulo Teixeira, ocupada num exaustivo «inventário» da herança cultural do Ocidente.

Um regresso brilhantemente conseguido a formas legadas pela tradição lírica portuguesa é o que se verifica na linguagem sóbria mas intensa de Luís Filipe Castro Mendes, enquanto Manuel António Pina realiza, por sua vez, a reactualização de um labirinto reflexivo de recorte pós-pessoano. José Agostinho Baptista faz ecoar a sua voz mágica e deambulatória por um universo de recorte mexicano ou madeirense e Ana Luísa Amaral (uma das melhores vozes femininas mais recentes) mostra-nos o seu olhar terno, mas impiedosamente lúcido, sobre um quotidiano positivamente banal ou familiar. Outra mulher, Maria do Rosário Pedreira, tem vindo a destacar-se por um lirismo próximo da experiência do sofrimento, da solidão e do abandono amoroso. Uma sensibilidade di-

ferente é a que encara a poesia como reacção satírica à sociedade, utilizando um humor e uma ironia por vezes próximos do *nonsense* — vejam-se os casos de Jorge de Sousa Braga, em que essa vertente humorística se alia a uma certa dose de ternura, ou de Adília Lopes, cuja poesia joga com a sabotagem de alguns valores tradicionais, desconstruindo-os de um modo perversamente infantil.

A diversidade destes nomes não esgota, no entanto, um panorama poético onde ressaltam autores tão diferentes como Manuel Gusmão (com o seu discurso tenso e por vezes quase orquestral), Carlos Poças Falcão, Jorge Fazenda Lourenço, António Manuel Pires Cabral, Eduardo Guerra Carneiro, Gil de Carvalho, Teresa Rita Lopes, Inês Lourenço, Rosa Alice Branco, Laureano Silveira, António Cabrita, António Mega Ferreira, Francisco José Viegas, Jaime Rocha ou as recentes revelações de uma novíssima geração que surgiu em força já no dealbar do século XXI. Um fenómeno recente e interessante — talvez consequência da mudança de milénio — consistiu na publicação de diversas antologias, de que saliento apenas duas, aliás motivando alguma polémica: *Anos 90 e agora*, vinda a lume em 2001 pela mão de Jorge Reis-Sá, e *Poetas sem Qualidades*, editada pelo poeta Manuel de Freitas em 2002. Uma tentativa de sistematização foi, enfim, levada a cabo em 2002 por José Ricardo Nunes — também ele um autor da mesma geração — no ensaio *9 Poetas para o Século XXI*, em que dedica capítulos individualizados a Luís Quintais, Paulo José Miranda, Pedro Mexia, João Luís Barreto Guimarães, Carlos Bessa, Rui Pires Cabral, Jorge Gomes Miranda, Daniel Faria e José Tolentino Mendonça.

No domínio da prosa narrativa, um dos dados curiosos da situação portuguesa corresponde ao número de poetas que se deixam seduzir pela ficção, alcançando por vezes excelentes resultados. Desde os



Vitorino Nemésio



Jorge de Sena



Agustina Bessa-Luís

já clássicos *Mau Tempo no Canal* (1942), de Vitorino Nemésio, *Finisterra* (1978), de Carlos de Oliveira, e *Sinais de Fogo* (1979, póstumo), de Jorge de Sena, até ao relativamente recente *Um Amor Feliz* (1986), de David Mourão-Ferreira, muitos são os casos em que o género lírico se prolonga no narrativo: foi o que sucedeu com Yvette K. Centeno, Ana Hatherly, com os magníficos contos de Sophia de Mello Breyner ou com as obsessivas prosas de Herberto Helder. Outros poetas também enveredaram num ou noutro momento pela narrativa — Nuno Júdice, Vasco Graça Moura, Armando Silva Carvalho, João Miguel Fernandes Jorge, Al Berto, Luís Filipe Castro Mendes ou Fernando Assis Pacheco —, mas o problema da separação entre os géneros literários continua a colocar-se em alguns textos contemporâneos difíceis de classificar segundo os modelos tradicionais. Se nos lembrarmos de um escritor algo hermético como Rui Nunes ou da obra de Maria Gabriela Llansol, verificamos que fazem estilhaçar quaisquer fronteiras entre o que designamos por ficção, ensaio, diário, poesia, memórias, etc. No que toca a esta autora, estamos perante um magma de vozes que dialogam umas com as outras, convergindo para um caudal cuja beleza progride através de «ce-nas-fulgor» que irradiam uma energia própria e que se repercutem por tempos, lugares e figuras capazes de gerarem uma harmonia para lá do humano.

Talvez menos inovadores quanto à estrutura, mas sem dúvida fascinantes e detentores de grande lucidez quanto à natureza humana e às forças que a movem, são os romances de uma figura central dos nossos dias, Agustina Bessa Luís. Atraída por atmosferas e personagens magistralmente recriadas por uma escrita aberta ao segredo que parece movê-las entre os fios das enigmáticas histórias em que se enredam, os livros de Agustina são portadores de um sopro irracional, expresso numa linguagem que tece sabiamente a sua teia sem fim, ao sabor de fulgurações da memória e da imaginação, que se desdobram em luminosos aforismos, cheios de um *Witz* muito especial, um espírito que observa o lado trágico mas também irrisório das relações afectivas e das paixões que comandam os actos decisivos das personagens.

Num plano diferente se colocaram os livros de Vergílio Ferreira, que, partindo das preocupações existencialistas dos anos 50, encontrou o seu caminho graças a uma escrita por onde perpassa a «angústia universal e metafísica» de que falava Hermann Broch. A situação-limite das suas obras coloca-nos perante a vida e a morte, perante o monólogo de um homem no limiar dessa evidência, face a face consigo mesmo. Num mundo desertado por Deus (que faz sentir a sua ausência), o refúgio dos protagonistas de Vergílio Ferreira reside na força de um amor capaz de resistir a



Vergílio Ferreira



José Cardoso Pires



António Lobo Antunes

tudo, fora do tempo e do espaço, na eternidade de uma memória onde surgem idealizadas as imagens de mulheres sempre um tanto irreais ou inacessíveis, mas por isso mesmo projectadas num horizonte que resgata o conjunto da existência.

Também oriundo dos anos 50, Urbano Tavares Rodrigues encontra-se no cruzamento das influências da filosofia existencialista e da orientação marxista que moldou a sua visão do mundo, mesclando na sua obra pulsões eróticas e políticas, enquanto Augusto Abelaira explorou as circunstâncias da vida quotidiana graças a um subtil humor e a um sentido reflexivo muito lúdico e acutilante, problematizando algumas grandes questões contemporâneas. Ainda no âmbito desta geração, devem apontar-se duas autoras importantes a partir dos anos 50: Maria Judite de Carvalho, com a sua arte pessoalíssima para dar conta de um universo feminino em que melancolicamente se saboreia um sofrimento íntimo, discreto, quase silencioso; e Fernanda Botelho, mais voltada para o exterior e para uma análise por vezes implacável de certas máscaras ou hipocrisias sociais.

Um dos maiores escritores da segunda metade do século xx foi José Cardoso Pires. Detentor de uma escrita contida e cirúrgica, avessa ao derrame sentimental e à profusão de adjectivos, Cardoso Pires foi influenciado pelo dinamismo de alguma narrativa norte-americana e soube aliar, de

modo inédito entre nós, uma técnica desenvolvida da montagem e da elaboração romanesca — com uma boa noção dos diálogos — a uma fulgurante capacidade para retratar com fino sentido de humor certos comportamentos ou mudanças sociais das últimas décadas, com destaque para uma acerba crítica do marialvismo português.

Num terreno não muito afastado se situou a obra prematuramente interrompida de Nuno Bragança: dando-nos um roteiro das expectativas, medos, entusiasmos ou conflitos de uma geração marcada pelo questionar do catolicismo, o romance *A Noite e o Riso* (1969) subsistiu como um sinal da época atravessada pelo país pouco antes do 25 de Abril.

Tendo-se revelado há várias décadas como poeta, dramaturgo e ficcionista, José Saramago constitui um caso à parte na novelística contemporânea, culminado com o Prémio Nobel da Literatura em 1998. Foi sobretudo a partir de 1982, com *Memorial do Convento*, que a sua escrita ganhou um impulso decisivo, espalhando-se segundo uma linha de subversão dos dados históricos, num processo em que personagens aparentemente comuns adquirem papéis ou poderes relevantes e em que os pontos de vista do narrador se fundem com os dessas personagens, por vezes carregadas de um estranho magnetismo. Os romances de Saramago partem geralmente de ideias originais e muito imaginativas em que a verosimilhança realista flutua até



José Saramago, galardoado com o Prémio Nobel da Literatura de 1998.

mergulhar no fantástico, num ritmo que mistura elementos coloquiais e quase barrocos, muito peculiares ao seu estilo.

Outro autor que tem obtido êxito junto de um largo público internacional é António Lobo Antunes, cujos textos espelham uma variada gama de experiências sexuais, políticas ou simplesmente humanas, colhidas na memória da guerra colonial africana, na prática clínica psiquiátrica ou numa imaginação que se afirma com exuberância metafórica, numa tendência para o excesso que tanto cai em efeitos de caricatura como alcança uma brilhante penetração psicológica das personagens, geralmente pertencentes a mundos de recorte céliniano, por vezes degradados ou viciosos, mas reflectindo um universo tipicamente português. Nos últimos anos adensou-se a penetração no interior das personagens, graças à plasticidade de uma escrita herdeira de Faulkner e próxima de fluxos inconscientes.

Também subvertendo os modelos narrativos tradicionais escreveram Ruben A., João Palma-Ferreira, Álvaro Guerra ou Dinis Machado, enquanto, pelo contrário, outros autores permaneceram fiéis a um neo-realismo que assim evoluiu e aproveitou certas aquisições estilísticas mais recentes — por exemplo, Orlando Costa, Mário Ven-

tura, Alexandre Pinheiro Torres, Manuel Tiago (pseudónimo do dirigente comunista Álvaro Cunhal), A. Rebordão Navarro ou, já noutra plano, Armando Baptista-Bastos, que tem explorado um universo basicamente lisboeta, recortado num fundo colectivo por onde passa a evolução social do país. Noutra pólo político se situaram as experiências ficcionais de António Alçada Baptista, cuja escrita ilumina uma aprendizagem interior cuja componente religiosa manifesta vestígios autobiográficos.

Dois casos notáveis de prosadores surgidos nos anos 60 e aplaudidos pelas inovações da sua escrita são Almeida Faria e Maria Velho da Costa: enquanto no primeiro deparamos com a exploração de densos monólogos interiores e de diferentes ângulos de visão das personagens, tentando repensar as bases de alguns mitos portugueses como o sebastianismo, em Maria Velho da Costa ocorre uma complexa elaboração textual intensificada graças ao cruzamento de diferentes registos de linguagem, arrastando a escrita por zonas cegas e alucinadas onde a loucura acaba por conseguir uma cirúrgica clarividência na percepção do universo e do seu aparente absurdo. Foi talvez esta autora a que mais longe levou os processos de desconstrução da escrita típicos dos anos 60 e 70, num discurso ren-



te ao fluxo do pensamento e às suas pulsões mais inconscientes.

Tem sido Maria Velho da Costa a mais poderosa vocação narrativa de entre as «três Marias», um grupo também integrado por Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno, que deu à estampa em 1972 as célebres *Novas Cartas Portuguesas*, livro que constituiu a afirmação de uma atitude feminista nessa época causadora de escândalo pela sua carga erótica, mas depois aceite e incorporada nas posições de autoras mais novas. Enquanto Teresa Horta tem publicado textos marcados pelo erotismo, Isabel Barreno move-se num território de observação sociológica com ocasionais intromissões no fantástico.

Talvez na sequência desse livro e de algumas ficcionistas mais antigas que funcionaram como precursoras (Graça Pina de Moraes, Isabel da Nóbrega, Luísa Dacosta, Maria Ondina Braga ou Natália Nunes), é importante sublinhar o aparecimento de diversas escritoras a partir dos anos 80: aí ressalta a intensidade do discurso de Lídia Jorge, indo beber parte da sua força a mitos populares. Saudada desde 1980 como uma das grandes vocações literárias das últimas décadas, Lídia Jorge evoluiu desde essa fase inicial, próxima de um realismo mágico em ambientes rurais algarvios, para histórias ligadas aos problemas da sociedade actual, passando por um romance que descreve a Guerra Colonial através do olhar das mulheres dos oficiais portugueses. Importante é também a riqueza simbólica inerente ao ângulo de visão feminino de Teolinda Gersão, ao explorar, por exemplo, o universo das relações humanas e da tensão entre os dois sexos. Numa escrita feita de reminiscências lacunares sobrepostas na memória, as suas narrativas compõem um quadro por vezes melancólico dos afectos humanos, numa escrita fiel à respiração do seu tempo subjectivo. Quanto a Hélia Correia, tem conseguido recriar um mundo mágico e ritualizado, on-

de as personagens parecem recuperar as vivências de uma ruralidade misteriosa e carregada de uma simbologia sexual, que a têm aproximado quer da poesia, quer da literatura fantástica, numa atmosfera por vezes próxima da loucura.

Duas autoras consideravelmente prolíficas têm sido Clara Pinto Correia e Luísa Costa Gomes: a primeira mantém um assíduo ritmo de publicação, entremeando obras científicas (biologia, embriologia), livros infantis, crónicas, etc., num caudal discursivo que toma o pulso a um certo Portugal posterior às mudanças de 1974. Luísa Costa Gomes individualiza-se pelo tom céptico com que descreve pensamentos e emoções, vividos quase como jogos de linguagem, sob uma inteligente ironia reflexiva, numa atitude que parece filosoficamente próxima de Wittgenstein. *Nunca nada de ninguém* (1991) é o título de uma sua peça de teatro e pode apontar-se como paradigma da posição de quem já não se ilude com quaisquer soluções para os problemas contemporâneos.

No diversificado panorama actual avulta o denso e obsessivo trabalho literário de Mário Cláudio, apostado em conciliar o virtuosismo da escrita e a rigorosa fidelidade aos dados biográficos de que se serve. Também poeta e dramaturgo, Mário Cláudio tem publicado sobretudo ficção narrativa, construindo uma obra notável que, sem perder de vista um apurado sentido estético, se tem deixado regularmente seduzir pelo romance histórico.

Outro percurso extremamente singular é o de Mário de Carvalho, num domínio pessoal onde mistura a reflexão filosófica, a abertura ao fantástico, a paródia e uma eficaz dimensão satírica face às contradições do nosso tempo. Revelado em 1981 como um exímio contista, este autor destaca-se como uma das nossas vozes mais estimulantes, explorando uma fértil imaginação, sempre aliada à ironia. Cultivando o romance histórico ou a desconstrução dos rituais



quotidianos, Mário de Carvalho analisa com um humor subtil e queirosiano algumas realidades da sociedade portuguesa contemporânea.

Dois autores entretanto despertados para a narrativa foram Hélder Macedo e Paulo Castilho: no primeiro caso, estamos perante alguém já antes consagrado no ensaio e na poesia, mas que nos anos 90 nos deu narrativas que interpelam os dilemas de personagens da história portuguesa recente. Quanto à escrita de Paulo Castilho, rejeitou um peso retórico tradicional e adoptou um estilo mais linear, contando histórias por vezes ligadas à sua experiência de diplomata e ao seu conhecimento do mundo.

Noutro registo se situa a prosa de João de Melo, que se tem distinguido pela evocação das memórias da guerra nas ex-colónias africanas, mas também pela emocionada recuperação da realidade açoriana.

Poderiam ainda citar-se o impulso contestatário geracional de Eduarda Dionísio, a interrogação da identidade nacional e da «saudades» portuguesa levada a cabo por Fernando Dacosta, o universo regionalista de A. M. Pires Cabral ou Bento da Cruz, os imaginativos romances históricos de Fernando Campos ou João Aguiar — precursores da actual voga deste género ficcional —, a elegância cosmopolita e *blasée* de Amadeu Lopes Sabino ou António Mega Ferreira, a escrita sóbria e discreta de Teresa Veiga, a sensibilidade assumidamente homossexual de Guilherme de Melo, o olhar feminino de Olga Gonçalves ou de Wanda Ramos, ou ainda vozes tão singulares como as de Júlio Moreira, J. Viale Mouzinho, Américo Guerreiro de Sousa ou José Manuel Mendes. Finalmente, lembraria alguns textos inclassificáveis, por vezes situados perto do inconsciente, como os de José Amaro Dionísio, Silvina Rodrigues Lopes ou Jaime Rocha, que perturbam os códigos narrativos e mantêm viva uma atitude de vanguarda.

E eis-nos chegados à etapa final desta viagem, com obras ainda em formação, que marcam o início do século **xxi**. Mais cosmopolitas e menos presos aos grandes temas da identidade nacional que preocuparam gerações antecedentes, estes novos escritores situam-se numa perspectiva histórica em que as mudanças políticas de 1974 foram absorvidas e integradas no quotidiano de um país democrático europeu, como é Portugal nos nossos dias, escrevendo já descomplexados e em pé de igualdade com os seus congéneres de outros países europeus.

Estamos, portanto, em face de autores que reflectem as influências de um ambiente cultural aberto ao exterior, dialogando com as literaturas estrangeiras mais conhecidas — sobretudo as anglo-saxónicas hoje dominantes, mas também a espanhola ou hispano-americanas, a francesa, a brasileira, a alemã, a italiana, as africanas, etc. — e integrando tudo isso numa visão do mundo que, sem deixar de ser portuguesa, se inscreve no quadro de uma vocação universal, de resto acentuada pelo irreversível processo da globalização. Tal diálogo estabelece-se igualmente com outras artes e formas estéticas às quais a literatura se mostra hoje permeável — o cinema, a televisão, a banda desenhada, o vídeo, o jornalismo, a publicidade, etc.

É nesta atmosfera já claramente pós-moderna ou de realismo urbano que têm florescido algumas das propostas novellísticas dos últimos tempos, podendo citar-se os casos de Pedro Paixão — cujos textos se apoiam num estilo fragmentário, com histórias quase sempre amorosas, emocionalmente intensas —, Inês Pedrosa — que tem traçado um mapa dos afectos contemporâneos, revelando uma sabedoria intuitiva e por vezes aforística das relações humanas, sobretudo quanto ao tema da intimidade entre os dois sexos —, Rui Zink — cujo discurso reflecte com humor e desenvoltura algumas idiossincrasias do Por-



tugal contemporâneo —, Jacinto Lucas Pires — perseguindo fragmentos do quotidiano e mostrando uma boa técnica descritiva, quase cinematográfica —, Possidónio Cachapa — que surpreendeu o público e a crítica pela densidade de algumas personagens — ou Julieta Monginho, construindo uma notável obra narrativa, por vezes ligada aos meios judiciais.

Num pólo quase oposto se tem desenvolvido o itinerário ficcional de José Riço Direitinho, que tem reatualizado de um modo pessoal as experiências de uma ruralidade perdida, recuperando saberes ancestrais e transmitidos de geração em geração. Sem essa marca rural, mas dentro de um universo algo mágico, podem situar-se as obras narrativas de Abel Neves ou o romance de estreia de Henrique Monteiro — revisitação pessoal da Beira Alta, onde o protagonista reconstitui a história da sua vida —, assim como a fulgurante revelação de José Luís Peixoto, que rapidamente se notabilizou como detentor de uma escrita cuja intensidade atinge por vezes um plano quase alucinatório.

Igualmente perturbadores são os romances da autora madeirense Ana Teresa Pereira, de Dulce Maria Cardoso ou de Mafalda Ivo Cruz: enquanto a primeira, na linha da britânica Iris Murdoch, delimita um microcosmo carregado de presságios e segredos que ficam por desvendar, em Mafalda Ivo Cruz é o movimento da escrita a desencadear um lastro de memórias cujo caleidoscópio interior se concentra em certos momentos-chave de narrativas que fogem a um encadeamento linear.

No campo do romance histórico ou similar — hoje muito procurado pelo público — podem referir-se Francisco Duarte Mangas, Pedro Almeida Vieira, Miguel Real, Cristina Norton, Pedro Canais, Paulo José Miranda, José Manuel Saraiva ou José Rodrigues dos Santos, enquanto o género policial surge recuperado por Miguel Miranda e sobretudo por Francisco José Viegas, ao

longo de romances que extravasam essa faceta e observam com ironia todo o panorama da sociedade portuguesa. Convirá ainda não esquecer o impacto que tiveram duas revelações vindas da área do jornalismo — as de Filipa Melo, com uma escrita segura, e de Pedro Rosa Mendes, que no romance *A Baía dos Tigres* (1999) transfigura literariamente uma viagem capaz de nos fornecer o retrato de uma certa África contemporânea.

Destaque-se ainda o recente surgimento de um outro jornalista, Miguel Sousa Tavares, no domínio do romance — oferecendo-nos em *Equador* (2003) o relato de uma história bem alicerçada no ambiente dos finais da monarquia —, bem como de Frederico Lourenço, que nos deu uma notável trilogia de romances em que retrata o ambiente académico com lucidez e desenvoltura narrativa, abordando-o à luz da homossexualidade de algumas personagens. Finalmente, tem sobressaído já neste século a forte presença de Gonçalo M. Tavares, que em poucos anos se afirmou decisivamente nos domínios da ficção, da poesia e de outros géneros literários.

Um fenómeno mais sociológico do que estritamente literário da viragem do milénio consistiu no aparecimento de uma tendência conhecida por literatura *light* ou *pop*: trata-se de romances concebidos para um consumo rápido, cujas histórias captam um público que nelas procura algum entretenimento. A pioneira a afirmar-se nesse campo foi Rita Ferro, autora de obra já vasta, tendo-se-lhe seguido Margarida Rebelo Pinto e Maria João Lopo de Carvalho, entre outras.

Refira-se ainda a escrita bem arquitetada de certas vozes femininas recentemente surgidas na nossa literatura, contando-nos por vezes apaixonantes sagas familiares — casos de Rosa Lobato de Faria, Helena Marques ou Luísa Beltrão —, o humor corrosivo daquele que foi um lúcido cronista da sociedade portuguesa dos anos 80 e 90, Miguel Esteves Cardoso, a



Jacinto Lucas Pires



José Luís Peixoto



Gonçalo M. Tavares

inspiração subtilmente queirosiana de Fernando Venâncio, a fértil imaginação romanesca de Catarina Fonseca ou ainda muitos outros nomes que têm contribuído para alargar a riqueza e a diversidade da actual literatura portuguesa, por vezes não apenas no domínio da ficção narrativa, como Maria de Fátima Borges, António Cabrita, F. Cabral Martins, Luís Carmelo, Ernesto Rodrigues, José Dinis Fidalgo, Laura Gil, Ana Nobre de Gusmão, Alberto Oliveira Pinto, José António Saraiva, Miguel Viqueira, António Vieira, Leonel Brim, Leonor Xavier, Fernando Fonseca Santos, Isabel Cristina Pires, António Manuel Venda, Miguel Raimalho Santos, Maria João Lehning, Rui Miguel Saramago, José Pinto Carneiro, Dóris Graça Dias, Manuel Jorge Marmelo, Rodrigo Guedes de Carvalho, Domingos Amaral, João Rosas, Patrícia Reis, etc.

Não havendo espaço para abordar o ensaísmo literário — no qual destacaria, apesar de tudo, nomes como os de Eduar-

do Lourenço, José Gil ou Eduardo Prado Coelho, entre muitos outros —, gostaria de concluir sublinhando a actual vitalidade da literatura portuguesa: na multiplicidade das suas vozes, ela continua a exprimir os desafios, as seduçãoes ou os problemas de uma sociedade que mudou muito nas últimas décadas, embora ainda mostre índices de leitura comparativamente baixos no contexto europeu. Seja como for, é plenamente integrada nesse contexto que ela se abre ao terceiro milénio, com essa espécie de *verdade incerta* que de vez em quando sabe transmitir aos que a lêem, com uma força que vive de tudo o que nas suas palavras somos capazes de projectar, com os nossos desejos, os nossos medos, os nossos sonhos mais recônditos ou as nossas angústias mais inconfessáveis — enfim, todas as emoções que alimentam o mistério de cada leitura e prolongam o texto nesse território desconhecido e sempre novo que é o olhar de cada leitor.

A arquitectura

José Manuel Fernandes

Transformações com o 25 de Abril de 1974

A partir do processo de transição democrática de 1974-1976, pode dizer-se que a arquitectura portuguesa foi dos campos da actividade nacional que soube traduzir ou reflectir de modo claro e intenso a nova abertura de Portugal ao exterior — num contraste, esse sim, culturalmente «revolucionário», com a situação do meio século anterior.

De facto, nesta área com vastas implicações políticas e sociais, foram inúmeras as novas tendências e as transformações profundas que se operaram — e acentuaram já na década de 80 — com o percorrer de renovados caminhos e plurais áreas (e geografias) de actuação, com a crescente diversidade de linguagens plásticas, com o gradual internacionalismo dos autores e suas obras, e ainda com as inovadoras e criativas atitudes perante o espaço, a cidade e o território.

Falar do pós-25 de Abril de 1974 implica referir em primeiro lugar o original processo de autoconstrução de habitação colectiva para os grupos mais pobres da sociedade, apoiado pelos novos governos desejadamente socialistas, e conhecido em Portugal como «Operações das Brigadas SAAL».

Seguindo as tendências arquitectónicas contemporâneas, sejam as de cariz neo-racionalista/rossiano (Porto: São Vitor, por Siza Vieira; Lisboa: Quinta do Bacalhau, por Manuel Vicente; Quinta das Fonsecas, por Hestnes Ferreira) ou as de expressão neovernacular (Alto do Moinho, Alfragide, por Silva Dias; Antas, no Porto, por Pedro Ramalho), ou mesmo de procura mais contextualista/territorial (em Setúbal, por Gonçalo Byrne), todas estas acções de fundo social-colectivista, métodos político-socio-

Malagueira, bairro de habitação cooperativa em Évora, projecto de Siza Vieira, 1978-1998.





logistas e preocupação antropológico-culturalista marcaram, ao menos simbolicamente, um tempo de mudança, entre 1974 e 1976. Abortado em 1976-1977 pela nova directriz política anticomunista, a experiência SAAL compensou em parte a classe dos arquitectos pela crise profunda de falta de trabalho e desemprego que se seguiu a 1974, e foi uma experiência única no renovar da relação com a construção, o cliente e a cidade.

No final da década de 70 e inícios da de 80, depois do regresso maciço de muitos profissionais de arquitectura das ex-colónias africanas, uma nova frente de actividade arquitectónica despontou no Extremo Oriente, com a retoma da actividade económica e desenvolvimentista da China, sediada no território sob a secular administração portuguesa de Macau.

E, do «lado de cá» dos oceanos, em escala mais reduzida, uma crescente actividade edificatória, sobretudo dos equipamen-

tos e espaços públicos, despontou nas ilhas atlânticas da Madeira e Açores, sob a égide dos novos governos regionais, dotados de autonomia alargada e ansiosos por recuperar o enorme atraso civilizacional (sobretudo depois da importante acção de reconstrução da cidade de Angra do Heroísmo, na sequência do terramoto de 1980). Nestes arquipélagos foram assim surgindo, ao longo da década de 80, os primeiros autores de geração insular, como João Francisco Caires (Madeira), ou João Maia Macedo e Paulo Gouveia, nos míticos Açores.

Também foi crescendo, no Portugal ibérico, adentro da «provincia profunda» do interior, nas cidades do Nordeste às Beiras e ao Alentejo, uma nova actividade edificatória, mercê de uma recente geração de arquitectos aí nascidos e depois profissionalmente aí sediados (é exemplar o caso de Trás-os-Montes, com o novo grupo de arquitectos sediados em Vila Real, formando na década de 80 o ateliê Pioledo, liderado por António Belém Lima). Este fenómeno, apoiado em novo investimento privado local mas sobretudo dinamizado depois da integração portuguesa na União Europeia (UE), levou a transmigrações de muitos arquitectos e empresas ligadas à construção. Assim, pouco a pouco, as pequenas cidades lusitanas foram ganhando os seus arquitectos, vivendo e habitando na comunidade urbana local.

Uma verdadeira comunidade autónoma de autores residentes (vindos da ex-África portuguesa, de Angola e Moçambique, ou do Portugal em plena crise de desemprego nos inícios dos anos 80) foi surgindo em Macau, e perdurou até 1999, quando o território foi finalmente devolvido à China. Esta comunidade profissional, com resultados de desigual qualidade e esforço, foi mesmo assim produzindo ao longo de um quarto de século um conjunto significativo de obras naquela cidade e ilhas vizinhas. Refiram-se, desenhando e construindo em Macau — a título meramente exemplificativo

Edifício dos correios em Santa Marta de Penaguião, Vila Real de Trás-os-Montes. Projecto do grupo Pioledo, 1984-1985.





— autores como Irene Ó e Bruno Soares, ou como Carlos Marreiros (macaenses ou com eles trabalhando); e ainda Adalberto Tenreiro (natural de São Tomé e com um percurso que passa por Hong Kong), Francisco Figueira (trabalhando na área do património) e sobretudo Manuel Vicente (de Lisboa), o mais polémico mas também o mais interessante e internacionalizado autor (conjunto de habitação social Fai-Chi-Kei, Macau, 1978-1982).

A fase de ingresso na União Europeia, depois de 1985-1986

A arquitectura portuguesa desta fase, descobrindo novos caminhos com sentido «aberto», operando em áreas e geografias tão diversas, e possuindo um potencial criativo multifacetado e dinâmico, foi singrando ao longo dos anos 80, mas com especial ritmo depois dos meados da década. Os anos de 1985-1986 (o tempo da integração europeia, com Espanha) marcam de facto um relançamento da actividade urbana e construtiva, e um paralelo caminho para o reinício da liderança cultural e profissional das cidades maiores de Lisboa e Porto, no campo da arquitectura e do urbanismo. Por um lado, as correntes estéticas do pós-modernismo tinham então plena aceitação, sobretudo nos autores da capital; e, por outro, a maturidade da escola de arquitectura moderna no Porto foi ganhando um estatuto internacional de nível europeu.

Em Lisboa, 1985 foi «o ano das Amoreiras», primeiro centro comercial de iconografia arrojadamente pós-moderna, cujo sucesso financeiro e popular ajudou a veicular aquela nova linguagem arquitectónica (por Tomás Taveira, 1980-1985). Com Luís Cunha floresceu um gosto pós-moderno de cunho original e pessoal, que atingiu o melhor resultado na nova Igreja da Portela (1982-1992). Refira-se também a nova Mesquita de Lisboa, de seguro desenho neover-



Conjunto comercial e residencial das Amoreiras, Lisboa. Da autoria de Tomás Taveira, 1980-1985.

nacular e concepção moderna (por João Paulo Conceição e António Braga, 1980-1985). Estas obras exemplificam do mais interessante que se edificou em Lisboa neste tempo de mudança — a que se juntam os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (por Arsénio Cordeiro e Nunes de Almeida, 1982-1985).

Mas 1985-1986 marcam igualmente um tempo de crise urbanística, com uma gestão tardo-desenvolvimentista do município de Lisboa (que não soube preparar a cidade para as transformações que se avizinhavam, de sentido mais cultural e patrimonial). Esta gestão, se produziu equívocos como as esplanadas da Rua do Carmo (*kitsch* e fora de época), teve resultados claramente negativos, como foi o acentuar da «renovação selvagem», urbana e arquitectónica, das belíssimas avenidas de fim do século XIX, pontuada pela traumática de-

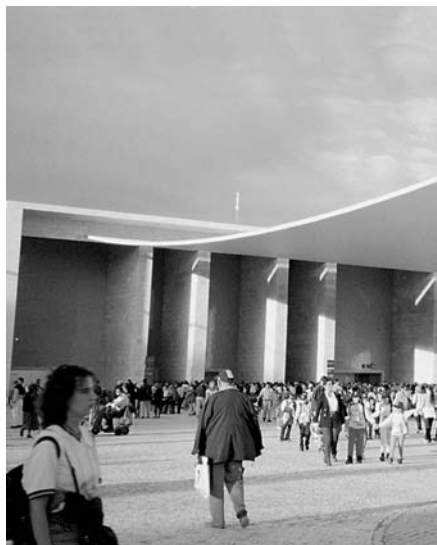


molição do cinema/teatro Monumental, em 1984, e pela emergência de uma arquitectura desqualificadora. Um caminho que, de modo quase brutal e simbólico, terminou com o grande incêndio do Chiado (1988), prova irreversível de que algo estava definitivamente errado no uso e funcionamento do extenso centro histórico da cidade.

Com a nova gestão socialista municipal de 1990, uma correcção gradual foi imposta à situação, quer com o incentivo do planeamento estratégico da cidade, quer com o apoio à reabilitação dos vários núcleos históricos da urbe (Alfama, Mouraria, Bairro Alto, Castelo, Madragoa, Olivais), quer ainda com a preparação de eventos culturais e de lazer, motivadores de uma nova atitude face à cidade (reutilização da área portuária de Lisboa, programa da Sétima Colina).

Na cidade do Porto e área nortenha, a situação de produção arquitectónica, mais periférica, teve novas marcas qualificadoras: o completamento da Estalagem de Santa Marinha da Costa (por Fernando Távora, 1972-1985), obra notável de recuperação-inovação, como que anunciava o progressivo predomínio, cultural/conceptual, da escola do Porto nos planos nacional e internacional. Igualmente a obra da nova Câmara Municipal de Matosinhos, articulando recuperação do existente e nova arquitectura moderna, foi um trabalho contemporâneo e significativo (por Alcino Soutinho, 1981-1987).

Foi também por esta época que as primeiras obras europeias de Siza, em Berlim e na Holanda, lhe deram um sinal de internacionalização, depois confirmado na própria capital lusa (com o seu plano de recuperação do Chiado, 1988-1989), e consagrado no plano europeu com a concessão do Prémio Pritzker ao autor norte-nho. Depressa — já na década seguinte — outros autores ganhariam reputação ou encomendas internacionais, quer na ligação directa à mítica escola do Porto (como



Pavilhão de Portugal na Expo 98, Lisboa. Projecto de Siza Vieira, 1996-1998.

Eduardo Souto de Moura), quer pela sua articulação com uma escola de «regionalismo crítico» mais genericamente portuguesa (Gonçalo Byrne, João Luís Carrilho da Graça), quer mercê da qualificada actuação pessoal de autores estrangeiradamente cultos (José Paulo dos Santos).

Na transição dos anos 80-90, o panorama cultural interno foi tentando acompanhar este progressivo afirmar, qualificado, da nova arquitectura portuguesa: de cariz universal, viajada e culta — sem deixar de se ater a uma enraizada expressão delicada, e de estar atenta às realidades do necessário desenvolvimento nacional. O reavivar de acções nacionais, como os prémios AICA — Secretaria de Estado da Cultura (SEC) —, ou da Associação de Arquitectos Portugueses, ou de galardões locais, como o Prémio Valmor e Municipal de Lisboa, deram uma nova atenção ao papel da arquitectura e do urbanismo no país. Estes aspectos foram complementados pela criação de mais escolas de arquitectura por todo o território (públicas e privadas), com a diversificação de revistas e de publicações sobre cidade e arquitectura, e ain-



da com as várias exposições e eventos dedicados ao tema da arquitectura, no país e além-fronteiras.

Os anos 90: significação internacional da arquitectura portuguesa

A década de 90 pode considerar-se marcada pelo relativo apogeu do papel cultural, político, social — e até comunicacional — desempenhado pela arquitectura portuguesa moderna, quer no plano nacional quer no internacional. Curiosa e até contraditoriamente, uma arquitectura e um urbanismo em geral com graves deficiências médias, praticado em todo o país (com muitas obras por não arquitectos), não tem impedido a existência de obras isoladas de grande qualidade, e a prática de experiências arquitectónicas e urbanísticas excepcionais e notáveis (pavilhão da Expo 92, Lisboa Capital da Cultura 1994, Expo 98, Porto Capital da Cultura 2001).

A consagração de Álvaro Siza Vieira como um dos grandes autores mundiais decorre com a execução de sucessivas obras de sentido experimental e profunda qualidade (Escola de Educação de Setúbal,

1986-1995; Igreja de Marco de Canaveses, 1990-1996; Pavilhão de Portugal na Expo 98, em Lisboa, 1996-1998; Museu de Serralves, Porto, 1999).

Eduardo Souto de Moura, discípulo de Siza (consagrado com o Prémio Pessoa 1998, galardão máximo da cultura portuguesa atribuído pela primeira vez a um arquitecto), tem obra muito própria e inovadora (Edifício de Geociências de Aveiro, cerca de 1993; prédio na Rua do Teatro, na Foz, Porto, cerca de 1994; Pousada de Santa Maria do Bouro, 1989-1997).

João Luís Carrilho da Graça vê uma carreira de valor crescente premiada com o Prémio FAD da Catalunha, em 1999, na sequência de obras marcantes (Pousada da Flor da Rosa, 1990-1995; Escola de Turismo/Hotelaria, Faro, 1993-1995; Pavilhão do Conhecimento, Lisboa, 1994-1998).

Estes três autores receberam na mesma década um significativo prémio da arquitectura nacional: o Prémio SECIL, atribuído em 1992 a Souto de Moura (pela Casa das Artes da SEC no Porto, 1981-1991), em 1994 a Carrilho da Graça (pela Escola de Comunicação Social de Benfica, 1988-1993)

Edifício na Rua do Teatro, Porto, por Eduardo Souto de Moura, 1994-1995.





Pousada da Flor da Rosa, Crato. por João Luís Carrilho da Graça, 1990.

e a Siza Vieira (pelo edifício no Chiado, 1996). Em 1998 o mesmo prémio foi para Vítor Figueiredo, um experimentado autor, pela sua Escola de Arte e Design, Caldas da Rainha, 1993-1997).

Escola de Artes nas Caldas da Rainha. Projecto de Vítor Figueiredo, 1993-1997.



Outro galardão importante, o Prémio AICA-MC (Associação Internacional de Críticos de Arte/Secção Portuguesa, com o Ministério da Cultura), foi premiando nomes incontornáveis, em função da obra extensa realizada, como Manuel Tainha, Frederico George, Amâncio Guedes e Raul Chorão Ramalho, para além de outras atribuições.

No tema dos equipamentos colectivos, ressalte-se a importância das novas arquitecturas universitárias, com sucessivas realizações de diversificados programas nas principais cidades portuguesas. São exemplos: Faculdade de Psicologia de Lisboa (1987-1991, Manuel Tainha); pólo da Mitra da Universidade de Évora (1990-1996, Vítor Figueiredo); Instituto Superior de Economia de Lisboa e departamentos de Engenharia e Informática de Coimbra (1989-1992, Gonçalo Byrne/Manuel Mateus); Departamento de Engenharia Mecânica e residência de estudantes da Universidade de Aveiro (1988-1991, Adalberto Dias).

Algumas grandes obras institucionais/públicas constituíram marcos nos anos 90 — por vezes com polémicas nos *media*, dado o seu evidente significado político-social e a dimensão material: refiram-se a



nova sede da Caixa Geral de Depósitos (Arsénio Cordeiro com Nunes de Almeida e Barreiros Ferreira, cerca de 1985-1992), o Centro Cultural de Belém (Vittorio Gregotti com Manuel Salgado, 1988-1992) e a nova Feira Internacional de Lisboa, 1996-1998 (Barreiros Ferreira com França Dória).

Em Lisboa e no Porto prosseguiram as obras de base municipal para a recuperação arquitectónica/social nos principais bairros históricos, mas o tema da recuperação generalizou-se às cidades de dimensão média, sendo de destacar a obra realizada em Guimarães, cujo centro histórico foi por isso premiado (reabilitação do centro histórico, 1987-1992, por Fernando Távora/GTL, com Alexandra Gesta, Bernardo Távora, Fernando Barroso, Carlos Martins e Giovanni Muzio).

Participações em obras internacionais permitiram destacar um dos mais inventivos e heterodoxos ateliês de arquitectura, o de Manuel Graça Dias e Egas José Vieira (Pavilhão de Portugal na Expo 92, Sevilha, 1989-1992; sede da Ordem dos Arqui-

tectos Portugueses, Lisboa, 1991-1994; proposta Urbanização da Lisnave, Almada, 1999).

Nas áreas atlânticas e transatlânticas, das ilhas e de Macau, haveria que referir muitos nomes recentes; fiquemos pelo apontar de dois autores exemplares: Paulo Gouveia, nos Açores, com dois museus delicadamente neovernaculares (Museu dos Baleeiros, 1986-1989, e Museu do Vinho, Pico, 1991-1999), e Manuel Vicente, em Macau (Quartel dos Bombeiros da Areia Preta, cerca de 1991-1996; World Trade Center, cerca de 1994-1995, e o inovador Plano da Baía da Praia Grande, 1990-1995). Neste território, e assinalando a passagem à administração chinesa, há que ressaltar simbolicamente o elegante Centro Cultural de Macau (INTERGAUP/ Bruno Soares e Irene Ó, 1996-1999).

O futuro é um dos temas mais fortes numa avaliação finimilenar da nossa arquitectura recente, com os mais novos e promissores autores. A título de exemplo, refiram-se: Manuel Mateus e Francisco Mateus (ampliação da sede da Ordem dos

Edifício do World Trade Center, em Macau, por Manuel Vicente, 1994-1995.





Engenheiros, Lisboa, 1994-1998; Museu do Brinquedo, Sintra, 1995-1997), João Santa Rita (recuperação do Museu do Fado e da Guitarra, Alfama, 1995-1998), o ateliê ARX Portugal, Nuno Mateus e José Mateus (exposição do Pavilhão do Conhecimento dos Mares da Expo 98, 1997-1998), João Paulo Providência e José Fernando Gonçalves (convento dominicano em Lisboa, 1989-1995), Fernando Salvador e Margarida Nunes (Bar Lux em Lisboa, cerca de 1998; lar em Tomar, 1998) e José Paulo dos Santos (pousada no convento dos Lóios em Arraiolos, cerca de 1995). Este último autor recebeu em 1998 o importante prémio de arquitectura da Ordem dos Arquitectos em Berlim (com a creche em Karow, Alemanha).

Inquieta e multifacetada, como sempre, a arquitectura portuguesa aprofunda os seus caminhos.

Os primeiros anos do século xxi

Nesta perspectiva, e em relação aos temas provindos do final do século xx, constata-se, olhando para os anos de 2001-2006, a

dinâmica de algumas linhas de força bem características da arquitectura portuguesa. Em primeiro lugar, a continuidade da consolidação dos talentos de autores «fortes», como Siza Vieira (conjunto habitacional dos Terraços de Bragança, Lisboa; Museu da Fundação Camargo, Porto Alegre, Brasil), Souto de Moura (Estádio de Braga para o Euro 2004, Prémio Secil), Carrilho da Graça (Centro de Documentação da Presidência da República, Belém, Lisboa; Teatro e Auditório para Poitiers, França), Graça Dias e Egas Vieira (Teatro de Almada), Gonçalo Byrne (Torre de Controlo Marítimo, Algés), António Lima (Conservatório de Vila Real) e Hestnes Ferreira (edifícios do ISCTE, Cidade Universitária de Lisboa).

Também constatamos a consagração de autores um pouco mais recentes, como Francisco e Manuel Aires Mateus (reitoria da Universidade Nova de Lisboa, Centro Cultural de Sines) e Nuno e José Mateus (Museu do Mar em Ílhavo), premiados muito recentemente com o Prémio Valmor e Municipal de Lisboa e/ou com o Prémio AICA /Ministério da Cultura. Exposições individuais de retrospectiva marcaram presença nestes anos, nomeadamente dedicadas

Estádio de Braga, da autoria de Eduardo Souto de Moura.





Torre de Controlo do Porto de Lisboa, projecto de Gonçalo Byrne.

a Hestnes Ferreira, Aires Mateus e Siza Vieira, Gonçalo Byrne e Silva Dias.

Numa outra linha, têm-se afirmado uma série de autores de formação mais jovem, que Portugal tem amplamente apresentado internacionalmente, nas bienais de arquitectura em Veneza e São Paulo. Neste conjunto de criadores, ressalte-se a inovadora revelação de arquitectas, a importância que assumem as ilhas atlânticas (Madeira e Açores), bem como as áreas regionais do continente, entre autores e obras, e a originalidade de programa e sentido imaginativo de muitas soluções espaciais. Exemplifiquemos, entre vários,

com: Inês Lobo (auditórios da Universidade dos Açores), João Mendes Ribeiro (Centro de Artes Visuais de Coimbra), Pedro Costa e Célia Gomes (Biblioteca da Universidade dos Açores), Promont rio Arquitectos (conjuntos habitacionais no Parque das Nações, Lisboa), Paulo David (Casa das Mudas/Centro de Artes na Calheta, Madeira), Bernardo Rodrigues (casa em São Miguel, Açores) e Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira (Gruta das Torres, Pico, Açores).

Termine-se esta resenha apenas indicativa — mesmo assim significativa de um processo de produção arquitectónica reno-

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, de Francisco e Manuel Aires Mateus.





Casa das Mudas na Calheta, Madeira, projecto de Paulo David.

vado, amplo, aberto e internacionalizado — com a referência à obra de autores paisagistas (Gomes da Silva, João Nunes, em Portugal e Itália, etc.) e à emergência de uma primeira arquitectura lusófona pós-colonial qualificada, em Timor Leste (como o projecto da igreja de Quelicai, por Pedro Reis) e em Macau (Praça Nam Van,

por Manuel Vicente, Rui Leão e Francesca Bruni).

A arquitectura do Portugal europeu expande-se e reafirma-se hoje na Europa, mas também, naturalmente, no quadro da sua longa e ampla tradição geo-histórica, do Atlântico e da América ao Extremo Oriente.

As artes visuais

João Lima Pinharanda

Anos 70

Em termos artísticos, 1974, marcado pela revolução que derrubou o Estado Novo, não alterou estruturalmente nada. As transformações imediatas foram políticas e económico-sociais. No momento da revolução a classe artística podia dividir-se entre os que geriam a carreira na continuidade das rupturas «neofigurativas» dos anos 60 — cruzando a *pop* anglo-americana com as linhas europeias do *nouveau réalisme* (Lourdes Castro, René Bertholo, João Vieira, João Cutileiro, Joaquim Rodrigo, Nikias Skapinakis ou Paula Rego) e a inquietação dos que recebiam e trabalhavam as escassas informações relativas à nova conjuntura internacional pós-minimalista e pós-conceptual. Jovens como Fernando Calhau, Julião Sarmento, Vítor Pomar, Leonel Moura, Cerveira Pinto ou José Barrias, não

encontrando imediato eco crítico exterior a si mesmos, serviram-se de um veterano, José Ernesto de Sousa, como enquadramento das suas acções. António Palolo, Ângelo de Sousa ou Alberto Carneiro cavalgaram as duas situações.

À vertigem revolucionária, a globalidade dos artistas deu respostas raramente interessantes e muitas vezes ilustrativas. O painel que meia centena deles pintou (10 de Junho de 1974) em Lisboa é exemplar do desfazamento entre generosidade e eficácia estética. Revolução política e crise dos meios de subsistência (desabamento do mercado) aguçaram a consciência crítica da classe.

O vasto, abrangente e difuso grupo de criadores que estrutural ou conjunturalmente enveredou por linhas de experimentação

Aspecto da exposição Alternativa Zero, Galeria Nacional de Arte Moderna. Lisboa, 1977. Em primeiro plano Uma Floresta para os Teus Sonhos, de Alberto Carneiro.





não-mercantil (radicalização dos meios e linguagens) ou insistiu na coincidência da arte com a revolução foi reunido por Ernesto de Sousa na exposição Alternativa Zero (Lisboa, Galeria Nacional de Arte Moderna, 1977). Três anos depois de 1974, temos finalmente o marco da revolução possível (como todas, não consensual) dos criadores visuais. Comissariada por um crítico vindo do neo-realismo e que, depois de conhecer a arte *underground* inglesa e os projectos Fluxus, se deixou fascinar pela fusão entre arte e vida, foi um balanço plural de atitudes inconformistas. O tempo revelaria que a reunião se revelou — sem que isso diminua a sua importância — mais um fecho de contas. A revolução terminaria em conformismo democrático (1976) e não se poderia generalizar nem gerir a sua utopia em acomodação institucional.

Alguns dos jovens expositores (Sarmiento, Moura, Cerveira) serão, aliás, primeiros protagonistas da nova conjuntura dos anos 80. Nela se revelarão os efeitos da integração europeia e do período de estratégias internacionais de expansão capitalista e liberal (governos do Bloco Central e Cavaco Silva) e a cada vez maior velocidade de circulação da informação artística. O pós-conceptual deu lugar à discussão do pós-modernismo.

Anos 80

A segunda data desta história é 1983/1984. Coincide com as ondas de choque da exposição Depois do Modernismo (Lisboa, Sociedade Nacional de Belas-Artes), onde, sem clara consciência geracional (são mais os nomes do «passado» que os do «futuro»), mas pela primeira vez, artes visuais e arquitectura, moda e música, dança e teatro ou *design* se reuniam numa iniciativa global mobilizadora de públicos vastos num contexto cultural e socialmente activo. O meio lisboeta — também o do Porto — adoptam um modelo próximo da *movida* madrilena,

onde o final do franquismo provocara generalizado frenesi criativo: um discurso eufórico, superficial e veloz mas também angustiado, intenso e marcante. Os modos de expressão exacerbaram-se, seguindo sensibilidades internacionais (*transvanguardia* italiana ou novos expressionismos alemão e americano) e buscando um *genius locci* (por exemplo, Graça Morais) que, afinal, se revelou inútil perante a afirmação do poder criativo das autorias individuais.

Alguns artistas vindos dos anos 40 (Júlio Pomar e António Dacosta) ou dos 60 coincidem com o «espírito dos tempos» ou mantêm a independência que lhes confere mais-valias éticas e perenidade estética. Pomar renovou, em figuração luxuriante, alguns mitos culturais nacionais; Dacosta (falecido em 1990) renovou o seu surrealismo em temáticas míticas e narrativas. Um mesmo papel desempenhou Joaquim Rodrigo (falecido em 1997), que, desde 60, desenvolvia mitografias pessoais segundo um «primitivismo» formal que a nova década recuperou. Confirmou-se a visibilidade (finalmente internacional) de Paula Rego , em Londres desde os anos 50, em delirantes figurações narrativas cobrindo inquietantes universos pessoais e femininos. Também importa considerar Alberto Carneiro, que, da relação estreita com a *land art*, regressa ao trabalho directo sobre a madeira — nunca se afastando de uma visão ecológica, política e poética de espiritualidade *zen*; a continuidade conceptual da pintura «monocromática» de Ângelo de Sousa (com obra só revista em profundidade em retrospectivas dos anos 2000); as pesquisas luminicas de Jorge Martins, entre Paris e Nova Iorque (revisto em exposições dos anos 90 e 2000); a profunda pesquisa de António Sena, autonomizando a escrita como pintura (em dimensão diversa da determinante poesia visual de Ana Hatherly); a radicalização neofigurativa de António Areal (falecido em 1978); a assumpção dos auto-retratos fotográficos, pintados e desenha-



Vista parcial da exposição Depois do Modernismo, Sociedade Nacional de Belas-Artes, 1983.

dos, de Helena Almeida **1**, a deriva abstracta e lucidamente irónica de Eduardo Batarda. Ou, finalmente, João Cutileiro, em relação frontal com o corpo erótico e a produção massiva e mecanizada da pedra, e mestre de alguns dos mais interessantes escultores dos anos 80.

Sensualidade, violência e luxo (Sarmiento, Gerardo Burmester ou Cabrita Reis), nostalgia (Dacosta, Albuquerque Mendes, Manuel Rosa ou Ilda David), diferentes níveis de construção e desconstrução de linguagens e modos de representação do corpo, do espaço e da arquitectura (Cabrita Reis, Calapez, José Pedro Croft, Rui Sanchez, Pedro Tudela ou Sebastião Resende), humor e ironia (Albuquerque, Pedro Casqueiro e Ana Vidigal, Pedro Proença, Pedro Portugal, António Olaio, Manuel João Vieira e Xana) definem, em complexa rede, linhas das novas autorias da conjuntura. Calhau e Vítor Pomar prosseguem trabalhos singulares (de rigor conceptual ou excesso gestual) e sem eco interno imediato.

Nos decénios seguintes, Sarmiento **1** trabalha em torno do corpo e em constante evocação de imagens da cultura fílmica e fotográfica (notoriamente no seu período

conceptual dos anos 70), da ficção policial ou erótica, numa atitude de permanente voyeurismo sobre o feminino, o sexo, a violência e o prazer; Cabrita Reis **1**, numa pintura metafórica e escultura depurada e monumental, cruzando figuração e abstracção, usando materiais pobres (materiais de construção civil e lixo urbano), recriando memórias da urbanidade contemporânea; Calapez constrói espaços arquitectónicos ou paisagísticos pela citação truncada de obras pré-renascentistas ou maneiristas, em pinturas desabitadas, intensamente cromáticas. Proença recupera valores da cultura clássica ocidental e oriental, estabelecendo dinâmicas de desconstrução satírica ou lúdica dessas referências. Finalmente, Casqueiro cria uma pintura de sentidos compositivos, texturais, cromáticos, espaciais e decorativos, alheios à discursividade literária onde a velocidade e inesperado das situações plásticas abstractas dominam.

Na escultura, Croft **1** parte de figurações primordiais (totémicas) para formas matriciais (bacias, cadeiras, bancos, mesas), aprofundando o (des)equilíbrio das formas através do uso de frágeis estruturas metálicas e espelhos (anos 90 e 2000); Rui



Visita do antigo primeiro-ministro António Guterres à Feira ARCO, em Madrid, em 1998, ano em que Portugal foi país convidado. É patente o papel da feira madrilena para as galerias nacionais.

Sanches, através de materiais pobres (aglomerados de madeira), glosa e fragiliza os referentes temáticos e formais do neo-classicismo; e Rui Chafes ¹ acentua, em esculturas de ferro negro (objectos e ambientes de clausura, máscaras ou próteses impossíveis), o seu neo-romantismo de referência germânica.

O mercado reanimou-se com clientes gerados pelos lucros do rápido crescimento económico e, com ele, novo espectro de especulação. As galerias multiplicaram-se com apostas internacionais garantidas pela presença maciça em Madrid (Feira ARCO) e outras, eventuais, em redes internacionais. Para além da Galeria 111 (única que resistiu com êxito à crise dos anos 70) e das pioneiras Quadrum e Módulo, surgem, após 1984, a Cómicos (hoje Luís Serpa), logo depois a EMI-Valentim de Carvalho, em Lisboa, e a Nasoni, no Porto e Lisboa.

Algumas carreiras internacionais (Julião Sarmento e José de Guimarães, cultivando um cruzamento de primitivismo e erudição) começaram a estruturar-se a partir das participações das galerias mas baseando-se principalmente em esforços individuais, superando o facto de Portugal não ter desenvolvido políticas oficiais de afirmação internacional. Internamente, a imprensa generalista, com novos críticos e observadores culturais, passou a dedicar espaços

inabituais às actividades e protagonismos das artes, acompanhando um fenómeno socialmente relevante e contribuindo para a sua socialização. A consagração definitiva das carreiras históricas citadas e a recuperação de outras quase desconhecidas (Joaquim Bravo, Álvaro Lapa), saídas de recente crise conjuntural (Palolo) ou o incessante fluxo de novos autores, são dados de euforia.

Nova mudança de paradigma

Portugal encontra estabilidade governativa e económica prolongando no poder (1985-1995) o Partido Social-Democrata (PSD) e Cavaco Silva. Mas este período foi cortado a meio pela crise da primeira Guerra do Golfo, travando a euforia inicial. Em meados da segunda metade de 80 é possível detectar já indícios de mudança de paradigma. Uma série de artistas, em sintonia com movimentações críticas internacionais mais precoces (especialmente americanas), iniciou, a partir de 1986/1987, uma alteração expressiva.

Leonel Moura, neoconceptualista nos anos 70 e «regressado à pintura» nos anos 80, passou a apropriar-se de imagens fotográficas de valor icónico nacional (Amália Rodrigues ou Fernando Pessoa) e internacional (Kant ou arranha-céus americanos) sobrepondo-lhes palavras-chave (SIM ou



North Territory); Pedro Portugal canalizou a sua veia irónica para a citação formalista dos grandes mestres da modernidade, com comentários circunstanciais à realidade nacional e, nos anos 90, usou de modo pioneiro a Internet criando pinturas à medida do cliente. Dois emigrados, nunca regressados (Júlia Ventura na Holanda, e João Penalva em Londres) integram as suas fotos (auto-representações) e vídeo-instalações narrativas no contexto nacional. Finalmente, Tudela, Olaio ou João Paulo Feliciano, mantendo ligações à pintura mas aprofundando experiências de instalação, som e vídeo, glosam temas orientados em redor do corpo doente ou de jogos duchampianos de linguagem, explorando em paralelo artes plásticas e recursos musicais (*pop*, *folk* e electrónica).

Neste contexto, alguns artistas de longo *curriculum* readquirem produtividade imediata: Helena Almeida, com a sua investigação em torno das (im)possibilidades da (auto-)representação e do cruzamento de disciplinas (fotografia, desenho, pintura, colagem), definindo um dos mais sólidos discursos do feminino na arte portuguesa; Álvaro Lapa (falecido em 2006), usando as imagens como signos, criando uma pintura

onde o pensamento sobre o mundo e a arte se faz a partir do corpo e da palavra; Joaquim Bravo (falecido em 1990), cuja pintura solar, quase só desenho, é atravessada por intensos jogos de linguagem; ou Jorge Pinheiro, que transpõe numa «figuração anacrónica» profundos valores da sua reflexão abstracta.

Anos 90

A esperança política inicial dos anos 90 (desabamento do Leste e fim da Guerra Fria) desagua numa instabilidade a que a sida (consciencializada em meados de 80) acrescentou um medo universal. Os artistas voltam a pôr em causa as linguagens tradicionais (reavaliando Duchamp e os anos 70), os fundamentos do mercado e da sociedade capitalista (revivalismo do situacionismo de Guy Débord), substituindo os valores subjectivos dominantes por atitudes de análise sociológica e política. A data inaugural simbólica da década é o ano de 1993, quando se realizou em Serralves (sob comissariado de Fernando Pernes, director, e Miguel von Haffe Perez) a exposição *Imagens para os Anos 90*, que, apesar da indefinição de poéticos, apresentava alguns dos

Museu da Casa de Serralves, Porto.





Aspecto do Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, da Fundação Calouste Gulbenkian.

principais artistas que protagonizaram a ruptura violenta com o subjectivismo dos anos 80 (por exemplo, Paulo Mendes, João Louro, João Tabarra ou Carlos Vidal). Mesmo em artistas que rejeitaram os fundamentos programáticos deste corte se verifica um esfriamento expressivo.

A conjuntura é porém diversa da crise de 1974-1977. Apesar de o Estado não ter

ainda fundado um Museu de Arte Contemporânea havia já um projecto em funcionamento (Casa de Serralves, Porto, só concretizado em 1999) e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) tinha criado já (1984) o seu Centro de Arte Moderna (CAM, dirigido por Sommer Ribeiro). Apesar de a direcção governamental da cultura (Santana Lopes) ter malbaratado nos últimos anos do cava-

Centro Cultural de Belém.





quismo o capital acumulado anteriormente (Teresa Patrício Gouveia), criara-se um espaço com potencial, o Centro Cultural de Belém (CCB, Lisboa, dir. Monterroso Teixeira), integrara-se coerentemente uma série de iniciativas internacionais (Europália 91, Bélgica e Expo 92, Sevilha), lançara-se a acção de reabilitação urbana e artística de que resultou a Expo 98 (Lisboa) e regressara-se mesmo à Bienal de Veneza (1995).

Apesar da fragilidade das colecções públicas e privadas constituiu-se uma colecção (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento — FLAD) (dir. Manuel Castro Caldas) com visão coerente dos anos 70/80 portugueses e reabilitando o desenho; e surgiram novos coleccionismos: de empresa, como a Colecção da Caixa Geral de Depósitos (prosseguida até à actualidade, embora com diferentes critérios, por Calhau, António Pinto Ribeiro e Miguel Wandschneider), a da Portugal Telecom (final de 90, dir. Pedro Portugal e Marina Bairrão Ruivo) ou a da EDP (desde 2000, dir. João Pinharanda); e privados, através da internacionalizada Colecção Berardo (dir. inicial Francisco Capelo), instalada no Sintra Museu de Arte Moderna e, de-

pois (2007), no CCB, como veremos, ou da nacional aposta de António Cachola (org. inicial João Pinharanda).

Apesar do centralismo (Lisboa e Porto), foi possível potenciar iniciativas surgidas desde a Bienal de Vila Nova de Cerveira (1978 e seg.), multiplicando, por vezes efemeramente, galerias, centros de arte municipais e museus (Beja, Coimbra, Faro, Funchal, Lagos, São João da Madeira, Sines, Tavira...), bienais regionais (Caldas da Rainha, Lagos, Maia, Óbidos, Marinha Grande, Farnalício ou Vila Franca de Xira) ou galerias (Braga, Funchal, Guimarães, Torres Novas). Mas a permanência de muitas delas é enganadora, minadas por falta de verbas, desnorte de programação, fragilidade de públicos e mercado.

O ensino manteve dificuldades mas foi possível generalizar bolsas artísticas (às da FCG, acrescentam-se as da FLAD, Fundação Carmona e Costa ou Bolsa Ernesto de Sousa), reorientar os seus destinos (EUA, Reino Unido e Alemanha), recrutar novos professores e criar alternativas às escolas tradicionais: Ar.Co (Lisboa, dir. Manuel Costa Cabral, anos 70, e Castro Caldas, desde os anos 90) ou ESTGAD

Museu de Arte Moderna de Sintra, que até 2007 albergou a Colecção Berardo.





(Caldas da Rainha), desde o final dessa década.

A fotografia, apesar das ambiguidades de estatuto, da divisão da crítica especializada e da interrupção de uma colecção nacional iniciada no final dos anos 80 (dir. Jorge Calado), alcançou estatuto de paridade artística. Essa mudança justifica a criação, após 1995, de um Centro Português de Fotografia (CPF, com sede no edifício da Cadeia da Relação, Porto, dir. Teresa Siza).

Finalmente, as falências comerciais provocadas ou precipitadas pela crise, embora significativas (galerias Alda Cortez, Graça Fonseca ou Valentim de Carvalho, Lisboa, e Nasoni, Porto e Lisboa), são menos numerosas e catastróficas que as dos anos 70 e, a partir de meados de 90, surge um número igualmente significativo de novos espaços comerciais, embora de futuro desigual (Pedro Cera e João Graça, Lisboa, ou Presença, Canvas, Fernando Santos e André Viana, Porto, por exemplo), e expande-se a acção de outros (Quadrado Azul, Porto).

A partir de 1995 verifica-se a reavaliação da política cultural pelos governos socialistas: criação do Ministério da Cultura (dir. inicial Manuel Maria Carrilho); criação do Instituto de Arte Contemporânea (IAC, dir. Fernando Calhau), que, mais tarde, sob governo PSD (Durão Barroso), foi fundido com o organismo tutelar das artes do espectáculo (Instituto das Artes — IA); reforço do prestígio do Instituto Português dos Museus (IPM, sob a direcção de Raquel Henriques da Silva). Há um aprofundamento do apoio aos museus nacionais, onde se destaca o do Chiado, Lisboa (dir. Pedro Lapa, que o reorienta para um modelo *Kunsthalle*), inauguração do edifício do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, Porto (projecto Siza Vieira, dir. internacional Vicente Todolí) com colecção euro-americana fundada nos anos 60/70; reinício da colecção de arte contemporânea do Esta-

do (IAC, dir. Isabel Carlos); reorientação programática do CCB. Temos ainda a criação de museus particulares (o citado Sintra Museu e o Museu do Design, alojado no CCB, com colecção de Francisco Capelo (e deslocado para edifício próprio, em Lisboa, a inaugurar em 2009 juntamente com uma colecção de moda do mesmo coleccionador) e uma reorientação do CAM (dir. Jorge Molder), que estabelecerá uma coerente e esclarecida programação. Através dos seus serviços educativos todos estes espaços reforçam novos públicos numa profundidade que necessita de ser sociologicamente considerada.

Afinal, os anos 90 permitem-nos certificar a existência, pela primeira vez no meio nacional, de continuidades criativas: percursos individuais produtivos dos anos 40, coleccionadores que alargam os seus gostos e intervenção para além dos limites da sua própria geração ou públicos que se fidelizam a instituições (tomemos o exemplo das enchentes mediáticas do CCB ou de Serralves). Rompe-se, finalmente, a falta de *durée* cultural com que o crítico José-Augusto França caracterizou a cultura artística nacional? Uma incoerência porém se instala: a comunicação social, desinvestindo nas áreas da crítica, passou a interessar-se mais pelos efeitos mediáticos que pela leitura crítica dos factos.

Outro dado é a retoma de protagonismo do Porto, favorecido pelas sinergias de Serralves e um mercado sustentado por uma burguesia habituada ao valor social da arte. A reunião, numa mesma rua (Rua Miguel Bombarda), a partir de 1997/1998, da maioria das galerias, a proliferação de iniciativas culturais mistas (moda, música, teatro, arquitectura) e o acolhimento de novos artistas tem expressão numa miríade de locais alternativos (Arte em Partes, Maus Hábitos, Salão Olímpico, Pêssegos para a Semana, etc.) que se prolongam no novo século e que podem encontrar ponto simbólico de convergência nas múltiplas



As sucessivas expansões do Metropolitano de Lisboa têm contado com trabalhos de diversos artistas portugueses. No caso, instalação da autoria de Jorge Martins na estação Chelas.

iniciativas que comemoraram os 25 anos do 25 de Abril (1999, Quartel, org. Óscar Faria) ou numa iniciativa institucional (Servalves) de ocupação internacional da cidade (Squaters, 2001, Porto, Capital Cultural).

Estas realidades sustentam a multiplicação de iniciativas alternativas, que os anos 90 generalizam como seu traço mais criativo. Referimo-nos a exposições temáticas em lugares não convencionais (Convento de São Francisco ou Metalúrgica Alentejana, Beja, Estufa Fria, Lisboa, Fundação de Oeiras, Oeiras, Moagens Harmonia e Edifício da Alfândega, Porto, Sala do Vead, Lisboa, associação Art Attack, Caldas da Rainha), a galeria Zé dos Bois, Lisboa, ou a reactivação do Centro de Artes Plásticas de Coimbra (CAPC). O fenómeno articulou-se com a figura do artista-comissário, empenhado ideologicamente no seu trabalho, ao contrário do que sucedera na década anterior, sendo Paulo Mendes o mais destacado de todos, principalmente em iniciativas temáticas que vem desenvolvendo na antiga Fundação de Oeiras.

A generalização social do objecto artístico prova-se ainda pelo que se passou a designar pelo equívoco conceito de «arte pública»: a obra de arte, como instrumento de prestígio, leva à multiplicação de encomendas municipais, particulares e estatais que enchem espaços públicos em festivais

efémeros ou realizações permanentes: Festas de Lisboa (1991-1994), Jornadas de Arte Contemporânea, Porto (1993 e seg., dir. João Fernandes), Lisboa, Capital Cultural (1994), Expo 98, Metro de Lisboa, etc. A ambiguidade de estatuto (entre a consagração do poder e a ruptura estética) não cria um balanço favorável à maioria das obras. À parte iniciativas de dimensão local presas ao trabalho de materiais locais (a pedra) e à ocupação de rotundas concehlias há uma iniciativa nacional coerente (Prémio Tabaqueira), mesmo assim sujeita às vicissitudes de obras não construídas e degradação de outras, por desajustes entre as entidades envolvidas.

A fotografia conquistara nos anos 80 autonomia de mercado (galeria Módulo, dir. Teixeira da Silva, é fundamental) e crítica (pela acção pioneira da galeria Ether, dir. António Sena). E, nos anos 90 — defendida com numerosas iniciativas, encontros, festivais e bienais —, posiciona-se em definitivo como arte maior.

Mas o carácter minoritário do mercado e da crítica especializada (Sena, Calado, Alexandre Pomar, o precocemente falecido Pedro Miguel Frade, Margarida Medeiros e, mais recentemente, Sérgio Mah, que dirigiu a última edição do Festival LisboaFoto, em 2005 prejudica a integração, de protagonistas tão decisivos como Jorge Molder e



Paulo Nozolino (vindos dos anos 70 e 80), Augusto Alves da Silva e Daniel Blaufuks, António Júlio Duarte e Daniel Malhão, José Luís Neto e Duarte Amaral, Netto e outros. Apesar das iniciativas em Braga e Vila Franca de Xira, o protagonismo quase exclusivo dos Encontros de Fotografia de Coimbra (que deram origem a um Centro de Artes Visuais (CAV) sob dir. de Albano da Silva Pereira), neste momento suspensos, e a incapacidade orçamental do CPF e de outras iniciativas regionais e centrais (fim anunciado da LisboaFoto em 2007) colocam problemas graves à fotografia.

Molder **1** tem séries de narrativas abertas, de cenário policial, onde as personagens questionam o estatuto do auto-retrato usando a morte como tema central. Nozolino, viajante por cenários nocturnos e de crise, cria um nomadismo que radicaliza a relação do fotógrafo com o mundo até um negrume onde as imagens da sua vida e a vida dos outros se cruzam. Mais recente, Augusto Alves da Silva assume a fotografia como proposta documental e sociológica embora encene as suas obras e os seus temas (a cidade anónima, a suburbanidade depressiva, a natureza ameaçada, o vigor construtivo das cidades) no cruzamento mais vasto das artes visuais. Já Blaufuks articula imagens fotográficas e de outras origens (fotocópias, radiografias, vídeos) com som (gravações) em instalações visuais: o seu registo é de viagem e memória pessoal, resolvendo-se em paralelo em intensos diários poéticos editados em forma de livro.

Neste contexto Gérard Castello-Lopes ou José Manuel Rodrigues protagonizam um entendimento da imagem fotográfica, numa linha estética que se encontra com a da sua história tradicional. E Luís Palma, Luís Campos, Valente Alves, André Gomes, João Tabarra ou João Paulo Serafim enveredam por modalidades de utilização do *medium* fotográfico conferindo-lhe uma dimensão plástica e/ou documental e socio-

lógica conforme ao espírito da década e muitas vezes articulada com o vídeo.

Anos 2000

O pendor sociológico da maioria dos jovens surgidos nos primeiros anos da década de 90 originou obras onde predominam as instalações *mixed media*, utilização preferencial da fotografia, do vídeo e das tecnologias electrónicas com mais raro recurso à Internet e à *performance*. Destacaram-se Miguel Palma, Paulo Mendes, João Tabarra, Maças de Carvalho, Miguel Leal, André Sousa, Cristina Mateus, Fernando José Pereira (revelados em redor da referida exposição de 1993), ou mais novos, Nuno Ramalho, Santos Maia ou Susana Mendes da Silva, cuja obra tem vindo a complexificar as relações com o corpo feminino e o espaço habitacional. João Louro avançou para uma complexa reflexão em torno da linguagem articulando pensamento verbal erudito com soluções gráficas e visuais de cultura de massas.

Muitos outros desenvolvem áreas autónomas relativamente a essas preocupações: conceitos musicais derivados, em simultâneo, de John Cage e do *rock 'n' roll*, assumem a instalação multimédia e a *performance* (João Paulo Feliciano, Olaio ou Tudela, já referidos). Outros, mais jovens (Rui Toscano, Rui Valério, Carlos Roque ou Ricardo Jacinto), exploram de modo igualmente complexo relações entre som, linguagem e espaço arquitectónico, podendo usar o desenho nos seus temas urbanos — ou mantêm-se mais performativos e puramente musicais (Rui Toral ou Adriana Sá).

Por outro lado, há percursos profundamente reflexivos, gerados num vazio de representação e/ou de pura validação da acção performativa, como o de Francisco Tropa **2**, cuja obra firma uma densidade plástica e filosófica, raras na arte portuguesa. O tema das instalações deve ser seguido em Suzanne Thémilitz, suas personagens, jardins e narrativas feéricas e perturbado-



ras; João Pedro Vale, seus cenários e figuras de onírica e desconcertante ironia *kitsch*; ou Carlos Bunga, capaz de convocar (desde um zero absoluto) todas as referências que a arquitectura pode conter.

Outros percursos independentes — alguns vindos de 80 — seguram pontas soltas da década ou referidas a outras tradições. Temos um notável grupo de escultoras: Gabriela Albergaria trabalha a escultura como paisagem ficcionada; Fernanda Fragateiro intervém na arquitectura como meio de integração arte-vida; Leonor Antunes desenvolve meios de reflexão da arquitectura sobre si mesma; Ângela Ferreira concentra-se no estudo formal e ideológico de espaços reais (histórica, estética e socialmente significativos); Patrícia Garrido gere a escultura como corpo do seu próprio corpo físico e social; ou Joana Vasconcelos, num equilíbrio tenso entre ludicidade *kitsch* e crítica do gosto. Miguel Ângelo Rocha, finalmente, faz uma escultura (e um desenho) onde corpo, arquitectura/construção e paisagem não são separáveis. Mais novos, Hugo Canoilas, Sancho Silva, André Guedes, Vasco Costa, Gonçalo Barreiros ou, ainda mais recentemente, Inês Botelho exploram também temas de arquitectura e espaço. Xana, surgido como contraponto anti-intelectual nos anos 80, opta em definitivo pela coincidência matisiana cor-forma, cruzando a pintura com a escultura-instalação.

Já José Loureiro  e José Jacinto, com a profunda exploração de todas as possibilidades da abstracção, da forma, do gesto e da cor, Manuel Botelho, Gil Heitor Cortesão, João Jacinto, Manuel Gantes, Fátima Mendonça, Sofia Areal e Ana Vidigal, explorando novas possibilidades da figuração e/ou da narratividade, ou José Lourenço e Manuel Caeiro continuam, renovam ou revelam o seu trabalho reenviando-nos para uma provada continuidade da produção pictórica.

O desenho, revelação subterrânea da década anterior, surgira historicamente sus-

tentado em Sena ou Ângelo e, em muitos casos recentes, centrado no ensino do Ar.Co: Alexandre Conefrey, Pedro Gomes, Adriana Molder, Jorge Queiroz, Pedro Barateiro, Daniel Barroca ou Diogo Pimentão, cultivando diferentes níveis discursivos, exploram valores intrínsecos do desenho ou adaptam às suas investigações temas tradicionais (paisagem), literários, narrativos, ilustrativos, irónicos. João Queiroz parte deste *medium* para a pintura aprofundando de modo intenso (intelectual e fisicamente) o tema paisagístico.

O vídeo e a vídeo-instalação, por vezes articulado com a fotografia, revela-se no universo de ficção científica e política de Miguel Soares, no experimentalismo reflexivo (universos da própria linguagem e *media* utilizados) de Alexandre Estrela, ou na metaforização da luz e das trevas (fotos e vídeos de Nuno Cera), nas narratividades exemplares de João Onofre, Rui Calçada Bastos, Catarina Campino ou Pedro Diniz Reis, que exploram lógicas abstractas e frias, absolutamente pessoalizadas e românticas ou em desagregação emotiva, ou nas obras de Vasco Araújo, Filipa César ou Maria Lusitano, capazes de combinar as dimensões narrativas de forma controlada e espectacular: entre a encenação operática, a estranheza do banal urbano ou a simulação documental. Finalmente, temos João Maria Gusmão e Pedro Paiva , recém-revelados, ou Noé Sendas, já consolidado. Os primeiros partem de uma ciência de ficção e ironia e expõem torsões e ilusionismos ópticos e de sentido que questionam os fundamentos da normalidade. O segundo constrói um universo atento à linguagem, à exclusão e ao sonho, encenando situações onde solidão e liberdade individual definem os campos da reflexão.

Conclusão provisória (2006)

Sem rupturas de conjunto ainda perceptíveis e reduzida a dominante política e sociológica dos anos 90, a produção portu-



A exposição Diálogos de Vanguarda, do Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, foi um marco no panorama cultural de 2006.

guesa mantém, por conservadorismo intrínseco, uma discreta presença (implícita, assimilável e não provocatória) do feminismo ou da militância *gay* e uma dominante dimensão metafórica e poética, expressiva e lírica, erudita ou cromática.

Continua a não se alargar o campo de reflexão teórica, crítica e mesmo historiográfica. Mas colecções e museus parecem agitar-se: Serralves (dir. João Fernandes) alarga a sua implantação e espalha delegações pelo país (de Bragança a Lisboa); o CAM produziu a mais significativa proposta do cinquentenário da FCG (Diálogos de Vanguarda, sob comissariado de Helena de Freitas), onde Amadeo de Souza-Cardoso é, pela primeira vez, confrontado com a sua contemporaneidade internacional, e prepara-se para um ano de *workshops* que interrompem a normal programação e reflectem a ambição de nos dar «o Estado do Mundo» (dir. António Pinto Ribeiro). A Ellipse Foundation (que partiu de um projecto de investimento do banqueiro João Rendeiro) abre portas (Cascais) com uma colecção internacional de absoluta actualidade mediática (dir. Alexandre Melo e Pedro Lapa) que completa o sentido mais histórico da Colec-

ção Berardo, por sua vez instalada (por um contestado acordo com o Estado) no Módulo de Exposições do CCB. António Prates (galerista com fundação a inaugurar em Ponte de Sor) e António Cachola, que ocupará um novo museu municipal, em Elvas, apresentam as suas colecções em 2007 e em circuitos de interioridade.

A Feira de Lisboa expõe anualmente as fraquezas do mercado, ao mesmo tempo que algumas galerias vão à feira de Miami (Cristina Guerra) e que a política oficial de internacionalização, mercê reduções financeiras extremas (mantendo-se, porém, as bienais, Veneza e São Paulo, produzidas pelo IA ou iniciativas do Instituto Camões), se encontra em expectativa. Os museus estatais estão orçamentalmente estrangulados, e o ensino sem inovações excepto na multiplicação de cursos de curadoria; mas as bolsas oficiais e de fundações particulares continuam a distribuir, de modo vasto, artistas pela Europa e EUA. Também as carreiras de veteranos ou jovens parecem fluir bem na complexidade dos circuitos globalizados — e, desde Amadeo, sabemos que sempre se ficou a dever ao protagonismo individual a razão última dos êxitos nacionais...

As artes do espectáculo

Rui Vieira Nery

As transformações do processo revolucionário

As artes do espectáculo participam activamente no fenómeno geral de ruptura das rotinas institucionais e das dinâmicas socioculturais estabelecidas que é desencadeado pelo 25 de Abril de 1974. Também neste sector, depois de décadas de silêncio imposto e de restrições de toda a ordem à liberdade de expressão e ao direito de reunião, se dá por todo o país, tanto no sector público como no privado, uma explosão de assembleias gerais, de conselhos de gestão eleitos, de comissões consultivas, de novas associações socioprofissionais, de manifestos político-culturais e de múltiplas e variadas plataformas de debate estético, ideológico e político apaixonado. Deste processo vai emergindo, por sua vez, uma nova realidade artística e cultural que se manifesta tanto ao nível da criação e produção artísticas no terreno quer no plano do aparelho institucional público para a cultura.

Os protagonistas desta transformação são sobretudo os artistas e intelectuais de uma geração muito ligada aos movimentos associativos estudantis desde as greves académicas de 1962, e muito marcada, de um modo geral, por um empenhamento político activo forjado na luta pelas liberdades democráticas, pela mudança social progressista e pela resistência à Guerra Colonial. Essa dimensão militante herdada da oposição antifascista converte-se agora — também no campo das artes do espectáculo — numa regra que é então considerada inerente ao próprio princípio da construção de uma nova sociedade democrática. Dela deriva igualmente uma rejeição activa

de todos os géneros da cultura popular urbana tradicionalmente mais próximos de uma vertente de mero entretenimento, como o fado de Lisboa e de Coimbra, a canção ligeira (ou, como se designa então, o «nacional-cançonetismo»), as marchas populares ou o teatro de revista.

Nos primeiros meses do processo democrático verifica-se neste campo uma relativa unidade informal de propósitos renovadores, até porque a queda do regime parece ter deixado sem voz os sectores artísticos mais afectos à direita ou ao próprio centro. Contudo, a rápida radicalização do processo revolucionário e a consequente transferência crescente para a esquerda da dinâmica política vêm abrir no seio dessa mesma esquerda uma oposição cada vez mais acesa entre os sectores de orientações ideológicas afectas a uma gama de referências mais radicais (desde os movimentos autogestionários ao trotskismo e ao maoísmo) e os ligados ao projecto de poder do Partido Comunista, que entretanto adquirira um forte peso em todas as instituições culturais do Estado.

A ala mais radical dos oficiais do Movimento das Forças Armadas promove por todo o país campanhas de «dinamização cultural» que mobilizam grande número de músicos, actores e bailarinos, e os próprios partidos políticos com frequência envolvem artistas nas suas acções de campanha. Em ambos os casos se dão fenómenos de clara rejeição, por parte das populações das zonas rurais, de muitas das tentativas de penetração de manifestações artísticas vindas dos grandes centros urbanos que



violentam desajeitadamente o *habitus* cultural local, e mesmo nas grandes cidades a generalização de um conceito de intervenção artística obsessivamente militante desperta resistências. Tendo começado num ambiente generalizado de generosidade e de empenhamento genuíno no progresso cultural do país, o saldo do processo revolucionário no sector das artes performativas, à data da vitória das forças militares afectas aos sectores democráticos moderados, em Novembro de 1975, traduz-se em cisões graves — e em alguns casos irreversíveis —, tanto num bloco intelectual que conseguira manter uma forte unidade ao longo do período da luta antifascista como no seio de uma população que recebera com manifesto entusiasmo coeso a transição para a democracia mas que logo em seguida se viria a fracturar de novo ao longo da velha cesura entre esquerda e direita herdada já da ruptura liberal nos albores do século XIX.

Neste contexto de agitação revolucionária são naturalmente o teatro e canção de intervenção os géneros mais intervenientes e de maior visibilidade. A música e a dança eruditas não têm um papel de particular relevo, limitando-se a administrar como vão podendo as suas próprias rotinas anteriores ao sabor da agitação permanente das novas práticas de autogestão. Com o estabelecimento da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), por sua vez, o Estado começa a definir as bases de uma política de intervenção no tecido artístico nacional, através de programas de apoio financeiro sustentado a grupos de teatro independente e a diversos tipos de associações culturais privadas.

Uma ilha de estabilidade: o fenómeno Gulbenkian

A primeira grande instituição artística a reencontrar uma linha de estabilidade de actuação no quadro do enraizamento da

ordem democrática constitucional pós-revolucionária é a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), cujo peso no panorama português das artes performativas e cujas características institucionais únicas justificam uma abordagem separada. A nomeação de Luís Pereira Leal para a direcção do Serviço de Música, em 1976, traduzir-se-á gradualmente numa concentração crescente de meios no reforço da temporada de concertos da FCG, convertida cada vez mais na espinha dorsal da própria internacionalização da vida musical portuguesa. A solidez financeira da instituição e a credibilidade da sua programação artística convertem-na no elo português por excelência da rede europeia de circulação de música erudita, capaz de atrair e fixar a colaboração regular dos maiores nomes do panorama musical internacional, de Pierre Boulez a Maurizio Pollini, de Alfred Brendel a Gustav Leonhardt e de Mstislav Rostropovitch a Anne-Sophie von Otter, ao mesmo tempo que constitui a plataforma de apresentação constante dos principais intérpretes portugueses de projecção internacional, como os pianistas Sequeira Costa e Maria João Pires ou o violinista Gerardo Ribeiro.

A programação geral da temporada de música da FCG manter-se-á relativamente estável no seu padrão essencial, apesar de alterações ocasionais nos formatos das séries e ciclos apresentados. Assim, a partir de 1977 o repertório posterior à Segunda Guerra Mundial será concentrado num ciclo anual, os Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea, e a partir de 1980 o mesmo sucederá com o repertório pré-romântico, apresentado nas Jornadas Gulbenkian de Música Antiga. Em 2004 ambos os ciclos são integrados na programação regular da temporada, ao longo do ano. No que respeita à música contemporânea, para lá da vinda regular a Portugal de intérpretes e compositores (Boulez, Stockhausen, Xenakis, Cage) de primeiro



Edifício-sede da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

plano internacional, deve sublinhar-se a importância da presença dos criadores portugueses de sucessivas gerações, abrangidos por frequentes encomendas e estreias absolutas das suas obras (Luís Filipe Pires, Jorge Peixinho, Constança Capdeville, Emmanuel Nunes, Álvaro Salazar, Clotilde Rosa, e as gerações mais recentes de António Pinho Vargas, João Pedro Oliveira, António Chagas Rosa, João Rafael, Miguel Azguime ou Pedro Amaral, entre muitos outros). A estas iniciativas se deve juntar, desde 1990, o ciclo Grandes Orquestras Mundiais, promovido conjuntamente pela FCG e por diversos parceiros mecenas empresariais, que tem trazido regularmente a Lisboa os maiores agrupamentos sinfónicos (entre eles as filarmónicas de Viena, Munique e Nova Iorque, o Concertgebouw de Amsterdão, as sinfónicas de Chicago e da Rádio da Baviera, ou a Philharmonia Orchestra) e os maiores maestros (Sergiu Celibidache, Claudio Abbado, Carlo Maria Giulini, Daniel Barenboim, Riccardo Chailly ou Kurt Masur) do nosso tempo.

Mas a actividade musical da FCG centra-se sobretudo, neste período, na activi-

dade contínua dos seus agrupamentos artísticos permanentes, a Orquestra, o Coro e o Ballet Gulbenkian. A Orquestra Gulbenkian (cujos mais recentes maestros titulares foram, sucessivamente, Claudio Scimone, Muhai Tang e Lawrence Foster) é ainda dirigida regularmente por um conjunto distinto de directores convidados e tem feito múltiplas digressões pela Europa, Estados Unidos, América Latina e Extremo Oriente, sendo nos últimos anos convidada frequente de salas como a Philharmonie de Berlim ou o Concertgebouw de Amsterdão. Gravou uma extensa discografia para algumas das principais editoras fonográficas, nomeadamente com repertório internacional do século xx e obras de autores portugueses. Por sua vez, o Coro Gulbenkian (dirigido há mais de duas décadas pelo suíço Michel Corboz), tem-se afirmado como um agrupamento internacionalmente reconhecido na execução de música antiga e contemporânea. Para lá da sua associação tradicional à Orquestra Gulbenkian, tem realizado também ele inúmeras apresentações no país e digressões internacionais como parceiro regular de muitas das principais orquestras da actualidade, da



Orquestra do Século XVIII à Filarmónica de Berlim.

O Ballet Gulbenkian, depois de um período de indefinição gerado pela saída do seu director, Milko Sparembek, em 1975, passa em 1977 a ser dirigido por Jorge Salavisa, a que sucedem em 1996 a bailarina brasileira Iracema Cardoso e em 2003 o coreógrafo Paulo Ribeiro. Caracterizando-se durante anos por uma associação preferencial à linha de evolução da Modern Dance (Jiri Kilian, Hans von Manen, Lars Lubovitch, Nacho Duato), abre-se também na última década a coreógrafos da chamada «Nova Dança» (William Forsyth, Marie Chouinard), e ao mesmo tempo vai desenvolvendo uma política de formação e apresentação de novos coreógrafos, começando, logo nos anos 70, com Vasco Wellemkamp ou Olga Roriz e prosseguindo esse percurso com muitos dos nomes mais representativos da Nova Dança portuguesa. Em 2005, contudo, o Conselho de Administração da FCG toma a decisão polémica de extinguir a companhia, medida geralmente entendida como de

contenção de encargos fixos da instituição.

Fora do âmbito do seu Serviço de Música, a FCG assegura ainda, a partir de meados da década de 1980, um outro papel também ele decisivo no enraizamento da Nova Dança. Este fenómeno assenta, por um lado, numa vertente internacional, trazida para Portugal a partir de 1983 pela programação do ACARTE, o serviço de animação artística estabelecido nesse ano pela FCG em ligação ao seu novo Centro de Arte Moderna e confiado primeiro a Madalena de Azeredo Perdigão e em seguida, após a morte desta, em 1989, a José Sasportes. As companhias de Anne Thérèse de Keersmaecker, Karine Saporta, Trisha Brown, Giorgio Corsetti, Wim Vanderkeybus, Susanne Linke, Christine Brouneel e Pina Bausch (1989), trazidas todas elas pelo ACARTE, abrem o gosto do público português para um novo conceito de dança eminentemente interdisciplinar, nos antípodas da técnica e da estética baléticas académicas e assumindo antes, pelo contrário, uma forte componente teatral.

Coro e orquestra da Fundação Calouste Gulbenkian.





Elementos do Ballet Gulbenkian em actuação em 1978, na altura sob direcção de Jorge Salavisa.

E esta nova dinâmica, fora já do âmbito estético tradicional de um público habituado aos cânones do Ballet Gulbenkian, abre igualmente as portas a toda uma geração de novos criadores coreográficos portugueses inseridos precisamente neste universo artístico renovador.

O sector público das artes do espectáculo

Em termos da massa crítica da actividade promovida, o leque dos organismos públicos de produção artística não sofre nas três décadas do regime democrático alterações de monta, com excepção da criação de três novas instituições — a Companhia Nacional de Bailado (CNB), em Lisboa, e o Teatro Nacional de São João e a Casa da Música, ambos no Porto — e do desaparecimento de um dos dois agrupamentos sinfónicos estatais anteriormente existentes na capital — a Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa. Nos demais casos, têm-se verificado apenas sucessivas reestruturações orgânicas e reorientações da política artística do *corpus* de instituições herdado nesta área do regime anterior.

O primeiro dos organismos citados, a CNB, é criado em 1977 por iniciativa do en-

tão secretário de Estado da Cultura, o poeta David Mourão-Ferreira, para substituir o que ainda restava do velho grupo Verde Gaio, dando corpo à ambição antiga de se constituir finalmente em Portugal uma companhia estável de *ballet* clássico. O seu figurino institucional evoluirá de forma descontinua ao longo dos anos: em regime de instalação até à sua institucionalização, em 1982, é integrada em 1985 na empresa pública do Teatro Nacional de São Carlos (TNSC), regressa ao estatuto anterior em 1992, é confiada à tutela de um organismo de direito privado (o Instituto Português do Bailado e da Dança) em 1994, e só em 1998 termina o seu processo de conversão em instituto público, anunciando-se agora a intenção de a fundir uma vez mais com o TNSC. Inicialmente dirigida por uma comissão artística, a sua direcção artística virá logo em seguida a recair no bailarino e coreógrafo Armando Jorge, a quem sucederão Isabel Santa Rosa, Jorge Salavisa, Luísa Taveira, Marc Jonkers e Mehmet Balkan. Assentando desde o início o essencial da sua programação na tradição do *ballet* romântico, o que lhe vale desde logo uma forte adesão do público mas também algumas reservas da crítica especializada, que sublinha ser esse precisamente o repertório onde os termos de comparação interna-



cionais de alto nível mais evidenciam algumas das suas limitações técnicas, a CNB aborda ocasionalmente um repertório de vertente estética mais contemporânea (William Forsyth, Anne Thérèse de Keersmaecker), sobretudo sob a direcção de Salavisa. O apoio mecenático da EDP ao longo da última década tem-se revelado fundamental para a sua subsistência e para a sua importante actividade de digressão por todo o país.

Igualmente acidentado tem sido o percurso orgânico do TNSC. Repartição pública tutelada pelos ministérios da Educação e das Finanças, desde a sua reabertura na década de 40, é esse ainda o seu estatuto em 1974, quando se dá a saída de João de Freitas Branco do cargo de director, para ocupar funções governativas, deixando nessas funções o crítico musical João Paes. Este prosseguirá e expandirá as principais linhas de orientação lançadas pelo seu antecessor, em particular a diversificação e actualização do repertório (em 1979, por exemplo, o TNSC será um dos primeiros teatros mundiais a apresentar a versão integral da *Lulu* de Alban Berg, completada por Friedrich Cehra, logo após a estreia parisiense regida por Pierre Boulez) e a procura de uma maior coerência na respectiva concepção músico-teatral. O novo director investe igualmente de forma decisiva em dotar o TNSC de uma estrutura residente de produção, através da aquisição de uma orquestra própria (pela integração da Orquestra Filarmónica de Lisboa), da profissionalização e qualificação graduais do seu coro, e da constituição de um núcleo residente de cantores solistas. Esta política permite que, a par da temporada internacional tradicional, o TNSC passe a ter uma componente significativa de produção própria e uma actividade relevante de descentralização até então nunca realizada. Em 1980, por fim, o teatro adoptará o novo perfil jurídico de empresa pública, tornando mais fácil a maleabilidade indispensável à

gestão de uma entidade de produção artística.

Por uma cruel ironia, João Paes será a primeira vítima desta renovação intensa do TNSC, sendo logo em 1981 substituído na presidência do conselho de administração da nova empresa pública pelo jurista Serra Formigal, que fora até 1974 o responsável pela Companhia Portuguesa de Ópera (CPO), estabelecida pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) no Teatro da Trindade e extinta pouco depois do 25 de Abril. A extinção da CPO fora indiscutivelmente um erro grave do regime democrático, porque deixava por ocupar a função de um teatro de ópera vocacionado para a revelação e profissionalização dos cantores líricos portugueses e criava necessariamente, a partir daí, uma forte pressão sobre o TNSC para ser este teatro a assumir aquela responsabilidade. Será precisamente esta a tese que passará a presidir à nova orientação artística do TNSC, com considerável sacrifício da histórica vocação internacional da instituição, agravando-se esta tendência ainda mais pelas severas limitações orçamentais que a situação de grave crise financeira do país no início da década de 80 projecta sobre as instituições culturais do Estado.

Só em 1988, sob uma nova administração em que é director artístico o crítico musical José Ribeiro da Fonte, o teatro retoma activamente o seu lugar na rede de produção operática europeia. Em 1993 o modelo da empresa pública é substituído por um organismo de direito privado, a Fundação de São Carlos, sob cuja administração se sucedem como directores artísticos Paulo Ferreira de Castro (1993-1995 e 1996-1998) e João Pereira Bastos (1995-1996). Ferreira de Castro transita para o novo estatuto de instituto público do teatro, promovido em 1998, e mantém-se como director artístico até 2000, sucedendo-lhe transitoriamente Jorge Matta (2001) até à nomeação para este cargo de Paolo Pinamonti



Bailado Pedro e Inês, pela Companhia Nacional de Bailado.

(2001-2007). Debatendo-se com problemas orçamentais crescentes, que incidem sobretudo nas dotações destinadas à produção, o TNSC tem procurado, com Ribeiro da Fonte, Ferreira de Castro e Pinamonti, manter o seu lugar no circuito operático europeu, com uma programação de qualidade assinalável mas cada vez mais ameaçada pela dificuldade de assunção atempada de compromissos financeiros e pelos frequentes cortes inesperados nas suas verbas.

A situação das duas velhas orquestras estatais, as sinfónicas de Lisboa e Porto da Radiodifusão Portuguesa (nova designação pós-25 de Abril da antiga Emissora Nacional) agrava-se a partir de meados da década de 1970. A degradação comparativa dos seus níveis salariais, à escala europeia, e o não preenchimento das vagas dos seus quadros comprometem gravemente o nível artístico do conjunto e a qualidade dos seus solistas e maestros convidados, conduzindo os dois agrupamentos a um clima de verdadeira desmoralização. Em 1989, por fim, a secretária de Estado da Cultura, Teresa Gouveia, toma a iniciativa da substituição das duas orquestras

moribundas por um novo quadro institucional, a chamada Régie Cooperativa Sinfonia, participada pelo Estado central, pela televisão e rádio públicas e pelas autarquias de Lisboa, Porto e Braga, à qual é cometida a missão de constituir dois novos agrupamentos sinfónicos, um na capital e o outro no Porto. É por este último que se inicia a tarefa da Régie, com o estabelecimento da Orquestra do Porto, sob a direcção do maestro inglês Jan Latham-Koenig, a partir de um processo de selecção rigorosa dos instrumentistas participantes e da aplicação de uma tabela salarial muito mais favorável, conduzindo a uma formação de qualidade artística incontestada. Chega a projectar-se para um futuro próximo a sua expansão a uma formação plenamente sinfónica e a constituição de um coro profissional que com ela colabore, ao mesmo tempo que se anuncia a intenção de avançar em breve com idêntico projecto em Lisboa.

Em 1993, no entanto, depois de cortes orçamentais significativos desde 1990, o novo secretário de Estado, Pedro Santana Lopes, decidirá liquidar a Régie, e converter a Orquestra do Porto num projecto de



contornos institucionais indefinidos (Orquestra Clássica do Porto), com instrumentistas contratados em moldes precários e mediante salários muito mais baixos do que os iniciais. Latham-Koenig é afastado e o nível geral das contratações de maestros e solistas convidados baixa igualmente de forma acelerada. Só em 1997 o agrupamento se converterá em instituto público, sob a designação de Orquestra Nacional do Porto (ONP), dotado de estabilidade institucional e financeira, vindo depois em 2001, no quadro dos projectos artísticos do Porto 2001 — Capital Europeia da Cultura, a ser expandido a uma dimensão sinfónica. A crise financeira dos últimos anos tem impedido, porém, uma verdadeira programação plurianual à altura do potencial artístico desta formação. Está prevista para breve a integração da ONP na estrutura da nova Casa da Música, como orquestra residente e pilar da programação desta sala.

A antiga Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa, extinta em simultâneo com a sua congénere do Porto, não chegará a ser substituída por um novo agrupamento. Em 1993, ao estabelecer a Fundação de São Carlos, a SEC prefere reestruturar a antiga orquestra do teatro, sob a designação de Orquestra Sinfónica Portuguesa (OSP) e atribuir-lhe a função cumulativa de suporte da temporada de ópera e de protagonista de uma temporada sinfónica. Apesar do bom nível artístico do agrupamento esta acumulação revela-se excessiva para garantir uma oferta sinfónica de suficiente regularidade, já que a actividade extra-operática da OSP se tem de subordinar aos intervalos da preparação das produções do TNSC.

O Estado lança ainda, em 1992, um programa de constituição de orquestras regionais mediante concurso público dos projectos interessados e a celebração de acordos entre o Estado central e as autarquias proponentes. A intenção anunciada é

a de que o financiamento governamental inicial vá progressivamente diminuindo até desaparecer no final de três anos. Um primeiro agrupamento, a Orquestra do Norte, é constituído nesta base, acabando por se lhe seguir anos mais tarde a Filarmonia das Beiras (1997) e a Orquestra do Algarve (2002). Mas o suporte orçamental mínimo destes agrupamentos limita-os a formações instrumentais de câmara e dá-lhes uma capacidade muito reduzida de contratação de maestros e solistas, além de as forçar a um número exagerado de apresentações públicas em condições logísticas muitas vezes inadequadas, de forma a garantir uma soma de pequenos apoios autárquicos indispensáveis à sua sobrevivência. Permanentemente ameaçados de insolvência financeira, os três conjuntos prestam, em qualquer caso, um assinalável serviço público de divulgação musical longe dos grandes centros urbanos.

Com base num protocolo entre os ministérios da Educação, Cultura, Trabalho, Segurança Social e Ciência, da Secretaria de Estado da Juventude e da Câmara Municipal de Lisboa, a que se virão a associar diversos outros municípios e algumas instituições bancárias e financeiras, cria-se em 1992, por iniciativa do maestro Miguel Graça Moura, a Associação Música-Educação e Cultura, responsável pela gestão de uma Orquestra Metropolitana de Lisboa (OML) e de uma rede de escolas de música que vai da iniciação infantil ao ensino superior. Apesar de vicissitudes financeiras e de crises internas que levarão inclusive à demissão do seu fundador, a OML assegura uma importante temporada de concertos sinfónicos e recitais de música de câmara em toda a região da Grande Lisboa.

A última das grandes instituições musicais públicas criadas após 1974 é a Casa da Música (CM), projecto concebido pela equipa de programação musical do Porto 2001 — Capital Europeia da Cultura, coordenada por Pedro Burmester. O atraso no



A Casa da Música, no Porto.

seu processo atribulado de construção, segundo um projecto arquitectónico arrojado do holandês Rem Koolhaas, leva logo nesse ano ao arranque das suas actividades musicais ainda antes da conclusão definitiva do edifício (2005), sob a forma de uma temporada de concertos multifacetada que abrange tanto a música erudita como as músicas populares urbanas, o jazz e a *world music*, e das apresentações regulares de um notável agrupamento residente especializado em música contemporânea, o Remix Ensemble, e de um estúdio de ópera destinado à formação de jovens cantores. Apesar de o seu financiamento advir maioritariamente das instituições públicas, a CM é gerida por uma fundação que agrupa o Estado, através do Ministério da Cultura, a câmara municipal e a Junta Metropolitana do Porto, e um conjunto de grandes grupos empresariais do Norte.

O Teatro Nacional de D. Maria II (TNDM) só reabre em 1978, uma vez terminadas as obras de recuperação do impacte do incêndio de 1964. Mantém-se como organismo autónomo até 1993, quando é subordinado a um organismo de cúpula, o Instituto das Artes Cénicas (IAC), encarregue também de distribuir os apoios públicos ao teatro independente e de gerir o novo Teatro Nacional de São João (TNSJ). Autono-

mizado como instituto público em 1998, é transformado em 2004 numa instituição de direito privado. Na direcção do TNDM começam por se suceder Francisco Ribeiro (Ribeirinho) e Afonso Botelho, verificando-se uma importante renovação estética do repertório e da programação com Ricardo Pais, e um período de intensa programação em salas múltiplas na gestão de Carlos Avilez, aos quais por sua vez se sucederão João Grosso, António Lagarto e o recém-

Pormenor da fachada do Teatro D. Maria II, em Lisboa.





Teatro de São João, no Porto.

-nomeado Carlos Fragateiro. Dotado inicialmente de uma vasta companhia residente (Eunice Muñoz, Rui de Carvalho, Catarina Avelar, Fernanda Borsatti, etc.), o TNDM dispõe hoje apenas do remanescente dessa estrutura, após um processo de rescisão negociada dos contratos com a maioria dos actores.

Quanto ao TNSJ, é adquirido em 1992 pela SEC e inaugurado simbolicamente ainda nesse ano, entrando depois em obras para reabrir definitivamente em 1995, ainda no âmbito do IAC, antes de se converter também ele em instituto público autónomo em 1998. A sua história recente é particularmente marcada pela acção de Ricardo Pais, seu director em 1996-2000 e desde 2002 (com um breve interregno em que a direcção é assegurada por José Wallenstein, em 2000-2002), o qual imprime à sua programação uma linha coerente de criação artística pessoal mas consegue articular-se, ao mesmo tempo, com o tecido teatral do Porto, para além de promover bianualmente com particular sucesso o festival internacional PoNTI (Porto. Natal. Teatro. Internacional). Desde 2002 o TNSJ administra igualmente uma segunda sala, o Teatro Carlos Alberto (antigo Auditório Na-

cional Carlos Alberto), que funcionara sobretudo durante duas décadas como sala de concertos.

Por outro lado, o projecto de alojar a Presidência portuguesa da União Europeia em 1992 num novo edifício especialmente concebido para esse fim conduz em 1988 à ideia, na vigência de Teresa Gouveia como secretária de Estado da Cultura, da respectiva conversão posterior num espaço cultural de usos múltiplos — o Centro Cultural de Belém (CCB) — dotado de um centro de espectáculos com uma sala de 1500 lugares e de uma sala-estúdio polivalente, ambas destinadas às artes performativas. O complexo é gerido por uma fundação de direito privado maioritariamente financiada pelo Estado, cuja estrutura interna foi sendo alterada ao longo dos anos. Na gestão cultural do CCB sucedem-se Maria José Stock, Miguel Lobo Antunes, Francisco Motta Veiga e António Mega Ferreira. A ocupação intensiva do auditório principal pelas actividades económicas igualmente acolhidas pelo CCB e o seu aluguer frequente a produtores de espectáculos privados tornam, contudo, difícil a afirmação de uma linha de programação identitária da própria insti-



tução, apesar do importante impulso lançado nesse sentido por Lobo Antunes. Particular impacto tem entre 2000 e 2006 a promoção da Festa da Música, réplica lisboeta das Folles Journées organizadas em Nantes pelo programador René Martin, que concentram em três dias intensos de programação de música erudita mais de 40 000 espectadores. Mas de igual destaque se reveste o programa educativo para as áreas do espectáculo, da responsabilidade de Madalena Vitorino.

A expansão da vida artística

O sector do teatro dá no período revolucionário de 1974-1975 um considerável salto em frente na sua dinâmica e na sua própria dimensão, com a institucionalização de alguns dos grupos independentes fundados anteriormente — o Teatro Estúdio de Lisboa, de Luzia Maria Martins (1964), o Teatro Experimental de Cascais, de Carlos Avilez (1965), o Grupo Quatro, de João

Lourenço e outros (1967), a Comuna, de João Mota (1973), e a Cornucópia, de Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo (1973) — e a criação de novas companhias, logo em 1974 (o Bando, de João Brites, e a Casa da Comédia, de Norberto Barroca) e em 1975 (a Barraca, de Hélder Costa e Maria do Céu Guerra, os Cómicos, de Ricardo Pais, o Grupo de Teatro Hoje, de Gastão Cruz e Carlos Fernando, ou os casos peculiares do Centro Cultural de Évora, de Mário Baradas, a primeira companhia profissional de descentralização teatral, ou do Adóque, de Francisco Nicholson, que procura uma proposta de teatro de revista de ideário progressista).

Este primeiro tecido continua a expandir-se a partir daí e ao longo da década de 80, quer por cisões nos grupos existentes que conduzem à constituição de novas companhias quer pela simples consequência natural da formação de novos actores no Conservatório, na escola do Centro Cultural de Évora ou nas iniciativas de formação levadas a cabo por João Mota

Concerto de violino tocado por crianças, no Centro Cultural de Belém durante a Festa da Música de 2006.





na Comuna ou por Adolfo Gutkin no Instituto de Formação, Investigação e Criação Teatral (IFICT). Em Lisboa Jorge Silva Melo deixa o Teatro da Cornucópia (que passará a assentar na dupla Luís Miguel Cintra/Cristina Reis) e acabará por estabelecer na década de 90 os Artistas Unidos; o antigo Grupo Quatro dá lugar ao Novo Grupo (João Lourenço, Irene Cruz) e surgem sucessivamente o Teatro do Século (Inês Câmara Pestana), o Teatro Maizum (Silvina Pereira), o Teatro Meridional (Miguel Seabra), o Teatro da Garagem (Carlos Pessoa), o grupo Meia Preta (Filipe Crawford), a Companhia Teatral do Chiado (Mário Viegas) ou a Escola de Mulheres (Fernanda Lapa).

O Grupo de Campolide (Joaquim Benite) e a Centelha saem de Lisboa, o primeiro para se estabelecer na Margem Sul como Companhia de Teatro de Almada, a segunda rumo a Viseu (até 1992). No Porto, a acrescentarem-se ao velho Teatro Experimental do Porto, nascem os grupos Seiva Trupe e Pé de Vento. Em Braga surge a Companhia de Teatro de Braga; em Viana do Castelo o Teatro do Noroeste; em Aveiro o Teatro Efémero; em Coimbra a Escola da Noite; em Tondela o Acert-Trigo Limpo; nas Caldas o Teatro da Rainha,

que em 1990 se fundirá com o Centro Cultural de Évora para formar o Centro Dramático de Évora (CENDREV); em Setúbal o Teatro de Animação de Setúbal. Na Malaposta uma associação de municípios da periferia de Lisboa, a Amascultura, estabelece um centro de produção teatral permanente. Por último, multiplicam-se os projectos pontuais de produção teatral e desenha-se um novo perfil de carreira para criadores não associados a uma estrutura de produção fixa, como é o caso de Ricardo Pais até à sua nomeação para o TNDM e TNSJ.

Por último, na década de 90 emergem os projectos de uma nova geração de artistas e criadores formados pelas várias escolas profissionais e/ou superiores de Lisboa, Porto, Cascais e Évora: é o caso do Olho, em Lisboa, ou do Teatro Bruto e de As Boas Raparigas Vão para o Céu, no Porto, entre muitos outros. E multiplicam-se também os produtores e actores *free lancers* interessados numa maior viabilização de projectos teatrais esporádicos, à margem da organização tradicional em companhias permanentes (alguns deles, como Miguel Guilherme, José Pedro Gomes, António Feio, Ricardo Carriço ou Francisco Luís, celebrizados entretanto junto do público

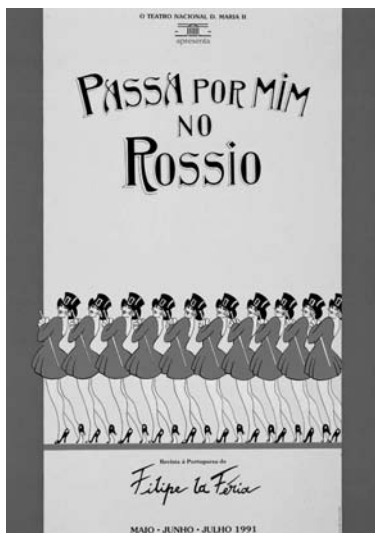
A participação de actores de teatro em séries televisivas pode gerar novos públicos para o teatro. Miguel Guilherme em Conta-me Como Foi (2007).





através de aparições frequentes em programas televisivos e capazes, por isso mesmo, de mobilizar novos espectadores para o teatro).

A partir dos anos 80 o teatro de revista entra igualmente numa situação de crise de sobrevivência aguda, que se agrava na década seguinte. Já desde finais da década de 70 as novas produções tendem cada vez mais a passar da graça brejeira tradicional do género à exploração de situações de uma quase pornografia gratuita e a adoptar uma postura política profundamente reaccionária, que aliena uma grande parte do seu público. A revista resente-se igualmente da subida em flecha dos custos de produção, que a condenam a um aparato cenográfico cada vez mais pobre, e — muito em especial — do aparecimento de novos fenómenos de entretenimento popular que disputam decisivamente o público às salas de espectáculos: as telenovelas brasileiras da Rede Globo na RTP e a expansão dos videoclubes. Em 1982, com a dissolução da cooperativa Adóque, a revista reduz-se aos palcos dos teatros Maria Vitória e ABC, com orçamentos de produção e elencos crescentemente desfalcados e incapazes de chamarem de novo os espectadores. O enorme sucesso de público de uma antologia revivalista do género produzida com grande aparato cénico e elenco de luxo, graças aos recursos orçamentais do TNDM (*Passa por Mim no Rossio*, de Filipe la Féria) apenas condena ainda mais as réplicas pobres que o sector é capaz de oferecer nos seus espaços próprios. O próprio La Féria, ao procurar transpor para o Teatro Politeama uma operação similar à que fora viabilizada pelo orçamento do TNDM depressa se vê a braços com custos de exploração incontroláveis, mesmo com fortes apoios da SEC, e só com uma redução considerável da escala de produção conseguirá manter com altos e baixos um projecto de teatro ligeiro.



Cartaz de *Passa por Mim no Rossio*.

Um crescimento surpreendente é o da Nova Dança portuguesa a partir do início dos anos 80, desde uma Olga Roriz, consagrada pela sua passagem pelo Ballet Gulbenkian, a um Rui Horta, que, após criar em 1979 o Grupo Experimental de Dança Jazz, lança em 1984 o projecto mais ambicioso da Companhia de Dança de Lisboa, ou ainda à Companhia de Dança Contemporânea de Setúbal com que Graça Bessa e António Rodrigues criam simultaneamente a primeira companhia de dança da descentralização e uma das mais competentes escolas de formação de bailarinos do país. O fenómeno expande-se com os projectos de Paula Massano, João Fiadeiro, Clara Andermatt, Margarida Bettencourt, Vera Mantero, Paulo Ribeiro, Joana Providência, Madalena Vitorino, ou, já na geração seguinte, Francisco Camacho ou Aldara Bizarro, que conquistam uma aceitação nacional e internacional generalizada.

Para esta afirmação é decisiva em termos institucionais, depois do papel fundador do ACARTE, a programação da Culturgest, empresa de produção e gestão cultural criada em 1993 por Rui Vilar na nova sede de Lisboa da Caixa Geral de



Depósitos e dirigida por um dos anteriores colaboradores directos de Madalena Perdigão, António Pinto Ribeiro, a que se vem somar igualmente, sob a direcção de Miguel Lobo Antunes, a acção no mesmo sentido do CCB. Os pequenos projectos individuais depressa vão dando lugar a estratégias de criação mais estruturadas e mais contínuas, mas sem perderem nunca a maleabilidade orgânica, nem se cristalizarem em modelos organizativos pesados e financeiramente insustentáveis. O sector encontra modalidades de organização e financiamento particularmente flexíveis e eficazes, cruzando recursos comunitários, estatais, autárquicos e mecenáticos de uma forma criativa e altamente eficiente, e conseguindo pouco a pouco estabelecer no terreno iniciativas estáveis e estruturantes: é o caso da acção de investigação e criação da RE.AL (João Fiadeiro), da estrutura de acolhimento e produção do Espaço do Tempo (Rui Horta), em Montemor-o-Novo, da «casa-mãe» de formação do Fórum-Dança, da iniciativa de articulação entre os vários organismos consubstanciada na associação Rede, ou do festival internacional Danças na Cidade, hoje designado por Alcantara Festival.

No campo da música a principal alteração qualitativa das últimas décadas tem sido a do alargamento e consolidação da rede de estabelecimentos de ensino musical de todos os níveis, com destaque para as escolas profissionais criadas na década de 80 e para o ensino superior assegurado pelos institutos politécnicos de Lisboa, Porto e Castelo Branco e pelas universidades Nova de Lisboa, de Évora, de Aveiro e do Minho. Como consequência deste processo tem-se vindo a elevar significativamente a capacidade de recrutamento e o nível de formação de jovens músicos portugueses, que por sua vez se reinveste na capacitação da rede de ensino. Desde a geração dos pianistas Pedro Burmester e António Rosado ou do clarinetista António Saiote às

do pianista Artur Pizarro, do percussionista Pedro Carneiro, da maestrina Joana Carneiro ou de outros ainda mais novos em processo de afirmação nacional e internacional, surgem constantemente jovens valores cheios de talento, num número e com uma média qualitativa impensáveis nas décadas de 60 e 70.

O circuito profissional tem demonstrado, no entanto, dificuldade em acolher e integrar devidamente esta produção crescente de jovens músicos. À escassez de orquestras profissionais e à debilidade das poucas existentes soma-se o reduzido número de pólos de programação musical regular, apesar da rede de pequenos festivais que se vai espalhando pelo país, em especial ao longo do litoral (aos festivais tradicionais de Sintra e do Estoril juntaram-se entretanto os do Algarve, de Coimbra, dos Capuchos, da Figueira da Foz, de Guimarães, de Leiria, de Mateus, da Póvoa de Varzim ou do Baixo Alentejo, entre outros). Começam a surgir, no entanto, algumas iniciativas relevantes de auto-organização, como sejam, no campo da música contemporânea, a Orquestra Utópica ou as várias iniciativas do Miso Ensemble, entidade responsável, designadamente, pelo lançamento do Centro de Informação da Música Portuguesa, a que acresce um número crescente de agrupamentos de câmara cobrindo as formações vocal-instrumentais e os repertórios mais diversificados.

As políticas culturais do Estado e as artes performativas

O apoio do Estado aos criadores independentes no sector das artes performativas é confiado primordialmente, no período de 1974-1975, às várias divisões disciplinares (música, teatro, dança) da Direcção-Geral da Acção Cultural, na SEC, e nessa ou noutras direcções-gerais equivalentes no seio da mesma SEC se mantém de forma quase



inalterada até às reformas de Santana Lopes, nos inícios da década de 1990. Opta-se então por confiar a gestão desses apoios aos organismos centrais aos quais é entregue agora a administração da produção artística do sector público nas mesmas disciplinas artísticas (o teatro no IAC, que administra os teatros nacionais, a dança no Instituto Português do Bailado e da Dança, responsável pela CNB, e a música na Fundação de São Carlos, que tutela o teatro nacional de ópera). Em 1995 o governo socialista de António Guterres, ao recriar o Ministério da Cultura, prevê à partida a criação de um Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE), para cuja comissão instaladora transita desde logo a gestão dos apoios nestes domínios, e essa responsabilidade passará em 2003 para o respectivo sucessor orgânico, o actual Instituto das Artes, resultante da fusão do IPAE com o Instituto de Arte Contemporânea.

De 1974 a 1990 as políticas de apoio governamentais para este sector mantêm-se no essencial inalteradas em relação às linhas de fundo definidas ainda no período de constituição da SEC, apesar das flutuações ideológicas dos sucessivos governos provisórios e constitucionais (designadamente na inflexão patrimonialista predominante das opções de investimento cultural dos governos mais conservadores, em desfavor do apoio à criação artística actual favorecida pela esquerda). A par com algumas linhas estruturantes no plano da encomenda aos autores e da edição, há uma verba reduzida para apoios aos agentes culturais no terreno, que é distribuída segundo critérios que — esses sim — vão variando, ora procurando fixar metas no plano dos conteúdos e da intensidade da programação ora insistindo antes no factor da capacidade de gerar audiências.

Na viragem para os anos 90, no entanto, torna-se evidente que o próprio crescimento da massa crítica da produção artis-

tica já não é compatível com os níveis de financiamento estatal disponíveis. Por outro lado, torna-se igualmente clara a visibilidade política e mediática cada vez maior da tutela do sector, o que explica que uma figura político-partidária ascendente como Pedro Santana Lopes tenha aceite esta pasta até então de reduzido peso no contexto governamental. Tanto Santana Lopes como o seu sucessor no Ministério da Cultura socialista entre 1995 e 2000, Manuel Maria Carrilho, procurarão por todos os meios atrair investimentos reforçados na cultura, ainda que por vias opostas: Santana pela tentativa de privatização de responsabilidades tradicionais do Estado no sector e pela procura de mecenatos privados canalizáveis para os objectivos do governo neste sector, Carrilho pela consolidação da dotação para o seu ministério no Orçamento de Estado e pelo recurso a novas linhas de financiamento comunitário (Plano Operacional da Cultura).

A década de 90, sob ambos os governos, é marcada por grandes acontecimentos culturais isolados de forte impacto mediático que mobilizam recursos e projectos de grande dimensão. É o caso da Europália 91, que leva à Bélgica um programa intenso de acontecimentos artísticos performativos; do Festival Internacional de Teatro, organizado a partir de 1991; das capitais europeias da Cultura de Lisboa 94 e do Porto 2001 ¹, ou ainda da Expo 98, também em Lisboa, em todos os casos com uma programação artística brilhante na esfera da música, do teatro e da dança. Os sectores artísticos profissionais criticam, contudo, a estratégia descontinua de *stop and go* destas grandes iniciativas e a desproporção entre o gigantismo dos meios despendidos em acontecimentos de natureza efémera e os montantes reduzidos investidos nas estruturas permanentes de produção do tecido artístico português.



É também um período de grandes investimentos em infra-estruturas logísticas, em particular na construção de auditórios e teatros em várias cidades do país, que entretanto vão sendo inaugurados por quem desempenhe, no final da obra, as funções governamentais adequadas. Mas são raros os novos espaços que dispõem de uma equipa técnica permanente, de programadores competentes e sobretudo de orçamentos estáveis que permitam uma concepção de projectos de actividade artística plurianuais e atempadamente definidos, negociados com os respectivos participantes e anunciados ao público.

Com a viragem para os anos 2000 e o agravamento da crise financeira do Estado-providência as ilusões da década anterior desfazem-se face às necessidades de uma política de contenção orçamental que encontra na cultura uma aplicação tanto

O grupo O Bando em espectáculo de rua durante a iniciativa Lisboa Capital Europeia da Cultura 94.



mais draconiana quanto as economias efectivas assim realizadas pelas finanças públicas são, por ironia, de um montante em última análise irrelevante em termos dos objectivos macro-orçamentais pretendidos para o conjunto da administração pública. A suborçamentação crescente do sector tem vindo a provocar uma diminuição acentuada da capacidade de produção dos organismos artísticos estatais, aumentando a desproporção entre os custos fixos, muitas vezes elevadíssimos, e os orçamentos de produção, e tornando assim, por curiosa contradição, os espectáculos produzidos em objectos de um custo proporcional muito mais elevado do que em qualquer instituição congénere no plano internacional.

Por sua vez, os montantes disponíveis para apoio a produtores e criadores artísticos do sector privado têm vindo também eles a diminuir em cada novo orçamento anual, num contraste irresolúvel com o crescimento natural do sector das artes performativas em todos os domínios. Torna-se impossível institucionalizar devidamente os projectos mais antigos com provas dadas de qualidade artística continuada, e ainda mais abrir espaço de enraizamento para novos projectos de carácter estruturante ou criar oportunidades pontuais eficazes para a revelação e encorajamento de novos valores. Num quadro de estrangulamento orçamental cada vez mais agravado procura-se iludir a questão com sucessivas alterações dos regulamentos de concurso ou com tentativas pouco hábeis de fazer transitar as responsabilidades do Estado central neste domínio para as autarquias.

Tampouco se tem conseguido definir modalidades eficazes de atracção de mecenatos privados para o sector das artes do espectáculo, excepto quando estes são desviados para complementar os orçamentos correntes dos organismos públicos desta área. E por último, no que respeita ao



O Teatro Municipal de Bragança, um exemplo da criação de novas infra-estruturas culturais no interior do país.

perfil orgânico das instituições que integram o sector público de produção artística continua a oscilar-se pendularmente entre soluções estatizantes fortemente burocratizadas e alternativas utópicas do foro privado, em ambos os casos geralmente improvisadas, como se estas mudanças ingénuas e improvisadas de estatuto trouxessem consigo, por si só, o remédio para os problemas de um subfinanciamento galopante e desestruturador de qualquer política cultural séria.

A solução do problema não pode deixar de vir a passar pela verdadeira assunção da desejada — e tantas vezes apregoada — centralidade programática da cultura, no

quadro de um desenvolvimento socioeconómico equilibrado e sustentável para o país, mobilizando meios orçamentais que permitam neste sector uma intervenção efectiva, atempada e programada a médio e longo prazo. E dependerá, sobretudo, ao mesmo tempo, de uma nova capacidade de articulação das políticas da cultura com as da educação, visando a formação simultânea da generalidade dos cidadãos no sentido da sensibilização para a prática e a fruição artísticas, e de um maior número de profissionais competentes, informados, críticos, criativos e conscientes do papel e do percurso das artes do espectáculo na sociedade portuguesa e europeia contemporânea.

O cinema

Jorge Leitão Ramos

Oliveira, César, Rocha, Teresa e os outros

Quando, em 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas derrubou o caduco regime autoritário e antidemocrático que vigorava em Portugal desde 1926, o cinema português encontrava-se num momento de mudança que vinha já de anos anteriores. Depois de muita indecisão, o governo de Marcelo Caetano fizera aprovar uma Lei de Cinema (datada de 1971, mas cujos efeitos práticos só começaram a tomar corpo no início de 1974) que criara um organismo público — o Instituto Português de Cinema — a que era atribuída, entre outras funções, a missão de conceder subsídios à produção de filmes. Era, no fundo, o reconhecimento oficial da impossibilidade da existência de cinema em Portugal sem uma intervenção financiadora do Estado. Com efeito, com um mercado interno muito estreito (383 salas, em 1973) e uma empresa de televisão completamente arredada da produção de cinema, a rentabilização do cinema português estava fora de questão. Era um problema que se arrastava há longos anos — e que acarretara um outro: fora de qualquer lógica de mercado, o mais interessante cinema português (praticado por uma geração de realizadores que despontara como uma «*nouvelle vague*» portuguesa, ao longo dos anos 60) desistira de intentar filmes que tivessem o público como fonte de legitimação, procurando um cinema que a encontrasse nos meios da *intelligentsia*, da crítica, dos festivais. O ano de 1973 não fora um ano bom: estreara-se uma única longa-metragem (*Perdido por Cem...*, de António Pedro Vascon-

celos), fruto de intervenção mecenática da Fundação Calouste Gulbenkian. Acrescentando ao cerco financeiro, a censura zelava para que Portugal não saísse de baías estritas, condicionando, mutilando, proibindo.

A queda do Estado Novo, ocorrida em Abril de 1974, veio abrir as portas da liberdade para o país — e também para os cineastas. O primeiro resultado foi a «libertação» de alguns filmes. Mas também, aproveitando as estruturas administrativas e os mecanismos de financiamento criados nos últimos tempos do regime, se verificou um incremento forte da produção. O que permaneceu sem visível alteração foram as condições de mercado e ainda um assinalável divórcio entre o público e os filmes muito singulares que se foram fazendo («Autos da Alma» lhes chamou Paulo Filipe Monteiro em título de tese de doutoramento, muitos anos depois). Singularidade que despertou a atenção dos meios culturais europeus e que deu ao cinema português uma aura muito particular e a alguns dos seus criadores uma assinalável e justa proeminência.

Quando em 1982 o ministro da Cultura português autorizou um subsídio excepcional para que Manoel de Oliveira filmasse *Visita ou Memórias e Confissões* (um filme tão íntimo e autobiográfico que se destinava a só ser publicamente mostrado após a morte do cineasta — intenção que permanece, apesar de, a 15 de Outubro de 1993, o filme ter tido uma antestreia restrita, com acesso apenas por convite do próprio realizador, na Cinemateca Portuguesa), o



gesto excepcional afirmava implicitamente a presunção de se estar perante o fecho da obra de um cineasta respeitado unanimemente como a grande figura da cinematografia portuguesa. Oliveira começou a filmar quando o cinema — em Portugal — era ainda silencioso (*Douro, Faina Fluvial* começou a ser rodado em 1929). Tivera longos hiatos na carreira, motivados também por uma singularidade de postura que não se enquadrava por inteiro nos critérios dos funcionários do regime salazarista, apesar do apreço do mentor cultural do regime (Ferro, 1950: 65). Mas acabara de conhecer, com *Francisca* (1981), o estimável reconhecimento do público português (80 000 espectadores), que sempre dele se arredara, ultrapassara o cabo dos 70 anos de idade, parecia lógica uma retirada de cena em grande prestígio. Redondíssimo engano: Oliveira não estava sequer a meio da sua obra e é a partir daí que, num ritmo absolutamente sem precedentes, nem pares, ele vai engrenar filme atrás de filme, recolher preitos, prémios (em sítios tão diversos quanto os festivais de Cannes, Veneza, Locarno ou Salónica), condecorações de governos e divulgação e renome interna-

cional. Desde o início dos anos 90 conseguirá a proeza de dirigir pelo menos uma longa-metragem em cada ano, com acesso a elencos com vedetas internacionais (Catherine Deneuve, John Malkovich, Irene Pappas, Marcello Mastroianni, Marisa Paredes, Michel Piccoli, Lima Duarte...). No momento em que escrevo, prestes a completar 98 anos de idade, acaba de estreiar, no Festival de Veneza e logo a seguir nas salas por toda a Itália, *Belle Toujours*. A sua filmografia tem uma estatura que largamente sobrepõe a de qualquer outro cineasta português, seja pela quantidade de obras, seja pela fulgurância com que continua a surpreender-nos, a apostar numa modernidade que não conhece regras senão as que ele próprio assume. Após 1982 tentará o impossível (pôr em filme a integralidade do texto de Claudel, quase sete horas de duração para *Le Soulier de Satin*, 1985) e o insólito (uma ópera expressamente escrita para cinema — *Os Canibais*, 1988), o intimismo teatral (*Mon Cas*, 1986) e a grande saga histórica (*Non ou a Vã Glória de Mandar*, 1990), o romanesco (*Vale Abraão*, 1993), o pícaro (*A Caixa*, 1994) e o confessional (*Porto da Minha Infância*, 2001),

Manoel de Oliveira durante as filmagens de Espelho Mágico, em Veneza (2005).





tocará infinitas variações da paleta dos sentimentos e das ideias com resultados desiguais, todavia sempre de forma a desconcertar admiradores e adversários. Terá, ainda, disponibilidade e engenho para experimentar o teatro (em Itália, encena a sua peça *De Profundis* no Festival de Teatro de Santarcangelo di Romagna, em 1987, e *Mário ou Eu-Próprio o Outro* de José Régio, apresentado em Pontedera e Roma, em 2003).

João César Monteiro é outra das figuras maiores do cinema português a firmar-se nos anos 80/90. Pertencente à geração do «cinema novo» que tem o seu alvor durante os anos 60, só consegue aceder à longa-metragem em 1972, mas em condições financeiras e técnicas que impedem o filme de estreiar (por isso ele mesmo lhe chamará *Fragmentos de Um Filme-Esmola*). Cineasta culto, à tradição literária, fílmica e musical arrancará um conjunto de filmes notáveis — *Que Farei com Esta Espada?* (1975), *Veredas* (1977), *Silvestre* (1981), *À flor do Mar* (1986) — mas cuja repercussão (nacional e internacional) ficará limitada (*Silvestre* esteve, contudo, presente no Festival de Veneza de 1982). A sua obra conhece assinalado revigoramento a partir de 1989, quando cria uma espécie de alter-ego (João de Deus), lhe empresta o próprio corpo como actor e inflecte o tom do seu cinema para um registo de tragico-média que ele esticará até aos limites do sublime, da provocação e do patético numa série de filmes iconoclastas, extremados, convulsivamente belos que estarão presentes nos principais festivais de cinema, alguns deles premiados (*Recordações da Casa Amarela*, 1989, Leão de Prata no Festival de Veneza; *O Último Mergulho*, 1992, prémio da crítica italiana no Festival de Veneza; *A Comédia de Deus*, 1995, Prémio Especial do Júri no Festival de Veneza; *Le Bassin de J. W.*, 1997, estreia mundial no Festival de Toronto; *As Bodas de Deus* , 1998, estreia mundial no Festival

de Cannes de 1999, secção Un Certain Regard). Mas esse alter-ego empurrou-o para um território de crise. Depois de desistir de pôr em cinema um texto de Sade e do momento de pânico criativo materializado em *Branca de Neve* (2000), a partir do texto de Robert Walser, volta a filmar-se a si próprio nesse filme testamental e agónico que se chamou *Vai-e-Vem*, rodado quando César Monteiro se sabia condenado por doença do foro oncológico. Quando o filme estreou — na Selecção Oficial do Festival de Cannes, em Maio de 2003 — já o realizador havia falecido, provocando um vazio no cinema português impossível de preencher. Como todos os génios, João César Monteiro não deixou descendência, apenas uma obra impressionantemente singular e apaixonante.

Também da geração do «cinema novo», Paulo Rocha teve, após 1974, carreira assaz agitada. Demorou oito anos a erguer *A Ilha dos Amores* (1982), largo e ambicioso fresco sobre um escritor português em voluntário exílio nipónico — Wenceslau de Moraes (1854-1929) —, a que se seguiu uma parábola de cariz político (*O Desejado*

João César Monteiro.





ou *As Montanhas da Lua*, 1987), filmes que, apesar de terem estado presentes em festivais e terem conhecido estreia internacional, permaneceram longamente arredados das salas portuguesas. *A Ilha dos Amores* foi apresentado em Cannes (1982) e teve estreia comercial no Japão em 1982 e em França em 1986; *O Desejado ou As Montanhas da Lua* esteve presente no Festival de Veneza de 1987 e estreou em França em 1988; ambos só teriam estreia comercial em Portugal em 1991. Depois, Paulo Rocha virou-se para o documentário, experimentou o vídeo, deixou-se fascinar pelas tecnologias e, no final dos anos 90, regressou à longa-metragem com os convulsos e visionários *O Rio do Ouro* (1998) ❶, *A Raiz do Coração* (2000) e *Vanitas ou O Outro Mundo* (2004).

Outra figura que importa relevar no cinema português dos últimos anos é Teresa Villaverde. Tendo-se iniciado no cinema como episódica actriz de César Monteiro (*À flor do Mar*), Teresa Villaverde acederá à realização em 1990 (*A Idade Maior*) e edificará uma obra em crescendo (*Três Irmãos*, 1994; *Os Mutantes*, 1998 ❷), num estilo de narração que encontra mistérios no real e os sussurra mais que desvenda, com uma atenção particular ao mundo obscuro e doloroso da infância e adolescência, que lavoura com minúcia e sensibilidade. As suas produções, filhas já dos regimes integradores da Europa comunitária, serão desde o início internacionais (*A Idade Maior* terá, de resto, a sua estreia mundial, a 12 de Fevereiro de 1991, no canal de televisão ZDF, Alemanha), o que não tem impedido que os seus filmes se afigurem, sem excepção, filhos legítimos da realidade (social e cinematográfica) portuguesa. O seu mais recente trabalho — *Transe* (2006) — é já francamente transnacional (falado sobretudo em russo e filmado em vários países), uma dimensão anímica que torna Teresa Villaverde um caso sem paralelo no cinema português.

A estes nomes há que juntar um conjunto apreciável de realizadores com obra feita e reconhecida, como João Botelho, João Mário Grilo, José Álvaro Morais (1943-2004), Alberto Seixas Santos, Fernando Lopes, José Fonseca e Costa, António Pedro Vasconcelos, Pedro Costa, Luís Filipe Rocha ou João Canijo, alguns deles alvo também de reconhecimento internacional (citemos apenas, a título de exemplo, a retrospectiva dedicada a João Botelho em Bergamo, em 1996).

Um dos elementos que permaneceu na ordem do dia nos últimos 25 anos foi a questão da legitimação. A maior parte dos cineastas continuou a praticar o cinema como uma produção artística, sem preocupações de carácter comercial, alicerçada nas boas razões da impossibilidade de um cinema que se rentabilizasse nas salas. Mas sempre houve um outro grupo de realizadores que insistiu que o ganho de audiência era a melhor forma de legitimar uma produção de cinema fundada sobre financiamentos públicos. E, episodicamente, conseguiram-se alguns êxitos: *Kilas, o Mau da Fita* de José Fonseca e Costa (1980), com 121 269 espectadores, inaugurou o que parecia ser uma viragem; *A Vida É Bela!?* de Luís Galvão Teles (1981), *Os Abismos da Meia-Noite* de António de Macedo (1983) ou *O Querido Lilás* de Artur Semedo (1987) ultrapassaram também a marca dos 100 000 espectadores; a euforia chegaria com *O Lugar do Morto* de A. P. Vasconcelos (1984), que obteve mais de 300 000 bilhetes vendidos e constituiu, à data, o maior êxito de sempre do cinema português. Mas esse período foi sol de pouca dura. No princípio dos anos 90, era o desa-



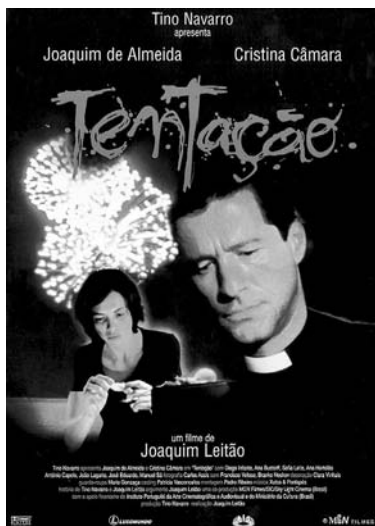
Paulo Rocha.



lento nas bilheteiras; mesmo realizadores considerados de êxito viram chegar o amargo sabor do mais fundo fracasso (Fonseca e Costa com *Os Cornos de Cro-nos*, Artur Semedo com *Um Crime de Luxo*, e António de Macedo com *Chá Forte com Limão* não atingiram sequer os 5000 espectadores na estreia). Nada que espantasse, porque as mudanças ocorridas durante o último quarto de século nas condições de mercado não foram de molde a favorecer o cinema português. Depois de um período de desinvestimento, os anos 90 viram crescer o parque exibicional (em 1998, segundo dados do Instituto de Cinema, Audiovisual e Multimédia, ICAM, existiam em Portugal 419 salas — a que correspondem 562 ecrãs); mas as estruturas da distribuição/exibição sofreram ao longo deste período um fortíssimo fenómeno de concentração e um incremento da dominação do cinema americano. Muitos filmes portugueses dos anos 70/80 não conseguiram sequer exibição comercial — o que aconteceu a cerca de um terço da produção portuguesa entre 1974 e 1989 (Costa, 1991: 166). Foi neste contexto que, no final da década de 80, o mais importante produtor português (Paulo Branco) encetou a verticalização empresarial, tornando-se, simultaneamente, distribuidor e exibidor (o que vai ser fundamental para a oferta de filmes em Portugal, que conhecerá saudável diversificação: será graças a Paulo Branco que chegarão ao mercado obras de Kiarostami, Yimou, Imamura, Kitano, Rohmer, Moretti, Godard...). Num reforço de implantação ao longo de toda a década de 90, Paulo Branco tornou-se, no fim do século, o segundo mais importante exibidor do país, antes de conhecer dificuldades financeiras graves, em 2006, que viriam alterar profundamente a sua dimensão empresarial. Mas a dinâmica introduzida por Branco trouxe uma assinalável modificação da realidade do mercado, permitindo uma situação de relativa normalidade na divulgação dos fil-

mes portugueses. Um outro elemento de peso faria, entretanto, a sua aparição: a televisão privada.

Na Primavera de 1994 aceitei integrar um debate entre criadores e críticos de várias especialidades artísticas, no Canal 2 da empresa de televisão pública portuguesa. No campo do cinema encontrei-me frente a frente com Joaquim Leitão, que há pouco estreara a sua terceira longa-metragem, *Uma Vida Normal*, com resultados desastrosos (menos de 8000 espectadores). Lembro-me que nos envolvemos numa discussão acesa e que uma das questões que o meu interlocutor levantava era não apenas o espaço, mas o tipo de página (par ou ímpar) onde o jornal onde escrevo (*Expresso*, o mais importante semanário português) tinha colocado o texto sobre esse seu filme... Era o tempo em que à crítica se pedia que fizesse também uma tarefa de promoção. Meia dúzia de anos volvidos tal discussão seria impensável. A principal razão não ancora no cinema, mas na televisão. Aberto o espaço televisivo à iniciativa privada, em 1992, um dos canais emergentes (a Sociedade Independente de Comunicação — SIC) muito rapidamente se tornou um fenómeno de popularidade — a meio da década tinha 50 % de audiência, caso único no panorama audiovisual europeu. Precisamente em 1995, a SIC decide virar os olhos para o cinema e entrar na co-produção de alguns filmes. Mas, mais importante que o pequeno contributo financeiro, relevou sobretudo o eficaz esforço promocional que pôs em marcha para apoiar a estreia em sala desses filmes. Com resultados espetaculares: *Adão e Eva*, de Joaquim Leitão (1995): 254 925 espectadores; *Tentação* ❶, de Joaquim Leitão (1997): 361 312; *Sweet Nightmare*, de Fernando Fragata (1998): 185 472; *Jaime*, de António Pedro Vasconcelos (1999): 200 605. (A propósito destes números e da sua fiabilidade lembre-se que em Portugal não existia, à época, um mecanismo de



Cartaz do filme *Tentação*, de Joaquim Leitão, êxito de bilheteira do moderno cinema português.

controlo rigoroso da afluência às salas de cinema. Os números referidos são de origem oficial, do ICAM, mas foram-lhe fornecidos pelos distribuidores, sem que o ICAM possuísse qualquer forma de aferir a sua exactidão. Esta situação modificou-se, entretanto, existindo hoje uma estrutura fiável de verificação das bilheteiras.) Apoiado pelo mais poderoso dos veículos promocionais e tendo-se tornado, comercialmente, o cineasta português mais bem-sucedido intramuros (mas, estreado em Espanha, *Adão e Eva* ainda lá obteve 89 589 espectadores), a Joaquim Leitão importa hoje muito pouco onde, quanto e o que se escreve nos jornais a respeito dos seus filmes.

Em concomitância com estas mudanças, também o poder político resolveu olhar o cinema com outra atenção: aumentou-se o financiamento dedicado à produção de longas-metragens, instalou-se uma linha de financiamento para curtas-metragens, documentários e animação, reforçaram-se as ajudas referentes à promoção e à presença em festivais. Os resultados começaram a ver-se. Em 1999 estrearam 13

filmes em sala, número extraordinário nos mais de 100 anos do cinema português. Também pela primeira vez, Portugal teve filmes em competição nos três principais festivais europeus (*Glória*, de Manuela Viegas, em Berlim, *La Lettre* ❶, de Oliveira, em Cannes, e *Mal*, de Alberto Seixas Santos, em Veneza). Houve prémios de relevo (com destaque para o de Cannes para *La Lettre* e o de San Sebastian para *Jaime*, de António Pedro Vasconcelos (que, antes, fora um êxito de público). Mesmo no fim do ano, uma grande homenagem a toda a cinematografia portuguesa decorreu no Festival de Turim. Ainda nesse ano, a SIC entrou na produção directa de telefilmes, com exibição ao ritmo de um por mês — e assombroso sucesso de audiências: o primeiro a ser emitido, em Janeiro de 2000, *Amo-te, Teresa*, realizado por Cristina Boavida e Ricardo Espírito Santo, foi visto por quase dois milhões e meio de telespectadores, conseguindo 70,9 de *share* de audiência. Os títulos seguintes continuariam a ser um sucesso, mas a produção de telefilmes havia de se ver metida no colapso de audiência que a SIC sofreu no Outono desse ano (com o êxito do *reality show* *Big Brother* na Televisão Independente — TVI) e terminar, em 2001, sem glória. Mas a força empenhada da promoção da SIC voltaria a ser demonstrada, em 2005, quando a estação produziu o seu primeiro filme para exibição em sala — *O Crime do Padre Amaro*, realizado por Carlos Coelho da Silva — e conseguiu a proeza de o tornar o maior sucesso de sempre do cinema português: 380 652 espectadores.

Os mais de cinco anos decorridos deste terceiro milénio foram, todavia, anos conturbados, em parte explicáveis pela crise económica e financeira que Portugal vem atravessando, com as inevitáveis contracções de verbas canalizadas para o cinema. Uma mera observação do número de filmes estreados deixa perceber esse facto.



Ano	Longas-metragens de ficção estreadas em sala	Telefilmes estreados (RTP e SIC)
2000	11	11
2001	9	11
2002	13	5
2003	15	4
2004	15	0
2005	11	7

O futuro próximo pode esperar-se positivo. Há uma nova leva de realizadores a fazer caminho. Elenquemos os nomes de Sandro Aguilar, Miguel Gomes, Raquel Freire, Marco Martins, Teresa Prata, Tiago Guedes, Frederico Serra, Fátima Ribeiro, Luís Fonseca e, sobretudo, Edgar Pêra, Catarina Ruivo, Margarida Cardoso ❶, Joaquim Sapinho, Jeanne Waltz, Maria de Medeiros, António Ferreira, Sérgio Tréfaut,

João Pedro Rodrigues ou Inês de Medeiros. Assim haja condições de produção para tanta e tão florescente gente. E há uma diversidade de modos de praticar cinema que se augura capaz de resistir às forças homogeneizantes que, um pouco por todo o mundo, tendem a fazer do audiovisual, em geral, e do cinema, em particular, uma espécie de *fast food* narrativo.

A grande questão que permanece em aberto é a do financiamento, agora que uma nova Lei de Arte Cinematográfica e do Audiovisual (de 2004) se arrasta há mais de dois anos sem regulamentação, mostrando que esta não é uma prioridade política. Essa lei prevê que o actual modelo dominante de financiamento estatal se altere, mercê da entrada dos operadores de televisão (hertziana e por cabo) num fundo de que se espera uma abertura de portas. Essa é a grande interrogação do presente — e dela depende grande parte do futuro do cinema português.

Design e moda

Rui Afonso Santos

A primeira geração de designers portugueses

Um processo industrial incipiente, o atraso tecnológico, a desactualização do ensino artístico e a existência de uma longa ditadura de direita (1926-1974), fortemente isolacionista, colonial, repressiva e economicamente protecctionista marcaram decisivamente a eclosão tardia do *design* em Portugal. Remonta, porém, aos anos 50-60 a implementação daquela disciplina, mediante o notável esforço pioneiro do arquitecto Conceição Silva (Exposição de Decoração Moderna, Casa Jalco, 1951; Loja Rampa, 1956) e, sobretudo, de uma efectiva 1.ª geração de *designers* portugueses, entre os quais se citam os nomes incontornáveis de Daciano da Costa (1930-2005), Maria Helena Matos (n. 1924), António Garcia (n. 1925), Sena

da Silva (1926-2004), Cruz de Carvalho (n. 1930), Carmo Valente (n. 1930), Miria Toivola (n. 1933) ou Eduardo Afonso Dias (n. 1938).

Com actividade repartida pelo *design* de interiores, equipamentos, mobiliário e iluminação (para hotelaria, habitação e serviços), bem como de vidros e cristais, cerâmicas, têxteis ou cutelaria, estes *designers* contaram com uma secular tradição de artes decorativas e, sobretudo, com a proverbial qualidade das manufacturas portuguesas (mobiliário, marcenaria, metais, vidro e cristal, faiança e porcelana, têxteis), que renovaram formalmente e impulsionaram pela criação de novos produtos especificamente desenhados, destinados à produção industrial.

Aspecto da Loja Rampa (1956).





Daciano da Costa foi a figura preponderante da 1.^a geração de *designers* portugueses: criou interiores de espaços públicos (Reitoria da Universidade de Lisboa, 1960-1961; Teatro Villaret, 1964-1965; Biblioteca Nacional de Lisboa, 1965-1968; etc.) e privados (Vestíbulo, Grande Auditório, Biblioteca, Refeitório e Bar da Fundação Calouste Gulbenkian, 1966-1969; Hotel Madeira Hilton, 1970-1971; hotéis Altis e Penta, 1971-1975) — derogando a habitual colagem decorativa a favor do entendimento do *design* como prolongamento da própria arquitectura — e, sobretudo, as primeiras linhas seriadas de mobiliário de trabalho e de escritório (Linha Cortez, 1962; Linha Prestígio, 1962; Linha Dfi, 1971; Linha LNEC/CB, 1971, produção Longra). O seu trabalho foi marcado por uma pesquisa formal racionalista, de herança bauhausiana mas receptiva às propostas da Escola de Ulm e, particularmente, de Tomás Maldonado e Max Bill, atenta às insuficiências do panorama industrial coevo e ao desafio criativo e social da sua ultrapassagem — aliada, desde os anos 80, a uma «redescoberta (pós-moderna) do humor, do inesperado e de algumas tradições ancestrais das artes decorativas»

Cadeira empilhável da autoria de Sena da Silva.



(J. P. Martins). O processo desenvolveu-se no mobiliário desenhado para integrar os interiores do Centro Cultural de Belém (projecto de arquitectura vencido em 1989 pelos arquitectos Vittorio Gregotti e Manuel Salgado, em cuja equipa Daciano da Costa se integrou), das áreas públicas, do módulo de reuniões, do Grande Auditório e da Sala de Jantar da Presidência e culminou em modelos de mobiliário urbano (Banco Urbis, 1994, produção Julcar), doméstico (Cadeira da Série Sancho, 1995, produção Ângelo de Sousa Braga) e destinado a espaços públicos (Cadeira Coliseu/Café, 1994, produção Julcar; Cadeira Coliseu/Camarote, 1994, produção Olaio).

A revolução de Abril de 1974 assinalou o fim da ditadura do Estado Novo, pondo igualmente termo à Guerra Colonial (1961-1974) e marcando o processo de transição para uma futura III República democrática. Se os factores de ordem externa tinham sido preponderantes no progresso da economia portuguesa durante os anos 60, os choques petrolíferos de 1973-1974 e de 1979 afrouxaram esse crescimento e agravaram a instabilidade económica (que se prolongaria até aos meados da década de 80), já de si reforçada, ao nível interno, pelas consequências da descolonização, das perturbações revolucionárias que se seguiram (1974-1975) à mudança de regime político, bem como pela adopção de uma Constituição (1976) de modelo socialista e por uma ruínosa política de nacionalizações.

Como resposta ao consequente panorama económico fortemente crítico, em 1982 a Associação Portuguesa de Designers (fundada em 1976), sob direcção de Sena da Silva, promoveu na Sociedade Nacional de Belas-Artes a exposição *Design & Circunstância*. O certame propôs-se «glosar alguns motes sugeridos pelo Núcleo de Design» do Instituto Nacional de Investigação Industrial e homenagear simultaneamente a importante acção da *designer* Maria Helena Matos, que, na direc-



Linha de mobiliário Cortez, de Daciano da Costa (1962).

ção daquele organismo entre 1969 e 1976, foi a grande empreendedora da consciencialização e promoção empresarial do *design* em Portugal.

Num quadro de crise económica generalizada (fruto do 2.º choque petrolífero e da má política económica prosseguida, em 1980, pelo governo português), a exposição apresentou 38 *designers* (entre os quais António Garcia, Daciano da Costa, Eduardo Afonso Dias, Jorge Pacheco no *design* industrial e de equipamento, bem como Sebastião Rodrigues, João Machado, José Brandão, Luís Carolo, Assunção Cordovil no *design* gráfico ou Cristina Reis na cenografia), numa nítida unidade em termos de produção, atitude, prática e dignificação profissional (e até geracional), reunidos perante um panorama onde, contudo, emergiam já outras posturas e entendimentos do *design*, anunciando a abertura de um novo ciclo, doravante marcado por *designers* especificamente formados pelas escolas de belas-artes.

Os arquitectos e o *design*: dos anos 80 ao fim do século

Desde os anos 50, aliás, o arquitecto Siza Vieira (n. 1933) praticou exemplarmente a

poética racionalista, tanto na arquitectura como no *design*, através da revisitação das origens do movimento moderno (Casa de Chá da Boa Nova, 1958-1963, com mobiliário e candeeiros expressamente desenhados), num percurso cuja produção assume assinaláveis implicações éticas. A notoriedade que conheceu entre nós nos anos 80, fruto do reconhecimento internacional, levou à reedição de objectos que Siza Vieira desenhara anteriormente, como o candeeiro Flamingo (1972, edição De Facto, 1985), despojada obra de grande unidade formal, características que se estendem também ao candeeiro de mesa Fil (1990, edição M114).

Este rigor projectual e ascético, de vertente neomoderna, é assinalável nas depuradas Cadeiras C1 (1986); no conjunto de Estirador e Banco (1988, edição Carvalho Araújo) que o arquitecto desenhcou para a Faculdade de Arquitectura do Porto, também por ele riscada; na depurada Cadeira Empilhável (1994); na Cadeira Marco (1996), versátil peça que serve em simultâneo de genuflexório, destinada à Igreja de Marco de Canaveses, integralmente desenhada também; no conjunto de Sofá e Mesa editados (1994) pela Altamira; tudo desenhado com um rigor constante, numa verdadeira poética neomoderna —



e que Siza Vieira prosseguiu noutros objectos, de candeeiros a fechos e puxadores de porta, cinzeiros, jarras, solitários, fruteiras, acessórios de banho, espelhos, faqueiros, cálices de porto, serviços de chá — o que não impediu que nas célebres *Cómoda 1* (1985) e *Cómoda 2* (1990), editadas pela Fago, o arquitecto revisitasse, depurando-a, a memória dos antigos contadores. Frequente nos arquitectos e *designers* formados na Escola do Porto, encontramos a estética neomoderna do despojamento e do rigor racionalista em figuras também nossas conhecidas como Fernando Távora (1923-2005), já de uma geração anterior, tanto na sua arquitectura como no *design* (Mesa de Abas, edição Fago), onde procedeu a novos entendimentos das técnicas e materiais tradicionais, senão mesmo das formas antigas, em depurada revisitação do passado (cadeiras desenhadas para a Casa Primo Madeira, 1980-1987); em Eduardo Souto de Moura (n. 1952), que a estendeu ao *design* de equipamentos (Candeeiro de Mesa, 1988), com risco de sóbrios objectos de magníficas proporções (Mesas Série 3, edição José Filipe & Filho, 1993; Mesa Mesotta 1, 1997, edição DDI) e também de interiores (Companhia de Seguros Real, Évora, 1992-1993), com pontual irrupção de humor (Candeeiro de Mesa Piu-Piu, c. 1997, edição Loja da Atalaia e DDI); em Adalberto Dias (n. 1953), que também explora a diversidade dos materiais (Maple, edição Fago; candeeiro de secretária Cartola, 1991, edição Carvalho Baptista), enveredando por uma linha ascética (Cadeira (e Mesa) para Computador Ria, 1995, edição Mobapec) que origina singulares soluções funcionais (Cadeira de Auditório Vai e Vem, 1996, edição Mobapec); e, sobretudo, em José Manuel Carvalho Araújo (n. 1961), arquitecto portuense e também *designer* da empresa familiar (linha Arpa, 1989-1993, edição Carvalho Araújo), interessado na depuração racional (Cadeira

Escolar, 1988, Produção Iduna), sintetizando pesquisas do passado sem deixar de inovar (Cadeira Tronco, 1990, produção Iduna), explorando contrastes formais e de materiais (Cadeira «T», 1993, série limitada), em crescente depuração (Cadeiras Lambrikas, 1994; sistema modular Arco, 1996, ambos Produção Iduna) que culminou numa dimensão quase minimal (candeeiro Pilo, 1994; Cinzeiro Portaceneire, 1995).

Na obra de Alcino Soutinho (n. 1930), arquitecto pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, encontra-se outro esclarecedor exemplo do racionalismo funcionalista (Mesa de Apoio, edição Fago; Cinzeiro, 1994), aliado porém a um notório sentido de elegância e consciência das funções práticas e sociais dos móveis de assento (Cadeira Empilhável e Poltrona para a Câmara Municipal de Matosinhos, edição de 1987). O arquitecto Miguel Arruda, por seu turno, manteve a sua linha de discreta e eficaz contenção, em funcionais móveis articulados (Banco e Cadeira Linha Golf, 1983, edição Planiforma) ou desmontáveis (Linha Vila Nova, 1985), realçando a importância das madeiras tradicionais.

Já Tomás Taveira (n. 1938), cujo protagonismo no ateliê Conceição Silva/Maurício de Vasconcelos foi marcado por excelentes projectos, desde logo a obra-prima que foi a Loja Valentim de Carvalho em Cascais (1969), incontornável obra *pop*, na qual o risco arquitectural e a importância pioneira dedicada ao *design*, de exteriores e interiores, gráfico e de equipamentos, culminaram numa unidade inteiramente nova, conceptualmente revolucionária, minando os valores da racionalidade e universalidade que haviam moldado o movimento moderno, praticado pela 1.^a geração de *designers* portugueses, na busca de uma aproximação expressiva capaz de conciliar a aspiração dos novos tempos aos valores democráticos — particularmen-



te relevante quando inserida num meio que vivia o drama agravado da Guerra Colonial e de um sistema e regime político conservador, autoritário e moribundo, gorada que foi (e como cedo logo se revelou) a promessa ilusória da chamada «Primavera marcelista».

Posteriormente, no seu próprio ateliê, T. Taveira desenvolveu uma linguagem arquitectural progressivamente exuberante, receptiva a diversas influências em diluição actualizada das fronteiras estilísticas tradicionais, como no Complexo de Edifícios Comerciais, de Escritórios e de Habitação das Amoreiras (1980), com equipamentos especialmente desenhados, assinalando o acerto da arquitectura portuguesa com a prática pós-moderna internacional. Pioneiro do novo *design*, caracterizadamente plástico, Tomás Taveira concebeu, em 1985, as Cadeiras Marcelo I, Marcelo II, III e Fórum, em madeira policromada a esmalte, numa atenção dada à relação sensorial entre o objecto e o seu utilizador como antidoto eficaz contra o funcionalismo — e em 1985, o galerista Luís Serpa promoveu na sua Galeria Cómicos a exposição *New Transfigurations*, onde T. Taveira descontruiu objectos supostamente identitários como o galo de Barcelos. Estas características foram depois demonstradas nas cadeiras que T. Taveira concebeu em 1989: a icónica Cadeira Rick, e, ainda, a espectacular Cadeira Sandman, na qual a ênfase multidisciplinar recorreu ao *design* gráfico. Nos anos 90, Tomás Taveira desenvolveu estas características como metáfora cenográfica da efemeridade (Cadeira Sílvia, 1990), como revisitação estilizada e actualizada do passado (Cadeira Mackintosh I, 1993), como transfiguração das memórias e dos ícones historicistas (Série de Cadeiras D. Dinis, D. João I, D. Pedro I e D. Maria I, edição Dimensão, 1992-1993), senão do próprio modernismo (versões da Cadeira Laura, 1993, edição Caligaris) e como demonstração do californiano *free-style*, que

estendeu a cenografias de programas televisivos.

Manuel Reis e o novo *design*

Este período conheceu, contudo, a suplantação da simples dicotomia modernismo/pós-modernismo através de um considerável número de factores. Ainda na década de 80 assinalou-se, aliás, uma nova fase da economia portuguesa (desde 1985), marcada pela adesão do país à CEE (1986), pela estabilidade política assegurada por um governo de maiorias parlamentares absolutas e pela importante melhoria no nível de vida (desde 1986), assinalando um período de evidente prosperidade entre 1985 e o começo dos anos 90.

A redução do intervencionismo do Estado, o reforço da actuação das forças de mercado, o optimismo e as melhorias no consumo privado estiveram, naturalmente, ligadas à expansão da produção e ao interesse renascido pelo *design* em Portugal — embora o *design* português continuasse a assinalar uma especificidade notória, fruto dos difíceis condicionalismos anteriores e da persistência das rotinas industriais e tecnológicas associados, paradoxal e singularmente, ao desejo contínuo de acerto com o panorama internacional. Na verdade, como falar de sociedade de consumo num país onde tanto tardou o modelo capitalista e onde a abundância foi recente e relativa, de pós-modernismo numa sociedade onde o próprio modernismo teve uma expressão limitada, ou de era pós-industrial num meio onde a indústria jamais atingiu a expressão de grandes corporações? Verdadeiro desafio para os *designers* portugueses, tais condicionantes foram, porém, por eles suplantadas, em virtude do seu talento criativo, da postura profissional adoptada e da inerente qualidade do seu trabalho, de relevância internacionalmente reconhecida. Ao longo deste período, mo-



delos tradicionalmente associados à pintura, escultura, ourivesaria, fotografia e às próprias artes da decoração intervieram no âmbito do *design*; fenómenos como o *styling* foram reavaliados, muitas vezes através da revisitação do passado ou da emergência de poéticas que retomaram o *streamlining*; a moda emergiu como um fenómeno marcante, associado a novos hábitos de representação, utência e consumo; o *design* adquiriu um forte estatuto de distinção e promoção social; a crónica insuficiência industrial do país obrigou ao recurso a matérias e processos artesanais; e, frequentemente, o debate teórico fundador foi preterido. Tudo isto é reflexo de uma era cujo individualismo fomentou a diversidade, ultrapassando a universalidade e ortodoxia modernista e promovendo o novo *design*, praticado por uma nova geração, a segunda, de *designers* portugueses, criadores de verdadeiros objectos icónicos.

No lançamento e promoção do novo *design*, caracterizadamente plástico e multidisciplinar, foi fundamental a acção empreendedora de Manuel Reis na sua Loja da Atalaia (fundada em 1981), na homónima rua lisboeta. Em 1988, Manuel Reis lançou naquele espaço-laboratório uma revolucionária colecção-revelação de *design*, de edição limitada, da autoria de *designers*, arquitectos e artistas plásticos, muitos dos quais se contam entre os maiores *designers* portugueses da segunda geração: Pedro Silva Dias, Filipe Alarcão, Fernando Sanchez Salvador, Margarida Grácio Nunes, Eduardo Souto de Moura, Francisco Rocha, Leonaldo de Almeida (mesas, cadeiras, sofás, aparadores, secretárias, consolas, estantes, biombos, móveis de gavetas, candeeiros de pé e de parede, jarras) e Jwow Basto (tapetes).

A acção concertada desenvolvida por Manuel Reis na Loja da Atalaia em simultâneo com o Restaurante Pap'Açorda (1985), dos *food-designers* Fernando Fernandes (n. 1957) e José Miranda (n. 1943) e, so-

bretudo, com a abertura, em 1982, do icónico Bar Frágil, com as suas decorações-instalações de grande impacto plástico periodicamente renovadas, na criação de ambientes inovadores por artistas visuais (Pedro Cabrita Reis, Francisco Rocha) permitiu reunir e concentrar uma elite de, entre outros, criadores, arquitectos, artistas visuais, músicos, *designers* gráficos, de equipamento e moda, professores universitários, joalheiros, jornalistas, cineastas, DJ, manequins e fotógrafos — e, entre 1985 e 1995, Manuel Reis promoveu um movimento cultural sem paralelo no país, determinou um impacto considerável na renovação cosmopolita do gosto e dos hábitos e promoveu, ainda, a recuperação e vivência de uma zona urbana (o Bairro Alto), de outro modo irremediavelmente degradada.

Na 2.^a geração, destaca-se a personalidade de Pedro Silva Dias (n. 1963), com trabalho desenvolvido nas áreas da arquitectura de interiores, grafismo, *design* industrial, sinalética e cenografia. A quase totalidade das peças que desenhou, de acerto internacional, constituem já verdadeiros ícones (Cadeira Mitsuhirato, 1987; Móvel Igor, 1991, ed. Loja da Atalaia). O seu trabalho caracteriza-se pela extrema sofisticação de formas (Cadeira Mitsuhirato, 1987; Móvel Igor, 1991, ed. Loja da Atalaia), a par de uma vertente sempre funcional, em soluções de grande simplicidade formal (Nichos e Cabines para instalação de telefones públicos da Portugal Telecom, 1997-1998; Bloco sanitário integrado IES-SE, 2003, produção M.A.), que chega a uma leveza desmaterializada (Cadeira Bacarat, edição Loja da Atalaia, 1996) ou de escultórica vocação minimal (Cadeira Alcatifa, edição Altamira, 2001; Cadeira DeLux, Loja da Atalaia/M.U., 2004; Cadeira Laminar, 2004, ed./prod. M.U.).

A qualidade artesanal também se encontra no trabalho de Filipe Alarcão (n. 1963), que desenvolve projectos de *design* industrial, *design* de mobiliário, *design*



urbano, *design* de produto, iluminação, cerâmica, vidro e cristal, bem como interiores de apuro minimal (Loja ModaLisboaDesign, 2000; Merceria DeliDeLux, 2004), também desmaterializado em luz e transparências (Loja/Galeria Atlantis Crystal, 2000). O seu *design* de cerâmicas (Prémio Nacional de Design do Centro Português de Design, 1992) apresenta grande apuro formal e funcional, de pontual vertente reciclada (Prato Dominó, edição Hand Matters, 1999) e sempre de grande delicadeza, evidente também no domínio dos metais (Peças de Secretária Bend, edição Hand Matters, 1995). O arquitecto Fernando Sanchez Salvador (n. 1953) revisitou o passado em certas obras (Cadeira Atalaia, edição Loja da Atalaia, 1988) e explorou a tradição artesanal (Móvel TR, edição do *designer*), revelando a preferência por formas amplas e espacialmente impositivas, lineares e simultaneamente escultóricas (aparador Entremuros, 1988; poltrona Onda, 1990, ambos editados por Loja da Atalaia), de acentuado rigor, cuja linguagem estendeu a outras peças (Candeeiro Candlesemtom, protótipo, 1999). Já a obra da arquitecta Margarida Grácio Nunes (n. 1953) alia a qualidade artesanal ao contraste de materiais, numa pesquisa rigorosa que se assume como metáfora da era industrial. De formas estruturadas (Estante Pap'Açorda, peça única, 1992), os seus móveis e objectos associam diferentes materiais (Jarras Maria Pia e Maria da Fonte, edição Loja da Atalaia, 1988), num conjunto de acentuada unidade formal e cromática (Candeeiro Fresta de Luz), demonstrando requintado acerto na prossecução de uma obra global caracteristicamente contemporânea. Noutra vertente formal encontra-se o trabalho dos *designers* Luísa Coder e José Russel (n. 1953), criadores, em 1987, do Grupo Infracções, que desenvolve projectos no campo do mobiliário, objectos e joalharia, bem como de reciclagem de «móveis perdidos». O fabrico das suas peças é semi-artesanal e



Móvel Igor, de Pedro Silva Dias (1991).

comercializado em pequenas séries, numa linha receptiva aos estímulos da cultura visual contemporânea e dotada de uma vertente lúdica de redesign (Sofás Rómulo e Remo, 1994; Mesa de Apoio Madonna, 1994) que assume uma notável condição francamente escultórica associada a propostas provocadoras de uso e fruição (Corvo, Cadeira de piscina para tomar duche sentado, 1999). Assinalou-se ainda a eclosão do Movimento de Criadores de Moda: Ana Salazar (n. 1941) foi, desde os anos 70, pioneira do movimento em Portugal, libertando-a dos tradicionais constrangimentos do plágio da *haute couture*, pelo que o movimento adquiriu um estatuto até então inédito. Iniciando o processo com a



Ana Salazar, colecção 1987.

abertura da loja A Maçã (1972), e lançando posteriormente as colecções Harlow (1978) e Ana Salazar (1979), desenvolveria a sua actividade na edição de roupas de casa, perfumes e cerâmicas, numa eficaz contenção de vocação minimal, pontuada por súbitas irrupções neo-românticas.

Neste domínio formal destacar-se-iam, desde os anos 80, Manuela Gonçalves (n. 1945), com as suas peças fortemente estruturadas e de cariz nipónico, as duplas Manuel Alves (n. 1952)/José Manuel Gonçalves (n. 1961), atentos a sugestões internacionais, Eduarda Abbondanza (n. 1959)/Mário Matos Ribeiro (n. 1959) e José António Tenente (n. 1966), de um minimalismo pontualmente festivo e neo-romântico, entre outros, cuja interligação a joalheiros, fotógrafos de moda e *designers* gráficos criou uma dinâmica fortemente mediática. Indústria artística tradicional e correlativa, a

joalharia foi também renovada, num processo que se iniciou em 1963 com Alberto Gordillo (n. 1943) e Kukas (n. 1928), pioneiros da joalharia moderna que repudiaram o historicismo e o folclorismo dominantes, desenvolvendo, respectivamente, uma pesquisa formal neobarroca, ou um rigor formal crescentemente depurado. Igualmente importante foi o contributo pioneiro do escultor José Aurélio (n. 1938), que, entre as décadas de 60 e 70, criou jóias onde aliou metais preciosos e gemas a materiais não-convencionais. Novo impulso nasceu em 1977 com a vinda para Portugal das joalheiras Tereza Seabra (n. 1944) e Alexandra Serpa Pimentel (n. 1954), respectivamente dos EUA e Inglaterra, onde receberam formação no âmbito do Movimento Internacional da Nova Joalharia. A sua prática profissional, reforçada pela docência de Tereza Seabra no AR.CO (desde 1978), revelou a proposta de uma produção marcada pela quebra de entendimentos e práticas tradicionais e pelo repúdio da vertente comercial, aliada à receptividade a processos específicos de outras áreas (pintura, escultura, cerâmica, têxteis) e à exploração de novas técnicas, materiais e formas. A criação da galeria de jóias Artefacto 3 (1984) pelas joalheiras referidas e pelo discípulo Pedro Cruz (n. 1960) iniciou o processo de divulgação da nova joalharia.

No AR.CO ensinou também (1982-1988) Filomeno Pereira de Sousa, autor de escultóricas jóias de materiais não-tradicionais que, em 1988-1989, inaugurou a galeria-escola de formação de joalheiros Contacto Directo. Desde então, de ambas as escolas saíram novas gerações de joalheiros, no contexto de um verdadeiro movimento da moderna joalharia portuguesa, como Paula Crespo (n. 1947), Marília Maria Mira (n. 1962), Luís Moreira (n. 1964) e Cristina Filipe (n. 1965). A actividade das escultoras/joalheiras Ana Silva e Sousa (n. 1953) e da portuense Ana Fernandes (n. 1945)



enriqueceu este panorama, contribuindo também para o esbatimento das fronteiras entre a joalheria, a ourivesaria e a escultura, e conferindo ainda uma inusitada efemeridade à jóia, entendida ainda como parte integrante da moda e suas coleções anuais — e a estas autoras se deveram ainda, já nos anos 90, os contributos mais interessantes na renovação da ourivesaria.

Na arquitectura, o novo *design* reflectiu-se no trabalho de Miguel Arruda (loja Valentim de Carvalho, 1990) e, sobretudo, no trabalho dos arquitectos Manuel Graça Dias (n. 1953) — que, logo em 1984, apresentou com José Caldeira a exposição *Móveis & Móveis* na Galeria Cómicos — e Egas José Vieira (n. 1962), autores de cenográficas obras (Pavilhão de Portugal na Expo de Sevilha, 1992) e também de equipamentos de notória eficácia comunicacional, cujos interiores, por vezes integralmente desenhados, assumem pontualmente a dimensão de um *work in progress* em constante transformação (restaurante Casanostra, 1985, ampliado em 1993-1994; loja Ana Salazar, desde 1988).

Do ateliê Protodesign ao século xxi

Factores positivos foram ainda a afirmação do Centro Português de Design (1990), na ligação e estímulo, sempre insuficientes, entre o *design* e a indústria portuguesa, bem como a divulgação regular do *design* português em exposições internacionais promovidas pelo ICEP/Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal.

Do lado das exposições, se a exposição Design Lisboa 94 se assemelhou a uma mostra comercial na sua procura exacerbada de estabelecimento dos necessários vínculos com a indústria e pugnou pela ausência de espírito crítico e de reflexão teórica, devem assinalar-se as exposições internacionais Manufaturas-Criação Portu-

guesa Contemporânea (Bruxelas, Festival Europália 1991), onde se apresentou o marcante grupo Ex-Machina (1989-1992), reunindo os jovens *designers* José Viana (n. 1960), Paulo Parra (n. 1961), Marco de Sousa Santos (n. 1962) e Raul Cunha (n. 1963) — autores de singulares obras de *design* biomórfico (Serviço de chá Nave, 1991, edição Secretaria de Estado da Cultura) ou de acento vincadamente tecnológico (Telefone Nó, 1990, Sony Design Vision 90) —, Diseño Português (Madrid, 1992), El Diseño Portugues en Movimiento (Barcelona, 1995) e Design aus Portugal (Frankfurt, 1997). Entre a multiplicidade de propostas e discursos que caracterizaram o *design* em Portugal nos anos 90, e na esteira das sugestões internacionais da alternativa de um *design* mais pragmático e responsável, assumiram particular importância as preocupações de índole ecológica através do reaproveitamento criativo de objectos. Significativa deste facto foi a inauguração, logo em 1994, na Loja da Atalaia, da exposição Qualquer Semelhança É Inevitável (comissário: Filipe Alarcão): 40 personalidades vindas do *design*, da arquitectura,

Candeeiro Cartucho, de Filipe Alarcão.





da escultura, da pintura, da joalheria e da moda apresentaram uma produção onde o *ready-made*, a arte *povera*, o conceptualismo, a instalação, o artesanato, a pintura, a escultura, o *design*, a decoração, a joalheria e a moda proporcionaram uma construção e desconstrução do próprio *design* — e como objectos icónicos, editados pela Loja da Atalaia, podemos eleger os candeeiros Peúgo de Pedro Silva Dias e Cartucho de Filipe Alarcão. Entretanto, Marco Sousa Santos fundou o ateliê Protodesign (1992-2002), onde trabalhou como *designer*, coordenador de projectos especiais e director. A Protodesign desenvolveu importantes projectos internacionais multi-autor, de aspiração democrática e difusão além-fronteiras, como o Ultra-Luz (1996), programa coordenado por M. Sousa Santos, juntamente com José Viana, que se destinou à criação de candeeiros inovadores em polipropileno (*design* de M. Sousa Santos, J. Viana, Raul Cunha, Miguel Vieira Baptista, P. Silva Dias, F. Alarcão, Ricardo Custódio e Alexandre Cardoso); o programa Terra (1997), conjunto de candeeiros de cerâmica entregues a 12 *designers* diferentes (P. Silva Dias, F. Alarcão, José Viana, M. Vieira Baptista, Raul Cunha, Uwe Fischer, Konstantin Grcic, Mats Theselius, Fernando Brizio, Sebastian Bergne, Arik Levy e o próprio M. Sousa Santos); ou, ainda, o programa Sweet Revolution (1999), de objectos em tradicional vidro soprado mas de forma revolucionária (com autorias de Elder Monteiro, F. Brizio, F. Alarcão, Paulo Parra, Raul Cunha, João Felix, Eliane Marques, Luís Pessanha, M. Vieira Baptista, Francisco Providência, Rita Filipe, J. Viana e novamente M. Sousa Santos). Uma qualidade formal revolucionária, conceptualmente rica e de apuro minimal, caracterizou esta produção do ateliê Protodesign, com colaboração de alguns dos mais destacados *designers* da actualidade, cujo sucesso em exposições e feiras internacionais proporcionou uma rede de contactos e

visibilidade inéditas, reflectindo-se na posterior renovação do vidro, da cristalaria e da cerâmica em Portugal.

Marco Sousa Santos (n. 1962), professor na Fbault, Ecal de Lausanne e Esads de Estrasburgo, desenvolve no seu trabalho (equipamento, exposições, mobiliário, iluminação, cerâmica, vidro e cristal) um conceito de criatividade sistemática, com grande apuro e racionalidade de formas numa vertente minimal (Mesa Metamax, edição Protodesign, 1999), características que se apuraram na icónica Cadeira Alma (edição Alma Home, 2003), conceptualmente inovadora — sem esquecer uma dimensão experimental e de sofisticação de formas (candelabro Incomplete, edição Sátira, 2005). José Viana (n. 1960), *designer* de singular rigor e experimentalismo, foi autor da humanizante Cadeira Complanar Facie (Protodesign, 1991), redutível a uma simples folha de matéria-prima em economia de matéria-prima e redução volumétrica, obedecendo ao critério de sustentabilidade e ao conceito de complanaridade (accionamento por uma só mão) que têm orientado o seu trabalho — sem excluir pontual vertente irónica, visível no seu Candeeiro de Mesa (edição Protodesign, 1999).

Paulo Parra (n. 1961), com trabalho desenvolvido nas áreas de iluminação, mobiliário, produto e sistemas de comunicação, assume uma atitude especulativa com correspondência formal na redução expressiva e na preferência por materiais simples, aliados a uma atitude ecológica. Tais características são evidentes nas cadeiras Perfil (1991) e Mínima (1996), ambas de edição do autor, num minimalismo formal revisto na icónica Cadeira Água (edição Infusão, 1998), em chapa de vidro termomoldada, segundo uma sofisticação formal e produtiva que resulta de um programa conceptual onde são renovadas e estreitadas as relações entre o homem e os objectos, sendo o corpo entendido como prolonga-



mento daqueles (Programa O Homem Simbiótico, desde 2002) — tendo o *designer* reunido uma rara coleção de *design* técnico de nível internacional que, exposta em 2003 na Casa da Cerca, aguarda a merecida musealização.

Miguel Vieira Baptista (n. 1968) integrou a equipa do ateliê Protodesign e desenvolveu trabalho de comissariado (com Matthias Dietz e Mats Theselius, Low Budget — Objectos do Quotidiano, 1997; a icónica Dieter Rams Haus, 2001, ambas no Centro Cultural de Belém; Montra, Helsínquia, 2003), desenho de exposições (Project 01, para a Atlantis; exposição/instalação Voyager, para ExperimentaDesign 2001) e projectos de interiores e ambientes (18.^a edição e seguintes da ModaLisboa, 2002-2004). A contenção expressiva, a par de uma inequívoca sofisticação formal (Tapete Handle-It, edição Asplund, 2001), caracteriza a sua produção, geralmente numa vertente de eficácia minimal (Tabuleiro Pile, edição Authentics, 2001) que, por vezes, assume um pontual acento irónico mas funcional na reutilização e reinterpretação de

objectos do quotidiano (Copo Duplo, protótipo, 1999; Bloco de Notas Furo, edição ModaLisboa Design, 2001).

Francisco Providência (n. 1961) é autor de projectos de *design* de comunicação, muitos deles dotados de fina ironia e sentido de humor (Cartaz Cigadania, proposta recusada pelo Governo Civil de Braga) ou de grande eficácia comunicacional (Imagem Corporativa da Câmara Municipal de Guimarães, 1999; Tapumes Porto 2001) —, bem como de equipamento para instituições, empresas comerciais e industriais. Entre este, avultam as cadeiras Delicatessen (edição Julcar/Sátira, 1997) e Natura (edição In-Úteis, 1998), a mesa Natura (edição Julcar, 1998) e o mobiliário infantil para biblioteca Liber (edição Julcar, 2001), cuja simplicidade formal ilustra uma poética minimalista na medida em que a forma se reduz à sua menor expressão, de acordo com um programa pessoal de «eco-design» que evidencia uma aproximação à economia da natureza.

No domínio do *design* gráfico, a 2.^a geração é marcada pela figura tutelar de

Cadeira Alma, de Marco Sousa Santos (2003).





Henrique Cayatte (n. 1953), que, vindo da ilustração, desenvolve igualmente projectos de comissariado e desenho de exposições, bem como de sinalética (co-autor com Pierluigi Cerri da sinalética da Expo 98), sendo o actual presidente do Centro Português de Design. Autor do icónico grafismo do jornal *Público* (1989), conheceu desde aí uma carreira ascendente da qual se destacam o *design* da revista *Ler* (até 2001), dos catálogos publicados por ocasião da Lisboa, Capital Europeia da Cultura (1994) ou, mais recentemente, do grafismo sofisticado da revista *Egoísta* (2000).

Destacado cineasta, João Botelho (n. 1949) concebeu o marcante *design* da revista *K* (1989), bem como a imagem gráfica dos romances da editorial Cotovia (desde 1992). Jorge Silva (n. 1958), director artístico de publicações como os jornais *O Independente* e *Público* (suplementos *Mil Folhas* e *Y* e revista *Pública*), criou em 2001 o ateliê Silva!designers, responsável por publicações periódicas como *Ler*, *Jornal Arquitectos*, *Serralves*, *Agenda Lx*, recebendo numerosos prémios. Luís Miguel Castro (n. 1956) destacou-se, desde 1983, como *designer* de numerosos catálogos referenciais editados pela Cinemateca Portuguesa, tendo sido igualmente director gráfico e artístico da revista *K* (1989) e *designer*, entre outros, do livro *Fotobiografia* (2005) de Agustina Bessa Luís. Manuel Rosa (n. 1953), escultor de formação, produtor editorial da Assírio & Alvim desde 1975, concebeu, nomeadamente, o grafismo do livro *Alguns Motetos* (1999) de José Bento ou o álbum de fotografias de Jorge Molder *Luxury Bound*. Luís Moreira (n. 1965), director criativo da TVM Designers, destacou-se como autor do grafismo das revistas *Oceanos* e *Camões* (1998). Mário Feliciano (n. 1969) iniciou o seu trabalho na revista *Surf Portugal* (1993), fundou (1994) o estúdio gráfico Secretonix para depois criar (2002) a sua editora de tipos, a Feliciano Type Foundry, com trabalho marcan-

te (sistema tipográfico Projecto Morgan, 2001). Ricardo Mealha (n. 1968) criou com Ana Cunha (n. 1971) a empresa RMAC, tendo desenvolvido projectos de *design* gráfico, industrial e de interiores, e tendo como trabalho referencial o grafismo e imagem da Discoteca Lux (desde 1998).

O crescente interesse pelo *design* culminou na abertura (1999) do Museu do Design no Centro Cultural de Belém (museologia de Rui Afonso Santos; museografia arq. Paul van Derbotemet), que, reunindo a colecção de Francisco Capelo, permitiu a apresentação pública de um acervo de *design* internacional de grande relevância, «de 1937 até hoje» — e nele, a par dos objectos icónicos universalmente reconhecidos dos maiores *designers* mundiais, entre mobiliário, equipamento, vidros, cerâmicas e metais, contaram-se algumas qualificadas marcações portuguesas. Até ao seu encerramento (2006) o museu foi importante sucesso junto do público (média de 200 visitantes por dia), embora a ausência de direcção e programação específicas cerceassem a sua vocação museológica.

Igualmente a nível institucional, e no seguimento das acções da Protodesign, extremamente importante foi a realização, em Setembro de 1999, da primeira edição da bienal sobre cultura material, de âmbito internacional, ExperimentaDesign 99, dirigida pelos *designers* Marco Sousa Santos e Guta Moura Guedes, sob o tema genérico Intersecções do Design, num entendimento alargado do processo. A aposta expositiva no *design* feito em Portugal foi aí largamente celebrada, em exposições de *design* industrial e de produto, demonstrando-se igualmente a interpenetração entre os universos do *design*, da arquitectura e das artes visuais, enquanto numerosos eventos especiais e paralelos, entre exposições, instalações, *workshops*, ciclos de cinema, conferências e debates, sedimentaram Lisboa como um lugar privilegiado de experi-



mentação, reflexão e divulgação sobre o *design*.

A segunda edição da bienal (2001), concebida por Guta Moura Guedes, pelo artista visual João Paulo Feliciano e pelo arquitecto Pedro Gadão, alargou ainda mais as áreas disciplinares envolvidas e reflectiu sobre o tema *Modus Operandi*. O projecto foi coroado de sucesso, pela qualidade dos eventos, e apresentou a icónica embaixada cultural autotransportável *Voyager*, veículo desenhado por Miguel Vieira Baptista.

Ressurgida em 2003 como Bienal de Lisboa, e desde então dirigida por Guta Moura Guedes e J. Paulo Feliciano, a *ExperimentaDesign* obliterou contudo a sua vocação pública de promoção e internacionalização de uma cultura do *design* num meio proverbialmente adverso, através do envolvimento activo das escolas, das empresas e das instituições culturais, a favor da vertente didáctica desenvolvida em conferências e *workshops* e da promoção internacional — mas em 2003 a *Experimenta* apresentou, no Hangar K7 da Fundação de Oeiras, a excelente exposição *Linha de Água — Perspectivas sobre a Requalificação da Orla Costeira de Oeiras*, comissariada por Henrique Ralheta e José Viana, reunindo as propostas de destacados *designers* de produto, gráfico, arquitectos, artistas visuais, fotógrafos e cenógrafos (P. Silva Dias, Fernando Brízio/ateliê NPK; Elder Monteiro/João Pedro Vale; Luís Pessanha/Flúor; Sara Nobre/Carlos Guerreiro; Alexandra Cruz/Victor Diniz; Cristóvão Pereira/Sérgio Vicente; ateliê BRDG/Silvia Barradas; Ateliersdesantacatarina/Nuno Horta Santos/ateliê LSD), tal como depois o voltaria a fazer, de parceria com o Centro Português de Design, na exposição *Transit — Contributos para Um Universo TAP*, apresentada (2005) por ocasião da exposição *Voa Portugal* no Museu da Cidade.

Diversa foi a feira de âmbito internacional IN'Nova, ocorrida na FIL, programada

por Marco Sousa Santos, que, ao longo de duas edições (2003-2004), apresentou o melhor do *design* português nos produtos da fileira casa, através da colaboração activa entre empresas e *designers*. A IN'Nova promoveu o desenvolvimento de 150 novos produtos, apresentou protótipos de jovens *designers* portugueses passíveis de produção imediata, promoveu consultadoria de imagem corporativa junto de empresas, projectos experimentais com ateliês internacionais (Vogt & Weizenegger, Radi Designers, Atelier Dallas, etc.) e exposições icónicas (exposição-instalação de Fernando Brízio), entre outras actividades, num estreitamento efectivo dos laços entre produtores, industriais, *designers* e consumidores. Apesar destes indispensáveis esforços, e da reconhecida qualidade dos *designers* portugueses, persistem em Portugal as rotinas industriais e continua a não existir uma política empresarial consciente do valor do *design* e do *marketing* como instrumentos fundamentais de desenvolvimento, constituindo excepções as empresas Cutipol (com *design* de José Joaquim Ribeiro), Vista Alegre/Atlantis, Molde Cerâmicas, Cerâmicas São Bernardo, Designwise (marca da Experimenta), Pal (*design* de Paulo Vale), Silampos, Sátira (criada pelo *designer* Pedro Sottomayor, n. 1973) e Saindusa.

Entretanto, surgiram igualmente *designers* que, pela sua idade e qualidade de trabalho desenvolvido, serão já inseríveis numa 3.^a geração de *designers* portugueses. O mais paradigmático destes será Fernando Brízio (n. 1968), que, desde 1997, desenvolve actividade marcante na área de *design* de produto, mobiliário e desenho de espaços para exposição. O seu trabalho é profundamente original e comunicativo, recorrendo a processos vindos do universo das artes visuais e a estratégias singulares como a fusão ou incorporação de partes de um objecto noutro que lhe é estranho (Prateleira com Nivel, Designwise,



1999; Garrafa com Copo, Protodesign, 1999), inversões de género de finíssima ironia (Bancos com Dedeira Masculino e Feminino, 1999; Toalha de mesa Tableshirt, edição Details, 2000), princípios de física como equilíbrio e desequilíbrio (Bowl with Pin, protótipo, 2000) ou impressão de acções directamente no objecto (Quadro Hidrossensível Paisagem Invisível, Designwise, 2000), características prosseguidas com uma funcionalidade notória que torna estas criações perfeitamente industrializáveis e nos antípodas do formalismo, segundo um método de trabalho que procura estabelecer uma estratégia de produção de meios — e icónica foi a exposição-instalação Sound System (2003), tradução tridimensional das ondas sonoras envolvidas na nomeação de objectos.

Elder Monteiro (n. 1973) desenvolve um trabalho revolucionário na forma e nos conteúdos, sendo também capaz de gerar novos programas (Limpo, DielmaginäreManufaktur, 2000) e hábitos de sociabilidade e consumo (Cesto de pão, WickerGames, 2002). Internacionalmente confirmado por ocasião da ExperimentaDesign 2003 (Stand Renault) e pela feira In'Nova (2003-2004), Elder Monteiro apresentou neste último certame um projecto experimental de vidro, de técnicas de *fusing* (Guelas, Sopro, 2004). Recentemente, associou-se ao *designer* Toni Grilo (n. 1979), formando o projecto Objection, propondo o desenho de objectos, interiores e espaços efémeros para empresas nacionais e internacionais, sob critérios de grande qualidade. A preparação do lançamento de duas marcas de mobiliário urbano nacionais, ou a prototipagem do primeiro computador desenhado em Portugal, são actividades actuais desta parceria.

Luís Pessanha (n. 1974) prossegue a simplicidade processual em objectos inovadores (Banco, protótipo, 1999) que podem, igualmente, assumir uma vertente conceptual e crítica materializada em no-

vas utilizações (Estante de Livros, protótipo, 2001), enquanto Henrique Ralheta (n. 1975) alia a vertente sociológica e discursiva do *design* a real sofisticação de formas (Mesas Oreo, protótipo, 2001), desenvolvendo igualmente projectos de espaços para exposição.

Fundada em 2001, a empresa CalDesign é constituída por Sérgio Gonçalves (n. 1975), Eduardo Sousa (n. 1973), Raquel Abreu (n. 1975) e Nuno Fernandes (n. 1976). O seu trabalho desenvolve-se em duas vertentes: o desenvolvimento e edição de projectos próprios (o que permite um trabalho especulativo, de investigação de conceitos, materiais e técnicas) e a colaboração com as empresas (com abertura ao reencontro com a indústria, assimilando linguagens e processos industriais) — materializando-se nos domínios da cerâmica, alumínio, vidro, plástico e mobiliário. Um lado de alegoria, humor e de insólito caracteriza certos objectos (Copos, Marinha Grande MGlass, 2004), alguns de uma sofisticada funcionalidade, atenta à cultura urbana contemporânea (Mobiliário de casa-escritório Mobilsystem, edição Hydro Alumínios Portalex, 2004), ou de hiperversatilidade (Mobiliário para quartos de crianças 4 Ever, Exagô, 2005).

No domínio do *design* gráfico e de comunicação destacam-se na 3.ª geração, entre outros, os ateliês Barbara Says (António Silveira Gomes, Mafalda Anjos, Francisca Mendonça), Flúor Design (Pedro Santos, Filipe Lizardo e outros) e R Dois Design (Artur Rebelo e Lizá Ramalho).

Quanto à moda, os anos 90 sedimentaram um evento regular como a ModaLisboa, dirigido pela dupla Abbondanza/Matos Ribeiro, como o palco privilegiado de consagração e revelação de novos talentos (enquanto um certame como o Portugal-Fashion procurou o estreitamento de laços com a indústria numa perspectiva mais comercial), e assinalaram a eclosão de uma 2.ª geração de *designers*, como Maria



Gambina (n. 1968), Miguel Flor (n. 1972), Dino Alves (n. 1967) ou Luís Buchinho (n. 1968), cujo trabalho se caracteriza, respectivamente, pelo eclectismo da subversão entre a *haute couture* e o *sportswear*, ou da estrutura do clássico masculino, pelo cruzamento entre a roupa, o *styling* e a atitude à luz de uma tónica performativa ou, ainda, pela aliança entre o rigor, o desenho e a feminilidade.

Posteriormente, do fim de século aos anos 2000, notabilizaram-se Lidija Kolovrat (n. 1962), que aliou o *design* de moda ao universo das artes visuais contemporâneas, com predomínio da instalação conceptualmente rica; Osvaldo Martins (n. 1972), com comentários críticos à realidade da globalização contemporânea e conceptualização de modas e costumes urbanos, trazendo ritualmente o privado para a esfera do domínio público; Alexandra Moura (n. 1973), autora de um *mix* formal e conceptual das diferentes culturas, com grande sofisticação, qualidade de detalhe e recorte profundamente urbano e, mais recentemente, o jovem Ricardo Dourado.

Manuel Reis, por seu turno, concebeu e impulsionou uma série de espaços de grande qualidade e de cariz cosmopolita, de sabor nova-iorquino, revitalizando a zona do Cais da Pedra, a Santa Apolónia: a excelente megadiscoteca Lux (1998), com cuidada programação musical, de eventos e espectáculos, onde o reforço do audiovisual e a renovação regular dos espaços-ambientes por artistas visuais (Joana Vasconcelos, João Pedro Vale, Paulo Seabra) se aliou a criteriosa selecção de peças *vintage* — também presentes no re-



Peça da autoria de Dino Alves (ModaLisboa 2004).

quintado Restaurante Bica do Sapato (1999, ambos com risco de F. Sanchez Salvador/M. Grácio Nunes) —, e disponíveis, juntamente com ícones do *design* internacional, na nova e depurada Loja da Atalaia (arq. Alberto Caetano, 2000-2001). Em 2004, Manuel Reis regressou à edição com o lançamento da colecção Absolut, linha de mobiliário e objectos de diversas tipologias, como mesas e cadeiras de sala, café e reuniões, bandejas e cinzeiros com autorias de P. Silva Dias, Filipe Alarcão, Fernando Brizio, Miguel Vieira Baptista e Henrique Ralheta.

Bibliografias

O Estado

- CARRILHO, Maria (1994) — *As Forças Armadas*, in *Portugal 20 Anos de Democracia*, coordenação de António Reis, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Colóquio «A Justiça em Portugal» (1999), Lisboa, Conselho Económico e Social.
- CRUZ, Manuel Braga da (1994) — *A Participação Social e Política*, in *Portugal Hoje*, Instituto Nacional de Administração.
- FREIRE, André (2001) — *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*, Oeiras, Celta.
- LOPES, Fernando F.; FREIRE, André (2002) — *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Uma Introdução*, Oeiras, Celta.
- MAGALHÃES, José — *A Constituição e as Suas Revisões, a Lei e a Justiça*, in *Portugal 20 Anos de Democracia*, ed. cit.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira — *Os Partidos Políticos*, in *Portugal 20 Anos de Democracia*, ed. cit.
- Nato's Sixteen Nations and Partners for Peace (1998) — *Defence and Economics in Portugal*, Special Issue.
- REIS, António — *O Poder Central*, in *Portugal 20 Anos de Democracia*, ed. cit.
- VITORINO, António — *A Democracia Representativa*, in *Portugal Hoje*, ed. cit.
- VITORINO, António (1998) — *O Estatuto Constitucional das Forças Armadas*, in *Janus 98 — As Forças Armadas Portuguesas no novo contexto internacional*, Público-UAL.

A sociedade

- AADV (1999) — *Traços e Riscos de Vida*, coord. José Machado Pais, Porto, Ambar.
- ABOIM, S. (2003) — «Evolução das Estruturas Domésticas», K. Wall (org.) Dossiê Família in *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 13-30.
- ALMEIDA, Ana Nunes e GUERREIRO, M.^a das Dores (1993) — «A Família», in Luís de França (coord.) — *Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural*, Lisboa, IED.
- ALMEIDA, Ana Nunes; GUERREIRO, M.^a das Dores; LOBO, Cristina; TORRES, Anália e WALL, Karin (1998) — «Relações Familiares: Mudança e Modernidade», in José M. L. Viegas e António Firmino da Costa — *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1990) — *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino da e MACHADO, Fernando Luís (1988) — «Famílias, Estudantes e Universidade. Painéis de Observação Sociográfica», *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 4.
- ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino da e MACHADO, Fernando Luís (1994) — «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», in António Reis (coord.) — *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- AMÂNCIO, L. (2003) — «Gender and Science in Portugal», in *Portuguese Journal of Social Science*, Volume 1, (3) pp. 185-189.
- AMARO, Rogério Roque (1985) — «Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados», *Análise Social*, n.º 87-88-89, pp. 605-677.
- BAGANHA, Maria Ioannis e PEIXOTO, João (1996) — «O estudo das migrações nacionais», in J. M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (org.) — *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-239.
- BAGANHA, Maria Ioannis; GOIS, Pedro; MARQUES, José Carlos (2004) — «Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste europeu», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 95-115.
- CAPUCHA, Luís (1998) — «Pobreza, exclusão social e marginalidades», in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.) — *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- CARREIRA, Henrique Medina (1996) — *As Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- CARRILHO, M. J. (2004) — *Situação demográfica*, www.ine.pt

Communautés Européennes (1999) — *Statistiques démographiques — données 1995-1998*, Eurostat, Thème 3

COSTA, António Firmino da; ALMEIDA, João Ferreira de; MACHADO, Fernando Luís; MARTINS, Susana da Cruz; MAURITI, Rosário (2002) — «Social Classes in Europe», *Portuguese Journal of Social Science*, 1 (1).

European Commission, Directorate-General for Research, *She Figures 2003*, www.oces.mctes.pt

ESTER, P.; HALMAN, L. e DE MOOR, R. (1994) — *The Individualising Society, Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press.

ESTEVES, Maria do Céu (org.) (1991) — *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

FIGUEIREDO, Alexandra Lemos; FERREIRA, Vítor Sérgio e SILVA, Catarina Lorga da (1999) — *Jovens em Portugal, Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas 1960-1997*, Oeiras, Celta.

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel e PAIS, Elza (1997) — *Violência contra as Mulheres*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Cadernos Condição Feminina n.º 48.

MACHADO, Fernando Luís (1992) — «Etnicidade em Portugal: contrastes e politização», *Sociologia problemas e práticas*, n.º 12, pp. 123-136.

MACHADO, Fernando Luís (1997) — «Contornos e especificidades da imigração em Portugal», *Sociologia – problemas e práticas*, n.º 24, pp. 9-44.

MACHADO, Fernando Luís e COSTA, António Firmino da (1998) — «Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social», in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.) — *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

MACHADO, Fernando Luís (2002) — *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.

MACHADO, Fernando Luís — «Processos de integração social e simbólica dos filhos de imigrantes africanos em Portugal», no prelo.

MACHADO, Fernando Luís; LEAL, Sofia; MATIAS, Ana Raquel (2005) — «Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos», *Análise Social*, 176, pp. 695-714.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996) — *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança*, Lisboa, Edições Colibri.

PAIS, José Machado (1998a) — «*Transitions to Adult Life: The Games and the Thrills*», *Leisure Studies*, vol. 1, n.º 1.

PAIS, José Machado (coord.) (1998b) — *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, ICS-UL.

PAIS, José Machado (1999) — *Consciência Histórica e Identidade*, Oeiras, Celta.

PEIXOTO, João (1999) — «A Emigração», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.) — *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 152-181.

PIRES, Rui Pena; MARANHÃO, Maria José; MONIZ, Fernando; PISCO, Manuel e QUINTELA, João P. (1984) — *Os Retornados. Um Estudo Sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

PIRES, Rui Pena (1999) — «Imigração», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.) — *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 197-211.

PIRES, Rui Pena (2002) — «Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-166.

PIRES, Rui Pena (2003) — *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.

SAINT-MAURICE, Ana de (1997) — *Identities Reconstructed. Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta.

TORRES, Anália (1996) — *Divórcio em Portugal Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.

TORRES, Anália e SILVA, Francisco V. (1998) — «Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 28.

TORRES, A. (2002) — *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.

TORRES, A. (2004) — *Vida Conjugal e Trabalho. Uma perspectiva sociológica*, Oeiras, Celta Editora.

TORRES, A.; CABRITA, M.; MONTEIRO, T. Libano; SILVA, F. Vieira da (2004) — *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

TORRES, Mendes e Lapa (2006) — in J. Vala e A. Torres (org.) *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais (no prelo).

VIEGAS, J. Manuel e FARIA, Sérgio (1999) — «Participação política feminina: percursos, constrangimentos e incentivos», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 30.

O território

ALMEIDA, J. Ferreira; COSTA, A. Firmino da; MACHADO F. Luís (1994) — «Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos» in António Reis (Coord.), *Portugal — 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

BAPTISTA, A. Mendes (1995) — «Rede urbana nacional: problemas, dinâmicas, perspectivas» in MPAT, *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Lisboa, MPAT-SEALOT.

DGOTDU (1997) — *Sistema Urbano Nacional. Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano.

FERRÃO, João (1997) — «Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento?» in Conselho Económico e Social, *A Política das Cidades*, Lisboa.

FERRÃO, João (Coord) (2002) — *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

FERRÃO, João; MARQUES, T. Sá (2002) — *Sistema Urbano Nacional — Síntese*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

FERRÃO, João (Coord) (2004) — *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida*, ICS, Instituto do Ambiente (Documento obtido através da Internet).

FERRÃO, João (s/d) — *Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal, 1991-2001*, ICS (Documento obtido através da Internet)

FERREIRA, V. Matias (1998) — «Portugal XXI — da Urbanização ao Reencontro da Urbanidade?» in Rosas, Fernando (Coord), *Portugal na Transição do Milénio*, Lisboa, Fim de Século Edições.

FERREIRA, V. Matias (2000) — «Cidade e Democracia. Ambiente, Património e Espaço Público», *Cidades. Comunidades e Territórios*, 1, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, pp. 9-35.

FERREIRA, V. Matias (2004) — *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar.

I.N.E. (2004) — *Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional*, Instituto Nacional de Estatística (Documento obtido através da Internet).

MACHADO, F. Luís; COSTA, A. Firmino da (1998) — «Processos de uma modernidade inacabada» in *Portugal. Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

M.E.P.A.T. (1998) — *O Território para o Século XXI, Seminário Internacional*, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

M.E.P.A.T. (1999) — *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006*, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

M.P.A.T. (1993) — *Preparar Portugal para o século XXI*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

PORTAS, Nuno *et al* (2002) — *Políticas Urbanas*. «Documento de Apoio ao Colóquio sobre Políticas Urbanas», Lisboa, Junho, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Fundação Calouste Gulbenkian. Uma versão mais desenvolvida foi posteriormente (2003) editada, com o mesmo título.

RIBEIRO, J. Félix (1998) — «O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES). Implicações para o Ordenamento do Território — uma Leitura» in MEPAT, *O Território para o Século XXI. Seminário Internacional*, Lisboa.

A língua portuguesa

CASTRO, Ivo (2006) — *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri.

CINTRA, L. F. Lindley (1971) — «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses». *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa (1983, ed. original 1971).

CINTRA, L. F. Lindley (1983) — *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.

LOURENÇO, Eduardo (1999) — *A Nau de Ícaro*, Lisboa, Gradiva.

RIBEIRO, Orlando (1955) — *Portugal*, vol. v de *Geografía de España y Portugal*, Barcelona.

RIBEIRO, Orlando (1974) — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Sá da Costa (1986, 4.^a ed.).

SEGURA, Luísa e SARAMAGO, João (2001) — «Variedades dialectais portuguesas». *Caminhos do Português: Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas*. (Maria Helena Mira Mateus, org.) Catálogo. Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 219-237.

TEYSSIER, Paul (1982) — *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.

TEYSSIER, Paul (1989) — *Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)*, Coimbra, Coimbra Ed.

A sociedade do conhecimento

AGUDO, Fernando Dias (1998) — *Portugal 45-95 nas Artes e nas Letras e nas Ideias*, Centro Nacional de Cultura, 1998.

FERNANDES, Lino (1998) — *Política de Inovação Tecnológica*, Agência de Inovação, 1998.
GAGO, José Mariano (1990) — *Manifesto para a Ciência em Portugal*, Gradiva, Outubro 1990.

GAGO, José Mariano (coord.) (1991) — *Ciência em Portugal. Sínteses da cultura portuguesa*, Commissariado para a Europália, 1991.

OCDE (1999) — *OCDE Science, Technology and Industry Scoreboard 1999: Benchmarking Knowledge-based Economies*, OCDE, 1999.

RUIVO, Beatriz (1998) — *As Políticas de Ciência e Tecnologia e o Sistema de Investigação*, Imprensa Nacional, Março de 1998.

UMIC (2006) — *Mobilizar a Sociedade da Informação e do Conhecimento*, UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento, 2006.

Publicações da União Europeia:

EC (2001) — *Benchmarking National Research Policies*, Directorate-General for Research, European Commission, 2001.

EC (2003) — *Third European Report on Science & Technology Indicators 2003, Towards a knowledge-based economy*, Directorate-General for Research, European Commission, 2003.

EC (2005) — *Key Figures 2005, Towards a European Research Area, Science, Technology and Innovation, Strengthening the Foundations of the European Research Area*, Directorate-General for Research, European Commission, 2005.

Eurostat, 2006.

Publicações do Observatório das Ciências e das Tecnologias e do Observatório das Ciências e do Ensino Superior:

OCT (1997) — *Principais Indicadores de Ciência e Tecnologia em Portugal — 1988-1995*, Lisboa, OCT, 1997.

OCT (1998) — *Dotações Orçamentais — 1986-1999*, Lisboa, OCT, 1998.

OCT (1999a) — *Doutoramentos por Universidades Portuguesas — 1970-1997*, Lisboa, OCT, 1999.

OCT (1999b) — *Produção Científica Nacional Referenciada Internacionalmente — 1980-1997*, Lisboa, OCT, 1999.

OCT (1999c) — *Programas de Formação Avançada de Recursos Humanos em C&T — 1990-1998*, Lisboa, OCT, 1999.

OCT (1999d) — *Portugal na Sociedade da Informação*, Lisboa, OCT, 1999.

OCT (1999e) — *Sumários Estatísticos — 1997*, Lisboa, OCT, 1999.

OCT (2002) — *Cinco Anos de Actividades — Relatório 1997-2001*, FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ed. Observatório das Ciências e das Tecnologias, 2002.

OCES (2003) — *Potencial Científico e Tecnológico Nacional 1982-2001 — Duas décadas de evolução do esforço em I&D em Portugal*, OCES, 2003.

OCES (2006a) — *Doutoramentos Realizados ou Reconhecidos por Universidades Portuguesas (1970-2005)*, OCES, 2006.

OCES (2006b) — *Evolução das Dotações Orçamentais Públicas (Orçamento Inicial) para I&D (1986-2005)*, OCES, 2006.

OCES (2006c) — *Programas de Formação Avançada de Recursos Humanos em C&T (2000-2004) — POCTI/POSI*, OCES, 2006.

OCES (2006c) — *Sumários Estatísticos — IPCTN 03 (Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2003)*, Lisboa, OCES, 2006.

O ambiente

ANDRADE E SILVA, José Bonifácio (1815) — *Memória sobre a Necessidade e Utilidade do Plantio de novos Bosques em Portugal*, Lisboa, Academia Real das Sciencias.

BARRETO, António (org.) (1996) — *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa.

CORREIA, Francisco Nunes; SILVA, J. E. (1996) — «Transboundary Issues in Water Resources», comunicação apresentada na *NATO Advanced Research Workshop in Conflict and the Environment*, Bolkesjö, 12-16 de Junho.

European Environment Agency (1998) — *Europe's Environment: the Second Assessment*, Oxford, Elsevier Science Ltd.

European Environment Agency (1999) — *Environment in the European Union at the Turn of the Century*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities.

European Environment Agency (2005) — *The European Environment — State and Outlook 2005*, Copenhagen, EEA.

HEGEL (1968) — *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*, volume I, ed. Johannes Hoffmeister, Hamburg, Felix Meiner [reimpressão da 5.ª edição de 1955].

Instituto do Ambiente — (2005) *Portugal. Relatório do Estado do Ambiente 2004*, Lisboa (outros documentos de política pública podem ser consultados electronicamente no Portal do Governo português).

Ministério do Ambiente (2001) — *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, Lisboa.

MOTA, Isabel et al. (2005) — *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015*, Lisboa, Pandora.

OECD (2001) — *Portugal. Environmental Performance Reviews*, Paris, OECD.

QUEIRÓS, António dos Santos (1997) — «A Contribuição da Obra de Aquilino para a Consciência Ambiental Contemporânea», *Cadernos Aquilinos*, n.º 5, pp. 175-180.

QUINTAL, Raimundo (1999) — *Levadas e Veredas da Madeira*, 2.ª ed., Funchal, Edições Francisco Ribeiro.

RIBEIRO, Orlando (1991) — *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 6.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

RIBEIRO, Orlando (1997) — Hermann Lautensach e Suzanne Daveau, *Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a Paisagem*, 3.ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa.

RIBEIRO, Orlando; DAVEAU, Suzanne; LAUTENSACH, Hermann (1998) — *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*, 4.ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa.

SANTOS, F. Duarte et al. (2002) — *Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures. SIAM Project*, Lisboa, Gradiva/F.C. Gulbenkian/ECT.

SANTOS, F. Duarte; MIRANDA, P. (2006) — *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação. Projecto SIAM II*, Lisboa, Gradiva.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998) — *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2005) — *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

VEIGA DA CUNHA, Luís, et al. (1980) — *A Gestão da Água. Princípios Fundamentais e sua Aplicação em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

A economia

AMARAL, João Ferreira do (1999) — entrada *Desenvolvimento Económico* em *Dicionário de História de Portugal, Suplemento*, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Livraria Figueirinhas.

LOPES, José da Silva (1996) — *A Economia Portuguesa desde 1960*. Gradiva.

MATEUS, Abel (1998) — *Economia Portuguesa: crescimento no contexto internacional (1910-1998)*. Verbo.

Ministério das Finanças (1999) — *Privatizações e Regulação — a experiência portuguesa*.

PIRES, Rui Pena (coord., 1984) — *A Os Retornados-um estudo sociográfico*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

A educação

AAVV (1999) — *O Ensino Secundário em Portugal*, Conselho Nacional de Educação.

CAMPOS, Bártolo Paiva e COSTA, António Almeida (relatores) (1994) — *Relatório sobre a Reforma dos Ensinos Básico e Secundário — 1989-1992*, Conselho Nacional de Educação.

CARNEIRO, Roberto (1988) — *Educação e Emprego em Portugal — Uma Leitura de Modernização*, Fundação Calouste Gulbenkian.

CARVALHO, Rómulo de (1986) — *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian.

GAGO, José Mariano (1994) — *Perspectiva do Ensino Superior em Portugal*, DepGef, Ministério da Educação, Instituto de Prospectiva.

REIS, Jaime (1993) — *O Atraso Económico Português — 1850-1930*, INCM.

SILVA, Manuela e Támen, M. Isabel (1981) — *Sistema de Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian.

O património cultural

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1998) — Números 1 ao 131 — CD-ROM. Lisboa: DGEMN.

Boletim informativo, GAMNA (2006) — N.º 7, Setembro.

(A) *Cultura Portuguesa e o Estado*. (1946) Lisboa: Edições SNI.

DIONÍSIO, Eduarda (1993) — *Titulos, Acções, Obrigações (Sobre a Cultura em Portugal 1974-1994)*. Lisboa: Edições Salamandra.

FRANÇA, José Augusto (1990) — *A Arte em Portugal no Século XIX*. 1.º e 2.º volumes. Venda Nova: Bertrand Editora.

FRANÇA, José Augusto (1991) — *A Arte em Portugal no Século XX*. Venda Nova: Bertrand Editora.

GARRETT, Almeida (1972) — *Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Europa América.

Grandes Museus de Portugal. (1992) Lisboa: Público.

Les Politiques de Développement Culturel des États Membres (1998) — Portugal (Rapport National). Strasbourg: Conseil de l'Europe, (policopiado).

MARQUES, Fernando Pereira (1995) — *De Que Falamos Quando Falamos de Cultura?*. Lisboa: Editorial Presença.

Museus com Coleções de Arqueologia (1993) — «Al-Madan». Centro de Arqueologia de Almada: n.º 2, Julho.

(O) *Património Cultural em Portugal* (1993) — «Vértice». N.º 54, Maio — Junho.

Património e Associativismo (1997) — «Al-Madan». Centro de Arqueologia de Almada: N.º 6, Outubro.

Relatório Intercalar (1998) — *Proposta de Lei de Bases do Património Cultural*. Lisboa: Ministério da Cultura.

A literatura

AAVV — *Biblos — Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Lisboa / São Paulo, Ed. Verbo, 5 vols.

AAVV — *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Publicações Alfa, 8 vols.

LISBOA, Eugénio (org.) — *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas / Publicações Europa-América (5 vols. publicados), ainda em curso de publicação.

REIS, Carlos (org.) (2006) — *História Crítica da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Ed. Verbo (9 vols. publicados). Ver especialmente o volume IX, «Do Neo-realismo ao Post-modernismo», Lisboa, Verbo.

ROCHA, Ilídio (1995) — *Roteiro da Literatura Portuguesa*, Frankfurt am Main, TFM Verlag, (edições em Português e Alemão).

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar — *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, s/data (sucessivamente reeditada e atualizada, vai na 17.ª edição).

A arquitectura

Arquitectura do Século XX (1997) — *Portugal / Architektur im 20. Jahrhundert-Portugal* (catálogo de exposição, coord. Annette Becker, Ana Tostões, Wilfried Wang). Deutsches Architektur-Museum Prestel / Portugal-Frankfurt 97, Frankfurt.

DIAS, Manuel Graça (2004) — *30 Exemplos (Arquitectura Portuguesa no Virar do Século XX)*. Relógio D'Água, Lisboa.

FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele (2001) — *Arquitectura Portuguesa Contemporânea / Contemporary Architecture in Portugal 1991-2001*. Edições ASA, Porto.

FERNANDES, José Manuel (2000) — *A Arquitectura*. In *Portugal Anos 2000. Retrato de um País em Mudança*. Círculo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover, Lisboa, pp. 244-251.

FERNANDES, José Manuel (2001) — *Arquitectura Religiosa*. In *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal 1950-2000*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pp. 13-51 (coord. Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes).

FERNANDES, José Manuel (2003) — *Arquitectura e Indústria em Portugal no Século XX*. SECIL, Lisboa.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Ana (2005) — *Arquitectura no Algarve. Dos Primórdios à Actualidade, Uma Leitura de Síntese*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Lisboa.

FERNANDES, José Manuel (1991) — *Sínteses da Cultura Portuguesa — A Arquitectura / Synthèses de la Culture Portugaise-L'Architecture / Synthesis of Portuguese Culture-Architecture*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda-Comissariado para a Europalia 91-Portugal, Lisboa, (2ª. edição, actualizada, com o título *Arquitectura Portuguesa. Uma Síntese*, 2000; 3.ª edição, 2006).

IAP XX. (2006) *Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*. Ordem dos Arquitectos c/ Instituto das Artes e Fundação Mies de Barcelona, Lisboa.

LAND, Carsten; HUCKING, Klaus J.: TRIGUEIROS, Luiz (2005) — *Arquitectura em Lisboa e Sul de Portugal desde 1974 / Architecture in Lisbon and the South of Portugal Since 1974*. Blau, Lisboa.

Metaflux (2004) — Catálogo da Representação Portuguesa na 9a. Bienal de Arquitectura de Veneza. Instituto das Artes, Ministério da Cultura, Lisboa.

Portugal 1990-2004 / Portogallo 1990-2004/ Triennale di Milano: Presidência da República, Lisboa, 12/2004 (catálogo de exposição de arquitectura e design, org. Henrique Cayatte).

As artes visuais

PINHARANDA, João; CARLOS, Isabel (2007) — «O declínio das vanguardas: dos anos 50 ao fim do milénio» in *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), Lisboa, Círculo de Leitores (reed. da ed. de 1997).

O cinema

BAECQUE, Antoine de; PARSI, Jacques (1996) — *Conversations avec Manoel de Oliveira*, Cahiers du Cinema, Paris.

BARRETO, António (org.) (1999) — *A Situação Social em Portugal, 1960/1998 — II volume*, Lisboa, dados sobre cinema consultáveis via Internet (<http://www.ics.ul.pt/sit-soc/0811.htm>).

CABRITA, António; LOPES, João; RAMOS, Jorge Leitão; FERREIRA, Manuel Cintra (1995) — *Os Anos do Cinema — 1895/1995*, publicado em fascículos no jornal «Expresso», Lisboa.

COSTA, João Bénard da (1991) — *Histórias do Cinema*, INCM, Lisboa.

CRUZ, José de Matos (1996) — *Manoel de Oliveira e a Montra das Tentações*, Dom Quixote, Lisboa.

CRUZ, José de Matos — *O Cais do Olhar (1999) — O Cinema Português de Longa-metragem e a Ficção Muda*, Cinemateca Portuguesa, Lisboa.

FERRO, António (1950) — *Teatro e Cinema*, SNI, Lisboa.

MONTEIRO, Paulo Filipe (1995) — *Autos da Alma — Os guiões do cinema português entre 1961 e 1990*, tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

RAMOS, Jorge Leitão (1989) — *Dicionário do Cinema Português 1962-1988*, Caminho, Lisboa.

RAMOS, Jorge Leitão (2006) — *Dicionário do Cinema Português 1989-2003*, Caminho, Lisboa.

SEABRA, Augusto M. (org.) (1988) — *Portogallo — «Cinema Novo» e Oltre...*, Marsilio, Venezia.

TURIGLIATTO, Roberto (org.) (1995) — *Paulo Rocha*, Lindau, Torino.

Design e moda

AAVV (Coordenação de João Paulo Martins), COSTA, Daciano da (2001) — *Designer*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

AAVV As Artes da Mesa e o design do vidro e cristal portugueses contemporâneos. À Volta da Mesa (2004) Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

AAVV Actualidade e internacionalização do design em Portugal (2004) Portugal, 1990-2004 Triennale di Milano. Milão: Triennale di Milano, Palazzo dell'Arte.

AAVV Vidro e cristal portugueses contemporâneos. ArteTeoria, n.º 5 (2004) Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

A Altamira nos Percursos do Design em Portugal. Altamira/50 Anos/10 Olhares (2001) Lisboa: Estar Editora.

A Cadeira Contemporânea em Portugal. Cadeiras Portuguesas Contemporâneas (2003) Porto: Edições ASA.

COSTA, Daciano da (1998) — *Design e Mal-Estar*, Lisboa, Centro Português de Design.

Design / Arte — Arte / Design. Reflex,O (2000) — *Experimentadesign 99*. Lisboa: Experimenta — Associação para a Divulgação do Design.

Design e Moda. Portugal Anos 2000, Retrato de um País em Mudança (Coordenação de António Reis) (2000) Lisboa: Círculo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover.

Joalheria Contemporânea no MNAA (2005) Mais Perto / Closer. Instituto Português de Museus / Pin — Associação Portuguesa de Joalheria Contemporânea.

MATOS, Maria Helena (2001) — *Escultura, Vidros e Design*. Maria Helena Matos, Retrospectiva. Marinha Grande: Museu do Vidro da Marinha Grande.

Museu do Design — *Colecção Francisco Capelo* (1999) Lisboa, Ministério da Cultura/Centro Cultural de Belém.

O Desafio do Design Português. Montra (2002) — *Exposição de Design Português-Helsínquia*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Design em Portugal no Século XX (2002) Panorama da Cultura Portuguesa. Porto: Fundação de Serralves/Editorial Afrontamento.

Os Metais e a joalheria portuguesa contemporânea. As Idades do Fogo (2005) Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

SANTOS, Rui Afonso (1995) — «O Design e a Decoração em Portugal, 1900-1994» in Paulo Pereira (Direcção), *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores.

VALENTE, Carmo — *Vidros, Equipamento e Design*. VALENTE, Carmo (2000) — *Retrospectiva*. Marinha Grande: Museu do Vidro da Marinha Grande.

Autores

Alexandra Castro. Investigadora e membro da direcção do Centro de Estudos Territoriais, centro de investigação associado ao ISCTE. Tem desenvolvido várias investigações sobre a comunidade cigana, os imigrantes de Leste, os espaços públicos e o ambiente urbano. Actualmente é doutoranda do Programa Internacional de Doutoramento em Antropologia Urbana entre o ISCTE e a Universidade Rovira i Virgili, desenvolvendo um projecto centrado na relação dos ciganos com o território e o espaço de *habitat*. Em 1999, concluiu o mestrado em Sociologia do Território. Foi assistente convidada do curso de Sociologia da Universidade Lusófona, do mestrado Cidade, Território e Requalificação e técnica superior do Instituto da Segurança Social.

Anália Maria Cardoso Torres (n. 1954). Doutorada em Sociologia. Professora no Departamento de Sociologia do ISCTE. Investigadora no CIES, centro associado do ISCTE. Ex-presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (2002-2006). Membro do Executive Committee e do Publications Committee da ESA, European Sociological Association e do Editorial Board da revista *European Societies*. Investiga, dirigindo e participando em equipas nacionais e internacionais, em áreas como família, casamento, divórcio, género, crianças, exclusão social, jovens e consumos de drogas. É autora de diversos livros e artigos científicos publicados em Portugal e no estrangeiro.

António Firmino da Costa (n. 1950). Doutorado em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia do ISCTE. Investigador e presidente do Conselho Científico do CIES-ISCTE. Coordenador do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE. Membro fundador da Associação Portuguesa de Sociologia. Áreas de investigação: classes sociais e desigualdades; identidades culturais e estilos de vida urbanos; literacia e competências; ciência e sociedade; educação e ensino superior. Autor de diversos livros e artigos de revistas científicas, publicados em Portugal e no estrangeiro.

António Reis (n. 1948). Professor de História Contemporânea, presidente do Departamento de História e vice-presidente do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Foi secretário de Estado da Cultura em 1978 e é director-adjunto da revista *Finisterra* desde 1988. Principais obras publicadas: *Portugal Contemporâneo* (1820-1995), 6 vols. (direcção e co-autoria), 1990-1993; *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coordenação e co-autoria), 1994; *Portugal Ano(s) 2000* (coordenação e co-autoria), 2000; *Raul Proença: Biografia de Um Intelectual Político Republicano*, 2 vols., 2003.

Fernando Luís Machado (n. 1959). Doutorado em Sociologia. Professor auxiliar do Departamento de Sociologia do ISCTE. Presidente e investigador do CIES, centro associado do ISCTE. Trabalhos de investigação nas seguintes áreas: classes sociais e estratificação; migrações e etnicidade; exclusão social; educação; ciência. Autor e co-autor de livros e artigos, nacionais e estrangeiros.

Fernando (Alberto) Pereira Marques (n. 1948). Doutor de Estado em Sociologia pela Universidade de Amiens (França), professor catedrático convidado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa) e investigador no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Deputado à Assembleia da República, durante as VI e VII Legislativas, foi presidente da Subcomissão de Cultura e

membro da Comissão de Cultura e de Educação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Tem várias obras publicadas e é director-adjunto das revistas *Finis-terra* e *Res Publica*.

Fernando Pinto do Amaral (n. Lisboa, 1960). Escritor e professor universitário, frequentou a Faculdade de Medicina, mas licenciou-se e concluiu o mestrado e o doutoramento na área das literaturas românicas, sendo professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Publicou cinco livros de poesia (*Acédia*, 1990; *A Escada de Jacob*, 1993; *Às Cegas*, 1997; *Poesia Reunida*, 2000, *Pena Suspensa*, 2004), dois de ensaio (*O Mosaico Fluido*, 1991; *Na Órbita de Saturno*, 1992) e traduziu *As Flores do Mal* de Baudelaire, os *Poemas Saturnianos* de Verlaine e toda a poesia de Jorge Luis Borges. Publicou o álbum *100 Livros Portugueses do Século XX* (Instituto Camões, 2002) e o livro de contos *Área de Serviço e Outras Histórias de Amor* (2006). Foi comissário da exposição *100 Livros do Século* (CCB, 1998), bem como das participações de Portugal na Feira do Livro de Frankfurt (1998 e 1999), no Salão do Livro de Genebra (2001) e na Liber de Barcelona (2002). Recebeu diversos prémios literários e colabora regularmente como crítico em diversas publicações.

Guilherme d'Oliveira Martins (n. 1952). Licenciado e mestre em Direito. Foi secretário de Estado da Administração Educativa (1995-1999), ministro da Educação (1999-2000), ministro da Presidência (2000-2002) e ministro das Finanças (2001-2002). Foi presidente da SEDES. É presidente do Tribunal de Contas e presidente do Centro Nacional de Cultura. Professor universitário. Autor de diversas obras, entre as quais: *Oliveira Martins: Uma Biografia* (1986); *Ministério das Finanças: Subsídios para a Sua História no Bicentenário da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda* (1988); *Escola de Cidadãos* (1992); *O Enigma Europeu* (1994); *Educação ou Barbárie?* (1999); *O Novo Tratado Constitucional Europeu* (2004).

Ilídio Trindade (n. 1953). É jornalista dos quadros da RDP desde Junho de 1985, acompanhando para esta rádio temas relacionados com a Defesa, tendo feito o Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas do Instituto da Defesa Nacional. Frequenta actualmente o Curso de Auditores de Defesa Nacional do citado instituto. Começou a sua carreira como jornalista desportivo no diário *A Luta*, tendo passado pelos jornais *Mundo Desportivo*, *O Golo* e *Off-Side*, de que foi um dos fundadores. Foi assessor do secretário de Estado do Desporto do governo do Bloco Central, adjunto do secretário de Estado do Desporto do XIII Governo Constitucional e adjunto do secretário de Estado da Defesa Nacional do XIV Governo Constitucional. Foi director para as actividades amadoras (1988-1989) e vice-presidente administrativo (1990-1993) do Sport Lisboa e Benfica e membro da Comissão Executiva da Candidatura de Portugal à Organização do Campeonato da Europa de Futebol de 2004, o Euro 2004. Recebeu o Prémio Olímpico de Jornalismo (1977) atribuído pelo Comité Olímpico de Portugal pela reportagem dos Jogos de Montréal e foi eleito «O Dirigente do Ano» (1992) do S. L. Benfica pelo jornal do clube.

Ivo Castro (n. 1945). Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde ensina História da Língua Portuguesa e Crítica Textual. Dirige desde 1988 a Equipa Pessoa, constituída pelo Ministério da Cultura para publicar a edição crítica de Fernando Pessoa (15 vols. publicados até 2006 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda). Livros publicados: *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, com I. Duarte e I. Leiria (1987); *Editar Pessoa* (1990); *Curso de História da Língua Portuguesa*, com R. Marquilhas e L. Acosta, (1991); *Introdução à História do Português* (2004, 2.^a ed. 2006). Edições: *O Manuscrito de «O Guardador de Rebanhos» de Alberto Caeiro*, (1986); *Poemas de Fernando Pessoa: 1921-1930* (2001); *Poemas de Fernando Pessoa: 1931-1933* (2004); Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição* (2006).

João Ferreira de Almeida (n. 1941). Doutorado e agregado em Sociologia. Professor catedrático. Membro fundador e primeiro presidente da Associação Portuguesa de Sociologia. Editor da revista *Portuguese Journal of Social Science*. Investigação em áreas como: valores e representações sociais; classes sociais e mobilidade; espaços rurais e ambiente; exclusão social; juventude e universidade. Autor de diversas publicações (livros e artigos) em Portugal e no estrangeiro.

João Lima Pinharanda (n. Moçambique, 1957). Mestrado em História da Arte (1985). Director de programação do Museu de Arte Contemporânea de Elvas-Colecção António Cachola (desde 2006). Presidente da secção portuguesa da AICA (Associação Internacional de Críticos de Arte) (triénio 2004-2007). Professor auxiliar do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa (desde 1998). Colaborador permanente do *JL: Jornal de Letras, Artes e Ideias* (1984-1990). Responsável pela secção de artes, no jornal *Público* (1990-1998), onde se mantém como colaborador. Paralelamente, numerosas colaborações em jornais de âmbito generalista e revistas especializadas nacionais e internacionais. Responsável por numerosas exposições em Portugal e no estrangeiro. Autor de numerosos textos historiográficos sobre arte e artistas portugueses.

Jorge Leitão Ramos (n. 1952). Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (Lisboa) em 1975. Professor efectivo do ensino secundário (Escola Secundária Marquês de Pombal, em Lisboa), na área da Electrotecnia e Electrónica. Iniciou a actividade profissional, como crítico de cinema, em 1975 no *Expresso*, tendo-a exercido, com continuidade, na imprensa (*Jornal Novo*, 1975-1976, *Diário de Lisboa*, 1976-1988), para além de colaborações na RTP e RDP. Em 1980 estende o seu campo de análise à crítica de televisão (*Expresso*, 1980-1983 e 1987-1999, *Se7e*, 1983-1986, TSF, 1993). É colaborador permanente, desde 1988, na área da crítica de cinema do *Expresso*. Especialista em cinema português, fez parte da equipa responsável pelas fichas dos cineastas portugueses na edição portuguesa do *Dicionário dos Cineastas* de Georges Sadoul (ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1980), foi responsável pela entrada referente ao cinema militante português em *Cinemas d'Avant-Garde* (ed. Papyrus, Paris, 1980), colaborou em *Portogallo: «Cinema Novo» e Oltre... a cura* de Augusto M. Seabra (Marsilio Editori, Venezia, 1988), em *Lisboa a 24 Imagens*, org. Manuel Costa e Silva (Caminho, Lisboa, 1994), escreveu o artigo «O cinema salazarista» para a *História de Portugal*, direcção de João Medina (ed. Ediclube, 1993), elaborou uma história breve do cinema português para a obra colectiva *Os Anos do Cinema* (publicada em fascículos pelo *Expresso*, em 1995), escreveu o artigo referente a esse tema na obra colectiva *Portugal: Anos 2000* (Círculo de Leitores, 2000), a convite do Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover e no *Dicionário Temático da Lusofonia* (Texto Editores, 2005), e publicou *Dicionário do Cinema Português: 1962-1988* (Caminho, 1989) e *Dicionário do Cinema Português: 1989-2003* (Caminho, 2005).

José Manuel Fernandes (n. Lisboa, 1953). Arquitecto pela Escola de Belas-Artes de Lisboa, 1977. Doutorado em História de Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 1993, e seu professor agregado em 1999. Director do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, em 1998-2000. Director do Instituto de Arte Contemporânea do Ministério da Cultura em 2001-2003. Investiga, escreve e publica regularmente sobre temas de arquitectura e urbanismo. Das obras mais recentes destaca-se *Arquitectos do Século XX*, Lisboa, 2006.

Luís Manuel Antunes Capucha (n. 1957). Doutorado em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia do ISCTE (Lisboa). Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE). Director-geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular no Ministério da Educação. Entre 1998 e 2001 foi director-geral do

Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, do Comité de Emprego da União Europeia e do Conselho Económico e Social. Pesquisa científica em áreas como emprego e mercado de trabalho; pobreza e exclusão social; educação; qualificação e educação de activos; políticas sociais comparadas; reabilitação de pessoas com deficiência; culturas populares e desenvolvimento comunitário; metodologias de avaliação e de planeamento. Conferencista e autor de diversas publicações científicas (livros e revistas) em Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Alemanha, Grécia, Áustria, Itália e Brasil.

Luís T. Magalhães é, desde Julho de 2005, presidente da UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento. É membro da Rede de Coordenação da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, membro do National IST RTD Directors Forum e do i2010 High Level Group da União Europeia, membro do Conselho Consultivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (1997-), membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (1995-) e professor catedrático de Matemática do Instituto Superior Técnico (IST) (1993-). Foi presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (1997-2002) e membro do Governing Council da European Science Foundation (2000-2002). Obteve os graus académicos de licenciado em Engenharia Electrotécnica — Telecomunicações e Electrónica pelo IST (1975), Master of Science (1980) e Doctor of Philosophy (1982) em Matemática Aplicada pela Brown University, EUA. Exerceu actividades científicas no IST (1972-); Centro de Biologia do Instituto Gulbenkian de Ciência (1972-1978), Division of Applied Mathematics, Brown University (1978-1983); Institute for Mathematics and Its Applications, University of Minnesota (1982-1983 e 1985).

Maria de Lurdes Rodrigues é, desde Março de 2005, ministra da Educação. Foi presidente do Observatório das Ciências e das Tecnologias do Ministério da Ciência e da Tecnologia (1997-2003). Obteve os graus académicos de licenciatura em Sociologia (1984) e doutoramento em Sociologia das Profissões (1996) pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Professora associada com agregação do Departamento de Sociologia, no ISCTE (1986-1997). Investigadora do CIES (1986-1996) e do CISEP (1986-1996). Autora de diversas publicações: *Os Engenheiros em Portugal*, 1999, e *A Sociologia das Profissões*, 1997.

Rui Afonso Martins dos Santos (n. 1963). Mestre em História da Arte Contemporânea (1994) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde lecciona História do Design em Portugal (de que é considerado o fundador). Técnico superior principal do Instituto Português de Museus, comissariou, entre outras, as exposições Veloso Salgado: 1864-1945, Museu do Chiado/Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Lisboa (1999) e Universo Visual e Artístico, Colecção Berardo de Arte Publicitária, CAE, Figueira da Foz (2006). Historiador de arte e do *design*, possui cerca de 80 títulos publicados em volumes e dezenas de artigos em periódicos. Autor (1999) do programa museológico do Museu do Design — Colecção de Francisco Capelo. Articulista da revista *L+ Arte*, é consultor e apresentador do programa *Câmara Clara* (RTP2).

Rui Assis Ferreira (n. Lisboa, 1952). Licenciou-se em Direito (1975) pela Universidade de Lisboa. Iniciou o exercício de funções públicas, em 1976, no departamento governamental responsável pela área da comunicação social, a cujo quadro pertence. Neste contexto, participou em diversas actividades da União Europeia e do Conselho da Europa, tendo presidido a comités de peritos desta última organização incumbidos do estudo das políticas da comunicação social e da concentração no sector dos *media*. Foi membro da Comissão Nacional de Eleições, em dois dos seus mandatos (1979 e 1984), e vogal do Conselho de Administração da RTP (2001). No domínio da regula-

ção dos *mass media*, foi presidente do Instituto da Comunicação Social (1997-1999) e, sucessivamente, membro (1994-1997) e vice-presidente (1999-2001) da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Desempenha, presentemente, o cargo de membro do Conselho Regulador da ERC — Entidade Reguladora para a Comunicação Social, para que foi eleito pela Assembleia da República. Exerceu ainda funções docentes no Instituto Jurídico da Comunicação, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Rui Vieira Nery (n. Lisboa, 1957). Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa e doutorado em Musicologia pela Universidade do Texas em Austin, é actualmente professor associado do Departamento de Artes da Universidade de Évora e director-adjunto do Serviço de Música da Fundação Calouste Gulbenkian, desenvolvendo ainda uma actividade intensa como investigador e conferencista, tanto em Portugal como em diversos países europeus, nos EUA e no Brasil. Desempenhou entre 1995 e 1997 o cargo de secretário de Estado da Cultura, com a tutela do sector das Artes do Espectáculo. Em 2003 foi condecorado com a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique por serviços prestados ao estudo da cultura portuguesa.

Viriato Soromenho-Marques (n. Setúbal, 1957). Professor catedrático da Universidade de Lisboa. Activista ambiental desde 1978. Foi presidente nacional da Quercus de 1992 a 1995. Foi membro do Conselho de Imprensa (1985-1987) e do Conselho Económico e Social (1992-1996). É actualmente membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e foi vice-presidente da Rede Europeia de Conselhos do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (EEAC), entre 2001 e 2006. Orientou dezenas de cursos breves e proferiu centenas de conferências em Portugal e dezanove outros países. Publicou cerca de três centenas de estudos, abordando temas filosóficos, político-estratégicos e ambientais. É grande oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Vítor Matias Ferreira. Professor catedrático de Sociologia (aposentado) do ISCTE. Foi coordenador e docente do mestrado Cidade, Território e Requalificação do Departamento de Sociologia do ISCTE. Coordenou um programa Erasmus/Sócrates (mobilidade europeia de docentes e de estudantes), no campo disciplinar da sociologia (urbana e rural, do trabalho e da política). É actualmente coordenador de investigação no Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, de que foi co-fundador, e cuja revista *Cidades: Comunidades e Territórios* dirigiu durante alguns anos. De uma vasta produção editorial destacam-se os trabalhos mais recentes: *Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole* (1986); *Lisboa: A Metrópole e o Rio* (coord.) (1997); *A Cidade da Expo '98* (em colaboração com Francesco Indovina) (1999), *Fascínio da Cidade: Memória e Projecto da Urbanidade* (2004). Refira-se, entre outras, a sua participação com artigos nas obras *Portugal na Transição do Milénio*, *Urban Landscape Dynamics*, *Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo*, *Atlas Histórico de Cidades Europeas* (co-autoria), *Urbanidade e Património*, *Un Futuro Amico: Sostenibilità ed Equità*, *Lisboa/Lisbonne*, *Novas Formas de Mobilização Popular*, *Em Trânsito*, *Nuovo Lessico Urbano*. Tem artigos publicados, entre outras referências, em diversas revistas da sua especialidade.

Créditos fotográficos

A. Brito: 299; **Alceu Bett/Agência Espetaculum:** 303; **A. Ramos Pereira:** 196; **A. Sequeira:** 213, 274 (ao centro e à direita); **Arquivo Fotográfico de Lisboa/Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura:** 21, 208; **António Pedro Ferreira/Arquivo Jornal *Expresso*:** 77; **Arquivo Círculo de Leitores:** 209, 290 (em cima); **Arquivo *Diário de Notícias*:** 59, 83, 205, 246-247; **Arquivo RTP:** 27; **Autoeuropa:** 217; **Biblioteca Nacional, Lisboa:** 309; **C.M. do Seixal e de Matosinhos:** 85; **Sérgio Guerra:** 284; **Colecção Particular:** 109, 114, 170, 171, 264 (esquerda e direita), 265, 266, 268, 269, 319; **Direcção-Geral de Recursos Florestais:** 196; **Entidade Reguladora da Comunicação Social:** 129; **Filipe Mendes:** 18-19, 39, 56, 115, 119, 197, 249, 259 (em cima), 282, 283; **Fundação Calouste Gulbenkian:** 300; **Gattel/Gabinete de Travessia do Tejo:** 216-217; **Helena Cruz:** 289; **Ilídio Teixeira:** 35; **Instituto Politécnico da Guarda:** 243; **Ernesto de Sousa (Espólio):** 285; **J. M. Simões:** 40-41, 66, 67, 84, 103, 234, 239, 241, 252, 257, 261, 290 (em baixo), 305 (em cima), 308, 313; **Livros Cotovia:** 274 (à esquerda); **João Luís Dória:** 221, 233; **Jorge Barros:** sobrecapa, 102; **Jorge Gaspar:** 46; **José Alfredo/Teatro Viriato:** 90; **José António Silva/Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:** 108; **José Manuel Fernandes:** 275, 276, 277, 278-279, 279, 280, 281; **José Manuel Oliveira/Arquivo Círculo de Leitores:** 219, 238, 240, 259 (em baixo), 306; **José Pessoa/Divisão de Documentação Fotográfica/Instituto Português de Museus:** 252-253; **Luís Ramos:** 269 (à direita); **Luís Ramos/Arquivo Jornal *Expresso*:** 231; **Luís Ramos/Arquivo Jornal *Público*:** 56; **Luís Silva/Ministério da Defesa:** 36; **Luísa Ferreira:** 132, 142, 143, 146, 149, 151, 152, 155, 157; **Lusa:** 26, 37, 270; **Lusa/Alberto Frias:** 312; **Lusa/André Kusters:** 174 (em baixo), 288, 316; **Lusa/AFP Photo/Javier Soriano:** 175 (em cima); **Lusa/António Cotrim:** 262, 264 (ao centro), 317; **Lusa/EPA/Andrea Merola:** 315; **Lusa/EPA/António Simões:** 175 (em baixo); **Lusa/EPA/DPA/Tim de Waele:** 176 (em cima); **Lusa/EPA/Manuel de Almeida:** 176 (em baixo), 291; **Lusa/EPA/Thierry Deketelaere:** 177; **Lusa/Inácio Rosa:** 25, 307; **Lusa/João Relvas:** 93 (em baixo), 116, 174 (em cima); **Lusa/Manuel Moura:** 61, 301, 305 (em baixo); **Lusa/Nuno Veiga:** 235; **Lusa/Tiago Petinga:** 28, 32, 296; **Manuel Ribeiro:** 258; **Mário Cabrita Gil (1983):** 287; **Maurício Abreu:** 182, 183, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 198, 256; **MESATIS, ESA:** 81; **Metropolitano de Lisboa, EP/José Carlos Nascimento:** 293; **Nuno Marques da Costa:** 93 (em cima); **Paulo Pereira:** 260; **Pedro Letria:** 63; **Penaguião & Burnay:** 87, 97, 98, 101; **RTP:** 27 (em cima), 121, 123 (logo), 308; **Rui Coutinho:** 27; **SIC:** 123 (logo); **Tiago Venâncio/Arquivo Parque Expo:** 44; **TSF:** 120; **TVI:** 122, 123 (logo).

Breve Retrato de Portugal

Nome oficial: República Portuguesa.

Língua oficial: português.

Símbolos nacionais: bandeira nacional (v. mapa ao lado) e hino *A Portuguesa*.

Localização e coordenadas geográficas: Sudoeste da Europa, banhado pelo oceano Atlântico; 39°30 N, 8°00 O.

Clima: temperado mediterrânico; temperaturas médias: costa e arquipélagos — Inverno: 12 °C; Verão: 21 °C; interior e zonas montanhosas: Inverno: 5 °C; Verão: 25 °C.

Fronteiras: a N e a E com a Espanha (c. 1214 km); banhado a Oeste e a Sul pelo oceano Atlântico (c. 1793 km).

Divisão territorial: 18 distritos no continente e duas regiões autónomas (Açores e Madeira).

Superfície: 92 117,5 km².

Capital: Lisboa.

Cidades com mais de 20 000 hab. (em 2001): Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Almada, Coimbra, Funchal, Setúbal, Agualva-Cacém, Queluz, Aveiro, Guimarães, Odivelas, Rio Tinto, Viseu, Ponta Delgada, Matosinhos, Amora, Leiria, Faro, Évora, Barreiro, Póvoa do Varzim, Ermesinde, Viana do Castelo, Maia, Covilhã, Portimão, Castelo Branco, Santarém, Alverca do Ribatejo, Vila Nova de Famalicão, Figueira da Foz, Guarda, Vila do Conde, Montijo, Gondomar, Seixal, Caldas da Rainha, Olhão, Santo Tirso, Vila Real, Póvoa de Santa Iria, São Mamede de Infesta, Beja, Espinho, São João da Madeira, Barcelos, Bragança.

Regime político: república democrática parlamentar.

Sistema constitucional: Presidente da República (eleito por sufrágio universal cada cinco anos), Assembleia da República (eleita por sufrágio universal cada quatro anos), Governo (constituído com base na eleição para a Assembleia da República), Tribunais (Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, tribunais superiores especializados [Administrativo e de Contas], tribunais

de segunda instância e tribunais de primeira instância).

Serviço militar: De acordo com a Lei n.º 174/99 de 21 de Setembro, em tempo de paz, o serviço militar baseia-se no voluntariado. Contudo, é obrigatório o recenseamento militar masculino aos 18 anos.

Fundação da Nacionalidade: 1143.

Instauração da República: 1910.

Moeda: euro.

População: 10 569 592 (estim. 2005).

Homens: 5 115 742 (estim. 2005).

Mulheres: 5 453 850 (estim. 2005).

Densidade populacional: 114 por km² (2004).

Taxa bruta de natalidade: 10,4 ‰ (estim. 2005).

Taxa bruta de mortalidade infantil: 3,5 ‰ (estim. 2005).

Esperança de vida à nascença: 78,2 (estim. 2005).

Homens: 74,9; **Mulheres:** 81,4.

População activa: 5581,1 milhares (média 2005).

Homens: 2963,5 milhares; **Mulheres:** 2581,3 milhares (média 2005).

Taxa de desemprego: 7,6 % (média 2005).

PIB/capita (x 1000): 13,6 € (2004).

Inflação: 3,1 % (2006).

IDH (índice de desenvolvimento humano): 0,904, elevado desenvolvimento humano (2004). Fonte: *Human Development Report*, 2006.

Utilizadores de computadores (16-74 anos): 42 %.

Utilizadores de Internet (16-74 anos): 36 %.

Assinantes de telemóveis (2004): 93/100 hab.

Número telefónico nacional: + 351.

Código de Internet: .pt

Fuso horário: UTC/GMT +1 hora.

Fontes: www.portugal.gov.pt; INE, excepto onde indicada outra fonte.